

António Paulo David Silva Duarte

**A Era Santos Costa:
Política de Defesa e Estratégia Militar
Durante o Estado Novo
(1919-1958)**

**Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais
e Humanas
Dissertação de Doutoramento em História na Especialidade de
História Institucional e Política Contemporânea**

**Orientada pelos
Professor Doutor Fernando Rosas
E
Professor Doutor António José Telo**

**Lisboa
2005**

Índice

Índice	I
Agradecimentos	VI
Glossário de Abreviaturas	VIII
Introdução	1
Fundamentos Teóricos-Metodológicos	
Da História à Teoria Geral da Estratégia	14
1) Da Interpretação Histórica e da Realidade Histórica	15
2) Uma Interpretação Histórica entre Três Dimensões: A História; A História Militar ou as Ciências Militares; A Estratégia	19
3) O Complexo Agónico: Estratégia, Sobrepuja E Não Abarca Todo o Conhecimento Militar	22
4) O Complexo Agónico: As Ciências Militares, Não Incluem Toda a Estratégia	34
5) A Evolução Conceptual da Estratégia Militar No Século XX e Sua Compreensão do Conflito	39
6) A Genealogia das Estratégias Não Militares face à Emergência dos Factores Económico-Mediáticos e Das Guerras, Total e Fria	50
7) A Relação Complexa entre a Teoria da Guerra e A Teoria da Estratégia	54
8) As Estruturas Enquadrantes da Ambiência Agónica E do Complexo Agónico: Ideologia, Teoria e Sistema Internacional	58
I)Theoria: O Pensamento Militar em Portugal (1919-1958)	
Da Experiência da Grande Guerra à Entrada na OTAN	61
1.1. Os Grandes Autores e o seu Pensamento: O Exército	64
1.1.1. Tasso de Miranda Cabral: O Teórico da Academia	65
1.1.2. Raul Esteves: Fantasmagorias Napoleónicas	75
1.1.3. Júlio Botelho Moniz: Apóstolo da Guerra Total	91
1.1.4. Henrique Pires Monteiro: Teoria Social e Guerra	99
1.1.5. Alfredo Pereira da Conceição: A Revolução Estratégica --	109
1.1.6. Hermes de Araújo Oliveira: A Revolução Conceptual ----	115
1.1.7. Humberto Delgado: A Guerra Aérea	122
1.2. Os Grandes Autores e o seu Pensamento: A Armada	131
1.2.1. Pereira da Silva: Classicismo Naval	132
1.2.2. Alfredo Botelho de Sousa: Estratega Inovador-----	151
1.2.3 Manuel Pereira Crespo: A Experiência da OTAN	165
1.3. Para uma Interpretação das Culturas Estratégicas: Os Conceitos e as Concepções Estratégicas	
A Leitura da Guerra	173

1.3.1. Da Política e da Estratégia -----	175
1.3.2. A Visão Geopolítica e Geoestratégica da Política de Defesa -----	186
1.3.3 A Perspectiva Portuguesa da Guerra Total -----	197
1.3.4 A “Tactificação da Estratégia”, A Guerra Trífibia e a Fusão dos Exércitos, A Aplicação Teórica da Renovação da Estratégia -----	212
II) Praxis: A (Re)Construção de uma Força Armada e De uma Política de Defesa (1919-1958) -----	223
2.1.) As Forças Armadas no Limbo: O Exército e a Armada nos Anos 20 -----	225
2.1.1.) O “Zero” Militar -----	227
2.1.2.) O “Zero” Naval -----	230
2.1.3.) Os Projectos Inacabados dos Anos 20 -----	233
2.1.3.1.) O Projecto Pereira da Silva -----	234
2.1.3.2.) A Reforma Militar da Ditadura e o Plano de Defesa Morais Sarmiento -----	237
2.1.4.) Tensão Interna e Ambiência Agónica -----	244
2.2.) A Era das Grandes Reformas (1930-1939) -----	248
2.2.1.) A Reforma Naval de 1930 -----	249
2.2.2.) A Cúpula da Reforma: A Reforma dos Organismos Superiores da Armada (1935) -----	259
2.2.3.) Os Órgãos Superiores de Defesa (1935) e a Situação Política -----	264
2.2.3.1.) As Vias de Construção de uma Lei -----	265
2.2.3.2.) Os Novos Órgãos e a Política de Defesa Nacional -----	270
2.2.4.) A Grande Reforma do Exército (Militar) de 1937 -----	279
2.2.4.1.) Salazar Face ao Exército O Projecto de Defesa Nacional do Regime -----	280
2.2.4.2.) O Exército e a Política de Defesa Nacional -----	290
2.2.4.3.) As Grandes Tensões e o Grande Debate -----	304
2.2.4.4.) As Leis 1960 e 1961 -----	345
2.2.4.5.) A Armada Face às Leis de Reorganização do Exército -----	354
2.3.) À Beira do Apocalipse: A política Militar-Naval Face à Segunda Guerra Mundial -----	360
2.3.1.) A Estratégia de Defesa Militar Terrestre-Naval Nacional e as Negociações com a Missão Militar Inglesa -----	362
2.3.2.) Os Imbróglios do Comando Supremo Militar e a Reorganização do Exército -----	387
2.3.3.) Os Rendimentos Decrescentes de Tasso de Miranda Cabral -----	402
2.3.4.) As Negociações Militares com os Britânicos (1941-1942) -----	423

2.3.5.) As “Escolas da Guerra”: O Exército Face à Transformação da Guerra Moderna (Análise Comparativa) -----	427
2.4.) A Armada na Primeira Fase da Guerra (1939-1941) -----	437
2.4.1.) A Armada Face à Eclosão da Guerra -----	438
2.4.2.) O Plano 40 e a Armada -----	441
2.5.) A Continentalização da Política Militar de Defesa Nacional -----	447
2.5.1.) A Defesa dos Açores (1939-1943) -----	449
2.5.2.) A Primazia do Exército -----	456
2.6.) O Impacto da Guerra e as Mutações Estratégicas: A Política de Defesa e a Estratégia Militar Portuguesa Do Fim da Guerra ao Pós-Guerra -----	462
2.6.1.) A Remodelação da Defesa Continental e o Rearmamento do Exército (1943-1949) -----	463
2.6.1.1.) As Negociações com a Grã-Bretanha e a Renovação da Estratégia de Defesa (1943) -----	464
2.6.1.2.) A Nova Modalidade de Estratégia Militar de Defesa da Metrópole (1943-1949) -----	468
2.6.2.) A Armada e o Impacto da Guerra (1943-1949) -----	484
2.6.3.) Visões do Mundo: A Nova Geopolítica e a Política de Defesa Nacional -----	494
2.7.) A Transformação da Força Armada. As Forças Armadas e a OTAN (1949-1958) -----	507
2.7.1.) O Pacto do Atlântico e a (Re)Organização das Estruturas de Defesa: Do Ministro da Defesa à Constituição da FAP -----	512
2.7.2.) A OTAN e a Transformação do Exército (1951-1958) -----	525
2.7.2.1.) Os Projectos de Santos Costa: O Sonho de um Grande Exército -----	526
2.7.2.2.) Confronto de Mundos: O Exército entre o Ideal e o Possível -----	539
2.7.2.3.) A Reestruturação do Exército e as Tensões dos Altos Mandos -----	546
2.7.3. A OTAN e a Reafirmação da Armada (1951-1958) -----	552
2.7.4.) A Integração da Força Militar (1950-1958) -----	560
Conclusão -----	570
1) A Dimensão Política -----	570
1.1. A Hegemonia Relativa de Salazar Sobre as Forças Armadas --	570
1.2. A Noção de Forças Armadas: A Existência de Duas Forças Separadas com Ministérios Próprios ---	570

1.3. Da Direcção Política e da Gestão Política: Do Exército ao Serviço do Estado ao Exército ao Serviço do Regime -----	571
1.3.1. A Pasta da Guerra e a Presidência da República -----	572
1.4. A Gestão Militar do Regime e a Hegemonia do Exército na Política de Defesa Militar (1936-1949) -----	573
1.5. A Armada no Limbo da Política Militar de Defesa -----	574
1.6. A Gestão Dual e o Renovo da Tensão na Definição de uma Política de Defesa : Os Anos OTAN (1949-1958) -----	575
2) A Dimensão Geoestratégica -----	576
2.1. As Estruturas Corporativas Militares e a Fragmentação da (Geo)Estratégia Nacional -----	576
2.2. A Geoestratégia Epirocrática do Exército -----	577
2.3. A Geoestratégia Marítima da Armada -----	578
2.4. A Concepção de Tática e de Estratégia e a Definição da Política de Defesa e da Política Militar (Uma Interpretação do Complexo Agónico) -----	579
2.5. A Renovação da Concepção de Estratégia e de Tática e a Remodelação da Política de Defesa e da Política Militar Nos Anos da OTAN (uma Interpretação do Complexo Agónico) ----	580
3) A Dimensão Militar -----	581
3.1. O Mimetismo Militar e as Delimitações de Política de Defesa e da Política Militar: Uma Cultura Estratégico-Militar Epigonal -----	581
3.2. As Grandes Influências -----	582
3.2.1. O Peso Anglo-Saxónico na Política e na Estratégia Militar-Naval Nacional -----	582
3.2.2. O Exército na Tradição da Grande Guerra: A Escola Francesa Entre-as-Guerras -----	583
3.2.3. O Rescaldo da II Guerra Mundial e o Modelo Inglês -----	584
3.2.4. Nas Ondas do Modelo Tipo Americano: Os Anos da OTAN -----	585
Bibliografia -----	590

Agradecimentos

Esta obra nasceu de uma interrogação que despontou aquando do estudo que fiz sobre o Equilíbrio Ibérico. Resumia-se a questionar até que ponto a política de defesa de Salazar a partir da II Guerra Mundial não fora marcada pela ruptura estratégico militar gerada pelo conflito. Desse ponto de vista, a aproximação à Espanha não seria só produto de questões ideológicas, mas também estratégicas. Dessa interrogação nasceu a presente obra. E para a sua consecução foram de um precioso apoio algumas pessoas e instituições. A elas pretendo agradecer, reconhecendo que estas palavras jamais valorarão tudo o que elas me ajudaram a conseguir.

Antes de mais, ao apoio, disponibilidade e confiança que os meus dois orientadores, o Professor Doutor Fernando Rosas e o Professor Doutor António José Telo demonstraram na consecução deste projecto.

Igualmente, e como da discussão muitas vezes nasce a luz, a obra foi aprimorada após algumas conversas bem profícuas com o Professor Doutor Luís Salgado Matos e com o Professor Doutor Mendo Castro Henriques.

Há dívidas intelectuais de que só com o tempo nos apercebemos. É de todo merecido voltar a falar do Professor Doutor António José Telo e da sua obra que marcou indelevelmente o meu trajecto intelectual, *Portugal na Segunda Guerra Mundial* com a contínua interacção que no livro se fazia entre as realidades internas e externas. De igual modo, as aulas e as obras de dois dos meus professores do Mestrado de Estratégia, o General Loureiro dos Santos e o General Abel Cabral Couto, foram fundamentais para a minha compreensão do facto estratégico e da realidade conflitual e sente-se por todo este texto aquilo que com eles comecei a conhecer.

Velhas amizades também contribuíram para a obra, na troca de ideias e até no intercâmbio de fotocópias e outros materiais de análise. É de toda a

justiça referir os nomes do Professor Doutor António Horta Fernandes, do Professor Doutor José Casqueiro Cardim e do Mestre Francisco Abreu. Neste campo, o meu irmão Luís Guilherme Duarte com o seu fascínio pela História de Portugal também merece ser mencionado. Saliente-se que alguns deles têm obra de valor publicada sobre a problemática da ciência estratégica.

Imprescindível numa obra de História é o acesso às fontes e aos arquivos. Um especial agradecimento vai para o Director do Arquivo Histórico Militar, Coronel Aniceto Afonso e para a Dra. Maria João Marques Pires no apoio dado à consulta, nomeadamente por terem facultado o acesso a documentação arquivística ainda não catalogada oficialmente. Este agradecimento é claro, extensivo a todo o pessoal do AHM. Analogamente, um agradecimento deve ser endereçado ao pessoal e aos directores do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, do Arquivo Geral da Marinha e do Arquivo Histórico – Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros pelo apoio e a disponibilidade demonstrada aquando da consulta a esses arquivos, tão importantes para o desenvolvimento deste trabalho.

Um último agradecimento é devido ao Ministério da Educação pelo dispensa sabática que me concedeu no ano de 2002/2003.

Por último, mas em primeiro lugar, não tanto pelo apoio intelectual, mas pelo carinho sempre disponível e o agasalho sempre pronto nos momentos de maior desânimo, um muito especial agradecimento vai para a minha mãe, Maria Cecília e para a minha ... mais que tudo, Ana ... que além do mais sempre me foi ajudando aqui e ali na construção desta obra.

Obviamente, de tão óbvio, que não valeria a pena dizer, que os erros e as omissões da obra são de inteira responsabilidade do autor. Ao leitor, ao juiz, esta obra é agora submetida.

Glossário de Abreviaturas Utilizadas no Texto

AA (Anti-Aérea)
AGM (Arquivo Geral da Marinha)
AHDMNE (Arquivo Histórico - Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros)
AHM (Arquivo Histórico Militar)
ANTT (Arquivo Nacional da Torre do Tombo)
AOS (Arquivo Oliveira Salazar)
CEMA (Chefe do Estado Maior da Armada)
CEME (Chefe do Estado Maior do Exército)
CEMGFA (Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas)
CSA (Conselho Superior da Armada)
CSE (Conselho Superior do Exército)
CSDG (Conselho Superior de Direcção de Guerra)
CSDN (Conselho Superior de Defesa Nacional)
EME (Estado Maior do Exército)
EMA (Estado Maior da Armada)
EUA (Estados Unidos da América)
FAP (Força Aérea Portuguesa)
GB (Grã-Bretanha)
GF (Guarda Fiscal)
IAEM (Instituto de Altos Estudos Militares)
IDN (Instituto de Defesa Nacional)
MAAG (Mutual Assistance Advisory Group)
MDAP (Mutual Defence Allied Program)
MMI (Missão Militar Inglesa)
MMP (Missão Militar Portuguesa)
OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte)
PSP (Polícia de Segurança Pública)
SACLANT (Supreme Allied Command Atlantic)
SHAPE (Supreme Headquarters Allied Powers Europe)
TA (Tipo Americano)
TSF (Telegrafia sem fios)
URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas)

Introdução

A questão militar no Estado Novo tem sido objecto de vários estudos desde há várias décadas. Uma das características mais interessantes dos vários estudos é a sua pluralidade científica e conceptual, resultante de a sua base de fundamentação dimanar de diversas ciências sociais.

O estudo pioneiro de Maria Carrilho sobre a questão militar do Estado Novo ancorava-se numa interpretação oriunda da sociologia militar.¹ Pelo contrário, e lidando com a mesma temática, a relação entre o poder político e o poder militar, José Medeiros Ferreira assentava a sua compreensão na narratividade histórica e na historicidade.² Estas duas obras tinham contudo em comum centrarem o seu estudo nas relações entre a política e as Forças Armadas. Pode-se considerar a obra de Telmo Faria como inserta na corrente de análise aberta por José Medeiros Ferreira. Também na sua obra, Telmo Faria analisa a questão político-militar do Estado Novo à luz das relações entre o poder político e o poder militar, tendo em conta a narratividade histórica, a historicidade.³ A grande diferença na análise, reside na pormenorização da obra de Telmo Faria, centrada num curto período de tempo (do início dos anos 30 a 1941), comparada com a visão mais alargada, mas mais generalista de José Medeiros Ferreira.

Sustentada em critérios diferentes, surgia a obra de António Telo, visto o seu prisma de análise não ser o das relações entre a política e os militares, mas emergir do jogo das relações internacionais e das questões

¹ A quase totalidade das obras que serão referidas nesta introdução relativas à questão militar do Estado Novo serão citadas no decorrer da obra. Por isso, e deixando as citações mais pesadas para o corpo da dissertação, incluindo a parte teórico-metodológica, limitar-se-á na introdução as referências a data de lançamento da obra, e caso não seja possível, a uma breve enumeração do título. Todas estas referências estão, de acordo com as regras de citação, no corpo do texto e na bibliografia. A opção por esta forma de referenciação deriva de não estarmos a citar partes específicas da obra, mas a citar a obra enquanto obra total, para além de se assumir que se trata de uma interpretação pessoal da significação geral dos textos de cada autor relativamente à questão político-militar do Estado Novo. Quanto à obra de Maria Carrilho referida, Cf. a autora, (1985).

² Cf. 1992.

³ Cf. 2000 e 2001.

de política externa e assentar sobre pressupostos oriundos da Teoria das Relações Internacionais. A questão militar é assim analisada e escrutinada tendo em conta a situação internacional da época em estudo, os objectivos da política externa portuguesa e as questões da defesa nacional e da defesa militar de Portugal. A questão militar no Estado Novo deriva na obra de António Telo de uma complexa teia de relações internas e externas, que constroem, influenciam e tensificam as relações entre o poder político e o poder militar no Estado Novo.⁴ Bem mais recentemente, António Telo fez introduzir uma nova temática na complexa teia de relações que já caracterizava a sua visão da questão militar no Estado Novo. Inseriu a problemática da dinâmica tecnológica militar e seu impacto na transformação da sociedade, e mais especificamente, da sociedade militar com os reflexos que as mudanças técnico-económica podia gerar nas leituras do fenómeno bélico e na relação entre o poder político e o poder militar.⁵

Noutro campo, noutro prisma de análise, emerge a obra de Luís Salgado de Matos. A sua interpretação da questão político-militar do Estado Novo deriva mais do campo da ciência política e da sociologia política. É o estudo das grandes corporações sociais com dinâmica política que sustentam o Estado Novo, a estrutura burocrático-administrativa, a Igreja Católica e as Forças Armadas, enquanto instituições ancoradas na sociedade, que a delimitam, moldam e definem o seu devir, que conforma a base da interpretação do autor.⁶

A obra que aqui se apresenta tem uma base de fundamentação distinta e toma como objecto de estudo algo que aqui e ali aflorado em outros trabalhos, jamais intentara ser analisado sistematicamente.

Trata-se no último caso de analisar a definição e a construção da política de defesa à luz das concepções militares, da sua leitura da guerra, o cerne da actividade militar, e sua interpretação da mesma, consubstanciada

⁴ Cf. (1987), 1991 e 1996.

⁵ Cf. 2004 (também já em parte em 1999).

⁶ Cf. 1999.

na definição de uma estratégia (militar) de defesa nacional. Em suma, o que se procura intentar ao longo do texto, é por um lado, fazer uma leitura das concepções que os teóricos militares têm da guerra, e da forma como essa visão, os faz apontar e buscar trilhar um ou vários caminhos, na medida em que nem sempre havia concordância na via a seguir, com vista a assegurar uma política de defesa (militar) que assegurasse a credibilidade da defesa nacional. A relação do poder político com o poder militar deriva nesta obra do encontro entre as visões do poder militar e das visões do poder político relativas à defesa nacional. Assume-se aqui o poder político como o núcleo central de poder do Presidente do Conselho e como Poder militar, a estrutura superior orgânica dos dois Ramos da força armada, o Exército e a Armada, que evoluirá ao longo do Estado Novo (a partir de 1952, existiria um novo Ramo, a Força Aérea, mas como procurar-se-á demonstrar, ainda com a autonomia muito mitigada).

Não parece lícito poder pensar-se de uma forma formal e institucional a distinção entre o poder político e o poder militar no Estado Novo. Ao longo do regime, nem todos os órgãos dimanados do Conselho de Ministros eram expressão estrita do poder político, nem vice-versa, órgãos militares expressavam a vontade da orgânica militar. A genealogia militar do Estado Novo, assente na força armada, facilitou ao longo do regime a imbricação dos dois poderes, conquanto, o peso político de cada um variasse ao longo da Era estadonovista.

Pode-se contudo afirmar que, a expressão do poder político se centra, como não podia deixar de ser numa ditadura pessoal na pessoa de Oliveira Salazar, Presidente do Conselho de Ministros,⁷ acolitado por um núcleo político estrito de fiéis, não sendo mesmo o Conselho de Ministros, de facto, um órgão político, porque muitas vezes, apenas lhe incumbia lidar

⁷ Marcello Caetano observou em numerosas alturas que Salazar não governava colegialmente, mas recebia privadamente cada ministro, tratando apenas com ele das questões relativas ao seu ministério e à sua actividade governativa. E rematava, afirmando que a visão geral de conjunto da actividade do governo e as questões política eram fundamentalmente do foro de Salazar. Cf. Marcello Caetano, Depoimento, Rio de Janeiro, 1974, p. 165.

com questões de carácter técnico - administrativo.⁸ Assim, pode-se dizer que a visão política do governo estribava-se essencialmente na pessoa de Oliveira Salazar.

Similarmente, e em boa parte também derivado da prática de governo de Salazar, a vontade dimanada do corpo militar não é de fácil hierarquização. Os Ministérios da Guerra e da Marinha até à reforma de 1937 reflectiam em boa medida a visão militar da política de defesa (militar), visto serem órgãos dimanados das respectivas corporações. Particularmente, no caso do Ministério da Guerra, a assumpção por Salazar, e depois, por Santos Costa da pasta, tornou-o mais um órgão político de controlo do Exército, que militar, facto consubstanciado na letra da lei. A criação em 1950 do Ministério do Exército, na posse do General Abranches Pinto, facilitou a reapropriação por parte da corporação da pasta e o ministro progressivamente passou a reflectir mais a visão militar das problemáticas da defesa (militar) que as do governo. O reapossamento por Santos Costa da pasta do Exército, virou de avesso de novo a postura do Ministério do Exército.

A situação do Ministério da Marinha é algo distinta, na medida em que por ser uma pasta no limbo da governação, a Armada tinha maior capacidade para a influenciar, conquanto é certo, que ao longo do período, dois ministros tivessem tido a fama de serem próximos de Oliveira Salazar, os Almirantes Ortins Bettencourt⁹ e Américo Thomaz.

Era no Estado Maior do Exército (EME) e no Estado Maior Naval (EMN) que de forma mais evidente se pode encontrar a visão militar. Daqui, de ambos, dimana para o poder político o prisma militar sobre as

⁸ Esta parece ser a interpretação de Manuel Braga da Cruz, visto que como observa, a responsabilidade dos ministros perante o Presidente do Conselho, quebrando a solidariedade organizativa colegial, por um lado, e por outro, o remetimento dos ministros para uma mera função de informação e consulta, deixavam a Oliveira Salazar a direcção geral da política e asseguravam-lhe na prática um governo de poder pessoal. Cf. Manuel Braga da Cruz, O Partido e o Estado no Salazarismo, Lisboa, Editorial Presença, 1988, pp. 102-104.

⁹ Cf. Luís Nuno Rodrigues, “Bettencourt, Manuel Ortins de (1892-1969)”, in Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito, Dicionário de História do Estado Novo, Lisboa, 1996, 1º Vol., p. 99.

grandes questões da política de defesa militar e da estratégia militar nacional. Observe-se não obstante, que nenhuma dessas instituições é produtora de doutrina, tal como acontecia com o Estado Maior General prusso-alemão, que fundamentava depois os cursos da *Kriegsacademie*.¹⁰ Pelo contrário, em Portugal, os EME e EMN expressavam a visão endoutrinante, não doutrinal, expressa por alguns teóricos de forte pena, que a publicavam nas revistas especializadas e a leccionavam na escolas militares, com destaque para a Escola Naval, a Escola Central de Oficiais e depois no Instituto de Altos Estudos Militares. Refira-se a este propósito que muitos desses teóricos militares de pena mais forte e afamação intelectual foram chefes do Estado Maior Naval e do Estado Maior do Exército.

A estrutura analítica desta obra, como já se pôde percepçionar pelo texto antecedente, deriva da análise do discurso estratégico dos doutrinadores portugueses e da visualização da sua aplicação na definição e no concebimento de uma política de defesa militar (ou militar e naval) e na constituição de uma determinada estratégia militar (ou militar e naval) com vista à defesa de Portugal. Este discurso estratégico e a sua aplicação na política de defesa militar, será analisado e escrutinado tendo em conta a teoria geral da Estratégia¹¹ e a teoria geral da guerra, como fundamentos da interpretação geral da narrativa histórica. Em resumo, o estudo da política de defesa (militar) no Estado Novo será efectuado tendo como fundamento teórico e delimitação à interpretação e à narrativa histórica, a genealogia e a teoria geral da Estratégia (e da guerra).

No cerne do tema e da obra agora apresentada está o estudo e a análise da política de defesa (militar) durante o Estado Novo,

¹⁰ Uma História Analítica do Estado Maior Alemão pode ser lida em Cf. T. N. Dupuy, *A Genius for War, The German General Staff, 1807-1945*, Fairfax, 1989 (1977).

¹¹ Há alguns anos, uma outra obra analisou de acordo com a teoria geral da Estratégia, a diplomacia e a política externa do Estado Novo durante a II Guerra Mundial. Cf. Isabel R. Ferreira Nunes, “Delineamento de uma estratégia diplomática portuguesa – Portugal na II Guerra Mundial”, in Adriano Moreira e Pedro Cardoso, *Estratégia*, 5º Vol., Lisboa, 1993, pp. 51-297.

entendendo-se por política de defesa (militar) os aspectos estratégicos (não operativos, nem táticos) relacionados com a defesa militar de Portugal (não com a questão da defesa na sua concepção mais alargada e geral). A questão político-militar é assim escrutinada tendo em conta as concepções estratégicas dos altos mandos do Exército e da Armada e as visões do núcleo central do regime, isto é, de Oliveira Salazar sobre as modalidades de defesa militar de Portugal, pensando-se aqui Portugal apenas como o relativo à metrópole e às ilhas Atlânticas. Trata-se no fundo de analisar as concepções teóricas sobre Estratégia e sobre as modalidades de estratégia militar que dimanavam do seio do Exército e da Armada e compará-las com as definições político-militares sobre os planos de defesa militar durante um determinado período do Estado Novo. No cerne da relação entre a teoria e a prática estratégica, entre o poder militar e o poder político na definição das modalidades de defesa militar de Portugal, emerge a questão político-militar que perpassou todo o Estado Novo.

O período em estudo foi balizado entre 1919 e 1958. A primeira data escolhida deriva de marcar o fim da Grande Guerra, sendo impossível na óptica da obra compreender a política de defesa militar e as modalidades e planos de defesa efectuados nos anos 30 sem remeter para a experiência da guerra que passara. De facto, as reformas militares dos anos 30, a naval, a dos Organismos Superiores de Guerra e a do Exército têm como fundamento, algumas das concepções que dimanaram da Grande Guerra sobre a guerra futura e as intentadas reestruturações falhadas das Forças Armadas nos anos 20. A última data marca a saída de Santos Costa de Ministro da Defesa e do Exército, depois de ter sido Subsecretário da Guerra e igualmente Ministro da Guerra. Santos Costa é filho teórico dos grandes projectos dos anos 20, fonte onde bebeu grande parte da sua concepção sobre a guerra futura e as modalidades de estratégia militar, e a que se manterá fiel pela vida fora. É um prisma assente na ideia de uma

participação numa contenda convencional na Europa, fosse contra a Espanha até 1943, fosse contra a URSS a partir de meados dos anos 40, tendo como base essencial a constituição de uma força terrestre o mais vasta possível, dependente da mobilização demográfica. No processo de constituição dessa vasta força, Salazar e Santos Costa conflitaram com outras perspectivas, dimanadas, ou de sectores militares mais moderados na sua visão teórica, ou de perspectivas navalistas e marítimistas oriundas da Armada, ou de concepções mais globais oriundas dos meios militares aliados, com vista a uma maior eficiência da força armada portuguesa em prol da aliança existente. Com a ascensão de uma nova geração ao comando das Forças Armadas a partir de 1958, o projecto organizativo de Santos Costa começaria a esvair-se, tendo em parte já em conta a possibilidade de conflitos no ultramar, e a eclosão da Guerra Colonial, a partir de 1961, mudaria de tal forma a estrutura e as concepções estratégicas e operacionais das Forças Armadas Portuguesas, que de outra Era se pode falar.

Assumi-se deliberadamente não escrutinar a política de defesa militar das colónias durante a época em estudo. A razão para tal deriva de dois factores. Por um lado, a defesa militar das colónias é objecto durante a época em estudo de medidas específicas que resultam de se estar a tratar de territórios com individualidade própria. De facto, até 1937, a questão da defesa colonial estava na dependência do Ministério das Colónias, e mesmo depois de 1937, a despeito de o Ministério da Guerra passar a superintender na sua defesa, esta continuava na posse do primeiro ministério. Só com a lei de 1950 é que a defesa das Colónias passou para a posse do Ministério da Defesa e do Exército, conquanto nessa época, a preocupação central fosse a mobilização de efectivos coloniais para reforçar as forças nacionais visando travar a invasão soviética à Europa ocidental. Por isso, e porque obrigaria a analisar não uma, mas várias políticas de defesa militar de Portugal, optou-se por centrar a pesquisa e a investigação à defesa

metropolitana e insular (normalmente interligada com a primeira). Esta razão explica por outro lado a escolha. Tratava-se de não alargar desmesuradamente o texto presente, visto a realidade distinta da defesa militar das colónias e da defesa militar de Portugal (metropolitano) permitir optar por centrar o estudo na última política de defesa (militar), sem necessidade de apelar à análise da primeira.¹²

O texto divide-se em três partes, uma relativamente pequena onde se desenvolve as concepções fundamentais que presidem a elaboração do texto, a Parte Teórico-Metodológica. E duas mais vastas, uma onde se elabora uma análise teórica do pensamento estratégico português na época em estudo, a *Theoria*, e outra, a última, onde se combina a parte teórica com a parte prática, a *Praxis*, ou seja, onde se relaciona a teoria com a consecução da política de defesa militar de Portugal entre 1919 e 1958.

Na Parte Teórico-Metodológica analisam-se, por um lado, as distinções entre Estratégia, Arte Operativa e Tática (as três componentes, que conjuntamente com a política formam o que denominámos de Complexo Agónico), e por outro lado, as diferenças entre a política, a Estratégia, e a guerra. Para uma melhor compreensão da Estratégia e da sua complexa relação com os outros conceitos e realidades, efectuar-se-á igualmente uma genealogia da concepção de Estratégia no século XX. São as distinções entre estes diversos conceitos e as suas relações em níveis distintos e em realidades específicas que fundamentam a análise que posteriormente se efectuará sobre a consecução da política de defesa militar de Portugal.

A segunda parte (a I Parte do Corpo da Tese) centra-se no pensamento estratégico português, analisando-se em primeiro lugar alguns autores mais marcantes, onde as concepções gerais do pensamento militar

¹² Uma interessante, mas breve análise sobre a defesa de uma das colónias de Portugal, Angola, antes da eclosão da Guerra Colonial pode ler-se em Cf. Marco Fortunato Arrifès, “Um poder militar autista – as políticas coloniais de defesa em Angola (1926/1960)”, *História*, Ano XXI (nova série), Nº 20, Dezembro de 1999, pp. 38-47.

são mais visíveis, ou permitem compreender melhor as suas possibilidades e limitações, seguindo-se uma visão mais geral desse pensamento centrado em quatro pontos: 1) a concepção da relação entre a Estratégia e a política; 2) a visão geopolítica e geoestratégia de Portugal e sua influência na política de defesa militar; 3) a compreensão das dinâmicas da Guerra Total; 4) a inovação conceptual, com a emergência de conceitos que exprimem mutações na visão da guerra e dos conflitos em geral (nestes últimos pontos, visualizar-se-á também o impacto das guerras mundiais e da Guerra Fria na transformação das concepções teórico - militares portuguesas).

Esta parte abre a porta ao grande texto da obra que estuda a construção e constituição da política de defesa militar de Portugal (A II parte do Corpo da Tese). A evolução desta será tratada tendo em conta as concepções teóricas já lidas, as visões do poder político e do poder militar, e sua relação tendo em vista a consecução da política de defesa militar, o impacto das guerras e das relações com forças militares estrangeiras na transformação do prisma sobre a utilização da força bélica e da noção de arma da Estratégia por parte dos portugueses. Nesta parte será lida igualmente a visão de Salazar sobre a política de defesa nacional e a sua relação com a política de defesa militar do país interligando-a com as relações entre o poder político e o poder militar.

As fontes que sustentam a dissertação assentam sobre dois grandes tipos. De um lado estão as variadas publicações de origem militar ou com os militares relacionada, de valor conceptual e utilidade desigual, para além de algumas obras publicadas então, de grande fôlego teórico, algumas claramente apadrinhadas pelas instituições militares. Para a teoria geral da guerra e da Estratégia, são de maior validade a Revista Militar, os Anais do Clube Militar Naval e o Boletim da Escola Central de Oficiais e depois do Instituto de Altos Estudos Militares. Com alguma utilidade ainda é válida a Revista de Artilharia. Além destas, as publicações militares são ainda

compostas pelas Revista de Infantaria, Revista de Cavalaria, Revista de Engenharia, Boletim da Direcção Geral da Arma de Artilharia e o Jornal do Exército. Acresce a estas a revista Defesa Nacional, a Revista da Marinha e a Revista do Ar. Ajuntaram-se a estas plêiade de publicações militares, outras obras aparecidas à época com maior ou menor valor conceptual e teórico, e impacto na força militar. De maior impacto ou reflectindo prismas dimanados da força militar considere-se essencialmente as obras de Tasso de Miranda Cabral, de Hermes d'Araújo Oliveira e de Andrade e Silva para além dos textos de Santos Costa. A análise teórica foi ainda ajudado por alguma documentação arquivística.

Para a constituição da política de defesa militar e para os debates entre os militares e o poder político, e para além da ajuda que a primeira série de fontes possibilitava, foi essencial a consulta de três arquivos nacionais, o Arquivo Nacional Torre do Tombo, Arquivo Oliveira Salazar, o Arquivo Histórico Militar e o Arquivo Geral da Marinha. Nos dois primeiros, foi intentado e efectuado um levantamento sistemático de documentação, o que não significa que tudo tenha sido visualizado ou referenciado, dada a vastidão plêidica dos mesmos. No Arquivo Geral da Marinha, foi feito um levantamento menos sistemático e fundamentalmente sobre o Núcleo do Estado Maior Naval. Acresce a estes arquivos, a utilização pontual do Arquivo Histórico do Ministério dos Negócios Estrangeiros e do Arquivo Humberto Delgado no Arquivo Nacional da Torre do Tombo. A II Parte do Corpo do Texto assente por isso fundamentalmente em material arquivístico. Não deixa igualmente de ser de grande valor os discursos de Salazar (publicados em obra própria) e a utilização dos debates e dos pareceres da Assembleia Nacional e da Câmara Corporativa publicados nas respectivas actas.

Tendo em conta as pressupostos teóricos e arquivísticos que sustentam a fundamentação da obra, a organização da referenciação das fontes e da bibliografia foi estruturada do seguinte modo:

As fontes têm a sua apresentação estruturada de modo a primeiro surgirem as referências aos Arquivos e aos documentos dimanado dos arquivos. Seguidamente, são referenciadas genericamente as publicações militares, após o que se apresentam as fontes compiladas em livro, sejam os textos legislativos, sejam cartas, sejam artigos de autor organizados em obra específica. Por último são especificados referenciadamente as obras teóricas, quer sejam os artigos aparecidos nas publicações militares ou em outras publicações periódicas, quer sejam livros publicados à época.

A bibliografia está por seu turno estruturada em três grandes corpos, um relativo a teoria geral da História, outro relativo à teoria geral da Estratégia e à teoria geral da guerra, assim como a obras de historiografia sobre a temática da história militar. Por último, a bibliografia referente à I República e ao Estado Novo, fundamentalmente nas áreas da ideologia, da política, da questão político-militar, da política externa e das relações internacionais.

Entre as Fontes e a Bibliografia aparece igualmente um ponto relativo a obras de referência, ou seja, as grandes Histórias de Portugal, enciclopédias e dicionários consultados. No entanto, quando as enciclopédias, os dicionários ou um dos livros de uma obra de grande história, são especificamente, ou sobre Estratégia/ciências militares ou sobre a I República e/ou o Estado Novo, a referência bibliográfica é remetida para a parte específica da Bibliografia.

Resta observar que a palavra Estratégia aparece sempre em iniciada com uma maiúscula quando se refere ao seu conceito geral e à sua concepção pura e iniciada em minúscula, quando se relativiza a uma determinada visão epocal e/ou adjectiviza qualquer outro conceito. De

igual modo, se fez o mesmo para a palavra Exército. Quando se refere à corporação nacional assim denominada, aparece no texto Exército, iniciado em maiúscula. Quando se refere genericamente a exército, como o de uma força militar organizada, ou a uma grande unidade em operações, aparece em minúsculas.

A partir deste momento, caro leitor, o texto esfiapa-se da minha mão e ganha vida na sua. Só me resta desejar-lhe uma agradável leitura.

Fundamentos Teórico-Metodológicos

Da História à Teoria Geral da Estratégia

1) Da Interpretação Histórica e da Realidade Histórica

A História lida com factos. Carlo Cipolla di-lo relativamente à História Económica. Esta estuda os factos e os acontecimentos económicos.¹ O problema que se podia pôr era, e é, o do significado de facto e de acontecimento. Por facto ou acontecimento pode-se considerar ou definir como sendo os restos que nos chegam do que se passou no tempo e no espaço, os restos, sendo tudo o que nos fica, o que nos sobra desde os tempos imemoriais.² Na disciplina da História, os restos do acontecido no tempo e no espaço são constituídos pelas fontes, fontes essas que são uma mediação entre nós e os factos acontecidos.³ A construção da História resulta da narração que se fundamenta entre o facto e o texto, ou por outras palavras, da nossa interpretação dos restos do acontecido, que se consubstancia por um lado, no encadeamento que se faz dos diversos acontecidos, e por outro lado, na fundamentação que se constrói para justificar o encadeamento dos factos. Paul Veyne afirma que os fenómenos históricos não existem em si, mas resultam sempre de quem os observa. É a estruturação que deles se faz que lhes dá coerência.⁴

Pode-se assim afirmar que a construção de um determinado processo histórico resulta da combinação de uma fundamentação conceptual do processo histórico com a interpretação narrativa dos restos que chegam até

¹ Cf. Carlo Cipolla, Introdução ao Estudo da História Económica, Lisboa, 1993, p. 13.

² Os restos é o coisificado que sobra do que acontece/aconteceu ou passa/passou. Vários são os historiadores que reforçam a saciedade que a História lida com coisas. Veja-se por exemplo, Cf. Georges Duby e Bronislaw Geremek, Paixões Comuns, Conversas com Phillippe Saintenay, Porto, (s/d) (1992), pp. 11 e 13.

³ A ideia da fonte como mediação entre nós e o passado pode-se encontrar em Krzysztof Pomian, Sur l'histoire, Paris, 1999, pp. 154-156.

⁴ Cf. Paul Veyne "A História Conceptualizante", in Jacques Le Goff e Pierre Nora (Dir.), Fazer História, Novos Problemas, Venda Nova, 1977, 1º Vol., pp. 83-84.

nós dos acontecidos espaço-temporais. A mapeação do passado, na feliz expressão de John Lewis Gaddis,⁵ deriva de uma conceptualização narracional sustentada nos restos do acontecido espaço-temporal. O encadeamento dos factos (os restos do acontecido) deriva de uma interpretação narratizável do processo histórico. A interpretação na narração histórica sustenta-se por um lado nos factos ou restos do acontecido, e por outro lado, na interdisciplinaridade, ou seja, no aporte que as diversas disciplinas científicas podem trazer ao conhecimento do homem no tempo e no espaço. A interdisciplinaridade permite a comparatividade que possibilita um melhor reconhecimento da paisagem histórica.⁶

De facto, a História, enquanto ciência, apenas pode fundamentar a possibilidade de compreender pelo estudo dos factos ou restos do acontecido no espaço-tempo. Contudo, sustentada sobre ela própria, ela pode quanto muito, interpretar inconscientemente os factos, gerando uma narrativa do acontecido, em que miscigena e miscibiliza a opinião que se expressa nos restos do acontecido (as fontes) e a sua própria sobre os factos, indestrinçando as duas realidades, e confundindo o que advém de si, do que advém dos outros, irreduzibilizando a interpretação ao seu próprio preconceito. Ao assumir-se no entanto o ideal da interdisciplinaridade e da pluridisciplinaridade, ou seja, a assumpção de uma fundamentação suportada nos conhecimentos contemporâneos (ou mesmo coevos da época em estudo) e específicos, criando um quadro conceptual,⁷ como

⁵ Cf. John Lewis Gaddis, Paisagens da História. Como os historiadores mapeiam o passado, Rio de Janeiro, 2003, pp. 15-17. Para Gaddis, a metáfora da narração e da interpretação histórica é a paisagem.

⁶ Sobre o valor e a importância da comparação na análise histórica, Cf. John Lewis Gaddis, Op. Cit., p. 40 e Krzysztof Pomian, Op. Cit., pp. 161-189. Trata-se neste caso de um capítulo intitulado precisamente *De La Comparaison Dans L'Histoire*, "Da comparação na História" onde valoriza e delimita as virtualidades da comparação na ciência histórica. Claro que há uma dimensão da comparação que pode ser observada sem recorrer a outras ciências sociais ou outras ciências. É a pura comparação entre os diversos restos do acontecido (das fontes) (entre várias sociedades diacrónicas). Será contudo limitado, se não se puder aportar todas as virtualidades que outras ciências podem dar à compreensão do histórico.

⁷ Cf. George Duby, A História Continua, Porto, 1992 (1991), p. 72.

fundamento da interpretação dos restos do acontecido (fontes), distinguindo entre os fundamentos da interpretação e o acontecido ou a opinião que emerge dos restos do acontecido, permite pela individuação das duas realidades, um muito maior aprofundamento da dimensão do outro que emerge das fontes, e consequencialmente, um conhecimento mais abrangente da irredutibilidade do real histórico.⁸ Em última análise, a História é uma porta para a consciência de si pela compreensão da consciência do outro e é na consciência do outro que se deve fundamentar a mapeação do passado, na medida em que interpretar é compreender por dentro o outro.⁹

Essa consciência do outro é o reflexo de um dos elementos centrais da Ciência da História, o fascínio e a busca do pormenor e do detalhe. Esta ideia marca o início do estudo de Marc Bloch¹⁰ sobre o que é a História, e não deixa de ser sintomático, que este pugnador pelo ideal de uma História científica, por uma História Ciência iniciasse o seu trajecto por salientar essa irredutibilidade do histórico em detrimento do científico. A História é irrepetível, mesmo que cheia de semelhanças e similitudes. A ciência é o campo do repetível. A História é assim uma paisagem de distintos sabores, onde a comparação é instrumento de distinção. Quase todos os historiadores salientam a importância da comparação como instrumento de

⁸ Não deixa de ser relevante que num opúsculo em que José Mattoso reflecte sobre a função social da História no mundo de hoje, valorize como uma das mais valias da disciplina a sua capacidade de integrar múltiplos saberes, fundamento da autoconsciência plural do historiar, ou seja, a capacidade de reconhecimento da alteridade, do movimento do Mundo. Cf. José Mattoso, A Função Social da História no Mundo de Hoje, Lisboa, 1999, pp. 16-18.

⁹ É no fundo isto que pretende John Gould quando salienta que a compreensão do discurso e da narrativa de Heródoto só pode compreendida quando intracontextualizada na concepção discursiva e mental dos homens de então. Cf. John Gould, Herodotus, Londres, 2000 (1989), pp. 110 e seguintes. Segundo este autor, a capacidade de compreender a lógica narrativa de Heródoto passa pela capacidade de entender a racionalidade das relações antigas assentes no jogo da reciprocidade.

¹⁰ Cf. Marc Bloch, Introdução à História, Mem Martins, (s/d), pp.14-15. Cita Leibnitz que afirmava que a História era a volúpia das coisas singulares.

compreensão da História,¹¹ da interpretação dos factos no tempo e no espaço. Pela comparação estes tornam-se mais evidentes, sobressaindo nas suas qualidades e na sua irredutibilidade, porque de facto se compara, não para uniformizar ou igualar, mas para pelas semelhanças, diferenciar. O facto ganha então identidade, outridade e irredutibilidade, permitindo uma maior consciência da História. Comparação feita no entanto, a dois níveis, o diacrónico e o sincrónico, as similitudes e dissimilitudes com outras épocas e as diferenças e semelhanças entre diversas sociedades da mesma Era.

A História é como um quadro, pejado de cores e de linhas que formam imagens e figuras que permitem distinguir e definir as formas do quadro, e interpretar o que ele nos pretende dizer. O historiador é como um espectador do quadro. Pode ficar apenas pelo que vê, e descrevê-lo, ou seja, pode limitar o estudo da história ao quadro. Pode contudo ir mais longe, e distinguir o tipo de cores usadas e as formas das linhas, distinguindo as suas tonalidades, e a força das formas que sobressaem, umas mais do que as outras, aqui um cor mais baça, ali outra mais matizada, no termo, uma garrida e forte, ou então, aqui uma linha tão ténue que mal dela nos apercebemos, ali, outra intensa, negra, rude. Assim, o historiador pode tentar verificar as subtilidades do jogo histórico, não só o que as personagens dizem, mas também porque o dizem, e qual o fundamento delas para dizê-lo. Pode por último, penetrar na própria dimensão da construção do quadro, relevando o tipo de materiais usados e as técnicas aplicadas. Aqui chegado, o historiador não se mune apenas do que a história lhe dá, mas tenta suportar-se sobre os materiais e as técnicas que lhe permitem melhor compreender e interpretar o quadro que está observando. A este nível, a comparação já não resulta apenas do que o quadro histórico permite descrever, nem tão só do que se julga poder ver nas matizes desse quadro

¹¹ Cf. nota 5. Veja-se também Marc Bloch, Op. Cit., p. 41.

histórico, mas de uma relação interactiva entre o passado e o presente, entre o quadro e as técnicas que permitem interpretar e compreender a imagem que ele nos mostra.

O quadro que se observa nesta dissertação é a relação das Forças Armadas com o poder político, na consecução de uma política nacional de defesa militar, durante o Estado Novo. Os matizes advém das dinâmicas que se observam entre as visões militares-navais e as visões políticas na consecução da política de defesa nacional militar, às vezes apenas se alcandora uma linha de acção baça, noutra intensas rugas marcam o jogo dos diversos pugnadores, noutras, linhas calmas e firmes, enfim, ainda além, uma linha quase diáfana. Para ter uma visão global do quadro, que reforçasse a nossa distinção dos matizes, apelou-se aos materiais e às técnicas de duas ciências, algo distintas, mas fortemente interrelacionadas também, as Ciências Militares e a Estratégia. O texto subsequente analisa os fundamentos destas duas disciplinas, que enquadrarão em seguida a dissertação.

2) Uma Interpretação Histórica entre Três Dimensões: A História; A História Militar ou as Ciências Militares; A Estratégia

O objecto em estudo é a relação entre as Forças Armadas e o poder político na consecução de uma política de defesa nacional militar. O conceito de política de defesa tem sido criticado, e com razão, por alguns estudiosos do fenómeno político-estratégico-militar. Num artigo recente, nós próprios salientamos a mitologia de se falar em política de defesa, observando no conceito de defesa, mais um pressuposto semiótico-político, que uma definição concreta e clarificadora da relação existente entre o Estado, as Forças Armadas e a política interna e externa de uma dada

entidade nacional.¹² Na verdade, muitas vezes, a noção de política de defesa esconde e dissimula verdadeiras políticas expansionistas e ofensivas.

Não obstante, e para o caso português durante o Estado Novo, a noção de política de defesa nacional (militar) ganha sentido, visto que pela intrínseca fraqueza e debilidade económico-estratégica de Portugal, a função normal da força militar ter de ser de carácter estritamente defensivo (de facto, pode-se dizer que desde a Restauração até à actualidade, a política militar do país têm-se pautado, salvo algumas excepções raras, por uma política defensiva face a um potencial adversário oriundo da Europa, sendo esta postura que substancia a aliança com a Grã-Bretanha). Política de defesa num duplo sentido até, por um lado, referente a postura nacional face aos conflitos europeus e às potenciais ameaças ao país, e por outro lado, visando assegurar pelo uso da força a situação política interna, decorrente do golpe de estado do 28 de Maio e da Ditadura Militar.

Decorria desta perspectiva que havia interesse ou pelo menos viabilidade, em estudar a política de defesa do Estado Novo à luz de duas disciplinas desde sempre associadas às ambiências conflituais hostis e ao fenómeno guerra, as Ciências Militares e a Estratégia, tanto mais como se procurou salientar anteriormente, quando a historiografia valoriza a integração de saberes, a interdisciplinaridade e a pluridisciplinaridade. Refira-se por último que a Estratégia, derivando das Ciências Militares, ganhou nos últimos 50 anos, principalmente em França, de uma cada vez maior autonomia face aos fenómenos militares, deles em parte libertando-se para se aproximar da racionalidade política, quando esta lida com realidades hostis, fundamentalmente externas.

Esta evolução, e a complexa relação entre os fenómenos de hostilidade nas relações internacionais, a guerra, a Estratégia e as Ciências

¹² Cf. António Horta Fernandes e António Paulo Duarte, “Da Hostilidade à Construção da Paz. Para uma revisão crítica de alguns conceitos estratégicos”, *Nação e Defesa*, N° 91, Outono de 1999, pp. 120-121.

Militares, levou-nos a desenvolver o conceito de **Complexo Agónico**, como meio para melhor integrar e compreender a inter-relação entre o fenómeno guerra, a estratégia, na sua dimensão não militar e militar e as ciências militares, quando fora da Estratégia, nomeadamente a táctica e a logística. Por Complexo Agónico pode definir-se as relações de combinação da Política, da Estratégia, da Arte Operativa e da Tática em ambiência conflitual hostil. O ideal conceptual do Complexo Agónico é o de valorizar a consciência de que a acção em ambiência hostil é um conjunto complexo de inter-relações entre quatro dinâmicas distintas, mas interligadíssimas, a Política, a Estratégia, a Arte Operativa e a Tática, cada uma com funções específicas, mas interinfluenciando-se, criando diversas formas específicas de reacção à animadversão do outro.

São estes quatro elementos, os fundamentos operativos do Complexo Agónico, que definem as possibilidades de actuação de cada actor do sistema. A cognoscibilidade conceptual de cada um dos elementos, isto é, o modo como o actor conhece e/ou interpreta cada um dos conceitos anteriormente referidos dá a medida das suas possibilidades de actuação na ambiência hostil do sistema internacional. Neste sentido, interessa antes de mais observar e definir o que se entende por cada um dos conceitos apresentados. Como já se referiu, a Estratégia autonomizou-se das Ciências Militares nos últimos 50 anos, sem contudo se desligar delas completamente, através do conceito de Estratégia Militar. Pelo contrário, a Arte Operativa, conceito que só agora começa a ganhar validade no Mundo anglo-saxão e francófono, quase cem anos depois de ter sido “inventado” pelos soviéticos (eles próprios indo recolhê-lo ao pensamento militar prusso-alemão oitocentista), e a táctica são concepções ainda hoje fortemente marcadas por uma dinâmica militar (conquanto às vezes se refira a tácticas não militares). Assim sendo, é necessário distinguir o que

se pode considerar como Estratégia e o que se pode considerar como Ciências Militares.

Por último refira-se que o Complexo Agónico é expressão da **Ambiência Agónica** (de onde deriva a guerra, a forma paroxística de ambiência agónica), definível como a expressão de hostilidade mais ou menos generalizada e consciente que pode existir num sistema internacional e que conforma e configura os diversos actores nas suas políticas de segurança e defesa. As formas consciencializadas da Ambiência Agónica definem os parâmetros de acção do Complexo Agónico, ou seja, as modalidades da actuação relativas à segurança de cada entidade colectiva, na Política, na Estratégia, na Arte Operativa e na Tática.

3) O Complexo Agónico: Estratégia, Sobrepuja e Não Abarca Todo o Conhecimento Militar

A Estratégia, enquanto conceito moderno, lida com a acção hostil (ou competitiva) no contexto de ambientes conflituais¹³, diz-se ambientes agónicos. É uma concepção contemporânea que aproxima a acção estratégica da acção política,¹⁴ subordinando a acção militar e desligando-a dos níveis inferiores, Operativo e tático. Assim, a Estratégia, sobrepuja e não abarca todos os níveis do Conhecimento militar. Com a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria, a Estratégia consumou um processo de evolução, em que de conhecimento subordinado da força militar passou a

¹³ Esta concepção está presente em todas as definições mais elaboradas de Estratégia. Cf. as definições subsequentes.

¹⁴ A. Beaufre, talvez o primeiro grande teórico da escola francesa de Estratégia afirmava-o categoricamente, ao dizer que a Estratégia Geral, a estratégia *tout court* devia ser uma emanção do governo. Cf. o autor, Introdução à Estratégia, Lisboa, 2004, pp. 44-45.

subordinante.¹⁵ A Estratégia enquanto instrumento da força militar no ambiente de conflito hostil, passou a subordinar a força militar nos ambientes conflituais hostis, ascendendo simultaneamente à dimensão política e passando a intervir em ambientes conflituais não hostis e mesmo em situações de competitividade conflitiva não hostil. Nesse processo foi deslastrando-se de algumas das dimensões da acção militar.

A Estratégia é tida pelos seus cultores fundamentalmente como uma disciplina de meios, como uma via para a dirimição e resolução de conflitos. Assim, A. Beaufre define a Estratégia como a “arte da dialéctica das vontades que utiliza a força para a resolução do conflito”.¹⁶ A definição de A. Beaufre é fortemente abstracta, mas muito precisa, concebendo simultaneamente a Estratégia como expressão de um conflito entre entidades humanas (o volitivo é expressão fundamentalmente originada no humano, ou seja, só o homem tem vontade) com vista a sua resolução, não obstante, deixando indefinido, não a forma de como essa resolução será atida, o uso da força, mas os instrumentos práticos para lá chegar, as armas, armas que o autor consigna de forma abstracta igualmente, ao considerá-las como todo o tipo de instrumentos que podem forçar, que podem coagir. A coacção é a essência do acto estratégico, na óptica de A. Beaufre.¹⁷

Para A. Cabral Couto, a Estratégia é a “ciência e arte de desenvolver e utilizar as forças morais e materiais de uma unidade política que suscitam ou podem suscitar a hostilidade de uma outra vontade política”.¹⁸ Recentemente, A. Cabral Couto repensou e refundiu a sua anterior definição visando integrar na conflitualidade hostil a noção de

¹⁵ Tradicionalmente, salienta A. Cabral Couto, a Estratégia era observada como uns dos ramos das Ciências Militares. Cf. o autor, “Prefácio”, in André Beaufre, Introdução à Estratégia, Lisboa, 2004, pp. 15-16. Sobre este assunto, veja-se também Hervé Coutau-Bégarie, Traité de Stratégie, Paris, 1999, pp. 416 e seguintes.

¹⁶ Cf. A. Beaufre, Op. Cit., p. 36.

¹⁷ Idem, pp. 38-39.

¹⁸ Cf. A. Cabral Couto, Elementos de Estratégia, Apontamentos para um curso, (s/d), IAEM, 1º Vol., p. 209.

competitividade. Assim, para ele, a estratégia é “a ciência e arte de, à luz dos fins de uma organização, estabelecer e hierarquizar os objectivos, e gerar, estruturar e utilizar os recursos, tangíveis e intangíveis, a fim de se atingirem aqueles objectivos num ambiente admitido como conflitual ou competitivo (ambiente agónico)”.¹⁹ A renovação da definição reflectia na óptica do autor a progressiva modificação do Ambiente Agónico, derivado da proliferação de abundantes fenómenos políticos, sociais e económicos, que multiplicam as possibilidades de conflitualidade, expressão do feixe exponencial de inter-relações que gera a globalização.²⁰

Tal como sucede contudo com a definição de A. Beaufre, também as definições de A. Cabral Couto conservam impressas uma forte noção instrumental, ou seja, a Estratégia é uma via de interpretação, enquadramento e acção no Ambiente Agónico, com vista à sua resolução de acordo com os objectivos das entidades superiores que a enquadram. A grande diferença entre a primeira e a segunda definição de A. Cabral Couto reside nas entidades enquadrantes, na medida em que inicialmente, o subordinador subsumia-se na política, contrapondo-se à noção mais vaga de “organização” da última definição, que corresponde à visão que o autor tem sobre a proliferação e diversificação dos centros de poder, já não só os Estados, mas também, as grandes empresas multi-transnacionais e as organizações não governamentais, entre outras.²¹

Foi na senda de A. Cabral Couto que António Horta Fernandes pensou a Estratégia como uma ética de conflito, assente num ideal de “prudência para lá de toda a prudência”, ou seja, numa lógica de contenção da violência no contexto de universos violentos, ou por outras palavras, num morigerador da hostilidade coactiva, expressão do reconhecimento,

¹⁹ Cf. A. Cabral Couto, “Posfácio” in António Horta Fernandes e Francisco Abreu, Pensar a Estratégia, do político-militar ao empresarial, Lisboa, 2004, p. 215.

²⁰ Cf. Idem.

²¹ Sobre esta visão do autor, idem, ibidem.

simultaneamente da sua consubstanciação ideológica e da dimensão do outro com quem digladia.²² Decorrendo desta premissa, António Horta Fernandes assume a estratégia como disciplina de fins incompletos, ou seja, como disciplina com fins próprios, relativos à morigeração, contenção e regramento da dinâmica hostil que são instrumento dos outros fins, os fins finais da política.²³

Contudo, mesmo este autor nas suas definições de estratégia, não deixa de lhe dar um carácter instrumental, de lhe assignar a lógica de uma via para outros fins que não os especificamente relativos a si. Porque para lá da sua dimensão de disciplina de meios, de disciplina instrumental, ou na lógica das suas análises mais radicais, de disciplina de fins, de ética de conflito, a Estratégia é fundamentalmente uma instrumento conceptual, uma forma de analisar o conflito, no caso particular de Horta Fernandes, assumindo como integrantes da sua cognoscibilidade, a dimensão ideológica,²⁴ um configurador do pensamento com implicações na acção sobre o real. Esta postura é clarividente na definição que o autor dá da Estratégia, “a dialógica de forças, de vontades e de liberdades de acção assimétricas com expressão semiótica, reflectida em sujeitos intramundanos, pressupondo uma ciência ou arte de criação/organização/aplicação desses vectores, *servindo objectivos específicos relativos a um poder director da mesma espécie*”²⁵ (o sublinhado é meu). Como se pode denotar pela partes sublinhadas da definição, igualmente pode referenciar-se que a função da Estratégia escapa-lhe em parte das mãos. Ela emerge, também neste autor como uma via, um meio, um caminho para alcançar algo que o seu subordinador deseja.

²² Cf. António Horta Fernandes, O Homo Strategicus ou a Ilusão de uma Razão Estratégica?, Lisboa, 1998, pp. 317 e seguintes.

²³ Idem, pp. 301-305.

²⁴ Idem, Ibidem.

²⁵ Idem, Ibidem, p. 111.

Num certo sentido, a visão de que a Estratégia tem fins próprios, não é completamente inovadora. Já Clausewitz, relativamente à guerra, salientava a distinção entre os fins da guerra (derivados da política) e os fins na guerra (derivados da força militar, ou mais prosaicamente, da acção estratégica) que corresponderiam mais ou menos à distinção entre a definição da paz e a decisão militar no terreno (o conceito de Decisão, como expressão do resultado da acção militar deve-se a Clausewitz).²⁶ Note-se não obstante, a dificuldade em fazer uma transposição linear da noção de guerra de Clausewitz para a noção contemporânea de Estratégia (sobre este assunto, supra).

Por último observe-se a visão que tem da Estratégia, um autor de outra escola de pensamento, o norte-americano Edward Lutwack. Para este autor, a Estratégia, “é a condução e as consequências das relações humanas no contexto de um conflito armado efectivo ou eventual”.²⁷ Esta definição não o satisfaz completamente, pelo que mais à frente, num texto anexo, dá várias outras definições.²⁸ Na prática, E. Lutwack salienta da Estratégia, a sua dinâmica de oposição de vontades e de jogo paradoxal de inteligência, centrando-se mais num Ambiente Agónico e na dinâmica do duelo, que na sua teleologia, ou seja, no seu fim último.²⁹ Esta perspectiva pressente-se logo na definição inicial, onde os fins derivam da própria luta, e não correspondem a um nível superior para lá dela própria. No entanto, mesmo nesta visão tão açambarcada pelo duelo, pressente-se que a luta não é um fim em si, mas deriva de algo, algo que E. Lutwack não afirma, mas deixa antever e se resume ao que sobra para lá da luta, ou seja, à definição da paz.

Definição da Paz que não deriva da Estratégia, porque esta está subordinada à política. Como Clausewitz afirmava a propósito da guerra,

²⁶ Cf. Karl Von Clausewitz, *On War*, (trad. Inglesa de Peter Paret e Michael Howard), Princeton, 1989 (1832), pp. 90 e 230-233.

²⁷ Cf. Edward Lutwack, *Le Paradoxe de la Stratégie*, Paris, 1989 (1987), p. 12.

²⁸ Idem, pp. 307-308.

²⁹ Idem, Ibidem, pp. 16-17 e 28-32.

esta é um mero braço da política, uma expressão da actividade política.³⁰ A. Beaufre releva igualmente a subordinação da Estratégia à política.³¹ Já se observou também que A. Cabral Couto e António Horta Fernandes relevaram do papel de meio da Estratégia, visando uma teleologia para lá da sua própria consecução.³² Similarmente, Liddel Hart afiança que o objectivo da Estratégia é assegurar os fins da política na guerra.³³ A política, na visão mais clássica, forma o subordinante superior da Estratégia. Saliente-se que o facto de serem outras organizações que não os Estados a regerem a Estratégia, não inviabiliza a sua subordinação à política, na medida em que essas organizações podem agir politicamente, mesmo no caso de terem funções sócio-económicos, visto a resolução dos problemas com que lidam passar muitas vezes por uma solução política.³⁴ Este elemento é essencial na compreensão da lógica da Estratégia. Clausewitz ressaltava à propósito da guerra, que esta tinha uma gramática mas não uma lógica própria.³⁵ A lógica da guerra, como a lógica da Estratégia reside no decisor último, no decisor político e nos objectivos e limites que ele cria. Um dos maiores exageros de Clausewitz carregava fortemente nesta ideia do mestre prusso, tantas vezes não compreendida, de que é a lógica, a racionalidade e a concepção política que define a forma da

³⁰ Cf. Karl Von Clausewitz, 1989, pp. 78-81 e 605-607.

³¹ Cf. A. Beaufre, *Op. Cit.*, p. 37.

³² Cf. *Infra*.

³³ Cf. B. H. Liddel Hart, *As Grandes Guerras da História*, São Paulo, 1991 (1954), pp. 404-406.

³⁴ Por política pode entender-se as formas da governabilidade da sociedade ou da colectividade. Neste sentido, numerosas organizações não governamentais podem entender-se como políticas, na medida que visam definir e conformar as formas de governabilidade das sociedades. Um dos elementos centrais da definição apresentada de política reside em considerar-se a política, não só como o acto de governar, mas também os fundamentos conceptuais que a suportam, ou seja a ideologia. Nesse sentido, a política deve ser entendida, na sua lógica mais abrangente, como a directriz de ideias que conformam, organizam e permitem a acção de governar. Sobre as definições de política, por exemplo, Cf. André Lalande, *Vocabulário – Técnico e Crítico - de Filosofia*, 2º Vol., Porto, (s/d) (1905), pp. 264-265 e Cf. Jaime Nogueira Pinto, “Política, 2-3-4” in *Polis – Enciclopédia Verbo de Sociedade e Estado*, 4º Vol., Lisboa/S- Paulo (s/d), pp. 1318-1321.

³⁵ Cf. Karl Von Clausewitz, 1989, p. 605.

guerra.³⁶ Ora, já Clausewitz sublinhava o facto de as Guerras da Revolução expressarem as novas e tempestuosas dinâmicas da política francesa após a Revolução Francesa.³⁷

Os fins da Estratégia, mesmo quando atendo a finalidades específicas, visam sempre assegurar uma teleologia política (ou outra) que subordina a sua teoria e prática. Se a Estratégia pensa e age sobre subordinação do fim político (ou outro), a aplicação depende dos meios e do seu modo de operação, meios e modos de operação, que derivam, por um lado dos objectivos a alcançar, e por outro, da peculiaridade das suas características e modos de emprego. Como afirma A. Beaufre, “a escolha dos meios depende do confronto entre as vulnerabilidades do adversário e as nossas possibilidades”, sendo o seu leque, amplíssimo e abrangente, na medida em que deriva dos instrumentos que permitem ferir, e por isso coagir o adversário.³⁸

Ora, os meios, tanto podem ser militares, como não militares, dependendo do objectivo em vista e das considerações gerais e específicas a ter em conta, que vão da contraposição entre a nossa força e a do adversário, à atitude que outras potências podem tomar, e adiante. Como releva de novo A. Beaufre, a Estratégia usa muitos meios, que vão desde o mais clássico instrumento militar à diplomacia, à economia, à psicologia, à política.³⁹ É esta realidade que leva A. Beaufre a segmentar a Estratégia, *tout court*, que ele conceptualiza como Estratégia Total, em várias estratégias menores, que ele define como gerais, que se subdividem por seu turno em duas dimensões/funções fundamentais, a dos meios e a da forma da sua aplicação, e a consagrar dois modos genéricos e inter-relacionáveis da acção estratégica, o Modo Directo e o Modo Indirecto.

³⁶ Raymond Aron, Penser la Guerre, Clausewitz, Paris, 1976, 2º Vol., pp. 92-95 e 110.

³⁷ Cf. Karl Von Clausewitz, 1989, p. 609.

³⁸ Cf. A. Beaufre, Op. Cit., pp. 38-39.

³⁹ Idem.

Assim, segundo A. Beaufre, à Estratégia Total, correspondem as Estratégia Geral Diplomática, a Estratégia Geral Económica, a Estratégia Geral Psicológica, a Estratégia Geral Militar, subdivisão que reflecte a especificidade de cada uma dessas actividades humanas, e que justificam uma concepção estratégica própria. Por sua vez, cada uma dessas estratégias, subdivide-se em uma Estratégia Genética, que lida com a criação/desenvolvimento dos seus meios de acção, materiais e imateriais, e em uma Estratégia Operacional que define o modo de aplicação dos meios, tendo em conta a sua especificidade técnico-humana, e os objectivos definidos pela Estratégia Total em acordo com a teleologia política. No fundo, a Estratégia Operacional é a aplicação final da concepção estratégica, o elemento aplicativo da manobra estratégica.⁴⁰ Finalmente, a Estratégia pode dividir-se também segundo o modo de acção, directo se a modalidade de acção escolhida for focalizada na dimensão militar, indirecto, se a modalidade de acção for centrada em estratégias não militares, o que não significa que não haja uma combinação de um modo directo e indirecto, distinguindo-se pelo papel liderante de um ou de outro, a concepção global da manobra estratégica.⁴¹

Esta concepção beaufriana foi adoptada em França e em Portugal com pequenas variações no que respeita à racionalidade do fundador, atentando-se contudo, que Kaulza de Arriaga desenvolveu o conceito de Estratégia Estrutural ou Organizativa,⁴² que lida com a dimensão organizacional da força estratégica, em paridade ou ao mesmo nível das dimensões Genética e Operacional. Em França, pelo contrário, mantém-se a tradição de só se considerar o nível operacional e de meios (genético) da

⁴⁰ A manobra estratégica não é a Estratégia Operacional. Nesse sentido, por manobra estratégica deve entender-se a aplicação da concepção global da Estratégia Total, ou seja, a aplicação das Estratégias Gerais subsumidas na criação, organização e aplicação da força com vista a consecução da decisão que sirva os interesses e objectivos da política.

⁴¹ Cf. A. Beaufre, *Op. Cit.*, pp. 44-46.

⁴² Referido por Cabral Couto, Cf. o autor, 2004a, p. 19. O autor manteve depois na sua obra, *Os Elementos da Estratégia*, a subdivisão triádica na Estratégia Geral.

Estratégia Geral.⁴³ De facto, as variações são mais de semântica que de forma ou substância, pelo que sobre a Estratégia será esta concepção que fundamentará a interpretação e compreensão global deste estudo.

Para a Estratégia Total e para cada uma das suas subdivisões, é ainda contudo preciso considerar a especificidade e as características dos meios materiais e humanos a utilizar e a modalidade de os manobrar ou operar. É no fundo uma dimensão profundamente técnica-operática, mas que desconsiderada pode gerar tensão, perturbação e emaranhamento na manobra estratégica, de tal modo que por si, liquefaz a sua acção. Não sendo já, pela sua especificidade técnica e modalidade de acção, parte da Estratégia, mas elemento da Arte Operativa e da Tática.

A modalidade de operar os meios (humanos e materiais), foi no Ocidente recentemente denominada de Arte Operativa (de acordo com a concepção soviética, originada na década de vinte do século XX, num certo sentido, um aperfeiçoamento da concepção germânica de *operativ*, de operações).⁴⁴ É preciso contudo distinguir a Arte Operativa da Estratégia Operacional, conceito estratégico que define a aplicação da manobra estratégica, de acordo com os objectivos da Estratégia, tendo também em contas as possibilidades da modalidade de manobra ou operação permitidas pelos meios, ou seja, da Arte Operativa. Quanto às características materiais

⁴³ Vejam-se as recentes obras de Cf. Hervé Coutau-Bégarie, 1999, pp. 410 e seguintes, de Cf. André Collet, Histoire de la Stratégie Militaire depuis 1945, Paris, 1994, pp. 3-8, e de Jean Marie Mathey, Comprendre la Stratégie, Paris, 1995, pp. 15-16.

⁴⁴ Cf. Hervé Coutau-Bégarie, “Art Opératif”, in Thierry de Montbrial e Jean Klein, Dir., Dictionnaire de Stratégie, Paris, 2000a, p. 60. Segundo este autor, o conceito foi desenvolvido na Alemanha no fim do século XIX, com vista a distinguir os movimentos com vista a batalha dos outros movimentos militares. Contudo, foram os soviéticos que melhor aperfeiçoaram a concepção. Nos anos 20 e 30 desenvolveram uma visão da Arte Operativa que sustentava-se na necessidade de desenvolver operações sucessivas para assegurar a decisão no campo de batalha, na medida que a multiplicação das massas e dos meios impedia a noção de batalha decisiva. Assim para os soviéticos, a Arte Operativa significou a condução de vastas operações combinadas independentes ou as linhas mestras para a condução de grandes operações. Cf. David M. Glantz, Soviet Military Operational Art, in pursuit of the deep battle, Fort Leaveworth, 1991, pp. 13-15. A noção soviética de Arte Operativa expressa bem a íntima relação que existe entre as operações e a dimensão tecnológico-material.

e os seu modo de uso, elas remetem para a Tática, ou seja, a função desta última dimensão ou deste último nível, expressa a combinação dos meios materiais e suas possibilidades de aplicação directa no terreno (metaforicamente pensado como o espaço-tempo onde se produz o duelo).

Observe-se contudo, no que respeita a Arte Operativa, afirma Hervé Coutau-Bégarie, a dificuldade real em conceptualizá-la fora do seu contexto original germano-soviético. Em França, diz o autor, a definição dada pela doutrina francesa não convence,⁴⁵ o que é natural, pensa-se, pela existência da concepção de Estratégia Operacional, facto que não ocorrendo nos países anglo-saxónicos, facilitou a sua absorção pelas doutrinas militares locais.⁴⁶ Pode-se não obstante, assentada na matriz fundadora do conceito, efectuar a seguinte distinção entre Estratégia Operacional e a Arte Operativa. Cabe a primeira a definição da modalidade de aplicação da Estratégia Geral respectiva, enquanto na segunda reside a forma como essa aplicação será desenvolvida no “terreno”. Em termos puramente militares, a Estratégia Operacional corresponderia por exemplo às modalidades de defesa avançada ou recuada, a Arte Operativa, à forma como no terreno⁴⁷ se desenvolveria a manobra de forças relativa à modalidade escolhida. A Tática residiria por seu turno na sábia combinação da acção do combatente ou do grupo dos combatentes, dos meios que lhe estavam outorgados e do terreno onde operaria.

Segundo Clausewitz, a forma do combate é determinada pelo armamento.⁴⁸ De igual modo, A. Beaufre afirmava relativamente às armas nucleares a importância do impacto das novas técnicas e das novas

⁴⁵ Cf. Hervé Coutau-Bégarie, 2000a, p. 60.

⁴⁶ Sobre as doutrinas estratégicas germânicas, anglo-saxónicas e soviéticas, por oposição à franco-portuguesa, veja-se as partes 5 e 6 deste Capítulo.

⁴⁷ No fundo, conservando impensada em si, a noção matriz da sua origem germânica, os movimentos, as manobras, as operações com vista ao embate, ao choque armado entre forças armadas.

⁴⁸ Cf. Karl Von Clausewitz, *Théorie du Combat*, Paris, 1998, pp. 62-63.

possibilidades táticas.⁴⁹ Não deixa de ser sintomático que para duas realidades bem distintas, a guerra nos inícios do século XIX, das armas de pólvora e pederneira e para a Era Nuclear, com tipos de armamento tão distinguíveis e com poderes destrutivos tão desfasados um do outro, a mesma ideia surja, a da necessidade de ter em conta as possibilidades das armas e do seu impacto tático. A razão para este prisma pode talvez encontrar-se no impacto técnico dos meios na acção agónica, seja ela militar ou não. Para se agir estrategicamente, é indispensável dispor de meios que possam tocar e ferir com frequência e brutalidade, ou seja, é preciso adquirir meios materiais técnicos e de pessoal humano treinado no seu uso. A esta combinação do uso, e sublinha-se, do uso dos meios técnicos, do pessoal treinado para o utilizar e da sua aplicação no “terreno”, pode denominar-se de Tática. Sem estes meios, qualquer estratégia, por brilhante que possa parecer conceptualmente, será irrelevante.⁵⁰ Inversamente, uma concepção pura de uso destes meios e de pessoal treinado para o fazer por muito brilhante que seja, baqueará se não dispuser de uma concepção global de acção de uma estratégia à altura.⁵¹

⁴⁹ Cf. A. Beaufre, Op. Cit., p. 110.

⁵⁰ Uma visão da importância da relação tecnológica com as formas e mutações da Arte da Guerra pode ser lida em Cf. Martin Van Creveld, Technology and War (from 2000 BC to the Present), Nova Iorque, 1992.

⁵¹ Foi o que aconteceu com a Alemanha na I e na II Guerras Mundiais. A habilidade operacional e tática dos seus comandos e soldados nada pode contra uma concepção estratégica que multiplicou frentes, inimigos e afastou aliados. A estratégia alemã, independentemente do que se possa conceber sobre a visão de Hitler na II Guerra Mundial, excessivamente focalizada na dimensão militar e excessivamente focalizada nos níveis operativos e táticos, foi incapaz de resolver os dilemas globais alemães e conduziu a nação à derrota total. A propósito desta ideia veja-se a visão de Andreas Hillgruber, quando afirma que em Setembro de 1939, a Alemanha tinha uma concepção de como derrotar militarmente a Polónia, mas não de como vencer uma Guerra Total. Cf. o autor, La Segunda Guerra Mundial. Objectivos de guerra y estrategia de las grandes potencias, Madrid, 1995 (1989), pp. 33-34. Igualmente, Michael Geyer, salienta que um dos mais importantes factores para a derrota alemã na II Guerra Mundial foi o colapso de uma concepção holista e racional de estratégia em detrimento uma visão técnico-operativa, ideológico totalitária e racial. Cf. Michael Geyer, “Germany Strategy in the Age of Machine Warfare”, in Peter Paret, Ed., Makers of Modern Strategy, from Machiavelli to the Nuclear Age, Oxford, 1994 (1986), pp. 572 e seguintes. Veja-se também E. Luttwack, Op. Cit., pp. 273-276.

Sem a consciência da importância da utilização e aplicação dos meios e de quem os utiliza, a acção estratégica gora-se fatalmente. A Ela cabe contudo o papel fundamental, a da concepção global, teórico-praxista, concepção e acção, ou pensamento-acção, que faz mover todos os meios materiais e imateriais para consecutir os objectivos definidos pela política, com vista a esta alcançar a sua meta final, uma determinada modalidade de paz. Neste ponto, igualmente estão em acordo Clausewitz⁵² e A. Beaufre.⁵³ A validade da Tática e da Arte Operativa não pode ser descurada, nem sobredominante. A Tática e a Arte Operativa subordinam-se à Estratégia, do mesmo modo que esta está às ordens da política. Mas, detêm autonomia no seu campo específico, o da manobra das grandes massas e meios e o modo de operar as armas na acção agónica, no duelo resultante da ambiência conflitual, duelo esse, que é expressão da hostilidade e da competitividade política, conceptualizada pela Estratégia, visando colocar a política na melhor posição possível face ao adversário (outro).

Assim, a Estratégia, não abarca, nem toda a dimensão do Complexo Agónico, visto por um lado subordinar-se a uma dimensão superior e directriz, a política, que delimita e enquadra os seus objectivos e a sua possibilidade de acção, e por outro lado, a despeito de teoricamente subordinar a Arte Operativa e a Tática, deixar-lhes a autonomia dos seus campos específicos, a modalidade do manobrar ou operar, interligando homens e meios, e a relação entre a dimensão técnica e a possibilidade do agir. Além disso, como já se observou, também sobrepassa o facto militar puro e duro. As concepções de Estratégia, de Arte Operativa e de Tática apresentadas, são suficientemente abstractas para dar a entender o cuidado

⁵² Clausewitz dá grande valor à teoria, dedicando-lhe o II capítulo do Da Guerra. Recusa-lhe uma concepção doutrinal ou escolástica. A função da teoria é educar a mente. Cf. o autor, 1989, p. 142.

⁵³ De facto, depois de ter salientado o valor das novas possibilidades táticas e tecnológicas no uso do vector nuclear, avisa que sem uma concepção global estratégica, aquelas arriscam a subpotencialização, quando não a uma irrelevância face a um desequilíbrio estratégico não esperado. Cf. A. Beaufre, *Op. Cit.*, p. 110.

de não submeter os conceitos a uma dimensão estritamente militar. De facto, qualquer destes conceitos é plausível de uso noutras estratégias não militares.⁵⁴ A Estratégia não é, de acordo com esta concepção, um conceito militar, conquanto historicamente originado no facto militar, mas cada vez mais, uma filosofia de poder internacional, uma filosofia porque é uma concepção ético-tórico-praxista de concepção e acção das organizações (políticas e não só) num contexto de ambiência conflitual hostil e competitiva (Ambiente Agónico). Cabe-nos portanto igualmente pensar as características específicas do fenómeno militar, e da sua relação com a moderna concepção de Estratégia, assim como a sua interacção com o fenómeno político.

4) O Complexo Agónico: As Ciências Militares, Não Incluem Toda a Estratégia

As ciências militares lidam com a guerra e a violência hostil ou com a possibilidade da guerra ou de violência hostil. O fenómeno guerra, não obstante, não representa toda a ambiência conflitual, toda a Ambiência Agónica. As ciências militares lidam com toda a organização e toda a acção das forças militares, incluindo a fundamental dimensão técnico-táctica e operativa. Retornemos a Clausewitz e à sua visão do que é a guerra. Para este autor, a guerra é um duelo, expressão de um acto de força que visa impor ao adversário a nossa vontade.⁵⁵ Decorre de este acto de força que a guerra é uma colisão entre duas forças vivas impulsionadas à destruição. Por isso, a guerra é um acto de violência que visa desarmar o inimigo.⁵⁶ O

⁵⁴ Apesar de alguns autores assumiram que as dimensões da Arte Operativa e da Tática remetem unicamente para a dimensão militar. Cf. André Collet, *Op. Cit.*, p. 8.

⁵⁵ Cf. Karl Von Clausewitz, 1989, pp. 75-76-77.

⁵⁶ Idem, pp. 90-91.

instrumento da guerra é por isso a força armada.⁵⁷ É evidente que um acto de força e de violência pode ser efectuado de forma não militar. Uma colisão de duas forças vivas pode igualmente ser feita de forma não militar, através de um duelo de palavras ou da negação de determinados bens materiais, por exemplo.

No entanto, a Guerra, expressa-se muitas vezes por uma violência física directa, pelo choque das massas e dos meios armados. De facto, na linguagem corrente, o significado da guerra é definido como “luta armada entre nações”, “combate, com ou sem armas”, peleja, combate, conflito.⁵⁸ Apesar de poder ser efectuada sem armas, todas as noções e definições de guerra remetem para um acto físico violento. A primeira noção define mesmo a ideia de um choque extremamente violento ao afiançar ser um acto armado. Choque fisicamente violento que remete por conseguinte para o uso de forças armadas. Como Clausewitz acaba por afiançar, a guerra é um acto político onde há mistura com outros meios, se utiliza a força armada e a violência física, ou a ameaça dela, com vista à consecução de um objectivo político, através de coacção física (visando um colapso moral do inimigo).⁵⁹ Aquilo que distingue a guerra dos outros meios é a afirmação do facto violência física, do facto coactivo físico, que se expressa no confronto entre meios e massas armadas.

As Ciências Militares lidam então com este facto, ou seja, com a guerra, ou a possibilidade de guerra, enquanto choque armado, onde sobredomina o fenómeno da violência e da coacção física. Pelo contrário, o fenómeno estratégico alarga-se a outras dimensões de coacção, não só físicas, mas psicológicas-imateriais. É verdade que, regra geral, a violência física visa ela própria o impacto psicológico. No entanto, o meio, a violência física, não é focalmente psicológico-imaterial, para além de se

⁵⁷ Idem, Ibidem, p. 127.

⁵⁸ Cf. Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa, Lisboa, Círculo de Leitores, Tomo IV, p. 1940.

⁵⁹ Karl Von Clausewitz, 1989, pp. 605-606.

poder assumir uma pura destruição total que resolve o conflito, consubstanciando-se por exemplo, nas denominadas guerras de aniquilamento ou extermínio.⁶⁰ Além disso, a Estratégia pode atingir os seus objectivos com níveis muito baixos de coacção, como o mero uso do diálogo, na sua vertente de Estratégia Geral Diplomática, virtualmente sem violência física.⁶¹

Tem-se então que as Ciências Militares distinguem-se da Estratégia pela sua focalização no fenómeno político da violência armada, da violência física. A guerra ou a preparação para a guerra é o seu campo de acção. São por isso, de acordo com a tipologia da Estratégia definida, o elemento da denominada Estratégia Geral Militar, elemento central do Modo Directo da Estratégia, que na óptica de A. Beaufre é a aplicação directa da violência física, da força bruta no seu sentido literal e estrito, no acto e na manobra estratégica.⁶² Esta focalização da força armada na violência física, explica em parte, a ideia defendida por John Keegan da irrelevância e até, da perversão, que representa o conceito de Estratégia na modernidade, um morigerador na óptica dele, da força bruta, um falso moderador da guerra, na medida em que pela lógica do duelo, do choque e das paixões, aquela escapa a qualquer tentativa de regramento. Por conseguinte, na óptica de John Keegan, a Estratégia emerge como um obnubilador da crueza do real.⁶³

⁶⁰ É talvez o caso da II Guerra Mundial na Europa. É duvidoso, ao contrário do que aconteceu na I Guerra Mundial, que se possa falar de uma derrota militar resultante do colapso moral da Alemanha. Tal como a guerra terminou, é talvez mais coerente referir-se a um paradigma de guerra de aniquilamento, em que a vitória deriva da destruição total ou quase total do adversário. Enfim, em Maio de 1945, quase já não havia território alemão ou forças alemãs em condições materiais, não meramente morais, para combater. O caso, talvez mais paradigmático de uma guerra de extermínio, pode ser o da destruição de Cartago por Roma no século II A.C.

⁶¹ Um caso arquetipal do fenómeno é a política de Salazar face a Franco durante a II Guerra Mundial. Sobre este assunto vejam-se por exemplo algumas das obras de António Telo, de Fernando Rosas, de César Oliveira, citadas ao longo deste trabalho ou na bibliografia no final.

⁶² Cf. A. Beaufre, *Op. Cit.*, pp. 133-134 e 146.

⁶³ Cf. John Keegan, *The Mask of Command*, Londres, 1987, pp. 1-7.

Apesar de não se poder de todo aceitar a visão de John Keegan, por ela reflectir igualmente uma visão demasiado sobredeterminada pelo factor guerra, não considerando de todo a complexidade da conflitualidade hostil nas relações internacionais e subordinando-a demasiado exclusivamente à utilização da força militar,⁶⁴ há um elemento que deve ser ponderado na interpretação do autor, o da especificidade do fenómeno violento na utilização da força armada, a sua dinâmica tendencialmente imoderada, a sua crueza, que deforma qualquer busca de moderação que possa ser intrínseca à Estratégia, se a Estratégia, marcada como está pela sua gramática específica pode ser morigerada. Saliente-se que Clausewitz considerava que na sua forma pura e abstracta, a guerra ascendia necessariamente aos extremos, sendo o seu regramento expressão, não da “estratégia” (facto militar), mas da lógica política.⁶⁵

Temos assim que a Estratégia e as Ciências Militares, tendo numerosos pontos de contacto, são apesar de tudo, saberes distintos. A Estratégia lida com o fenómeno geral da Ambiência Agónica, da conflitualidade hostil e da competição entre organizações (regra geral, políticas), utilizando uma panóplia de meios, que vão dos clássicos militares aos não militares, sobrepassando a mera utilização da violência física. Pelo contrário, as Ciências militares lidam com os fenómenos específicos da violência bruta física (mesmo que em última análise, o fito seja o de derrubar psicologicamente a vontade do inimigo, sem o instrumento físico, tal é

⁶⁴ Idem, p. 7.

⁶⁵ Cf. Karl Von Clausewitz, 1989, pp. 605 e seguintes. É esta realidade que torna a concepção da Estratégia como ética do conflito de António Horta Fernandes altamente suspicaz, visto, das duas uma, e ambas complicadas do ponto de vista da teoria global da Estratégia, ou se assumem que grande parte das guerras que hoje se travam não são estratégicas, visto ultrapassarem a gradação aceitável de moderação considerada, tornando, como John Keegan afirma, irrelevante a noção de Estratégia, ou esta, dependendo da vontade política mais ou menos imoderada, condiciona o acto estratégico. Sobre este assunto, Cf. António Paulo Duarte, “Os (De)limites da Estratégia”, in António Horta Fernandes e Francisco Abreu, Pensar a Estratégia do político-militar ao empresarial, Lisboa, 2004, pp. 124-138. De qualquer modo, e em geral, a obra contém uma viva discussão sobre este assunto.

impossível, pelo que a sustentabilidade da sua acção está nesse instrumento “material”), ou seja, na utilização da força armada, facto que valoriza em parte a interpretação anterior de John Keegan.

Ora, o uso do instrumento armado, da força armada não pode ser conceptualizado meramente ao nível estratégico. Tem de ser pensado a níveis não estratégicos, o da Arte Operativa, o da Tática, o da Logística,⁶⁶ ou seja, se ao nível estratégico, se pode considerar que pela sua especificidade, a Tática e a Arte Operativa detêm uma autonomia própria, na dimensão das Ciências Militares, a não integração e compreensão global de todo o fenómeno militar, arrisca ao *débacle*. A este propósito é conveniente observar a análise de Jacques F. Baude sobre o comando, onde os elementos da Estratégia, da Arte Operativa e da Tática formam um todo interligado, segmentos da mesma função, a função gerando uma unificação de todos os elementos, o que não acontece ao nível global da teoria estratégica, onde mesmo os actores são distintos.⁶⁷

As Ciências Militares formam assim um todo, integrando numa mesma dinâmica a Estratégia Militar Geral, expressão suprema do Modo Directo, as Estratégias Genética, Estrutural e Operacional, a Arte Operativa, Tática e a Logística.⁶⁸ As Ciências Militares formam por conseguinte um saber que integra num todo funcional e orgânico, parte do saber estratégico (aquele que lida com as dinâmicas de violência física), o saber operativo e o saber tático. Nesse sentido, ficam aquém de todo o saber estratégico e sobrepõem-se nos níveis inferiores da Arte Operativa e da Tática (além da Logística). Vê-se assim, que a Estratégia pode ser estudada, por um

⁶⁶ Desconsidera-se como autónomo o elemento comunicações, central a todo o processo, na medida em que as comunicações são a chave da integração de todos os níveis num sistema holista.

⁶⁷ Cf. Jacques F. Baude, “Commandement”, in Thierry de Montbrial e Jean Klein, Dir., *Dictionnaire de Stratégie*, Paris, 2000, quadro da p. 94.

⁶⁸ Não admira por isso que André Collet, ao estudar a dimensão da Estratégia Militar no século XX, insira em articulação com esta, os níveis Operático e Tático. Cf. André Collet, *Op. Cit.*, p. 8.

lado, na sua clássica vertente militar, de onde emerge e onde durante muito tempo foi uma dos componentes do seu saber, e por outro lado, na sua progressiva independência face ao facto militar e ao facto guerra, realidade que se consuma com o nascimento e o impacto das armas nucleares.

5) A Evolução Conceptual da Estratégia Militar no Século XX e Sua Compreensão do Conflito (Do Séc. XIX à II Guerra Mundial)

A Estratégia Militar é um meio da Política na guerra, ou melhor, a Estratégia Militar é o uso da guerra ou da possibilidade da guerra com vista aos fins da Política. A Estratégia (enquanto facto militar) cabe plenamente no prisma Clausewitziano.⁶⁹ A Estratégia militar subordina-se à Política, mas esta subordinação é sempre mediada pela guerra, na medida em que a guerra ou a possibilidade de guerra é o meio de onde emergirá a resolução do problema político-estratégico-militar, ou seja, o espaço de mediação da decisão e da vitória. Neste sentido, a Estratégia Militar está profundamente marcada pelo impacto do facto fisicamente violento ao longo dos séculos XIX e XX e fundamentalmente, relativamente à época em estudo, do impacto das Guerras Mundiais e do alargamento do significado da Estratégia Militar, ou seja o da criação de novos meios, o da tecnologização e industrialização da guerra, levando à emergência de estratégias nos campos organizacional ou estrutural e genético com impacto na acção militar e na multiplicação das estratégias “militares”, a naval, a terrestre, a aérea, a convencional, a nuclear.

⁶⁹ Este prisma salienta que a Política usa a guerra (através do uso da força armada) com vista a atingir os seus fins, coagindo ou tentando coactar os seus inimigos. António Horta Fernandes salienta com razão que em Clausewitz, a guerra medeia a relação entre a Política e a Estratégia, o que escapa ao autor, é que na realidade, sendo a Estratégia Militar um acto de força directo, a guerra ou a possibilidade da guerra, enforma e delimita a sua acção, assim se percebendo porque na verdade jamais Clausewitz poderia fazer uma ligação directa entre a Política e a Estratégia, visto que no seu tempo, esta última, era sempre por antonomásia, a Estratégia Militar, ou seja, a guerra moldava a sua postura. Sobre a noção de Clausewitz, infra, notas anteriores. Sobre a ideia de António Horta Fernandes, 1998, pp. 197, 198 e seguintes.

Esta interpretação permite por seu turno valorizar a distinção entre uma **cultura estratégica matricial** de uma **cultura estratégica epigonal**. A primeira distingue-se por uma criação/produção e organização que parte do impacto da Ambiência Agónica e da guerra relacionando-o com a sua realidade político-estratégico e geopolítico-goestratégica específica (e considerando ainda os elementos materiais e imateriais da sua sociedade), inova a teoria e a prática estratégica. Pelo contrário, a segunda forma de cultura estratégica é o reflexo de uma dada “colonização” mental que indo buscar às concepções teóricas estratégicas exteriores as suas concepções e práticas, tenta depois adoptá-las à sua realidade específica. Esta cultura estratégica epigonal pode, se as concepções estratégicas importadas não se adaptarem bem ao ambiente agónico local, gerar o fenómeno de cisão da Força Armada, ou seja, o fenómeno de divisão das modalidades de defesa desejadas, com a consequente rivalidade pela posse de recursos escassos.⁷⁰

Toda a Estratégia foi profundamente marcada pelo impacto da Guerra Total no século XX. Acentue-se primeiramente e precisamente este conceito. Falamos de Guerra Total e não de Estratégia Total, ou seja, o cerne substantivo desta forma de conflitualidade é a totalidade, a totalização da guerra, do fenómeno guerra. Por Guerra Total pode entender-se, dizem-no dois dicionários de Estratégia, a mobilização total, não só militar, mas política, económica, social e psico-ideológica, para a guerra.⁷¹ É um facto radical, em que todos os elementos humanos e

⁷⁰ Como se depreenderá, seria o caso das Forças Armadas portuguesas ao longo do período em estudo, e assim se pretenderá demonstrar ao longo do texto. Note-se no entanto, que na década de 60, por via do impacto da Guerra Colonial, os estrategas portugueses desenvolveram um pensamento estratégico de elevada originalidade e qualidade, ainda não suficientemente estudado.

⁷¹ Facto que só com a Grande Guerra foi percepcionável. Veja-se por exemplo o impacto da Grande Guerra na visão económica dos beligerantes. Até Agosto de 1914, preocupados apenas com a questão financeira, só com o impacto da guerra descobriram a importância da mobilização de poderosos meios materiais, técnico-científicos-industriais. Cf. Gerd Hardach, *The First World War*, (s/l), 1987, p. 53.

materiais de uma dada sociedade são focalizados na guerra.⁷² Como observa Phillipe Masson, para alguns teóricos da Guerra Total, nomeadamente para Erich Luddendorf,⁷³ há uma subordinação do poder político ao poder militar e uma necessidade de completa militarização da sociedade.⁷⁴ Em última análise, a Guerra Total subordina-se a uma estratégia de aniquilamento.⁷⁵

Estes elementos são centrais para uma compreensão mais global e abrangente da Guerra Total. Sendo uma guerra, ela, podendo ou não conduzir à subordinação do facto político ao facto militar, invertendo o prisma clássico, é sempre focalizada e baseada na acção directa por poderosos meios militares em operações de mais lata intensidade possível. Isto significa que o factor militar continua a ser dominante, mas já não hegemónico, na acção estratégica, conquanto o Todo Estratégico acaba na prática por ficar subordinado à Estratégia Militar. Por outras palavras, na Guerra Total, derivado de ser uma guerra, o facto militar subsume todas as outras dimensões à sua própria necessidade e focaliza todos os elementos de exponenciação de recursos da sociedade ao vórtice militar.

Esta focalização sintetiza-se então numa confluência de meios e massas para a força militar, elemento central da decisão na Guerra Total. É certo, que sem a criação e desenvolvimento de meios materiais, dificilmente, pode afirmar-se, o poder militar assegurar a decisão, mas na realidade, a possibilidade de assegurar a exponenciação de meios está dependente das possibilidades de segurança prestadas pelo facto militar, pelo que há uma interdependência entre ambos os elementos, no que respeita à mobilização de recursos. Ora, no que respeita à possibilidade de

⁷² Sobre as definições de Guerra Total, Cf. Philippe Masson, “Guerre Totale” in Thierry de Montbrial e Jean Klein, Dir., Dictionnaire de Stratégie, Paris, 2000, pp. 309-312 e, Cf. Gérard Chaliand e Arnaud Blin, “Guerre Totale”, in Gérard Chaliand e Arnaud Blin, Dictionnaire de Stratégie Militaire, Paris, 1998, pp. 337-339.

⁷³ A tese é defendida em Cf. Erich Ludendorff, A Guerra Total, Rio de Janeiro, 1941.

⁷⁴ Cf. Phillipe Masson, 2000, p. 309.

⁷⁵ Cf. Gérard Chaliand e Arnaud Blin, 1998, p. 337.

decisão e vitória, só uma vasta força militar o pode assegurar, visto *per si*, os recursos serem só a possibilidade de pôr em pé de guerra e fazer perdurar a força militar, enquanto a viabilidade de uma decisão no terreno e da vitória ou derrota dependerem das armas. Por assim ser, é que se explica porque as concepções britânicas clássicas de operações limitadas combinadas com manobras de cerco e bloqueio se terem revelado relativamente irrelevantes ou de menor importância nas duas guerras mundiais, obrigando a Grã-Bretanha à mobilização de vastos efectivos militares.⁷⁶

Assim, a Guerra Total, mais do que permitir o desenvolvimento de uma Estratégia Total vai desenvolver concepções de aplicação do poder militar, de Estratégia Militar aos novos embates entre-nações, e já não só entre exércitos. É esta evolução que explica os limites da concepção de Grande Estratégia, conceito desenvolvido por Liddel Hart na sequência da Grande Guerra e que o autor postulava como sendo “a coordenação de toda a nação (todos os recursos) para atingir os objectivos políticos da guerra”.⁷⁷ É certo que o autor assumpta que todos os recursos da nação, não se resumem aos militares, mas a uma globalidade de factores militares, económicos, sociais, psicológicos, e por aí adiante,⁷⁸ conquanto se possa afirmar, que precisamente por centrar a Grande Estratégia na guerra, focalizando-a no duelo militar, derivado da sua concentração no Modo Directo da acção estratégica, delimitar as possibilidades da Estratégia, enquanto concepção global de pensamento-acção. Em suma, apesar da Grande Estratégia, a Estratégia continuava a ser uma expressão forte do facto militar. E toda a política de segurança de cada um dos Estados

⁷⁶ Sobre este assunto, o excelente artigo de Cf. Michael Howard, “British Grand Strategy in World War I”, in Paul Kennedy, Ed., Grande Strategies in War and Peace, New Haven e Londres, 1990, pp. 31-41.

⁷⁷ Cf. B. H. Liddell Hart, Op. Cit., p. 406.

⁷⁸ Idem, p. 407.

Europeus e dos EUA assente fortemente na dimensão militar, centrando as suas políticas na Estratégia Militar *tout court*.

Nas década de vinte e trinta do século XX, decorrendo do impacto da questão da Guerra Total, tal como se expressara na Grande Guerra, desenvolveram-se várias formas de política de segurança e defesa de cada uma das potências mundiais, que tinham contudo em comum a sua centração na dimensão militar, ou seja, em que a dilemática político-estratégica tinha uma resolução originada na Estratégia Militar. Pode-se dividi-las em duas grandes correntes. Uma centrada no poder de fogo, outra centrada no movimento. À primeira, correspondiam os modelos germânicos e soviéticos. À segunda, os modelos franceses, norte-americanos e britânicos.⁷⁹

É decorrente da conceptualização de Guerra Total que na década de vinte, os alemães lançam o fundamento da doutrina militar que se denominaria depois de *Blitzkrieg*. É na década de vinte, que por sua vez os soviéticos fundamentariam a noção de Arte Operacional. Ambas as concepções derivam de uma determinada concepção da dilemática da Guerra Total e visam responder-lhe, caindo por excesso numa dinâmica sobredominada pelas operações. Para os alemães, o cerne da superação da Guerra Total, caracterizada pela *Materialschaft*,⁸⁰ a guerra de material, residia na exponenciação da mobilidade da força militar,⁸¹ visando a batalha de aniquilamento, com vista a resolução do conflito pela negociação. Como observa Dennis Showalter, os estrategas alemães

⁷⁹ Sobre esta distinção, muito desenvolvida nos anos oitenta, hoje algo criticada, mas que mantém apesar disso, vigor conceptual, Cf. R. E. Simpkin, "The Meaning of Mobility" in The Mechanized Battlefield, A Tactical Analysis, (s/l), 1985, p. 41.

⁸⁰ Dilemática que assombrava as Forças Armadas germânicas, cónscias da fragilidade da Alemanha numa Guerra Total prolongada e de usura. Cf. John Keegan, The Battle for History, Re-fighting World War II, (s/l), 1997, pp. 94-95.

⁸¹ Sobre a centralidade da mobilidade na doutrina militar e na Estratégia Total e Militar prusso-alemã, o excelente mas breve artigo de Cf. Daniel J. Hughes, "Blitzkrieg", in Franklin D. Margiotta, Ed., Brassey's Encyclopedia of Land Forces and Warfare, Washington e Londres, 1996, pp. 156-161,

procuravam uma acção militar total para alcançar objectivos limitados, centrando toda a sua concepção estratégica nos níveis táticos e operacionais, jogando com a velocidade/mobilidade/manobrabilidade e a noção essencial de “centro de gravidade” Clausewitziano.⁸² A Noção globalizante de Guerra Total, em vez de alargar a concepção a uma dimensão de Estratégia Total, invertia-se e fazia com que a racionalidade do nível superior da Estratégia, ou seja, a dimensão político-estratégica se afunilasse nos níveis operativo e tático.

Não se recusa uma visão de Estratégia Total, mas sim, a ideia de que Estratégia Total impunha um vórtice operativo e tático, na medida em que derivado das limitações de recursos germânicos, só restava ao braço armado, a superação da dilemática estratégica pelo jogo da hipermobilidade visando o aniquilamento da força militar adversa. Esta necessidade, por sua vez, reflectia uma concepção de Guerra Total excessivamente centrada na racionalidade da guerra, que de certo modo, deglutia a dimensão política e subsumia a Estratégia à acção operativa e tática. Não era a única, visto também a concepção de Arte Operacional exprimir uma visão demasiado militar da Guerra Total.

A concepção estratégica soviética é também ela uma expressão do impacto da Guerra Total, reflectida e reflexo da experiência russo-soviética na Grande Guerra e na Guerra Civil subsequente. Para a teoria militar sovieto-marxista-leninista, a estratégia correlaciona-se com a guerra, não sendo tão abrangente como a noção de Grande Estratégia anglo-saxónica. Divide-se em duas dimensões, uma político-militar, outra técnico-operativa.⁸³ Com base numa visão da Guerra Total, e face ao fracasso da

⁸² Cf. Dennis Showalter, “Total War for Limited Objectives: An Interpretation of Germany Grande Strategy”, in Paul Kennedy, Ed., Grand Strategies in War and Peace, New Haven e Londres, 1990, pp. 105-123.

⁸³ Cf. Condoleezza Rice, “The Evolution of Soviet Grand Strategy”, in Paul Kennedy, Ed., Grand Strategies in War and Peace, New Haven e Londres, 1990, pp. 146-147. Igualmente, Cf.

Revolução Mundial, a concepção estratégica da defesa, centrou-se por um lado no reforço simultâneo da mobilização das massas e na valorização do factor tecnológico-industrial,⁸⁴ fundamento da justificação da política de industrialização maciça do Estalinismo nos anos 30, independentemente dos custos, e por outro,⁸⁵ numa lógica militar fortemente operacionalista, isto é, aplicativa, naquilo a que se denomina hoje de Estratégia Operacional da Estratégia Geral Militar, ou por outras palavras, num excessivo vorticismo da dimensão operacional da Estratégia Militar. Segundo Jacques Laurent, o pensamento militar soviético entre 1917 e 1991 é marcado por uma continuidade estruturante, assente na lógica da Arte Operacional, na busca do ataque em profundidade, no combate de encontro, na ofensiva, na manobra e na mobilidade.⁸⁶

As inegáveis virtualidades militares da Arte Operativa não nos devem fazer esquecer que, quer o pensamento estratégico soviético, quer o pensamento estratégico alemão, foram sugados na sua racionalidade para uma excessiva centração nas operações feitas pela força armada, que engolfava todas as outras dimensões da Guerra Total, a científico-tecnológico, a ideológico-mediática, a industrial-produtiva, subordinando-as à acção militar na sua expressão pura e dura, destronando a sua autonomia e independência conceptual, acabando por limitar e regradar as enormes potencialidades das concepções teóricas desenvolvidas. Em boa medida, também por isso, nem o pensamento estratégico soviético, nem o pensamento estratégico alemão conseguiram libertar a concepção estratégica da guerra.

Condoleezza Rice, “ Soviet Strategy”, in Peter Paret, Ed., Makers of Modern Strategy, from Machiavelli to the Nuclear Age, Oxford, 1994, pp. 663-664.

⁸⁴ Cf. Condoleezza Rice, 1990, pp. 150-151.

⁸⁵ Sobre este assunto, muito debatido, por exemplo, Cf. Bruce Porter, War and the Rise of the State. The Military Foundations of Modern Politics, Londres, 1994, pp. 225-228.

⁸⁶ Cf. Jacques Laurent, “L’Evolution du Pensée Militaire Soviétique: A la Recherche de une Stratégie Adequate”, Stratégique, N° 49, 1° Trimestre de 1991, p. 149.

No ocidente, igualmente o pensamento estratégico francês conservou-se nos anos 20 e 30 estritamente subordinado a política da guerra. Essa postura advinha do “pavor” gerado em França pela possível vindicta germânica. Face ao declínio demográfico e às debilidades francesas na comparação com o poder militar alemão, a política de defesa francesa centrou-se no reequipamento do Exército e na construção de um sistema de alianças de forte pendor militar.⁸⁷ De igual modo, a Estratégia Total francesa seria deglutida pela sobredominância do factor Guerra Total a uma concepção excessivamente operacionalista-militar da estratégia e decorrentemente, da política de defesa.⁸⁸ A grande diferença residia não na concepção geral, mas na modalidade da Estratégia Militar Geral assente no ditado de Pétain, “o fogo mata”, e na valoração do poder de fogo e da defensiva face à possibilidade de manobra.⁸⁹ Assim, a Estratégia Militar francesa manteve-se ancorada na experiência da Grande Guerra, das frentes contínuas e na descrença do valor da mobilidade ao nível tático e operativo (conceito desconhecido então no pensamento militar francês).⁹⁰

Um dos elementos centrais para a valoração pelos franceses da defensiva e do poder de fogo era a noção de que a guerra moderna era uma guerra de usura ou atrição.⁹¹ Esta era também um dos fundamentos das concepções estratégicas militares anglo-saxónicas. Como bem observou há já vários longos anos Russel Weigley, a concepção de estratégia militar norte-americana está vincadamente fundada na importância do poder de

⁸⁷ Cf. Douglas Porch, “Arms and Alliances: French Grande Strategy in 1914 e 1940”, in Paul Kennedy, Ed., Grand Strategies in War and Peace, New Haven e Londres, 1990, pp. 125 e seguintes.

⁸⁸ Observe-se que A. Beaufre afirma que aquilo a que se denominava Estratégia em 1918 correspondia a noção que ele tinha e definia como de “operações”, Cf. o autor, Op. Cit., p. 77.

⁸⁹ Sobre a importância do poder de fogo no pensamento teórico militar francês, por exemplo, Cf. Eugenia Kiesling, Arming Against Hitler. France & the Limits of Military Planning, Lawrence, 1996, pp. 136-140.

⁹⁰ Uma análise mais alargada das concepções estratégicas francesas será efectuada na II Parte do trabalho, na medida em que se considerou que o fundamento da teoria militar da força terrestre portuguesa entre-as-guerras era o prisma francês.

⁹¹ Cf. Eugenia Kiesling, Op. Cit., pp. 11-13.

fogo, da engenharia, da usura decorrente do embate tecnológico-industrial, na afirmação grantiana de que ganhara pelo peso dos números.⁹² Igualmente, a tradição britânica de ganhar as guerras através de um progressivo sufocamento do poder inimigo, pelo cerco económico-financeiro e militar, reforçava a concepção de uma estratégia militar assente no poder de fogo e na usura.⁹³ Esta concepção anglo-saxónica explica em boa medida que o conceito de Grande Estratégia tenha sido por eles criado e desenvolvido. No fundo, a concepção de Grande Estratégia, na versão de Liddel Hart, define-se como a “coordenação de todos os recursos da nação com vista a atingir os objectivos políticos da guerra”,⁹⁴ ou seja, configura a equipendência dos diversos recursos não subestimando ou subordinando os não militares aos militares, mas conglutinando-os num vasto e sufocante abraço sobre o adversário. Esta concepção explica o cuidado dado pelos EUA à preparação industrial para a guerra,⁹⁵ ou a afirmação churchilliana de que com a entrada da América do Norte no II Guerra Mundial, a decisão e a vitória no conflito mais não era que uma questão de uma boa aplicação de uma força esmagadora.⁹⁶

Não obstante, a melhor compreensão do fenómeno geral da Guerra Total, talvez em boa parte porque a ameaça militar terrestre não era tão factível no caso anglo-norte-americano, derivado da protecção fornecida pela separação oceânica e marítima,⁹⁷ o prisma anglo-saxónico, estava,

⁹² Cf. Russel Weigley, “American Strategy from Its Beginnings through the First World War”, in Peter Paret, Makers of Modern Strategy, from Machiavelli to the Nuclear Age, Oxford, 1994, pp. 408-443. Veja-se também o artigo de Cf. Bruno Colson, “Culture Stratégique Américaine”, in Gérard Chaliand e Arnaud Blin, Dictionnaire de Stratégie Militaire, Paris, 1998, pp. 129-145.

⁹³ Sobre as concepções britânicas, por exemplo, Cf. Michael Howard, 1990, pp. 35-36. Igualmente, Cf., Edward Luttwack, Op. Cit., pp. 209-211. Veja-se também o incontornável Henry Kissinger, Diplomacy, Nova Iorque, 1994, pp. 70-72.

⁹⁴ Liddel Hart, Op. Cit., pp. 406-407.

⁹⁵ Cf. Laurent Henninger, “A l’heure de la guerre industrielle, L’Histoire (special), N° 267, Julho-Agosto de 2002, p. 73.

⁹⁶ Citado por Paul Kennedy em Cf. o autor, Ascensão e Queda das Grandes Potências, Mem Martins, (s/d), 2º Vol., p. 7.

⁹⁷ Cf. Bruno Colson, 1998, pp. 133-134 e Cf. Henry Kissinger, Op. Cit., p. 70.

como estavam os germânico, soviético e francês, marcado pela dinâmica da guerra. A concepção de Grande Estratégia visava criar uma réplica à Guerra Total, e condensava uma resposta global a esta última. É por isso, que entre a Grande Estratégia e a Estratégia Militar,⁹⁸ o universo anglo-saxão jamais tenha produzido formas intermédias, gerando, por paradoxal que pareça um desequilíbrio estratégico que se hoje se começa a pressentir. Esse desequilíbrio reside no predomínio do Modo Directo da Estratégia, ou seja, na utilização fundamentalmente do aparelho militar e na acção directa visando uma estratégia militar de aniquilamento do adversário.⁹⁹

Tendo em conta este panorama, pode afirmar-se que entre-as-guerras, a despeito de uma maior interpenetração de factores não militares nos fenómenos estratégicos, a preocupação de todos os decisores estratégicos, ainda fundamentalmente os militares, com o facto guerra, focalizou a problemática estratégica na questão militar. Apesar disso, a dimensão militar ganharia uma perspectiva mais alargada, já não limitada ao factor operacional estrito (conquanto este seja o elemento dominante nas concepções germânico-soviéticas), mas combinada com o factor tecnológico-científico-industrial.

Este facto residia no impacto da Grande Guerra nas concepções estratégicas, principalmente derivado da decisividade do elemento material no conflito. Para os alemães, como para os soviéticos, a questão tecnológica seria incrustada na dinâmica operativa como elemento central desta última. Residira na supremacia tecnológica um dos elementos

⁹⁸ Sobre os conceitos de Estratégia existentes actualmente nos EUA, Cf. Bruno Colson, “La Stratégie Americaine de Sécurité et la Critique de Clausewitz”, in www.stratisc.org/strat, 30-12 2003, pp.1-2. Segundo o autor, os norte-americanos distinguem entre uma *National Security Strategy* definida pela Casa Branca, uma *Defense Strategy* orquestrada pelo Departamento de Estado e uma *Military Strategy* desenvolvida pelo Presidente dos Chefes do Estado Maior Inter-armas.

⁹⁹ Cf. Bruno Colson, 1998, pp. 136-137 e seguintes.

fundamentais da superioridade da mobilidade e velocidade operativa¹⁰⁰ (um dos outros elementos centrais correspondia à teoria e à doutrina). Deste modo, o tecnológico intrínseca-se na Arte Operativa e na Estratégia Militar Geral. Se bem que mais marcado no universo germânico e soviético, o fenómeno de tecnologização da força militar e da sobredominância da táctica e da arte operativa é geral às grandes potências,¹⁰¹ e reflecte uma maior preocupação com a mutação tecnológica da guerra gerada pela Grande Guerra. Ora, a II Guerra Mundial marca nesse campo um novo salto qualitativo, que demonstra à saciedade, não só a importância decisiva do factor técnico e tecnológico na guerra, como do científico e industrial.¹⁰²

Por um lado, o factor científico-tecnológico consubstancia o alargamento do campo espaço-temporal da estratégia, a dilatação do espaço pela contracção do tempo, derivado da velocidade-mobilidade acrescida da Armada e inovadora dos meios moto-mecanizados e aéreos.¹⁰³ A aviação atinge plena maturidade técnico-operacional agindo em profundidade e afirma-se como arma axial das forças de terra e mar, nascendo de facto a estratégia aero-naval e a estratégia aero-terrestre.¹⁰⁴ Na verdade, a guerra reforça de forma implacável a especialização funcional que caracterizava as segmentadas formas de organização sócio-industrial, fazendo emergir ou reforçar as estratégias particulares, a aero-terrestre, a aero-naval, a aérea, e

¹⁰⁰ Sobre os soviéticos, por exemplo, Cf. Condeleazza Rice, 1994, pp. 657-8 e 664-5. Sobre os alemães, Cf. James Corum, The Roots of Blitzkrieg, Hans Von Seeckt and German Military Reform, (s/l), 1992.

¹⁰¹ No caso francês, veja-se por exemplo o texto de Cf. Eugénia Kiesling, Op. Cit., pp. 144-167.

¹⁰² Com a multiplicação da importância da pesquisa e do conhecimento científico no desenvolvimento das novas armas ou no aperfeiçoamento de tantas outras. Para além do radar, da aviação a reacção, dos sistemas rádio-dirigidos, dos mísseis balísticos, como a V2, ou de cruzeiro como a V1, da arma das armas, a nuclear, a guerra viu dar saltos qualitativos impressionantes em muitas outras armas, tais como os carros de combate, que iniciaram as hostilidades com peças de 20 a 37mm e pesos da ordem dos 10-20 Toneladas e terminaram-nas com peças da ordem dos 75-90mm e pesos na ordem dos 40-50 Toneladas. Sobre a impressionante evolução do armamento entre 1939 e 1945, Cf. Alain Bru, Evolution des Matériels Militaires, Paris, 1990.

¹⁰³ Cf. Hervé Coutau-Bégarie, 1999, pp. 404-405.

¹⁰⁴ O poder aéreo unifica os “ramos”, Idem, p. 615.

salientar a importância de estratégias não militares, como a económica ou a ideológico - propagandística.

A criação e aparição da arma nuclear rompe por fim com o fenómeno clássico da relação entre a política e a guerra, já fortemente abalado pela II Guerra Mundial, e com a trilectica tradicional política-guerra-estratégia¹⁰⁵ fazendo emergir a concepção de dissuasão, a formulação de uma concepção de guerra não armada, a Guerra Fria, e novas concepções de Estratégia, militares e não militares, assim como a transformação da relação dialéctica guerra/Estratégia, passando esta de subordinada a subordinante da primeira.

6) A Genealogia das Estratégias Não-Militares face à Emergência dos factores Económico-Mediáticos e das Guerras, total e Fria, no Século XX

O impacto da sociedade tecno-industrial e mediático-massificada na Estratégia é o ponto de partida para a compreensão da dinâmica e da força com que na Guerra Fria as estratégias segundo o Modo Indirecto irrompem com impressionante força. Tratam-se na verdade de duas dinâmicas específicas, mas a última igualmente produto expresso da Revolução Científico-Industrial que marca os séculos XIX e XX. A importância do factor industrial e tecnológico nas guerras modernas e sua influência nas concepções estratégicas, é expressão da profunda mutação social e económico-científica que se produz nas sociedades. Estas passam de sociedades de produção reduzida e extensiva a sociedades de produção intensiva, concentrada e maciça. A sociedade das massas é produto da

¹⁰⁵ Idem, Ibidem, pp. 406-409.

economia de produção massificada.¹⁰⁶ A produção em massa no facto guerra irrompe com toda a força na I Guerra Mundial e estende-se depois como intensidade ainda mais forte à II Guerra Mundial e à Guerra Fria fazendo emergir a denominada Estratégia de Meios ou Genética, que lida com a criação e desenvolvimento de novos sistemas de armas¹⁰⁷ e que o duelo nuclear torna axial à manobra estratégica.

De facto, face à dissuasão, reflexo do “pavor” da destruição mútua assegurada, o embate estratégico passa a ser feito no nível genético, no jogo de quebrar a resistência do adversário pela possibilidade de uma ruptura tecnológica que crie uma janela de vulnerabilidade no seu sistema defensivo-ofensivo e o deixe impotente. A corrida aos armamentos acaba por tornar-se a modalidade de duelo inter-estatal, a forma não violenta de travar a “batalha” e de com isso alcançar os fins da guerra, ou seja, impondo a paz segundo a visão do vencedor.¹⁰⁸ Se a Guerra Fria e a Dissuasão valoraram decisivamente a Estratégia Genética, tal não significava que como já se demonstrou ela não tivesse sido essencial nas Guerras Mundiais, bem pelo contrário, fora precisamente a sua importância que explica inicialmente o excessivo operacionalismo das concepções germano-soviéticas, contudo, a concepção de Estratégia Total e de Guerra Total, como se procurou demonstrar, estavam ainda fortemente eivadas da visão de guerra no sentido duro e puro do termo.

A guerra ideológica-propagandística é outra expressão da Revolução Científico-Industrial consubstanciando-se através de uma revolução tecnomediática. Não é que não houvesse já, desde tempos imemoriais, propaganda na guerra. No entanto, seria preciso esperar pela globalização dos meios mediáticos para se poder criar uma efectiva guerra das ideias,

¹⁰⁶ Sobre as transformações geradas nas formas de poder pelo impacto da Revolução Industrial, ou mais propriamente pela Revolução Científico-Industrial, como exemplo, Cf. António Paulo Duarte, O Equilíbrio Ibérico, História e Fundamentos, Lisboa, 2003, pp. 366-374.

¹⁰⁷ Cf. A. Beaufre, Op. Cit., p. 46.

¹⁰⁸ Idem, pp. 91 e 112 e seguintes.

uma luta pelo domínio das mentes. Os instrumentos centrais dessa luta eram tecnológicos e correspondiam ao desenvolvimento da Imprensa de massas no século XIX,¹⁰⁹ ainda algo limitada como meio de combate ideológico, pela dependência ao suporte material, e depois, com muito mais eficácia instrumental, o cinema, e fundamentalmente, a rádio e a rádio-televisão.¹¹⁰ A superioridade destes últimos meios reside na imaterialidade dos modos de difusão, que podem sobrepassar todas as fronteiras e penetrar em profundidade no terreno adverso, contribuindo para a sua lassidão, ao causarem danos no apoio que a população pode dar ao seu governo e ao seu país.

A capacidade de fazer penetrar mensagens adversas no território do inimigo vai estimular a ideologização da guerra. A guerra mediática é pela sua própria lógica intrínseca, um embate ideológico, um embate de ideias, o que por seu turno gera três fenómenos discursivos paradoxais. Por um lado, a afirmação do emissor em afiançar a bondade extrema do seu lado. Por outro lado, a afirmação de que o outro representa o mal, em certos casos mesmo o mal absoluto. Mas como para a mensagem ter impacto, não se pode afirmar a estripação e extirpação do mal pela negação total do inimigo, o que automaticamente levaria este a uma resistência “até à morte”, produz uma sábia distinção entre o povo, enganado e ludibriado, e os governantes “malditos” e monstruosos.¹¹¹ No fundo, toda a guerra mediática, toda a denominada Estratégia Psicológica tem por fito último

¹⁰⁹ Na Grande Guerra, ainda foi fundamentalmente a Imprensa escrita, o instrumento de propaganda por excelência. Cf. Gema Iglesia Rodríguez, La propaganda en las guerras del siglo XX, Madrid, 1997, pp. 13-19.

¹¹⁰ Facto que só ocorre na II Guerra Mundial. Idem, p. 31.

¹¹¹ Este era por exemplo um dos enfoques da propaganda britânica desde 1939. Idem, Ibidem, p. 38. Foi pelo facto dos soviéticos até muito tarde terem fixado a sua propaganda numa visão estrita entre o mal e o bem, entre os nazis-alemães e eles, que as suas forças em 1944-45 ao penetraram na Alemanha, consideraram aceitável perpetrar todos os desmandos possíveis, assassinatos, roubos e violações em massa. Quando as autoridades soviéticas aperceberam-se do efeito dos desmandos e do seu impacto no pós-guerra na Polónia e na Alemanha, era já muito tarde para qualquer forma de compensação. Seguimos Cf. Anthony Beevor, Berlim, the Dawnfall, 2002.

quebrar o elo entre a liderança e o povo com vista a desgastar o esforço de guerra do adversário. Em suma e em última análise, o campo de batalha da guerra/estratégia ideológica (denominada tão apropriadamente de subversiva, visto visar subverter as massas) é a população em geral ou determinados grupos específicos da população, tendo como arma as ideias.

Esta distinção pode por último explicar em parte porque uma guerra de aniquilamento e extermínio como a II Guerra Mundial foi de certo modo aplacada e não cartaginizada. Como o inimigo a exterminar era o governo, não o povo ludibriado, apesar de ele dever expiar o erro pela escolha dos governantes, podia, acabado que fosse o extermínio destes últimos, por poder retornar à comunidade das nações, ou seja, ao antro dos vencedores. Pode-se assim considerar que a ideologização da guerra morigerou a estratégia de aniquilamento do inimigo, ou seja, a política entrou no extermínio, na medida em que como já se salientou, a política é a ideologia em acção na governabilidade.¹¹²

Seja como for, o impacto, por um lado, da Revolução Científico-Industrial, e por outro lado, decorrendo da primeira também, da Revolução Mediático-propagandístico-ideológica, fez valorizar as Estratégias não militares, ou só muito indirectamente militares. Este facto foi ainda reforçado pelo banimento da ideia de Guerra Total gerada pelo pavor da destruição mútua assegurada pelo factor nuclear, pela emergência da estratégia de dissuasão, que como A. Beaufre salientou, não é a guerra, mas a prevenção da guerra,¹¹³ que restringindo a liberdade de acção de cada um dos contendores, facilitou a assumpção de novas modalidades de estratégias não militares.¹¹⁴

¹¹² Esta é também a opinião de Raymond Aron, que criticando os que vêm na obra de Clausewitz a matriz da Guerra Total, observa que não é a estratégia, mas a política o configurador último da violência paroxística bélica. Cf. o autor, 1976, 2º Vol., pp. 92-95 e 110.

¹¹³ Cf. A. Beaufre, *Op. Cit.*, pp. 96-97 e seguintes.

¹¹⁴ Idem, pp. 121 e seguintes.

As denominadas estratégias não militares, expressão do Modo Indirecto da Estratégia, já se observou, utilizam como forma maior, na óptica de A. Beaufre, a linha política, ou seja, o jogo das ideias, como vista a destruir a vontade de combate do adversário. A forma militar pode ser instrumental à sua actuação, mas sempre como complemento da acção político-ideológica. Como afirma o autor, o Modo Directo usa a forma bruta, o meio militar, o Modo Indirecto, a linha política, a “massa cinzenta”, com isto querendo salientar que é uma modalidade estratégica onde um duelo de “ideias” e de “imagens” é central.¹¹⁵

A Estratégia ou Modo Indirecto é por isso expressão de um universo de não guerra, ou de miscegenação da guerra e da paz, como relevava de novo A. Beaufre, de paz-guerra, de conflitualidade hostil não subsumida à guerra no seu sentido puro e duro.¹¹⁶ Nesta perspectiva é talvez compreensível procurar destrinçar o que é a Estratégia e o que é a guerra.

7) A Relação Complexa Entre a Teoria da Guerra e a Teoria da Estratégia.

Clausewitz começa a sua obra com uma primeira e breve definição do que é a guerra.¹¹⁷ Pergunta o que é a guerra e responde de forma directa com a expressão, “é um duelo”.¹¹⁸ Um duelo diz, em grande escala. Pela sua etimologia, duelo significa um confronto entre dois adversários.¹¹⁹ A

¹¹⁵ Idem, ibidem, pp. 138-139.

¹¹⁶ Idem, Ibidem, p. 29.

¹¹⁷ Releve-se este facto. A obra de Clausewitz é sobre a guerra, não sobre a estratégia, que em Clausewitz é um derivado da relação guerra-política, ou como salienta António Horta Fernandes, a guerra medeia a relação política-guerra. Cf. nota 66. Na indistinção entre guerra e Estratégia residirá provavelmente algumas das incompreensões do pensamento clausewitziano. Na verdade, como este capítulo pretende demonstrar há todo o interesse em distinguir um fenómeno do outro e em assumir teorizações específicas para cada um deles.

¹¹⁸ Cf. Karl Von Clausewitz, 1989, p. 75.

¹¹⁹ Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa, Lisboa, 2003, Tomo III, p. 1411. Vem do Latim duo-dois e *bellum*-combate.

guerra é por conseguinte um combate entre dois grupos, como já se observou anteriormente. Reside nesta definição simples de Clausewitz o cerne do que é a guerra. Um embate, um choque, um confronto. Qualquer destas imagens são substantivadas e coisificáveis. A guerra é o espaço-tempo de um enfrentamento humano.

A Estratégia, pelo contrário, não remete para o choque, mas para a inteligência. A. Beaufre afirma que a Estratégia é um método de pensamento,¹²⁰ e mais à frente afirma mesmo que ela é “parte divina”,¹²¹ um pensamento sublime sobre o confronto das sociedades. Hervé Coutau-Bégarie por sua vez não deixa de fazer corresponder a Estratégia à filosofia, quando analisada segundo os padrões clausewitzianos de busca da essência do conflito (é o método filosófico).¹²² Pode-se assim dizer que a Estratégia racionaliza a guerra e ao racionalizar a acção dos homens no conflito e na guerra, molda a guerra à finalidade que eles definiram. Assume-se assim como correcto que a guerra é de facto um instrumento da Estratégia, entre outros, mais ou menos violentos, da mesma forma que a Estratégia se subordina e é um meio da política.

Não obstante, Clausewitz apresenta a concepção teórica após analisar a noção de guerra.¹²³ Pode-se perfeitamente argumentar que esta organização era puramente discursiva-narrativa. Sabe-se hoje contudo, que só uma parte do Livro I ficou tal como Clausewitz a desejava à altura da sua morte.¹²⁴ Sem querer entrar por falta de fortes argumentos materiais nessa problemática, pode-se contudo pôr a hipótese de que Clausewitz queria antes de mais nada explicar a natureza da guerra antes de entrar nas subtilezas teóricas da sua compreensão, porque tinha perfeita consciência

¹²⁰ Cf. A. Beaufre, Op. Cit., p. 29.

¹²¹ Idem, p. 36.

¹²² Cf. Hervé Coutau-Bégarie, 1999, p. 272-273.

¹²³ Cf. Karl Von Clausewitz, 1989, Livro II. O Livro I analisa a natureza da guerra.

¹²⁴ Sobre o estado da obra de Clausewitz à sua morte, obra que ficou incompleta, Cf. Raymond Aron, 1976, 1º Vol., pp. 145-148. Veja-se também Cf. Peter Paret, Clausewitz and the State, The Man, His Theories and His Times, Princeton, 1976 (1985), pp. 376-381.

de que o fenómeno não era puramente atreito a uma compreensão puramente racional, mas carregava consigo realidades irracionais, que dificultavam uma racionalização pura e dura da guerra.

De facto, para Clausewitz, a guerra era uma triologia fundada em fenómenos racionais e irracionais, uma “trindade paradoxal”, a força natural (a violência, ódio e paixão), o acaso, a probabilidade e a força criativa, a subordinação ao elemento político (a racionalidade). O primeiro elemento correspondia ao povo, o segundo ao comando e o terceiro ao governo.¹²⁵ Destes elementos, só um corresponde a uma racionalidade mais pura, o governo e o elemento político que confere à guerra uma teleologia racional. O segundo elemento combina fenómenos racionais com outros irracionais ou intuitivos, e é campo tanto do método quanto da intuição e do génio. O terceiro campo é puramente irracional porque joga com poderosos sentimentos, não com mentes claras.

A guerra não pode assim ser assumida apenas como um fenómeno expressão de uma racionalidade pura, mas como algo que substantivado e coisificado por actos humanos, visando confrontar e sobrepujar outros homens, com vista a alcançar fins específicos, de certo modo é também gerida por impulsos e emoções intensíssimas que a fazem esfiapar-se das mãos humanas, ganhando realidade própria. A Estratégia racionaliza a *praxis* que age na guerra e na Ambiência Agónica e nesse sentido, de certo modo, molda a conflitualidade com vista ao fim a alcançar. Mas a guerra não é um fenómeno puramente racionalizável, nem subordinada a uma mente racional que a configura e a conforma à sua visão. No meio da guerra, como no meio da Ambiência Agónica, introduzem-se milhentos fenómenos que escapam a mente racional, e se a Estratégia visa de facto ser uma filosofia de compreensão do conflito e um método de pensamento,

¹²⁵ Cf. Karl Von Clausewitz, 1989, p. 89.

uma mente racional¹²⁶ para agir sobre e no conflito, na Ambiência Agónica e na guerra, deve ter em conta que estes fenómenos não são puras racionalidades, mas estão eivados de irracionalidades, de forças imprevisíveis e irruptivas, ou seja, que eles têm especificidades que escapam à razão pura da Estratégia.

Essas especificidades foram profundamente compreendidas pela História contemporânea, que alargou a esfera da compreensão da guerra do facto político e militar a outros, económicos, sociológicos, psicológicos, até artísticos.¹²⁷ A guerra mexe com toda a sociedade e alarga-se a todos os campos sociais por onde perpassa. É um fenómeno total e global, no sentido que lhe foi dado pela historiografia dos anos sessenta e setenta,¹²⁸ que não é redutível à dimensão política, conquanto esta tenha nela papel crucial, na medida em que a política expressa, enquanto governabilidade, o impacto da Ambiência Agónica e da Guerra na sociedade. A guerra surge assim como realidade específica e jamais redutível a uma mera racionalidade estratégica, a despeito da função desta ser a de fazer agir os homens com racionalidade nos Ambientes Agónicos. Só que a racionalidade é sempre a racionalidade de um determinado grupo em confronto com racionalidades de outro grupo, racionalidades essas que podem ser e são marcadas por dimensões e dinâmicas não racionais, ódios e paixões, acasos e probabilidades, que influem e gerem fricção nos grupos

¹²⁶ A. Beaufre salienta com veemência a racionalidade da Estratégia, Cf. A. Beaufre, Op. Cit., pp. 28-29 e 36.

¹²⁷ Sobre a renovação da historiografia militar contemporânea e o alargamento do seu campo de observação Cf. Nuno Severiano Teixeira, "A História Militar e a Historiografia Contemporânea", *Nação e Defesa*, Nº 59, Julho/Setembro 1991, Lisboa, pp. 53-71. Uma notável visão da amplitude de análise histórica do fenómeno bélico pode ser observada na recente obra colectiva sob a direcção de Cf. Stéphane Audoin-Rouzeau e Jean Jacques Becker (Dir.), *Encyclopédie de la Grande Guerre, 1914-1918*, Paris, 2004, onde desde a dimensão política e militar à dimensão cultural, passando pela económica e social, todos os aspectos do impacto da guerra são afluídos, numa perspectiva abrangente, englobante e total.

¹²⁸ Por Fenómeno Total entenda-se uma realidade abarcante de toda a realidade humana, uma realidade que abarca e suga o homem na sua totalidade ou quase totalidade. A guerra pelo impacto que produz na sociedade ao transtornar e subverter todo o real social pode ser entendida então como um fenómeno histórico total.

em duelo.¹²⁹ A guerra não é de um grupo, mas a expressão do choque agónico na sua lógica paroxista. A guerra une os dois grupos no mesmo molde e unifica ambos no processo de interacção violenta e paroxística.

Neste sentido, o impacto da Ambiência Agónica, de que a guerra é um derivado paroxístico, reflectindo-se sem dúvida na acção política e na estratégica dos duelistas, não é redutível a mera racionalidade pura de ambos, mas expressão de sentidos, que extravasando a razão, e jogando noutras dimensões do psicológico, alargam a irreducibilidade da conflitualidade agonista humana a múltiplos e largos campos do ser-se total. Reside aqui por fim um último problema, que é a relação da guerra com a política e a ideia Clausewitziana da guerra ser um instrumento da política. O facto é em si real e efectivo. E talvez de simples explicação. É que se o desencadear da guerra expressa um acto político, a política é um reflexo das realidades sociais, económicas, culturais, psicológicas de uma dada sociedade que nela influem e a conformam. São as transformações dos moldes sociais, que geram as dinâmicas políticas que criam os Ambientes agónicos e derivadamente a guerra.

8) As Estruturas Enquadrantes da Ambiência Agónica e do Complexo Agónico: Ideologia, Teoria e Sistema Internacional

Por isso, a análise da política de defesa (militar) exige que se enquadre o desenvolvimento da mesma sobre três grandes estruturas. 1) A relativa à consciência de ameaça, que deriva por um lado de concepções

¹²⁹ Perspectiva que Clausewitz compreendeu com grande clareza ao considerar que a transformação das guerras com a Revolução Francesa originara-se na subversão social gerada pelo fenómeno político-social com devastadores impactos nos factos hoje denominados estratégicos. Fora o dinamismo político-ideológico da revolução, combinado com a massificação do facto político (em si, um facto social antes de mais nada) que produzira as Guerras Revolucionárias e pudera fazer emergir a genialidade de Napoleão, o “Deus da Guerra”, que levou à Europa uma tempestade político-militar de consequências apocalípticas. Cf. Karl Von Clausewitz, 1989, pp. 609-610.

político-ideológicas específicas, que permitem a definição da noção de inimigo;¹³⁰ 2) A relacionada com a política externa, ou melhor, com a relação entre a política com o exterior do grupo entitário-colectivo e a ambiência geral externa ou internacional; 3) As concepções intelectuais-teóricas, as dinâmicas específicas da cognoscibilidade concernentes aos prismas relativos à defesa da colectividade entitária. Estas estruturas podem ser simplificadamente resumidas a três dimensões: 1) A ideológica; 2) A Política Externa e Internacional;¹³¹ 3) A teórica. É na interacção entre as teorias estratégicas, as concepções ideológico-políticas e a ambiência internacional (donde deriva a Ambiência Agónica e a Guerra) que se enquadram e configuram as modalidades das políticas de segurança e defesa.

Já se salientou o peso das concepções teórico-estratégicas na configuração da política de defesa. Observou-se também de forma breve a directriz ideológica da política, com influências decisivas nas formas de segurança adoptadas. Falta salientar um elemento central da visão do sistema internacional, a concepção de geopolítica, que num universo dominado por relações espaço-temporais é fundamental. A presença do espaço é um dado adquirido nas relações internacionais modernas.¹³² Filha da geografia, ela nasce com o sentido cada vez mais presente do espaço na Europa de fins do século XIX.¹³³ É a problemática da unidade alemã¹³⁴ e da

¹³⁰ Não deixando de se observar que o fundamento da noção de política em Schmitt e Freund passe pela oposição amigo/inimigo. Sobre as teorias destes autores, a nossa fonte é Cf. António Horta Fernandes, 1998, pp. 210-212.

¹³¹ Segue-se uma distinção reconhecida. A política externa expressa a política exterior de cada um dos Estados do sistema internacional. A política internacional reflecte a forma como está configurado o sistema internacional. As duas, como é lógico, são interactivas.

¹³² Cf. Philippe Moreau Defarges, *Introduction à la géopolitique*, (s/l), 1994, Introdução.

¹³³ Cf. Pascal Lorot, *Histoire de la Géopolitique*, Paris, 1995, pp. 7-8.

¹³⁴ Sobre a problemática do nascimento da geopolítica e da sua relação com a unidade alemã, Cf. Michael Korinman, *Quand L'Allemagne pensait le monde. Grandeur et décadence d'une géopolitique*, Paris, 1990, pp. 13-15.

expansão europeia até aos confins do Mundo que reflectem a emergência da geopolítica.¹³⁵

A geopolítica “é a politica que se desenvolve com forte influência das condições geográficas”.¹³⁶ É também o instrumento que interroga a relação entre o espaço e a política.¹³⁷ Em suma, “o estudo das relações entre uma política de poder elevada ao quadro internacional e o quadro geográfico em que ela se insere”.¹³⁸ A geopolítica relaciona o poder espacial com o poder das entidades colectivas (mais comumente, os Estados), ou por outras palavras, analisa a geografia como factor de força e poder na política internacional. É um elemento importante da análise estratégica, quando se analisa esta no seu contexto internacional (de onde deriva a *Ambiência Agónica*), na medida em que forma um dos factores enquadrantes da política externa e internacional. A geopolítica enforma a concepção global do espaço dos decisores políticos internacionais. É por isso um factor saliente na definição de uma política de defesa e de uma política de defesa (militar), inseparáveis como estão as capacidades de defesa do espaço a defender. Acontece contudo, que a geopolítica é uma interpretação da relação do poder com o espaço, como bem observa Philippe Moreau Defarges.¹³⁹ A interpretação do espaço enquadra por conseguinte visões distintas na política externa e na Estratégia das entidades colectivas, cindindo em determinados momentos os decisores dominantes.

¹³⁵ Sobre a relação entre a expansão europeia e a emergência da geopolítica na Grã-Bretanha, Cf. Paul Kennedy, *Strategy and Diplomacy*, Londres, 1989 (1983), Cap. II, pp. 43-85, onde analisa as obras de Mahan e Mackinder à luz da compreensão da visão geográfica e da transformação tecnológica.

¹³⁶ Cf. António Sachetti, “Geopolítica e Geoestratégia do Atlântico”, *Estratégia*, 1º Vol., 1991, p. 15.

¹³⁷ Cf. Philippe Moreau Defarges, *Op. Cit.*, p. 9.

¹³⁸ O General Gallois, citado em Cf. Charles Zorgibe, *Dicionário de Política Internacional*, Lisboa, 1990, p. 261.

¹³⁹ Cf. Phillippe Moreau Defarges, *Op. Cit.*, Introdução.

No fundo, retornamos ao princípio. Se a História é uma interpretação dentro de referências, assim acontece igualmente com a construção de uma política de defesa (militar). Talvez seja portanto útil começar com a perspectiva dos principais actores da política de defesa (militar), os teóricos das Forças Armadas.

Theoria. O Pensamento Militar em Portugal (1919-1958). Da Experiência da Grande Guerra à Entrada Na OTAN.

Uma das características centrais e fundamentais de um grande chefe militar, assim o considerava Clausewitz, era o intelecto, o intelecto quando combinado com a ousadia/intrepidez era a marca distintiva de um génio da arte da guerra.¹ Quase um século depois, um experimentado líder de uma revolta espantosa, T. E. Lawrence, o famoso *Lawrence of Arabia*, reconhecia a importância da compreensão intelectual no planeamento estratégico da revolta árabe.² A Estratégia é uma dialéctica face a uma oposição hostil, mediada pela força (a violência ou a possibilidade do uso da violência),³ um jogo, mas um jogo extremamente perigoso, de preferência antecipadamente preparado, em consequência, e daí derivando, um espaço onde as mais altas inteligências podem encontrar, por excelência, o seu reino. A Estratégia é por isso um reino do pensamento, do pensamento elaborado e sofisticado.

A teoria da guerra e da estratégia define assim as modalidades de construção, organização, preparação e acção dos militares, e isto é tão ou mais verdade, quando mais nos aproximamos da contemporaneidade, onde a complexidade da organização político-militar e os mais prolongados tempos de paz, forçam à conceptualização da guerra futura e às modalidades de actuação a efectuar,⁴ anteriormente à sua eclosão, contrariamente às sociedades mais primitivas, onde a pervivência e a permanência de

¹ Cf. Karl Von Clausewitz, *On War*, Princeton, 1989, pp. 100-101 e 190-192.

² Cf. T.E. Lawrence, *Os Sete Pilares da Sabedoria*, (s/l), (s/d), pp. 194-195.

³ Sobre este assunto, a Cf. Parte Teórico-Metodológica.

⁴ A Esse propósito saliente-se que a Estratégia, como ciência militar, é contemporânea da Revolução Francesa e da massificação dos exércitos, respondendo a uma necessidade conceptual de organização de operações militares combinadas em vários Teatros de Operações simultâneos. Para a genealogia da Estratégia, Cf. Hervé Coutau-Bégarie, 1999, pp. 59-61, e Cf. António Horta Fernandes, 1998, pp. 41-54.

fenómenos agónicos, permitia o conhecimento empírico e experienciado da acção bélica de forma mais directa.

Esta realidade é ainda mais evidente em Portugal, durante este período, 1919-1958, tempo de paz no país, entrecortado, é certo, pelos combates originados, quer pelos golpes político-militares da I República, quer pelas ofensivas reviralthistas e contra-ofensivas governamentais, mas que mais não são que brevíssimos momentos da História com nulíssimos efeitos na concepção que se terá da natureza e modalidade da guerra. Toda a preparação e conceptualização militar em Portugal será assim uma construção do pensamento, tendo em conta, fundamentalmente a experiência e a teoria advinda do exterior. É uma construção teórica, no sentido mais literal possível da palavra. Esta primeira parte centra-se na análise dos elementos estruturantes que enformam a visão sobre a natureza da guerra e as modalidades da Estratégia, como se reflectem nas relações entre o poder político e o poder militar e depois na própria organização das Forças Armadas e na política de defesa nacional (militar). Analisar-se-ão inicialmente os militares que deixaram obra escrita de relevo sobre o assunto, procurando descobrir as ideias de que comungam, assim como algumas visões distintas e inovadoras que podem reflectir mudanças nas concepções de antanho. A leitura destes autores permitirá também observar as possibilidades e (de)limites da compreensão teórica dos estrategas lusos sobre a natureza da guerra e sobre a noção de Estratégia. Posteriormente, serão relevados os grandes fundamentos, que de acordo com a literatura teórica militar deveriam guiar as concepções da política de defesa nacional (militar) e da Estratégia (militar) de defesa de Portugal.

1.1. Os Grandes Autores e o Seu Pensamento: O Exército

A actividade militar num mundo contemporâneo nunca foi vista como sendo uma actividade de carácter intelectual. A dimensão praxista e técnica tem predominado na concepção do militar moderno. Contudo, esta visão deve ser consideravelmente matizada, em boa verdade devido à progressiva importância que a organização e a técnica têm na arte da guerra e por conseguinte na necessidade de desenvolver um pensamento cada vez mais elaborado para conduzir a acção militar. No fundo, todo o acto bélico, mesmo na sua dimensão mais condensada, que tem como paradigma o duelo dos esgrimistas, é antes de mais nada um acto de inteligência.⁵ Isto significa que se a guerra, enquanto dado puro ou automático, dir-se-ia fenomenológico, surge como a pura violência, já não é o caso da Estratégia, da Arte Operativa e da Tática governadas de facto por uma inteligência viva e audaz. Na verdade, a Estratégia mais não é que a servidão da violência original ao intelecto⁶, intelecto que concentra e direcciona o máximo de violência genealógica original visando atingir objectivos de carácter militar e político. Em suma, contrariamente ao senso comum, o treta Política-Estratégia-Arte Operativa-Tática (o Complexo Agónico) são actividades de carácter marcadamente intelectual.

A escolha dos autores presentes resulta essencialmente de três elementos ou factores.⁷ Por um lado, a prolixidade da sua obra. Por outro lado, a originalidade do seu pensamento, originalidade que não significa distinção com o que o comum dos seus colegas de armas dizia, mas da capacidade de expressar de forma mais clarividente as “grandes ideias”

⁵ Como já foi observado para a teoria de Clausewitz. Saliente-se que para Napoleão, também o comando da guerra era um acto de inteligência antes de mais nada. Cf. Napoleão Bonaparte, Como Fazer a Guerra, Lisboa, 2003, pp. 36, nº 19 e 23.

⁶ O Conceito de violência original e subordinação desta ao intelecto é uma interpretação da relação que Clausewitz constrói entre a paixão (povo) e o intelecto (direcção/governo) na guerra. Cf. Clausewitz, 1989, pp. 88-89.

⁷ Sobre este assunto, veja-se também a Introdução.

coevas no que se refere a guerra e à Estratégia. Por fim, a importância que alguns tiveram nas Forças Armadas, nomeadamente o facto de alguns deles terem alcançado postos de relevo nas suas carreiras. São, na realidade, os paradigmas de uma determinada Era. Não se efectuará um trabalho sistémico e crítico profundo sobre os autores e as suas obras, mas tão só procurar-se-á focar as ideias centrais e que teriam relevância para os coevos no campo da Estratégia e da defesa nacional (militar). Os últimos capítulos da I Parte analisarão de forma sintética as grandes concepções teóricas militares da Época em estudo, visualizando-se igualmente a evolução das ideias sobre a Estratégia e a guerra.

1.1.1. Tasso de Miranda Cabral: O Teórico da Academia

Tasso de Miranda Cabral (1877-1949) é um dos protagonistas mais injustamente esquecidos da política de defesa nacional na década de 20 e 30,⁸ e contudo é uma figura relevante na concepção militar dessa política, tendo sido Chefe de Estado Maior do Exército entre 1939 e 1945, no auge do processo de rearmamento e durante a Segunda Guerra Mundial. Além disso, fora o chefe da Missão Militar Portuguesa nas conversações de Estado Maior com a Grã-Bretanha em 1937-38. A sua influência não se resume tão só a estes importantes cargos. Lente da Escola Militar e da Escola Central de Oficiais nos anos 20 e 30, por suas mãos passaram alguns dos mais importantes quadros militares do Estado Novo. A sua obra

⁸ O Dicionário de História do Estado Novo de Fernando Rosas e J.M. Brandão de Brito não contém referência biográfica de Tasso de Miranda Cabral, apesar do importante posto de CEME no período crítico que foi a Segunda Guerra Mundial. A relevância de Tasso de Miranda Cabral foi contudo melhor apreciada na recente obra de Telmo Faria, “Debaixo de Fogo”, As Forças Armadas e Salazar (1935-1941), Lisboa, 2000. Foram não obstante, recolhidas algumas breves informações bio - bibliográficas sobre Tasso de Miranda Cabral em Cf. “Miranda Cabral (tasso de)”, Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, (s/d), (s/l), pp. 347-348 e Cf. Maria João Rodrigues, “Fundo Tasso de Miranda Cabral 1909-1944, Catálogo”, in Boletim do Arquivo Histórico Militar, 64º Vol., Lisboa, 2001-2002, p. 254.

magna e única, as, à época famosas, “Conferências de Estratégia”⁹ contém, como pretendemos demonstrar, as bases conceptuais e teóricas da política militar dos anos trinta.

Tasso de Miranda nunca foi um publicista, nunca pretendeu ser um escritor militar. A obra fundamental da vida dele, quase única, foi fruto de insistências de amigos e alunos para publicar as suas famosas conferências sobre estratégia produto do seu trabalho como professor na Escola Central de Oficiais, leccionando a 4º Cadeira. Assim se apresenta Tasso de Miranda Cabral na Advertência do seu muito famoso livro à época.¹⁰ Paradoxalmente, Tasso de Miranda Cabral, foi durante uma grande parte da sua vida professor, ou seja, por estranho que isso parece, um homem das palavras e das letras, afirmando ele próprio na mesma Advertência que tinha facilidade em transmitir ideias e conhecimentos aos alunos.¹¹ A obra é fruto de décadas de reflexão e estudo (estudo prático muitas vezes) sobre a defesa de Portugal, e é uma das mais englobantes, se não a mais englobante obra alguma vez publicada no país sobre o espaço estratégico de Portugal continental. O livro, grande de cerca de um pouco mais 750 páginas (2 vols., cada um com cerca de 380-390 págs.), tem uma estrutura simples. Começa por uma breve nota introdutória, dividindo-se depois em sete conferências, seis sobre cada um dos Teatros de Operações Nacionais, Norte do Douro, Beira Alta e Beira Baixa, Algarve (1º Vol.), Estremenho e Alentejano (2º Vol.), com uma última conferência de síntese global.

⁹ Saliente-se que em conversas tidas com militares no activo ou na reserva/reforma, o nome de Tasso de Miranda Cabral continua a ser muito considerado, e a sua obra, de consulta nos cursos de altos mandos.

¹⁰ O magno livro em questão é Cf. Tasso de Miranda Cabral, Conferências sobre Estratégia. Estudo geo-estratégico dos teatros de operações nacionais, Lisboa, 1932, 2 vols. Sobre a advertência, Idem, 1 vol., p. 15. De facto, no final da vida Tasso de Miranda Cabral publicou uma pequena conferência realizada por altura das comemorações do conquista de Lisboa aos Mouros.

¹¹ Idem, p. 15.

O subtítulo enquadra todo o modelo de tratamento que o autor pretende dar a estratégia. É um estudo geo-estratégico.¹² Na prática, o conceito abarca bem o ideal teórico de Miranda Cabral, que é o de construir uma obra que inter-relacionando o espaço territorial do continente português e as forças militares a formar, permitisse definir a estrutura militar terrestre essencial à defesa do país. Para Miranda Cabral, a geo-estratégia mais não é que a relação entre o espaço físico e o conjunto das forças militares que têm por fim defender o território nacional. É uma visão clássica oitocentista e topo-oro-geográfica da geografia militar, que fica muito aquém da visão contemporânea e pós Segunda Guerra Mundial da geoestratégia.¹³ Esta visão do autor remete para uma concepção da Estratégia enquanto acto militar puro. A Estratégia é a arte do generalíssimo e do comandante-chefe, refere Ferreira Martins, citando Culmann¹⁴ no prefácio da obra de Miranda Cabral.¹⁵ Tasso de Miranda Cabral afirma por seu turno a imperiosidade de desenvolver o estudo da Estratégia em Portugal, não deixando de ser sintomático que legitime essa necessidade com preocupação similar de Jomini em França em 1869,

¹² Segundo Hervé Coutau-Bégarie, é um dos primeiros usos conhecidos da palavra geoestratégia, primeiramente aparecida em Itália e Espanha no século XIX, mas de uso pouco comum até à Segunda Guerra Mundial. Em Portugal e a considerar pela investigação do autor francês, seria a primeira vez que seria utilizada. Cf. O autor, 1999, p. 665.

¹³ A propósito da geografia militar clássica oitocentista, e da transmutação da geografia militar em geoestratégia veja-se já o incontornável Cf. Hervé Coutau-Bégarie, 1999, pp. 662-664 e 683-687. O conceito moderno tem origem anglo-saxónica. A *Encyclopedia Britannica* refere o termo pela primeira vez em 1957 pelo mão de um estratega nuclear S. Cohen. O conceito de geoestratégia contemporâneo tem implicações mais englobalizantes e abrangentes, aproximando-se do conceito irmão de geopolítica (sobre o assunto, infra, Parte Metodológico-Teórica), que o clássico conceito de geografia militar, que relacionava o terreno e a arte da guerra ao nível estratégico e tático. Deve ser entendido como a relação complexa entre o espaço, nas suas dimensões de massa, de realidade física e humana, e a estratégia, entendida enquanto duelo de vontades de carácter entitativo e colectivo, que se opõem hostilmente pelo uso ou ameaça de uso da violência, com vista a atingir objectivos teleológicos de cada comunidade em oposição. Neste sentido, a geoestratégia é a relação da estratégia com o espaço, enquanto potencial e fundamento de poder, instrumento de acção da estratégia e espaço de confronto (era fundamentalmente nesta dimensão que operava a geografia militar, a análise do espaço enquanto meio de confronto militar). Como refere Hervé Coutau-Bégarie, a geoestratégia privilegia a longa duração. Cf. o autor, 1999, pp. 688-689.

¹⁴ Estratega Francês.

¹⁵ Cf. L. Ferreira Martins, “Prefácio”, in Tasso de Miranda Cabral, 1932, 1º Vol., p. 9.

fazendo corresponder a derrota militar francesa de 1870-71 à debilidade teórica dessa ciência.¹⁶ Subordinando a Estratégia à política militar,¹⁷ o autor reforça ainda mais a pura militarização dessa ciência, visto esta ser um subproduto da actividade das Forças Armadas, e por isso não ter autonomia alguma face ao factor militar.

Não se irá descrever em pormenor toda a obra, o que seria fastidioso, e não é relevante para o objectivo do trabalho. Relevar-se-á fundamentalmente os elementos centrais da tese de Tasso de Miranda Cabral e que serão posteriormente observados como elementos fundamentais da visão político-militar da reorganização do exército em 1936-37. Tasso de Miranda Cabral terá nesse processo um papel relevante, quer como Inspector Geral da Direcção da Arma de Infantaria, quer como chefe da Missão Militar Portuguesa nas conversações militares com a Grã-Bretanha em 1938-39, quer como Chefe do Estado Maior do Exército (CEME) em 1939-45.¹⁸ É de salientar que nos concentraremos na conferência final da obra, a conferência síntese, pelo seu valor englobalizante da visão do autor, aproveitando outras partes do livro conforme sejam necessárias. O trabalho do autor lida quase exclusivamente com as forças militares terrestres, o Exército, trazendo aqui e ali a Armada à colação, regra geral, derivado das operações e dispositivos terrestres a constituir. É um puro trabalho de um oficial do Exército, e trata por isso estritamente das questões estratégicas ligadas com a componente terrestre

¹⁶ Cf. Miranda Cabral, 1932, 1º Vol., pp. 18-19. Jomini, foi ainda mais do que Clausewitz, o grande paradigma teórico da Estratégia e da arte da guerra do século XIX, tendo sido algo obnubilado no século XX por Clausewitz e pelas radicais transformações/mutações da guerra. O contributo teórico de Jomini tem sido actualmente reavaliado. A citação de Jomini contudo remete para o peso que a tradição de estudos militares do século XIX tinha em Tasso de Miranda Cabral.

¹⁷ Cf. Miranda Cabral, 1932, 1º Vol., p. 20.

¹⁸ Ou por outras palavras, Salazar e Santos Costa partiram das concepções de Tasso de Miranda Cabral para desenvolver a política militar, em parte porque o segundo deles também participava dessa visão, em parte porque Tasso como CEME definia determinadas concepções, que condicionadas pela dimensão financeira, eram aceites pelo Ministro da Guerra e pelo seu subsecretário. Cf. II Parte deste trabalho.

das Forças Armadas.¹⁹ O próprio Tasso de Miranda Cabral reconhece que pouco sabe do planeamento naval ligado à defesa de Portugal.²⁰

Para o autor, a guerra moderna é uma questão de mobilização de homens. O fundamental, na óptica de Tasso de Miranda Cabral, era assegurar a mais vasta mobilização de efectivos humanos para pôr à disposição do Exército em caso de guerra.²¹ Os cálculos de efectivos apresentados na obra falam na possibilidade de Portugal mobilizar cerca de 550.000 homens. O cálculo é feito de forma simples e considera o efectivo normal anual de recrutas do Exército, 30.000 a 31.000 homens, multiplicado pelo número de anos/classes de reserva, diminuindo a taxa percentual de óbitos e incapacitados, contabilizando também a incorporação das três classes de reserva de completamento (17-20 anos), mais 100.000 efectivos do que seria necessário segundo o autor.²² Com esses efectivos seria possível mobilizar 18 divisões, 5 brigadas de cavalaria e 10 batalhões de Caçadores, dividindo-se o Exército em três escalões, o primeiro, de carácter permanente, seria composto pelas classes activas, e formaria 6 divisões, 10 batalhões de caçadores e 5 brigadas de cavalaria, incorporando o contingente anual e os contingentes logo imediatamente posteriores, que teriam completado há bem pouco tempo o serviço anual militar. O segundo escalão seria composto por outras 6 divisões, e o

¹⁹ Um exemplo paradigmático poderia ser a utilização de uma canhoneira ou outro tipo de navio fornecido pela Armada para apoiar a defesa da foz do Guadiana e de Vila Real de Santo António. Idem, 1º Vol., p. 311.

²⁰ Idem, Ibidem, 2º Vol., p. 287 e 312.

²¹ O que é uma concepção arcaica, mais relacionada com o conceito de Nação em Armas que com o conceito de Nação em Guerra. A primeira remete para mobilização maciça de homens para a guerra e para os exércitos e origina-se no período napoleónico. A segunda expressa o impacto da Guerra Total e a necessidade de mobilizar todos os recursos, humanos e materiais da nação para a guerra. Sobre esta distinção, para a noção de Nação Armada Cf. Maria Carrilho, Forças Armadas e Mudança Política em Portugal no Século XX. Para uma explicação sociológica do papel dos militares, Lisboa, (s/d), pp. 97-98 e 205-206. Observe-se que a autora afirma que o conceito de Nação Armada fundamentava a política militar da Monarquia Constitucional e da I República. Quanto à noção de Nação em Guerra, Cf. a Parte Teórico-Metodológica. A Nação em Guerra relaciona-se com o Guerra Total, a mobilização integral, material e humana para travar a guerra.

²² Cf. Tasso de Miranda Cabral, 1932, 2º Vol., pp. 292 e 294-295. Também, 1º Vol., p. 208.

terceiro também por 6 divisões (este último fundamentalmente com as reservas mais antigas do Serviço Militar Obrigatório).²³

O modelo de Exército que Tasso de Miranda Cabral propõe não é muito distinto daquele que era considerado na maioria dos países europeus da época. Mesmo nações militarmente avançada como a Alemanha ou a URSS dos anos 20 e 30, teoricamente muito inovadoras na organização das suas Forças Armadas, optaram pela permanência de uma estrutura assente na mobilização das massas. O que elas não fizeram foi considerar o modelo como o supra-sumo da guerra moderna, e combinaram a permanência de um grande exército de massas com a inovação técnica e tecnológico-organizacional de forças altamente industrializadas, isto é, mecanizadas e integradas pela tecnologia rádio-electrónica, visando efectuar uma guerra altamente móvel e dirigida a objectivos em profundidade no interior do território inimigo.²⁴ Não é que o modelo de Tasso de Miranda Cabral fosse completamente inconsequente, visto a França procurar efectivamente garantir nos anos 20 e 30 a mobilização da maior massa de homens possível, considerando a estrutura miliciano do seu Exército como uma das suas grandes vantagens estratégicas.²⁵ Mais não fez Tasso de Miranda Cabral.

²³ Idem, *Ibidem*, 2º Vol., pp. 294 e 297.

²⁴ Veja-se por exemplo, Cf. Karl-Heinz Frieser, “La Légende de la Blitzkrieg”, in AAVV, Mai-Juin 40, Défaite française, victoire allemande sous l’œil des historiens étrangers, Paris, (s/d), pp. 77-78, e Cf. Condoleezza Rice, 1986 (1994), p. 665. É preciso porém distinguir a perspectiva alemã dos anos 30 da dos anos 20 e principalmente do período de comando superior de Von Seeckt. Seeckt defendeu um exército bastante mais profissionalizado, um “exército de líderes” capaz de aumentar celeremente de forma razoável em caso de conflito, quase permanente, endoutrinado para travar uma guerra móvel e rápida, orientado mentalmente para o uso de poderosos meios tecnológicos e para o uso do poder aéreo. Seeckt defendia uma força profissional, mesmo quando acrescida de uma mobilização, que seria sempre limitada. Nem todos os oficiais gerais alemães eram tão radicais adeptos da profissionalização, mesmo quando aceitavam as premissas doutrinárias de Seeckt. A propósito do desenvolvimento de uma guerra e de uma estratégia assente na mobilidade e na manobra em profundidade, a interessante obra de James Corum, Op. Cit., pp. 29-34.

²⁵ Cf. Eugénia Kiesling, Op. Cit., p. 85. Também Henry Dutailly, “Une Puissance Militaire Illusoire, 1930-1939”, in Guy Pedroncini, Dir., Histoire Militaire de France, 3º Vol., Paris, 1997, pp. 360-361.

Com esse gigantesco Exército mobilizado de cerca de 500.000 homens pretendia Tasso de Miranda Cabral defender Portugal na fronteira, efectuando uma defesa avançada,²⁶ só possível precisamente pela disponibilidade de uma vasta massa humana. A defesa avançada é legitimada pelos exemplos fracassados de defesa recuada da Bélgica e da Roménia na Grande Guerra, que não impediram a invasão e conquista de grande parte do território nacional.²⁷ Para isso, são imprescindíveis dois elementos, um sistema eficiente de transporte, ferroviário fundamentalmente, podendo ser complementado com o rodoviário, “o plano de transportes, a pedra de toque dos Estados-Maiores”, que assegurando uma rápida mobilização e concentração das forças militares, garanta a prontidão indispensável ao esforço de guerra; uma força de cobertura, que seria composta pelas forças do primeiro escalão de mobilização, que assegurasse a defesa inicial do país, e defendesse o processo de mobilização geral, que posteriormente a reforçaria.²⁸

As forças militares não seriam divididas uniformemente por todo o país, mas organizadas em núcleos mais fortes ou mais débeis, conforme o valor de determinados objectivos estratégicos situados no território continental, nomeadamente a importância estratégica central e decisiva de Lisboa. Era além disso também considerado o espaço de cada um dos Teatros de Operações. Assim, o grosso dos efectivos seria concentrado no T.O. do Alentejo (3 corpos de Exército, 9 divisões, 3 brigadas de Cavalaria, 3 batalhões de caçadores) e da Beira Alta (1 corpo de exército, 4 divisões, 1 brigada de cavalaria, 1 batalhão de caçadores), devido a serem as linhas de penetração mais prováveis para avançar sobre o objectivo decisivo de

²⁶ Cf. Tasso de Miranda Cabral, 1932, 2º Vol., pp. 304-305.

²⁷ Idem, 2º Vol., pp. 303-304. Tasso de Miranda Cabral critica a visão clássica da defesa de Portugal, a defesa recuada e o seu último grande proponente, o General Sebastião Telles. De facto, opõe a sua teoria de defesa avançada à teoria de defesa recuada de Sebastião Telles. Idem, pp. 299-316.

²⁸ Idem, Ibidem, pp. 319 e 334. As ideias do autor sobre o papel e a função da cobertura encontram-se disseminados por todo o texto da obra.

Portugal, Lisboa. Os outros quatro Teatros de Operações ficariam tão só com as restantes 5 divisões (2 a Norte do Douro, 1 na Estremadura, 1 no Algarve, 1 na Beira Baixa, teatro que liga o do Alentejo ao da Beira Alta).²⁹ Como, é lógico, esta organização tornava ainda mais essencial o plano de transportes estratégicos.

O autor não rejeita a hipótese de em caso de necessidade a defesa ter de recuar, o que o leva a aventar a possibilidade de ser-se obrigado a uma defesa recuada, não por vontade inicial da defesa, mas pela imposição das circunstâncias ditadas pelo combate. Nesta circunstância, decorre-se sobre qual a melhor linha de defesa recuada e sobre o valor da antiga Linha de Torres Vedras. Tasso não a desconsidera, mas afirma que os novos meios da artilharia pesada e da aviação desvalorizam-na na medida em que podem alvejar a capital para lá das ditas linhas. Opta então por considerar de valor superior as linhas de Óbidos-Rio Maior-Santárem, cobertas a Sul pela Península de Setúbal. Esta posição não seria contudo a primeira a adoptar, mas tão só fruto da necessidade de recuar para o interior caso fosse impossível sobrepujar a superioridade militar do inimigo. Mas a obra não desconsidera totalmente as velhas posições de Torres, conservando estas ainda valor se assim as circunstâncias o exigirem.³⁰

Cabe aqui salientar que a oposição defesa recuada/defesa avançada não é uma questão ditada pelas circunstâncias, mas reflecte opções estratégicas distintas e prendem-se com a visão global das características da guerra futura que cada proponente tem. Apesar de não desconsiderar a guerra de manobra, por a considerar exequível em certos Teatros de Operações como o do Alentejo, o fascínio que exerce sobre o autor certas posições defensivas dominantes, a sucessiva definição de linhas de

²⁹ Idem, Ibidem, 2º Vol., pp. 265-291. Utilizando a síntese do 2º Volume. Contudo ao longo da obra, no final do estudo de cada TO, Tasso de Miranda cabral apresentava os efectivos que deviam ser considerados na sua defesa, assim como a manobra estratégica a desenvolver.

³⁰ Idem, Ibidem, 2º Vol., pp. 258-261 e 283-285.

defesa,³¹ que leva Tasso a justificar-se dizendo que não devem ser vistas como um cordão, exprimem uma visão da guerra ainda marcada pela Grande Guerra,³² sem se desconsiderar alguns elementos oriundos do período napoleónico. Essa impressão da Grande Guerra é mais notada na inter-relação que Tasso cria entre a mobilização geral o mais alargada possível e a defesa avançada. É o tom decisivo da sua concepção estratégica, a maciça mobilização de efectivos que asseguram por seu turno a possibilidade da defesa avançada.

A obra de Tasso de Miranda Cabral é, não obstante, um estudo impressionante, e de grande valor teórico e histórico. O sua debilidade, não reside tanto na construção teórica, à altura das concepções clássicas coevas, mormente, da teoria de guerra francesa,³³ nem nas possibilidades que constrói para a acção militar do exército português considerando os efectivos que previa mobilizar, o que tendo em conta o inimigo

³¹ Seria fastidioso desenvolver todas as linhas defensivas apresentadas na obra. A lógica da obra presta-se admiravelmente a isso, porque relaciona a geografia com a defesa militar de Portugal. Saliente-se por exemplo que nas posições defensivas da Beira Alta são altamente conceituadas as de Celorico da Beira e da Guarda (as primeiras defendem maravilhosamente as vias de penetração pelo Vale do Mondego) ou as da Brecha Marvão-Castelo de Vide no Alentejo, entre outras. Toda a construção da obra assenta sistematicamente no levantamento das linhas de penetração e na escolha de posições de cobertura, de posições de defesa e de linhas de retirada do exército português. Sobre as posições referidas como exemplo, Idem, *Ibidem*, 1º Vol., pp. 189-190, 2º Vol., pp. 137-139.

³² Tasso de Miranda Cabral refere precisamente o ensinamento da Grande Guerra para legitimar a defesa avançada das posições face a Elvas no Alentejo, as melhores na zona. Idem, *Ibidem*, 2º Vol., p. 139.

³³ Tasso não afirma explicitamente na obra a sua adesão à escola estratégica francesa, mas ela é facilmente notada. Além disso o próprio Tasso queixar-se-á anos mais tarde do peso da teoria militar francesa em Portugal, quando comparada com a inglesa ou a alemã. Há várias referências a conceitos militares franceses na obra, para além de o autor no prefácio referir-se amiudadamente mais ao pensamento militar francês que ao alemão, apesar de afirmar que estudou ambos. Tasso não deixa de salientar que graças ao desenvolvimento do pensamento militar francês estes “conseguiram remir a falta de 1870 e entrar na guerra de 1914 com a segurança de quem possuía doutrinas estratégicas e táticas em harmonia com as necessidades da defesa nacional.” Idem, *Ibidem*, 1º Vol., p. 20. Para os conceitos militares franceses vejam-se como exemplo também, Idem, 1º Vol., pp. 34 e 35. No ponto terceiro da I parte e na II parte desenvolveremos com maior acuidade e precisão as relações entre o política de defesa portuguesa e o modelo político e estratégico francês. Refira-se contudo que o fenómeno nem nos devia surpreender, tão ingente era o peso da cultura francesa em Portugal desde o século XIX. Sobre o seu peso nas vésperas e inícios da Segunda Guerra Mundial veja-se a obra de Cf. Helena Pinto Janeiro, Salazar e Pétain, Relações luso-francesas durante a II Guerra Mundial (1940-44), Lisboa, 1998, pp. 45-46.

considerado, o exército espanhol, seus meios e suas concepções estratégicas, permite *a posteriori* considerar como capaz de assegurar por si a defesa do país,³⁴ mas na real concretização prática da constituição de um exército português de 500.000 homens. Essa realidade, apesar de Tasso ter-se tornado CEME em 1939, e tendo consigo as circunstâncias favoráveis da Segunda Guerra Mundial, nunca se concretizou, nem se concretizaria ao longo de todo o século XX.

É credível pensar que Tasso de Miranda Cabral, por fim, confundiu as suas perspectivas teóricas e a realidade. Como explicar então, que referindo-se ao TO do Algarve afirmasse que não lhe fornecia uma brigada de cavalaria porque já não dispunha de nenhuma, quando é certo, as suas contas sobre os efectivos passíveis de mobilizar lhe davam mais 100.000 homens do que o necessário. E quando é certo que afirmava dispor de 5 brigadas (teóricas),³⁵ quanto em 1932, só como muito favor se considerava poderem existir 2³⁶ (considerando as unidades de cavalaria existentes, mas

³⁴ O adversário evidente de Tasso de Miranda Cabral é o exército espanhol, confrontando o autor no final do estudo de cada um dos T.O. os efectivos que ele considera indispensáveis à defesa dos mesmos com a mobilização demográfica dos seus oponentes espanhóis. A conferência e síntese final resume igualmente os efectivos previstos dos portugueses e os que a Espanha podia pôr em campo. Cf. O autor, 1932, 2º Vol., pp. 265-281. Sobre as reais possibilidades do exército português de 500.000 homens travar uma invasão do seu oponente espanhol, é verificar a qualidade de acção militar deste na Guerra Civil Espanhola. Renitente na aplicação de tácticas e estratégias modernas, quer pelas deficiências teóricas do comando, quer pelo predomínio do excesso de infantaria e da falta crónica de armamento sofisticado e pesado, teve enormes dificuldades em derrotar uma república sub-armada e sub-muniada, com gritantes faltas de unidade de comando e de oficiais profissionais, com uma quase crónica falta de disciplina da força militar dividida politicamente, e em consequência disso, enfraquecendo decididamente o campo republicano. Cf. César Vidal, La Guerra de Franco, Historia militar de la guerra civil española, Barcelona, 1996, passim, mas principalmente, as pp. 415-437. O exército português teria a vantagem de ser comandado por oficiais portugueses, que não seria inferiores em mérito e qualidade aos seus colegas espanhóis, visto que as deficiências existentes eram similares em ambos os exércitos, treino deficiente da oficialidade, falta de material sofisticado, peso das armas tradicionais, infantaria e cavalaria, etc.

³⁵ Cf. Tasso de Miranda Cabral, 1932, 2º Vol., p. 290. Esta ideia é algo inexplicável. Se havia mais 100.000 efectivos possíveis de mobilizar face às necessidades, porque não acrescentar à ordem de batalha mais uma brigada de cavalaria, que teria cerca de 5.000 homens. Se a razão fossem os efectivos realmente existentes, então, como se poderia falar de 18 divisões, etc. A frase tem algo de onírico e remete para a crença na existência de algo que não existe, como se os efectivos anteriormente referidos tivessem existência real.

³⁶ Cf. AHM, Fundo Tasso de Miranda Cabral, 26ª Divisão, 5ª Secção, Caixa 331, Nº 91.

estas não dispunham nem de efectivos completos, nem de animais em número e em condições físicas de utilização). O projecto de Tasso de Miranda Cabral seria um projecto inexequível, não tanto pelas debilidades do projecto teórico em si, mas pelas possibilidades sócio-económicas viabilizadoras da sua consecução.³⁷ Era um problema muito português de megalomania, não de conhecimento teórico. Mas este é um tema que será muito mais desenvolvido na II parte deste trabalho.

1.1.2. Raul Esteves: Fantasmagorias Napoleónicas

Raul Esteves (1878-1955) foi um autor prolixo no contexto do pensamento estratégico português. E não só, na medida em que foi figura destacada das forças conservadoras militares na década de 20, com papel de relevo quer no 18 de Abril de 1925, quer no 28 de Maio de 1926.³⁸ Como autor, a sua obra espraia-se por meio século, é certo, grandemente entrecortada por várias décadas. Os primeiros escritos datam da primeira década do século,³⁹ mas o nosso interesse centrar-se-á tão só na obra escrita entre os anos 30 e os anos 50. Nos anos 30 Raul Esteves publica duas obras de maior dimensão, uma em 1935 sobre as grandes questões da defesa

³⁷ O que explica que Tasso de Miranda Cabral não se aperceba da tensão que a Guerra Total produz na mobilização demográfica ao exigir simultaneamente mais homens para a força armada e mais homens para a indústria. Sobre este problema e esta tensão, Cf. Erich Luddendorff, Op. Cit., pp. 107-108.

³⁸ Não é do nosso conhecimento a existência de obra de carácter biográfico relativa a Raul Esteves, para além de pequenas notas aparecidas em dicionários históricos e enciclopédias, apesar do papel politicamente relevante que teve na década de 20. Sobre a sua biografia, Cf. António Telo, “Raul Esteves”, in Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito, Dicionário de História do Estado Novo, Lisboa, 1996, I Vol., pp. 322-323. Veja-se também a entrada existente sobre Raul Esteves na Cf. “Esteves (Raul Augusto)”, Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, (s/d), (s/l), 10º Vol., pp. 456-457.

³⁹ Das obras desta década destacam-se Cf. Raul Esteves, A Função do Exército, Lisboa, 1906, e Cf. Idem, A Fortificação no Plano de Defesa do País, Lisboa, 1910.

nacional,⁴⁰ e outra em 1939 sobre a sua experiência e as ilações teórico-práticas da Guerra Civil de Espanha para a defesa nacional.⁴¹

A primeira é uma obra de grande fôlego teórico, cerca de 250 páginas. O livro divide-se em três partes, a primeira que delinea o tema e define os parâmetros da futura guerra, que na prática para o autor, mais não é que uma variação da Grande Guerra, permitindo considerar por seu turno a réplica que deve dar a defesa nacional às transformações da guerra. O autor começa por salientar que a guerra futura será, não um embate entre exércitos, mas um embate entre nações. A guerra seria um confronto de usura, decorrendo dessa situação, a imprescindibilidade e a necessidade de defender todo o território nacional, incluindo as colónias, para assegurar o maior número de recursos nacionais possíveis, e salientando por isso, o papel relevante do mar na defesa de Portugal, a principal base de operações, obrigando à combinação da defesa terrestre e marítima.⁴² O reconhecimento da necessidade de integrar a política militar (terrestre) e a política naval não o torna contudo adepto de um ministério da defesa. De facto, remata Raul Esteves, todos os ministérios são da defesa, porque a guerra é total, ao mesmo tempo que crítica a visão estrita da política de defesa nacional, basicamente ligada às Forças Armadas.⁴³ Paradoxalmente, a despeito da crítica que faz à excessiva centração da política de defesa ao estritamente militar, Raul Esteves, não é capaz de superar essa visão, apesar de se esforçar por o fazer.

As outras duas partes analisam em profundidade os meios e os métodos a que pode recorrer a defesa nacional para melhor enfrentar a guerra futura, tendo em conta as condições apresentadas na primeira parte.

⁴⁰ Cf. Raul Esteves, O Problema da Defesa Nacional, Lisboa, 1935.

⁴¹ Idem, Algumas observações sobre a Guerra de Espanha, Lisboa, 1939.

⁴² Idem, 1935, pp. 5-6, 9-10, 17-18 e 29-30.

⁴³ Idem, pp. 6-7.

A segunda parte da obra lida com os elementos da defesa nacional. Considera oito elementos, quatro de carácter estritamente militar, quatro de carácter não estritamente militar, mas na verdade pensados todos tendo em conta a acção militar. Os primeiros quatro são as Forças Armadas, ou seja, A aviação, o exército e a marinha, e as fortificações. Os quatro elementos de carácter não estritamente militar são as comunicações, os recursos materiais, a defesa civil e as alianças.⁴⁴ Raul Esteves começa por afirmar o perigo de presumir a guerra futura pela guerra passada. Considera então duas escolas prospectivas, a estática ou de material (inovadora e centrada no material) e a móvel ou dinâmica (tradicionalista). Visão a nossos olhos estranha, mas que reflecte o peso da tradição clássica, napoleónica em Raul Esteves. A guerra móvel e mecanizada é um retorno ao modelo napoleónico de manobra,⁴⁵ tradicionalista na concepção. Pelo contrário, apesar da afirmação inicial de não caracterizar a guerra futura segundo o modelo da guerra passada, é a Grande Guerra que serve de referência a guerra futura, visto a visão inovadora ser a da guerra estática, onde se pode ler guerra das trincheiras, e guerra do material, isto é, guerra industrial, da grande produção de armas e munições, tal como tinha sucedido no conflito anterior.⁴⁶

⁴⁴ Seguimos o esquema do Índice, Idem, Ibidem, pp. 244-246.

⁴⁵ Uma visão ainda hoje, aqui e ali clássica. A guerra móvel é atida à guerra segundo o modelo napoleónico. Cf. Gunther Rothemberg, The Art of Warfare in the Age of Napoleon, Bloomington, 1980, pp. 241-43.

⁴⁶ O que não deixa de ter alguma razão, na medida em que a Segunda Guerra Mundial também se caracterizou pela guerra do material, pela mobilização tecno-científico industrial maciça, conquanto o factor mobilidade tenha-se também tornado decisivo, precisamente em decorrência da massiva industrialização do conflito, aproximando-se o autor da concepção francesa e britânica de prever uma guerra de usura assente na primazia do fogo. Cf. Parte Teórico-metodológica. A primazia da máquina, não obstante, significava velocidade, fluidez, mobilidade, poder. De facto, não se pode considerar a guerra industrial como guerra estática. Pelo contrário, a guerra tecno-industrial ao massificar as massas e meios, dilata a acção no espaço, intensifica paroxisticamente o duelo e contrai o tempo, aumenta exponencialmente a fluidez da acção, concomitantemente com a sua intensidade. Aproxima a guerra da instantaneidade.

Seguidamente Raul Esteves analisa as diversas modalidades conceptuais da guerra futura, nomeadamente as teorias de Douhet e Fuller respectivamente sobre a guerra aérea e sobre a guerra mecanizada. Estas acabam por não influenciar muito, porque retorna ao tema inicial. A guerra futura seria uma guerra entre povos, uma guerra total, se bem que ele não use a expressão, onde o económico seria muito importante, e por isso, e paradoxalmente, o elemento central dessa guerra será o exército e a mobilização humana que o formaria. Guerra futura significa massificação humana da guerra.⁴⁷ De novo emerge a fantasmagoria napoleónica, a guerra futura remete para a *levée en masse*, para a característica mobilização humana das guerras dos finais do século XVIII e princípios do XIX. Como Portugal era um país pobre e tecnicamente arcaico, facilmente inviabilizava aos autores nacionais a real compreensão da guerra tecnológica que se aproximava, e como a maior visibilidade da preparação militar do país modelo de Portugal, a França, era a necessidade de garantir uma maciça mobilização de efectivos, facilmente se podia cair numa visão arcaica da guerra futura.⁴⁸ É claro, como veremos, que assentando o potencial militar de um exército na massa humana da nação, não na sua dimensão técnica, Portugal poderia ainda ter um relevante papel num conflito futuro.

A questão da mobilização permite a Raul Esteves tocar na questão candente do tipo de exército que Portugal devia ter, miliciano ou permanente.⁴⁹ A resposta que lhe dá, favorável ao exército permanente, é

⁴⁷ Cf. Raul Esteves, 1935, pp. 57-58.

⁴⁸ Sobre as questões e os problemas da mobilização militar dos meios humanos do exército francês nos anos 20 e 30, veja-se Cf. Eugenia Kiesling, *Op. Cit.*, Lawrence, Kansas, 1996, pp. 85-108. Segundo a autora, em 1939, o exército francês mobilizou 5.700.000 homens contra 3.700.000 alemães, apesar da população jovem ser significativamente inferior. Idem, nota 3, p. 208.

⁴⁹ A questão do exército miliciano, exército permanente foi uma candente questão política e militar da República. Esta fundara um exército miliciano, visando republicanizar as Forças Armadas, e assegurar o controlo da sempre suspeita oficialidade. Na prática gerou o caos nos quartéis, e a hostilidade de muitos dos oficiais à própria República. Sobre este assunto vejam-se por exemplo, Cf. António Telo, *Decadência e Queda da I República Portuguesa*, Lisboa, 1980, I Vol., pp. 125-141, e Cf. Maria Carrilho, *Op. Cit.*, pp. 205-281.

legitimada pela necessidade face à guerra futura, da imprescindibilidade da cobertura da fronteira que assegure a possibilidade de mobilização das massas demográficas nacionais. Esta preocupação obrigaria à existência de um exército permanente, uma força de prontidão de razoável dimensão, que fosse activada em 48 horas.⁵⁰ É certo que ao fazer cair sobre o exército o ónus do peso da mobilização, Raul Esteves também considera como justificativo as debilidades técnico-económicas da nação.⁵¹ Mas elas não são, nem de longe a causa principal aduzida, esta é reflexo da guerra futura, que seria uma guerra entre povos, e por conseguinte exigia a mobilização de toda a população para a guerra.

Emerge então em toda a sua dimensão a triologia da defesa nacional de Raul Esteves. Ela combina a mobilização maciça do exército, a fortificação e os sistemas de transportes, fundamentalmente, ferroviários, eixo da mobilidade militar, permitindo a rápida concentração de meios humanos e materiais, visando garantir uma defesa avançada, na fronteira, que seria nos sítios mais ameaçados fortificada em profundidade.⁵² O modelo de defesa aqui apresentado está indelevelmente tocado pela experiência da Grande Guerra. A defesa é fundamentalmente estática assente num dispositivo linear, numa frente contínua,⁵³ construída em

⁵⁰ Cf. Raul Esteves, 1935, pp. 60-66. Segundo Tasso de Miranda Cabral o efectivo do exército de cobertura deveria ser de 6 Divisões de Infantaria, 5 brigadas de Cavalaria e 10 batalhões de Caçadores. (Infra, ponto 1.1.1.).

⁵¹ Cf. Raul Esteves, 1935, pp. 82-83.

⁵² Idem, pp. 86-112. Esta era igualmente a ideia de Tasso de Miranda Cabral, e sê-lo-á também de Júlio Botelho Moniz. Não devemos aqui deixar de lembrar a relação especial que Raul Esteves tinha com os caminhos-de-ferro. Fora comandante dos sapadores dos caminhos-de-ferro na Grande Guerra e nos anos vinte, tendo-se tornado notado dos meios conservadores pela forma como esmagara a greve dos ferroviários. Mais tarde esteve ligado à administração dos caminhos-de-ferro. Publicou igualmente nos anos 30 um pequeno opúsculo sobre a importância estratégica e económica dos caminhos-de-ferro. Cf. Raul Esteves, O Problema dos Caminhos de Ferro, Lisboa, 1938. Sobre a acção anti-grevista de Raul Esteves durante a greve dos ferroviários, Cf. António Telo, 1980, pp. 152-153, 161.

⁵³ Quando se fala numa defesa linear para caracterizar a defesa típica da Grande Guerra está-se a compará-la com a da Segunda Guerra Mundial. Em boa verdade, a defesa estática, ao nível estratégico militar, utilizada na Grande Guerra era feita em profundidade, assente regra geral em três linhas, uma de defesa avançada, a de defesa principal, onde se concentravam o grosso dos

profundidade táctica-operacional, isto é, ao nível do corpo de batalha, não estratégica ou estratégico-operacional, ou seja, ao nível do país, ou mesmo para lá dele, assente na rápida concentração de efectivos mobilizados, dependentes da mobilidade estratégica das ferrovias, que podem ser complementadas com as vias rodoviárias.

A terceira parte da obra é dedicada as bases para a organização da defesa nacional. Raul Esteves retoca de novo em várias dimensões já afloradas, e repete as ideias já tratadas na segunda parte. Não deixa contudo de ser sintomático que retorne à problemática da fortificação e das vias de comunicação ferroviárias, os grandes elementos que caracterizaram a Grande Guerra.⁵⁴

Um elemento comum às duas partes é o papel da Armada. Raul Esteves salienta e torna a sublinhar que a principal função da marinha é a defesa do território metropolitano e das linhas de comunicações próximas, que ligam a principal base de operações nacional, Lisboa, ao Mundo. Não é, repete, a questão colonial que valoriza a marinha de guerra.⁵⁵ Como veremos, a Armada tinha uma óptica relativamente diferente e valorizava de forma mais acentuada o seu papel de ligação transcontinental entre as diversas parcelas nacionais. É evidente que a afirmação de que o eixo da defesa nacional era o Exército, e não a Armada, desvalorizava o papel

efectivos e a linha da retaguarda onde se organizava a última resistência ou se concentrava a reserva. Era uma organização defensiva de uma dezena de quilómetros de extensão. A segunda Guerra Mundial obrigou contudo a aumentar consideravelmente a profundidade estratégica da defesa para uma centena de quilómetros no mínimo, deixando a defesa de ser feita linearmente para ser organizada por redutos com forças imediatas de contra-ataque móveis.

⁵⁴ Observe-se que o problema da mobilização maciça da força militar e da sua rápida prontidão na fronteira era um tocante problema das operações e da Estratégia antes da Grande Guerra e fora o fundamento do triunfo prusso-alemão na guerra de 1870-71. Com o fim da Grande Guerra essa preocupação perdeu acuidade face a problemática da *materialschaft*, a guerra do material. De problema estratégico passou a problema logístico. Sobre a guerra de 1870/71 e a problemática referida, Cf. Paul Kennedy, The Rise and Fall of British Naval Mastery, Londres, 1991, pp. 231-232 e Hajo Holborn, “The Prusso-German School: Moltke and the Rise of the General Staff, in Peter Paret, Ed., Makers of Modern Strategy – from Machiavelli to the Nuclear Age, Oxford, 1986 (1994), pp. 287-288.

⁵⁵ Cf. Raul Esteves, 1935, pp. 72-74 e 168.

desta, limitada a complementar a defesa continental e a assegurar a retaguarda do primeiro, que defendia as fronteiras numa linha avançada, desconsiderando-se conseqüentemente a questão da defesa colonial e das ligações às colónias. É certo que os militares podiam sempre aduzir um argumento de peso, a de que a *Royal Navy* e a aliança com a Grã-Bretanha assegurava as ligações estratégicas de Portugal.⁵⁶

O último capítulo da terceira parte é bastante mais original visto ser dedicado à criação da força moral. De certo modo, ele compõe o edifício estratégico-ideológico de Raul Esteves. O predomínio do factor humano na guerra é salientado em força, o homem é superior à máquina, a força moral é dominante na guerra, a guerra é total, mas a sua expressão violenta é o embate/choque entre forças militares, o que exprime de forma clarividente a incapacidade de Raul Esteves em superar a preeminência do militar na política de defesa nacional. A função da mobilização totalitária para a guerra, visa concentrar todos os recursos, toda a força moral nas qualidades combatentes do exército mobilizado, força moral que significa espírito de sacrifício, espírito nacional assente na mitologia da Nação. A guerra futura seria um duelo entre os povos, um embate entre o Nacionalismo e o Internacionalismo.⁵⁷

Não há grande originalidade nesta visão. Ela é um reflexo e uma miscelânea das ideologias de carácter conservador e fascista que eram comuns nos anos 20 e 30. O que interessa salientar é o seu reflexo na visão da defesa nacional de Raul Esteves. Por um lado ela legitima o predomínio militar na política de defesa nacional. O exército seria a expressão mais viva das qualidades morais e nacionais,⁵⁸ o exército, não eram as máquinas

⁵⁶ Como faz Raul Esteves, *idem*, p. 166-168.

⁵⁷ *Idem*, *Ibidem*, pp. 219-228.

⁵⁸ A criação, nos anos 20, de uma mitologia salvífica da nação ligada e dependendo da pureza nacionalista das Forças Armadas, última *ratio* das qualidades morais nacionais tem sido referida por alguns autores. Veja-se por exemplo, Cf. Fernando Pereira Marques, “Do exército providencial ao exército Salazarista”, in A.A.V.V., O Fascismo em Portugal, Actas do

ou a técnica, mas a superioridade moral dos combatentes, a força criativa e qualitativa dos combatentes. Esta visão justificava não só a proeminência política e institucional das Forças Armadas, como o ideal de mobilização de massas protagonizado pela aristocracia militar, a sua oficialidade, não composta de milicianos, mas de verdadeiros profissionais de carreira. No fundo, a cúpula do trabalho, a criação da força moral reflectia em toda a sua dimensão o tradicionalismo político e militar de Raul Esteves.

Raul Esteves chefiou a Missão Militar Portuguesa de Observação em Espanha⁵⁹ durante a Guerra Civil Espanhola, tendo publicado, em consequência dessa missão, um estudo particular sobre os ensinamentos militares da guerra e suas consequências para a defesa militar de Portugal.⁶⁰ Não efectuar-se-á uma análise sistémica de todo o texto de Raul Esteves, mas relevar-se-á fundamentalmente as ideias que pesam na definição de uma política de defesa nacional. A tarefa está facilitada, visto o próprio autor ter organizado o texto de forma a que o capítulo final da obra fosse dedicada à influência dos ensinamentos da guerra na política de defesa militar e na estratégia militar na Península Ibérica. O traço mais saliente e clarividente era o retorno da fantasmagoria napoleónica de Raul Esteves. De facto, o autor vê confirmarem-se na Guerra Civil de Espanha os traços

Colóquio Realizado na FLL, Lisboa, 1980, pp. 185-195. Vejam-se também as opiniões de Cunha Leal e Fernando Pessoa em Cf. David Martelo, A Espada de Dois Gumes. As Forças Armadas do Estado Novo, 1926-1974, Mem Martins, 1999, pp. 28-31.

⁵⁹ Sobre a Missão Militar Portuguesa de Observação (MMPOE) vejam-se os seguintes estudos. Cf. Iva Delgado, Portugal e a Guerra Civil de Espanha, (s/l), (s/d), pp. 174-188. Cf. César Oliveira, Salazar e a Guerra Civil de Espanha, Lisboa, 1987, pp. 255-262. Manuel Burgos Madronero, “La Mission Militar Portuguesa de Observación en España y los Viriatos”, Motril, Separata de la Revista Hysperiades, 1988, pp. 389-402. É preciso distinguir entre os Viriatos e a MMPOE, a segunda teve um carácter oficial de relação entre os dois Estados que os primeiros jamais tiveram, o nome nunca foi considerado verdadeiramente institucional. Houve no entanto membros da MMPOE que combateram em Espanha, normalmente desligando-se da Missão.

⁶⁰ Cf. Raul Esteves, 1939, Op. Cit., passim. Nas páginas da Revista Militar Raul Esteves publicou um texto que continha o essencial do impacto da Guerra Civil de Espanha na estratégia militar tendo em conta um conflito na Península Ibérica, e que mais não é que um resumo das ideias publicadas no livro citado. Cf. Raul Esteves, “Algumas Observações sobre a Guerra de Espanha. Ensinamentos de ordem estratégica”, Revista Militar, Nº3, Março de 1939a, pp. 153-186.

geoestratégicos que permitiram um século antes as vitórias de Wellington na Península Ibérica face aos franceses. Sistemáticamente Raul Esteves extrai comparações que confirmam a similitude das acções de Wellington e de Franco e explicitam a vitória de ambos de um ponto de vista da Estratégia Militar e da geoestratégia peninsular.

Raul Esteves começa por distinguir dois partidos, o do Oeste e o do Leste, definições que correspondem a posições de carácter geoestratégico, o do Oeste tendo como base de operações, o Oceano, de carácter marítimo, e o de Leste, tendo por base de operações, o Mar Mediterrâneo e a fronteira francesa de carácter mais continental.⁶¹ O partido do Leste correspondia por um lado, às forças nacionalistas, e por outro lado, à evolução, quer da rebelião espanhola de 1808, quer à ofensiva de Wellington de 1811-1814. Eram ambos os partidos de Oeste suportados nos recursos vindos do mar oceânico. Inversamente, o partido do Leste, ou seja, a República Espanhola durante a Guerra Civil, ou os franceses em 1807-1814, dependem fundamentalmente dos recursos continentais.⁶² Ora, para Raul Esteves, a geoestrutura geofísica da Península Ibérica é dominada pelo mar, tendo como eixo muito favorável para a penetração no interior, a linha do Tejo, que divide a Meseta castelhana em duas partes, tendo como base fundamental de operações para o cabal aproveitamento dessa linha, o porto de Lisboa. O domínio da linha do Tejo, assegura a divisão das forças existentes a Norte e Sul do rio, permitindo manobrar concentrado por linhas interiores, e ser reabastecido pelos portos galaico-asturianos, ou andaluzes, assegurando assim uma enorme vantagem estratégica. Esta concepção estratégica e sua validade é demonstrável, quer pela campanha de Wellington, quer pela manobra estratégica vitoriosa das campanhas nacionalistas durante a Guerra Civil Espanhola. Wellington, na campanha

⁶¹ Cf. Raul Esteves, 1939, p. 46.

⁶² Idem, pp. 26-28 e 46-54.

de 1812-13, a partir da fronteira portuguesa, marchou para o Norte, visando a fronteira franco-espanhola, isolando Madrid, e fazendo-a cair em posse dos aliados, derrotando decisivamente as forças francesas no espaço peninsular. De igual modo, Franco e seus exércitos, dominaram primeiro o Norte, com as operações militares encetadas no País Basco e nas Astúrias, virando-se depois para Leste, conquistando a região de Valência e a Catalunha, isolando Madrid, apossando-se então da cidade e da Espanha. Raul Esteves também nota a similitude do fracasso da tentativa de conquista directa de Madrid, por Wellington, na fracassada companhia de 1811, e pelos nacionalistas em 1936-37.⁶³

Esta concepção estratégica de Raul Esteves permite-lhe demonstrar que as condições da guerra moderna não mudaram nos seus traços geoestratégicos desde as guerras napoleónicas até à actualidade. De facto, apesar da Grande Guerra, os traços mais dominantes da geoestratégia peninsular permanecem, e não questionam as condições da acção estratégica militar no Teatro de Guerra peninsular. Ela legitima por isso, a despeito das transformações geradas pela Grande Guerra na estratégia militar, uma continuidade geoestratégica entre as guerras de Napoleão e a Grande Guerra. Veremos posteriormente como a Segunda Guerra Mundial iria baralhar e confundir todas as ideias que se tinham sobre as transformações da guerra.

Estrategicamente, a Guerra Civil de Espanha confirma três grandes ideias, a das frentes contínuas e lineares de grande extensão, a frente na Guerra Civil de Espanha prolongava-se por cerca de 1000 a 1500Km, o dobro da linha da Frente Ocidental entre 1914-1918,⁶⁴ a predominância da infantaria como centro de gravidade do combate,⁶⁵ e elemento dominante na acção militar, a oposição ideológica entre nacionalistas e

⁶³ Idem, Ibidem, pp. 20-23 e 52-56.

⁶⁴ Idem, Ibidem, pp 37-38.

⁶⁵ Idem, Ibidem, pp. 57-58.

internacionalistas, e o valor do factor moral.⁶⁶ Os três elementos vêm confirmar as ideias que Raul Esteves já apresentara e defendera na sua obra de 1935. O papel dominante que Raul Esteves dá a infantaria é contudo um caso especial. O autor reconhece que a predominância da arma na guerra resulta também das debilidades económico-logísticas dos dois campos,⁶⁷ mas não parece tirar as devidas consequências dessa peculiaridade, e universaliza-as para todas as guerras, incluindo as guerras entre as grandes potências industriais. Na verdade, uma das características da Guerra Civil de Espanha, no seu aspecto militar, é que reflecte o atraso sócio-económico dos contendores, não uma guerra do futuro, mas uma guerra que expressa o passado. A predominância da infantaria, em detrimento das armas técnicas, é tão só, o reflexo do atraso espanhol,⁶⁸ e não podia por isso ser facilmente universalizada a sua realidade para um conflito entre grandes potências industriais. Mas esta visão do autor reflectia os limites do seu próprio pensamento, e em última análise também os constrangimentos que em Portugal existiam à possibilidade de um efectivo conhecimento técnico e tecnológico geral e militar para quem procurava antever a guerra futura. Não se tratava só dos limites do pensamento de Raul Esteves, mas muito provavelmente mais de um reflexo do profundo atraso técnico e tecnológico de Portugal.

Raul Esteves passa a Segunda Guerra Mundial em silêncio. Choque com o que viu acontecer? O que é certo é que a sua veia de teórico e pensador militar só é de novo reactivada em 1949, aquando da definição da modalidade de defesa da Península Ibérica face a um possível ataque soviético ao Ocidente. Raul Esteves parece responder a uma concepção

⁶⁶ Idem, *Ibidem*, pp. 88 e seguintes.

⁶⁷ Idem, *Ibidem*, p. 58.

⁶⁸ Sobre as debilidades sócio-económico-tecnológicas da Espanha e seus efeitos na estratégia militar e na acção militar durante a guerra, Cf. Gabriel Cardona, “La Reforma de los Ejércitos”, in AAVV, Espanña, 1936-1939, La Guerra Militar, Madrid, 1996, 3º Vol., p. 72. Cf. José Luis Alcofar Nassaes. “Las armas de ambos bandos”, in AAVV, Espanña 1936-1939, La Guerra Militar, Madrid, 1996, 3º Vol., pp. 95 e seguintes.

estratégica defendida por um refugiado ex-militar checo, F. O. Mikshe, publicista das novas armas e das novas estratégias surgidas com a Segunda Guerra Mundial.⁶⁹ É provável no entanto que visasse mais alto, visto a visão de Mikshe corresponder à que os altos mandos políticos-militares do Estado Novo defendiam, com a criação de um bloco defensivo e de um baluarte estratégico englobando toda a Península Ibérica.⁷⁰ Entre 1949 e 1952 Raul Esteves publica quatro textos mais ou menos breves sobre a temática. Logo em 1949 publica dois textos nos jornais Comércio do Porto (edição de 20 de Julho de 1949⁷¹) e Diário de Notícias (edição de 21 de Dezembro de 1949) posteriormente reproduzidos na obra mais abrangente que fez sobre a temática, um pequeno livro intitulado a Defesa da Europa Ocidental.⁷² Entretanto retornara ao tema em 1950 nas páginas da Revista Militar.⁷³

O autor começa por caracterizar a situação geoestratégica da Europa, uma vasta península da Ásia, e é este carácter de península que a torna dominável pelo mar, espaço não continental, mas marítimo, o que significa que um poder oriundo da Ásia, e a Rússia é a guarda avançada do epirocratismo asiático, sobrepujando-se sobre a Europa, é vulnerável nos seus flancos a uma ofensiva oriunda do oceano. Neste ponto Raul Esteves

⁶⁹ É autor entre outros de um livro sobre a *Blitzkrieg*. Cf. F. O. Mikshe, A Guerra Relâmpago, Lisboa, (s/d) (1944), passim.

⁷⁰ A política de defesa nos anos 40/50 será desenvolvida de forma mais sistematizada e englobante na parte II deste trabalho. Sobre a oposição de Raul Esteves ao projecto de Santos Costa e ao Baluarte Ibérico, coube a J. Medeiros Ferreira a sua mais extensa apresentação, Cf. J. Medeiros Ferreira, Um Século de problemas, as relações luso-espanholas da união ibérica à Comunidade Europeia, Lisboa, 1989, pp. 57-66.

⁷¹ Este artigo foi mais tarde reproduzido nas páginas da Revista Militar, Cf. Raul Esteves, “O Pacto do Atlântico e a Defesa de Portugal”, Revista Militar, Nº8/9, Agosto/Setembro de 1949, pp. 521-525. Nele o autor retoma algumas das ideias já defendidas na obra sobre a Guerra Civil Espanhola. Portugal é a verdadeira base de operações da Península Ibérica, já comprovado na Guerra de Sucessão de Espanha e nas Guerras Napoleónicas, sendo por isso tão só de considerar na questão da defesa da Europa e da Península Ibérica o seu território autonomamente do espanhol.

⁷² Cf. Raul Esteves, A Defesa da Europa Ocidental, Lisboa, 1952. Poder-se-ia dizer que se trata de um opúsculo, tão breve é a obra.

⁷³ Cf. Raul Esteves, “A Península Ibérica e a Defesa dos Pireneus”, Revista Militar, Nº 2/3, Fev/Mar de 1950, pp. 77-83.

não deixa de retornar ao exemplo napoleónico, usado para legitimar a visão talassocrática da Europa, a invulnerável Grã-Bretanha que prostrou o imperador corso.⁷⁴ A defesa da Europa Ocidental deve assim ser composta pelo apoio dos EUA, assente na fundamental rota do Atlântico, pelo controlo do flanco Sul, o Norte de África e o Médio Oriente, e pelo constituição dentro da Europa de sucessivas linhas de defesa, organizadas em profundidade, profundidade essa, que refere Raul Esteves passou de 1,5 quilómetros em 1918 para 8 quilómetros em 1942 (El Alamein). Para tornar esta defesa ainda mais forte, deve-se ter um espírito ofensivo, consubstanciado na criação de uma força anfíbia, que ameaça os flancos da penetração russo-asiática, a verdadeira aplicação da guerra trifíbia, terra, mar e ar, e o desenvolvimento massivo da guerra aérea estratégica,⁷⁵ na profundidade do Teatro de Operações Europeu.⁷⁶

Nestas circunstâncias, qual o papel atribuído por Raul Esteves à linha dos Pirenéus. Começa por considerá-la como um logro, visto os Pirenéus não serem tão intransponíveis como se quer fazer crer. Além de que tendo dominado o continente seria fácil à Rússia isolar a Península Ibérica do Oceano Atlântico e lançar sobre ela rápidas e decisivas mini-operações anfíbias. De que serviria aos EUA dispor do apoio peninsular se todo o continente estivesse na posse da URSS. De facto, para os EUA, a costa hispano-portuguesa é uma fracção da grande costa europeia, que se estende do Marrocos até à Irlanda, e que faz fronteira com as suas próprias costas. Mas mais grave, é que deixando à Espanha o papel liderante na reconquista da Europa era assegurar a esta o futuro predomínio sobre o continente, o

⁷⁴ Cf. Raul Esteves, 1952, pp. 5-8.

⁷⁵ Raul Esteves demonstra aqui ter consciência do cerne do poder anglo-americano, a força anfíbio naval e o poder aéreo. Em 1945 a Força Aérea dos EUA dispunha de cerca de 30.000 aviões contra cerca de 17.000 da URSS, mas esta força aérea quase sem nenhum bombardeiro quadrimotor estratégico. A frota naval dos EUA contava com meia centena de grandes porta-aviões contra nenhum da URSS. Sobre o diferencial de potencial entre os aliados anglo-norte-americanos e a URSS, um curioso artigo aparece em Cf. John Desch, "Berlim 45: The Potential for World War III", *Command*, Nº 14, Março/Abril de 1992, pp. 40-45.

⁷⁶ Cf. Raul Esteves, 1952, pp. 8-19.

retorno do império de Carlos V.⁷⁷ Na realidade, Raul Esteves considera que sendo a relação transatlântica EUA-Europa a chave da defesa Ocidental, e o mar o eixo de gravidade dessa aliança, mais importante que a Espanha, é as costas e as bases de operações portuguesas, chave há séculos da própria liberdade europeia, trazendo de novo à ribalta o exemplo de Napoleão, entre outros, é certo.⁷⁸

Apesar da visão global geoestratégica de Raul Esteves se conformar às grandes teorizações geopolíticas e geoestratégicas do início da Guerra Fria, como a questão da oposição Europa-Ásia e a importância da acoplagem euro-estadunidense, nas entrelinhas perpassa ainda o peso das concepções estratégicas de toda uma vida, e que de certo modo questionam efectivamente se Raul Esteves compreendera verdadeiramente o significado da revolução estratégico-militar da Segunda Guerra Mundial. Essa revolução, a que retornar-se-á com mais pormenor na segunda parte do Parte I do trabalho e na II Parte do mesmo, rompeu com as lógicas geoestratégicas clássicas, que ainda permitiam considerar, mesmo em países pequenos, vários Teatros de Operações. A revolução do poder aéreo, capaz de fazer chegar a milhares de quilómetros de distância o poder destrutivo de um Estado, reforçado no final do conflito com o aparecimento, tão cheio de significado, dos primeiros foguetões/mísseis de longo alcance (balísticos), o aparecimento do factor nuclear, a própria completa motorização e mecanização dos exércitos terrestres significaram uma diluição do tempo-espço estratégico, ao mesmo tempo que dilatava-se o campo de batalha.⁷⁹ Neste aspecto não deixa de ser sintomático que

⁷⁷ Idem, Ibidem, pp. 25-29.

⁷⁸ Cf. Raul Esteves, 1950, pp. 81-83.

⁷⁹ Sobre a questão da dilatação do campo de batalha e da diluição do tempo-espço estratégico com e a partir da Segunda Guerra Mundial Cf. Hervé Coutau Bagarie, 1999, pp. 404 e seguintes, e Cf. Alain Bru, *Evolution des Matériels Militaires (1939-1945)*, Paris, 1990, p. 79 e seguintes. A temática daquilo a que se pode definir como de uma revolução militar estratégica gerada pela Segunda Guerra Mundial será desenvolvida com mais pormenor na segundo ponto desta I parte, e na II parte do trabalho em curso. Pode-se desde já salientar que o conceito de

tendo referido a defesa da Europa Ocidental como assente numa amplidão geoestratégica alargada, dependente da acoplagem euro-estadunidense, refira subsequentemente as dimensões da profundidade da defesa ao nível táctico terrestre, de 1,5 para 8 quilómetros, como se essa profundidade fosse aquela que se tinha de ter em conta para uma concepção global de defesa da Europa, não tendo em conta, nem o facto de a guerra se ter tornado móvel e rápida, fluida e flexível,⁸⁰ nem de o factor aéreo questionar uma visão estrita da defesa táctica terrestre em profundidade, de misturar a oito na sua argumentação factores tácticos, estratégicos e geoestratégicos. Mas talvez o mais paroxístico do texto de Raul Esteves seja a vontade de fender o Teatro de Operações de Portugal do/dos Teatro(s) de Operações espanhol(espanhóis), cisa essa que reflecte por um lado uma desconfiança atávica da Espanha, e por outro lado, uma incompreensão decisiva da realidade geoestratégica gerada pela Segunda Guerra Mundial.

A despeito de Raul Esteves compreender e bem que a contra-ofensiva aliada poderia partir do Mediterrâneo-Norte de África, e da acoplagem Irlanda-Grã-Bretanha-EUA ter uma forte componente aérea e

Revolution in Military Affairs como uma realidade de tipo totalmente novo nos parece exagerado. Alguns dos elementos centrais dessa revolução emergiram já na Segunda Guerra Mundial, como as armas de longo alcance, a guerra rádio-electrónica, a revolução nos explosivos, que continuou posteriormente, outros são efectivamente mais recentes, como a capacidade de precisão e direcção, ou a visão global oriunda a partir do espaço, mas mesmo essas dimensões têm génese histórica que data da Segunda Guerra Mundial. Verdadeiramente inovadora só as aplicações da biotecnologia aos sistemas de armamento. *A Revolution in Military Affairs*, para lá da inovação do conceito, reflecte fundamentalmente, as sucessivas transformações/mutações geradas pelas contínuas revoluções tecno-industriais da Europa, e depois também pelos EUA, pelo menos desde o século XV. Não é nesse sentido, nada de espantoso, tão só, um reflexo, dir-se-ia, quase natural, das revoluções tecno-económicas aplicadas à guerra e à tecnologia militar, com efeitos profundos na estrutura organizacional. António Telo parece igualmente defender esta perspectiva, Cf. Autor, “Reflexões sobre a Revolução Militar em Curso”, *Nação e Defesa*, Nº103, Outubro/Novembro de 2002, pp. 211-247.

⁸⁰ É duvidoso que mesmo do ponto de vista táctico, essa profundidade fosse viável em 1945. Nessa altura, já a profundidade táctica da defesa de um Corpo de Exército Soviético, o equivalente a uma divisão alargada dos EUA, rondava os 15-20 quilómetros. Cf. David M. Glantz, *Op. Cit.*, pp. 155-156.

naval (bombardeamentos estratégicos e operações anfíbias),⁸¹ esse facto em nada modificava a necessidade de cobrir os portos portugueses a partir dos Pirenéus ou dos Sistema Ibérico pela simples razão que o devastador alcance e destrutividade das armas e dos exércitos modernos obrigava a uma defesa em profundidades estratégicas consideravelmente alargadas.⁸² Em boa verdade, os dois conceitos eram complementares, a possibilidade de um gigantesco contra-ataque aéreo e anfíbio implicava que as costas atlânticas da Europa e os acessos ao Mediterrâneo fossem protegidos, e para protegê-los era indispensável que as costas tivessem o suporte de uma defesa em lata profundidade. No caso de Portugal isso implicava o apoio espanhol.

Raul Esteves só publicaria mais uma pequena obra em 1954, um pequeno texto de uma conferência pronunciada por ocasião da comemoração da velha aliança anglo-portuguesa. O texto em si, não tem grande valor teórico, ao repisar os velhos encómios e citar as velhas guerras em que portugueses e ingleses combateram juntos.⁸³ Mas este repisar das velhas glórias reflecte no fundo a nostalgia de um tempo ido, do Mundo de onde viera Raul Esteves, ainda marcada pelas guerras Napoleónicas, e que a Segunda Guerra Mundial transmutara em definitivo.

⁸¹ Esse era inicialmente o plano anglo-americano para a defesa da Europa Ocidental. Sobre este assunto Cf. António Marquina Barrio, Espanha en la Política de Seguridad Ocidental, 1939-1986, pp. 299 e seguintes.

⁸² Para os EUA parecia imprescindível assegurar uma ponte ibérica para apoiar a sua ofensiva aérea estratégica e anfíbia a partir dos flancos mediterrânico e Atlântico. A Espanha era fundamental, visto a defesa só contando com Portugal, sem um vizinho seguro, ser inviável. Cf. António Marquina Barrio, Op. Cit., pp. 252-253 e seguintes. Cf. António Telo, Portugal e a NATO, o Reencontro da Tradição Atlântica, Lisboa, 1996, p. 217.

⁸³ O título do texto é elucidativo, Cf. Raul Esteves, Cooperação Anglo-Lusa nas Guerras da Europa, Lisboa, 1954.

1.1.3.) Júlio Botelho Moniz: Apóstolo da Guerra Total

O futuro humilhado da “abrilada” de 1961 era um homem de uma geração mais nova que os anteriores autores, visto ter nascido em 1900 (morreria em 1970), e foi durante anos um servidor, algo heterodoxo, diz um biógrafo,⁸⁴ do Regime do Estado Novo. No Exército e no regime ascendeu a importantes cargos políticos e militares. Ministro do Interior entre 1944 e 1947, colaborador íntimo de Santos Costa, teria progressivamente aproximado-se de núcleo militar ligado a Craveiro Lopes, do qual seria um dos principais elementos. Em 1955 torna-se Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas, o mais alto cargo militar, e em 1957, e até à sua demissão em 1961 seria Ministro da Defesa Nacional. Júlio Botelho Moniz não quis deixar de ser também um teórico militar. Assim, em 1939 surge talvez a sua obra mais emblemática, “A Nação em Guerra”,⁸⁵ obra de razoável fôlego teórico, onde se expressa a visão mais moderna que se pode encontrar sobre a guerra do futuro, que estava então ao alcance da mão.

A obra, cerca de 250 páginas, divide-se em duas partes, a primeira dedicada à organização político-económico da guerra futura e a segunda referida à estruturação do exército, intitulada paradigmaticamente “Exército Novo”.⁸⁶ Na breve introdução apresentada, o autor não deixa, com razão, de lamuriar-se da reduzida quantidade de escritores militares, e ainda menos de civis, que se dedicariam aos estudos sobre a defesa

⁸⁴ Esta breve introdução biográfica deve-se a Pedro de Pezarat Correia, “Moniz, Júlio Carlos Alves Dias Botelho”, in Fernando Rosas e J.M. Brandão de Brito, Dicionário de História do Estado Novo, Lisboa, 1996, 2º Vol., pp. 620-621. Veja-se também a breve nota biográfica de Cf. Paulo Morais Alexandre, “Moniz, Júlio Carlos Alves Dias Botelho”, in António Barreto e Maria Filomena Mónica, Coord., Dicionário de História de Portugal, Suplemento, 8º Vol., (s/l), 1999, p. 517.

⁸⁵ Cf. Júlio Botelho Moniz, A Nação em Guerra. Organização Nacional da Defesa. Lisboa, 1939. Júlio Botelho Moniz é autor de outras obras de carácter mais específico do seu *métier* militar.

⁸⁶ Seguimos o Índice, Idem, pp. 261-263.

nacional. É certo que ele reconhece que na classe civil rareiam os autores de obras militares.⁸⁷ A relação íntima que Júlio Botelho Moniz faz entre a defesa nacional e o exército explica em parte a raridade de autores civis se abalançarem ao estudo dessa magna questão, na medida em que não só afunila o tema da política de defesa nacional à dimensão militar, como limita e de forma avantajada, os efectivamente melhor preparados para estudar a questão, a um núcleo reduzido de militares, os intelectualmente mais vocacionados para o efeito. De facto, no levantamento de obras efectuado não se descortinou estudo histórico militar ou de carácter estratégico militar efectuado por civis nos anos 20 e 30. Os autores que se abalançam ao estudo da defesa nacional e da política militar são exclusivamente militares.

Apesar deste afunilamento da política de defesa nacional ao estritamente militar, quer Raul Esteves, quer Júlio Botelho Moniz, defendem que a defesa nacional é uma questão nacional, um problema de toda a Nação. Como se expressa então essa problemática na vida da Nação? Júlio Botelho Moniz afirma-o logo explicitamente, ao trazer à colação que desde a Constituição de 1834, passando pela de 1911 e de 1934, todos os portugueses são obrigados a pegar em armas, havendo obrigatoriamente um serviço militar universal.⁸⁸ Esta visão, é reducionista da noção contemporânea de mobilização nacional, mas principalmente tende a afunilar toda a problemática da defesa nacional ao factor militar. Contudo, é certo que mais à frente Júlio Botelho Moniz matiza um pouco esta perspectiva distinguindo entre a Nação Armada, assente na mobilização e instrução militar de todos os cidadãos e a Nação em Guerra, que significa a

⁸⁷ Idem, *Ibidem*, p. 5.

⁸⁸ Idem, *Ibidem*, pp. 6 e 16-17. Repare-se que também Tasso de Miranda Cabral e Raul Esteves valorizam a universalidade geral do serviço militar e a mobilização de massas para armar o Exército. Na verdade esta universalidade do SMO era relativa, havendo graças às remissões em metal e à deliberada restrição do recrutamento, a fuga de muitos jovens ao serviço, mormente dos jovens de famílias mais abastadas. Cf. Maria Carrilho, *Op. Cit.*, pp. 101-103.

mobilização de todos os recursos nacionais, não só humanos, mas também económicos e morais, para fazer face à guerra. Seria a mobilização integral da nação, que daria a base da força defensiva nacional, como teria demonstrado e provado a Grande Guerra.⁸⁹

Como já se verá, esta mobilização integral acaba por ser subordinada ao factor militar, ou seja, a mobilização nacional tem por fito último preparar o melhor possível o potencial e a capacidade militar da nação. Os elementos institucionais da defesa nacional são o governo (que trata da Política Externa e dirige a guerra), o Conselho Superior da Defesa Nacional (CSDN) e o seu homónimo em tempo de guerra, o Conselho Superior de Direcção de Guerra (CSDG), e por fim, o Conselho Superior Militar (CSM), que integra e coordena o Exército e a Marinha. Esta apresentação dos organismos superiores da condução de guerra, e que correspondem à reorganização dos mesmos efectuada pelo Estado Novo em 1935,⁹⁰ não merece reparos, a não ser a proposta de criação de um ministério da defesa nacional, para ser a direcção central da defesa e permitir uma mais eficiente coordenação da acção das forças de terra, mar e ar.⁹¹ Até aqui, apesar da referência à mobilização integral, sempre que se transforma a teoria em prática, o afunilamento ao factor militar é relevante.

O autor retorna a baralhar as ideias, e eis que considera que a Grande Guerra fez relevar o factor económico, ligado aos recursos nacionais. Começa por referir que até à Grande Guerra, a questão económica da guerra era considerada na perspectiva estritamente financeira, e só no decurso desta se valorizou e revelou os outros factores económicos, nomeadamente, a questão dos recursos nacionais. As armas passaram então a ser concentradas também sobre objectivos económicos, como foi o caso

⁸⁹ Cf. Júlio Botelho Moniz, 1939, pp. 32-36.

⁹⁰ Esta questão sera tratada com bastante mais pormenor na II parte deste trabalho.

⁹¹ Idem, p. 38-51.

do bloqueio naval aliado e do contra-bloqueio submarino alemão.⁹² O autor apercebe-se de novo das novas condições da guerra, mas não visualiza senão uma solução militar para suprimir as potencialidades económicas do adversário. Uma pura guerra económica, utilizando como arma a diplomacia, parece-lhe ser desconhecida, e contudo, na Grande Guerra, como já nas Guerras Napoleónicas, a Grã-Bretanha soubera aplicar admiravelmente uma estratégia diplomática como complemento da estratégia naval.⁹³

A mobilização está subordinada ao factor militar, mas não é puramente militar. Pelo contrário, ela é total, moral, militar, económica, político-administrativa e financeira, preparada desde tempo de paz, obrigando toda a vida nacional a ser submetida ao serviço do Estado. Na prática, o peso do factor recursos-economia na guerra obriga ao constrangimento da liberdade nacional em nome do esforço de guerra.⁹⁴ Júlio Botelho Moniz não deixa então enaltecer o totalitarismo militar do *Duce*, e da Itália fascista, como arquétipo da mobilização totalitária imprescindível à guerra.⁹⁵ O objectivo desta enorme mobilização seria por um lado bastar-se a si próprio, e por outro lado, assegurar a defesa na

⁹² Idem, *Ibidem*, pp. 61-68. É de salientar que a passagem estritamente financeira da condução económica da guerra, para uma visão mais alargada, relativa à disponibilidade de recursos nacionais e sua potencialidade, é característica da Grande Guerra. Cf. *Infra*, Introdução Teórico-Metodológica, e Gerd Hardach, *Op. Cit.*, p. 53. Esta preocupação de todos os Estados oponentes com os recursos materiais e humanos para fazer a guerra, reflecte a preponderância da dinâmica produtivo-industrial no conflito, e gera todo o conjunto de objectivos de carácter geopolítico-geoeconómico que visavam fundamentalmente assegurar a segurança estratégico-económica dos Estados. Era a questão da *Mitteleuropa* para os militares alemães (na Alemanha havia uma oposição geoeconómica entre os proponentes da *Mitteleuropa* e os da *Weltwirtschaft*), do controlo dos recursos mineralíferos dos Países-Baixos/Benelux pela França, do petróleo do Médio-Oriente pela Grã-Bretanha, entre outros. Sobre os objectivos e as estratégias económicas das diversas potências na Grande Guerra, o colossal e erudito estudo de Georges Henri-Soutou, *L'Or et le Sang – Les buts de guerre économique de la Première Guerre Mondiale*, Paris, 1989.

⁹³ Vejam-se as observações de Edward Luttwack a esse respeito. Cf. o autor, *Op. Cit.*, pp. 209-210.

⁹⁴ Cf. Júlio Botelho Moniz, 1939, pp. 75-79 e 88-89.

⁹⁵ Idem, pp. 78-79 e 106. Era uma visão que a realidade não confirmou e desmentiu de forma atroz. A Itália era das grandes potências europeias a menos preparada económico e militarmente para enfrentar uma guerra. Sobre este assunto, Cf. Paul Kennedy, *Ascensão e Queda das Grandes Potências*, Mem Martins, (s/d), 1º Vol., pp. 338-345

fronteira da pátria, não cedendo um milímetro de território nacional, o que exigiria uma rápida mobilização da cobertura e das forças de reserva. Tal como Tasso de Miranda Cabral e Raul Esteves (Cf. *Infra*), também Júlio Botelho Moniz pugna pela defesa avançada.⁹⁶

Efectuar a defesa avançada da pátria significa mobilizar o exército, e de novo o autor afunila a defesa ao factor militar, depois de ter perpassado pelas questões económicas. Não é que estas não sejam relevantes, mas elas só se tornam importantes, precisamente para se poder dispor de um exército poderoso que defenda o país. Afunilar significa precisamente isso, um grande *input* que é a mobilização nacional expressa um limitado *output* que é a força militar. O reflexo dessa visão de Júlio Botelho Moniz traduz--se na dinâmica da obra. Após uma primeira parte dedicada à mobilização nacional, a segunda parte é exclusivamente devotada ao factor militar.

O autor começa por valorizar a reforma de 1936 que retirou do Exército o excesso de quadros, que dificultavam instrução, onde só as escolas das armas funcionavam. Enaltece a criação do Instituto de Altos Estudos Militares (IAEM) que favorece a selecção pelo mérito (escolha), em detrimento da antiguidade.⁹⁷ Não deixa de falar aqui o jovem quadro do regime, na medida em que a selecção por escolha, mais do que favorecer o mérito, garantia o controlo político dos altos mandos do Exército por Salazar.⁹⁸ Paradoxalmente, Júlio Botelho Moniz recusa qualquer tipo de exame para promover o mérito, considerando que a actividade diária e as qualidades demonstradas pelos oficiais nos seus serviços bastariam, dando como exemplo, o facto de em França, também os não haver, mas a qualidade do seu exército ser indesmentível (a derrota de 1940 provou

⁹⁶ Cf. Júlio Botelho Moniz, 1939, pp. 118 e 139.

⁹⁷ *Idem*, pp. 150-153.

⁹⁸ Sobre este assunto, as obras de António José Telo, Fernando Rosas, Maria Carrilho e Telmo Faria.

precisamente o contrário).⁹⁹ É certo que aqui o autor legitima com o modelo francês a sua ideia de recusar a examinação dos oficiais com vista à ascensão de posto.

A II parte pode dividir-se em duas componentes, uma ligado à formação dos altos mandos, outra ligada à organização das forças terrestres. Na primeira, o autor saliente o papel central que o IAEM pode ter na formação dos comandos superiores, quer no domínio da estratégia, quer no domínio da organização. A guerra futura, como a Grande Guerra já demonstrara, seria uma guerra altamente complexa, mobilizando e integrando recursos nacionais e forças armadas, e que implicaria uma poderosa organização, reflectindo-se na valorização do papel dos estados-maiores e na necessidade de integração e maior coordenação das três forças de terra, mar e ar. A obra volta a pugnar pelo comando único das três forças. Mas Júlio Botelho Moniz também distingue claramente a acção do governo da dos militares.¹⁰⁰ Ao primeiro cabe dirigir a guerra e definir a política militar, aos segundos desenvolver a estratégia, a manobra estratégica.¹⁰¹ Ao contrário de Raul Esteves (Cf. *Infra*), Júlio Botelho Moniz é mais comedido nas conclusões tácticas e estratégicas que retira da Guerra Civil de Espanha, consequência de ser uma guerra de pobres. E reflecte uma preocupação com a surpresa tecnológica que pode desequilibrar um dos oponentes, como aconteceu com os alemães na Grande Guerra face aos *tanks*.

O autor vê bem que a mecanização complexifica a organização militar, porque multiplica os meios e as unidades de tipo diferenciado, ao contrário do início da Grande Guerra, onde só se conhecia grandes unidades de um tipo, infantaria (de facto, havia também grandes unidades

⁹⁹ Cf. Júlio Botelho Moniz, 1939, pp. 154-155.

¹⁰⁰ Idem, *Ibidem*, pp. 161-162 e 174.

¹⁰¹ Idem, *Ibidem*, pp. 54-60 e 167.

de cavalaria).¹⁰² É a altura escolhida por Júlio Botelho Moniz para discorrer sobre as diferenças de visão no uso dos novos meios mecanizados e motorizados, sem contudo relevar a sua opinião sobre qual o modelo organizacional que lhe parecia mais eficiente. Apesar de tudo considera que as divisões blindadas alemãs são mais bem armadas e pesadas que as francesas,¹⁰³ facto que se deve ao autor opor as divisões ligeiras-mecânicas francesas às *Panzerdivisionen*, desconhecendo a formação das na altura novas divisões couraçadas rápidas, tão só 3 grandes unidades em 1940, fortemente blindadas e com armas mais pesadas que as germânicas.¹⁰⁴ Este discorrer pelas orgânicas divisionais das novas unidades francesas e alemãs, permite olhar para a estrutura das divisões portuguesas, salientando alguns aspectos da sua evolução, nomeadamente, a diminuição do número de espingardas na infantaria, e o aumento, por contraponto, das armas automáticas, das armas de apoio da infantaria (engenhos) e da artilharia divisional. Quanto à estrutura, ela passou de quaternária, anterior à Grande Guerra, a ternária, segundo o modelo britânico, em resultado da participação portuguesa na Grande Guerra, ao lado do exército da Grã-Bretanha. Porém o próprio autor reconhece que a reorganização divisional de 1935 deu ao regimento inglês um potencial de fogo desconhecido do seu similar português.¹⁰⁵

Terminada esta deambulação, Júlio Botelho Moniz, considera a necessidade de no exército português coexistirem dois tipos de grandes unidades, reflexo da topografia de Portugal. Uma grande unidade de montanha, outro de tipo “normal” nas palavras do autor, o mais motorizada que os nossos recursos possibilitassem, destinadas respectivamente a operar

¹⁰² Idem, Ibidem, pp.177-179, 200-201 e 231.

¹⁰³ Idem, Ibidem, pp. 234-248.

¹⁰⁴ Sobre o exército francês nas vésperas e no início da Segunda Guerra Mundial, observem-se os quadros orgânicos e o texto de Cf. George Forty, John Duncan, The Fall of France, Disaster in the West, 1939-40, Turnbridge Wells, Kent, 1990, pp. 64-73.

¹⁰⁵ Cf. Júlio Botelho Moniz, 1939, pp. 251-254.

em zonas de altitude e desnivelção topográfica e nas zonas mais planas e menos desniveladas do território nacional. Estas grande unidades divisionais, para terem maior flexibilidade operativa, seriam organizadas internamente em brigadas ou agrupamentos táticos autónomos, que potenciariam o seu uso, principalmente nas zonas de montanha, mais compartimentadas. Esta evolução reflectiria a tendência para a maior descentralização operacional dos exércitos modernos, tal como foi observada na Guerra Civil Espanhola, e era visível na reorganização do exército britânico, com a divisão formada por duas brigadas, ou do exército espanhol, com uma divisão também formada por duas brigadas. O autor considera ser este o modelo ideal de evolução do exército português.¹⁰⁶

É sintomático que Júlio Botelho Moniz que começou a sua obra por falar nas características gerais da guerra futura, total e integrada, termine a falar da estrutura e da orgânica divisional. Ela expressa a visão global apresentada anteriormente de o autor acabar por afunilar toda a realidade da guerra e da Estratégia ao factor militar, mesmo quando refere a importância dos elementos económico-financeiros-administrativos e morais, estes só têm real valor quando pensados na possibilidade de sustentar as forças militares. É ainda e tão só o exército que faz a guerra e possibilita a paz. Os outros factores são suportes, não armas ao serviço do Estado. Ora Portugal teria a experiência de como a Inglaterra e os EUA usaram a arma económica como condicionante e constrangimento da liberdade de acção dos países ibéricos na Segunda Guerra Mundial (mas muitos dos métodos aplicados já tinham sido desenvolvidos na Grande Guerra).¹⁰⁷

¹⁰⁶ Idem, Ibidem, pp. 255-258.

¹⁰⁷ Para uma visão do uso da arma económica pelos ingleses e pelos EUA em Portugal e também em Espanha, veja-se a obra de Cf. Fernando Rosas, Portugal entre a Paz e a Guerra, Estudo do impacte da II Guerra Mundial na economia e na sociedade portuguesa, 1939-1945, Lisboa, 1990, pp. 29-165. O Autor faz uma síntese do tema em Cf. Fernando Rosas, O Estado Novo (1926-1974), in José Mattoso, Dir., História de Portugal, 7º Vol., Lisboa, 1994, pp. 308-320.

Mas este afunilamento torna-se ainda mais impressionante quando se observa um facto decisivo. Apesar de pretender analisar na obra uma guerra de carácter total e integral, apesar de considerar que deve haver um comando unificado das forças de terra, de mar e de ar, a Armada e o papel da Armada e das marinhas de guerra está quase totalmente ausente da obra. A segunda parte da obra, toda dedicada ao facto militar, refere tão somente o Exército, isto apesar de Portugal ter uma vastíssima costa, e ilhas, e territórios ultramarinos. Nesse sentido, apesar da sua visão dita total, é menos totalizante que a obra teórica de Raul Esteves nos anos 30, o que não deixa de ser arquetipal.

1.1.4.) Henrique Pires Monteiro: Teoria Social e Guerra

Henrique de Pires Monteiro (1882-1958) representava nos anos 30 uma voz republicana. Como oficial a sua carreira terminou no posto de coronel, tendo sido um dos reformados da “purga” salazarista de finais dos anos 30,¹⁰⁸ passado ao quadro de reserva com o posto acima citado, em 9 de Dezembro de 1938. A sua carreira incluiu a participação na Grande Guerra, quer como chefe do Estado Maior da coluna Pereira d’Eça em Angola (1915), quer como chefe da Repartição de Organização de Instrução do Quartel-General do Corpo no CEP entre 1917 e 1918. Foi ministro da República sobraçando a pasta do Comércio e Comunicações no gabinete conservador de Álvaro de Castro em 1924, deputado e Governador-Civil do Porto entre 1919 e 1921, tendo pertencido, quer ao Partido Republicano Português, quer ao partido Reconstituente, quer à

¹⁰⁸ Passou à reserva em 1938. Sobre a forma como Salazar saneou as Exército de elementos republicanos nos finais dos anos 30 a melhor texto sobre o assunto continua a ser o de Cf. Telmo Faria, 2000, pp. 176-205.

Acção Republicana.¹⁰⁹ Era um republicano típico, e a sua visão teórica dos anos 30 aos anos 50, reflecte um ideal democrático que se exprimia numa perspectiva da realidade militar que ultrapassasse a tradicional concepção de si e da guerra num sentido estritamente político. Nesse sentido, a chave da sua reflexão tornar-se-ia a relação existente entre as ciências sociais e as ciências militares nas quais estas mais não seriam que um capítulo daquelas.¹¹⁰ Esta visão já se começava a exprimir num texto de 1932 sobre a mobilização nacional.

Em 1932, no contexto da sua actividade como oficial da administração militar, Henrique Pires Monteiro efectua uma conferência sobre a mobilização militar, que é posteriormente publicada.¹¹¹ Como sucederá com o autor anteriormente estudado, H. Pires Monteiro começa por salientar que cabe ao Exército enquadrar a Nação para a guerra.¹¹² O Exército surge assim como o eixo à volta do qual toda a lógica da mobilização deve funcionar e para a qual se deve dirigir. A mobilização, como refere o autor, visa pôr o exército em condições de se organizar e deslocar, e de passar de uma organização de pequenos efectivos em tempo de paz a uma organização de grandes efectivos em tempo de guerra. Nesse sentido, o autor refere a evolução orgânica dos exércitos, e considera que a cúpula desse processo é o exército miliciano, reduzido em tempo de paz ao núcleo de treino e cobertura e em tempo de guerra ao exército de campanha.¹¹³ Nesse sentido, o autor pugna, como os anteriores por um

¹⁰⁹ Esta breve introdução biográfica deve-se a Cf. A. H. Oliveira Marques, Coord., Parlamentares e Ministros da 1ª República (1910-1926), (s/l), (s/d), p. 311 e Cf. “Pires Monteiro (Henrique)”, Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, (s/d), (s/l), 21º Vol, p. 956.

¹¹⁰ Maria Carrilho refere que a I República procurou dar uma formação bem mais alargada aos oficiais do Exército, que incluísse não só as habituais disciplinas vocacionadas para a actividade militar, mas também outras de carácter mais social. Era a perspectiva republicana de socialização militar. Cf. Maria Carrilho, Op. Cit., pp. 235 e 237.

¹¹¹ Cf. Henrique Pires Monteiro, Mobilização dos Estados. Alguns dos seus aspectos, Porto, 1932.

¹¹² Idem, p. 8.

¹¹³ Idem, *Ibidem*, pp. 11-12. Não deixa de ser curioso que H. Pires Monteiro considere o exército miliciano como o modelo superior de organização militar. O problema reside em

exército de massas. A distinção entre o modelo organizacional desse exército e o modelo organizacional antevisto pelos outros autores já analisados é que poderia ser motivo de discordância.

Tal como Júlio Botelho Moniz, também H. Pires Monteiro refere que até à Grande Guerra, a questão económica da guerra se limitava à questão financeira, e só depois da sua eclosão, apercebeu-se da importância geral de todas as actividades económicas. O autor traz então à liça a famosa frase de Poincaré de que a guerra fora uma constante criação e lembra a mobilização geral do Comité de salvação Pública, durante o terror, como paradigma da futura forma de mobilização da guerra a porvir.¹¹⁴ A mobilização até 1914 era tão só militar, depois de 1914 tornou-se militar, moral e civil, denominando este termo a mobilização administrativa, económica, financeira, industrial, científica e dos transportes. É a mobilização integral com a estatização absoluta de todo o processo.¹¹⁵ A obra começa por analisar a mobilização moral, defendendo que a sua consecução era muito mais facilitada se fosse obra de uma “perfeita Democracia” citando em nota de rodapé para legitimar esta perspectiva o filósofo Benedetto Croce.¹¹⁶ A moral interna é decisiva porque a retaguarda

considerar se ele defendia aqui o modelo republicano de organização do Exército. De facto, a questão não se reflecte tanto no problema da mobilização em si, visto todos os autores, sejam defensores do chamado exército permanente, sejam do chamado exército miliciano, considerarem esta como fundamental e defenderem o exército de massas, mas na questão do enquadramento, respectivamente, se o exército deve ser enquadrado por oficiais de carreira com uma profissão militar específica, suportados por um núcleo de subalternos milicianos, ou se o enquadramento deve ser feito em geral por oficiais igualmente milicianizados. É nesta distinção que na nossa óptica reside o confronto entre os defensores do exército permanente e do exército miliciano. Os dados apresentados por H. Pires Monteiro não nos permitem verificar para qual das opções ele caía, mas a sua tradição republicana deixa antever a hipótese de ser favorável à “helvetização” do exército.

¹¹⁴ Idem, Ibidem, pp. 13-14. Não seria estranha esta lembrança a um republicano.

¹¹⁵ Idem, Ibidem, pp. 16-17.

¹¹⁶ Idem, Ibidem, p. 19, nota 2. Ideia não de todo errada. Ao contrário da crença generalizada, a Grã-Bretanha fez um esforço de mobilização militar mais intenso que a Alemanha, mesmo na fase final da guerra, processo facilitado pelo sentido colectivo que a governabilidade democrática trazia, e que Churchill soube potenciar ao nomear para cargos chave do governo de guerra ministros trabalhistas. Pelo contrário, até 1942, os Nazis tentaram combinar a “manteiga e os canhões”, e mesmo depois demonstraram dificuldades em mobilizar o sector feminino da

pode corromper a frente, e a garantia que isso não sucederá depende de uma educação cívica da população. Como afirma o autor, a mobilização moral é obra da educação.¹¹⁷

Começa logo por aqui a discordância de H. Pires Monteiro relativamente aos autores precedentes. É certo que ele parece seguir na linha de valorizar o papel das Forças Armadas, em detrimento do papel civil, mas ao contrário de um Raul Esteves que vê nestas o elemento moralmente forte e exemplar no sentimento nacionalista que puxa o resto da sociedade, já H. Pires Monteiro faz pesar o valor do exército no conjunto moral da sociedade. Não deixa de ser sintomático dessa perspectiva a disposição da questão da moral na obra de cada um dos autores citados. Em Raul Esteves fecha a obra, em H. Pires Monteiro abre-a, porque na óptica dele é a condição central de toda a eficácia do processo de mobilização. A proeminência da dimensão moral do povo no esforço de guerra justifica por seu turno o desejo de assegurar que durante a guerra o parlamento jamais deixe de funcionar, na medida em que é o fundamento da legitimidade nacional.¹¹⁸ Parece ser uma clara lógica democrática, visto o parlamento ser a expressão política da vontade popular. A sua manutenção em funções numa guerra total significaria o predomínio da legitimidade democrática.¹¹⁹

Esta legitimidade democrática conserva-se mesmo na organização do processo administrativo da mobilização e da condução da guerra. Onde por exemplo, Júlio Botelho Moniz vê uma direcção absolutamente unificada na

sociedade, o que explica a extrema apetência da economia de guerra alemã para o trabalho estrangeiro e escravo. Sobre a mobilização da Alemanha veja-se por ex., Cf. Brian Bond, *The Pursuit of Victory, from Napoleon to Saddam Hussein*, Oxford, 1998 (1996), pp. 143-144 e 162. Também Paul Kennedy, *Ascensão e Queda ...*, 2º Vol., pp. 13-14. Para uma visão geral da Mobilização dos principais Estados contendores, Cf. Phillipe Masson, *Une Guerre Totale, 1939-1945, Stratégies, Moyens*, Controverses, Paris, 1990, pp. 381-429.

¹¹⁷ Cf. H. Pires Monteiro, 1932, p. 19-20.

¹¹⁸ Idem, pp. 23-24.

¹¹⁹ De facto durante a Segunda Guerra Mundial, quer o Parlamento da Grã-Bretanha, quer o Congresso Americano, mantiveram-se em funções, decorrendo igualmente eleições.

pessoa de um *Duce*(*infra*), perspectiva H. Pires Monteiro uma estrutura interministerial e a disseminação dos gabinetes de mobilização pelos diversos ministérios.¹²⁰ É certo que depois considera que a zona de guerra deve ser subordinada de forma o mais livre possível ao comandante-chefe, dando como exemplo a situação de Joffre durante a Grande Guerra. Cita então Millerand dizendo que o comandante-chefe deve ter então a maior liberdade de acção possível.¹²¹ Mas depois H. Pires Monteiro limita essa liberdade de acção, não na direcção das operações em si, visto deve ser dada bastante latitude à acção do comandante-chefe, mas sempre subordinada ao governo, à direcção da guerra que é competência do governo, de modo a evitar-se qualquer loucura de uma das partes. A onipotência e integração num só organismo ou numa só personalidade da direcção da guerra e da direcção das operações, pode ser profundamente negativa.¹²² Esta ideia leva o autor a valorizar o Conselho Superior da Defesa nacional¹²³ e a considerar como errada a sua supressão em 1929, em

¹²⁰ Cf. H. Pires Monteiro, 1932, pp. 25-28.

¹²¹ Idem, p. 29. Na verdade esta liberdade de Joffre foi fortissimamente criticada durante e depois da Grande Guerra visto ter facilitado os abusos e os erros clamorosos de apreciação estratégica, nomeadamente ofensivas frontais com custos humanos desproporcionados para os seus efeitos militares. Cf. Marc Ferro, *História da Primeira Guerra Mundial, 1914-1918*, (s/l), (s/d), pp. 106-107 e 131-132. Pode-se também dizer que nesta história se observa a diferença entre uma democracia e uma ditadura. Os erros de Joffre e a sua sanguinolência levaram à sua dimissão. Os erros de Hitler e a sua sanguinolência levaram à derrota total da Alemanha. Como em tempos observou Eddy Bauer, ao governo totalitário corresponde a derrota total.

¹²² Cf. H. Pires Monteiro, 1932, p. 31. Foi o que aconteceu com Hitler, subordinando o poder político total e o poder militar total, levou o exército alemão a situações desesperadas, já para não falar de uma guerra impossível de vencer. Serviu assim mal o seu país e o seu exército. Por um lado comandou as forças militares a partir de Quartéis-Generais a milhares de quilómetros de distância da frente. Por outro lado, em vez de autonomizar as forças militares que operavam nessas frentes, facilitando a descentralização do comando, fez o inverso e hypercentralizou sobre si próprio toda a estrutura do comando. Constrangeu toda a autonomia e responsabilidade operacional dos diversos comandos de frente, ao mesmo tempo que crescia a sua inflexibilidade operativa, resultando em ordens atrasadas e descontextualizadas das circunstâncias. Sobre a forma de comando de Hitler, o melhor ensaio existente deve ser o do autor que seguimos, Cf. John Keegan, 1987, pp. 286-304.

¹²³ O Conselho Superior da Defesa Nacional não é uma construção da reforma dos Órgãos Superiores da Defesa Nacional de 1935, mas é uma estrutura já oriunda do fim da Monarquia. As suas funções eram contudo mais limitadas que as consideradas em 1935. Em 1907 fora criado o Supremo Conselho de Defesa Nacional, com funções que se aproximariam das que tivera o Conselho de Guerra entre 1640 e 1834. A I República, logo em 1911, reformulou a

prol do Conselho Superior do Exército, visto desde logo dificultar a coordenação entre o Exército e a Armada, propondo em seguida a criação de um ministério da defesa nacional que una, sem fundir, a Armada e o Exército e facilite a sua coordenação.¹²⁴ Sem essa coordenação, a situação de desconhecimento total dos planos da Armada pelo Exército, e dos planos do Exército pela Armada manter-se-ia.¹²⁵

A obra termina com uma breve análise das circunstâncias políticas que obrigariam Portugal a intervir num conflito. O autor começa por valorizar a pertença de Portugal à Sociedade das Nações (SDN), e a considerar que a intervenção do país no exterior deveria ser enquadrada numa acção colectiva contra um perturbador da paz mundial.¹²⁶ Esta posição exprime a postura legalista e juridicamente legitimista de H. Pires Monteiro, típica de maioria das elites republicanas, e estaria em profundo contraste com a visão salazarista de hostilizar a SDN e a comunidade internacional aquando da Guerra Civil de Espanha. Na verdade, Salazar viu sempre com muita desconfiança todo o tipo de organizações internacionais.¹²⁷

Nos anos subsequentes, H. Pires Monteiro incidiria boa parte da sua preocupação intelectual e da sua reflexão político-estratégico-militar no relacionamento entre a actividade e a ciência militar e as outras ciências

ideia criando o Conselho Superior de Defesa Nacional, organismo visando preparar a defesa nacional e a guerra. A Ditadura Militar suprimiu o CSDN, facto que exprimia sem dúvida a vontade de supressão do controlo político sobre as Forças Armadas e o Exército em particular. De facto, apesar do pomposo nome, o CSDN era uma estrutura que raramente funcionava. Sobre a História do CSDN, o autor estudado faz uma breve síntese, Cf. H. Pires Monteiro, 1932, pp.32-33.

¹²⁴ Idem, pp. 33-34.

¹²⁵ Idem, Ibidem, p. 46.

¹²⁶ Idem, Ibidem, pp. 39-40. O que não quer dizer que não comungasse da clássica desconfiança lusa face à Espanha. Amizade, sem dúvida, mas sempre suspicácia sobre as verdadeiras intenções espanholas. Idem, Ibidem, pp. 40-41.

¹²⁷ O estudo da política externa e da diplomacia do Estado Novo é já vasto em termos bibliográficos. Para uma visão de conjunto extremamente sintética veja-se contudo o artigo de Cf. Elsa Alípio Santos, “Do 5 de Outubro à integração europeia (1910-1986)”, *História*, Nº 32, Janeiro de 2001, pp. 27-29. Como a própria autora do artigo afirma, Salazar considerava a participação em Fóruns internacionais como uma concessão de soberania nacional (p. 27).

sociais, fenómeno que ele considerava intimamente interligado com a emergência da guerra total. Os conhecimento militares emergem assim como uma ciência social, o ramo mais complexo das ciências visto ter como objecto o Homem. A estudo da guerra deriva da sociologia e a ciência militar abarca tão só uma parte do vasto mundo dos estudos da guerra. Os fins da guerra são ditados pelo poder político (a política), mas a condução da acção na guerra cabe à Estratégia (a ciência de combinar os diversos meios da guerra com vista a atingir os fins da guerra). A ciência militar inclui, além da Estratégia, a Tática, a organização e a logística. A política da guerra não é militar, mas parte da ciência política. A política dirige a guerra, a ciência militar dirige as operações na guerra. É por isso para o autor imprescindível ligar a ciência militar às outras ciências sociais.¹²⁸ Esta perspectiva era acentuada pela ideia de que a guerra não era um fenómeno transitório, mas estava incrustada na espécie, como expressão do instinto de defesa, instinto necessário à preservação da humanidade, sociológico por isso, e passível por conseguinte de estudo científico.¹²⁹

A visão pela sua contemporaneidade é notável, quer porque como acontecerá durante e após a Segunda Guerra Mundial, se torna evidente a necessidade de integrar na decisão e condução da guerra, factores não militares, mas que são fundamentais para a consecução positiva do conflito, como a gestão económico-organizacional, a ciência-tecnologia, a psicologia de massas, etc., elementos que o factor nuclear ainda tornaria mais imprescindíveis, de modo a procurar compreender o facto conflitual, não numa estrita visão militar, mas inserindo-o e enquadrando-o num

¹²⁸ Cf. Henrique Pires Monteiro, “Ciência Militar”, Revista Militar, Nº 11-12, Novembro/Dezembro de 1934, pp. 717-731.

¹²⁹ Cf. Henrique Pires Monteiro, Os Ramos Militares, Ramos das Ciências Sociais, Separata do XIII Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências, Tomo VI, Lisboa, 1950, p. 168.

mundo mais vasto da acção civilizacional do homem.¹³⁰ A guerra emerge como realidade civilizacional e não somente militar. Esta visão, apesar de publicada nas páginas da institucional Revista Militar, ia contudo claramente ao arrepio da visão dominante nas Forças Armadas nos anos 30, onde no máximo se considerava que as necessárias variantes não militares do conflito teriam de estar subordinadas ao poder/factor militar.

É certo que a visão de H. Pires Monteiro, não deixa ainda de reflectir alguns dos elementos clássicos da compreensão da guerra e da actividade militar. Confrontando-se de forma paradoxal com a sua visão alargada do estudo da guerra, emerge a sua visão clássica da Estratégia como elemento da ciência militar, objecto tão só do universo militar,¹³¹ subordinada à política militar que definiria os fins militares, contrariamente ao que sucederia com força após a Segunda Guerra Mundial. A Estratégia transbordaria o elemento militar e ligar-se-ia directamente à política, passando a definir os fins gerais da guerra, que seriam desenvolvidos através das Estratégias Gerais no campo militar e não militar. H. Pires Monteiro tinha uma visão clássica da Estratégia, advinda do século XIX, ainda dotada de força conceptual na maioria dos países europeus e nos EUA nos anos 30.¹³² Assim, o pensamento de H. Pires Monteiro é simultaneamente portador de uma visão clássica tradicionalista sobre o

¹³⁰ Esta visão só se torna dominante após a Segunda Guerra Mundial, resultando da pluralidade de realidades conflituais, já não só subordinadas ao confronto entre dois exércitos organizados de forma muito similar, mas da cada vez mais expressiva importância do factor económico e tecnológico na guerra, que com o aparecimento das armas nucleares obrigam a um profundo repensar de toda a tradicional lógica de perspectivar a guerra. Sobre este assunto muito vasto, Cf. Hervé Coutau-Bégarie, 1999, pp. 403-415.

¹³¹ Era uma perspectiva que Pires Monteiro ainda defenderia, de forma já conservadora nos anos 50. Cf. H. Pires Monteiro, 1934, pp. 724-726. Também do mesmo autor, Cf. H. Pires Monteiro, “A Estratégia, capítulo da ciência militar”, *Revista Militar*, N° 7, Julho de 1952, pp. 559-566. A Estratégia surge neste artigo como capítulo da ciência militar com vista a dirigir e coordenar as Forças Armadas na guerra, de acordo com os fins definidos pela política militar visando atingir os fins gerais da política.

¹³² O estudo mais abrangente sobre esta temática é o de Cf. Hervé Coutau-Bégarie, 1999, pp. 207-218, 329-339, 404-415. Veja-se também o texto mais sintético de Cf. Eric de La Maisonneuve, *Incitation à la réflexion Stratégique*, Paris, 1998, pp. 12-19.

conceito de Estratégia e inovadora-modernista sobre o estudo da guerra. É portanto, menos na dimensão estratégica, e mais na dimensão político-militar que se podem encontrar as perspectivas mais inovadoras do autor, ao arrepio da perspectiva dos seus colegas coevos.

É inovador na defesa que fará de uma unidade de comando da organização militar, não no sentido totalitário de uma subordinação total a um chefe, como Júlio Botelho Moniz (Infra), mas no caminho da unidade e integração das forças de terra, mar e ar num único organismo político e militar, factor imprescindível face à guerra futura, total, tridimensional e pluridimensional, integrando não só forças militares, mas também elementos não militares, morais, económicos, etc. Face a umas Forças Armadas que só cooperam no papel, propõe a reactivação do Conselho Superior de Defesa Nacional e do Conselho Superior de Direcção de Guerra. Na guerra moderna, a dominância das operações combinadas seria decisiva pelo que era necessário pensar a realidade militar também de forma mais alargada, considerando as operações anfíbias e a questão imperial, obrigando em consequência a pensar-se numa estratégia que integrasse a Armada e o Exército.¹³³

A Segunda Guerra Mundial dar-lhe-ia razão pelo que em 1952 retornaria o autor à temática da “fusão das Forças Armadas” salientando que não bastava formar um Ministério da Defesa, limitado a justapor-se aos dois ministérios, da Armada e do Exército para unificar o comando. Era necessária nova orgânica que fizesse desaparecer o desconhecimento mútuo e a compartimentação, e unificasse estrategicamente os diversos ramos das Forças Armadas. O ministro responsável pelo Ministério da Defesa deveria ser civil e ter a responsabilidade política do instrumento

¹³³ Cf. H. Pires Monteiro, “Estudos Colectivos de Defesa”, Revista Militar, Nº 4, Abril de 1937, pp. 193-212.

militar,¹³⁴ o que para o caso era uma crítica bastante acutilante ao domínio santoscostista do Exército e em geral das Forças Armadas. Na realidade, só depois do 25 de Abril o Ministério da Defesa passaria a ser gerido por ministros civis, excluindo claro, os períodos de 1936-44 e 1961-62 em que Salazar interinamente o controlou.

Outra perspectiva inovadora resultaria da convicção que a guerra total obrigava a um estudo alargado e colectivo da defesa nacional, que inserisse não só o elemento militar, mas outros, de carácter económico, psicológico, social.¹³⁵ É neste sentido que muitos anos depois não se coíbia o autor de salientar a dimensão pedagógica e psicológica da arte de comandar, referindo que essa arte fundamentava-se cientificamente na ciência social denominada de psicologia, principalmente no ramo da psicologia colectiva, na medida em que o comando convence mais do que obriga.¹³⁶ Facto tão ou mais importante, quando apesar do peso da tecnologia e do industrialismo, o homem continuava a ser o factor chave na guerra. E por assim ser, afirma o autor, é que a consciência cívica era o factor principal na decisão dos conflitos.¹³⁷ Era a posição que consubstanciara sempre o pensamento político e estratégico de H. Pires Monteiro, e que se reflectia no ideal de democraticidade da sociedade e de subordinação do poder militar ao domínio civil. Num certo sentido, a inovadora perspectiva do autor, era uma expressão de uma certa visão republicana de ver a vida e em consequência a guerra, e teria sido a forma de H. Pires Monteiro manter a sua oposição intelectual ao poder do Estado Novo e à sua visão do papel e da acção das Forças Armadas.

¹³⁴ Cf. H. Pires Monteiro, “Fusão das Forças Armadas”, Revista Militar, Nº11, Dezembro de 1951, pp. 657-674.

¹³⁵ Cf. H. Pires Monteiro, 1937, p. 197.

¹³⁶ Cf. H. Pires Monteiro, “Ciência Militar e Arte de Comandar”, Revista Militar, Nº 2/3, Fevereiro/Março de 1953, pp. 93 e 97.

¹³⁷ Cf. Henrique Pires Monteiro, 1950, p. 171.

1.1.5.) Alfredo Pereira da Conceição: A Revolução Estratégica

Alfredo Aurélio Pereira da Conceição (1911-1972) é um jovem oficial quando eclode a Segunda Guerra Mundial. A sua vida não se resumiu ao elemento militar, visto ter sido deputado da Assembleia Nacional nos anos 50, sendo por isso um indivíduo próximo do regime estadonovista. Desde cedo teria sido atraído pelos estudos científicos, visto aos 16 anos ter-se matriculado na Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa.¹³⁸ O facto científico-tecnológico parece marcar toda a sua carreira, quer como militar, a sua tese de admissão ao Curso de Estado maior era sobre o emprego útil dos canos da metralhadora Breda 7,7 mm, quer como pensador e teórico militar, onde o factor tecnológico aparece amiudadamente e influencia de forma incisiva as dimensões da Estratégia e da guerra. Neste sentido, A. Pereira da Conceição alarga a esfera do factor militar, para nele incluir a transformação gerada pela revolução tecnológica no campo militar, que por seu turno modifica as relações político-militares e as relações inter-estatais. A. Pereira da Conceição parte da leitura da realidade que submerge o factor militar, transbordando-o, na medida em que para o apreender totalmente, tem progressivamente de o inserir nos factos tecnológico e político, fazendo o caminho inverso de H. Pires Monteiro que partia do social para compreender as transformações e as novas necessidades do factor militar. Assíduo colaborador de várias revistas, nomeadamente a Defesa Nacional e a Revista Militar, tem várias obras publicadas, nem todos os textos de valor igual. A leitura que far-se-á concentra-se fundamentalmente nos textos que têm valor para a

¹³⁸ Sobre a biografia de A. Pereira da Conceição, Cf. Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, (s/l), (s/d), p. 197 e 9º Vol. da Actualização, p. 190. Morreu em Angola quando era 2º Comandante da referida Região Militar. Foi deputado pelo círculo de Viseu entre 1953 e 1957.

compreensão e reflectem a evolução da política de defesa nacional nos anos 40 e 50.

Em 1945, no término da Segunda Guerra Mundial, um texto relacionando a geografia e a estratégia permite a A. Pereira da Conceição obter um prémio da Revista Militar. O artigo, obra bem simples, traduz, no entanto, a impressão que a guerra causara aos militares portugueses. Afirma A. Pereira da Conceição que “em Estratégia, a Geografia substitui estruturalmente o factor Terreno na Tática, e completa de certo modo o conhecimento do factor inimigo.”¹³⁹ É que a guerra total significava a passagem do simples choque de exércitos clássico ao choque das nações, “a luta entre dois todos”, pelo que é indispensável conhecer todo o potencial do inimigo, e o instrumento ideal para o fazer seria a ciência geográfica, através da antropogeografia, quanto ao potencial humano, da geografia económica, da geografia política e da geografia social, assim como a definição dos objectivos de carácter estratégico, que se exprimiam no espaço, e as vias para os alcançar.¹⁴⁰

Pereira da Conceição alarga a ideia de guerra total ao pôr ao mesmo nível no texto, os factores militares e não militares. Já não há uma subordinação dos factores não militares aos factores militares. A guerra total é uma oposição global, o que implicava, ao contrário do que julgavam os teóricos dos anos 30, a igualdade de todos os factores militares e não militares, na medida em que era o não potenciamento de todos os elementos de poder de um Estado que debilitava a posição estratégica de um país. Esta era uma leitura que só a visualização dos efeitos da Segunda Guerra Mundial permitia agora fazer. Mas havia outra que o texto também indicava.

¹³⁹ Cf. A. Pereira da Conceição, “A Influência da Geografia na Estratégia”, Revista Militar, Nº 7, Julho de 1945, p. 351.

¹⁴⁰ Cf. A. Pereira da Conceição, “A Influência da Geografia na Estratégia(1)”, Revista Militar, Nº 8/9, Agosto/Setembro de 1945a, pp. 429-430 e 432-433.

Esse indício era a da expansão e globalização da geografia estratégica. Afirma o autor que a expansão da geografia releva da expansão imperial britânica, o Império Inglês é um império de dimensão mundial enquanto o alargamento dos interesses dos EUA ao Mundo, universaliza a geografia americana.¹⁴¹ Ora, no fundo, o que o autor quer dizer, é que os embates entre nações deixaram de ter um carácter localizado para se alargarem ao espaço mundial, e que como consequência, a guerra e também a Estratégia tem de abandonar uma perspectiva local para se alargar a dimensão do Mundo, deixando de ser um embate entre exércitos para o ser entre nações. Esta visão, exprimia no fundo, ainda de forma algo incipiente, a profunda transformação do carácter da guerra que os militares portugueses tinham observado à distância no relativo remanso da neutralidade.¹⁴²

Esta ideia ainda incipiente é já claramente declarada em 1952. O autor afirma então claramente que nas guerras mundiais, a nação substituiu o exército, tendo o conflito extravasado do campo estritamente militar para muitas outras dimensões, fazendo igualmente com que a Estratégia o sobrepujasse, tornando-se uma “ciência da segurança do Estado e do povo. A estratégia generaliza-se no tempo e no espaço, não sendo já exclusivamente um saber aplicado só ao tempo de guerra. A Guerra fria expressa esse desbordamento espaço-temporal e intelectual do saber estratégico para lá da guerra pura.¹⁴³ Curiosamente, mais ou menos na mesma altura que H. Pires Monteiro afiançava a sua visão da estratégia como capítulo da ciência militar, procurava A. Pereira da Conceição

¹⁴¹ Idem, 1945, pp. 345-347.

¹⁴² Alain Bru revela a magnitude do alargamento do espaço estratégico. As distâncias entre as bases e as linhas da frente dos exércitos na II Guerra Mundial tinham saltado para os milhares e dezena de milhares de quilómetros. 2.400 Quilómetros entre Berlim e Estalinegrado, 24.000 entre Londres e o Norte de África (os britânicos usavam a Rota do Cabo), 35.000 para os materiais que vinham dos EUA. Cf. Alain Bru, Op. Cit., p. 79.

¹⁴³ Cf. A. Pereira da Conceição, A Estratégia nunca foi uma ciência puramente militar, Separata da Revista Militar, (s/l), Lisboa, 1952, pp. 11-14.

superar essa visão, que resultava das profundas transformações geradas como já vimos pela Segunda Guerra Mundial.¹⁴⁴

Contudo, essa divergência, não inviabilizaria aproximações conceptuais fortes, nomeadamente, a integração do facto militar num mundo mais abrangente das ciências sociais. É assim que o autor defende a integração da ciência estratégica nas ciências sociais, como ciência da condução superior dos Estados, ciência assente nas forças políticas, económicas e militares, permitindo assim a definição de uma estratégia geral que seria composta por três estratégias parcelares, a estratégia política e diplomática, a estratégia militar e a estratégia económica.¹⁴⁵ Esta visão, de certo modo, já se enxertava no seio do trabalho premiado de 1945, se bem que referido tão só ao alargamento do espaço da guerra e por isso à superação da visão estritamente militar da condução da guerra que ainda perdurava nos anos 30 e tendia a perspectivar novas dimensões da acção conflitual, não só militares, mas abarcando outros elementos.

A grande revolução intelectual relativa à Estratégia que perpassa a Segunda Guerra Mundial e que desabrocha com a Guerra Fria prende-se efectivamente, não tanto com a ideia da necessidade de mobilizar a nação para o conflito, mas muito mais com a ideia de que não são só as Forças Armadas que são os instrumentos de coacção a utilizar no conflito. Até 1939, a mobilização funcionava como um suporte do reforço fundamental das potencialidades militares da nação, mas para se ser muito concreto, raramente eram vistos como uma arma elementos não militares. Após a Segunda Guerra Mundial e a eclosão da Guerra Fria, essa noção de que a economia, a política, a moral, eram meros suportes das Forças Armadas foi progressivamente desaparecendo. Todas elas, progressivamente, tornaram-se armas também. Gerou-se assim uma arma económica, significando isto

¹⁴⁴ Na óptica de Cf. António Horta Fernandes, 1998, p. 365, nota 3, o artigo referido de H. Pires Monteiro é uma réplica às teses de A. Pereira da Conceição.

¹⁴⁵ Cf. Pereira da Conceição, 1952, pp. 15 e seguintes.

que a economia passou a ser usada em si mesmo como instrumento de coacção, veja-se o caso do *Ministry of Economic War* britânico, que pelo controlo das exportações, retirando ou ameaçando retirar bens essenciais, podia ferir mortalmente o já débil bem estar de Portugal ou da Espanha.¹⁴⁶ De igual modo, a rádio e depois a televisão tornaram-se armas de propaganda vulnerabilizando e debilitando a vontade de resistência de um dos oponentes, coisa que era muito mais difícil de fazer com a imprensa escrita menos fluída e flexível no espaço e no tempo, o que significou que os debates ideológicos e políticos deixaram de ser factos de gabinete para passarem a ser factos das massas, obrigando a uma estratégia política e ideológica que sustentasse o esforço de guerra, e simultaneamente fizesse contrapropaganda no território inimigo. Aparecia aquilo a que hoje os franceses clamam de estratégia cultural, aquilo a que alguém denominou de *soft power*.¹⁴⁷

É esta visão que o texto de A. Pereira da Conceição procura perscrutar e que o distingue de H. Pires Monteiro. Apesar de ambos inserirem o facto militar e a realidade guerra no âmbito do estudo das ciências sociais, o primeiro continua a manter a tradição clássica de que as armas da guerra são as Forças Armadas, conquanto estas tenham de ter em conta todas as dimensões não militares do fenómeno guerra, enquanto para A. Pereira da Conceição são os próprios instrumentos de fazer a guerra que se alargaram, e por conseguinte, o factor militar passou ser um entre outros factores para efectuar o combate, visto que a estratégia visa aplicar os combates para atingir os fins da guerra,¹⁴⁸ e os combates se fazem com

¹⁴⁶ Sobre a guerra económica na II Guerra Mundial e a Península Ibérica, Cf. as obras de Fernando Rosas e António José Telo na bibliografia geral.

¹⁴⁷ Sobre a Guerra da Propaganda durante o século XX, veja-se a breve síntese de Cf. Gema Iglesias Rodríguez já citada. Sobre a emergência e a noção de guerra económica, de estratégia económica e de arma económica, Cf. António Silva Duarte, “A economia, arma estratégica”, *Nação e Defesa*, Nº 82, Abril/Junho de 1997, pp. 139-172.

¹⁴⁸ É o conceito usado por Clausewitz e que parece mais apropriado para definir de forma clara a função operativa da estratégia, usar o combate ou a ameaça de combate para coagir o

armas, descobrindo-se definitivamente durante e após a Segunda Guerra Mundial, que as armas não são só as militares. O próprio A. Pereira da Conceição o reconheceria em 1955 ao afirmar que “sem armas, não se concebe a luta.”¹⁴⁹

A transformação da guerra perpassa também pela tecnologia e pela ciência, com a emergência do facto nuclear. As novas tecnologias modificam a arte da guerra, tornando-a mais veloz, mais destrutiva, com meios técnicos de obsolescência rápida. Além disso, apareceram armas capazes de efectuar guerras intercontinentais, como os mísseis/foguetões, levando à tendência de substituir-se os homens pelas máquinas. Mas o efeito do factor nuclear é mais estratégico que tático, visto as armas convencionais não terem ainda sido varridas do campo de batalha. A acção militar, tinha no entanto de ter em conta o poderio nuclear, o factor hyperdestruição, e era agora comandada pela velocidade “estonteante”, pela profundidade e pela integração dos meios, a guerra trifíbia e a aerotransportação.¹⁵⁰ Desta análise tira A. Pereira da Conceição uma conclusão fundamental no campo político-estratégico, a de que as novas armas de carácter continental e intercontinental tornando campo de batalha os espaços nacionais e plurinacionais, fortalece a estrutura das coligações, impõe a aproximação das nações umas às outras, para reforçar a sua defensabilidade e sustentar o seu esforço defensivo de forma conjunta, face

adversário. Clausewitz pensaria fundamentalmente no uso da força militar, segundo a tradição do seu tempo, mas no fundo, todas as armas, sejam elas quais foram, visam a ameaça ou o uso de um determinado tipo de “combate” para levar o adversário a submeter-se a vontade do mais forte. Sobre a definição de Clausewitz, Cf. Clausewitz, 1989, pp. 177 e 227-229.

¹⁴⁹ Cf. A. Pereira da Conceição, A Evolução da Ciência da Guerra perante as Armas Termo-Nucleares, Separata da Revista de Artilharia, Lisboa, 1955, p. 8.

¹⁵⁰ Idem, pp. 12 e 16 e seguintes. Também Cf. A. Pereira da Conceição, A Técnica Revolucionária dos Exércitos, Separata da Revista Militar, Lisboa, 1956, pp. 5, 20, 22-28. As equipas checas de prospectiva não tinham essa visão, visto os estudos efectuados nos anos 60 terem demonstrado que a estratégia ofensiva soviética, considerando tão só o nuclear como uma super-artilharia ser inviável. Algumas horas após a troca de tiros nuclear, a estrutura de comando e controlo desintegrar-se-ia. Cf. Thierry Sarmant e Benjamim Mercier, “La guerre qui n’a pas lieu, vision stratégique et plans de opérations français dans l’hypothèse d’une invasion soviétique, 1945-1969”, Revue Historique des Armées, N° 227, Juin 2002, p. 127.

aos pesados encargos que a sua defesa representa em termos financeiros e industriais, obrigando as pequenas nações a aceitarem serem comboiadas pelas grandes, e reunindo na mesma aliança velhas nações inimigas forçadas a esquecer as suas querelas, em nome da sobrevivência comum, caso exemplar, diz o autor, de Espanha e de Portugal.¹⁵¹

Era uma legitimação teórica da política militar santoscostista de aproximação e aliança militar com a Espanha, mas na verdade ela era irrecusável face à evolução da arte/ciência da guerra após a Segunda Guerra Mundial. O defeito da visão militar de Santos Costa não residia tanto no princípio subjacente à política de defesa e à política militar, inevitável face ao poderio destrutivo e ao alcance continental ou intercontinental que as armas tinham ou iriam ter brevemente, mas muito mais ao modo de realizar o desígnio.

1.1.6.) Hermes de Araújo Oliveira: A Revolução Conceptual

Hermes de Araújo Oliveira (1911-1981) é mais reconhecido pela suas obras publicadas nos fins dos anos 50 e princípios do 60 sobre a guerra subversiva.¹⁵² Contudo o interesse do autor pela temática da guerra irregular é anterior e emerge com os seus primeiros textos no final da Segunda Guerra Mundial. São textos onde ainda não se antevê os efeitos das potenciais descolonizações, nem das ideias que posteriormente relacionaram a guerrilha e a subversão. Pelo contrário, eles parecem

¹⁵¹ Cf. A. Pereira da Conceição, 1956, pp. 31-32 e Cf. A. Pereira da Conceição, 1955, p. 19.

¹⁵² As duas obras mais importantes são publicadas já nos anos 60. Cf. Hermes de Araújo Oliveira, Guerra revolucionária, Lisboa, 1960. E Cf. Hermes de Araújo Oliveira, Guerra Subversiva: Subsídios para uma Estratégia de Reacção, Lisboa, 1965.

traduzir um breve momento da visão militar da política de defesa onde se questionou a possibilidade de aduzir à defesa nacional a guerra irregular.¹⁵³

Logo nos primeiros escritos de Hermes de Araújo Oliveira, ainda então tenente, se vislumbra um visão relativamente distinta da guerra moderna relativamente aos autores dos anos 30, alguns que escrevendo nos anos 40, não compreendem globalmente, tão só parcelarmente a transformação/mutação da guerra e do binómio Estratégia/Táctica, caso do já estudado Raul Esteves, ainda marcados pela aprendizagem anterior a Segunda Guerra Mundial. Hermes de Araújo Oliveira, pelo contrário, sem que se possa considerar como compreendendo completamente o fenómeno contemporâneo da guerra, apresenta uma visão claramente moderna da teoria da estratégia e da táctica.

Na guerra, para Hermes de Araújo Oliveira, a combinação da massa e da velocidade criam o poder militar. A Grande Guerra ao fazer predominar o poder de fogo sobre todas as outras componentes do factor militar e estratégico-táctico, sobrepredominara a defensiva. Esta foi superada pela combinação da protecção e da velocidade, mas ao elevar-se o patamar da acção dinâmica, diluindo o valor da dimensão espaço, tornando o grande, pequeno, o problema da integração/interdependência dos armas de terra, mar e ar apareceu.¹⁵⁴ A guerra moderna dinâmica, como o autor a antevê, é de facto dependente dos mecanismos de integração,¹⁵⁵ na medida em que a possibilidade de concentrar a força, numa situação muito mais

¹⁵³ Não foi só Hermes de Araújo Oliveira a tratar o tema, visto também Cf. Augusto Manuel das Neves, *A Guerra de Guerrilhas*, (s/l), 1948, ter publicado um pequeno texto sobre o tema. Sobre a ideia de aplicar a guerrilha à defesa nacional, veja-se a II parte deste trabalho.

¹⁵⁴ O autor, apesar de não o afirmar, parece indicar a necessidade de repensar a orgânica superior de defesa e a questão que se torna mais premente nos finais dos anos 40 de integração das Forças Armadas num organismo de direcção único. Era talvez demasiado jovem para arriscar a ter uma opinião muito própria. Cf. Hermes de Araújo Oliveira, “A manobra e os novos meios”, *Revista Militar*, Nº 6, Junho de 1947, pp. 344-347.

¹⁵⁵ Segundo Martin Van Creveld, o fenómeno da coordenação e da integração é central à guerra moderna. O autor fala de uma Idade dos Sistemas e de uma Idade da Automação, desde meados do século XIX. Cf. Martin Van Creveld, 1991, pp. 153 e seguintes.

fluída e flexível/descentralizada, sem se perder a fundamental unidade hierarquizada de comando e a fixação no/os objectivo/os decisivo/os, obriga a existência de elementos de combinação avançados que permitiam gerir forças dispersas e autónomas, capazes contudo de cooperar e de se concentrar para alcançar as suas metas. Esses mecanismos surgiram com a revolução tecnológica rádio-electrónica, que permitiam assegurar ao comando a possibilidade de coordenar forças operando separadamente e segmentadamente.¹⁵⁶ Neste aspecto, o autor percepcionara com clareza a profunda mutação operacional-táctica da última guerra, isto é, que a velocidade só era completamente valorizável se os meios fossem integrados num todo, que permitisse assegurar a sua coordenação pela sua integração, integração essa, rádio-electrónica.

Noutro campo, de maior relevância para o estudo em curso, são contudo as obras subsequentes sobre a guerrilha. Em fins de Dezembro de 1947, Hermes de Araújo Oliveira publica um artigo sobre o tema,¹⁵⁷ seguido em 1949 de uma obra de pequena dimensão (cerca de 100 páginas), mas de muito razoável qualidade teórica, também sobre a guerrilha.¹⁵⁸ A guerrilha surge como um fenómeno derivado da guerra moderna, produto do nacionalismo e dos novos métodos da ofensiva moderna, assentes na infiltração, na criação de bolsas e na maturidade do poder aéreo. A condenação da guerrilha efectuada na sequência da Grande

¹⁵⁶ A *Blitzkrieg* era a combinação da velocidade do ataque aero-terrestre mediante a velocidade das comunicações. Era a capacidade de combinar a velocidade e protecção dos meios aéreos e terrestres e de integrá-los mediante o uso das rádio-comunicações que assegurava a poderosa capacidade de choque e concentração de poder ofensivo. Em 1939, uma das vantagens das forças blindadas alemães face às francesas residia no facto de todos os seus blindados estarem equipados com um rádio-transmissor. Cf. John Keegan, *Uma História da Guerra*, São Paulo, 1995, pp. 381-382. Na verdade, Von Seek e os doutrinadores alemães da guerra rápida e móvel valorizavam as comunicações como fundamental para o sucesso de operações militares fluídas, velozes e visando objectivos em profundidade, tendo dado prioridade estratégica ao desenvolvimento de aparelhos de rádio comunicação. Cf. James Corum, *Op. Cit.*, pp. 45 e 107-108.

¹⁵⁷ Cf. Hermes de Araújo Oliveira, “A Guerra de Guerrilhas”, *Revista Militar*, N°12, Dezembro de 1947, pp. 669-693.

¹⁵⁸ Cf. Hermes de Araújo Oliveira, *A Guerrilha na Guerra Moderna*, Lisboa, 1949.

Guerra demonstrou-se inexacta.¹⁵⁹ A guerrilha traduz também a totalidade da guerra total, uma luta entre povos, o que significa a indistinção entre o combatente e o não combatente, implicando que no fundo todos os civis são potencialmente combatentes.¹⁶⁰ A guerrilha também é um reflexo da cada vez maior integração das sociedades industriais modernas, dependentes cada vez mais de sistemas sofisticados de transporte e de comunicações, de estruturas nodais que constroem e condicionam toda a manobra estratégica, seja militar ou não, concluindo o autor que a guerrilha pertence ao futuro.¹⁶¹ Por outras palavras, a interconectividade da sociedade traduz-se na interconectividade da guerra,¹⁶² exprimindo a ideia de que a guerra é uma expressão da sociedade que a produz, e não um fenómeno independente do conjunto das outras realidades sociais.

Não é que a guerrilha seja algo novo na História da guerra, e a obra relembra igualmente a experiência desastrosa das campanhas francesas na Península Ibérica nas Guerras Napoleónicas, onde o exército de Napoleão foi fustigado e desgastado pelos guerrilheiros espanhóis e portugueses.¹⁶³ Mas aquilo que une a guerrilha hispânica face aos franceses e os guerrilheiros da Segunda Guerra Mundial é que esta é sempre um meio de combate do fraco face ao forte.¹⁶⁴ Mas a re-emergência da guerrilha tem implicações na concepção da defesa nacional. Esta já não tem

¹⁵⁹ Cf. Hermes de Araújo Oliveira, 1947, p. 670. Idem, 1949, p. 30.

¹⁶⁰ Cf. Hermes de Araújo Oliveira, 1949, pp. 60-61.

¹⁶¹ Idem, pp. 49-51.

¹⁶² A interconectividade tornou-se bem mais evidente com a I Guerra do Golfo em 1991, fundando as concepções militares que os Toffler apresentam numa das suas obras. Na verdade, todo o problema da digitalização nas forças militares actuais reside na centralidade da rede global de comunicações, na interconectividade imprescindível na acção agónica contemporânea. Cf. Alvin e Heidi Toffler, *War and Anti-War, Survival at the Dawn or the 12th Century*, Nova Iorque e Londres, 1993 pp. 62-63 e 68. Sobre o problema da integração e da interconectividade, veja-se a bem mais sistemática, e talvez mais interessante obra de Laurent Murawiec, *La Guerre au XXI^e Siècle*, Paris, 2000, pp. 98-125. O autor dá como exemplo de superioridade comunicacional-interconectiva o facto de os *Panzers* em 1940 estarem todos equipados com rádio. De facto, a interconectividade expressa o impacto da Revolução Tecnológico-Industrial na guerra.

¹⁶³ Cf. Hermes de Araújo Oliveira, 1949, p. 26.

¹⁶⁴ Idem, p. 25. Também Cf. Hermes de Araújo Oliveira, 1947, pp. 672-673.

obrigatoriamente de ser feita na linha de fronteira. E deve combinar elementos convencionais e não convencionais, e em última análise, subsistir unicamente graças a estes últimos. As operações da guerrilha devem por seu turno ser consideradas no plano global de operações, visando ameaçar as suas linhas de comunicação, e inibir a manobrabilidade e velocidade do adversário, elementos imprescindíveis na guerra moderna.¹⁶⁵ Esta visão vem em quase total contraponto à “doutrina” anterior à guerra, onde se considerava como fundamental e de boa estratégia (militar) defender-se na linha de fronteira, como se desconsiderava de todo a ideia do uso de guerrilhas como instrumento efectivo da acção defensiva.¹⁶⁶ Eram realidades ultrapassadas pela arte da guerra. Mas o autor via muito mais longe nas suas propostas.

Considera Hermes de Araújo Oliveira que as guerras modernas são intensivas no uso de recursos humanos e materiais, muito acima das possibilidades dos pequenos países, pelo que as guerras do futuro serão tão só travadas entre coligações, visto que as potências dotadas de poderosos meios industriais e tecnológicos facilmente derrotariam os pequenos Estados. É por isso preciso mudar o antigo conceito de “defesa nacional” para o de “resistência nacional”, integrando todos os habitantes de uma dada nação, considerando a possibilidade de manter a defesa mesmo após a ocupação total do território nacional, tornando insustentável a permanência do invasor. A defesa dos pequenos Estados deve assim ser baseada na guerrilha, enquadrada por um núcleo profissional, que também teria a função de defender o último reduto nacional independente.¹⁶⁷ A organização da defesa será definida pela política, que congregaria todos os

¹⁶⁵ Cf. Hermes de Araújo Oliveira, 1949, pp. 68-71.

¹⁶⁶ Nem todos, Humberto Delgado afirma ter defendido a ideia de guerrilha nos Anos 30. Cf. o autor, *Crónicas Militares e Políticas da II Guerra Mundial*, Lisboa, 2003, p. 255.

¹⁶⁷ Cf. Hermes de Araújo Oliveira, 1949, pp. 85-91 e 99-100.

meios úteis à defesa, cabendo à estratégia geral definir a sua aplicação, que seria metodicamente posta em prática pela doutrina de guerra.¹⁶⁸

Face às ideias dos anos 30, expressas por Tasso de Miranda Cabral, Raul Esteves ou Júlio Botelho Moniz, as ideias de Hermes de Araújo Oliveira são muito distintas, para não dizer-se que são revolucionárias. Mas esta visão muito distinta só é compreensível face à transmutação das formas da guerra geradas pela Segunda Guerra Mundial, que obrigaram a repensar os métodos de defesa nacional e da defesa militar nacional. Há por um lado o reconhecimento de que a guerra total terá de ser uma guerra de coligações, face às monstruosas necessidades produtivas tecnológicas e industriais, reconhecimento este, que é inovador, não tanto pelo peso da ideia de coligação, visto a imprescindibilidade da aliança com a Grã-Bretanha ser facto reconhecido desde o século XVIII, mas pelo que traduz da impossibilidade de sustentar uma defesa militar apenas no espaço nacional, como pretendia ainda fazer Raul Esteves nos anos 50 (Infra).

Neste sentido, não é tanto a ideia de defesa avançada, mas ideia de defender o território nacional na fronteira que está em causa, questionando-se, como não podia deixar de ser a política militar dos anos 30. Por outro lado, há a proposta de assentar a defesa nacional numa estratégia que tivesse em conta as possibilidades da guerrilha, permitindo mesmo, em caso de invasão a pervivência da resistência nacional.¹⁶⁹ Esta ideia parece ter sido considerada nos finais dos anos 40, sem que contudo viesse a ter o aval do regime, face aos perigo de ser instrumentalizada pela “subversão”.¹⁷⁰ Hermes de Araújo de Oliveira tinha em mente esse perigo,

¹⁶⁸ Idem, *ibidem*, pp. 83-84.

¹⁶⁹ A utilização da guerrilha na defesa nacional foi igualmente considerada em França nos finais dos anos 40 e nos anos 50, tendo-se desenvolvido uma estrutura organizacional de suporte a uma estratégia de resistência após uma possível ocupação soviética. Cf. Thierry Sarmant e Benjamin Mercier, *Op. Cit.*, pp. 122-123.

¹⁷⁰ É de reconhecer que o fundamento desta perspectiva assenta numas referências à difusão dessa ideia nos meios militares nos anos 40. Trata-se de um conjunto de documentos encadernados que têm como título Plano 45, contendo documentação que vai de 1945 a 1949.

e pretendia desfazê-lo através de uma educação nacionalista na organização da guerrilha. Assim para evitar a “subversão” da guerrilha, esta seria deste tempo de paz enquadrada e endoutrinada patrioticamente.¹⁷¹

A realidade é que a visão apresentada na obra nunca foi aplicada. A ideia e talvez a verdade de que a guerrilha era um perigo muito maior como factor de “subversão” interna desconsiderava a sua aplicação, e com a entrada de Portugal na OTAN esta ideia teria sido completamente descartada. O próprio Hermes de Araújo Oliveira não parece retornar ao tema, apesar de continuar-se a dedicar ao estudo da guerrilha, desviar-se-ia para a relação da guerrilha com a guerra subversiva anti-ocidental e os textos que escreve em finais dos anos 50 e em 1960 já são claramente obras da Guerra Fria, preocupadas com o perigo da “guerrilha” subverter as sociedades ocidentais.¹⁷² A ideia da defesa nacional suportada na guerrilha foi tão só um breve momento histórico, expressão provável dos efeitos perturbadores da mutação/revolução da modo de fazer a guerra gerada pela Segunda Guerra Mundial, pelo que mesmo os seus cultores em breve se desviavam do assunto e mesmo continuando a estudar a guerrilha, estudavam-na segundo visões distintas das que os tinham fascinado inicialmente. Foi o caso de Hermes de Araújo Oliveira.

Cf. AHM, 3º Divisão, 1º Seccção, Caixa 53, nº 1, Despacho do Ministério da Guerra, Repartição do Gabinete, datado de 28 de Novembro de 1946, pp. 2-5. O plano 45, tal como a ideia da utilização da guerrilha na política de defesa serão melhor desenvolvidos na II parte deste trabalho. É plausível contudo que o livro de Hermes de Araújo Oliveira fosse em parte uma defesa da vantagem da utilização da guerrilha na defesa nacional, assim como uma réplica à possibilidade do seu uso como instrumentos de “subversão”.

¹⁷¹ Cf. Hermes de Araújo Oliveira, 1949, pp. 92-94.

¹⁷² Cf. Hermes de Araújo Oliveira, “A defesa de Moçambique à luz da Guerra Revolucionária”, Revista Militar, Nº12, Dezembro de 1959, pp. 749-789. e Cf. Hermes de Araújo Oliveira, “Subversão em África”, Revista Militar, Nº 7, Julho de 1960, pp. 415-440.

1.1.7.) Humberto Delgado: A Guerra Aérea

O futuro candidato presidencial da oposição às eleições de 1958 que faria tremer o regime, foi igualmente um publicista militar, talvez o único que em Portugal se dedicou a fundo ao estudo do poder aéreo. Humberto Delgado (1906-1965) não foi contudo um pensador teórico puro, mas mais um divulgador da evolução do poder aéreo e da guerra aérea. O grande período de produção de Humberto Delgado concentra-se fundamentalmente durante a Segunda Guerra Mundial,¹⁷³ traduzindo-se essencialmente em obras de divulgação para um público mais vasto.¹⁷⁴ São contudo obras teoricamente profissionais, onde se nota o despudor das opiniões pessoais, sem que contudo se possa considerar que elas formem uma teoria própria, surgindo fundamentalmente como desabaços sobre a incompreensão que existe em Portugal a propósito da evolução da organização das Forças Aéreas.

Humberto Delgado estava desde há muito tempo ligado à aviação, Oficial de artilharia, brevetou-se como piloto em 1928, estando desde aí mais ligado à aeronáutica militar que à artilharia. Durante a Segunda Guerra Mundial foi o representante do ar nas negociações com os ingleses com vista à cedência da base das Lages nos Açores e veio da Grã-Bretanha como uma visão muito distinta da organização da Aeronáutica. Já nos anos 50 seria um dos defensores da criação de uma única Força Aérea,

¹⁷³ Período, onde como se sabe, Humberto Delgado, ao serviço do país, efectuou importantes missões à Grã-Bretanha e teve papel de relevo no Acordo dos Açores e em geral nas negociações militares secretas que houve entre Portugal e o governo de Londres. Sobre o assunto, vejam-se por exemplo a perspectiva dele próprio nas suas memórias. Cf. Humberto Delgado, Memórias, Lisboa, 1974, pp. 99-117. Sobre o papel de Humberto Delgado veja-se também o texto de Iva Delgado, “Introdução” in Humberto Delgado, Crónicas Políticas e Militares da II Guerra Mundial, Lisboa, 2003, pp. 14-16.

¹⁷⁴ Conquanto uma das obras que aqui se apresentam tenha sido inicialmente uma conferência efectuada no Instituto de Altos Estudos Militares publicada inicialmente no Boletim do IAEM. Cf. Humberto Delgado, “A aviação no combate (informação e caça)”, (Conferência realizada no Curso de Altos Mandos, Ano Lectivo de 1942/43), Boletim do IAEM, Nº 12, 1944, pp. 4-75. Cf. também a nota 177.

unificando a aeronáutica naval e a aeronáutica militar. Esteve também ligado à fundação dos Transportes Aéreos Portugueses (TAP) em 1944-45.¹⁷⁵ As obras de Humberto Delgado sobre a aviação traduzem portanto, não só uma leitura teórica, mas também uma experiência prática de um piloto, e de alguém que manteve contactos com uma das mais avançadas Forças Aéreas do mundo nos anos 40, a da Grã-Bretanha.

Entre 1944 e 1946 Humberto Delgado publica três pequenas obras sobre a aviação. Uma sobre tática e estratégia do Ar,¹⁷⁶ outra sobre a aviação de caça e de informação,¹⁷⁷ e por fim uma sobre a aviação de bombardeamento.¹⁷⁸ Analisaremos fundamentalmente a obra mais teórica de H. Delgado, “a estratégia e tática do ar”, como ponto de partida para a compreensão da visão do autor sobre a política de defesa. É preciso contudo salientar que nenhuma das obras do autor visava analisar a política de defesa e a estratégia militar de defesa nacional, mas tão só, informar e estudar a guerra aérea enquanto tal. Em boa verdade, as obras de H. Delgado são basicamente obras de informação e de divulgação, contudo, aqui e ali, surgem observações mais ou menos perspicazes que reflectem a visão do autor sobre a política militar relacionada com a aeronáutica, e que mostram a evolução das ideias que ao tempo havia sobre a questão da guerra aérea e da defesa militar de Portugal. Não se tratam por conseguinte de obras teóricas sobre a Estratégia Aérea *strictu sensu*, nem da constituição de uma doutrina própria, mas de obras de divulgação (mesmo que para o público militar), mais ou menos técnicas, onde o autor apresenta breves ideias pessoais sobre a sua visão crítica da aeronáutica portuguesa.

¹⁷⁵ Contrariamente aos nossos biografados anteriores, Humberto Delgado foi já alvo de vários estudos. O facto de ser relativamente conhecido excusa-nos a uma biografia mais extensa. Uma brevíssima síntese biográfica pode ser encontrada em Cf. Iva Delgado, “Delgado, Humberto da Silva”, in Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito, Dir., Dicionário de História do Estado Novo, Lisboa, 1995, 1º Vol., pp. 252-254. Veja-se também no final a Bibliografia onde pode-se encontrar obras com referências à Bio-Bibliografia de H. Delgado.

¹⁷⁶ Cf. Humberto Delgado, Estratégia e Tática do Ar, Porto, 1944.

¹⁷⁷ Cf. Humberto Delgado, A Aviação no Combate (informação e caça), (s/l), 1944a,

¹⁷⁸ Cf. Humberto Delgado, A Aviação de Bombardeamento, (s/l), 1946.

É no entanto o único autor que tem obra de dimensão sobre o poder aéreo, e também por isso vale como representativo dos limites e das possibilidades de Portugal no desenvolvimento do poder aéreo.

Humberto Delgado começa por definir os conceitos de estratégia e de tática, antes de aplicá-los ao meio aéreo. A estratégia tem para o autor duas concepções, ou é a ciência do comando ou do comandante-chefe, as concepções e congeminções dos altos mandos, ou é a ciência dos movimentos antes do encontro com o inimigo. Não obstante, não satisfeito com estas duas definições considera a estratégia também como a ciência e arte de utilizar as Forças Armadas com vista atingir os objectivos políticos.¹⁷⁹ O que caracterizam todas estas definições, é o facto de todas elas reflectirem a visão classicamente oitocentista do que é a estratégia,¹⁸⁰ e a subordinarem tão só à realidade militar, isto é, a estratégia, no pensamento de H. Delgado não está ainda autonomizada do factor militar. É decorrendo desta concepção que H. Delgado acaba por reconhecer o batalha como facto central da guerra, a batalha visa a decisão da guerra. Desde Napoleão que a batalha é o momento culminante, um momento onde se visa aniquilar e destruir a vontade do inimigo, um acto de destruição total.¹⁸¹ Esta visão expressa todo o classicismo de H. Delgado, visto toda a teoria estratégica do século XIX ter sido profundamente marcada pelas guerras napoleónicas, onde a batalha parecia ser o factor dominante da guerra, na verdade muitos dos autores continentais esqueceram-se da experiência das guerrilhas peninsulares e do bloqueio inglês.¹⁸²

¹⁷⁹ Cf. Humberto Delgado, 1944, pp. 9-20 e 28-31.

¹⁸⁰ O texto tem numerosas citações de teóricos da estratégia oitocentistas, tais como Jomini, Rustow, Cullman, Clausewitz, entre outros. Idem, pp. 12-15.

¹⁸¹ Idem, pp. 34-37.

¹⁸² Sobre a teoria da estratégia no século XIX Cf. Hervé Coutau-Bégarie, 1999, pp. 198-215, principalmente as 208-215. Sobre a influência posterior de Napoleão na teoria militar do século XIX, veja-se também o epílogo de Cf. Gunther Rothemberg, 1980, pp. 241 e seguintes. Igualmente o artigo de Cf. Peter Paret, “Napoleon and the Revolution in War”, in Peter Paret, Ed., Makers of Modern Strategy, from Machiavelli to the Nuclear Age, Oxford, 1986 (1994), pp. 138 a 142. É no entanto, necessário referir que nem Clausewitz, nem Jomini, os grandes

Para o autor, a tática mais não é que a ordem, a execução. A tática é um problema técnico, fundamentalmente dominado pela tecnologia.¹⁸³ Na realidade, a impressão da técnica na tática é referida em boa parte devido à tática do ar. Esta influência da técnica também se expressa na estratégia do ar, que visa preparar e comandar a batalha aérea, distribuindo os meios, definindo prioridades e lógicas de cooperação, enquanto a tática do ar se refere ao combate propriamente dito, combate aéreo onde o meio técnico é também fundamental, e deve ser maximizado o seu rendimento.¹⁸⁴ Esta preponderância que o autor dá aos factores técnicos é, não uma impressão de teórico, mas a tradução da realidade do combate aéreo e que paradoxalmente podem explicar em parte a visão excessivamente clássica oitocentista da estratégia de H. Delgado. É que a guerra aérea opera num espaço quase totalmente desprovido de obstáculos físicos, um meio vazio, ou quase totalmente vazio, onde o elemento técnico sofisticadíssimo que é o avião, opera de quase livre vontade, limitado a não ser pelas suas próprias condicionantes técnicas. Neste espaço vazio, a decisão não pode ser outra, que aquela decidida pelo factor militar, ou técnico-militar, na medida em que ainda mais que nas armadas, o elemento técnico é combinadamente com o factor homem que o conduz, o único meio para atingir-se uma real decisão.¹⁸⁵ Este elemento parece expressar-se na visão muito importante que H. Delgado dá ao factor tecnológico no poder aéreo. De facto a guerra

teóricos da guerra no século XIX eram tão limitados. Ambos contém análise teóricas sobre a guerra de guerrilha. Clausewitz pretendia escrever um tratado sobre a mesma que comporia a trilogia da guerra. Nas páginas Da Guerra, Clausewitz inseriu um brilhante capítulo sobre a guerra de Guerrilha, sintomaticamente intitulado o “povo em armas”. Cf. Clausewitz, 1984, pp. 479-483.

¹⁸³ Cf. Humberto Delgado, 1944, pp. 9,19-20 e 29-30.

¹⁸⁴ Idem, pp. 30-31.

¹⁸⁵ Sobre as características da geoestratégia aérea, Cf. Hervé Coutau-Bégarie, 1999, pp. 818-820 principalmente, mas veja-se também as seguintes. E por isso que E. Luttwack fala em não estratégias quando se refere ao poder aéreo. Cf. o autor, pp. 201 e seguintes.

aérea está dependente do meio usado e este é o avião.¹⁸⁶ A guerra aérea, ao contrário da terrestre, é serva da tecnologia.

O autor também distingue o combate aéreo da batalha aérea. Ambos são um duelo, mas o combate visa a superioridade momentânea, e a batalha a superioridade aérea visando atingir objectivos aéreos na profundidade do território inimigo.¹⁸⁷ Neste caso, H. Delgado segue de forma brilhante a sua lógica anterior. Se a estratégia visa alcançar pelo uso da força militar os objectivos políticos, e se expressa pela batalha, elemento culminante do processo de decisão militar, então a batalha aérea deve ser pensada tendo em conta a decisão final, ou seja, a “supremacia no ar” visa depois facilitar o sucesso no campo de batalha (Teatro de Operações ou Zona de Guerra), que permite por fim alcançar a finalidade em vista, que não advém só do poder aéreo. Por isso o autor critica o Douhetismo,¹⁸⁸ que visava apenas e tão só pelo poder aéreo decidir a guerra, e considera que a decisão na guerra é uma acção de cooperação tripartida aéreo-terrestre-naval ou

¹⁸⁶ Cf. Humberto Delgado, 1944, p. 48.

¹⁸⁷ Idem, Ibidem, pp. 43-45.

¹⁸⁸ Sobre Douhet, suas concepções e a crítica geral a estas, veja-se por exemplo, Cf. Patrick Facon, Le Bombardement Stratégique, (s/l), 1996, pp. 55-73. As teorias de Douhet assentavam na ideia de que o domínio do ar impediria o inimigo de operar em terra, e de que bastaria um super-bombardeiro fortemente armado e protegido para dominar os céus e levar o inferno a toda a profundidade do território inimigo, forçando este a capitular face aos bombrdeamentos de terror que aconteceriam caso houvesse guerra. A massa e a concentração eram a chave da organização aérea. Douhet acreditava como muitos visionários que a ameaça do terror apocalíptico descendo dos céus inibiria as guerras do futuro. Era quase uma ante-visão do nuclear. Essa visão foi desmentida pela Segunda Guerra Mundial. Douhet calculava que bastariam 2000 bombardeiros para num assalto arrasarem um país. Os EUA construíram 30.000 quadrimotores, e no entanto, apesar de serem muito mais poderosos que os imaginados por Douhet, *per si*, não conseguiram, nem conseguiriam forçar a capitulação da Alemanha e do Japão. No caso do primeiro foi preciso ocupá-lo (a guerra aérea sobre a Alemanha terá custado aos aliados 40.000 bombardeiros entre bimotores e quadrimotores). Mais tarde falhariam no Vietname. De facto, só em caso de desequilíbrios colossais, como durante a Guerra do Golfo ou do Kosovo é que o Douhetismo tem provado, mas tal deve-se menos a uma suposta qualidade intrínseca do poder aéreo, e muito mais a uma gigantesca superioridade de um dos lados, o que significa que se essa superioridade fosse tão só terrestre o efeito não seria muito distinto. A única vantagem, ainda apreciável, é que evita efectivamente baixas maiores do lado que dispõe da hegemonia militar. Sobre este magno assunto vejam-se também Cf. Hervé Coutau-Bégarie, 1999, pp. 595-596, 609-614, 623-627, 641-650, e Cf. Robert Pape, Bombing To Win, Air Power and Coercion, Ithaca e Londres, 1996.

binomial, aéreo-terrestre ou aéreo-naval.¹⁸⁹ O que só demonstra como H. Delgado era perspicaz no modo de analisar o poder aéreo, factor decisivo entre outros factores decisivos da guerra. De facto, o autor ironizava com os Douhetistas portugueses¹⁹⁰ que nos anos 30 defendiam que bastava a Portugal dispor de uma força de bombardeiros que horas antes do ataque inimigo fosse arrasar as forças deste (estamos como se vê, no reino muito na voga hoje em dia da guerra preemptiva ou preventiva). Mas questionava H. Delgado, e se o inimigo, horas antes da nossa hora, nos bombardeasse?¹⁹¹

De facto, o poder aéreo é na expressão feliz de Hervé Coutau-Bégarie um unificador de estratégias,¹⁹² facto saliente, porque hoje, mais do que se falar no poder terrestre ou marítimo-naval se deve falar em poder aéreo-terrestre e aéreo-naval. Seria abusivo considerar porém que ele é o elemento predominante, na medida em que um estudo mais agudo releva a importância da combinação, mais do que a predominância de um dos elementos. Esse facto devia ser visível mesmo nos casos em que ele parece estar a operar sozinho, como no caso do Kosovo (1998) ou do Afeganistão (2001-2002). Sem o apoio das guerrilhas Kosovares ou da chamada “Aliança do Norte”, nunca as forças sérvias ou os talibans teriam sido derrotados tão facilmente pelo poder aéreo dos EUA.¹⁹³ Neste campo, o aviso de H. Delgado não perdeu de todo a contemporaneidade.

¹⁸⁹ Cf. Humberto Delgado, 1944, pp. 87-95.

¹⁹⁰ Dois textos tipicamente Douhetistas podem-se encontrar na Revista do Ar. Cf. F. Barão da Cunha, “O problema aeronáutico português e a defesa nacional, estudo”, *Revista do Ar*, Nº 1, Outubro de 1937, pp. 3-6 e Cf. Pequito Rebelo, Elementos para uma Doutrina Portuguesa da Guerra do Ar”, *Revista do Ar*, Nº 21, Junho de 1939, pp. 21-22.

¹⁹¹ Cf. Humberto Delgado, 1946, pp. 8-9.

¹⁹² Cf. Hervé Coutau-Bégarie, 1999, pp. 615 e seguintes.

¹⁹³ São as denominadas “guerras de procuração”, em que os EUA usam apoios locais, derivados da divisão político-ideológica dessa sociedade, e suportam-nos com conselheiros em terra e apoio aéreo no ar para atingir os seus fins político-militares. A estratégia dos EUA no Afeganistão foi descrita por um analista de forma brilhante como sendo do tipo *Lawrenciano*, isto é, seguiu o modelo das campanhas de Lawrence da Arábia em 1916-1918, em que o exército britânico apoiado pela revolta árabe expulsou os turcos do Médio Oriente. Neste caso, a “Aliança do Norte” foi a revolta árabe, e não nos esqueçamos, que tal como as tropas de

A partir desta visão global, como anteveria então Humberto Delgado uma possível política de defesa aeronáutica de Portugal. Já foi referido que os textos do autor não visam analisar uma teoria geral das relações entre o poder aéreo e a política de defesa militar em Portugal. Mas as críticas que ele vai disseminando pela sua obra sobre a “aviação no combate” reflectem um olhar agudo e consciente das debilidades portuguesas, ao mesmo tempo que revelam um certo paroquialismo onírico das autoridades do Ministério da Guerra e da Aeronáutica militar lusa. Nela também se observa a progressiva afirmação do modelo inglês, produto do sucesso da RAF durante a Segunda Guerra Mundial, face ao modelo francês que vinha dos anos 20/30 e que enquadrava a aviação militar em Portugal. Como refere o autor, a doutrina aeronáutica de entre as guerras estava virada para a cooperação com o exército, segundo o padrão francês, sem autonomia, sendo considerada mais uma arma do Exército. A doutrina aplicada integrava um grupo aéreo de reconhecimento em cada Corpo de Exército e via a aviação militar como uma “infantaria de asas”.¹⁹⁴ Pelo contrário, avisava, a aviação tende em geral no Mundo a organizar-se autonomicamente dos dois outros ramos das Forças Armadas e a ombrear progressivamente em pé de igualdade com a Terra e o Mar. O autor termina por fazer um voto que isso também aconteça em Portugal.¹⁹⁵ Além disso, o material aéreo existente em 1940 primava pela sua antiguidade. Apesar disso, ironiza o autor determinou-se em Dezembro de 1940 que as “esquadrilhas de informação” passassem a ser “esquadrilhas de assalto do

Lawrence chegam primeiro a Damasco, foi a “Aliança do Norte”, não o exército dos EUA que conquistou/libertou Cabul. Sobre este assunto o excelente artigo de Cf. Jean Le Cudunnec, “La guerre américaine en Afghanistan: le modèle *lawrencien*”, *Raids*, N° 189, Février de 2002, pp. 50-54. Sobre a campanha de Lawrence, Cf. a sua obra os Sete Pilares da Sabedoria. Veja-se a Bibliografia final.

¹⁹⁴ Cf. Humberto Delgado, 1944a, pp. 9,11, e 16 nota 7, 19.

¹⁹⁵ Idem, pp. 16-17. Veja-se também Cf. H. Delgado, 2003, p. 82.

campo de batalha”, mudando o nome, mas não o arcaico e reduzido material, que já nem para a observação servia.¹⁹⁶

Em 1944 contudo a situação era já distinta devido ao rearmamento da Aeronáutica do Exército com material inglês mais moderno. E se o material era mais moderno e inglês, então porquê manter a velha doutrina francesa? Era necessário na óptica do autor mudar os padrões de organização e de treino, e adaptar a Aeronáutica aos parâmetros característicos da aviação da Grã-Bretanha.¹⁹⁷ De facto, o grosso do texto dos diversos livros é uma explanação do modelo de organização da RAF, como arquétipo da moderna organização da aviação militar. Este apela para duas dimensões fundamentais. O comando centralizado dos meios aéreos e a descentralização/autonomização face ao comando de terra. O uso da aviação deve ser coordenado e unificado num comando aéreo, enquanto se recusa a sua dispersão pelas várias grandes unidades (exércitos e Corpos de Exército) de terra. A aeronáutica deve ter plena autonomia de acção.¹⁹⁸ No fundo, H. Delgado pugnava pela independência da Aeronáutica da Armada e do Exército, e afirmava desde já que nos países onde isso acontecera, a aviação estava representada ao nível de ministério ou de secretaria de estado.¹⁹⁹

A obra não deixa igualmente de propor um modelo de reorganização da Aeronáutica do Exército, assim como as necessárias quantidades de

¹⁹⁶ Cf. Humberto Delgado, 1944a, p. 14. Os aviões citados no texto por Humberto Delgado era verdadeiramente obsoletos, não fazendo parte do lote de aquisições dos anos 37-40. Eram material adquirido nos finais dos anos 20 e princípios dos 30. Tratavam-se dos modelos Potex XXV e Vickers Valparaíso. Cf. Mário Canongia Lopes, *Os Aviões da Cruz de Cristo* (edição bilingue), (s/l), 2º Ed., 2001, pp. 65 e 67. Segundo esta obra, em 1940, adquiridos entre 1937 e essa data, havia na Aeronáutica do Exército os seguintes modelos e quantidades de aviões de combate mais modernos: 10 Junkers Ju 52/3mg (Ju 52K), 30 Gloester Gladiator II, 10 Junkers Ju 86K7 e 10 Breda Ba 65. Idem, pp. 93, 95 e 97. Saliente-se não obstante que nenhum dos aviões citados era verdadeiramente moderno quando comparados com os usados pelas grandes potências europeias ao iniciar-se a guerra.

¹⁹⁷ Cf. Humberto Delgado, 1944a, pp. 18-19.

¹⁹⁸ Idem, pp. 19 e 36.

¹⁹⁹ Idem, Ibidem, p. 35.

material aéreo indispensável. H. Delgado afirma que tendo Portugal capacidade de mobilizar cerca de 200.000 homens,²⁰⁰ a quantidade de aviões necessários considerando por baixo a estimativa, é de cerca de 190 unidades, mais 60 para formar uma reserva, ou seja, o país deveria ter uma Força Aérea de 250 aviões de linha modernos, com velocidades entre os 450 e os 600 quilómetros/hora.²⁰¹ Em meados de 1944, a Aeronáutica do Exército aproximar-se-ia desses efectivos dispondo de cerca de 205 aviões mais ou menos modernos de primeira linha, entre caças (178) e bombardeiros.²⁰² Não bastava dispor de aviões, eram também necessário dispor de bases aéreas. Ora, segundo o autor, só a Ota poderia receber qualquer avião moderno.²⁰³ De facto, segundo Mário Canongia Lopes, só a partir de 1937, com a reforma militar empreendida pela dupla Salazar-Santos Costa é que se procuraram organizar bases verdadeiramente modernas em Portugal.²⁰⁴ Só que tudo parecia ser muito lento, se não, atente-se no desabafo do Embaixador Armindo Monteiro a Salazar em Outubro de 1942, lamentando-se da incompreensão e do desprestígio que era para Portugal a lentidão com que se completava o aeroporto da Portela,

²⁰⁰ Efectivo que ele considera abaixo das nossas potencialidades teóricas, mas que na prática é talvez o máximo real que se possa alcançar. Idem, *Ibidem*, p. 21. Compara-se este número com o de Tasso de Miranda cabral em 1932 de 500.000 homens. Cf. *Infra*. Este efectivo só foi alcançado durante a Guerra Colonial, ultrapassando-o um pouco, mas muito à custa do recrutamento local. Na Segunda Guerra Mundial mobilizou-se um máximo de 120.000 homens. Cf. António Telo, “Política de Defesa”, in Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito, Dir., Dicionário de História do Estado Novo, Lisboa, 1996, pp. 761 e 764.

²⁰¹ Cf. Humberto Delgado, 1994a, pp. 21-22.

²⁰² Cf. Mário Canongia Lopes, Op. Cit., p. 127. De facto, apesar de estarem dentro dos parâmetros de H. Delgado, quase nenhum era de último modelo. Os *Spitfire* era uma versão antiga, enquanto os *Hurricane* e os *Aircobra* já não intervinham na primeira linha das operações na Europa. Eram contudo ainda usados no Extremo Oriente e na China pelos ingleses e americanos. Os *Hurricane* numa versão de bombardeiro ligeiro. Pode-se contudo referir que os *Aircobra* eram ainda usados pela URSS.

²⁰³ Cf. Humberto Delgado, 1994a, p. 20.

²⁰⁴ Cf. Mário Canongia Lopes, Op. Cit., pp. 91 e 93. Criaram-se as BA de Tancos, Sintra e Ota. Veja-se também, Cf. Joaquim Veríssimo Serrão, História de Portugal (1935-1941). Da 1ª Legislatura à Visita Presidencial aos Açores, (s/l), (s/d), p. 506.

quando a Grã-Bretanha construía neste anos centenas de grandes aeródromos de onde saíam grandes quadrimotores.²⁰⁵

As observações de H. Delgado sobre a defesa aérea de Portugal são uma sequência da sua passagem pela Grã-Bretanha e do seu contacto com a organização da RAF. As obras não definem uma teoria geral do poder aéreo e sua relação com a defesa aérea e em geral, a defesa de Portugal. Em boa verdade, os elementos teóricos e doutrinários que surgem nas suas obras remetem fundamentalmente para a transposição da orgânica inglesa para Portugal vista como a mais moderna, substituindo a desconsiderada estrutura francesa. Mas cabe a Humberto Delgado representar o pouco que se teorizou sobre o poder aéreo e a sua organização em Portugal. Na realidade, a obra de Humberto Delgado é única no contexto da teoria geral da estratégia aérea em Portugal, não tendo tido continuidade.

1.2.) Os Grandes Autores e o seu Pensamento: A Armada

A Força Armada não se limita ao Exército, e a Armada mantém também uma forte tradição de leitura própria e específica da guerra, produto da sua personalidade distinta, quer no meio aonde opera,²⁰⁶ quer por isso na missão que tem. Na realidade, esta distinção não tem só um valor operativo, mas reflecte uma realidade mais abrangente, que caracteriza tradicionalmente a posição de Armada face ao Exército e vice-versa, habitando muitas vezes cada um em universos separados. A Armada e o Exército eram realidades compartimentadas, muitas vezes estanques, de costas voltados, quase traduzindo a situação geoestratégica de ambos, uns virados para a raia fronteiriça, outros para o oceano e o Império. Mas ainda

²⁰⁵ Cf. Fernando Rosas, Júlia Leitão de Barros, Pedro Oliveira, Armindo Monteiro e Oliveira Salazar, Correspondência Política, 1926-1955, p. 342.

²⁰⁶ A distinção entre o meio terrestre e o meio naval é salientada por vários autores. Veja-se por exemplo Cf. Hervé Coutau-Bégarie, 1999, pp. 489-493, e Cf. A. Beaufre, Op. Cit., p. 71.

antes de se procurar legitimar esta perspectiva, e por isso mesmo, é aconselhável olhar e analisar o pensamento de alguns dos mais representativos pensadores e teorizadores do poder marítimo-naval²⁰⁷ e da guerra naval em Portugal. Pela prolixidade da obra e pelo peso intelectual entre os seus pares, dois nomes sobressaem nos anos 20 e 30, o dos Almirantes Pereira da Silva e Alfredo Botelho de Sousa. Nos anos 50, talvez o mais representativo dos estrategas marítimos influenciados pela entrada na OTAN seja o do Comandante Manuel Pereira Crespo. Serão as obras dos três o objecto de estudo das próximas páginas.

1.2.1.) Pereira da Silva: O Classicismo Naval

Fernando Augusto Pereira da Silva (1871-1943) foi das personalidades mais marcantes da Armada portuguesa na primeira metade do século XX. Foi Chefe do Estado Maior da Armada e Ministro da Marinha por duas vezes, entre 18 de Dezembro de 1923 e 21 de Novembro de 1924 e entre 16 de Fevereiro de 1925 e 29 de Maio de 1926. Ordenou igualmente a criação da “Esquadra de Operações” em 1925. Mais tarde presidiu a Comissão Nacional de Propaganda da Armada e fez parte da primeira comissão enviada à Grã-Bretanha para fiscalizar as novas unidades em construção. Participou também em várias comissões de reorganização e reequipamento da Armada durante a I República.²⁰⁸ O seu

²⁰⁷ Seguimos aqui a distinção clássica que é feita entre poder marítimo, que se refere a todos os vectores de poder que se expressam no mar, nomeadamente a relação de uma dada sociedade com o mar, as potencialidades das suas águas costeiras, a facilidade de alcançar o oceano, o seu comércio marítimo e as suas frotas mercantes e pesqueiras, incluindo o poder naval que se refere exclusivamente ao vector militar, potencialidades das suas marinhas de guerra e qualidade da marinharia militar.

²⁰⁸ Cf. “Pereira da Silva (Fernando Augusto), Grande Enciclopédia de Cultura Portuguesa e Brasileira, 21º Vol., pp. 204-205 e Cf. A. H. Oliveira Marques, Parlamentares e Ministros..., pp. 400-401. Consultou-se também o seu processo individual no Arquivo Geral da Marinha (AGM), Caixa 1421. Há igualmente um pequeno opúsculo biográfico de Cf. Maurício de Oliveira, O Almirante Pereira da Silva – exemplo de devoção à Marinha, Lisboa, 1972.

labor intelectual foi quase tão vasto quanto a sua actividade político-militar. Apesar de ter obra escrita anteriormente à Grande Guerra, centrar-se-á o estudo nos escritos efectuados posteriormente, que mais se ligam ao período em estudo. Não será analisada ao pormenor, nem citada toda a obra do autor, quer porque as ideias chave são recorrentes, quer porque esta é razoavelmente prolixa, quantitativamente mais vasta que a de Raul Esteves, encontrando-se fundamentalmente dispersa por revistas, principalmente pela Revista Militar e pelos Anais do Clube Militar Naval (ACMN). Concentrar-se-á a análise essencialmente nos textos que parecem mais representativos das concepções teóricas do autor. Contudo, a bibliografia fará o levantamento possível da maior parte da obra do autor Entre-as-Guerras e no início da Segunda Guerra Mundial.

Fernando Pereira da Silva foi fundamentalmente um estratega clássico, ainda fortemente marcado pelo valor do navio de linha, pouco dado a elucubrações sobre a transmutação da guerra produzida pela tecnologia. Como ver-se-á, será um espírito quase antónimo do seu colega de armas, Alfredo Botelho de Sousa. Os “ensinamentos” sobre a Grande Guerra marcam a nossa caminhada na obra de F. Pereira da Silva. Os “ensinamentos” são um conjunto de textos publicados em sucessivos números do ACMN durante 1919 que tentam recolher precisamente o que a Grande Guerra aportara à tradicional perspectiva do poder naval. Em boa medida, pode-se dizer que F. Pereira da Silva opta pela tradição.

O autor começa por analisar a Grande Guerra do ponto de vista do poder marítimo e naval em geral, antes de ver como ele afecta a situação geoestratégica portuguesa e a formulação da sua política naval. Para F. Pereira da Silva, a Alemanha cometeu um erro crasso ao não fazer apoiar a sua invasão da França pela esquadra de alto mar que podia ter dificultado a

chegada das forças inglesas ao continente.²⁰⁹ Para o autor, os aliados partiam desde o início com a vantagem de disporem de superioridade de meios navais e de melhor posição geoestratégica fechando a saída para o oceano das Potências Centrais.²¹⁰ Estas tão só podiam efectuar incursões visando desgastar o poder marítimo e naval do inimigo, segundo o padrão já característico das guerras de Luís XIV ou das Guerras de Napoleão.²¹¹ Os aliados podiam impor o bloqueio à distância (o bloqueio próximo tornara-se inviável pelo aparecimento das novas tecnologias, os submarinos e as minas).²¹²

A campanha submarina não afectou o poder marítimo aliado, demonstrando que só com combates navais de superfície se pode reduzir o inimigo e impor-lhe a nossa vontade. A batalha naval de superfície é o elemento decisivo da guerra naval, visto só ela assegurar o domínio do mar.²¹³ A guerra demonstrou ainda que é muito perigoso tentar forçar os estreitos através do poder naval, como foi exemplarmente demonstrado pelo fracasso aliado nos Dardanelos.²¹⁴ Pelo contrário, parece ser uma boa estratégia procurar paralisar ou destruir o poder naval do inimigo, quer seja no alto mar, quer seja nas suas bases.²¹⁵ Não obstante, F. Pereira da Silva não desvaloriza a inacção da “Grande Armada” alemã durante a Grande Guerra. Pelo contrário, considera-a como tendo aplicado uma estratégia sábia, na medida em que dada a sua situação de inferioridade em quantidade de navios face à *Royal Navy* e à desvantajosa situação geoestratégica, fechada como estava no Mar do Norte, a sua pervivência e

²⁰⁹ Cf. F. Pereira da Silva, “Os ensinamentos navais da grande conflagração mundial e a nossa acção marítima”, ACMN, Nº 1, Janeiro de 1919, p. 8,

²¹⁰ Idem, pp. 9-11.

²¹¹ Idem, Ibidem, pp. 12-16.

²¹² Idem, Ibidem, p. 18.

²¹³ Idem, Ibidem, p. 13.

²¹⁴ Cf. F. Pereira da Silva, “Os ensinamentos navais da grande conflagração mundial e a nossa acção marítima”, ACMN, Nº 2º/3º, Fevereiro/Março de 1919a, pp. 93-94.

²¹⁵ Idem, pp. 123 e seguintes. O autor quando fala da destruição ou paralisia do inimigo nas suas bases refere o espectacular *raid* inglês ao porto de Zeebrugge e ao seu embestagamento.

garantida operacionalidade de esquadra em expectativa inibiam a acção da armada da Grã-Bretanha.²¹⁶

A perspectiva de F. Pereira da Silva favorece claramente a tradição da guerra naval e da estratégia naval, entroncando naquilo a que se pode definir como a visão clássica e *Mahannista* do poder naval. A tradição clássica, que Mahan tão bem descreveu e conceptualizou, assenta na ideia que o poder naval deve procurar o domínio do mar pela concentração de todos os meios navais na destruição da força naval adversa, assegurando após o aniquilamento do adversário, a hegemonia marítima do vencedor, permitindo o uso dos oceanos para aumentar através do comércio os seus recursos e as possibilidades de ganhar uma guerra de usura, concomitantemente com a flexibilidade operacional para atacar as costas do inimigo dispersando os seus meios terrestres e os seus recursos. A perspectiva de Mahan, que inclui também uma visão geopolítica e geoestratégica, nomeadamente, as vantagens geográficas de determinadas posições insulares para reforçar as capacidades marítimo-navais de um Estado, expressa-se na centralidade da batalha naval e do confronto entre grandes forças navais com vista a decidir da hegemonia no mar, traduzindo na teoria os estudos históricos que efectuara sobre as guerras marítimo-navais do século XVIII e das Guerras da Revolução e de Napoleão.²¹⁷

²¹⁶ Cf. F. Pereira da Silva, “Os ensinamentos navais da grande conflagração mundial e a nossa acção marítima”, *ACMN*, Nº 6/7, Junho/Julho de 1919c, pp. 283-284.

²¹⁷ A tese geral da estratégia naval de Mahan assentava paradoxalmente na teoria estratégica de Jomini, que traduzia a sua interpretação do modelo estratégico-tático continental de Napoleão. Tal como para Jomini, a batalha, a concentração de todas as forças no momento decisivo sobre a força militar do inimigo era o eixo de toda a acção operacional das forças navais. Cf. Philip Crowl, “Alfred Thayer Mahan: The Naval Historian”, in Peter Paret, Ed., *Makers of Modern Strategy, From Machiavelli to the Nuclear Age*, Oxford, 1994(1986), pp. 457-459. Também Cf. Margaret Tuttle Sprout, “Mahan: L’apôtre de la puissance maritime”, in Edward Mead Earle, Ed., *Les Maîtres de la Stratégie*, Paris, 1980 (1943), pp. 158, 173-175 e 178. Sobre o pensamento naval clássico e sua crítica veja-se também Cf. Hervé Coutau-Bégarie, 1999, pp. 548-552.

A tradição a que Mahan deu consistência teórica era dominante no pensamento naval de fins do século XIX e princípios do século XX,²¹⁸ mas era uma tradição que não entendera, do mesmo modo que o seu apóstolo não compreendera também, a profunda revolução que as tecnologias terrestres de transporte e a industrialização produzira nas potencialidades das potências ditas continentais.²¹⁹ A perspectiva de F. Pereira da Silva fundamenta-se em dois pressupostos da estratégia clássica, a ideia da centralidade da batalha decisiva, o que explica a sua desconsideração da guerra submarina, como da guerra de corso em geral, tal como a teoria de Mahan o faz e toda a estratégia clássica do poder naval,²²⁰ que se traduz para o autor também, na viabilização da estratégia da esquadra alemã de alto mar, paralisada nos seus portos, estratégia de esquadra em expectativa, inibindo, no entanto, quase completamente de agir a sua homóloga britânica.²²¹ Espantosamente, F. Pereira da Silva não percebe que a guerra submarina esteve à beira de afundar económica e politicamente a Grã-Bretanha,²²² como o impasse estratégico das duas esquadras, uma

²¹⁸ Sobre o pensamento e a teoria estratégica naval clássica anterior à Grande Guerra; Cf. Hervé Coutau-Bégarie, 1999, p. 515. O pensamento naval foi também tocado pela ideologia da ofensiva e pela obsessão pela batalha naval como elemento central da guerra. O que não impediu que surgissem alguns críticos, pouco ouvidos à altura. Idem, p. 516. O autor contém também breves observações sobre a teoria de Mahan que encarna a “teoria do domínio do mar” segundo a escola clássica, Idem, pp. 512-514.

²¹⁹ Esta perspectiva é defendida por Cf. Paul Kennedy, 1991 (1976), pp. 232-239.

²²⁰ Sobre a crítica que Mahan faz à guerra de corso e à sua (in)eficácia, Cf. Margaret Tuttle Sprout, *Op. Cit.*, p. 177.

²²¹ A estratégia de ambas as esquadras foi posteriormene à Grande Guerra e é hoje muito criticada, visto que a sua paralisia estratégica tornava-as armas completamente inúteis e não ser para se constrangerem mutuamente, o que em última análise favorecia a Grã-Bretanha, que devido a uma posição favorável dominava as rotas marítimas e assegurava o seu abastecimento, facto que para muitos só demonstra que a grande estratégia mundial da dupla Kaiser Guilherme II-Tirpitz foi um erro. Por exemplo, para as críticas que o Almirante W. Wegener fez à estratégia da esquadra alemã nos anos 20, Cf. Michel Korinman, *Quand L’Allemagne Pensait le Monde*, Paris, 1990, pp. 234-235. Para uma visão mais geral, Cf. Paul Kennedy, 1991, pp. 282-314, especialmente a crítica de Balfour na p. 290.

²²² Sem a entrada dos EUA na Guerra, a Grã-Bretanha teria sido obrigada a capitular no inverno de 1917, por estar praticamete sem capacidade de sustentar a ilha, tão brutal e violenta fora a campanha submarina sem restrições, começada em Fevereiro de 1917 e que em Agosto afundara cerca de 3.600.000 ton. de barcos mercantes. Cf. Pierre Renouvin, *La Première Guerre Mondiale*, Paris, 1983 (1965), p. 83.

espécie de guerra de trincheiras naval, limitava ambas a um função negativa de manutenção do *statu quo*, e representava uma gigantesco dispêndio de meios, quando, em boa medida por causa da guerra submarina o controlo do oceano se esfiapava das mãos britânicas. É certo que F. Pereira da Silva reconhece que o submarino e outras tecnologias de armamento novas, como a mina, inibiram o bloqueio de proximidade, mas esse facto acaba por não ser relevante, apenas uma variação de situação, que não questiona o prisma primacial de a guerra naval e a estratégia naval ter de ser decidida pela afrontamento decisivo entre grandes esquadras.

Toda esta visão ir-se-ia reflectir na visão da participação da Armada portuguesa na Grande Guerra. O autor começa por salientar o acerto da decisão de entrar na Grande Guerra, visando proteger as nossas colónias e apoiar a “nossa mãe espiritual” que era a França.²²³ Considera que o país estava completamente impreparado para fazer a guerra, demonstrável pelas imensas dificuldades em mobilizar um exército de 60.000 homens para a Flandres, e pelas sucessivas derrotas havidas nas nossas colónias face a forças indígenas inimigas.²²⁴ Em situação similar se encontrava a Armada, limitada a missões de escolta, de protecção simples das linhas de comunicações e de desminagem, e mesmo assim, sem meios específicos para o fazer, com os navios mobilizados à pressa com armamento de artilharia inferior aos dos submarinos alemães, de que resultou a catástrofe do “Caça-Minas” Augusto de Castilho em 1918.²²⁵ Melhor seria, afirma F. Pereira da Silva, deixar os grandes navios mercantes usar a velocidade para

²²³ Cf. F. Pereira da Silva, 1919, p. 6. Também, Cf. F. Pereira da Silva, “Os ensinamentos navais da grande conflagração mundial e a nossa acção naval, ACMN, Nº 4/5, Abril/Maio de 1919b, p. 150. A expressão é em si sintomática do peso da cultura francesa em Portugal, incluindo nos meios militares, ainda mais espantoso, quando na Armada, a tradição inglesa era fortíssima.

²²⁴ Idem, pp. 151-152.

²²⁵ Idem, pp. 153-155. Sobre o confronto entre o “Caça-Minas” Augusto de Castilho e o poderoso submarino U139, veja-se Cf. Saturnino Monteiro, Batalhas e Combates da Marinha Portuguesa, 1808-1975, Lisboa, 1997, 8º Vol., pp. 141-148. O Augusto de Castilho estava armada com duas peças, uma de 65MM e outra de 47MM, o U139 com duas de 150MM.

escapar aos submarinos.²²⁶ Toda esta situação resultou numa clara diminuição de soberania portuguesa sobre as suas águas, com os comboios dependentes do apoio do Reino Unido e da *Royal Navy*.²²⁷ Progressivamente, a crítica permite a F. Pereira da Silva relevar o fundamental da sua tese sobre a participação portuguesa, não o que foi feito, mas aquilo que poderia ter sido feito, se o programa naval de 1911-13²²⁸ tivesse chegado a “bom porto” e permitido equipar a Armada com um (4 navios) ou dois esquadrões (6 navios) de navios de linha couraçados, que garantiriam uma muito maior presença de Portugal nos mares e um peso muito maior do país no contexto da aliança com o Reino Unido,²²⁹ libertando navios ingleses e deixando o domínio do Atlântico Sul à esquadra lusa, que poderia ter-se coberto de glória na batalha das Ilhas Falklands face à esquadra alemã do Pacífico.²³⁰

Esta perspectiva do autor revela de forma mais clarividente que para F. Pereira da Silva, a estratégia naval clássica conservou toda a sua viabilidade e validade conceptual, a despeito da função de grande parte das armadas no final da Grande Guerra ser a difícil luta anti-submarina, para o

²²⁶ Cf. F. Pereira da Silva, 1919c, p. 155.

²²⁷ Idem, p. 157.

²²⁸ O programa naval de 1911 foi favorecido pela I República como compensação pelo apoio da Armada ao novo regime. A “grande comissão” criada em 1911 visava dispor de uma esquadra que dificultasse a passagem da esquadra alemã para Sul, pensando-se inicialmente em dois esquadrões de três Couraçados de 20.000 ton., e depois num só de 4 Couraçados de cerca de 30.000 Ton., considerando-se também os navios de apoio. Cf. António Telo, História da Marinha Portuguesa, Homens, Doutrinas e Organização, 1824-1974, I Tomo, Lisboa, 1999, pp. 232-236.

²²⁹ Cf. F. Pereira da Silva, 1919c, pp. 165 e 167.

²³⁰ A batalha das Ilhas Falklands sucedeu nos fins de 1914 entre a pequena esquadra alemã do Pacífico (que estava estacionada normalmente na concessão germânica da China), e que procurava refugiar-se na Europa, e uma esquadra britânica, constituída em boa parte por navios enviados directamente da Grã-Bretanha. A enorme superioridade dos navios britânicos, mais pesados e com peças mais potentes dizimou a esquadra alemã de Von Spee, composta por 5 navios. F. Pereira da Silva descreve essa batalha no seu estudo de 1919, comparando os navios britânicos que nela entraram com os que a Armada poderia ter posto no terreno caso já estivesse equipada com os navios couraçados. Cf. F. Pereira da Silva, 1919c, pp. 168-171. Também Idem, 1919, pp. 25-31.

qual se tinham instalado nos Açores as forças norte-americanas,²³¹ e que fora a quase única função da Armada nacional na guerra.²³² Ou seja, F. Pereira da Silva pensava mais no que se poderia ter feito se houvesse a sua “grande armada”, mas não naquilo que efectivamente se fez, com parquíssimos e limitadíssimos recursos, como ele próprio reconhece, mas de que não retira a ilação. De facto, não se preocupa em procurar eliminar as deficiências da defesa anti-submarina e de defesa costeira que revelara a Armada portuguesa, a despeito de os poucos recursos nacionais aconselharem mais a construir uma pequena, mas eficiente marinha de guerra vocacionada para operações de “poeira naval”, defesa anti-submarina e vigilância costeira e oceânica das rotas marítimas que perpassavam ao longo das costas portuguesas.²³³

Não obstante, F. Pereira da Silva continuaria fiel às suas concepções navalistas clássicas, retomando nos anos vinte o projecto de uma “grande armada”, adaptada à evolução dos materiais, aquando das suas duas passagens pelo Ministério da Marinha.²³⁴ Em 1924 publicaria um dos seus mais importantes e sistematizados textos teóricos, onde definia igualmente o modelo de esquadra que deveria servir melhor os interesses de Portugal.²³⁵ Segundo F. Pereira da Silva, não havia conceitos que exprimissem a política naval de Portugal, faltando precisão em definir os objectivos

²³¹ Sobre o esforço de guerra naval no final da Grande Guerra, Cf. Pierre Renouvin, Op. Cit., pp. 83-84.

²³² Sobre o esforço português de guerra naval na Grande Guerra e suas debilidades, Cf. António Telo, 1999, pp. 256-284. Veja-se também as pequenas operações e combates da Grande Guerra em Cf. Saturnino Monteiro, Op. Cit., pp. 119-148.

²³³ Não se trata de uma conclusão original, na medida em que já António Telo a considerou também, Cf. o autor, 1999, pp. 290-291.

²³⁴ Não se dedicaria só a planear uma nova esquadra, visto ter iniciado, sem grande êxito ao que parece, a limpeza dos radicais da Armada. Sobre a sua atitude política enquanto Ministro da Armada, Cf. António Telo, Decadência e Queda da I República Portuguesa, Lisboa, 1984, 2º Vol., p. 158.

²³⁵ Cf. F. Pereira da Silva, “Política Naval e Política Naval Portuguesa”, ACMN, Nº1/2/3, Janeiro/Fevereiro/Março de 1924, pp. 5-165.

nacionais, contrariamente ao que sucedia antes da grande Guerra com o projecto da “grande armada” com vista a cooperar com a Grã-Bretanha.²³⁶

Na verdade, logo no início do texto de 1924, F. Pereira da Silva defende o projecto que já tão afincadamente sustentara como viável em 1919. O autor começa então por assumir a subordinação da Política Militar à política em geral,²³⁷ mas considera por seu turno que a preponderância de Armada ou do Exército resultam da tipologia da ameaça, e se esta for marítima ou colonial, a primazia deve pertencer à Armada, se fosse terrestre, a primazia seria dada ao Exército.²³⁸ Não deixa contudo de ressaltar um pormenor que acaba por relevar o peso da Armada, seja qual for a ameaça, visto que mesmo para uma defesa terrestre, é imprescindível assegurar a retaguarda, isto é, a defesa das costas e das rotas marítimas que suportam a defesa continental.²³⁹ O que significa que mesmo com vista a uma defesa continental, não pode Portugal descuidar a sua Armada, procurando com esta perspectiva relevar, seja em que situação for, a imprescindibilidade de dispor-se de uma forte Armada. Em boa medida, F. Pereira da Silva reconhecendo o hibridismo geopolítico e geoestratégico de Portugal,²⁴⁰ não quer, no entanto, deixar o flanco aberto a uma política que menorizasse o papel da Armada, e ao salientar a importância desta para o controlo das linhas marítimas de abastecimento e da defesa de costa, estava a matizar a preeminência da defesa continental terrestre. De facto, como saliente com força o autor, a escolha de uma política militar e de uma política naval não deve resultar de escolhas conjunturais, mas expressar realidades geopolíticas estruturais.²⁴¹ E assim se valorizava o papel da Armada, mesmo no caso de uma defesa continental.

²³⁶ Idem, pp. 5-6.

²³⁷ Idem, Ibidem, p. 10.

²³⁸ Idem, Ibidem, pp. 12-13.

²³⁹ Idem, Ibidem, p. 13.

²⁴⁰ Sobre esta realidade, veja-se mais à frente o capítulo 1.3.2.).

²⁴¹ Idem, Ibidem, p. 59.

Depois o autor retoma a sua visão, já conhecida, da guerra naval. Esta visa o controlo do mar, e o controlo do mar, na sua forma mais clássica é garantido através de grandes batalhas navais. O mar é conquistado destruindo a armada adversária.²⁴² É certo que F. Pereira da Silva apresenta depois três modos distintos de controlo do mar, mas em todos eles continua presente a ideia de batalha naval clássica e do domínio do mar através de uma grande batalha naval ou da possibilidade de uma grande batalha naval entre grandes armadas de navios de linha: a armada invencível que sendo tão forte nem precisa de destruir o adversário; a armada vitoriosa que após uma campanha impõe o seu domínio marítimo; a armada em expectativa que recusando a batalha, e assegurando a sua pervivência, condiciona o domínio marítimo-naval da sua inimiga.²⁴³ O autor reconhece ainda uma quarta hipótese, a de se considerar uma armada como capaz de contestar/disputar a outra o seu domínio num espaço localizado.²⁴⁴

A análise de F. Pereira da Silva está muito longe de ser despicienda, mostrando o amplo leque de possibilidades estratégicas que uma marinha de guerra poderia ter. Mas esta perspectiva é pensada tendo em conta uma disputa clássica de duelo naval entre duas armadas de navios de linha (não no sentido de uma conceptualização pura do conceito de batalha naval, independentemente do tipo de meios utilizados). Esta visão é perceptível na centralidade do duelo da batalha naval, como meio e fim do domínio do mar, não considerando a possibilidade de opor uma forma assimétrica²⁴⁵ de

²⁴² Idem, Ibidem, pp. 20 e 23.

²⁴³ Idem, Ibidem, pp. 22-23.

²⁴⁴ Idem, Ibidem, pp. 24-26.

²⁴⁵ Abel Cabral Couto observou um dia numa das suas aulas que toda a decisão no choque das armas e toda a supremacia alcançada num duelo estratégico derivava de um desequilíbrio, no fundo, de uma assimetria. Clausewitz, ironizava com os que julgavam que uma batalha era um duelo em que por momentos uns estavam em vantagem e noutros momentos estavam outros. Pelo contrário, o confronto mantinha-se num equilíbrio instável até um dos lados quebrar e a partir desse momento era-lhe impossível retomar o balanço. Cf. Karl Von Clausewitz, 1989 (1832), Vêem estas ideias a propósito da questão da denominada guerra assimétrica. De facto,

guerra e estratégia naval que sem garantir a possibilidade de domínio do mar inibisse o controlo do mar pelo adversário, ou impusesse uma disputa marítima segundo modalidades de acção estratégicas indirectas (na Estratégia Total ou na Estratégia Militar Geral).²⁴⁶ Na verdade, F. Pereira da Silva não estava sozinho na sua concepção clássica do poder naval. A ortodoxia acabaria por dominar o pensamento naval nos anos 30,²⁴⁷ desvalorizando-se então o poder aéreo e a eficácia dos submarinos, mas ela já era suficientemente forte em meados da década de 20. Para F. Pereira da Silva também o submarino deve ser desqualificado, visto que as condições políticas existentes inibiriam a sua livre acção.²⁴⁸

Segundo o autor, a guerra naval é expressão da cobiça e do comércio. A Grã-Bretanha utilizara o poder naval para destruir o comércio do inimigo.²⁴⁹ É uma percepção tipicamente *Mahaniana*, a de ligar o poder naval ao comércio. Com efeito, para Mahan, comércio (e marinha mercante), colónias e poder naval combinavam-se e combinaram-se para criar o Império Britânico. Todos os Estados que quisessem ascender ao

todo o embate é por natureza a busca da assimetria. É contudo útil distinguir entre dissimetria e assimetria. A dissimetria deriva de um desequilíbrio quantitativo ou qualitativo entre forças similares em meios humanos e materiais e em racionalidades. A assimetria resulta de um desequilíbrio produzido por forças que jogam com racionalidades e meios muito distintos, visando usar uma vulnerabilidade que o outro não conseguem cobrir, por questões materiais ou culturais-psicológicas. Sobre estas definições, Cf. Pascal Boniface, *Guerras de Amanhã*, Mem Martins, 2003 (2002), pp. 115-125. Nas guerras mundiais, predominou uma lógica dissimétrica. Com a Guerra Fria e as “lutas de libertação” emergiu uma lógica assimétrica.

²⁴⁶ F. Pereira da Silva considera contudo que para disputar o domínio do mar bastaria dispor-se de uma força composta por Cruzadores, Contra-Torpedeiros e submarinos, o que nos aproxima de uma visão assimétrica da guerra e da estratégia naval. Cf. o autor, 1924, p. 26. Trata-se de uma situação específica, onde apesar de tudo, os meios utilizados, com a excepção dos submarinos, são meios clássicos convencionais presentes nas grandes esquadras oceânicas e que no caso da disputa do oceano visariam confrontar-se com uma grande esquadra naval inimiga similar. Na prática, continua fundamentalmente presente o duelo entre duas grandes esquadras de linha. Além disso, esta dissimetricidade resulta não de uma escolha desejada, mas de a circunstância de um dos adversários estar em desvantagem, derivado dos seus limitados recursos materiais. Idem, p. 143.

²⁴⁷ Cf. Hervé Coutau-Bégarie, 1999, p. 518.

²⁴⁸ Cf. F. Pereira da Silva, 1924, p. 87.

²⁴⁹ Idem, p. 36, e de forma mais sistematizada nas pp. 121-122.

poder mundial deveriam por isso mimetizar o modelo britânico.²⁵⁰ É uma visão que era consistente nos séculos XVII e XVIII e caracterizava os impérios mercantis de então, mas que o mundo industrial superara de vez, fundamentando-se nas capacidades científico-tecnológicas e educativas de cada país.²⁵¹ Mas como saliente Adelino Torres, a visão que os teóricos do Império Português tinham ainda na primeira metade do século XX, traduzia o modelo setecentista mercantilista de relacionamento económico-comercial entre a metrópole e as colónias, respectivamente intercambiando produtos manufacturados e matérias primas.²⁵² Era este modelo,²⁵³ com algumas cambiantes de somenos importância que Mahan de certo modo seguia. Assim, é natural que F. Pereira da Silva o considerasse na sua análise sobre o poder naval e marítimo porque a visão *Mahanista* valorizava por demais o papel da Armada e do Império. Este modelo seria de novo utilizado pelo autor num texto da chamada “propaganda naval” no início dos anos 30, onde defenderia que a chave da hegemonia naval era a marinha devido ao papel do comércio e das comunicações.²⁵⁴ E a teoria geral de poder marítimo do autor é passível de encontrar-se em quase todos os textos escritos durante os anos 30.²⁵⁵ É decorrendo desta concepção

²⁵⁰ Cf. Margaret Tuttle Sprout, *Op. Cit.*, pp. 162-163. Cf. Philip Crowl, *Op. Cit.*, p. 455. Cf. Paul Kennedy, 1991, pp. 1-11.

²⁵¹ Sobre a crítica ao modelo Mahaniano, consequência das transformações geoeconómicas geradas pela disseminação pela Europa Ocidental e Central e os EUA da Revolução Industrial, Cf. Paul Kennedy, 1991, pp. 2 e 216-217. Também Margaret Tuttle Sprout, *Op. Cit.*, pp. 166 e 172.

²⁵² Cf. Adelino Torres, *O Império Português entre o Real e o Imaginário*, (s/l), (s/d), Veja-se a base da sua tese na introdução, pp. 38 e 41-46.

²⁵³ Seria o modelo do Acto Colonial de 1930 que geria as relações entre as colónias e a metrópole durante o Estado Novo até à Guerra Colonial. Cf. Fernando Rosas, 1994, pp. 288-290.

²⁵⁴ Cf. F. Pereira da Silva, “A política de segurança nacional”, *Propaganda da Marinha, ACMN*, Anexo aos Números 5/6, Maio/Junho 1930, pp. 108, 112 e 118-119. O autor tem mais uma conferência publicada na mesma obra onde defende as mesmas ideias. Cf. F. Pereira da Silva, “A Política Militar e Naval Portuguesa e a Influência dos Pactos e dos Acordos de Desarmamento na nossa directriz Política”, *Propaganda da Marinha, ACMN*, Anexo aos Números 5/6, Maio/Junho de 1930a, pp. 11, 13-14.

²⁵⁵ Veja-se por exemplo, Cf. F. Pereira da Silva, “A limitação dos armamentos navais – sua aplicação a Portugal”, *Revista Militar*, Nº 1/2, Janeiro/Fevereiro, pp. 3 e 5-6, onde o autor

geral que o autor salienta depois o papel central de Portugal como país colonial, garantido pela aliança com a Grã-Bretanha e pela diplomacia nacional.²⁵⁶ A lógica imperial do autor reflecte-se na sua visão da necessidade de só actuar militarmente nas colónias para debelar rebeliões indígenas, o que não obstante exigiria uma esquadra colonial.²⁵⁷

Para o autor, a principal ameaça visível é oriunda da Espanha.²⁵⁸ Não seria que face a esta situação F. Pereira da Silva teria de ceder à criação de um vasto exército terrestre em detrimento da marinha? Veremos que pelo contrário o autor acabaria por relevar a fundamental importância da Armada para a defesa continental de Portugal. A sua argumentação é simples mas precisa. Começa por salientar a situação geoestratégica de Portugal, com vastas fronteiras terrestres e marítimas, fronteiras terrestres que exigiriam um numeroso exército, que está extremamente condicionado pelos limitados recursos demográficos do país.²⁵⁹ Por seu turno, Portugal dispõe também de uma extensa fronteira marítima vulnerável a acções rápidas de carácter anfíbio, visto as costas estarem nas proximidades dos portos inimigos, ao mesmo tempo que o país depende de forma essencial dos abastecimentos vindos do exterior através das rotas e do comércio marítimo.²⁶⁰

São duas situações contraditórias, que o autor congutina para exprimir a sua visão da política de defesa. Para ele, a chave de Portugal é a

salienta que as causas das guerras entre as nações marítimas é resultante da disputa pelo tráfego, ou seja é produto da existência de capitais, colónias e navegação. A doutrina *Mahaniana* é também defendida num texto de 1935, que tem o valor de ter sido escrito com vista a uma conferência efectuada na Escola Central de Oficiais, e por conseguinte expressar a visão que o autor, e de certo modo a Armada tinha da defesa nacional. Neste conferência, Mahan é citado expressamente. Cf. F. Pereira da Silva, “Política Naval e Política Naval Nacional”, Boletim da escola Central de Oficiais, Nº 23/24/25, Julho, Agosto, Setembro de 1935, pp. 35.

²⁵⁶ Cf. F. Pereira da Silva, 1924, pp. 124-125.

²⁵⁷ Idem, pp. 129-131.

²⁵⁸ Idem, Ibidem, pp. 126-127.

²⁵⁹ Idem, Ibidem, pp. 131-132.

²⁶⁰ Idem, Ibidem, pp. 131-132.

capital,²⁶¹ chave da estratégia moderna (e nesse ponto comunga com Tasso de Miranda Cabral, Raul Esteves ou Júlio Botelho Moniz, Cf. *infra*). A queda de Lisboa seria catastrófica para a resistência nacional, na medida em que se perderia o centro político decisivo, o principal e quase único grande porto oceânico do país e a sua principal base naval. Toda a defesa deve concentrar-se na cobertura de Lisboa e do seu porto. Toda a defesa significa conglutinar o Exército e a Armada.²⁶² Isto significa que sem o afirmar claramente no texto, F. Pereira da Silva opta pela “defesa recuada” que caracterizava a estratégia de Sebastião Telles e que o principal teórico militar dos anos 20-30, Tasso de Miranda Cabral, condenava (Cf. *infra*). Na realidade, se a defesa devia concentrar-se na cobertura do principal porto, e dispunha de meios reduzidos, só lhe restava a “defesa recuada”, porque a defesa de Lisboa e do seu porto implicavam combinar uma defesa terrestre e naval. A perspectiva de F. Pereira da Silva seria contudo mais realista, como se verá, na medida em que considerava de forma mais acertada as reais possibilidades das forças terrestres do país.

A função da Armada seria a de contestar/disputar o mar próximo e as proximidades do porto de Lisboa ao potencial inimigo e aos seus meios navais. Esta função de contestação seria efectuada por um conjunto de flotilhas de navios de batalha, cruzadores ligeiros, contra-torpedeiros, submarinos e aviões que operariam em combinação. Não dispondo de recursos para construir navios de batalha, um país deveria concentrar o seu esforço naval na constituição de flotilhas de navios ligeiros, cruzadores, contra-torpedeiros, submarinos, aviões e lança-minas, com vista a efectuar incursões rápidas e devastadoras sobre a força inimiga, suas instalações e bases, e suas forças de batalha.²⁶³ Assim, segundo o autor, a Armada seria constituída por 3 módulos, um de navios de superfície, outro de meios

²⁶¹ Idem, *Ibidem*, p. 134.

²⁶² Idem, *Ibidem*, pp. 135 e 137.

²⁶³ Idem, *Ibidem*, pp. 141-144.

aéreos e o último de meios submersíveis.²⁶⁴ Os meios de superfície seriam compostos por uma força conjunta de cruzadores e contra-torpedeiros, procurando-se no total adquirir três cruzadores rápidos, três líderes de flotilha, cruzadores-torpedeiros, espécie de super contra-torpedeiros, e nove contra-torpedeiros. A estes poder-se-ia juntar quatro ou cinco cruzadores velhos para fins de serviço colonial. Seriam constituídas três flotilhas de submarinos com 4 navios cada, visando operar em acções de emboscada, principalmente visando aos comboios de assalto anfíbio de um potencial agressor. Quanto aos meios aéreos, seriam necessários adquirir meios de exploração, regulação de tiro e bombardeamento.²⁶⁵

O projecto de F. Pereira da Silva, nos seus termos gerais, seria posteriormente usado como base para o rearmamento naval dos anos 30, assente precisamente na combinação de cruzadores e contra-torpedeiros para a defesa naval da metrópole, conjuntamente com os submarinos e na constituição de avisos com vista a acção colonial.²⁶⁶ Saliente-se que o projecto de F. Pereira da Silva não foi só seguido em termos materiais símiles, como também na concepção estratégica geral. Ora essa visão estratégica assentava na disputa do controlo das águas territoriais e próximas de Portugal face a uma armada inimiga de superfície, antevista como sendo a espanhola, pelo que a esquadra prevista por F. Pereira da Silva era uma força anti-navio, para usar uma expressão actual, no qual mesmo a aviação e os submarinos estavam pensados para uma acção contra os meios de superfície do adversário. A sua assimetricidade²⁶⁷ resultava,

²⁶⁴ Idem, Ibidem, p. 145.

²⁶⁵ Idem, Ibidem, pp. 145-155.

²⁶⁶ Sobre as bases estratégicas e sobre o programa de rearmamento naval dos anos 30 veja-se mais à frente a parte II deste trabalho. Um autor com numerosos estudos sobre o projecto naval dos anos 30 é António Telo. O trabalho mais esboçado sobre o mesmo é Cf. o autor, 1999, pp. 336-346.

²⁶⁷ Na verdade, está-se a falar de um projecto dissimétrico na medida em que a esquadra prevista visava confrontar outra algo similar, talvez tão só mais forte por dispor de algum meio couraçado. Não obstante, o choque far-se-ia num confronto clássico entre navios de linha, sendo o submersíveis armas complementares à acção principal. Pelo contrário, as teorias de guerra

não de uma escolha deliberada, mas do reconhecimento que a fraqueza de recursos do país inibia a constituição de uma grande força de superfície oceânica assente em grandes navios de linha. Era o limite do possível para a constituição de uma força capaz de travar um duelo clássico naval.

A última participação de F. Pereira da Silva num governo terminou com o 28 de Maio de 1926. Apesar disso, não ficou queimado como “político”, tendo ainda sido nomeado subchefe de Estado Maior Naval. Passou à reserva em 1933.²⁶⁸ O resto da sua vida seria passado em parte na produção de textos e de conferências sobre o poder, a guerra e a estratégia naval. São desse período final, as duas conferências efectuadas para o projecto de Propaganda Naval²⁶⁹ que antecedeu a maciça aquisição de navios nos anos 30, e a composição da sua obra maior, mais de 400 páginas sobre “Política Internacional e Política naval”²⁷⁰ sem que contudo elas modifiquem o pensamento geral do autor sobre a poder naval e a política naval. A obra dos anos 30 não demonstra grande variação sobre os temas abordados nos anos 20, conservando-se a primazia da estratégia naval clássica como dominante, mesmo que com os cambiantes necessários à evolução do meios navais, mas optando sempre pela perspectiva mais conservadora. Há, no entanto, alguns aspectos relacionados com a política de defesa e a política naval que devem ser salientados, porque reflectem, não só o pensamento de F. Pereira da Silva, mas traduzem também às vezes, assim se julga, o estado de alma da Armada.

naval germânica centradas na arma submarina, visavam uma assimetria quase completa, na medida em que opunham a guerra de curso submarina, visando a usura da Grã-Bretanha, à sua hegemonia naval clássica. Cf. Phillippe Masson, Une Guerre Totale, 1939-1945, 1990, pp. 237-245.

²⁶⁸ Vejam-se as notas bibliográficas já referidas. Segundo uma, F. Pereira da Silva teria visto com complacência o 28 de Maio de 1926. Segundo outra, não teria hostilizado o novo regime. Respectivamente Cf. A.H. Oliveira Marques, Parlamentares e Ministros..., p. 401 e Enciclopédia..., p. 205.

²⁶⁹Cf. *Infra*.

²⁷⁰ Cf. F. Pereira da Silva, Política Internacional e Política Naval, Lisboa, 1935.

As obras efectuadas para a propaganda da marinha não trazem só uma visão *Mahaniana* da relação entre a marinha, o comércio e as colónias, mas também apresentam de forma muito interessante uma perspectiva do equilíbrio que devia haver entre o Exército e a Armada, na óptica do autor, mas que traduziria a concepção geral do seu Ramo. Segundo F. Pereira da Silva, o declínio nacional no século XIX teria feito perder o sentido histórico, dir-se-ia hoje, geohistórico de Portugal, expresso na moda de criar um exército continental, um exército de massas, com uma armada de cobertura da costa segundo o mesmo modelo de defesa territorial continental, um exército miliciano. Pelo contrário, a tradição “geohistórica” deveria ter levado à constituição de um exército pequeno, mas com elevada capacidade de projecção de poder, “expansivo” na expressão do autor, que tivesse preparado para expedições militares além-mar, para não acontecer que quando estas são necessárias se tenha de improvisar com os resultados defeituosos que se conhece.²⁷¹ É certo que o F. Pereira da Silva reconhece que os limitados recursos do país inviabilizam, pelo seu custo, um exército profissional, mas propõe que mantendo o recrutamento universal, se construa a partir deste, uma força militar o mais profissional e permanente possível.²⁷²

Este texto escrito num contexto específico, não podia contudo opor de forma mais evidente a perspectiva do Exército e da Armada no que respeita ao seu esforço militar. Enquanto para o Exército, como já se teve a oportunidade de observar, e será tratado posteriormente de forma ainda mais sistemática, a base da defesa estava na massificação da mobilização militar terrestre congregando centenas de milhares de soldados, para F. Pereira da Silva, sendo concerteza a visão de conjunto da Armada que ele expressava, a força militar terrestre devia ter um efectivo reduzido e uma

²⁷¹ Cf.F. Pereira da Silva , 1930a, pp 14-17.

²⁷² Idem, p. 17.

prontidão mais activa, com vista a constituição de forças expedicionárias que serviriam no exterior. Não deixa de ser importante salientar que o autor não trata da questão do papel do Exército em caso de invasão terrestre, mas já se viu como F. Pereira da Silva considerava a defesa continental de Portugal, cobrindo fundamentalmente Lisboa e o seu Porto, o que significava uma “defesa recuada”, que não exigiria tantos efectivos como a defesa de todo o território metropolitano (Cf. *Infra* e *Supra*, II Parte). Na prática, esta visão antagónica significava que entre o Exército e a Armada havia dois projectos opostos de defesa militar nacional.

De igual modo, quando o projecto naval da Armada começa a atrasar-se em meados dos anos 30, a pena de F. Pereira da Silva insurge-se contra o atraso do mesmo. Em 1936 já salientava a necessidade de consecução do projecto global da Armada,²⁷³ avisando em 1937 contra o atraso que parecia haver com a renovação das construções, havendo o perigo de que os últimos navios fossem entregues quando os primeiros recebidos já estivessem obsoletos.²⁷⁴ Neste último artigo, o autor defenderia que a Armada portuguesa deveria ser similar em dimensão à holandesa, visto ambos serem países com vastos impérios ultramarinos, o holandês muito mais povoado, e o português muito mais disperso.²⁷⁵ Esta ligação sempre presente em F. Pereira da Silva da relação entre o Império e a Armada mostra que ele conserva a sua veia *Mahanista*.²⁷⁶ É assim que considera que o poder naval britânico é superior ao norte-americano porque apesar de equivalentes em navios capitais, navios de linha couraçados, os primeiros dispõem de superioridade no número de bases e de um controlo

²⁷³ Cf. F. Pereira da Silva, “A evolução naval da Armada portuguesa nos últimos 70 anos”, *ACMN*, Nº 10 a 12, Outubro a Dezembro de 1936, p. 92.

²⁷⁴ Cf. F. Pereira da Silva, “O Poder Marítimo actual e seus reflexos”, *Revista Militar*, Nº 10, Outubro de 1937, pp. 710-712. Esta crítica já era contudo feita em 1935, Cf. o autor, 1935, p. 280.

²⁷⁵ *Idem*, 1937, pp. 708 e 714.

²⁷⁶ Veja-se como o autor descreve o nosso poder naval, uma combinação de tráfego marítimo, marinha mercante e Armada. Cf. F. Pereira da Silva, 1935, p. 292.

de rotas marítimas mais avantajado.²⁷⁷ Não deixa por seu turno de ser sintomático que o ingente diferencial de capacidade produtivo tecnológico, científico e industrial nem sequer fosse considerado nas contabilizações do autor. Ora, a economia industrial americana era três vezes a da Grã-Bretanha em 1937.²⁷⁸ O factor industrial seria decisivo como o fora durante a Grande Guerra, mas F. Pereira da Silva permanecia ancorado à visão setecentista da guerra naval e do poder político-estratégico.

Mas nem tudo era âncoras do passado. De forma inteligente, o autor reconhecia também alguns dos aspectos centrais da evolução do poder naval, sem que o levasse a desconsiderar a sua visão clássica da estratégia naval, mas obrigando-o a modificar-lhe alguns cambiantes. Um com influências importantes na guerra e na estratégia naval era a diminuição dos navios de linha couraçados das grandes armadas. Esta diminuição das unidades disponíveis significava que as super-grandes unidades só operariam em zonas estratégicas nevrálgicas, e jamais ou muito raramente em zonas periféricas, pelo que essas zonas seriam deixadas a unidades mais ligeiras de flotilhas de cruzadores ligeiros e contra-torpedeiros, o que revalorizava ainda mais a racionalidade do plano de rearmamento naval de Portugal, visto não ser credível que as águas portuguesas fossem consideradas de interesse estratégico essencial, tendo em conta as potenciais zonas de beligerância.²⁷⁹

²⁷⁷ Cf. F. Pereira da Silva, 1935, pp. 269-270. Esta análise decorria da concepção de poder naval de F. Pereira da Silva, no qual para além das armadas considerava dois outros componentes, as posições estratégicas nos quais se incluem as bases navais e o acesso e protecção das rotas marítimas. Idem, pp. 236 e 253.

²⁷⁸ Cf. Paul Kennedy, *Ascensão e Queda...*, 1º Vol., pp. 380-381.

²⁷⁹ Cf. F. Pereira da Silva, 1935, pp. 290-291. Veja-se também do Cf. autor, 1937, p. 720. Igualmente o artigo de Cf. F. Pereira da Silva, “A influência do poder naval na presente situação política”, *Revista Militar*, Nº 6, Junho de 1936, pp. 387-38 e 410-414. Em boa verdade só se consegue uma plena compreensão desta ideia do autor combinando os diversos artigos citados. No último artigo considera de notável “clarividência” a obra de Mahan *The influence of Sea Power in History* (veja-se a p. 381).

O navio de linha super-couraçado continuava contudo a ser para F. Pereira da Silva o navio decisivo da guerra e da estratégia naval, as armadas que diziam dispensá-lo, tão só camuflavam a falta de recursos para o adquirir.²⁸⁰ Por isso, instava o autor, era fundamental que Portugal equipasse a Armada com cruzadores, as únicas armas dotadas de capacidade ofensiva e capazes de cooperar com as frotas de grandes navios de linha couraçados.²⁸¹ No fundo, até ao fim, a despeito de alguns cambiantes, F. Pereira da Silva demonstrou-se um estratega classicista face ao poder naval, mas que exprimia também uma visão da realidade económica e histórica de antanho. No momento em que ameaçava eclodir a Segunda Guerra Mundial, em muitos aspectos F. Pereira da Silva continuava ancorado na tradição mercantilista-setecentista da guerra naval. Não era culpa de Portugal, nem deformação de visão própria,²⁸² mas reflexo da dificuldade que os homens têm muitas vezes para compreender as revoluções que lhes fazem tremer a existência, enquanto eles continuam a olhar o mundo com os olhos do passado.

1.2.2.) Alfredo Botelho de Sousa: Estratega Inovador

O Vice-Almirante Alfredo Botelho de Sousa (1880-1960) era um açoriano, que soube, talvez melhor que F. Pereira da Silva, adaptar-se aos tempos. Foi candidato a deputado nas constituintes de 1911 e Senador da I República até 1915. Sobreviveu à queda desta e chegou a ser nomeado procurador da Câmara Corporativa em 1935, cargo que não ocupou por se ter logo demitido.²⁸³ Durante a Segunda Guerra Mundial ocupou o cargo de

²⁸⁰ Cf. F. Pereira da Silva, 1937, p. 719-720. Ver também o artigo de Cf. o autor, 1932, p. 8.

²⁸¹ Idem, 1937, p. 717.

²⁸² Já se salientou como toda a teoria de Mahan estava ancorada na história desse período. Cf. infra.

²⁸³ Como já é recorrente não há dados biográficos organizados sobre A. Botelho de Sousa, pelo que se recorreu à Cf. “Botelho de Sousa (Alfredo)”, Grande Enciclopédia Portuguesa e

Major-General da Armada desde 1941 até à sua passagem à reserva em 1945,²⁸⁴ tendo dado instruções para que a Armada desenvolvesse a táctica da guerra anti-submarina e da guerra anti-aérea. A sua adaptabilidade a dois regimes parece também se expressar na visão teórica que constrói sobre a guerra e a estratégia naval mais atenta às transformações tecnológicas e à sua influência no poder naval.²⁸⁵ Não é que aposte sempre na evolução mais inovadora, e nos anos 30, retrai-se teoricamente um pouco aproximando-se das posições mais conservadoras tais como as tipifica F. Pereira da Silva. Contudo, face à demonstração da evolução/revolução da guerra e da estratégia naval, rapidamente busca adaptar-se às novas configurações do tempo. Tal como com o autor anterior, buscar-se-á analisar a evolução de A. Botelho de Sousa desde o fim da Grande Guerra até à eclosão da Guerra Fria, visto os últimos dos seus escritos datarem do período inicial desta.

Não podia ser mais antitética a análise que A. Botelho de Sousa e F. Pereira da Silva fazem sobre as consequências da Grande Guerra na guerra e na estratégia naval. Enquanto para F. Pereira da Silva a Grande Guerra confirmou as asserções *Mahanianas*, para A. Botelho de Sousa, as minas e os submarinos cercearam a liberdade de acção das grandes armadas, fixadas aos portos/bases, só saindo com forte cobertura dos contra-torpedeiros e draga minas com vista a operações específicas.²⁸⁶ Para o autor, o poder do mar (o autor pensa na Grã-Bretanha e na Entente) foi fortemente matizado pelas novas armas, principalmente pelo submarino, que não só inibiu o uso da sua poderosa força naval de

Brasileira, (s/l), (s/d), 2º Vol., p. 981 e à Cf. A. H. Oliveira Marques, Parlamentares e Ministros..., p. 415.

²⁸⁴ Para se completar de alguma forma a sua biografia consultou-se também o processo individual de A. Botelho de Sousa no Arquivo Geral da Marinha (AGM), Caixa 1492.

²⁸⁵ A que não seria alheio o facto de ter cursado Engenharia Eléctrica na *Institution of Electric Engineers* em Londres. Cf. A. H. Oliveira Marques, Parlamentares e Ministros..., p. 415.

²⁸⁶ Cf. A. Botelho de Sousa, “A Grande Guerra e a Composição futura das Armadas”, ACMN, Nº 12, Dezembro de 1919, pp. 579-580.

superfície, como lhe fez sofrer um fortíssimo contra-bloqueio.²⁸⁷ Não obstante, o submarino tem as suas limitações, não podendo dominar positivamente o mar, mas tão só de forma negativa, ou seja, o de negar o uso do mar ao adversário, sem disponibilizar no entanto os recursos e ligações extra-continentais que o utilização do mar favorece.²⁸⁸ A emergência da arma submarina obrigaria a reformulação do contra-torpedeiro como escoltador imprescindível à cobertura das grandes armadas e como navio anti-submarino.²⁸⁹ Outra arma decisiva no futuro seria a aviação que expulsaria o couraçado do mar, e permitiria ataques mar-terra em profundidade.²⁹⁰ Para se confrontar com essa ameaça, o navio de linha couraçado teria de sofrer uma verdadeira revolução tecnológica e ser dotado de uma carapaça blindada envolvente que o defendesse de ataques tridimensionais, subaquáticos, de superfície e aéreos.²⁹¹ Quanto aos torpedeiros, a sua eficiência foi confirmada, principalmente em operações em águas fechadas com vista a incursões rápidas e mortíferas.²⁹² A interpretação do autor sobre a guerra e a estratégia naval na Grande Guerra traduz uma perspectiva de profunda mutação/transformação do duelo entre armadas no mar, da guerra naval e das consequências político-estratégicas, relevando-se a sua abrangência teórica, alargada às diversas modalidades de acção naval que aconteceram durante o conflito. Em boa medida, neste pequeno artigo expressa-se o triunfo de uma forma de guerra que teria a sua definitiva assumpção com a Segunda Guerra Mundial.

A grande mutação foi o efeito da guerra submarina na visão que se tinha da guerra naval em geral. O submarino questionou de facto a concepção clássica de domínio do mar pela derrota da Armada inimiga,

²⁸⁷ Idem, p. 580-581.

²⁸⁸ Idem, Ibidem, pp. 584-585.

²⁸⁹ Idem, Ibidem, p. 581 e 592.

²⁹⁰ Idem, Ibidem, p. 590.

²⁹¹ Idem, Ibidem, p. 590.

²⁹² Idem, Ibidem, p. 582.

segunda a perspectiva clássica da estratégia naval.²⁹³ Agora, mesmo com a Armada inimiga encurralada e inibida de agir, como aconteceu com a Armada de Alto Mar alemã, já não era seguro que se controlasse o oceano, na medida em que o submarino podia negar o seu aproveitamento em prol de quem controlava, na superfície, as rotas marítimas. Esta realidade obrigava a repensar o conceito de domínio do mar e de controlo do mar, assim como as modalidades estratégicas e operacionais para o seu uso. Mas o submarino reflectia a profunda transformação da lógica e da racionalidade da guerra e da estratégia naval desmultiplicada em múltiplas acções, todas fundamentais para a consecução do domínio do mar, mas cada uma distinta relativamente à outra. A organização de uma esquadra de batalha continuava a ter importância, mas as operações de uma armada não podiam ser única e exclusivamente pensadas visando a batalha naval decisiva segundo o modelo *Mahaniano-Nelsoniano*,²⁹⁴ tendo de se

²⁹³ A superioridade britânica em 1914 inibiu quase completamente a acção da Armada de Alto Mar alemã, e neste sentido, assegurou à Grã-Bretanha e aos aliados o domínio efectivo do oceano, visto que face à esquadra germânica paralisada nos portos, as rotas marítimas puderam ser utilizadas em proveito das potências da *Entente*. Era uma forma, entre outras, de domínio naval, que não podendo facilmente destruir a armada inimiga, podia paralisá-la de tal modo que ela se tornaria um instrumento estratégico inútil. Em si, este modo de agir não negava, só confirmava o *Mahanismo*, que era a tradução da guerra e da estratégia naval clássica. O problema, foi que o submarino veio modificar a equação completamente, visto ser impossível a uma armada clássica condicionar a sua acção. A acção do submarino só poderia ser travada com custos imensamente superiores ao dispêndio de meios do actor estratégico que usava a arma submarina. Com esta podia devastar o esforço de guerra do inimigo, ao ponto de ter quase feito soçobrar a Grã-Bretanha nos dois conflitos mundiais, só impedido pelo quantidade exponencial de navios mercantes e de meios anti-submarinos que os EUA puderam empenhar nessa luta (ou seja, da capacidade produtiva-tecnológica). Sobre este assunto tão vasto vejam-se por exemplo Cf. Paul Kennedy, 1991, pp. 286-287, 290-308 e 357-363, e Philippe Masson, *Op. Cit.*, pp. 234-235 e 238-245. Também, Cf. Theodore Ropp, “Doutrines continentales de la puissance maritime”, in Edward Mead Earle, dir., *Maîtres de la Stratégie*, Paris, 1980 (1943), pp. 194-198, 200-201, 203-209.

²⁹⁴ É talvez aqui útil fazer uma salvaguarda quanto ao modelo estratégico clássico proposto por F. Pereira da Silva. O seu apostolado por uma estratégia naval clássica de duelo naval com o choque entre armadas que decidisse a contenda no mar não estava errada, nem era teoricamente inconsequente. O problema de F. Pereira da Silva é o de submeter a teoria geral a uma arma central, o navio de linha, ou seja, o de subordinar a noção de domínio naval à batalha naval clássica entre navios de linha, quando, pela multiplicação de armas navais e resultando das condicionantes geoestratégicas, a racionalidade da estratégia naval se desmultiplicou em múltiplas possibilidades e variantes. O caso é demonstrável pela Segunda Guerra Mundial. O Japão, uma ilha, travou um embate *Mahaniano* clássico com os EUA, onde as grande esquadras,

considerar outro tipo de ameaças muito graves como os meios aéreos e submarinos.

No início dos anos 30, a perspectiva de A. Botelho de Sousa sobre as transformações da guerra e da estratégia naval tinha-se modificado para se aproximar mais da visão clássica e *Mahaniana* do poder naval. Em 1930 A. Botelho de Sousa publica dois artigos, uma obra única dividida por dois números dos ACMN onde analisa em profundidade o poder marítimo e naval, miscigenado num todo perspectivas arcaicas e extremamente inovadoras da guerra e da estratégia marítimo-naval. Aparece pela primeira vez uma tentativa de relacionar directamente a política e a Estratégia, e não por intermédio de um terceiro elemento político, a política naval. A política era para o autor a ciência do Estado, a Estratégia é a ciência que define os objectivos militares. O seu terreno comum é a guerra.²⁹⁵ A política e a Estratégia e seus actores têm de aprender a conciliar as necessidades e as realidades. A política naval é o sistema de princípios que regem o desenvolvimento e a organização de uma armada,²⁹⁶ dimanando da política. A força da política de defesa dimana por seu turno do poder das Forças Armadas de um dado país.²⁹⁷ A Armada é a força mais eficaz em tempo de paz para demonstrar o poder militar.²⁹⁸

tendo por base o Porta-Aviões, travaram uma série de duelos navais entre grandes frotas. Pelo contrário, a Alemanha, potência ancorada continentalmente na Europa, travou basicamente uma guerra submarina, ao qual os aliados responderam com uma guerra anti-submarina assente na capacidade produtiva-tecnológica que decidiu a contenda no Atlântico. Para uma síntese sobre as guerras navais durante a Segunda Guerra Mundial, veja-se por exemplo Cf. John Keegan, dir., *Atlas of the Second World War*, Londres, 1989, pp. 48-49, 68-69, 88-89, 96-97, 108-109, 118-123, 136-137, 141-143, 164-169, 194-195.

²⁹⁵ Veja-se contudo, como o eixo axial da relação entre a política e a Estratégia é a guerra, segundo os padrões que já se detectou para o período. Preparar a guerra e fazer a guerra era ainda o problema central do aparelho político de defesa nacional. Sobre o assunto, a Introdução Metodológico-teórica.

²⁹⁶ Cf. A. Botelho de Sousa, “Política Naval Nacional: Necessidades e Vantagem em defini-la.”, ACMN, Nº 7/8, Julho e Agosto de 1930, pp. 94 e 98.

²⁹⁷ Idem, pp. 91 e 95.

²⁹⁸ Idem, Ibidem, pp. 95-96.

O texto não é contudo completamente clarificante, sem alguma exegese. A política é a chave da governabilidade do Estado, surgindo a estratégia como enquadradora da relação do Estado com a guerra. No entanto, a política naval dimana da política, e não da Estratégia, como seria de esperar. A Armada é um óptimo instrumento de exibição de poder em tempo de paz. É nesta última frase que se compreende toda a lógica do pensamento do autor. A política naval opera em tempo de paz e de guerra, enquanto a Estratégia é uma realidade da guerra, pelo que a política naval não pode dimanar da Estratégia visto perpassar a guerra e a paz. Em caso de guerra, pode-se depreender da teoria do autor, visto este não o expressar directamente, a Estratégia subordina a política naval. É inovador fazer ascender a Estratégia a um nível hierárquico superior relacionando-a directamente com a política, o que permitira alargar o seu âmbito e os seus instrumentos de acção para lá do factor militar, o que A. Botelho de Sousa acaba por não conseguir fazer, visto que considerando a relação da Estratégia com a política como resultante da guerra, acaba por reduzi-la de novo ao domínio militar. De facto, para o autor, a conflitualidade entre os Estados não é sinónimo de guerra, nem significa tão só violência pura. A conflitualidade entre os Estados pode ser dirimida, ou pela diplomacia, na paz, ou então, pela guerra,²⁹⁹ onde a Estratégia se liga directamente à política. A hierarquização superior da Estratégia contém, não obstante, uma grande virtualidade, na possibilidade de conceptualizar a unidade da política de defesa integrando num todo as políticas sectoriais, a política naval, a política militar e a política aérea.³⁰⁰ O plano de guerra deve conduzir as operações navais, aéreas e terrestres de forma harmónica, conceptual e empiricamente coordenadas e integradas.³⁰¹

²⁹⁹ Idem, Ibidem, p. 93.

³⁰⁰ Idem, Ibidem, p. 93.

³⁰¹ Cf. A. Botelho de Sousa, “Política Naval Nacional: Necessidade e Vantagem em defini-la”, ACMN, N.º9/10, Setembro/Outubro de 1930a, pp. 138-139.

Fica por salientar que a ideia do superior valor da Armada como instrumento de exibição de poder e afirmação nacional em tempo de paz é *Mahaniana*, tendo sido Mahan um dos primeiros teorizadores da função demonstrativa do poder naval em tempo de paz.³⁰² Assim, tal como F. Pereira da Silva, também A. Botelho de Sousa parece ter sido influenciado pela teoria marítimo-naval de Mahan. Para o autor, o poder marítimo é a expressão do trinómio marinha mercante, armada, bases. A inter-relação marinha mercante-armada e comércio-colónias é o fundamento do poder marítimo e do poder naval. As indústrias nacionais exportam para as colónias enquanto estas fornecem matérias primas.³⁰³ ³⁰⁴ Esta estrutura global é tipicamente *Mahaniana*. Também para Mahan, o poder marítimo, do qual emanava o mais forte poder naval, tinha na base o trinómio marinha mercante, armada, comércio/colónias.³⁰⁵ Havia uma evidente vantagem para a Armada portuguesa em defender esta visão global da relação entre o poder marítimo e as colónias, que se deveria traduzir na primazia do factor naval na política de defesa do país. No fundo, o *Mahanismo* era um legitimador da primazia militar da Armada, o que facilitava a sua difusão no meio naval.

Uma potência colonial precisa de uma armada que assegure as ligações entre a metrópole e as colónias.³⁰⁶ Mas só após se prover a defesa das águas metropolitanas e do oceano próximo se pode considerar a defesa

³⁰² Cf. Bruno Colson, *La Culture Stratégique Americaine, l'influence de Jomini*, Paris, 1993, pp. 198 e 202.

³⁰³ Cf. A. Botelho de Sousa, 1930, pp. 110-113 e 115.

³⁰⁴ Modelo que esteve na base do Acto Colonial e a da política colonial do Salazarismo. Cf. Fernando Rosas, *O Estado Novo nos Anos 30 (1928-1938)*, Lisboa, 1986, pp. 85-87. Segundo o autor, as colónias funcionavam como amortecedor para as debilidades do mercado interno metropolitano, funcionando como escoador de productos manufacturados e agrícolas continentais e como instrumento de agregação e entendimento entre as burguesias industriais, financeiras e agrárias.

³⁰⁵ Já foi feita referência a doutrina *Mahaniana* aquando do estudo de F. Pereira da Silva. De igual modo também se fez a crítica da sua teoria, não só tendo em conta as novas realidades industriais, mas também as concepções coloniais nacionais nos anos 30. Cf. infra.

³⁰⁶ Cf. A. Botelho de Sousa, 1930a, p. 136.

das ligações entre o centro (metrópole) e as colónias.³⁰⁷ Cabe adaptar as forças navais aos objectivos e ao inimigo, provendo a política os recursos que as permitam desenvolver, potenciando os militares o melhor uso possível dos meios que lhe foram entregues.³⁰⁸ Portugal, não podia, no entanto, ombrear com as grandes armadas do mundo, limitados como eram os seus recursos económicos. As nações pequenas, dizia A. Botelho de Sousa, deviam potenciar a qualidade e o valor das armas mais ligeiras. Os povos latinos seriam favorecidos no uso das armas mais ligeiras e nas acções de surpresa, porque mais adaptadas às qualidades da raça.³⁰⁹

Entre 1931 e 1932, numa obra composta por cinco artigos publicados nos ACMN, A. Botelho de Sousa aprofunda mais a temática do poder naval, reforçando algumas das ideias já expostas nos artigos de 1930. A guerra em larga escala implica a unidade estratégica das forças navais, aéreas e terrestres.³¹⁰ Nesse contexto, a função e os objectivos de uma armada devem ser a protecção das linhas de comunicação e assegurar a liberdade de comércio, vital para qualquer nação marítima.³¹¹ Mas a decisão naval definitiva ainda era produto da batalha naval, da destruição da armada do inimigo, a partir do qual se poderia passar aos objectivos ulteriores.³¹² Esta situação significava que o controlo do mar ainda dependia do poder naval de superfície.³¹³ Domínio do mar que significa a liberdade do seu uso.³¹⁴ Mas domínio do mar que os novos meios aéreos e submarinos vieram condicionar, dificultar e negar de forma muito mais intensa. A aviação e os submarinos negaram o bloqueio clássico e

³⁰⁷ Idem, p. 136.

³⁰⁸ Idem, Ibidem, pp. 139-141.

³⁰⁹ Cf. A. Botelho de Sousa, 1930, p. 107.

³¹⁰ Cf. A. Botelho de Sousa, “As novas formas de guerra naval e a futura composição das marinhas”, ACMN, N°3/4, Março/Abril de 1931, p. 72.

³¹¹ Idem, pp. 85-86.

³¹² Idem, Ibidem, p. 88.

³¹³ Cf. A. Botelho de Sousa, “As novas formas da guerra naval e a futura composição das marinhas”, ACMN, N° 5/6, Maio/Junho de 1931a, p. 42.

³¹⁴ Idem, p. 44.

matizaram a noção de domínio do mar.³¹⁵ Já não é possível bloquear os portos, tão só vigiar e interceptar linhas de comunicação.³¹⁶ O submarino por seu turno permite negar o mar ao inimigo, se bem que o não possa controlar.³¹⁷

A perspectiva teórica que emerge do texto é de um classicismo estratégico matizado. O domínio do mar é fruto do poder naval de superfície, mas este está muito mais condicionado, derivado de as novas armas de guerra/estratégia aérea e submarina que dificultam de forma muito pesada as suas possibilidades. Este conjunto de ideias teriam plena confirmação na Segunda Guerra Mundial, na medida em que, apesar da superioridade naval da Grã-Bretanha e dos EUA, os submarinos alemães demonstraram ser um poderoso instrumento de constrangimento da sua liberdade de acção marítimo-naval até meados de 1943.³¹⁸ Na realidade, a concepção teórica de A. Botelho de Sousa surge como capaz de entender de forma mais profunda e abrangente a evolução do poder naval face às mutações tecnológicas da primeira metade do século XX. Abrangência que também se traduz numa maior amplidão na concepção dos objectivos da guerra naval, ao salientar que a batalha não é um fim em si mesmo, mas um “meio estratégico”³¹⁹ para coagir o adversário. Neste ponto, a tese do autor aproxima-se da construção teórica de Julian Corbett, que aplicara a teoria de Clausewitz à guerra e à estratégia naval.³²⁰ Para Corbett, a batalha não era um fim em si mesmo, mas um meio para atingir o fim político, sendo o

³¹⁵ Idem, Ibidem, p. 42.

³¹⁶ Idem, Ibidem, p. 64.

³¹⁷ Idem, Ibidem, pp. 64-65.

³¹⁸ Em Maio de 1943, numa série de recontros navais entre os comboios e os submarinos, os aliados averberaram uma grande vitória ao destruir numerosos navios alemães para perdas insignificantes de navios mercantes. As batalhas de Maio de 1943 são consideradas como um momento decisivo da Batalha do Atlântico, assegurando em definitivo o domínio absoluto dos mares pelos aliados. Vejam-se para uma análise mais detalhada das batalhas de Maio de 1943 as obras de Eddy Bauer e Phillipe Masson citadas na bibliografia final.

³¹⁹ Cf. A. Botelho de Sousa, “As novas formas da guerra naval e a futura composição das armadas”, *ACMN*, N°1/2, Janeiro/Fevereiro de 1932, p. 24.

³²⁰ Sobre Julian S. Corbett, Cf. Hervé Coutau-Bégarie, 1999, p. 516

controlo do mar, tão só o domínio efectivo das linhas de comunicações. Ora, para A. Botelho de Sousa, a função primordial das armadas, mais não é que o assegurar das comunicações que permitam realizar os objectivos ulteriores, a independência comercial.³²¹ O autor combina assim uma veia *Mahaniana* com outras fontes do pensamento do poder naval, permitindo uma mais larga abrangência da sua teoria da guerra e da estratégia naval.

A análise global que A. Botelho de Sousa constrói permite-lhe no final da obra definir o modelo de equipamento das futuras armadas. Começa por considerar que as armadas do futuro serão mais diferenciadas em termos de meios, que as do passado, adaptadas às situações geoestratégicas, às capacidades do provável inimigo e às possibilidades geradas pelos seus recursos.³²² O autor apresenta então as duas teses em voga no início dos anos 30, uma que considera ainda o navio de linha couraçado, adaptado a guerra anti-submarina e anti-aérea como o centro e a arma decisiva da guerra naval, outra que valoriza as forças mais ligeiras, cruzadores ligeiros, contra-torpedeiros e submarinos para travar uma guerra pelas linhas de comunicação.³²³ A. Botelho de Sousa não parece optar directamente por nenhuma, contudo pressente-se no seu texto que o valor do navio de linha couraçado não deve ser desmerecido. Teria sempre de haver um navio pesado e dotado de poder ofensivo que ocupe a testa das unidades mais ligeiras, que se possa empregar a fundo, o que o cruzador ligeiro e pouco blindado não pode fazer. A ideia de fundamentar as armadas em cruzadores pesados fortemente blindados como substituto dos navios de linha couraçados não parece ao autor que reflecta uma efectiva mudança, visto um cruzador pesado blindado ser na prática um navio de

³²¹ Cf. A. Botelho de Sousa, 1932, p. 35.

³²² Cf. A. Botelho de Sousa, “As novas formas da Guerra naval e a futura composição das marinhas”, *ACMN*, N°3/4, Março/Abril de 1932a, pp. 47-49.

³²³ *Idem*, pp. 52-55 e 58-62.

linha couraçado com outro nome, e talvez, tão só, com maior autonomia.³²⁴ Assim, A. Botelho de Sousa parece optar pela tradição, de forma matizada, no fundo, de acordo com a lógica do seu pensamento nos anos 30.

A segunda Guerra Mundial obriga-o contudo a modificar radicalmente a sua visão de antes da guerra. Só num ponto, a sua visão de antes da guerra se revelou acertada e se acentuou. A guerra naval tornou-se uma guerra pelo controlo das comunicações, derivado da importância cada vez mais decisiva da logística.³²⁵ ³²⁶Esta evolução teve um efeito político colossal, visto que face à dimensão de recursos necessários para a guerra, em caso de corrida aos armamentos, as nações organizar-se-ão em grandes grupos defensivos.³²⁷ A guerra naval ganhou um carácter aeronaval, anfíbio e trifíbio, onde a aviação teve e terá um papel primordial. O poder marítimo é a combinação do poder aéreo e do poder naval.³²⁸

De facto, com a Segunda Guerra Mundial toma-se consciência de que o poder aéreo é um unificador de estratégias. As antigas estratégias marítimo-naval e terrestre são unificadas pelo factor aéreo que interpenetrando e inter-relacionando os espaços onde cada uma operava independentemente, força à consecução de uma Estratégia Geral (Militar) dos três ramos, visto que pelo seu alcance e poder destrutivo, o avião pode facilmente perpassar o meio terrestre e naval e operar em profundidade em ambos.³²⁹ De facto, quer na campanha naval do pacífico, onde o porta-aviões se tornou a arma estratégico-operacional decisiva, quer na campanha

³²⁴ Idem, pp. 68 e seguintes.

³²⁵ Cf. A. Botelho de Sousa, “O futuro das Forças Armadas perante a evolução do material bélico e a organização mundial para a paz”, *ACMN*, Nº 11/12, Novembro/Dezembro de 1945, p. 561.

³²⁶ O que significa que a logística deixa de ser um mero problema administrativo para se tornar um problema estratégico, resultante da eficácia da força bélica depender dos meios industriais e tecnológicos e por conseguinte, estes se tornarem num eixo da eficácia militar. Desta consequência emerge a Estratégia dos Meios ou a Estratégia Genética e a Estratégia Estrutural.

³²⁷ Cf. A. Botelho de Sousa, 1945, p. 558.

³²⁸ Idem, *Ibidem*, pp. 562-563.

³²⁹ Cf. Hervé Coutau-Bégarie, 1999, pp. 829-831.

anti-submarina no Atlântico onde o avião teve um papel primordial na luta anti-submarina, o aviação tornou-se uma arma omnipresente no poder naval.³³⁰

Mais interessante é a reflexão que A. Botelho de Sousa faz sobre a arma atómica. Esta transfigura completamente a guerra e impõe uma radical modificação na concepção estratégica e na condução da guerra. A arma atómica supera todas as possibilidades de defesa e impõe a paz à humanidade.³³¹ O autor questiona no entanto a viabilidade do fim da guerra, visto não acreditar que esta deixe de haver. Para ele, a guerra visa sempre objectivos viáveis, facto que delimitaria o uso das armas atómicas, e obrigaria ao desenvolvimento de armamento convencional.³³² Esta perspectiva não deixa de ser notável antevisão do futuro. A ameaça nuclear, mesmo sendo devastadora, não inibiria a guerra, como a Guerra Fria acabaria por tão bem demonstrar. Contudo, a arma nuclear e a Segunda Guerra Mundial em geral impunham a necessidade de modificar as estruturas superiores de direcção de guerra, principalmente para enfrentar a integração das estratégias militares. Era o problema da “fusão” das Forças Armadas. A. Botelho de Sousa considera que essa realidade é impositiva, face à necessidade de “aumentar ainda mais a coordenação dos diferentes elementos de acção, a sua flexibilidade e estado de prontidão, mas a real unidade deve ser procurada numa instrução inter-serviços, com uma integração no vértice, remetendo para plano secundário a fusão das forças.

³³⁰ O papel do porta-aviões na campanha do pacífico é por demais conhecido. A importância da aviação na campanha do Atlântico é muito menos reconhecida, contudo na função de reconhecimento e na função de defesa anti-submarina, quer nos comboios, quer no ataque aos submarinos em deslocação para a zona de operações, o avião teve um papel decisivo e a campanha anti-submarina aliada não teria sido tão bem sucedida sem o apoio aéreo, que por seu turno faltou à *Kriegsmarine* e foi um dos elementos chave para o menor sucesso operacional dos submarinos alemães. Sobre as campanhas navais do pacífico e do Atlântico há uma imensa bibliografia. Sobre o assunto, por exemplo, Cf. na Bibliografia final as obras de Paul Kennedy, Philippe Masson, Jeremy Black e Eddy Bauer.

³³¹ Cf. A Botelho de Sousa, 1945, pp. 568-569.

³³² Idem, pp. 581-582.

O que é relevante é o comando combinado das forças de terra, mar e ar, e não uma suposta fusão absoluta das três forças numa única estrutura.³³³ Era uma resposta avançada à criação de uma estrutura integrada das Forças Armadas. Esta seria aceitável, conquanto a autonomia e independência da Armada fosse salvaguardada.

Nos textos efectuados nos anos subsequentes, a temática da fusão das Forças Armadas torna-se dominante, conquanto reconhecendo a imprescindível necessidade de unidade de comando e de combinação das operações, tendo a estratégia militar tornado-se trifíbia, inter-relacionando o mar, a terra e o ar, o fundamental é que não haja desconhecimento entre os três ramos, nem compartimentos estanques, e se afirme o princípio da coordenação.³³⁴ Esta tendência à coordenação e à fusão das Forças Armadas tinha também um corolário político-estratégico, de que a criação da OTAN era a expressão, que era a imposição de uma coordenação da defesa a níveis supra-estatais. Esta evolução começou com a criação de um único ministério da defesa em cada país, e depois, derivado da experiência da II Guerra Mundial, com a concordância na organização de uma defesa conjunta e combinada entre as diversas nações de uma aliança.³³⁵ Seria talvez a prova da adaptabilidade teórica de A. Botelho de Sousa. E não só, também da sua adaptabilidade política, podendo lançar-se a hipótese de que o texto de 1951, e talvez já os anteriores, traduzissem a necessária propaganda à legitimação da criação de um Ministério da Defesa.³³⁶

Seja como for, à falta de conclusões mais seguras, fica-nos a perspectiva de A. Botelho de Sousa, salientando-se desde já, que a sua

³³³ Cf. A. Botelho de Sousa, “o futuro das Forças Armadas perante a recente evolução do material bélico e organização mundial para a paz”, ACMN, Nº 1/2, Janeiro/Fevereiro de 1946, p. 17.

³³⁴ Cf. A. Botelho de Sousa, “Coordenação das Forças Armadas”, Revista Militar, Nº 6, Junho de 1947, pp. 343-344.

³³⁵ Cf. A. Botelho de Sousa, “A evolução da coordenação das forças militares”, Revista Militar, Nº 5, Maio de 1951, pp. 261-262.

³³⁶ A problemática da criação do Ministério da Defesa será desenvolvida na II parte deste trabalho.

argumentação se legitimava na profunda mutação gerada na guerra e na Estratégia pela Segunda Guerra Mundial, acentuando os processos de combinação, de integração e inter-relação das forças militares e das armas que justificavam estratégica e operacionalmente a necessidade de “fusão” dos ramos.³³⁷ Esta pugnação reflectia igualmente a obra toda de A. Botelho de Sousa, sempre atenta às inovações produzidas pela transformação da guerra e da Estratégia.

1.2.3) Manuel Pereira Crespo ³³⁸: A Experiência da OTAN

A OTAN é uma forma de aliança inovadora para Portugal, na medida em que tem reflexos não só políticos-estratégicos, mas também operacionais-táticos dotados de permanência e, adentro de um conflito, de uma dada Ambiência Agónica, fora da guerra no sentido literal, puro e duro

³³⁷ As guerras industriais e tecnológicas criam nas Forças Armadas, tal como na sociedade em geral, um fenómeno contraditório, na medida em que pela sofisticação dos meios e das tecnologias, se produziu uma segmentação e especialização cada vez mais vincada no conjunto da acção militar ou das actividades profissionais com ela relacionadas, nomeadamente com a multiplicação dos Ramos e das Armas e Serviços. As guerras mundiais viram assim surgir um novo Ramo, a Força Aérea, para além de aumentarem exponencialmente os serviços, confirmado pela multiplicação das forças não combatentes, por oposição às combatentes, derivado em boa parte também da segmentação dos Ramos em mais Armas ou na composição das mesmas (mesmo quando se conservavam as tradicionais Cavalaria, Artilharia e Infantaria, aumentavam as especialidades dentro delas). Por volta de 1944/1945, os elementos combatentes representavam cerca de metade ou menos de metade da força total de um exército, entre 55% a 38% respectivamente na *Heer*(Alemanha) e no *USArmy*. Sobre este assunto, Cf. Michael Howard, *War in European History*, Oxford, 1977 (1976), pp. 133-134, e Cf. Martin Van Creveld, *Fighting Power, German and US Army performance, 1939-1945*, Westport, 1982, pp. 58-59. Apesar da maior especialização e segmentação, a importância real da unidade de acção da força militar, obriga e exige por sua vez uma maior interconecção e integração, ou seja, a segmentação cohabita com a interligação, explicando isso, a cada vez mais importante e decisiva dimensão da comunicação e da informação na acção militar. O fenómeno, apesar de exacerbado pela *Revolution in Military Affairs*, não é novo, e já marcou decisivamente a I e II Guerras Mundiais. Sobre a lógica da comunicação e da interconectividade, Cf. as obras de Laurent Murawiec, Alvin Toffler ou Martin Van Creveld já citadas anteriormente e apresentadas na Bibliografia final. Derivado da atraso nacional e do seu reflexo na estruturação da força armada portuguesa, a importância da interconectividade e interligação só se tornou premente nas concepções lusas com o impacto da II Guerra Mundial, a despeito de na década de 30 alguns já terem propugnado pela criação de um Ministério da Defesa Nacional.

³³⁸ Foi detectada uma pequena nota biográfica na *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, Actualização*, 3º Vol., Lisboa-Rio de Janeiro, (s/d), p. 541.

do termo (que desde a Guerra Fria se poderia denominar de guerra quente). Com a OTAN, a preparação da força militar de um país membro deixou de se fazer autonomamente, para ser desenvolvida tendo em conta as necessidades do conjunto dos membros da aliança, e com contínuos intercâmbios de conceptualizações teóricas e experiências práticas. A obra teórica de M. Pereira Crespo é uma expressão da renovação teórica e prática trazida pela OTAN nos anos cinquenta. Ela traduz também as limitações dessa própria aprendizagem, produto quer das inércias geradas pelas estruturas militares portuguesas, quer pelas próprias limitações conceptuais sobre a guerra futura dos diversos membros da aliança. A obra teórica de M. Pereira Crespo traduz, como quase toda a teoria naval da OTAN durante a guerra Fria, o peso da experiência da guerra naval no Atlântico durante a Segunda Guerra Mundial. Mas não só, o estudo da experiência da Segunda Guerra Mundial também incidia sobre a campanha do Pacífico, isto é, sobre a guerra aero-naval, e seus efeitos num futuro conflito mundial. Efectuar-se-á tão só um estudo de alguma da obra produzida por M. Pereira Crespo nos anos 50, procurando relevar os elementos centrais que constituem uma teoria geral da guerra e da estratégia naval, e que de certo modo expressam a influência que a participação da Armada portuguesa na OTAN teve nos prismas teóricos.

M. Pereira Crespo produz dois textos longos nos ACMN relacionados com o poder naval entre os anos de 1954 a 1956, cada artigo decomposto em várias partes e disseminado pelo revista citada. Para o autor, o poder naval é expressão das realidades geográficas, económicas e tecnológicas, que o enquadram e lhe definem as possibilidades e os limites. A geografia é o factor determinante na atribuição das missões às Forças Armadas.³³⁹ ³⁴⁰ No entanto, é necessário ressaltar duas realidades. A

³³⁹ Cf. M Pereira Crespo, “Subsídios para uma Estratégia Naval”, ACMN, Nº 4/5, Abril/Junho de 1955a, p. 253.

primeira refere-se ao facto de a geografia não conceder força, mas tão só de facilitar ou dificultar o uso da força. A segunda, traduz a consequência mais saliente da primeira, que é a possibilidade da força modificar a situação geográfica.³⁴¹ Esta realidade põe em causa a estabilidade do conceito tradicional de situação geográfica.³⁴² Esta situação emerge da evolução da guerra e das vantagens/desvantagens que cada lado vai adquirindo ao longo do conflito, demonstrável pela situação naval distinta que a Alemanha teve nas duas guerras mundiais.³⁴³

De facto, a Alemanha na Grande Guerra dispôs de uma poderosa armada, mas não de bases suficientemente flexíveis para a potenciar. Na Segunda Guerra Mundial deu-se o inverso. Havia excelente bases navais à sua disposição para quadrilatar o Atlântico Norte, mas faltaram-lhe os meios navais, nomeadamente uma forte frota de superfície que condicionasse a da Grã-Bretanha. Mas a este factor estratégico (militar operacional dir-se-ia), acrescenta-se a dimensão tecnológica que influencia decisivamente a forma como se trava a guerra naval e se aplica a estratégia naval.³⁴⁴ A expressão tecnológica na guerra naval exprime-se nos meios, ou seja, nas armas e equipamentos usados, e no modo como os procedimentos para o seu uso, a que se chama táctica, podem influenciar a estratégia.³⁴⁵

A geografia e a tecnologia permitem então potenciar o uso do mar, nas suas três dimensões, a económica, ou seja o transporte comercial de grandes cargas, sendo o mar, o melhor meio para o fazer; a logística, relacionada com o transporte maciço de forças expedicionárias e de

³⁴⁰ Facto já salientado por F. Pereira da Silva nos anos 20 e 30, podendo considerar-se como uma concepção estruturante do pensamento naval português, com uma fortíssima perspectiva geo-histórica. (Cf. Supra).

³⁴¹ Cf. M. Pereira Crespo, 1955a, pp. 253-254.

³⁴² Idem, Ibidem, p. 254.

³⁴³ Idem, Ibidem, p. 259.

³⁴⁴ M. Pereira Crespo, “Subsídios para uma Estratégia Naval”, *ACMN*, Nº 1/3, Janeiro/Março de 1955, p. 63.

³⁴⁵ Idem, pp. 63.

combustíveis; a operacional, que o autor classifica como de ataque, e que remete para as operações anfíbias.³⁴⁶ Por seu turno, todo este conjunto de operações está intimamente relacionado com a utilização de bases que permitam potenciar o poder naval. As bases modificam a posição estratégica naval dos contendores.³⁴⁷ M. Pereira Crespo cria assim um trinómio que caracteriza o poder naval e que de forma combinada e interrelacionada influencia a sua maior ou menor força. A combinação do factor geográfico-geoestratégico, situação e bases, que podem mudar determinada situação geográfica, do factor tecnológico e do factor económico relacionado com o comércio e transporte, delimitam as possibilidades do poder naval.

Já John Keegan salientava que a grande maioria das batalhas navais se deram perto da costa, reflexo de que o domínio naval teria sempre uma relação com a problemática do domínio continental, exprimindo a ideia de que o mar por si, nada é de real valor para os homens, e é só na sua relação com a terra que ele se torna um factor de poder.³⁴⁸ De igual modo, também Hervé Coutau-Bégarie saliente que o mar só tem interesse em relação com a terra.³⁴⁹ De facto, quer a estratégia naval no Atlântico Norte, quer a estratégia naval no Pacífico foram condicionadas e desenvolvidas tendo em conta as possibilidades de utilização e da conquista de bases navais favoráveis à condução da guerra.³⁵⁰

³⁴⁶ Cf. M. Manuel Crespo, “Subsídios para uma Estratégia Naval”, ACMN, Nº 7/9, Julho/Setembro de 1954, pp. 194-204.

³⁴⁷ Cf. M. Pereira Crespo, 1955a, p. 255

³⁴⁸ Cf. John Keegan, 1995, pp. 83-84. Na realidade, o autor refere que a Guerra é de certo modo expressão da riqueza das terras, ou seja, faz-se a guerra para se apropriar do que tem valor, pelo que também em terra, a grande maioria das batalhas se concentra em terras ricas e muito ricas e em zonas de alto valor económico e estratégico. Idem, pp. 85-87.

³⁴⁹ Cf. Hervé Coutau-Bégarie, 1999, p. 778.

³⁵⁰ No Batalha do Atlântico e na Batalha da Europa, a importância das bases pode ser exemplarmente demonstrada pela necessidade que a Grã-Bretanha e os EUA tiveram de aceder ao uso da Islândia, logo em 1940, e dos Açores (com uma pressão para o seu uso desde 1941 e até 1943 e seu uso posterior com ponte intercontinental euro-americana). De igual modo, a espectacular conquista germânica da Noruega e da Dinamarca prendeu-se com o controlo das comunicações costeiras e da rota marítima do ferro sueco. A campanha do pacífico foi

Para o autor, as bases condicionam a acção dos meios. As tácticas navais são de três tipos: a batalha naval; o ataque e a defesa das comunicações marítimas; as operações anfíbias.³⁵¹ O conceito de táctica surge aqui um tanto deslocado, tendo em conta que todas estas operações têm profundas finalidades estratégicas (militares) que influenciam decisivamente a situação e a decisão na guerra. Hoje seriam consideradas, tendo em conta a hierarquização da Estratégia já referida, de Estratégia (militar) Operacional (um dos elementos da manobra estratégica). A tactificação deste tipo de operações por M. Pereira Crespo resulta, talvez da mutação gerada pela Segunda Guerra Mundial, onde o antigo conceito de Estratégia (expressão da acção da força armada) se dilui face à combinação de elementos que produziram a decisão final, que ultrapassavam em muito a dimensão militar, e que levaram àquilo a que os militares portugueses classificaram de “tactificação” da estratégia, ou seja, aquilo que tinha uma dimensão estratégica clássica, as operações militares de grande envergadura, perderam com a Guerra Total e a mobilização integral, o impacto de acções decisivas em prol de outras dimensões da guerra.

M. Pereira Crespo parece conservar essa visão, tanto mais que nele a Estratégia passou a ser condicionada como já se salientou pelo trinómio geografia, economia, tecnologia. Na verdade, na óptica do autor, a segunda guerra mundial decidiu-se devido ao poder tecnológico e industrial.³⁵² No fundo, para M. Pereira Crespo, a estratégia geral é a concepção, condução e

organizada pelos EUA como um conjunto de saltos entre ilhas, futuras plataformas/bases, para se poder alcançar o Japão. Sobre a definição pelos altos mandos americanos da estratégia da campanha do pacífico veja-se Cf. Eddy Bauer, História Polémica da Segunda Guerra Mundial, (s/l), 1968, 7º Vol., pp. 367-368. Igualmente, sobre a campanha da Noruega Cf. Eddy Bauer, Op. Cit., 2º Vol., pp. 94-97 e 105-106. A campanha da Noruega foi, num certo sentido, a réplica de Hitler a uma prevista ocupação de Narvik pelos aliados. Sobre a “luta pelos Açores”, Cf. António Telo, Os Açores e o Controlo do Atlântico, Porto, 1993, pp. 289-456

³⁵¹ Cf. M. Pereira Crespo, 1955, pp. 64-94. O autor descreve com minúcia as características das três tácticas.

³⁵² Cf. M. Pereira Crespo, 1955a, p. 262.

coordenação superior da guerra na terra, no mar e no ar.³⁵³ A estratégia conserva uma dominância militar, mas já não é expressão tão só da noção de operações militares, passando-se a considerar também a preparação e coordenação inter-ramos tal como a sua condução ao longo do conflito. A Estratégia toma uma expressão mais política e menos militar, uma dimensão mais política traduzida na coordenação das forças de terra, mar e ar e na consideração dos elementos de preparação, “concepção” para fazer a guerra, dados que anteriormente eram do foro das políticas militar e naval. Contudo, a Estratégia continua a ser vista como facto militar, sempre relativa ao poder das forças militares. É o abandono da visão puramente operacional, no sentido literal de “condução de operações”, da Estratégia que explicita porque logo após a Segunda Guerra Mundial se falou de “tactificação” da estratégia. As operações, então a expressão clássica da Estratégia,³⁵⁴ tornaram-se demasiado tácticas.

Apesar disso, para o autor, a melhor forma de alcançar o domínio do mar continua a ser a batalha naval decisiva entre navios capitais. Só que o navio capital, deixou de ser navio de linha couraçado para passar a ser o porta-aviões.³⁵⁵ O porta-aviões integrado numa profunda estrutura anti-aérea e anti-submarina.³⁵⁶ De facto, o submarino e o poder aéreo são omnipresentes. O porta-aviões não é um estrita plataforma naval, mas uma plataforma aero-naval. De igual modo, a esquadra que acompanha o porta-aviões não visa meros objectivos de superfície, mas travar um combate tridimensional, de superfície, anti-aéreo e anti-submarino. A batalha naval

³⁵³ Cf. M. Pereira Crespo, “Subsídios para uma Estratégia Naval”, ACMN, Nº 10-12, Outubro/Dezembro de 1954a, p 303..

³⁵⁴ Como já foi observado na Parte Teórico-Metodológica. Dizia A. Beaufre que aquilo que ele dominava de Operações, era a Estratégia de 1918.

³⁵⁵ Cf. M. Pereira Crespo, 1955, p. 67. Também Cf. M. Pereira Crespo, 1954a, pp. 311-312. Veja-se também um artigo de 1960. Cf. o autor, “Objectivos da Guerra Naval e Missões das Forças Navais”, ACMN, Nº 4/6, Abril a Junho de 1960, p. 319.

³⁵⁶ Cf. M. Pereira Crespo, 1955, p 68.

deixara de ser unidimensional para passar a ser tridimensional e em grande profundidade espacial.³⁵⁷

Esta síntese breve da teoria geral de M. Pereira Crespo permite introduzir-nos no modo como ele observa a posição de Portugal a partir do ponto de vista do poder marítimo e da guerra e estratégia naval. Geopoliticamente, esta expressa-se arquetipicamente na noção de uma oposição entre o bloco marítimo ocidental dependente de matérias primas e bens manufacturados vindos do globo por meio do transporte marítimo e o bloco continental comunista auto-suficiente.³⁵⁸ Alguns traços típicos do discurso salazarista não deixam de aflorar, nomeadamente na fundamental relação euro-africana para a sustentabilidade do poder europeu.³⁵⁹ Portugal, nação transoceânica, pluricontinental e pluriocceânica, tocada por todos os problemas mundiais.³⁶⁰ Portugal também é um país relativamente pobre e débil do ponto de vista demográfico, dotado de recursos limitados.³⁶¹ A guerra previsível entre os blocos ocidental e oriental, se for convencional, seria no mar um duelo para o controlo das comunicações, combinadas com acções de carácter anfíbio, em qualquer delas, o porta-aviões teria um papel importantíssimo, se fosse nuclear compreenderia fundamentalmente bombardeamentos atómicos estratégicos por meios aéreos.³⁶² A posição de Portugal nos dois tipos de conflitos é periférica, visto o país ter-se mantido sempre à margem dos conflitos europeus.³⁶³ De facto o território nacional tem pouca importância na defesa da Europa, a não ser no caso das

³⁵⁷ A linha da batalha alarga o seu eixo de uma dezena de quilómetros com os couraçados super-artilhados para as centenas ou milhares de quilómetros com os aviões, o fogo principal da força aero-naval, e isto, tanto na superfície, como no ar, como subaquaticamente.

³⁵⁸ Cf. M. Pereira Crespo, "Portugal na Política e na Estratégias Mundiais", ACMN, Nº 4/6, Abril/Junho de 1956, pp. 151-152.

³⁵⁹ Idem, pp. 139-141 e 155.

³⁶⁰ Idem, Ibidem, p. 135.

³⁶¹ Idem, Ibidem, pp. 165-166.

³⁶² Idem, Ibidem, pp. 152-153 e 156-158.

³⁶³ Idem, Ibidem, pp. 162-163.

estratégias periféricas.³⁶⁴ O valor estratégico do país vem das suas importantes posições estratégicas no Atlântico e na ligação entre o Mediterrâneo e o Atlântico.³⁶⁵

Mas a guerra pode conservar o seu carácter de Guerra Fria, o que a torna mais ameaçadora para Portugal. A acção indirecta do inimigo pode atrair à África e a Ásia a subversão e as guerras geograficamente localizadas.³⁶⁶ Assim, para garantir a soberania de Portugal e das suas possessões insulares e ultramarinas, Portugal precisa de uma força altamente móvel que se possa deslocar rapidamente para qualquer ponto ameaçado. Essas unidades deveriam ser baseadas em forças aerotransportadas, anfíbias suportados por porta-aviões e aviões de transporte.³⁶⁷ Assim, Portugal deveria organizar as suas Forças Armadas de acordo com a sua realidade geográfica e geoestratégica, o que significava que a sua força militar devia assentar no poder naval com um Exército e uma aviação dotados de elevada mobilidade para poderem intervir nos territórios ultramarinos.³⁶⁸ É certo, ressalva o autor, que Portugal dispõe de limitados recursos, de um rendimento nacional demasiado baixo para sustentar uma força muito grande,³⁶⁹ mas igualmente não parece a M. Pereira Crespo que o doseamento da fatia orçamental entre o Exército e a Armada seja a mais correcta, tendo em conta a situação geográfica e geoestratégica de Portugal com o primeiro a levar cerca de 52% da percentagem das despesas militares.³⁷⁰

Escusado será dizer que este desabafo do autor remete para a relação da política com as Forças Armadas e com a estratégia. M. Pereira Crespo é

³⁶⁴ Cf. M. Pereira Crespo, “Portugal na Política e nas estratégias Mundiais”, *ACMN*, N° 7/9, Julho/Setembro de 1956a, pp. 276-277.

³⁶⁵ Idem, pp. 277 e seguintes.

³⁶⁶ Cf. M. Pereira Crespo, 1956, pp. 159-160.

³⁶⁷ Idem, pp. 159-160.

³⁶⁸ Cf. M. Pereira Crespo, 1955, p. 270.

³⁶⁹ Idem, p. 273.

³⁷⁰ Idem, Ibidem, p. 274.

linear ao subordinar a guerra, a Estratégia e as Forças Armadas ao poder político, a primeira preparando, coordenando e conduzindo a guerra, o segundo definindo os objectivos a atingir.³⁷¹ Por isso, ao questionar a justa distribuição dos recursos dados à Armada e ao Exército feita pelo poder político, tendo em conta a situação geográfica e geoestratégica de Portugal, não se pode deixar de considerar como sendo uma atitude de crítica da “Armada” ao governo e ao Ministro da Defesa.³⁷²

Dos textos de M. Pereira Crespo relevam-se duas grandes realidades. A centralidade geopolítica e geoestratégica do mar para Portugal, que no fundo já decorre da tradição do pensamento naval português, e tem evidente fundamento histórico. A relativa menor importância das funções de Portugal num conflito continental europeu, mas a decisiva importância das suas posições estratégicas marítimas, metropolitanas, insulares e ultramarinas. O que significa que o dispositivo militar português deve ser derivado para a defesa marítima, para o reforço dos meios navais e sua capacidade de projecção de poder. Pode-se dizer, que a Armada com a OTAN parece ter visto reforçada a sua apetência pelo ultramar, no qual já tinha fundas tradições históricas,³⁷³ visto que a função de defesa das rotas marítimas ocidentais e de luta anti-submarina valorizavam precisamente as posições oceânicas de Portugal.³⁷⁴ M. Pereira Crespo apenas traduzia teoricamente a visão da Armada.

³⁷¹ Cf. M. Pereira Crespo, 1954a, p. 339.

³⁷² Havia uma forte corrente na Armada crítica do que consideravam ser a primazia do Exército na política de defesa de Portugal. Sobre este assunto, mais em profundidade, a II parte deste estudo. Refira-se que João Freire, que foi oficial da Armada no fim dos anos 50 e princípio dos 60, afirma que havia na Armada a ideia de que Salazar não gostava dela, visto ter-se sentido humilhado com a revolta dos marinheiros de 1936. Cf. o autor, Homens em Fundo Azul Marinho, Ensaio de Observação Sociológica sobre uma Corporação nos Meados do Século XX: A Armada Portuguesa, Oeiras, 2003, pp. 150-151.

³⁷³ No século XIX, o Ministério da Marinha e do Ultramar eram uma única entidade. Só com a 1ª República passaram a ser entidades separadas (1911). Cf. João Freire, Op. Cit., p. 150.

³⁷⁴ Segundo António Ferraz Sachetti, a Armada foi o primeiro ramo a orientar-se para a África. Durante os anos 50, com uma ameaça reduzida às águas nacionais e a ajuda em equipamento naval por parte dos EUA e da Grã-Bretanha, a Armada focalizara-se fundamentalmente nas

1.3.) Para a Interpretação das Culturas Estratégicas: Os Conceitos e as Concepções estratégicas. A Leitura da Guerra.

Após a leitura dos grandes autores do pensamento estratégico português entre os anos 20 e os anos 50, falta fazer o balanço geral, não só da sua influência, mas em geral, na leitura que os militares portugueses faziam da guerra e da sua história, e de como ela se devia traduzir na conceptualização de uma política de defesa nacional. É o que se procurará fazer agora. Analisar-se-á as formas e os conceitos relativos à política de defesa, à política naval e militar, e sua relação com a dimensão política, assim como algumas concepções que a própria leitura da guerra faz aparecer ou desaparecer. Trata-se de relevar as formas, os temas e os conceitos que delimitam e enquadram uma determinada forma de ler a guerra e de pensar uma política de defesa, com o objectivo de nos fazer aceder a visão que as Forças Armadas, ou mais especificamente, o Exército e a Armada dela tinham. É a uma parte fortemente analítica onde se procurará relevar o que significavam determinados conceitos, usando para o efeito, as concepções hoje em uso e sua significação num duelo de aproximação e distanciação com os conceitos de antanho.

Em termos mais globais, a compreensão dos prismas dos diversos Ramos da força militar poderá permitir compreender certos comportamentos face ao regime, na medida em que, as estruturas conceptuais que moldam o pensamento, enquadram também em boa medida as atitudes que se tomam no dia-a-dia e em geral, face à realidade que nos cerca.³⁷⁵ As estruturas conceptuais que moldam o pensamento

missões anti-submarinas. Cf. António Ferraz Sachetti, “A Marinha nos 50 anos da NATO”, *Nação e Defesa*, Nº 89, Primavera de 1999, pp. 92-93.

³⁷⁵ O que os homens de antanho pensam e como o dizem, expressa o que sabem e como fazem. A leitura do pensar de antanho como forma de compreensão da lógica de agir dos coevos é um

militar, sem se considerarem como irredutíveis, enquadram por isso, e delimitam de alguma maneira, o modo como as Forças Armadas se comportaram ou obrigaram o regime a comportar-se. Deve porém ter-se em consideração que estes conceitos não são oficializados em nenhuma publicação doutrinal das Forças Armadas, porque efectivamente não as havia,³⁷⁶ representando muitas vezes uma expressão não oficial, mas efectivamente oficiosa das academias militares e dos professores militares que leccionavam as aulas, não doutrinal, mas doutrinante, porquanto, sem uma doutrina estatutariamente oficial, a doutrina que se iam fazendo, era a que se ia publicando, e escrevendo se ia endoutrinando segunda as ideias gerais do tempo.

1.3.1.) Da Política e da Estratégia

A subordinação das Forças Armadas ao poder político era um dado adquirido na teoria, quer no período entre-as-guerras, quer no pós Segunda Guerra Mundial. Não obstante, a forma como esta subordinação teórica aparecia, cambiará face aos efeitos político-estratégicos da Segunda Guerra Mundial. Pode ser questionável uma travessia directa do pensamento estratégico teórico para a realidade política coeva, onde as Forças Armadas tinham um peso político muito específico. É reconhecida a afirmação já antiga de Douglas Wheeler de que pelo menos em “alguns aspectos o

dos elementos centrais da moderna visão da História. Sobre o assunto, por exemplo, Cf. Diogo Ramada Curto, “As múltiplas faces da História”, Colóquio Educação e Sociedade – As Metamorfoses da Cultura, Nº 8/9, Março-Julho de 1995, Lisboa, pp. 45-46.

³⁷⁶ Humberto Delgado dizia com graça que nem todos os exércitos tinham uma Bíblia, ao falar de Clausewitz e do seu impacto no exército alemão. Era como se depreende uma crítica ao Exército. Cf. Humberto Delgado, 2003, p. 29. Na verdade, Clausewitz era muito pouco lido na *Whermacht* no período entre-as-guerras, a despeito da concepção geral de guerra teorizada e conceptualizada pelos alemães muito parecer dever ao seu prisma, o que não quer dizer que não houvesse uma bíblia nas Forças Armadas alemães. Havia de facto e chamava-se *Truppenfuhrung*, com uma forte componente Operativa e Táctica. Sobre estes assuntos, Cf. James Corum, Op. Cit., pp. 84 e 88 assim como Cf. Martin Van Creveld, 1982, pp. 28-30.

Estado Novo permaneceu uma ditadura militar”, onde a omnipresença das Forças Armadas era um facto político concreto sempre a ter em conta.³⁷⁷ Sem querer contudo questionar o peso político das Forças Armadas durante o Estado Novo, o modo como elas entendiam a seu papel político e seu papel militar seria um factor de condicionamento da sua acção política.

A relação da política com a guerra e a Estratégia é teoricamente pouco trabalhada pelos “estrategistas” nacionais. Considerava-se contudo de forma simples que a política subordinava a guerra e a Estratégia, pelo que o factor militar devia estar submetido ao governo. No período entre as guerras, a política de guerra e a política militar eram emanadas da política e enquadravam a Estratégia. A política militar ou a política naval era definida pelo governo, ouvidos os respectivos ministros. É preciso salientar que não há uma política específica para as Forças Armadas, mas duas políticas, a militar e a naval, respectivamente para o Exército e para a Armada. De igual modo, cabia à política através da política de guerra a definição dos objectivos nacionais que enquadrariam a política militar ou naval que em última análise lidavam com a definição da estrutura de forças, ou seja, dos meios e do equipamento/material de guerra que permitiriam activar de forma efectiva as Forças Armadas. É preciso relevar que a política militar (terrestre) ou naval eram, teoricamente, um complemento da política exterior, suportando nomeadamente a actividade diplomática, o que remete para uma visão clássica de soberania nacional, distinguindo-se muito claramente o que é exterior do que é interior.³⁷⁸

Segundo Ferreira Martins, a estratégia encontra-se indissoluvelmente ligada à política, que a comanda (Mordacq). É certo, que mais a frente o autor matiza o pouco esta ideia, e salienta que se a estratégia deve trabalhar

³⁷⁷ Cf. Douglas Wheeler, *A Ditadura Militar Portuguesa, 1926-1933*, Mem Martins, (s/d), p. 13.

³⁷⁸ Segundo Charles Tilly, a construção do Estado moderno e soberano é expressão de uma cada vez maior oposição entre o que é interno e o que é externo. Cf. Charles Tilly, *Coercion, Capital and European States (AD 990-1992)*, 4ª Ed., Cambridge, Massachussets, 1994, pp. 70-71.

no sentido dado pela política, esse trabalho deve ser mais combinado que dirigido (Moltke).³⁷⁹ O autor liga directamente a política à Estratégia, mas o que significa para ele a Estratégia. L. Ferreira Martins apresenta vários conceitos, a “arte de comandar e dos generalíssimos” (Cullman), ou “sciencia positiva da guerra que estuda as diferentes combinações (...) das forças militares” (Sebastião Telles).³⁸⁰ Na realidade, para o autor, a estratégia mais não é que a actividade operacional das forças militares, ou seja, a condução das forças em campanha. Ele limita a Estratégia aquilo a que hoje se denominaria de Estratégia Operacional, isto é, a parte da estratégia que lida com as operações, com aplicação ou acção das forças combatentes.³⁸¹ Ideia similar expressa Tasso de Miranda Cabral ao afirmar que a doutrina estratégica é expressão da política militar.³⁸² Mesmo os elementos de génese e organização das forças militares estão para lá da Estratégia. O autor não explica bem quem terá de constituir as forças militares, mas pela sua lógica, não poderá deixar de ser a política. A política que se expressa no que se refere ao meio militar, na política militar.

Para Fernando Santos Costa, numa das suas intervenções, no I Congresso da União Nacional, compete ao governo definir as bases da política militar e fixar as normas gerais que presidiriam a organização do Exército. Aos organismos militares, em especial ao Estado-Maior do

³⁷⁹ Cf. L. Ferreira Martins, “Prefácio”, in Tasso de Miranda Cabral, 1932, pp. 10-11. O autor fala através de outras pessoas numa série de contínuas citações de outros autores. Assim, e por metodologia, entre-parênteses, os autores citados por Ferreira Martins.

³⁸⁰ Idem, pp. 9-10.

³⁸¹ Na Parte Teórico-Metodológica efectuou-se um historial e uma análise crítica do conceito moderno de Estratégia. A Estratégia Operacional é um dos elementos do conceito geral de estratégia. A Estratégia Operacional está relacionada com a utilização ou aplicação prática, operativa da força. É a acção de aplicação da Estratégia Total no afrontamento das forças. A Estratégia Operacional não se esgota contudo na dimensão militar. A Estratégia Operacional pode implicar a acção das forças económicas, nomeadamente com o controlo e venda de bens a um potencial inimigo ou aliado de um inimigo, com as forças científicas, com as forças culturais ou com as forças militares. Neste sentido, a definição de de L. Ferreira Martins é também uma redutora visão da Estratégia Operacional, mas lembremo-nos que de acordo com as concepções coevas, a noção de Estratégia aproximava-se daquilo a que hoje denominariamos de Operações. Sobre a definição geral de Estratégia, Cf. a Parte Teórico-Metodológica.

³⁸² Cf. Tasso de Miranda Cabral, 1932, 1º Vol., p. 19.

Exército, cabe a execução das ordens do governo e a fixação dos detalhes técnicos da organização.³⁸³ De acordo com o texto do artigo, a estrutura organizacional e as bases da organização militar são fundadas pela política militar, que é definida pelo governo, ou seja, ao governo cabe a definição global e geral da organização militar, ficando tão só os detalhes para a estrutura militar propriamente dita. Neste sentido, a estrutura militar está claramente subordinada ao governo por intermédio da política militar, que não é apanágio dos militares, mas sim do governo em si, conquanto aqueles possam sobre ela serem consultados.

O parecer de 1935 de Abílio de Passos e Sousa, então Ministro da Guerra, segue a mesma perspectiva teórica. À política militar caberia definir os princípios de organização e preparação da força militar, quer no caso do Exército, quer no caso da Armada. O ministro avisa contudo que a política militar deve ter em conta a política de guerra, que definiria a missão das forças militares, e permitiria de forma muito mais eficiente organizar as Forças Armadas.³⁸⁴ O parecer de Abílio de Passos e Sousa acrescenta à política militar a política de guerra, como definidora dos objectivos militares da Nação. No mesmo sentido segue o parecer de F. Santos Costa, que complementa o texto anteriormente citado. À política de guerra cabe definir a finalidade da força armada, permitindo delimitar um número de directrizes que determinariam a sua potência, possibilitando por seu turno estruturar a sua constituição e organização, naquilo a que vulgarmente se chama a política militar.³⁸⁵ A política de guerra não é mais segundo estes textos que a objectivação da finalidade para o qual se deve

³⁸³ Cf. Fernando Santos Costa, “Algumas Considerações relativas à organização do Exército”, in I Congresso da União Nacional, Lisboa, 1935, p. 163.

³⁸⁴ Cf. Abílio de Passos e Sousa, “Plano de Rearmamento do Exército Metropolitano”, in Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista, Correspondência de Santos Costa para Oliveira Salazar (1934-1950), 1º Vol., Mem Martins, 1988, p. 373.

³⁸⁵ Cf. Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista, Correspondência de Santos Costa Para Oliveira Salazar (1934-1950), 1º Vol., Mem Martins, 1988, pp. 58-59.

organizar um exército. A política militar, por sua vez, estrutura essa organização de um ponto de vista teórico e de um ponto de vista prático.

Em 1936, Luis Pinto Lello retoma o tema numa conferência pronunciada na Sociedade de Geografia. Para o autor, a política de guerra define os fins gerais da guerra, e os meios para o fazer. Esta definição é fundamentalmente política, ou seja, as forças militares têm o papel menor na definição desses pressupostos, que teriam de ter em conta o inimigo e o seu potencial. A organização e preparação da guerra seria então efectuada pela política militar, que definiria um plano de preparação militar e um plano geral de operações. A estratégia compreenderia o emprego das forças militares de acordo com os fins da política de guerra.³⁸⁶ Temos assim que para o autor, a política de guerra, expressão da política geral, definia os fins da guerra, considerados que tinham sido as ameaças e os inimigos. A mesma política de guerra iniciaria a preparação e a coordenação da réplica nacional, só então, e no campo especificamente militar, se estruturando uma política militar, que organizaria a preparação das forças militares para a guerra. A Estratégia definiria o modo de acção das forças militares na consecução dos objectivos da política de guerra. A Estratégia era assim uma expressão pura do facto militar.

Assim, a política militar, em boa medida como a política de guerra não são uma expressão do facto militar, mas uma expressão da política geral do governo. Em 1939, Júlio de Moraes Sarmento queixava-se precisamente da inacção do governo na definição da política de guerra, e acrescentava a laia de desabafo que esta era a expressão da guerra totalitária que permitira à política se apropriar de parte da direcção da

³⁸⁶ A conferência não parece ter sido publicada, a não ser o índice na Cf. Luis Pinto Lello, “Alguns Aspectos do Problema da Defesa Nacional”, Revista de Artilharia, Nº 130, Abril de 1936, pp. 732-738. O acesso ao texto da conferência foi possível no AHM, Cf. AHM, Arquivo Pinto Lello, 15ª Divisão, 2ª Secção, Caixa 288, Nº 6, pp. 8-11.

guerra, limitando aos militares tão só a condução geral das operações.³⁸⁷ Do ponto de vista do Exército, a definição dos objectivos militares, a preparação e organização das Forças Armadas eram apanágio do governo, ou seja, a sua actividade estava efectivamente subordinada ao poder político, à política em geral, em suma ao governo nacional. Quanto à Estratégia, essa actividade era apanágio dos militares e resumia-se à condução das operações, precisamente aquele tipo de actividade que Júlio de Moraes Sarmiento referia como tendo sido a única deixada na posse dos militares.

Horta Fernandes considera que o conceito de política de guerra tal como ele está definido por Sebastião Telles, ou seja, o estudo das combinações e relações existentes entre a política e a guerra, pode-se aproximar do conceito moderno e abrangente de Estratégia, revelando já uma abertura à hostilidade que não seria reduzível ao militar e à guerra em acto.³⁸⁸ É uma interpretação talvez excessiva, na medida em que a política de guerra é fundamentalmente um acto político, onde se define os objectivos nacionais a alcançar com a guerra, é certo, tendo em conta o inimigo, mas de onde está ausente ou quase totalmente uma das expressões fundamentais do acto estratégico, o sentido do duelo, a lógica da dialéctica de vontades, do jogo de forças morais e materiais, visto que se não pode subsumir a estratégia tão só a uma expressão de hostilidade, porque alargaria o conceito a dimensões da realidade humana inusitadas e despropositadas, mas é imprescindível conglutiná-lo com a dimensão do duelo, com a expressão do jogo dialéctico, elemento fundamental e

³⁸⁷ Não deixa de ser extraordinário que num texto que visa questionar a inacção política do governo se faça doutrina. Sobre a doutrina de Júlio de Moraes Sarmiento Cf. ANTT/AOS/CLB/MMB-2, Pasta 1, Processo 3, Ponto 10, Vol. 6º, pp. 5-6. Este facto explica, como veremos, a progressiva ostracização de Júlio de Moraes Sarmiento na definição da política militar.

³⁸⁸ Cf. António Horta Fernandes, 1998, p. 53.

“essencial” da guerra e da Estratégia.³⁸⁹ A política de guerra enquanto expressão da política na definição dos objectivos da guerra é produto da hostilidade existente nas relações internacionais, mas a política de guerra não operacionaliza depois essa hostilização em acções específicas, facto que é fundamentalmente deixado à estratégia militar, através da política militar, e à diplomacia, não gerindo posteriormente o duelo entre os Estados, reduzindo assim toda a política de guerra a uma mera pirâmide de objectivos, e afastando-se efectivamente da concepção contemporânea de Estratégia, a dialéctica da hostilidade e do duelo entre entidades colectivas identitárias.

Por último não se pode igualmente subsumir a política de guerra à Estratégia Total, na medida em que como o nome do conceito indica, a sua focalização é a guerra ou no máximo, a agregação da preparação e execução da guerra,³⁹⁰ e não uma noção mais alargada de Ambiência Agónica, que possa indiciar formas não paroxísticas de hostilidade ou conflitualidade agónica. Quanto à política militar, expressão da política de guerra, e fundamento da Estratégia, ela fixa a racionalidade desta última disciplina à função estritamente militar, e subsume tudo o que é estratégico à execução da actividade da força armada. É por isso, que neste campo particular, Estratégia significava a utilização da força militar visando os objectivos definidos pela política no Teatro de Operações,³⁹¹ tendo por isso uma definição estritamente Operativa (ou no máximo, uma noção restrita e pura de Estratégia Operacional) da actividade militar na guerra.

³⁸⁹ É dessa forma lapidar que começa a definição de guerra de Clausewitz. O que é a guerra, questiona-se, e depois responde lapidariamente, que é um duelo, que toda a “essência” da guerra se resume ao duelo. Cf. Karl Von Clausewitz, 1984, p. 75. Veja-se também a Parte Teórico-Metodológica.

³⁹⁰ A concepção apresentada não é só característica da teoria militar portuguesa, mas é universal. Já se observou na Parte Teórico-Metodológica que entre-as-guerras a concepção de Estratégia Total está subsumida à noção de Guerra Total. (Cf. infra).

³⁹¹ Segundo o Capitão Elias da Costa, a batalha era o termo da fase estratégica, ou seja, a Estratégia focalizava-se na batalha. Cf. Elias da Costa, Análise Tática da Batalha, com um discurso sobre A preparação do soldado para a guerra, Leiria, 1936, pp. 227-228.

Facto idêntico se passava com a Armada. Em 1935 F. Pereira da Silva efectua uma conferência na Escola Central de Oficiais. As definições nela apresentadas têm o valor de sê-lo para os colegas de armas do Exército, e por isso, reflectirem uma visão quase doutrinal. Assim para o autor, a política está relacionada com a estratégia, na medida em que a potência dos estados se mede pelo valor combativo das suas Forças Armadas.³⁹² Observe-se que a mediação entre a política e a Estratégia é efectuada pela força armada, ou seja, a Estratégia é subsumida ao facto militar, mesmo que pela lógica de F. Pereira da Silva, aquela possa ligar-se directamente ao facto político. A política subordina a Estratégia, por isso as Forças Armadas agem na sequência da política.³⁹³ Assim, tal como há uma estratégia una, mas subdividida em três dimensões, a estratégia militar, a estratégia naval e a estratégia aérea, também a política respectiva aos três Ramos se deve decompor em política militar, política naval e política aérea.³⁹⁴ Repare-se como F. Pereira da Silva distingue o militar do naval, salientando a especificidade do primeiro, facto menos comum no Exército onde se costumava açambarcar o naval na política militar. Este cuidado é ainda mais de relevar quando o texto presente era feito para oficiais do Exército. No entanto, num ponto o Exército e Armada parecem estar de acordo, o da subordinação das Forças Armadas no seu todo à política, com a consequente subordinação da Estratégia à política.

A visão mais abrangente moderna de A. Botelho de Sousa não renega, só reforça estes princípios. Também para ele, a política naval, o sistema de princípios que regem o desenvolvimento, a organização e a operacionalidade de uma marinha, é dimanada da política geral, entendida

³⁹² F. Pereira da Silva, 1935, p. 6.

³⁹³ Idem, p. 6-7.

³⁹⁴ Idem, Ibidem, pp. 7-8. Ressalve-se o facto de nos anos 30 não existir o Ramo aeronáutico, pelo que na prática deveria tão só existir uma política militar e uma política naval, incluindo ambas uma política aérea específica das suas funções militares.

como a ciência do Estado.³⁹⁵ Quanto à estratégia, esta é a ciência que define os objectivos militares, prepara e organiza os meios da guerra.³⁹⁶ Assim, para o autor, a política subordina, quer a política naval, quer a Estratégia. Esta última por seu turno está tão só ancorada na realidade militar, conquanto A. Botelho de Sousa seja mais abrangente na sua definição que os autores oriundos do Exército, considerando também como estratégico as modalidades de definição de objectivos militares e de preparação de forças e meios, que no caso militar, era apanágio da política militar, que não da Estratégia, limitada à condução das operações.

A Segunda Guerra Mundial e a entrada na OTAN mudariam em parte estas concepções, principalmente por fazerem emergir um conceito mais político da Estratégia, por a autonomizarem do factor militar, sem contudo a deixarem de subordinar ao factor político. Assim, Eduardo Pires, considerava que a guerra total seria preparada pela estratégia geral superior, reflectindo o facto de a guerra ser empresa absorvendo toda a nação. A Estratégia tomaria a direcção da guerra,³⁹⁷ combinando estratégias parciais, não só militares, mas também geográfico-geopolíticas e económicas. A emergência da estratégia superior reflectia a disseminação da guerra pelo globo.³⁹⁸ Não deixa de ser sintomático que o breve texto do autor não refira a política. Ela está subliminarmente presente, na medida em que a estratégia superior geral do autor, mais não é que uma expressão daquilo a que os anglo-saxónicos definem como Grande Estratégia, a estratégia emanada directamente da política, de carácter global, abarcando várias áreas do saber e do poder, visando os grandes desígnios nacionais, e não só

³⁹⁵ O conceito da política como ciência do Estado também aparece em F. Pereira da Silva, Cf. F. Pereira da Silva, “A Defesa do Nosso Império Ultramarino”, *Revista Militar*, Nº 7/8, Julho/Agosto de 1934, pp. 438-439. Neste texto o autor volta a referir a clara subordinação da estratégia à política.

³⁹⁶ Cf. A. Botelho de Sousa, 1930, pp. 91-92 e 94.

³⁹⁷ Note-se que apesar da definição de Estratégia Total, Eduardo Pires continua a fixar a racionalidade estratégica ao facto guerra, não a independentizando do mesmo.

³⁹⁸ Cf. Eduardo Pires, “Estratégia Total, Estratégia geral superior”, *Revista Militar*, Nº 11, Novembro de 1950, pp. 705-706.

os objectivos e as operações de carácter militar, mas ainda fundamentalmente ancorada na perspectiva da guerra no seu termo puro e duro.³⁹⁹ Se consideramos a abordagem do autor mais próxima da noção de “grande estratégia”, tal deve-se a reduzida verticalização que ele faz da noção de estratégia, tão só hierarquizada entre a estratégia superior geral e as estratégias parcelares, todas ao mesmo nível, assim se pode deduzir do breve texto do autor. Neste sentido, a perspectiva do Eduardo Pires não é muito distinta da conceptualização anglo-saxónica, da distinção simples entre Grande Estratégia de carácter mais político, e a Estratégia, que considerando outros elementos não militares, tem uma forte componente militar.

O artigo de João de Sá Nogueira, não destoando do de Eduardo Pires, é contudo, mais complexo na sua abordagem. Para o autor, os Estados definem os objectivos políticos, que os comandantes-chefes fazem corresponder a uma estratégia.⁴⁰⁰ O comandante-chefe recebe as directrizes da política e arquitecta o plano de manobra estratégica, fixando os objectivos e missões estratégicas.⁴⁰¹ A coordenação das acções dos sistemas políticos para os sistemas militares implica a existência de um organismo coordenador superior que lide com a “estratégia geral”. A

³⁹⁹ Já se analisou o conceito de Grande Estratégia na Parte Teórico-Metodológica relevando a sua origem numa interpretação da Guerra Total. A Grande Estratégia foca-se na guerra ou na preparação da guerra, conquanto assuma que as armas para a fazer podem perfeitamente ultrapassar o instrumento armado militar. Se produz por um lado um salto conceptual no entendimento do processo de luta, mantém-se por outro lado, ainda ancorada ao duelo armado, ao choque violento, à lógica da guerra, mesmo quando utilizando outras armas, que não as militares. É isso que permite explicar os limites do conceito de “aproximação indirecta” de Liddell Hart. Se para Liddell Hart, o triunfo no duelo estratégico advém do aproveitamento das vulnerabilidade e das fragilidades da defesa do inimigo, naquilo a que se poderia denominar de aplicação do Modo Indirecto, já os instrumentos usados e a análise efectuada sobre os meios do adversário é reduzido à força armada, ao facto militar, ou pelo menos à lógica do embate na guerra no senso duro do termo, pelo que se está, de acordo com a concepção de estratégia apresentada, face à utilização de uma Estratégia Militar Directa (uso primacial das Forças Armadas) com a aplicação de uma Estratégia Operacional (aplicação da força) Indirecta. Sobre a concepção de “aproximação indirecta”, Cf. Liddell Hart, *Op. Cit.*, pp. 17-22.

⁴⁰⁰ Cf. João de Sá Nogueira, “Acerca do conceito moderno de Estratégia”, *Revista Militar*, Nº 4, Abril de 1950, p. 139.

⁴⁰¹ Idem, p. 142.

estratégia geral encontra-se numa zona de transição do político para o militar, traduzindo a necessidade de coordenação de todas as forças que suportam um Estado (militares e não militares).⁴⁰² A função da estratégia geral expressa-se na definição das finalidades políticas da guerra e na coordenação das forças de uma coligação. Igualmente na coordenação de todos os recursos indispensáveis para a consecução do esforço de guerra.⁴⁰³ Em suma, a estratégia geral tem um carácter político-estratégico.⁴⁰⁴ A abordagem de João de Sá Nogueira reconhece igualmente a subordinação da Estratégia à política, mas sobrepuja a política militar ao considerar a emergência, fruto da “guerra total”, da estratégia geral que tem por objectivo a definição das finalidades da guerra, ou seja, a perspectivação da paz futura, e a coordenação e aplicação de todos os recursos nacionais para o concebimento do esforço de guerra. É a necessidade de mobilização total da nação, reflexo da experiência da Segunda Guerra Mundial que explica esta “estrategização” da política, esta imperiosidade de elevar a estratégia à dimensão da governabilidade política.

Mas ninguém foi tão longe nessa perspectiva como A. Pereira da Conceição. Já se fez uma leitura de este texto, aquando da análise da obra do autor. Para o autor, a estratégia nos gregos era uma ciência social de aplicação do Estado, responsável pela política e pela direcção de guerra.⁴⁰⁵ Após a sua redução à dimensão militar no século XIX, a estratégia retoma a sua definição mais clássica com a Segunda Guerra Mundial, devido a guerra ter sido levada a todos os campos da vida humana.⁴⁰⁶ Conclui-se, então que a “estratégia é a ciência sistemática da segurança do Estado e do povo”⁴⁰⁷. É igualmente uma “ciência social da condução do Estado”.⁴⁰⁸ A

⁴⁰² Idem, Ibidem, pp. 143-144.

⁴⁰³ Idem, Ibidem, pp. 145-146 e 148.

⁴⁰⁴ Idem, Ibidem, p. 149.

⁴⁰⁵ Cf. A. Pereira da Conceição, 1952, p. 8.

⁴⁰⁶ Idem, pp. 9 e 11.

⁴⁰⁷ Idem, Ibidem, p. 12.

ciência divide-se em estratégia geral, a ciência do chefe do Estado e do comandante-chefe, e em estratégias parcelares, militares, económicas e políticas.⁴⁰⁹ Para o autor, a estratégia sobrepuja claramente a guerra e o militar para se tornar um coadjuvante “científico” do Estado, ou seja, do governo, ou da governabilidade. Ela não está subordinada à política, mas coadjuva a própria política, transformando-se num suporte fundamental desta. A tese de A. Pereira da Conceição não vingou nos anos 50, mas ela reflectia no seu excesso uma nova abordagem da Estratégia por parte dos militares, uma nova abordagem que aproximava mais os militares, no seu *métier* específico, da acção política.

Enquanto nos anos 30, a função militar acabava por se resumir à condução da guerra, nos anos 50, ela saltaria progressivamente para a preparação e coordenação do esforço nacional para a guerra, e em última análise, para a definição das finalidades da própria guerra. A nova definição de estratégia não punha em causa a subordinação à política, mas alargava de tal modo o âmbito da Estratégia que reduzia inevitavelmente o campo de acção da política na conflitualidade internacional a uma mera objectivação dos grandes desígnios nacionais. A ascensão da concepção de Estratégia à dimensão política derivava do impacto da II Guerra Mundial, do facto nuclear e da Guerra Fria. Na verdade, a nova forma de Ambiência Agónica, já não focalizada apenas no choque directo de forças militares, obrigava a repensar o conceito de Estratégia. Os poucos militares e marinheiros que nos finais dos anos 40 e nos anos 50 se abarcaram e arriscaram a fazê-lo, fizeram-no sobrepujando a dimensão meramente militar da Estratégia, aproximando-a da Política, ou por outras palavras, encravaram-na progressivamente na dimensão política, deslastrando-a da guerra.

⁴⁰⁸ Idem, Ibidem, p. 16.

⁴⁰⁹ Idem, Ibidem, pp. 17 e seguintes.

1.3.2.) A Visão Geopolítica e Geoestratégica da Política de Defesa

Uma problemática transversal a muitos textos militares é da definição do inimigo. A guerra, já se salientou, é um duelo. A guerra é um acto físico, que implicam um inimigo concreto, com que se possa bater. Esta “concretividade”, esta fisicalidade do inimigo significa que a guerra se expressa no meio físico, ou tem a necessidade de se exprimir sobre uma determinada fisicalidade.⁴¹⁰ Esta concretividade da actividade militar expressa-se numa determinada visão geoestratégica, que define um determinado tipo de adversário, tanto mais, como já se observou, que a concepção reconhecida de Estratégia estava fortemente marcada pela perspectiva, pelo vórtice da guerra e pelo factor militar. Em Portugal, dos anos 20 aos anos 50, a visão geopolítica e geoestratégica da Armada e do Exército, por estranho que pareçam, eram realidades algo distintas, fazendo emergir duas políticas específicas de defesa.

Para F. Pereira da Silva, Portugal era uma Nação de carácter marítimo com extensas colónias.⁴¹¹ Vinte Cinco anos depois M. Pereira Crespo afirmava que Portugal era uma nação pluricontinental e pluriocênica, com extensos territórios além-mar, em que a ligação só podia ser feita pelo mar, dependendo além disso do comércio marítimo.⁴¹² Com base nestas premissas, ambos os autores chegavam às mesmas

⁴¹⁰ Mesmo quando se fala na Guerra virtual, de ondas electromagnéticas ou de embates cibernéticos, essa fisicalidade não desaparece, exprimindo-se na destruição da capacidade dos sistemas inimigos operarem. Essa destruição pode ser física (no sentido de destruir o meio) ou operativa (no sentido de destruir a sua acção activa), mas ela visa sempre algo que acaba por ter uma determinada expressão física ou concreta, não uma realidade abstracta. É até questionável afastar a realidade electromagnética ou cibernética da “concretividade”. Elas podem não ser realidade palpáveis, físicas, mas são realidades concretas, não ideias abstractas. É de todo aconselhável distinguir entre o imaterial e o abstracto, visto não serem efectivamente a mesma coisa.

⁴¹¹ Cf. F. Pereira da Silva, 1930a, p. 107. Esta afirmação aparece lapidariamente no subtítulo do texto/artigo.

⁴¹² Cf. M. Pereira Crespo, 1955, p. 269.

conclusões, que se expressavam na ideia de que a organização militar da Nação deveria estar virada para o mar. F. Pereira da Silva afiançava que bastava ao país dispor de um pequeno exército com fitos expedicionários e de cooperação internacional, complemento da Armada, devendo concentrar nesta o grosso dos seus poucos recursos militares.⁴¹³ Identicamente, mas de forma mais subtil, M. Pereira Crespo diz que a “nossa organização militar tem de se subordinar às condições geográficas, políticas e económicas que indicamos (...), tem de se basear num poder naval suficiente.”⁴¹⁴ Em resumo, para ambos os teóricos navais portugueses, numa distância de vinte anos e de uma guerra mundial que transmutara quase a essência da guerra, as condições geopolíticas e geoestratégicas que presidiam à definição da política defesa, da política militar e da política naval de Portugal conservavam-se inalteradas, e significavam que o esforço principal da defesa devia concentrar-se no mar, porque Portugal era uma potência colonial e marítima, pluricontinental e pluriocênica.⁴¹⁵

Igualmente para Costa Lobo, Portugal era uma Nação e uma potência marítima.⁴¹⁶ Nessa altura, José de Sousa e Faro referia que Portugal dependia do Oceano Atlântico donde provinham 4/4 do seu comércio, e que ligava as parcelas do seu Império Colonial.⁴¹⁷ Por seu turno em 1949, Armando Reboredo relacionava a política naval de uma dada nação com a sua situação geográfica, e valorizava a importância da Armada para o

⁴¹³ Cf. F. Pereira da Silva, 1930a, pp. 114-115.

⁴¹⁴ Cf. M. Pereira Crespo, 1955, p. 270.

⁴¹⁵ O facto de M. Pereira Crespo não se referir à dimensão colonial é apenas reflexo da necessidade, face aos ventos anti-colonialistas dos anos 50. Na verdade, fosse a visão pluriocênica e pluricontinental do autor, fosse a mais tradicional e clássica de F. Pereira da Silva, ambos queriam dizer a mesma coisa, expressar a mesma ideia de Portugal como Nação marítima.

⁴¹⁶ Cf. Costa Lobo, “O problema naval português e o problema económico”, Propaganda da Marinha, ACMN, Anexo aos N° 5/6, Maio/ Junho de 1930, pp. 73 e 80.

⁴¹⁷ Cf. José de Sousa e Faro, Posições Estratégicas de Portugal. Sua importância para um bloqueio do Atlântico, Lisboa, 1930, p. 13. O autor tinha uma clara postura *Mahanista*, na medida em que não só considerava como característica central da guerra moderna as relações comerciais, como salientava que as bases do progresso nacional advinham da existência de colónias, de matérias primas e do comércio marítimo. Idem, pp. 14-17.

desenvolvimento colonial que era na óptica do autor, a funda base da grandeza nacional,⁴¹⁸ não deixando de lançar uma farpa ao governo ao salientar “assim se justifica nos países onde uma marinha ocupa no conjunto das Forças Armadas o lugar que uma política naval bem compreendida o exige.”⁴¹⁹ Em 1956 Gabriel Prior transmutara esta realidade na oposição continental (bloco de Leste) - marítima (bloco Ocidental) da Guerra Fria. Portugal, como era lógico, fazia parte do bloco marítimo, fortemente dependente do comércio e dos recursos de além-mar. Para a Europa, por evolução lógica do raciocínio, a importância estratégica da África era fundamental.⁴²⁰ Também Guilhermino de Magalhães exprimia um diapasão próximo ao afirmar que quem domina o mar, domina a Europa, ressalvando que foi essa incompreensão que derrotara Napoleão e Hitler.⁴²¹

Outros mais haveria a defender esta perspectiva maritimizante de Portugal. Para o conjunto destes autores, a geopolítica e a geoestratégia de Portugal era marcada pela sua dimensão marítima e colonial, ou após a Segunda Guerra Mundial, pluricontinental e pluriocênica, e pela íntima relação que essa realidade tinha com a riqueza e a grandeza do país. Não era só o facto de a geografia impor ao país uma perspectiva marítima, mas esta resultava igualmente da íntima relação existente entre o papel das colónias (ou da África nos anos 50), o comércio e a riqueza ou poder nacional, tão bem expressa no artigo já referido de Gabriel Prior. Era

⁴¹⁸ Cf. Armando Reboredo, “Problemas Navais, Distribuição de Forças – Estações Navais”, Revista Militar, nº 10, Outubro de 1949, pp. 575-577.

⁴¹⁹ Idem, p. 575.

⁴²⁰ Cf. Gabriel Prior, “A África na Estratégia Global”, Revista Militar, Nº 5, Maio de 1956.

⁴²¹ Cf. Guilhermino de Magalhães, “Cooperação Mar-terra”, Revista Militar, Nº 10, Outubro de 1957, pp. 551-552. Não deixa de ser expressivo que uma afirmação deste teor apareça num texto que visa dinamizar a cooperação mar-terra e avalizar o sucesso das FA dos EUA e da GB como produto da existência de estados-maiores conjuntos, contudo o autor não deixa de considerar o uso da aviação no mar como uma expressão da acção da Armada e de valorizar, tendo em conta a aero-naval, o alcance avassalador das armadas modernas, mais de 1000 milhas de raio (cerca de 1500 quilómetros).

contudo uma visão arcaica das realidades económicas, que pouco, ou mesmo nada tinha a ver com a realidade da moderna economia industrial e científico-tecnológica que permitia aumentar através das suas possibilidades internas, endógenas, e de forma exponencial a riqueza de uma dada Nação.⁴²²

Os militares do Exército, pelo contrário, consideravam que a principal missão de que estavam incumbidos era a defesa do continente.⁴²³ A missão era lógica e reflectia a sempre considerada ameaça espanhola. Tasso de Miranda Cabral expressava-o de forma clara no seu estudo, ao considerar toda a estrutura do Exército como contraposta às possibilidades do inimigo espanhol.⁴²⁴ Abílio de Passos e Sousa referia no seu parecer de 1935 que o inimigo mais provável de Portugal era a Espanha.⁴²⁵ Esta visão explicaria talvez a posição do futuro general deportado da Ditadura Militar, A. Sousa Dias, quando em 1924 afirmava que mesmo que as operações fossem combinadas entre o mar, o ar, e a terra, a direcção geral destas ficaria a cargo do Exército.⁴²⁶ Em 1934, F. Santos Costa considerava por seu turno a existência de três grandes ameaças ao país, uma directamente apontada à sua independência, a Espanha, outras à sua riqueza e poder

⁴²² Uma crítica arrasadora a esta perspectiva geopolítica é feita por Cf. Raymond Aron, Paz Y guerra entre las naciones. 1. Teoria y sociologia, Madrid, 1985 (1962), 1º Vol., pp. 250-253. Igualmente arrasadora também, é a crítica de António Manuel Horta Fernandes, Quando a geopolítica se faz gnóstica: maritimidade versus continentalidade, Separata do obra ISGPS – 90 Anos: 1906-1996, Lisboa, 1996. Enquanto a crítica do primeiro autor questiona as visões económico-políticas dos teorizadores geopolíticos, nomeadamente uma visão redutora do processo económico-produtivo onde não é nada valorizado o factor científico-tecnológico, mas pelo contrário se postula por um modelo metrópole-colónias totalmente desfasado dos sistemas económicos do século XX, o segundo autor problematiza a visão essencialista e universalista da invariante dualidade epirocrática-talassocrática, em que a historicidade e a contingência do devir humano é completamente desconsiderada.

⁴²³ Cf. L. Ferreira Martins, 1932, p. 7.

⁴²⁴ Seria fastidioso estar a enumerar a quantidade de vezes que o autor refere a Espanha no seu estudo. Saliente-se contudo que a organização e mobilização das forças militares portuguesas reflectem em boa parte a necessidade de contrariar o potencial militar espanhol passível de atacar Portugal. Cf. Tasso de Miranda Cabral, 1932, 2º Vol., pp. 268, 272, 276 e 280-281.

⁴²⁵ Cf. Abílio de Passos e Sousa, Op. Cit., p. 374.

⁴²⁶ Cf. A. Sousa Dias, “Um Estudo Militar”, Revista Militar, Nº1/2, Janeiro/Fevereiro de 1924, p. 89-90.

nacional, a África do Sul que ameaçava as mais ricas colónias nacionais e outras aos arquipélagos Atlânticos.⁴²⁷ O autor não o afirma no texto, mas considerando que a ameaça mais perigosa, por ser contra a própria integridade nacional, é a espanhola, pressente-se que a prioridade é a defesa continental. Contudo, no parecer efectuado para Oliveira Salazar afirma Santos Costa claramente o que só disse implicitamente no I Congresso da União Nacional.

“O seu autor, observando a lição da História, notou através dos séculos que a nação portuguesa teve na Europa um inimigo tradicional: A Espanha (...). Deitando os olhos para o xadrez internacional deve ter notado que Gibraltar é um punhal espetado no orgulho espanhol, e que a Espanha (...) há-se estar sempre em oposição aos interesses vitais da Inglaterra, nossa tradicional aliada (...). Conclusão lógica de todas estas premissas: Necessidade para Portugal de ter organizado um exército de terra, tão grande quanto o permitem os seus recursos em homens que seja capaz de resistir a todas as tentativas de violação (...) ou que possa cooperar com uma possível acção inglesa partida das costas da Galiza, das costas do Golfo de Cádiz (...).”⁴²⁸

Igualmente Raul Esteves refere a primazia da defesa metropolitana e do Exército. O autor que não desconsidera o valor do mar para a defesa de Portugal e até o acha imprescindível, a verdadeira base de operações de país, di-lo sem pejo,⁴²⁹ não obstante, acentua que é na metrópole que serão decididos os destinos da Nação.⁴³⁰ As colónias são importantes, mas menos importantes que a defesa de metrópole, pelo que o Exército não pode ter como fito a criação de forças expedicionárias ou tornar-se numa mera força colonial, visto a sua missão decisiva e a sua função essencial ser a defesa

⁴²⁷ F. Santos Costa, 1935, p. 143. (O I Congresso da UN foi em 1934, as actas publicadas datam só de 1935).

⁴²⁸ Cf. F. Santos Costa, 1988, pp. 59-60.

⁴²⁹ Raul Esteves, 1935, pp. 17-18.

⁴³⁰ Idem, p. 16.

de Portugal continental, o espaço decisivo de toda a contenda.⁴³¹ Nenhum texto pode ser mais expressivo desta visão, que o de J.J. Nascimento Moura. O autor, apesar de preocupado com a ameaça que o nacionalismo asiático, o comunismo russo ou o poderio dos EUA teriam nas colónias portuguesas, não deixava de ressaltar que a defesa destas não poderia ser feita à custa da defesa continental da metrópole.⁴³² As sucessivas citações demonstram que não podia haver projecto mais distinto sobre a defesa nacional que os movidos pela Armada e pelo Exército. A primeira concentrada sobre o Império Português e o Mar, o segundo virado para o interior peninsular, para a Espanha e para a raia hispano-portuguesa. De facto, eram quase completamente contrapostos o projectos de Tasso de Miranda Cabral e de F. Pereira da Silva, os dois autores que mais a fundo tinham estudado e analisado a problemática da defesa militar e naval de Portugal.

A Guerra Fria poderia ter aproximado ambas as partes. Desaparecida a ameaça espanhola com a Segunda Guerra Mundial e criado o Bloco Ibérico visando a salvaguarda dos regimes ditatoriais peninsulares e a luta anti-comunista, integrados ambos, é certo que de forma distinta, no bloco ocidental, era plausível uma aproximação entre as concepções de marinheiros e militares. F. Pereira da Conceição parece seguir nesse sentido. Num artigo de 1948 afirmava que galgando o carro e o avião as distâncias, falta a Portugal a profundidade necessária para a sua defesa, visto a defesa terrestre hoje ser tão só apanágio dos grandes espaços e das grandes potências espaciais. Mas faltando de facto profundidade em defesa terrestre, não falta ao país profundidade em defesa marítima.⁴³³ Era uma andorinha na primavera. De facto, em geral o Exército considerava quase

⁴³¹ Idem, Ibidem, pp. 19-22.

⁴³² Cf. J.J. Nascimento Moura, “A Conferência de Desarmamento e a Defesa das Colónias”, Revista Militar, Nº 5/6, Maio/Junho de 1932, p. 310.

⁴³³ Cf. A. Pereira da Conceição, “A evolução da organização defensiva dos Estados”, Revista Militar, Nº 11, Novembro de 1948, p. 724.

sempre que o país nunca tivera uma grande profundidade estratégica, e agora com o alcance e o poder destrutivo que os novas armas tinham, ela desaparecera de todo. A. Faria de Moraes, talvez exageradamente, salientava em meados dos anos 40 que as grandes unidades blindadas tinham uma profundidade operacional e logística da ordem dos 100 quilómetros e considerava que esta extensão era demasiado grande para o país, fazendo com a sua retaguarda fosse o mar e a seus objectivos tivessem necessariamente de estar do outro lado da fronteira.⁴³⁴ Propunha então, que a organização de forças blindadas em Portugal se efectuasse segundo o modelo de destacamentos mistos de armas combinadas.⁴³⁵ Igualmente, em 1951 Alberto Andrade e Silva ressaltava que a Segunda Guerra Mundial questionara e ampliara o conceito de Teatro de Operações, tornando este um escalão de comando englobando estruturas combinadas de terra, de mar e de ar, por conseguinte, inter-armas e inter-aliados, e respondendo ao alcance do poder aéreo, ou seja, definido de acordo com a influência da aviação estratégica.⁴³⁶

A solução, no entanto, não era olhar para a retaguarda, mas fazer avançar a defesa para a frente. Santos Costa expressou a ideia lapidariamente num breve texto de 1952. Face ao imenso alcance do poder aéreo e à fácil sobrepujação que os soviéticos poderiam fazer das linhas do Elba e do Reno, a solução era a criação do bastião ibérico. É certo que para o autor, e até, derivado da profundidade de ataque do poder aéreo, o ideal seria uma defesa bem avançada no Elba e no Reno.⁴³⁷ Para F. Santos Costa, a réplica à revolução tecnológico-industrial militar engendrada pela Segunda Guerra Mundial era o avanço das linhas de defesa de Portugal para o interior do

⁴³⁴ Cf. A Faria de Moraes, “Uma Brigada Rápida”, Revista Militar, Nº 3, Março de 1946. pp. 123-124.

⁴³⁵ Idem, pp. 124 e seguintes.

⁴³⁶ Cf. Alberto Andrade e Silva, “Teatro de Operações”, Revista Militar, Nº 10, Outubro de 1951, pp. 583 e 587-589.

⁴³⁷ Cf. F. Santos Costa, “Prefácio”, in Alberto Andrade e Silva, Teatro de Operações de Portugal, Lisboa, 1950, pp. 9-12.

continente europeu, diga-se de outro modo, era o reforço da continentalização da defesa, implicando por isso o reforço da componente terrestre das Forças Armadas. É preciso relevar que nessa mesma época, também na Grã-Bretanha se considerara necessário fazer avançar as suas linhas de defesa avançada para o Elba, isto é, se advogara a epirocratização da sua defesa com vista a fazer recuar para o mais longe possível das ilhas britânicas a aviação e os mísseis soviéticos.⁴³⁸

Contra esta opção se levantou Raul Esteves (ver infra) que pugnou em alguns textos por uma defesa assente na relação euro-atlântica e na consideração dos portos portugueses como verdadeiras bases de operações das potências atlânticas na Europa. A perspectiva de Raul Esteves deve contudo ser melhor observada na medida em que aquilo que numa rápida leitura parece revelar uma opção marítima de defesa, torna-se com uma leitura mais atenta numa outra concepção continental de política de defesa. E para isso é necessário ter em consideração parte dos textos dos anos 30. Na realidade, apesar do autor considerar que a defesa da Europa se devia basear naquilo a que mais tarde se denominou de acoplamento estratégico euro-atlântico, a sua visão implicava que a principal função da Forças Armadas portuguesas não era a protecção das linhas de comunicação marítimas, mas a defesa dos portos, as famosas bases de operações essenciais ao contra-ataque americano na Europa. Raul Esteves afirmava explicitamente que cabia essencialmente aos meios da nossa defesa terrestre a cobertura dos nossos portos, ficando a cobertura do lado marítimo a cabo do enorme poder naval dos aliados. Nesse sentido, continuava, a “nossa frente” deve ser voltada para o lado terrestre, como sempre foi ao longo da nossa História.⁴³⁹

⁴³⁸ Cf. Paul Kennedy, 1991, p. 388.

⁴³⁹ Cf. Raul Esteves, “O Pacto do Atlântico e a Defesa da Portugal”, Revista Militar, Nº 8/9, Agosto/Setembro de 1949, pp. 521-525.

Em resumo, o pensamento de Raul Esteves, no essencial não mudara desde 1935, porque continuando a considerar a base de operações de Portugal fundamentalmente assente nos seus portos e no mar, não deixava por seu turno de ressaltar que no que respeito à defesa militar nacional, era na linha de fronteira e no Exército que devia ser sustentada. Era uma perspectiva claramente continentalista, mas muito limitada, da política de defesa. O autor não tinha portanto uma visão maritimista da política de defesa nacional, tão só criticava a ideia de uma defesa avançada e lembrava aos decisores políticos a triste história das Campanhas do Rossilhão e da intervenção na Grande Guerra.⁴⁴⁰ Ora, Raul Esteves parecia não ter em consideração a mutação da guerra, consubstanciada na diluição do tempo e na dilatação do espaço derivada da velocidade e alcance das modernas armas e do seu exponencial poder destrutivo, tornando a já reduzida profundidade metropolitana portuguesa numa real nulidade geoestratégica. Em boa medida, e por isso, a sua opção geoestratégica era vã, conquanto ela se substanciasse em uma efectiva realidade geopolítica, o futuramente denominado acoplamento euro-atlântico ou euro-americano.

Sucede que a visão geoestratégica de Santos Costa se fundamentava no mesmo modelo de acoplamento euro-atlântico. A diferença existente entre ambos, não residia nem na oposição marítimo-continental, nem na preeminência de um dos ramos das Forças Armadas sobre o outro, visto ambos pugnarem pela primazia do Exército na política de defesa, mas na oposição entre aquilo a que se poderia definir como uma defesa recuada, nas fronteiras de Portugal, ou uma defesa avançada, no Elba-Reno e nos Pirenéus. De facto, pressentia-se nos textos de Raul Esteves uma velada hostilidade à Espanha que justificaria a sua desconfiança face ao bastião ibérico. Também não pode ser desconsiderada que fosse um reflexo da animadversão que uma boa parte dos oficiais do Exército nutriam por

⁴⁴⁰ Idem, pp. 524-525.

Santos Costa, mas não se encontraram dados que permitam afiançar esta hipótese. Seja como for, quer Raul Esteves, quer Santos Costa acordavam num ponto, que era a preeminência do Exército e da perspectiva continental na política de defesa nacional.

No fundo, a proposição de Santos Costa reflectia duas realidades. A primazia do Exército na política de defesa portuguesa, tradução da sua importância política no regime do Estado Novo, e a situação derivada da revolução técnico-militar gerada pela Segunda Guerra Mundial e continuada na Guerra Fria de diluição do tempo e dilatação do espaço estratégico que forçava na opinião de A. Pereira da Conceição as nações pequenas e médias a esquecerem as suas desavenças antigas em prol de uma unidade defensiva contra uma ameaça comum mais avantajada.⁴⁴¹ Mas ao considerar a perspectiva de defesa avançada, F. Santos Costa mais não fazia do que garantir a preeminência do Exército no contexto das Forças Armadas portuguesas. Só que neste particular campo, até um crítico da sua política, Raul Esteves aparecia de acordo. Era um reflexo da dualidade geopolítico e geoestratégica que a divisão das Forças Armadas por dois ministérios distintos produzira na concepção de defesa militar de Portugal, não complementando-se, mas opondo-se efectivamente, a Armada virada para o mar e para o “Império”, talassocrática, o Exército centrado em Espanha e na Europa, virado para o continente, epirocrático.

Observe-se no término, que a epirocratização do Exército e talassocratização da Armada deve ser entendida numa lógica geoestratégica ou mesmo apenas geo-táctica, não geopolítica. Quer os militares do Exército, quer os marinheiros da Armada afirmavam o valor da aliança marítima e do acoplamento euro-norte-americano (a partir dos anos 50). A problematização da política militar de defesa fazia-se efectivamente

⁴⁴¹ Cf. A Pereira da Conceição, A Evolução da Ciência da Guerra Perante as Armas Termo-Nucleares, (s/l), 1955, pp. 21-22. Também Cf., A. Pereira da Conceição, 1956, pp. 31-33.

naquilo a que hoje se denominaria de Estratégia Operacional. Por outras palavras, a talassocratização ou epirocratização da política de defesa militar resultava de uma visão focalizada na dimensão operacional da estratégia militar de defesa. Para a Armada, o problema foi sempre o das comunicações entre Portugal e o exterior, o Império e os aliados. Para o Exército, o problema da soberania e salvaguarda do território metropolitano, fosse contra a vizinha Espanha ou contra as hordas vermelhas investindo destemperadamente desde o Elba. Com visões distintas e concepções estratégicas opostas, a propugnação da política naval ou da política militar (terrestre) tendiam a epigonizar modelos exteriores, que configuravam formas epiocráticas ou talassocráticas de segurança militar-naval.

1.3.3.) A Perspectiva Portuguesa da Guerra Total

A ideia de Guerra Total que os militares portugueses foram conceptualizando modificou-se com a Segunda Guerra Mundial. Algumas traves mestres vinham já dos anos 30, mas a amplitude da concepção foi efectivamente consideravelmente alargada. Esta modificação expressa e traduz, no fundo, a leitura e a compreensão que os militares portugueses tinham, quer da Grande Guerra, quer da segunda Guerra Mundial.

Para Adriano Beça, a Grande Guerra era produto, não do choque entre exércitos, mas entre nações, era o princípio da “Nação armada”, reflexo da conscrição geral e obrigatória, que criara exércitos colossais.⁴⁴² O autor ressalva igualmente que a guerra mostrou a sua totalidade ao ampliar o mecanismo militar, de modo a poder ser aplicado, não só “as grandes reservas de pessoal e animal, como ao sequestro de grandes

⁴⁴² Cf. Adriano Beça, “Lições da Grande Guerra”, Revista Militar, N° 8, Agosto de 1919, pp. 453-454.

produtos alimentícios e a mobilização das fábricas e das indústrias (...).”⁴⁴³

A tese de Adriano Beça é um excelente ponto de partida para se entender o modo como no período entre-guerras os militares portugueses viram a guerra total. No texto inicial, o que se salienta é a ideia de mobilização da população, mais do que a mobilização dos meios materiais. A Grande Guerra foi, para os teóricos militares portugueses, não tanto uma guerra de material (tecnológico-industrial), como os alemães a entenderam,⁴⁴⁴ mas uma guerra de imensas massas de homens armados, suportados pelo processo industrial. Era, na sua essência, a ampliação do modelo das guerras napoleónicas, em escala colossal. A guerra do futuro, que no fundo, mais não era que a guerra do passado, implicaria a mobilização da população em dimensões ingentes para fornecer recursos humanos para os exércitos em campanha. Essa seria até à segunda grande Guerra Mundial a preocupação fundamental, passando para lá do problema da mobilização industrial e tecnológica.

⁴⁴³ Idem, p. 454.

⁴⁴⁴ Para o pensamento militar alemão, a *materialschaft*, a guerra de material, seria a chave da guerra futura, e todos os estudos dos anos 20 e 30, procuravam responder à questão central, de como uma potência com recursos limitados para uma Guerra Total tecno-industrial poderia alcançar a vitória. A resposta dada e que estaria na génese da denominada *Blitzkrieg*, foi a constituição de um exército ultra-sofisticado tecnologicamente que numa guerra ultra-rápida, conseguisse alcançar prontamente a decisão, ou seja, a vitória. A criação de um exército ultra-sofisticado implicava vários elementos, um de carácter tecnológico, outro de carácter organizacional, outro de carácter doutrinal. Em termos tecnológicos, significava desenvolver armas muito sofisticadas, só passível numa sociedade altamente avançada tecnologicamente como a Alemanha. A questão organizacional implicava a estruturação do exército em redor de unidades altamente móveis e flexíveis, dotadas de um eficiente sistema de comunicações que lhes permitisse elevadíssima flexibilidade operacional. A doutrina militar fundava-se na noção de mobilidade, ou seja, a mobilidade era a base que permitia trazer o poder de fogo para posições vantajosas em situação muito favorável. quer em termos táticos, quer em termos operacionais, quer em termos estratégicos. Contudo a mobilidade estava intimamente ligada às comunicações, isto é, a mobilidade era a mobilidade dos veículos aero-terrestres e das comunicações. A *Materialschaft* traduzia uma visão completamente distinta da guerra relativamente ao pensamento teórico português. A guerra do futuro seria uma guerra de produção industrial, de duelo tecnológico, não uma oposição entre massas humanas. Esta perspectiva não se baseia numa só obra, mas é produto de várias leituras. Veja-se na bibliografia as obras de Michael Geyer, James S. Corum, Ian Hogg, John Keegan, Daniel J. Hughes, Jeremy Black, Gerard Chaliand, Phillipe Masson e Eddy Bauer.

Em 1923, ao estudar a defesa militar de Portugal, salientava A. Sousa Dias que a defesa da Beira Alta deveria ser similar àquela que Wellington fizera, mas de acordo com a guerra moderna, com efectivos maiores.⁴⁴⁵ Alguns anos depois Joaquim de Oliveira Leite referia que modernamente se considerava a mobilização de 5% da população masculina, o que significaria que Portugal deveria poder mobilizar 300.000 homens, cerca de 15 Divisões, ainda assim, deixando-nos em desvantagem face a Espanha.⁴⁴⁶ E relevava o autor, que na Grande Guerra, a vitória final pertencera àquele que de mais divisões dispusera no final.⁴⁴⁷ Tal como faria mais tarde Tasso de Miranda Cabral, também J. de Oliveira Leite considerava que o efectivo de 30.000 homens do Serviço Militar Obrigatório poderiam alimentar cerca de 10 divisões mobilizadas, bastando tão só garantir que em tempo de paz o efectivo de cada fosse de 3.000 homens.⁴⁴⁸ Como já se teve a oportunidade de observar, em 1932, nas suas famosas “Conferências de Geo-estratégia”, Tasso de Miranda Cabral defendia a mobilização em tempo de guerra de 500.000 homens, facto que ele considerava perfeitamente plausível para os recursos demográficos portugueses.⁴⁴⁹ O mesmo número era apresentado por Elias da Costa em 1933.⁴⁵⁰ O mesmo autor numa outra obra salientava que a Estratégia era uma questão de massas e volume de efectivos.⁴⁵¹ Em 1935, Raul Esteves realçava precisamente o facto de que a guerra do futuro seria uma guerra de usura. E que quem potenciava melhor os recursos de uma nação era o Exército porque a guerra moderna era uma questão de grandes massas

⁴⁴⁵ Cf. A. Sousa Dias, “Um Estudo Militar”, Revista Militar, Nº 2/3, Fevereiro/Março de 1923, p. 70.

⁴⁴⁶ Cf. Joaquim de Oliveira Leite, “Estudo de Organização Militar”, Revista Militar, Nº 3-4, Março/Abril de 1926, p. 144.

⁴⁴⁷ Idem, p. 144.

⁴⁴⁸ Idem, Ibidem, p. 150

⁴⁴⁹ Cf. Infra.

⁴⁵⁰ Cf. Elias da Costa, A Defesa Militar de Portugal, (s/l), 1933, pp. 41-42.

⁴⁵¹ Cf. Elias da Costa, 1936, p. 228.

mobilizáveis, de potência demográfica.⁴⁵² Na realidade, Raul Esteves considerava igualmente a mobilização dos recursos materiais e morais da nação (Cf. infra), não deixando de ser sintomático porém que considerasse em primeiro lugar a mobilização demográfica.

Nem todos aderiam tão estreitamente ao princípio da mobilização das massas humanas. F. Santos Costa e J. Barros Rodrigues salientavam em meados dos anos 30 que não se podia tão só considerar a mobilização das massas humanas, mas também se devia mobilizar todos os outros recursos nacionais que servissem a nação em tempo de guerra.⁴⁵³ Igualmente, nos finais dos anos 30, Júlio Botelho Moniz salientava que a mobilização militar era tão só uma parte da mobilização total da nação, que deveria incluir outras dimensões, económicas, financeiras, morais, políticas, entre outras.⁴⁵⁴ É preciso, não obstante, ressaltar que ambos os autores não criticam a mobilização humana, tão só a consideram integrada ou complementada por outras mobilizações que ponham ao serviço da defesa nacional a totalidade dos recursos da nação. Havia contudo alguns problemas para se conseguir uma efectiva mobilização dos recursos industriais nacionais, que era a sua quase inexistência.

Em Portugal, queixava-se Luís Sousa Sanches em 1935, faltavam recursos para o país bastar-se a si próprio.⁴⁵⁵ Para desenvolver-se as preciosas indústrias de que o país carecia, o Estado, não teria outro remédio senão intervir directamente.⁴⁵⁶ O artigo de Luís Sousa Sanches é, no entanto, o primeiro a aparecer na Revista Militar, no período entre-guerras, a reflectir sobre a mobilização não militar, exprimindo sintomaticamente a

⁴⁵² Cf. Raul Esteves, 1935, pp. 9-10 e 57-58.

⁴⁵³ Cf. F. Santos Costa e J. Barros Rodrigues, “Organização Geral da Nação para o Tempo de Guerra, in I Congresso da União Nacional, Lisboa, 1935, p. 169.

⁴⁵⁴ Cf. Júlio Botelho Moniz, 1939, pp. 33-34.

⁴⁵⁵ Cf. Luís Sousa Sanches, “Mobilização Industrial”, Revista Militar, Nº 10, Outubro de 1935, p. 756.

⁴⁵⁶ Idem, p. 757. O autor considerava como prioritárias as indústrias químicas e de máquinas, as indústrias enegéticas ligadas à extracção de carvão e à possibilidade da existência de hidrocarbonetos nas colónias, assim como a refinação de petróleo em Portugal.

despreocupação com que os decisores militares observavam essa realidade. Era talvez também, a tradução de ser muito mais fácil para os militares considerar a mobilização humana, reflectida na conscrição geral e no Serviço Militar Obrigatório, do que as complexidades da mobilização económica e industrial.⁴⁵⁷

Nos anos 30, só outro artigo perspectiva a guerra total de forma bastante englobante. É um texto no entanto desgarrado de um autor que lera a obra de Erich Luddendorf, “Guerra Total”, e que a sintetiza nas páginas da Revista Militar. Apesar do autor salientar que a guerra total é expressão do desenvolvimento do poder aéreo e das rádio-comunicações, a sua interpretação centra-se no factor moral, na unidade e na coesão da nação, na liderança do Chefe de Estado, na recusa da ideia que a técnica e a mecanização são tudo e que pelo contrário, o factor moral é um elemento decisivo da guerra.⁴⁵⁸ Era a expressão da real preocupação com a mobilização de todos os recursos nacionais.

Igualmente, apareceria no ano de 1937 no Boletim da Escola Central de Oficiais uma conferência sobre a questão da técnica ao serviço da força militar. O texto era não obstante sintomático da visão geral da força militar face aos grandes problemas tecnológicos e industriais. O autor limitava-se a discorrer umas quantas generalidades sobre as tecnologias que podiam servir as Forças Armadas, realçando nomeadamente o valor do motor de combustão, do motor diesel, da TSF, da televisão (onde afirma que no futuro, os comandantes-chefes poderão ver e dirigir a batalha através dos écrans), para além de tecnologias que não tiveram à altura grande futuro,

⁴⁵⁷ Seria preciso não esquecer a conferência de Henrique Pires Monteiro publicada em 1932, a qual já se analisou nas páginas anteriores deste texto. Henrique Pires Monteiro pode ser ancorado aos autores que aderiam de forma menos estreita à noção de mobilização total, considerando nesta, não só a mobilização das massas humanas, mas também a mobilização dos recursos nacionais, não só materiais, mas também morais. Como sucede com muitos outros autores, a questão material é tratada muito menos desenvolvidamente que a questão política e moral. (Cf. *infra*).

⁴⁵⁸ Cf. J. Brandão Pereira de Melo, “A Guerra total”, *Revista Militar*, Nº 3, Março de 1938, pp. 182-190.

como os electromóveis (carros movidos a energia eléctrica) e a telefonia óptica.⁴⁵⁹ Não deixa contudo de começar por ressaltar a importância decisiva do valor da moral para a guerra e para a formação da força militar,⁴⁶⁰ como que querendo afiançar no fundo a menoridade da técnica. Na realidade, até aos finais dos anos 30, a problemática da defesa nacional passava fundamentalmente pela organização e preparação da Forças Armadas e da sua direcção, havendo uma quase total indiferença pela mobilização geral do país para a guerra.⁴⁶¹

A Segunda Guerra Mundial teria, aqui, como noutras ideias, um impacto decisivo. Os militares portugueses, subitamente, terão apreendido algo daquilo a que os alemães, vinte anos antes, tinham denominado de *Materialschaft*, de guerra do material, e que a guerra total não era só uma questão de mobilizar homens, mas efectivamente, da mobilização do poder industrial e tecnológico, da mobilização de ingentes, de colossais recursos materiais. Em 1941 A. Luís Pinto publica em quatro números da Revista Militar um longo texto sobre a mobilização económica e o abastecimento industrial. O texto, reflecte ainda algumas perspectivas oriundas dos anos 30, mas é efectivamente o primeiro texto de fôlego sobre a questão da mobilização não militar. O autor começa por salientar que fora a criação de enormes exércitos que levantaram a questão da mobilização nacional, na medida em que era necessário abastecê-los de todos os recursos.⁴⁶²

O problema tornava-se mais acutilante quando se tratava não só de abastecer os militares, mas também a parte civil da nação que produzia os

⁴⁵⁹ Cf. H. Amorim Ferreira, “A Máquina ao Serviço do Exército”, Boletim da Escola Central de Oficiais, Nº 44-45-46, Junho de 1937, pp. 49-61.

⁴⁶⁰ Idem, pp. 49-50 e 56.

⁴⁶¹ Facto que se reflecte na legislação, visto as reformas militares de 1937 se centrarem na organização do exército e do serviço militar obrigatório. Seria preciso esperar por 1956 para se legislar de forma global sobre a preparação da Nação para a Guerra. Já anteriormente, a reforma naval ter-se-ia limitado ao equipamento da Armada em navios e à reforma da Arsenal Naval.

⁴⁶² Cf. A. Luís Pinto, “Bases para a Organização, no País, da Mobilização Económica e do Abastecimento Nacional”, Revista Militar, Nº 1, Janeiro de 1941, p. 21.

bens necessários para a sustentação das Forças Armadas.⁴⁶³ Para garantir a mobilização, não só militar, mas da nação, era por isso imprescindível a intervenção dos poderes públicos, ou seja, do Estado.⁴⁶⁴ Na sequência desta introdução, A. Luis Pinto descreve depois uma vasta organização hierarquizada e vertical de mobilização nacional, com forte intervenção do Estado, nomeadamente na constituição de corporações, com raízes no próprio aparelho governativo, por obrigatoriedade imposta às empresas privadas pelo mesmo, pela definição de quotas de produção e pela criação de *stocks*.⁴⁶⁵ A preocupação com a mobilização nacional e o abastecimento nacional do autor acaba ainda por estar algo ancorada ao pensamento de antes da guerra. De facto, não deixa de ser revelador que a questão se ponha por causa das ingentes massa humanas que caracterizam os exércitos modernos. É necessário mobilizar para sustentar os exércitos que são humanamente gigantescos. Há nesta visão ainda algo de antanho, de arcaico, do passado.

Porém, o texto, assinado estranhamente B.S., de 1944, já tinha outra visão da guerra total. Abre com a ideia de que a guerra total, guerra de aniquilamento, reflecte o desenvolvimento de novas armas de elevado poder destrutivo, o submarino e o avião. Este último é avassalador, na medida em que não só leva a destruição e a morte aos confins mais recônditos do território inimigo, como operando independentemente sobre o mar ou sobre a terra, unifica estes dois poderes, unificando-os, une também a guerra, una e total.⁴⁶⁶ Sustentáculo da máquina militar, é o poder

⁴⁶³ Idem, p. 21.

⁴⁶⁴ Idem, Ibidem, p. 22.

⁴⁶⁵ Cf. A. Luis Pinto, “Bases para a Organização, no País, da Mobilização Económica e do Abastecimento Nacional”, *Revista Militar*, Nº 9, Setembro de 1941, pp. 604-606.

⁴⁶⁶ Cf. B. S., “Guerra Una e Total”, *Revista Militar*, Nº 5, Maio de 1944, pp. 225-226. É plausível, mas nada seguro, considerar B.S. como sendo Alfredo Botelho de Sousa. O facto de ter assinado com pseudónimo, seja quem for, mostra um certo receio académico em exprimir livremente as suas ideias ou a sua posição oficial de Major-General da Armada inibia-o de o fazer. No entanto, a grande maioria das ideias expostas seria comunmente aceite nos anos imediatamente posteriores à Segunda Guerra Mundial.

civil, essência do poder beligerante.⁴⁶⁷ A guerra mostrou a importância das linhas logísticas, de linhas logísticas de ingente extensão.⁴⁶⁸ A coordenação das forças de terra, de mar e de ar tornou-se quase a regra, cada uma dando apoio à outra, para que efectivamente se possa dominar o seu meio, interdependência que se reflecte paradigmaticamente no porta-aviões, essa arma aero-naval com capacidade de intervir em terra, obrigando a pensar-se na criação de um efectivo comando unificado das Forças Armadas, um ministério da defesa.⁴⁶⁹ O autor começa efectivamente por salientar que a guerra se tornou total devido ao desenvolvimento de novas armas de efeitos devastadores, estrategicamente unificadoras da acção dos três Ramos. São as armas, ou seja, a dimensão material, como todo o seu efeito exponenciador de poder destrutivo e alcance que alargam e tornam totalizante a guerra, e lhe dão aquele carácter total. É uma importante evolução conceptual, relativamente aos anos 20 e 30, e é-o mais, porque esse carácter totalizante, obriga igualmente a pensar na contraposição das missões de terra e de mar. O ar obriga no mínimo à sua coordenação. É certo, num breve artigo, o autor não refere efectivamente a questão da mobilização, mas não pode-se deixar de considerar que a sua perspectiva remetia para efeitos secundários a mobilização humana, face à mais premente mobilização tecnológica e industrial.

Cabe aqui, talvez, reflectir de novo sobre a definição de Guerra Total. O conceito, apesar de muito disseminado, não parece ter sido objecto de estudos aprofundados. Em boa medida, a Guerra Total surgiu mais como uma expressão ideológico-política, que efectivamente como um conceito de análise político-estratégico-militar. O conceito emerge com a Primeira e a

⁴⁶⁷ Idem, p. 230.

⁴⁶⁸ Idem, Ibidem, p. 232.

⁴⁶⁹ Idem, Ibidem, pp. 227-236. Apesar disso, o autor pugna pela independência de cada Ramo, conquanto haja uma estrutura coordenadora dos três, dando como exemplo o Conselho de Defesa Imperial Britânico. (p 227).

Segunda Guerra Mundial,⁴⁷⁰ e traduzia a mobilização total das nações para o esforço de guerra, mobilização não só militar, mas também tecnológica, industrial, intelectual e mediática. Ela caracterizava a massificação, não só humana, mas fundamentalmente material característica da guerra nas sociedades industriais.^{471 472} A essa massificação da guerra correspondia um ideal de destruição e aniquilamento total do inimigo, um elemento central da totalização da própria Guerra Total. Mais, com a Guerra Total há uma efectiva maquinização da massificação humana, tornando o homem um instrumento, entre outros, do processo tecnológico-industrial-militar, processo holista na sua consecução mecânica.

Paradoxalmente, mas talvez, espelhando bem essa realidade da massificação global da Guerra Total, é a perspectiva de Phillipe Masson, ao relevar o papel da opinião pública nas democracias anglo-americanas na objectivação da vontade de aniquilamento do inimigo. Citando Tocqueville, Phillippe Masson, releva que as opiniões públicas democráticas não gostam de resultados indefinidos, carregando consigo uma vontade moralista e justiceira que acaba por legitimar a guerra total contra os seus inimigos.⁴⁷³ A Guerra Total é assim assimilada àquilo a que se pode denominar de uma estratégia de aniquilamento, fazendo com que o

⁴⁷⁰ Segundo Sven Lundquist, o conceito surgiu pela primeira vez na obra de Leon Daudet, inspirado nas *Guerres d'Enfer* de Alphonse Seché (1934). Já nestas primeiras acepções o que sobressai era a visão de guerras de extermínio massificado. Cf. Sven Lundquist, Historia de los Bombardeos, Madrid, 2002 (1999), sem paginação, nota 134.

⁴⁷¹ Essa centralidade da massificação humana e material é notavelmente expressa por Michel S. Neiberg, Warfare in World History, Londres, 2001, pp. 74-80.

⁴⁷² De facto, é na Alemanha que mais longe se vai na idealização da Guerra Total, fenómeno originado na profunda percepção germânica da absoluta “materialização” e “mecanização” da guerra, onde os homens, deixam de ser massas activas para passaram a ser massas instrumentais, tão instrumentais como os meios materiais. É esta pura instrumentalização das massas que dá um toque extremamente mecânico às Guerras Mundiais, que por seu turno a faz sistémica, holista e total. Não pode provavelmente também deixar de pesar na concepção germânica o peso da ideologia nazi que tem no cerne da sua acção a noção de destruição e extermínio. A “Guerra Total” de Erich Luddendorf e as obras de Ernest Junger expressam bem esta visão do fenómeno da Guerra Total, tal como é observada pelos alemães. Cf. Bibliografia final. Sobre a ideologia nazi, também na bibliografia final as obras de Ian Kershaw e Joachim Fest.

⁴⁷³ Cf. Phillippe Masson, 2000, pp. 309-312.

centro de gravidade de um conflito deixe de ser as Forças Armadas de uma dada nação para ser efectivamente a sua população e a sua base económica de sustentação, exprimindo em última análise o objectivo último de aniquilamento de um dado país, reforçando a “totalização” do duelo.⁴⁷⁴ É a cartaginização da guerra.

O texto de B.S. remete então para uma das concepções da Guerra Total, o seu efeito integrador (holista) e massificado, produto da importância do factor material, que tem como corolário, o exponenciar do potencial destrutivo. Porém, escapa-lhe a lógica de aniquilamento que estava por detrás da Guerra Total. O peso da profissão delimitava a capacidade de muitos militares em abrangerem uma concepção alargada de Guerra Total reduzida tão só aquilo que advinha da realidade militar, escapando-lhes a dimensão política e social da mesma.⁴⁷⁵ Assim, os efeitos da guerra total são vislumbrados antes de mais nada pela conglutinação das três forças em operações combinadas e inter-armas, pelo valor da mecanização que cria a mobilidade e a velocidade que alargam exponencialmente o campo de batalha.⁴⁷⁶ Além disso, a guerra moderna, a guerra total conjuga a nação e o exército, passando a própria população a ter uma acção de tipo “militar”, de defesa civil e de combate às quintas colunas e às forças pára-quedistas do inimigo, podendo transformar-se também numa força de guerrilha.⁴⁷⁷ Eram ainda perspectivas excessivamente centradas na dimensão militar, que exprimiam de forma redutora alguns dos elementos que tinham caracterizado a Guerra Total.

⁴⁷⁴ Cf. Gérard Chaliand e Arnaud Blin, 1998, pp. 337-339.

⁴⁷⁵ Esta não devia escapar a Salazar. Numa carta, datada de 13-11-1942 de A. Monteiro referindo um encontro do Embaixador português com W. Churchill, afirmava-se que o Primeiro Ministro britânico tinha salientado o carácter total da guerra consubstanciado na vontade de destruir Hitler e os nazis numa guerra de extermínio. Cf. Fernando Rosas, Júlia Leitão de Barros e Pedro de Oliveira, Op. Cit., p. 380.

⁴⁷⁶ Cf. J. Correia Pereira, “A Interdependência das três forças”, Revista Militar, Nº 8/9, Agosto/Setembro de 1949, pp. 467-471.

⁴⁷⁷ Cf. Leonel da Costa Lopes, “Questões Militares”, Revista militar, Nº 7, Julho de 1950, pp. 387-391.

Nem todas as preocupações de análise da Guerra Total se centravam nas Forças Armadas. Em 1944, o Boletim do IAEM publicava um notável texto sobre a guerra económica da autoria de António Augusto dos Santos, onde o autor ressaltava que uma das características da guerra total, da guerra entre as nações era a expansão do factor económico na dinâmica da acção agónica, acentuando a importância de ao lado de uma estratégia militar se encontrar uma estratégia económica.⁴⁷⁸ A visão do autor parece ser já mais abrangente na concepção de Estratégia que aplica, no entanto, o facto de o seu texto se referir especificamente à guerra económica, torna difícil uma conclusão abrangente sobre a sua visão da guerra total. Saliente-se porém que António Augusto dos Santos considera que a vitória da Grã-Bretanha expressa a primazia da estratégia económica, de aproveitamento de recursos, sobre a estratégia militar, consequência do sucesso económico inglês, e que a derrota alemã, é produto da sobredominância de uma estratégia fortemente subordinada ao factor militar, desconsiderando o económico.⁴⁷⁹

Em 1950, ultrapassa-se esta visão simples da guerra total. Para Afonso Botelho, a defesa nacional é um esforço integral. A guerra deixou de ser meramente uma questão material para se alargar às dimensões psicológicas, subversivas, diplomáticas, económicas e militares. A mobilização nacional implica a coordenação e a fusão de todos os instrumentos de guerra. A guerra total implica a defesa integral.⁴⁸⁰ O autor

⁴⁷⁸ Cf. António Augusto dos Santos, “Estratégia Económica – Influência dos Objectivos Económicos na Direcção Política da Guerra e na Condução das Operações Militares”, Nº 11, Boletim do IAEM, 1944, pp. 38-39 e 51.

⁴⁷⁹ Idem, pp. 60-61. Na realidade, os alemães não desconsideravam o económico, mas reconhecendo a sua maior fragilidade nesse campo, tentaram pela sobreabundância da eficácia militar sobrepujar a sua fraqueza numa guerra de usura económica. (Cf. *Infra* e Parte Teórico-Metodológica).

⁴⁸⁰ Cf. Afonso Botelho, “Defesa Nacional, Orgânica de preparação para a Guerra Total”, Revista Militar, Nº 6, Junho de 1950, pp. 319-322. O texto deve estar relacionado com a criação do Ministério da Defesa que levou numerosos militares a defender uma unificação mitigada Forças Armadas, um ministério de mera coordenação dos Ramos. Apesar disso, ele não deixa de expressar uma visão do conceito de Guerra Total.

não deixa todavia de salvaguardar a necessidade de manter a independência de cada um dos Ramos das Forças Armadas. Estes devem procurar uma maior coordenação e cooperação, mas assegurar simultaneamente a sua especificidade.⁴⁸¹ De igual modo, Eduardo Pires, releva a relação entre a guerra total e a nova concepção de estratégia geral superior. A estratégia geral superior é expressão da mundialização da guerra, o que obriga a desenvolver uma concepção geopolítica dos conflitos e a ter em conta na preparação dos países para a guerra, a geografia e a economia. Assim, a estratégia geral superior deve coordenar as estratégias parciais, não só militares, mas também económicas e geográficas.⁴⁸²

A Guerra Total, a mundialização da guerra e a emergência de uma estratégia geral superior reflectem as transformações da guerra geradas pela ciência e pela técnica e expressam a importância da economia, ou seja, o desfecho de uma futura conflagração mundial seria decidido pela capacidade tecno-produtiva. A guerra futura, terminava por dizer Fernando Valença, seria determinada pelo tecnicismo.⁴⁸³ Em 1954, Eduardo Santos confirmava as ideias de Fernando Valença. A Guerra já não se fazia só com soldados e armas, mas também com o potencial económico, industrial e demográfico de uma nação, dois exércitos, o operacional que combate, e o que sustenta e produz, o tecno-industrial-administrativo.⁴⁸⁴ A preparação da guerra deve ser feita desde tempo de paz, na medida em que não se improvisa a capacidade técnico-industrial.⁴⁸⁵ A tendência autárquica de entre-as-guerras foi substituída pela autarcia entre os dois blocos que governam o mundo, mas dentro de cada um, a cooperação entre os aliados

⁴⁸¹ Idem, p. 324.

⁴⁸² Cf. Eduardo Pires, Op. Cit., pp. 705-713.

⁴⁸³ Cf. Fernando Valença, “Des relações e influências da ciência e da técnica na guerra. Perspectivas da sua importância num futuro conflito”, Revista Militar, Nº 7, Julho de 1951, pp. 425-445.

⁴⁸⁴ Cf. Eduardo Santos, “Mobilização Industrial”, Revista Militar, Nº 4, Abril de 1954, pp. 175-176.

⁴⁸⁵ Idem, p. 179.

é a regra.⁴⁸⁶ O desenvolvimento industrial assenta por seu turno no desenvolvimento da investigação científica.⁴⁸⁷

A leitura da Guerra Total tal como esta se traduzira na Segunda Guerra Mundial e na Guerra Fria alargara consideravelmente a visão que os militares portugueses tinham, não só do conceito de mobilização nacional, que ultrapassara consideravelmente as questões relativas à mobilização demográfica, à massificação humana do exército, como expandira o próprio conceito de Estratégia, já não limitado àquilo a que hoje se denomina Estratégia Operacional, à condução das operações de um exército mobilizado, para passar a considerar elementos como a estratégia económica, a estratégia organizacional e a geoestratégia. O facto não era só característico das Forças Armadas portuguesas, mas era generalizável à cultura estratégica euro-ocidental no pós Segunda Grande Guerra Mundial, fenómeno ainda mais acentuado com o aparecimento do facto nuclear.

Hervé Coutau-Bégarie salienta que essa revolução no pensamento estratégico, produto do que o autor chama a aceleração da História, era tradução das grandes mutações sócio-económico-políticas: a ideologização da guerra, que combinada com a tecno-industrialização da guerra, conduz esta à restauração da estratégia de aniquilamento. A tecnização da guerra, com a exponenciação das dimensões dinâmicas da acção agónica, a velocidade/mobilidade e o alcance, combinada com o aparecimento do facto nuclear, conduz à fragmentação da Estratégia. Estes factores fazem a Estratégia ultrapassar o facto militar para alargar o seu campo a novas dimensões agónicas não militares, desenvolvendo uma aproximação transversal e interdisciplinar com outras realidades das relações internacionais, isto é, a Estratégia ascende hierarquicamente aproximando-se da política e passa a fazer uma análise não só “militar”,

⁴⁸⁶ Idem, Ibidem, pp. 182-183.

⁴⁸⁷ Idem, Ibidem, p. 195.

mas político-estratégica. O seu objecto alargou-se igualmente, deixando de ser a acção militar no seu estado quase puro, para se dedicar à questão muito mais abrangente da defesa e da segurança do Estado.⁴⁸⁸ Não se deve contudo confundir Estratégia Total ou integral e Guerra Total.

A Estratégia Total unificando todas as estratégias parcelares, militares e não militares, numa grande estratégia, não implica a guerra total, podendo ser usada para atingir objectivos limitados, conquanto os instrumentos para o alcançar sejam totalizantes e englobalizados. Pelo contrário, a Guerra Total, visando o aniquilamento do adversário, pode ser efectuado num âmbito meramente militar, ou onde todos os esforços de uma dada entidade são canalizados tão só para uma estratégia puramente militar. O que distingue por conseguinte o conceito de Estratégia Total do conceito de Guerra Total, não é a noção de totalização, comum a ambos, mas a distinta racionalidade de ambas, expressa no seu fito teleológico. A Guerra Total totaliza-se no aniquilamento do adversário, na lógica extrema da mobilização nacional expressa na extremização do duelo, mesmo que tão só por fins militares, a Estratégia Total, totaliza-se na grelha englobalizante de leitura e na multiplicação das modalidades de acção dos decisores estratégicos, não só militares, mas fundamentalmente políticos. Esta ideia implica uma concepção racional alargada de estratégia⁴⁸⁹ que, apesar de subordinada à política, tenha contudo fins, que de alguma maneira são fins últimos, se bem que só completados definitivamente na política, derivados do valor da segurança para um Estado, fins estratégicos esses que podem ser considerados como os de defesa e preservação de uma comunidade histórico-entitária face à hostilidade e ao conflito de carácter hostilizante. A grelha de análise da Estratégia Total, já não é, como na visão clássica da Estratégia, as forças militares do inimigo, mas a sua

⁴⁸⁸ Cf. Hervé Coutau-Bégarie, 1999, pp. 403-409.

⁴⁸⁹ O conceito de racionalidade alargada da estratégia é retirado e considerado de acordo com as obras de Jean-Paul Charnay e António Horta Fernandes.

estrutura de poder internacional, as suas Forças Armadas sem dúvida, mas também e essencialmente a sua capacidade de gerar e demonstrar poder, as suas capacidades tecno-produtivas, as suas estruturas ideológico-mediáticas, as suas potencialidades demográficas, os seus elementos liderantes, e todas as outras que possam-se considerar.⁴⁹⁰

Esta leitura nova, ainda que não completamente consubstanciada da Estratégia e da guerra, é notavelmente expressa por Afonso Botelho em 1958. Para o autor, a Guerra Total é uma guerra também ideológica sobre as consciências, lastrando um combate político, não só militar. Ora, face a isso, os militares, outrora suspicazes da política, deviam retornar à sua aprendizagem, a aprendizagem da arte de governar e administrar.⁴⁹¹ Não se pense, no entanto, que A. Botelho pretendia ser subversivo, o texto inseria-se na recusa de determinada visão sobre a “autodeterminação dos povos” que não tinham em conta a especificidade nacional.⁴⁹² Em suma, o texto era um reflexo da progressiva oposição de Portugal à descolonização. Não obstante, trazia com ele uma perigosa novidade, a ideia de os militares reaprenderam a política. Ao alargarem o âmbito da Estratégia, os militares reintroduziam a política na sua visão geral da Ambiência Agónica, isto é, passaram a pensar a Estratégia também politicamente. Na verdade, como já salientara A. Pereira da Conceição em 1952, a Estratégia nunca fora uma ciência puramente militar, como o século XIX falhara em reconhecer, mas a ciência da segurança do Estado, a ciência da condução superior do Estado.⁴⁹³

Com a Guerra Total, nos anos cinquenta, os militares portugueses reaprenderam a pensar estrategicamente o caminho da política. Faltava

⁴⁹⁰ Para uma análise mais sistemática, a Parte Teórico-Methodológica.

⁴⁹¹ Cf. Afonso Botelho, “Reflexões político-militares”, Revista Militar, Nº 1, Janeiro de 1958, pp. 8-11.

⁴⁹² Idem, pp. 11-13.

⁴⁹³ Cf. A. Pereira da Conceição, 1952, pp. 5 e 14. “A Estratégia nunca foi uma ciência puramente militar” é o título da conferência publicada.

porém uma última evolução, que era a da distinção entre Guerra Total e Estratégia Total. Esta seria fruto da emergência do conceito de “guerra revolucionária”, que coabitando num limbo entre a guerra e a paz, usando de todos os instrumentos da “estratégia global”, na sua maioria, meios não clássicos, visava modificar o equilíbrio estratégico em prol do bloco de Leste, submetendo por meios indirectos uma entidade política à vontade da outra.⁴⁹⁴ A. T. Ferreira Passos salientava igualmente que a guerra total se desagregara em guerras subversivas e golpes de força político-militares.⁴⁹⁵ Assim, se o conceito de Guerra Total levara os teóricos militares a considerar a concepção de Estratégia Total, a Guerra Fria, autonomizaria o conceito, libertando-o da ganga da “guerra quente” para o transformar num concepção de uso geral na política de defesa de um Estado, reforçando a sua ascensão à dimensão política.

1.3.4.) A “Tactificação” da Estratégia, a Guerra “Trífibia” e a Fusão dos Exércitos: A Aplicação Teórica da Renovação da Estratégia

A tactificação da estratégia é uma expressão pouco disseminada na teoria militar no fim da Segunda Guerra Mundial e no início da Guerra Fria, mas que expressa muito bem a leitura que a mutação da guerra teve com a conflagração mundial e o surgimento do factor nuclear. Essa mutação obrigou os teóricos militares portugueses a repensarem não só a característica da guerra como a própria a orgânica das Forças Armadas, para se adaptarem as novas modalidades de choque armado. Mesmo quando não expressando o conceito de tactificação da estratégia, a maioria dos militares aplicava-o, visto todos assumirem na sua interpretação teórica

⁴⁹⁴ Cf. Serzedelo Coelho, “Técnica e táctica da guerra revolucionária”, Revista Militar, Nº 12, Dezembro de 1957, pp. 732-733.

⁴⁹⁵ Cf. A. T. Ferreira dos Passos, “O papel da marinha no mundo de amanhã”, Revista Militar, Nº 5, Maio de 1959, p. 283.

os fundamentos da concepção expressa. Eduardo Pires exprime bem o conceito de tactificação da estratégia quando em 1946 afirma que a amplitude dos espaços sujeitos às operações militares, o factor tempo adquirindo novo sentido, e o comando exercendo-se a longas distâncias levaram a estratégia militar a tactificar-se. A segurança deve passar a ser reflectida em termos continentais.⁴⁹⁶ Três ideias emergem no texto de Eduardo Pires. A ampliação do campo de batalha alargou-se ingentemente. Esse alargamento é expressão de um “novo tempo”, tempo esse, que é por seu turno, expressão da velocidade e da mobilidade, continentalizando o campo de batalha. O autor fala da “estratégia das grandes comunicações”⁴⁹⁷. A estratégia militar tal como entendida anteriormente perdeu significado ou viu-se diminuída face à brutal e expandida face da guerra. A chave do trabalho militar passou também a ser a tecnologia dos novos materiais.⁴⁹⁸ Ao afiançar da nova importância da engenharia na guerra, Eduardo Pires, mais não faz que salientar a revolução tecnológica que a guerra trouxe.

Antes de mais nada, a ampliação do campo de batalha. Este deixou de ser visualizado ao ritmo da marcha apeada das forças.⁴⁹⁹ Angelo Ferreira salienta-o já em 1941. Outrora, o avanço de uma força marchando pelos suas próprios pernas não ia além dos 20 quilómetros diários. A motorização permite avanços médios de 80 quilómetros dia. Similarmente, os destacamentos avançados não iam a distâncias maiores que a 20/30 quilómetros das principais forças. Com a motorização, a distância das vanguardas podem chegar aos 100/120 quilómetros. A frente e a vanguarda

⁴⁹⁶ Cf. Eduardo Pires, “A Engenharia nas Comunicações (estradas, sua construção, exploração e inutilização). Estratégia e Tática.” Revista Militar, Nº 2, Fevereiro de 1946, pp. 78-79.

⁴⁹⁷ Idem, p. 77.

⁴⁹⁸ Idem, Ibidem, pp. 83 e seguintes.

⁴⁹⁹ Ainda nos anos 30 um estudo salientava que regra geral a infantaria marcha a pé. Cf. J. Marcelino Barreira, “A infantaria orgânica no norte metropolitano”, Revista Militar, Nº 6, Julho de 1935, p. 420. Era uma preocupação motivada pela mobilização e pela possibilidade de ataque de surpresa por elementos móveis que ocupassem nas primeiras horas pontos chave do país. Para isso, o autor propunha que houvesse desde cedo uma forte cobertura da fronteira.

distenderam-se exponencialmente.⁵⁰⁰ Neto Parra considerava as distâncias diárias da mobilidade terrestre na guerra moderna ainda mais estonteantes, alcances na ordem dos 200 quilómetros dia com as guardas avançadas estendidas por 12 a 24 horas adiante.⁵⁰¹ John Keegan afirma que uma força motorizada podia percorrer facilmente 80 quilómetros dia.⁵⁰² Não se tratava por conseguinte de uma deformação de interpretação dos militares portugueses. Mas havia mais, avião a aviação, essa sim, que multiplicava por centenas, se não milhares de quilómetros, o alcance de uma força de batalha, ao mesmo tempo que reduzia ingentemente o tempo em que a manobra se processava. Venâncio Deslandes afirmava que a aviação trouxera à batalha uma dimensão nova, a tridimensionalidade e alargara a noção de profundidade. A guerra passar-se-ia a fazer de continente para continente.⁵⁰³ Hermes de Araújo Oliveira dizia precisamente que aquilo que outrora fora grande tornara-se pequeno.⁵⁰⁴ As armas modernas criavam uma estratégia global, uma estratégia mundial, fazendo com que a fronteira estratégica já não coincidissem com a fronteira geográfica.⁵⁰⁵ Assim, como já foi referido, a noção de Teatros de Operações alargara-se tridimensionalmente para abarcar em toda a profundidade a acção da aviação estratégica e as combinações terra-mar-ar.⁵⁰⁶

Esta redimensionamento exponencial do campo de batalha questionava a validade da antiga noção de Teatro de Operações e do espaço delimitado onde outrora se tinham travado os embates que produziam a decisão na guerra. Ainda em 1932, Tasso de Miranda Cabral falava da

⁵⁰⁰ Cf. Angelo de Aguiar Ferreira, “A marcha de aproximação” Boletim do IAEM, N° 9, 1942, pp. 40 e 42.

⁵⁰¹ Cf. A. Neto Parra, “A Artilharia na Batalha Relâmpago”, Revista de Artilharia, N° 219, Setembro de 1943, pp. 106-107.

⁵⁰² Cf. John Keegan, 1995, p. 381.

⁵⁰³ Cf. Venâncio Deslandes, “Na idade da desintegração”, Defesa Nacional, N° 147, pp. 76-77.

⁵⁰⁴ Cf. Hermes de Araújo Oliveira, 1947, p. 347.

⁵⁰⁵ Cf. Neto Milheiro, “A estratégia e as novas armas”, Defesa Nacional, N° 195/196, Julho/Agosto de 1950, pp. 70-71.

⁵⁰⁶ Cf. Alberto Andrade e Silva, 1951, pp. 587-589.

grande extensão do Teatro de Operações do Alentejo com três vias de penetração.⁵⁰⁷ E ressalva igualmente que apesar da Península Ibérica ser um todo geográfico, Portugal podia assumir-se como realidade geográfica estruturalmente específica, permitindo definir então Teatros de Operações próprios no território nacional.⁵⁰⁸ Para o autor, Portugal e o próprio espaço continental português podia ainda ser observado como um campo de batalha específico, como um espaço próprio de decisão militar, independentemente da Espanha. A Segunda Guerra Mundial destruiu essa ilusão. As novas armas, derivado da velocidade/mobilidade e do seu poder destrutivo, tinham alcances ingentes, continentais, pelo que a extensão e profundidade do território nacional mirrara para proporções anãs.

A segunda componente desta revolução era tecno-material. A amplidão espacial era expressão das novas tecnologias, dos novos meios materiais, que por seu turno valorizavam de forma impressionante as qualidades técnico-organizativas e logísticas das Forças Armadas e da Nação. Assim, A. Tancredo de Moraes afirmava em 1944, que a Segunda Guerra Mundial, era caracterizada pelo emprego de processos onde predominava a rapidez de movimentos e a espantosa quantidade de materiais e munições de toda a ordem tornara anacrónicos os modos de acção consagrados antes da conflagração mundial.⁵⁰⁹ Já B. S. o relevava ao considerar que a guerra integral da era moderna derivava das imensas possibilidades abertas pelo submarino e pelo avião.⁵¹⁰ Mas era precisamente essa mecanização do campo de batalha, essa maquinização maciça da guerra que explicava a ingente distensão do espaço e contracção

⁵⁰⁷ Cf. Tasso de Miranda Cabral, 1932, 2º Vol., p. 135.

⁵⁰⁸ Idem, 1º Vol., pp. 26-28.

⁵⁰⁹ Cf. A. Tancredo de Moraes, “Reabastecimento por via aérea”, Revista Militar, Nº 1, Janeiro de 1944, p. 12.

⁵¹⁰ Cf. B.S., Op. Cit., p. 225.

do tempo agónico.⁵¹¹ A combinação da maquinização/mecanização e da mobilidade/velocidade obrigava por outro lado à interdependência das três forças.⁵¹²

Segundo Hermes de Araújo Oliveira, na Segunda Guerra Mundial, a velocidade combinada com o poder de fogo impôs a coordenação no tempo e no espaço com vista a gerar capacidade operacional. De facto segundo o autor, enquanto os projecteis autopropulsionados e a arma nuclear trouxeram um acréscimo enorme da potência de fogo, o motor, aplicado ao carro e ao avião, aumentaram exponencialmente a mobilidade e a velocidade, obrigando a uma mais íntima coordenação da manobra.⁵¹³ Já B. S. relevava que a aviação unificara o mar e a terra, que agora dificilmente se poderia operar em cada um desses meios sem a cobertura do poder aéreo, criando a unidade total da guerra.⁵¹⁴ Esta coordenação valorizava igualmente o papel central das comunicações e da logística, da realidade material que suportava e unificava a acção das Forças Armadas na guerra.⁵¹⁵

Similarmente, A. Botelho de Sousa, considerava que o poder da aviação, indispensável à acção terrestre e marítima, assim como a infusão maciça de recursos materiais, acentuando o peso da logística, obrigavam à preparação e coordenação de qualquer acção militar e a uma maior inter-relação entre os Ramos, que exigia uma muito maior cooperação entre as diversas forças militares.⁵¹⁶ Era a guerra global que unificava o mar, o ar e a terra, resultando na preponderância das operações trífibias, ou seja, das acções combinadas terra-mar-ar, como se observara na Campanha do

⁵¹¹ Cf. J. Correia Pereira, “A Interdependência das três forças”, Revista Militar, Nº 8/9, Agosto/Setembro de 1949, p. 467.

⁵¹² Idem, p. 470-471.

⁵¹³ Cf. Hermes de Araújo Oliveira, 1947, p. 346.

⁵¹⁴ Cf. B. S., Op. Cit., p. 226-227.

⁵¹⁵ Cf. Alberto Andrade e Silva, 1951, pp. 588-589.

⁵¹⁶ Cf. A. Botelho de Sousa, 1951, p. 257-264.

Pacífico.⁵¹⁷ Era a questão da fusão dos exércitos, a tendência para a sua coordenação, produto da dita guerra trifíbia. Mas essa coordenação não resultava só da guerra trifíbia, mas igualmente da tecnologização, da industrialização e da ideologização da guerra. Afonso Botelho afirmava que a luta económica, a guerra subterrânea ou psicológica e a preparação militar representavam três componentes da mobilização total que caracterizava a guerra total e a defesa nacional integral.⁵¹⁸

Eis as três grandes componentes que segundo a maioria dos autores revolucionara a visão e a leitura da guerra. A amplidão da dimensão espacial, produto da tecnicização do modo de combater, que aumentara o poder destrutivo e a velocidade/mobilidade da acção agónica, e forçara a uma mais intensa coordenação, uma tendência para a fusão dos três Ramos, unificados pela transversalidade do meio aéreo e pela interfacialidade da técnica, expressa também sobre a forma comunicacional que facilitava a inter-relação das três forças militares. Mas esta evolução/revolução da guerra tinha outro significado mais abrangente. A montante do acto militar havia também algo fundamental, algo de essencial ao sucesso na guerra, a capacidade tecno-produtiva, a dimensão genética da Estratégia de uma dada nação, de um dado bloco. A Estratégia tinha, já não só de pensar a acção puramente específica de cada Ramo, mas de definir a coordenação entre os três Ramos e de pensar toda a preparação da nação para a guerra, preparação no sentido de mobilização dos recursos para sustentar as Forças Armadas em campanha, isto é, de preparar as capacidades tecnológicas e produtivas para a guerra futura e para se manterem em funcionamento durante o conflito, ao mesmo tempo que asseguravam o abastecimento, a moral e a vontade de combater das forças civis, fundamentais, na medida em que o seu esforço se expressava na capacidade científico-técnico-

⁵¹⁷ Idem, p. 261.

⁵¹⁸ Cf. Afonso Botelho, 1950, pp. 320-321.

industrial. Era este o sentido maior que A. Botelho de Sousa expressava como guerra una e total ou Afonso Botelho como defesa integral na guerra total.

Ora, do ponto de vista do pensamento estratégico, isto tinha um significado radical, uma mutação conceptual imensa. Para os militares dos anos 30, com raras excepções, a Estratégia era a expressão da política militar, que definia os objectivos políticos e organizava a preparação da Força Armada. A Estratégia, não era mais que a condução militar das operações, feitas em espaços específicos, na terra ou no mar, a cargo de cada um dos Ramos então existentes. Como ressaltava J. Correia Pereira, cada uma das forças vivia em campos separados, dotados de mobilidades distintas, a marinha assente na mobilidade motorizada do navio, o exército na mobilidade dada pelas pernas dos soldados, deslocando-se muito mais lentamente.⁵¹⁹ Um exército movendo-se a pé, não tinha uma mobilidade muito distinta dos que tinham feito as campanhas de Napoleão. Esta é até uma das razões apontadas por Martin Van Creveld para explicar a impossibilidade de sucesso do Plano Schliffen em 1914, na medida em que a gigantesca massa de infantaria alemã posta em operações, fez a caminhada pelo Norte de França locomovendo-se pelas suas próprias pernas, exaurindo-se fisicamente.⁵²⁰

O facto de a motorização e da aviação não terem demonstrado todas as suas possibilidades na Grande Guerra, surgindo tão só como um complemento à tradicional operacionalidade dos exércitos, fez com que os militares lusos, ainda nos anos 30 não se apercebessem efectivamente do que é que significava estes novos meios na guerra e por consequência o seu efeito na concepção estratégica. Esta continuou a ser vista como a condução das operações militares na guerra visando alcançar uma decisão

⁵¹⁹ Cf. J. Correia Pereira, 1949, p. 467.

⁵²⁰ Cf. Martin Van Creveld, Supplying War, Logistics from Wallenstein to Patton, Cambridge, 1977, p. 140.

militar favorável à acção política. Era, no sentido estrito, bem estrito, uma mera Estratégia Operacional, segundo a nomenclatura actual. Mas esta visão tinha toda a lógica, visto que sendo a mobilidade militar ainda mensurada pela locomoção das pernas da infantaria, a dimensão do país, por pequena que fosse era perfeitamente aceitável, face a tão tímida mobilidade. Para Tasso de Miranda Cabral, que até considerava que os veículos automóveis seriam úteis para apoiar um rápido reforço de algumas posições,⁵²¹ a transformação da guerra criada pela Grande Guerra não era de foro tempo-espacial, ou técnico-industrial, mas de foro demográfico, pela muito maior mobilização de efectivos que as nações modernas tinham proporcionado aos exércitos. A defesa avançada era uma variação face à defesa recuada, que no fundo, fora desde Wellington a estratégia militar de defesa de Portugal, mas era uma variação assente tão só no aumento demográfico das forças do Exército, para depois se travar uma batalha, ou um conjunto de batalhas que em muitos casos, não seriam minimamente distintas, fosse algum aumento do poder de fogo, das batalhas que Wellington tinha travado cerca de centos e poucos anos antes. A Estratégia, no sentido em que era conceptualizada antes da Segunda Guerra Mundial reflectia então a crença na possibilidade de uma decisão militar decisiva ser alcançada pelo exército, ou os exércitos de campo portugueses.

A Segunda Guerra Mundial e a facto nuclear matou esta visão da Estratégia, e num duplo sentido, no seu sentido conceptual e no seu sentido operacional. Os exércitos, por muito grandes que tenham sido ou fossem, já não representavam tudo na decisão estratégica, vista que face à guerra do material, os elementos tecnológico e industrial passaram a ser fundamentais, e esses factores geravam meios de tal modo poderosos em termos de mobilidade e poder destrutivo que a ideia de decisão num espaço

⁵²¹ Veja-se a ideia do autor de concentrar em Castelo Branco um razoável número de automóveis, usando mesmo o método de requisição civil, para reforçar rapidamente com tropas a cobertura da Beira Baixa. Cf. Tasso de Miranda Cabral, 1932, 1º Vol., pp. 295-296.

agora imensamente mirrado como Portugal era de duvidosa fundamentação. O conceito de tactificação da estratégia que alguns teóricos militares aplicaram reflecte essa percepção, essa compreensão. A estratégia, *strictu senso*, operacional, mirrara na possibilidade de decisão. Para ter algum efeito, tinha de ser apoiada por um imenso potencial produtivo tecnológico que lhe fornecesse os meios para alcançar a possibilidade de decisão, e distendendo-se ingentemente no espaço a ritmos temporais estonteantemente mais curtos. Assim sendo, a estratégia, *strictu senso*, operacional, passava a ser um instrumento de “algo” que teria peso para decidir a guerra, pelo que esta estratégia, mais não era que uma táctica.⁵²² A estratégia tactificara-se, ou melhor, a velha concepção de Estratégia já não era válida para o mundo que emergira com a Segunda Guerra Mundial.

A renovação da concepção de Estratégia teve de passar por isso pela sua ascensão conceptual à política, como já se realçou anteriormente. Uma das fases dessa ascensão foi a denominada “fusão dos exércitos”, que mais não era que a necessidade de coordenação estratégica, a combinação estratégica das actividades dos três Ramos. No período Entre-Guerras, a política naval e a política militar enquadravam as estratégias naval ou terrestre de cada uma das forças, Ramos das Forças Armadas. Não se considerava quase nunca a possibilidade de uma estratégia conjunta, para o qual, nem sequer havia uma efectiva entidade militar coordenadora,⁵²³ que só emergiria incipientemente com a criação do Ministério da Defesa em

⁵²² Não deixa de ser sintomático que João de Sá Nogueira retoma a noção de “grande táctica” para o nível de comando de exército e corpos de exército, que sendo claramente distintos da acção de brigada, regimento, batalhão, etc., pela revolução da guerra tinham perdido o seu carácter estratégico, de decisividade no campo de batalha, tornando uma mera zona de transição entre a táctica e a estratégia. Cf. o autor, *Op. Cit.*, pp. 142-143.

⁵²³ Havia sido criada em 1935 (Lei 1905) uma Comissão Mista dos Estados Maiores do Exército e Naval, órgão de consulta do Conselho Superior Militar. Não parece todavia que a comissão tivesse tido papel algum na consecução da política de defesa militar do país. Seria tão só um verbo de encher (Cf. Supra).

1950 e principalmente com a reorganização do cargo de CEMGFA em 1956.

Assim, nos anos 20 e 30 havia tão só duas distintas estratégias, a estratégia naval e a estratégia militar (terrestre). Com a guerra, a pressão teórica para uma maior coordenação acentuou-se. É certo, os teóricos dos dois ramos defendia uma maior coordenação, mas sem se perder a especificidade de cada Ramo,⁵²⁴ pressentido-se em todos os textos um profundo receio, principalmente da Armada, de ser engolida pelo Exército. No entanto, a despeito desse receio, mesmo os teóricos oriundos da Armada salientavam a importância de uma maior coordenação entre os diversos Ramos. O “fusionamento” foi um salto na ascensão conceptual da Estratégia em direcção a uma aproximação à política. Esta vai ser consideravelmente consumada com a concepção da estratégia integral ou geral (hoje denominar-se-ia de Estratégia Total).

A estratégia integral ou geral não lida unicamente com questões militares, mas considera elementos não militares, civis, nomeadamente as questões da mobilização moral-ideológica e tecnológico-produtivo, assim como não se reduz só à condução das operações no campo militar, mas lida com a antevisão e preparação da própria sociedade para a guerra. Ela fica ancorada à estrutura política, tão importantes se tinham tornado os componentes não militares da defesa nacional. A partir da noção de tactificação da estratégia, da guerra trifíbia e da fusão dos exércitos, revolucionou-se o conceito de Estratégia, e abriu-se as portas à assunção desta à política.

⁵²⁴ É exemplar o caso de B.S., que apesar de ser dos primeiros a defender essa maior coordenação “inter-ramos”, avisa desde logo que essa maior integração não pode ser feita à custa da especificidade de cada um dos Ramos. Cf. B.S., *Op. Cit.*, pp. 226-227. O autor demonstra um verdadeiro receio pela criação de um Ministério das Forças Armadas, preferindo um modelo organizacional de coordenação similar ao Conselho Imperial de Defesa britânico, que incluía também estruturas civis. Idem, p. 227. (facto já observado anteriormente).

*Praxes: A (Re)Construção de uma Força Armada
e de uma Política de Defesa (1919-1958)*

A primeira parte da obra permitiu-nos introduzir as grandes concepções teóricas que presidiam a visão militar da política de defesa e da política militar. Não é necessariamente correlacionável a visão teórica e a prática político-militar na construção de uma política de defesa, quer porque os recursos a constroem, quer porque o poder político, por variadas razões discorda da visão militar e opta por outras soluções que lhe parecem mais razoáveis. No entanto, qualquer destas situações implica uma clara definição hierárquica das relações entre o poder militar e o poder civil, assim como a assumpção por cada uma das partes das suas respectivas posições dentro da sociedade política, que reflecte por seu turno a legitimidade que cada uma detém face à sociedade em geral. Sendo o Estado Novo um regime oriundo de um golpe de estado e sustentado em boa medida na “força das baionetas”, a relação político-militar não podia ser puramente hierárquica e implicava um relacionamento especial, uma cuidada combinação de interesses, dependendo da relação de força de ambos os poderes em cada momento.

A segunda parte irá lidar com a constituição efectiva da política de defesa do Estado Novo, política essa em que os militares, pelo seu peso político-social efectivo tinham algo a dizer, mas que era contrabalançado pelo peso muito especial de Salazar no regime. A política de defesa do Estado Novo não é, assim pretender-se-á demonstrar, nem a política de defesa dos militares, nem a política de defesa de Salazar, mas sempre uma espécie de combinação, onde a parte com maior peso político no momento e com maior habilidade impõe a maioria das suas ideias ou deixa que a realidade as imponha. Neste sentido, a visão militar da política de defesa não se pode desconsiderar como pura teoria, visto que na prática, a sua

perspectiva acaba sempre por aparecer, mesmo que os seus efeitos práticos sejam depois quase totalmente nulos, o que nem sempre é decorrente das atitudes do ditador. Para compreender a política de defesa do Estado Novo não basta contudo começar quando o regime se impôs, derivado das reformas efectuadas nos anos 30 terem por detrás tentativas de reconstrução das Forças Armadas nos anos 20, que apesar de insucedidas, não deixaram de marcar as subsequentes reestruturações.

Se referimos reformas, e não na reforma, tal deve-se ao facto de os anos 30 marcarem efectivamente uma reforma global da política de defesa, com peso institucional que ficou bem para lá dessa década, e que perdurou quase até ao século XXI, não se resumindo as famosas reformas de 1936-37. Estas são tão só relativas ao Exército, é certo, que do ponto de vista do regime, até pelo peso político muito forte deste, as mais complicadas, mas as reformas dos anos 30 incluem igualmente a reforma da Armada, e principalmente a muito esquecida reforma dos órgãos superiores de defesa, como pretendemos demonstrar, o primeiro passo para o efectivo controlo político das Forças Armadas e principalmente do Exército. Esta perspectiva implica que se vá comparando a evolução do Exército e da Armada (e posteriormente a 1952, a da Força Aérea) ao longo do período em estudo, tanto mais que nem sempre, e muito pelo contrário, as duas forças, os dois Ramos concordavam sobre o caminho a seguir.

Não se pretende porém com esta parte fazer uma narrativa, uma história da relação entre as Forças Armadas e Salazar/Estado Novo, mas sim procurar compreender a estruturação da política de defesa nacional na confluência de dois/três prismas distintos, o relativo às Forças Armadas, ou melhor dizendo, ao Exército e à Armada e o relativo a Salazar, nem sempre conflitantes. Para isso, optou-se inicialmente por analisar a componente teórica do pensamento militar, passando-se agora a combiná-la com o planeamento militar da defesa dos anos 20 aos anos 50, comparando

igualmente a legislação produzida pelos militares nos anos 20 (reforma da Armada de 1924-25 e reforma do Exército de 1926) com a do regime relativamente às leis militares e de defesa nacional e com a opinião que Salazar ou alguns membros próximos do ditador foram tendo sobre a política de defesa. Com base nestes dados se poderá talvez delimitar o efectivo controlo político do regime sobre as Forças Armadas ou das Forças Armadas sobre o regime, ao mesmo tempo que se aprofunda o conhecimento sobre a política de defesa militar-naval de Portugal nessa Era. A continuidade ao longo do texto será assim, tão narrativa quanto sequencial e interpretativa, na medida em que como já se salientou, não se pretende construir uma História das relações entre Salazar/Estado Novo e as Forças Armadas, mas compreender a construção de uma política de defesa num contexto político militar específico, não só derivado da existência de um regime forte, ditatorial, mas também, produto das profundas mutações ocorridas no Mundo, não só de carácter político, mas igualmente de carácter estratégico e técnico-tecnológico militar.

2.1.) As Forças Armadas no Limbo: O Exército e a Armada nos anos 20.

As Forças Armadas portuguesas saíram da Grande Guerra humilhadas. A participação portuguesa fora medíocre, a despeito dos esforços efectuados pelo país, e saldar-se por uma série de derrotas, de que a denominada Batalha de La Lys¹ era o emblema. O exército português estava mal equipado e mal preparado para enfrentar as reduzidas missões que lhe incumbiam, quer em terra, quer no mar, e as forças enviadas para a Flandres só o puderam ser, na medida em que tinham sido praticamente re-

¹ Sobre a Batalha de La Lys há um estudo recentíssimo que corrobora em parte o que a investigação anterior tem afirmado. Cf. Mendo Castro Henriques e António Rosas Leitão, La Lys, 1918, Os Soldados Desconhecidos, Lisboa, 2001.

equipadas pela Grã-Bretanha, exército a que estavam adstritas.² Em África, as expedições tinham-se saldado por inevitáveis desastres militares que tinham terminado com a brutal humilhação da invasão de Moçambique por uma reduzida força alemã de cerca de 3000 soldados que quase atingira a Beira.³ No mar, a Armada portara-se o melhor que pudera, mas carecia de quase tudo o que era necessário, e praticamente não dispunha de navios modernos com que efectuar a sua limitada missão. Também aqui, outra derrota era o emblema da participação portuguesa, a destruição do caça-minas Augusto Castilho por um submarino alemão superiormente armado.⁴ A década da guerra não terminaria sem uma enorme confusão provocada pela morte do denominado por Fernando Pessoa Presidente-Rei Sidónio Pais e pela pequena guerra civil que a denominada Monarquia do Norte produzira. (descontando-se aqui o impacto da pneumónica tão mal estudada nos seus efeitos em Portugal). Finda a grande Guerra, reorganizado o melhor que se pôde o Estado na denominada República Nova, também as Forças Armadas procuraram de novo rearmar-se e reorganizar-se para enfrentar de forma mais eficiente a guerra do futuro. Nas breves páginas que se seguem far-se-á um *vol d'oiseau*, quer pelo estado do Exército e da Armada nos Anos 20 e princípios dos 30, quer pelas tentativas de reforma que então foram intentadas.

² Sobre a Grande Guerra, para além do estudo já clássico coordenado por Cf. Ferreira Martins, Portugal na Grande Guerra, 2 Vols., Lisboa, 1935, Veja-se a recente obra de Coordenação de Cf. Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes, Coord., Portugal na Grande Guerra, 1914-1918, (s/l), (s/d). O III Vol. Da História do Exército (1910-1914) contém igualmente estudos sobre a participação portuguesa na Grande Guerra. Cf.. A. N. Ramires de Oliveira, História do Exército Português (1910-1945), 3º Vol., Lisboa, 1993. Para uma síntese da participação portuguesa na Grande Guerra, a recentíssima Cf. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira, Dir., Nova História Militar de Portugal, 4º Vol. (Coord. De Nuno Severiano Teixeira), Lisboa, 2004, pp. 14-34 (texto de Nuno Severiano Teixeira).

³ Sobre a campanhas de Moçambique veja-se por exemplo um estudo por mim efectuado há alguns anos Cf. António Paulo David Duarte, “Esboço para uma Leitura Estratégica sobre a Campanha de Moçambique (1914-1918), Revista Militar, Nº 8/9, Agosto/Setembro de 1998, pp. 667-704. Veja-se também a nota anterior.

⁴ A participação da Armada na Grande Guerra foi exaustivamente estudada por Cf. António Telo, 1999, pp. 237-296.

2.1.1.) O “Zero” Militar

O corpo profissional de oficiais do Exército saí da Grande Guerra profundamente desiludido com a I República. A participação fora humilhante e ferira profundamente o honra das forças militares.⁵ Sem recursos financeiros, o rearmamento do exército parecia inviável, aumentando o descontentamento militar e a sua hostilidade à I República, que seria um dos factores dos levantamentos militares contra o regime republicano.⁶ Logo após a Grande Guerra, os plenipotenciários portugueses à conferência de paz tinham tentado aproveitar os despojos da guerra para conseguirem um rearmamento pouco dispendioso do Exército (e também da Armada), mas a realidade mostrara a inviabilidade da ideia e nada tinham conseguido trazer.⁷ De facto Jorge Botelho Moniz justificava em parte, o 18 de Abril de 1925 com o estado deplorável a que chegara o Exército e a Força Armada em geral.⁸

Vejamos então o que o autor afirmava. Os soldados não tinham uniformes em condições, e como só era distribuído um por recruta, muitas vezes, enquanto o fato se lavava, estavam os homens metidos nas casernas, à espera, em ceroulas. O calçado era igualmente medíocre, feito à base de papelão, rompia-se facilmente, fazendo com que muitos homens andassem descalços ou quase descalços na recruta. Isto quando havia uniformes e calçado, porque segundo Jorge Botelho Moniz, já lhe coubera dar recruta a

⁵ Cf. António Telo, “A República e as Forças Armadas”, in João Medina, Dir., História de Portugal, dos Tempos Pré-Históricos aos nossos dias, Amadora, (s/l), pp. 293-294.

⁶ Um exemplo entre outros da ligação entre o 28 de Maio de 1926 e o rearmamento do Exército pode ser encontrado nas memórias de H. Delgado. Cf. o autor, 1974, pp. 72-73. De qualquer modo, o texto do autor é paradigmático, na medida em que ele apresenta um documento que teria sido assinado por vários oficiais.

⁷ Sobre a participação portuguesa na Conferência da paz em Versalhes em 1919 e a respectiva relação com o rearmamento da Força Armada portuguesa veja-se Cf. José Medeiros Ferreira, Portugal na Conferência de Paz, Paris, 1919, Lisboa, 1992a, pp. 74-75.

⁸ Cf. Jorge Botelho Moniz, O 18 de Abril, 2ª Ed., Lisboa, 1926, p. 27.

soldados vestidos com a sua roupa civil, de tamancos, descalços e até de fraque e chapéu de côco.⁹

A situação do material de guerra não era mais animadora. A artilharia do Campo Entrincheirado de Lisboa era quase toda ela arcaica e obsoleta, estando ainda muito mal conservada porque a verba para a manutenção era irrisória. O alcance das bocas de fogo era irrelevante face às modernas armas, e à noite inútil, falha de aparelhos de pontaria que possibilitassem o tiro nocturno. A fortificação era para os padrões modernos irrisória e fraquíssima.¹⁰ A instrução das unidades era ela própria confusa, cada regimento instruindo os soldados como podia e segundo concepções próprias, não havendo doutrina táctica unificada, nem provavelmente sequer um arremedo de doutrina táctica geral.¹¹ O armamento e as munições eram de variada proveniência e em pouca quantidade, criando imensas dificuldades de municiação e de reposição do material em caso de guerra, visto as unidades terem modelos diferentes de armas.¹²

Não se pense que por ser um texto que procurava legitimar face à opinião pública a rebelião do 18 de Abril de 1925 não contivesse uma grande dose de verdade. Na verdade, a situação do Exército português era nos anos 20 calamitosa em homens e em equipamento. Não deixa de ser arquetipal que só em 1930 se tenha finalmente decidido retirar por obsoleta a artilharia de ante-carga (ou carga pela boca).¹³ Em 1930 o Exército criara uma comissão para estudar o seu rearmamento progressivo. A sua análise não apresentava tão só as justificações técnico-militares e os modelos de armas para o desejado futuro rearmamento, mas também incluía importantes apreciações sobre o estado do material de guerra que o

⁹ Idem, pp. 30-31.

¹⁰ Idem, Ibidem, pp. 31 e 36.

¹¹ Idem, Ibidem, pp. 40-41.

¹² Idem, ibidem, p. 49.

¹³ Cf. Boletim da Direcção da Arma de Artilharia, Nº 1, 1930, p. 1.

Exército então possuía, deficiências que já vinham dos anos 20. A infantaria recebera recentemente 740 metralhadoras novas, 100 metralhadoras pesadas Vickers, 440 metralhadoras ligeiras Madsen, e 200 metralhadoras ligeiras Vickers-Berthier. Era tudo o que de novo tinha o Exército.

Fora as metralhadoras, faltavam os morteiros, só havia 12 e os canhões de acompanhamento de infantaria. A cavalaria estava armada com carabinas de 6,5 m/96 completamente inapropriadas para uso devido à sua velhice e desgaste. A infantaria tem dois tipos de espingardas, a 6,5 m/904 Mauser-Vergeiro e a 7,7 m/917 Lee enfield que dificulta a organização logística e a instrução da tropa. A maioria das espingardas estavam contudo em estado muito deficiente, detendo uma precisão medíocre devido aos canos terem as estrias muito desgastadas. A situação era agravada pelo facto da fábrica de Braço de Prata só produzir 1.000 espingardas por ano, quando seriam necessárias pelos menos 60.000 em cinco anos. O Exército dispunha em 1930/31 de 157 bocas de fogo de campanha de diversos tipos e calibres. Eram armas já sobre-utilizadas, quer na Grande Guerra, quer por já terem mais de duas décadas de uso em mãos nacionais.

Segundo o texto havia 10 baterias de 7,5cm m/917 e 18 baterias de 7,5 cm m/904 além de 3 baterias de 7cm m/904 MTR. Porém, grande parte destas armas tinha os canos desgastados e exigiam uma retubação o mais imediata possível. A artilharia de costa estava completamente ultrapassada, com alcances de fogo limitados em 12,5 quilómetros, quando as bocas de fogo principais dos grandes navios das grandes potências alcançavam os 27,5 quilómetros, pelo que poderiam bombardear Lisboa fora da réplica da defesa portuguesa.¹⁴ Esta breve passagem por um relatório técnico

¹⁴ O relatório encontra-se no Cf. AHM, Fundo Tasso de Miranda Cabral, 26º Divisão, 5º Secção, Caixa 331, nº 89, ano de 1931.

confidencial, como diz a capa do mesmo, demonstra que a perspectiva de Jorge Botelho Moniz estava muito longe de ser um exagero.

Com efeito, mesmo a visão que o autor do “18 de Abril” expressava do situação dos soldados nos quartéis era verdadeiramente paradigmática. O relatório de 1931 do comandante da 1ª Região Militar reconhecia que os alojamentos das unidades tinham em regra geral condições medíocres, estando na sua maioria disseminado por velhos e impróprios conventos arruinados.¹⁵ Tão tardiamente como 1937, no mais impróprio dos sítios para numa ditadura salientar a falta de qualidade dos aquartelamentos militares, lastimava-se o deputado da Assembleia Nacional Lobo da Costa que no quartel que comandava e onde se esforçava por pernoitar três vezes por semana, os soldados tinham no verão de dormir ao relento para fugir aos percevejos que infestavam as casernas.¹⁶

Esta situação geral configurava o estado do Exército como de um autêntico “zero militar” utilizando a feliz expressão que F. Pereira da Silva usara para caracterizar a Armada na década de 20.

2.1.2.) O “Zero Naval”

Se o estado do Exército era medíocre, o da Armada não era melhor. A Armada enfrentara a Grande Guerra com inúmeras dificuldades, e tal como o Exército procurara aproveitar os despojos de guerra para conseguir modernizar-se.¹⁷ A participação nas conferências de Paris-Versalhes fora

¹⁵ Cf. AHM, Classificador Geral, 14 – Documentos do Ministro da Guerra Namorado de Aguiar, B – Processos Privativos, Caixa 7A.

¹⁶ Cf. 137ª Sessão da Assembleia Nacional, 15 de Maio de 1937, Diário das Sessões da Assembleia Nacional e da Câmara Corporativa, Lisboa, de 25 de Novembro de 1936 a 31 de Maio de 1937, p. 739.

¹⁷ Segundo José Medeiros Ferreira, a Armada elaborara uma proposta onde se considerava a aquisição (apropriação como despojos de guerra) das seguintes unidades de origem alemã: 4 cruzadores rápidos de 4000 ton., 8 cruzadores ligeiros de 1800 ton., 12 contratorpedeiros de cerca de 900 ton., 8 canhoneiras de 1000 ton., 4 submersíveis e alguns aviões e hidroaviões. Cf. José Medeiros Ferreira, 1992a, p. 66.

mais feliz para a Armada que recebera algum material austríaco de qualidade duvidosa, reconheça-se, porém bem longe dos objectivos a que se propusera o governo de Lisboa.¹⁸ Além disso, em 1920 foram também adquiridos na Grã-Bretanha dois *Sloops*, errônea ou megalomanamente baptizados em Portugal de cruzadores.¹⁹ Em 1926, segundo um documento de 1936 a Armada tinha 29.590 Toneladas²⁰ de navios, mas pouquíssimos eram modernos, isto é, construídos durante ou posteriormente à Grande Guerra. No total havia 44 unidades navais, das quais tão só 15 eram de ou posteriores a 1914, e mesmo, dessas unidades, muitas estavam desgastadas pela guerra. Era uma Armada muito ligeira, em que o navio mais pesado, o cruzador Vasco da Gama deslocava tão só 3.030 Toneladas,²¹ sendo para cúmulo, um dos navios mais velhos desta, visto ter sido adquirido em 1876 (e modernizado em 1902).

A maioria dos navios mais recentes eram unidades de pequeno ou muito pequeno porte, contratorpedeiros e torpedeiros, e os dois “avisos”, *Sloops* adquiridos aos britânicos e erroneamente denominados de cruzadores, visto ambos rondarem apenas as 1.250 ton., e estarem tão só armados com peças de calibre igual ou inferior a 76mm,²² quando a maioria dos cruzadores ligeiros da Grande Guerra rondavam já as 5.000 ton., de deslocamento com as bocas de fogo principais com calibres de 152mm/155mm. Os outros navios mais recentes da Armada, nomeadamente os contratorpedeiros e os torpedeiros eram pequenas unidades que não atingiam sequer as 1.000 toneladas, rondando os primeiros as 650 e os segundos as 250.²³ Assim, como se pode observar, a

¹⁸ Esta informação é retirada de Cf. António Telo, 1999, p. 312. Foram entregues seis torpedeiros austríacos da classe TB82F de 244 Ton., dois dos quais se perderam na viagem para Portugal.

¹⁹ Idem, p. 311.

²⁰ Cf. AGM., Documentação Avulsa, Caixa 1392.

²¹ Idem.

²² Idem, Ibidem.

²³ Idem, Ibidem.

Armada posterior à Grande Guerra, continuava a ser uma força de pequenos meios, envelhecida, a uma colossal distância do projecto naval de 1911-913(ver Infra, 1º Parte).

Apesar dos projectos e esforços de F. Pereira da Silva e de outros oficiais da Armada, a evolução dos anos 20 não foi de molde a reconstruir a marinha de guerra nacional. Em Novembro de 1925 criara F. Pereira da Silva a Divisão Naval com vista a instrução da Armada e ao desenvolvimento do gosto pelo “nosso Império colonial”. Esta seria formada pelos cruzadores Adamastor, Carvalho de Araújo e República e efectuaria uma viagem de instrução naval e colonial a Cabo Verde, Guiné e Angola.²⁴ As verbas que faltavam para o Exército, também faltavam para a Armada, e mesmo projectos de preparação naval esbarravam em situações dramáticas de falta de meios para os concretizar. É assim que o Projectada Esquadra de Operações que Pereira da Silva anima em meados dos anos 20, pouco mais consegue efectivamente ser que um projecto.

De facto, por ordem assinada pelo Comando Geral da Armada em 23 de Março de 1926, Portaria N° 4.594, sendo então F. Pereira da Silva Ministro da Marinha era criada a Esquadra de Operações, composta por uma divisão de cruzadores com os navios Adamastor, o Carvalho de Araújo e o Vasco da Gama, tendo ainda uma flotilha ligeira, com os contratorpedeiros Douro, Tâmega e Vouga, e os torpedeiros Ave, Sado e Mondego. Compunha-se igualmente de uma esquadrilha de Canhoneiras, de uma esquadrilha de Submarinos e de uma pequena esquadrilha de hidroaviões com 4 Fockers. O relatório do comando da Esquadra de Operações refere contudo que esta não passou da fase de organização visto que o material deficientíssimo, o pessoal insuficiente e as unidades heterogéneas inviabilizaram efectivamente os exercícios de conjunto ou tornaram-nos complicadíssimos para pessoal que estava muito longe de ter

²⁴ Cf. AGM., Documentação Avulsa, Caixa 1392.

a instrução adequada. De facto, o relatório do comando propunha que se adoptasse exercícios de carácter mais simples antes de se avançar para grandes manobras complexas.²⁵

Assim, como se pode perspectivar, a situação da Armada não era melhor que a do Exército nos anos 20, ambos digladiando-se com recursos exíguos e meios ultrapassados para responder às supostas necessidades militares do país. Esta situação explica o conceito de F. Pereira da Silva de “Zero Naval” que intitula também estes sucapítulos, e que expressava bem a situação calamitosa da Força Armada, basicamente tão só capaz de uso interno. É neste contexto que emergem ideias e planos para concretizar reformas que superassem as imensas debilidades da Força Armada e permitissem a reorganização e o rearmamento do Exército e da Armada. Mas se no caso da Armada, os primeiros traços são já delineados durante a etapa final da República, pela pena e pela obra de F. Pereira da Silva, no caso do Exército seria preciso esperar pelo período posterior ao golpe de Maio de 1926 para se começar a sua reforma. Nenhum destes projectos seria contudo plenamente consumado, senão com o advento do Estado Novo.

2.1.3.) Os Projectos Inacabados dos Anos 20

A situação do Exército e da Armada deram lugar a alguns projectos de reforma durante os anos 20, que antecipam as reformas que serão efectuadas nos anos 30. Num certo sentido, a Era das Grandes Reformas começa com a reforma militar de 1926, reforma que ficaria fundamentalmente no papel, falha de recursos e submergida pelo papel de instrumento de revolução e contra-revolução que o Exército e com bem

²⁵ Cf. AGM., Estado Maior Naval, Núcleo 224, Caixa 466. Relatório do Comandante da Esquadra de Operações, datado de 12 de Julho de 1926.

bem menor visibilidade a Armada, tiveram durante a denominada Ditadura Militar. Antes dela, já F. Pereira da Silva ante-visualisara a estrutura de forças que estaria na base do rearmamento naval no início dos anos 30.

2.1.3.1.) O Projecto Pereira da Silva²⁶

Segundo uma nota de Julho de 1922 do Chefe do Estado Maior da Armada, a aquisição material dever-se-ia subordinar ao programa naval, ainda não fixado e assentar em várias bases fundamentais. As bases surgiam de o país ser uma potência colonial, o que justificaria dispor-se de uma armada de 1º ordem, aliado da Grã-Bretanha, o que obrigaria a um reforço do apetrechamento conveniente dos nossos portos continentais e coloniais como pontos estratégicos e bases de operações, que os valorizassem e valorassem a relação de Portugal com o nosso aliado.²⁷ O arquétipo de projecto naval seria de facto desenvolvido brevemente por F. Pereira da Silva, assentando precisamente nas premissas expressas por esta nota. As bases do grande projecto assentavam precisamente neste duplo vector, de Portugal ser aliado da maior potência naval do Mundo, a Grã-Bretanha e de ser um grande Império Colonial, com importantes e decisivas posições navais no Atlântico que exigiam uma armada dotada de meios para as proteger e valorizar. Não se encontrou no Arquivo Geral da Marinha qualquer documentação oficial sobre o projecto F. Pereira da Silva, contudo este publicou as bases do seu programa nos Anais do Clube Militar Naval em 1924, que tem fornecido a base para o seu estudo, e de que já se falou quando se analisou o pensamento do autor (Cf. *infra*, I parte). Por isso, aqui analisar-se-á tão só o projecto geral de rearmamento

²⁶ Deve-se a António Telo o primeiro estudo sistemático do projecto naval de F. Pereira da Silva, Cf. o autor, 1999, pp. 315-318.

²⁷ Cf. AGM., Documentação Avulsa, Caixa 1377, Nota Nº 124, 12 de Julho de 1922.

proposto por F. Pereira da Silva que estaria na base do reequipamento naval de inícios dos anos 30.

Como já se observou, o projecto naval de F. Pereira da Silva assentava numa concepção geopolítica e geoestratégica que valorizava a posição de Portugal como potência atlântica e colonial aliada tradicional da Grã-Bretanha, no qual a Armada era o principal elemento da Força Armada, quer com vista a apoiar a acção da aliança, quer com vista a ser utilizada nas colónias para debelar rebeliões locais ou para efectuar manobras de soberania. Além disso, visava assegurar a capacidade de contestar o domínio do mar próximo, fundamentalmente os acessos ao porto de Lisboa, tendo como inimigo provável a esquadra espanhola. Para isso F. Pereira da Silva pugnava pelo equipamento da Armada com um conjunto de flotilhas combinadas de cruzadores, líderes de flotilha e contratorpedeiros que contestassem e dirimissem o controlo do mar próximo, através de manobras de incursão rápidas e devastadores, apoiados também em meios submarinos e em meios aéreos. O plano obrigava a aquisição de três cruzadores rápidos modernos, três líderes de flotilha e nove Contratorpedeiros, além de doze Submarinos e diversos meios aéreos. Quatro a cinco cruzadores velhos seriam utilizados nas operações coloniais.²⁸

O plano apresentado por F. Pereira da Silva ao Conselho de Ministros e à imprensa em Maio/junho de 1925 diferenciava-se um pouco do modelo do seu projecto de 1924. Assim, propunha-se a aquisição de dois cruzadores ligeiros de 8.000 ton., 4 cruzadores-torpedeiros ou líderes de flotilha de 2.000 ton., 8 contratorpedeiros de 1.200 ton., e 8 submersíveis, além de meios aéreos. A ideia era a de criar duas esquadras ligeiras de carácter defensivo, visando dificultar ao “nosso inimigo

²⁸ Este plano já foi descrito na primeira parte desta obra. O projecto Pereira da Silva foi apresentado nos ACMN no número de Janeiro-Março de 1924. Cf. o autor, 1924.

provável”, isto é, a Espanha, na terminologia coeva, o controlo do mar que banhava as costas portuguesas. Uma esquadra seria composta por um novo cruzador ligeiro, 2 novos cruzadores torpedeiros, e os 4 velhos contratorpedeiros da classe Douro e os 4 velhos torpedeiros da classe Liz (ex-austriacos). A segunda esquadra ligeira seria composta tão só por meios novos, um novo cruzador ligeiro, dois novos contratorpedeiros cruzadores e oito novos contratorpedeiros.²⁹ Tratava-se de um plano mais mitigado do que o apresentado em 1924 e mais vocacionado para a contestação do mar próximo.

António Telo considera que o plano de F. Pereira da Silva era economicamente inoportável, comparando o seu custo de quatorze milhões de libras com os vinte e dois milhões de libras da dívida de guerra de Portugal à Grã-Bretanha, pelo que era quase inviável a sua aplicação na década de vinte.³⁰ No entanto, a obra de F. Pereira da Silva não se ficou tão só pelo seu projecto naval. Enquanto Ministro da Marinha reorganizou as estruturas do Ministério sob sua tutela e da Armada. Já antes, em 1920 tinha sido criado o Curso Naval de Guerra, dirigido a um conjunto seleccionado de oficiais da Armada.³¹ F. Pereira da Silva reorganiza o currículo do curso em 1924³² e reestrutura a organização do corpo de marinheiros e do corpo de oficiais. Os primeiros são divididos em quatro brigadas, marinheiros, artilheiros e mecânicos e guarda naval e os segundos em sete classes, marinha, engenheiros construtores, saúde naval, engenheiros maquinistas, administração e músicos, e auxiliares dos serviços da Armada. Também, contrariando a organização hierarquizada hyperdescentralizada da Armada resultante da reorganização de 1921,

²⁹ A descrição do plano é feita com base na obra de Cf. Maurício de Oliveira, A Bordo do Navio-Chefe, I, Episódios políticos e militares da vida da Armada Nacional (1925-1935), Lisboa, 1943, pp. 24-28.

³⁰ Cf. António Telo, 1999, p. 317.

³¹ Idem, p. 320.

³² Idem, Ibidem, p. 320.

centralizou sobre si, sobre o Ministro da Marinha, o governo da mesma.³³ O esforço de F. Pereira da Silva não conseguiu porém, debalde os seus esforços, resolver o problema central da Armada, quer era a sua insuficiência de meios realmente modernos com os quais pudesse cumprir as suas missões e ter uma efectiva valoração face à Grã-Bretanha, a tradicional aliada. O “zero naval” permanecia, conquanto as bases para uma renovação naval tivessem sido realmente lançadas.

2.3.1.2.) A Reforma Militar da Ditadura Militar e o Plano de Defesa de Moraes Sarmento

Se na Armada, F. Pereira da Silva ainda intentara uma reforma de fundo nos finais da República, já o Exército tivera de esperar pelo início da Ditadura Militar para intentar a sua. Esta foi efectuada imediatamente após o golpe de Maio de 1926, e ainda não estavam as armas frias, já o novo governo publicava uma reorganização geral do Exército. Saliente-se não obstante que esta reforma assentavam em projectos de reorganização do Exército efectuados após a Grande Guerra e visando na óptica dos autores aplicar a experiência da Grande Guerra à estrutura militar portuguesa. Segundo um parecer apresentado em 1924 aos deputados da nação, a reforma do Exército continuaria a assentar na universalização do serviço militar, expressão da mobilização da nação tal como sucedera na Grande Guerra, mas agora sustentado por um quadro orgânico de comando permanente que assegurasse a existência de dois escalões militares, um activo, permanente, e um de reserva. Questionava-se assim a pureza do modelo miliciano.³⁴

³³ Idem, *Ibidem*, pp. 322-323.

³⁴ Cf. AHM, Assuntos Militares Gerais, Organização do Exército, 3º Divisão, 2º Secção, Caixa 15, Nº 24, Parecer do Conselho do Estado Maior do Exército, datado de 1924. Refira-se o facto de o parecer salientar a relevância do modelo militar francês.

Entre Junho e Setembro de 1926 foram publicados diversos decretos que reorganizavam o Exército metropolitano e colonial. Segundo a História do Exército Português, a reestruturação devia-se à consciência que o modelo miliciano não tinha viabilidade num país como Portugal, que dispondo de colónias exigia um modelo de organização militar mais permanente, além de que a evolução tecnológica e a sofisticação da guerra moderna obrigavam à existência de um exército semi-permanente, com um núcleo de instrução e cobertura em tempo de paz, capaz de crescer em tempo de guerra para o máximo de mobilização possível.³⁵ Na verdade, os objectivos da nova legislação visavam mais longe, ou seja, assegurar a proeminência do corpo de oficiais do Exército, assente numa hierarquia bem ordenada, por contraponto ao modelo miliciano que vigorara durante a I República e à anarquia que caracterizara a Força Armada, o que implicava a assumpção de uma força mais especializada que obrigasse a uma muito maior tecnização e por conseguinte, valorizasse a importância do conhecimento especializado no corpo militar (no fundo, como já decorria do parecer apresentado aos deputados em 1924). Simultaneamente pressupunha-se uma modificação da política de defesa até então assente na “defesa recuada” em prol da “defesa avançada”, isto é, na defesa de Portugal ao longo da fronteira raiana. Paradoxalmente, o novo modelo de organização militar e de defesa avançada impunha uma mobilização demográfica muito maior, quer em tempo de paz, quer em tempo de guerra, mas solidamente ancorada na primazia efectiva do corpo especializado e elitista do núcleo de oficiais do Quadro Permanente.

É assim que a legislação de 1926 tendente a reorganização do Exército, impõe a dependência do Ministério da Guerra face ao Exército,³⁶

³⁵ Cf. A. N. Ramires de Oliveira, *Op. Cit.*, 1995, 4º Vol., pp. 37-39.

³⁶ Diz o Decreto-Lei 12.017, Ordem do Exército Nº 9 (1º Série) que o “exército metropolitano compreende: 1º O Ministério da Guerra (...).”, Cf. Decreto-Lei 12.017 de 2 de Agosto de 1926, Ordem do Exército Nº 9 (1º Série), Lisboa, 1926, p. 432.

isto é, o ministro e o ministério são uma emanção da força militar, o que implica uma subordinação dos primeiros aos segundos. Pelo contrário, hoje o Ministério da Defesa é uma emanção do governo e subordina as Forças Armadas ao governo. Ao Exército metropolitano cabia em tempo de paz a instrução e a preparação da mobilização das unidades e formações que deveriam fazer parte do exército de campanha em tempo de guerra, não havendo em tempo de paz unidades maiores que brigadas na cavalaria e regimentos na infantaria e artilharia.³⁷ Isto implicava que o princípio da mobilização demográfica era mantido e que o exército de massas continuava a ser a base da força terrestre portuguesa. Neste sentido, a milicianização do Exército não desaparecia do ponto de vista da mobilização demográfica, mas ela desaparecia efectivamente, e com ela a “helvetização” militar republicana, ao valorizar-se a especialização técnica e o corpo de oficiais do Quadro Permanente. Essa especialização desejada era pressentida nas páginas do Decreto-Lei 12.017, com nada menos de 13 páginas a descreverem a orgânica interna do Ministério da Guerra e do Estado Maior General onde a primazia da oficialidade de carreira é dominante. A Repartição do Gabinete do Ministro ficaria sob as ordens de um oficial superior do Corpo de Estado-Maior, as quatro direcções gerais do ministério cada uma sob as ordens de um oficial general,³⁸ transformando efectivamente o Ministério da Guerra num couro privado do Exército.

Mas não é só nesta perspectiva que se rompia com a I República e com o passado. Também se davam os primeiros passos para se alcançar o objectivo de defender o país nas fronteiras, preparando não só a mobilização, agora enquadrada por um corpo de oficiais especializado, mas também começando a modificar na prática a estratégia (militar) nacional.

³⁷ Idem, p. 433.

³⁸ Idem, Ibidem, pp. 436-438.

Assim, o território continental era dividido em vinte e dois distritos de recrutamento e reserva extinguido-se os 35 distritos de recrutamento existentes.³⁹ A inovação de considerar os distritos não só como de recrutamento, mas de reserva era fundamental para assegurar um exército mobilizado muito maior, visto o controlo sobre a essa força permanecer teoricamente, para lá da fase de recruta e instrução, nas mãos do corpo de oficiais do Exército, contrariamente ao que acontecia durante a I República com as denominadas escolas de repetição, o que possibilitaria além disso, a maior mobilidade dos soldados mobilizados, já não apensos às divisões territoriais (igualmente extintas⁴⁰), mas disponíveis para uso, onde bem entendessem os comandos militares.

Era além disso extinto também o Campo Entrincheirado de Lisboa e o respectivo Quartel-General.⁴¹ Esta última medida era de simbólico valor estratégico-militar, na medida em que o Campo Entrincheirado de Lisboa era o símbolo da ideia de “defesa recuada” e a sua extinção significava a completa desvalorização dessa mesma concepção. Além disso, ela tinha outro valor simbólico, porque a pervivência do Governo Militar de Lisboa com a sua dupla função de cargo administrativo e operacional significava a valoração simultaneamente simbólica e concreta do domínio militar sobre o poder político. A afirmação de um novo projecto estratégico não se limitava à legislação, visto por esse mesmo ano ter sido feito um projecto de defesa de Portugal que objectivava a “defesa avançada”, que se denominará de “plano de Júlio de Moraes Sarmento” por ser este oficial que o assina no seu termo.

O texto, intitulado “Memória sobre a defesa de Portugal” é um texto manuscrito com data de 26 de Julho de 1926 e trazendo na capa a referência ao Estado Maior do Exército, 1º Direcção, 2º Repartição, isto é,

³⁹ Idem, Ibidem, p. 434.

⁴⁰ Idem, ibidem, p. 435.

⁴¹ Idem, Ibidem, p. 435.

a repartição encarregada da defesa da metrópole e das operações de guerra. Não quer com isto dizer que se trate de um texto oficial, o seu carácter manuscrito gera sinceras dúvidas sobre essa oficialização, mas é provável que não o sendo, possa ser considerado apesar de tudo como um texto oficioso, que exprimisse a visão do Exército sobre a política de defesa militar nacional que devia ser seguida. O texto é clarividente nas opções tomadas, recusando como desmoralizante o abandono e a perda de território nacional e considerando como ineficaz a concepção de defesa recuada (salientando mesmo quem era o seu autor, Sebastião Telles).⁴² Pelo contrário, era “absolutamente necessário” garantir a integridade do território nacional na sua totalidade, porque a guerra deixara de ser uma luta entre exércitos para passar a ser entre povos, pelo que o Estado deve mobilizar todos os recursos materiais e demográficos de que dispõe, enfrentando desde a fronteira o inimigo para os salvaguardar, e disputando palmo a palmo o território nacional, tendo como último reduto o objectivo principal de Portugal, a cidade e o porto de Lisboa.⁴³

O autor ou autores do texto salientam que no primeiro momento, Portugal deveria contar apenas consigo próprio (apesar da aliança com a Grã-Bretanha).⁴⁴ Este dado agora apresentando, tinha, se bem que não seja mencionado no texto, uma evidente importância, visto obrigar a um esforço redobrado na defesa continental, só, até à chegada num segundo momento dos reforços britânicos. Combinado o ideal e a necessidade de defender o país a partir da fronteira, isto significava que a prioridade da política de defesa teria de pertencer às forças de terra. Não estando esta ideia explícita no texto, a sua dedução lógica é implícita.

⁴² Cf. AHM, Assuntos Militares Gerais, 3º Divisão, 1º Secção, Caixa Nº 30, Nº 37, Memória sobre a defesa de Portugal, f. 1.

⁴³ Idem, f. 2-3.

⁴⁴ Idem, Ibidem, f. 4.

Mas continua “o plano Morais Sarmiento” afirmando que o estado do Exército para a defesa nacional era nulo, porém, mesmo o exército ideal teria de ser de tipo “miliciano”, visto que derivado da pouca profundidade do território nacional e da sua extensa fronteira de 912 quilómetros, era inviável a mobilização num só tempo, sendo por isso obrigatório o desenvolvimento de uma forte força de cobertura capaz de proteger a mobilização e apoiar as operações de guerra iniciais.⁴⁵ Tenha-se em consideração que o conceito de “miliciano” deve aqui ser relativizado. O texto não se refere a um modelo sócio-político-militar, mas unicamente à ideia de mobilização demográfica, isto é a uma força humanamente massificada no sentido mais estrito do termo. Nada indica no texto, bem pelo contrário, que o/os autor/es se referissem a um modelo social de força militar assente no povo e na cidadania cívica emanado do poder político, tal como fora pensada a força militar durante a I República.⁴⁶ Esse modelo era criticado pelo corpo de oficiais porque punha em causa a sua função profissional e socialmente específica,⁴⁷ com toda a valoração (implícita) social e económica que daí poderia advir. Para assegurar uma melhor cobertura o “plano Morais Sarmiento” propõe igualmente que se considere a possibilidade de reforçar a fronteiras com numerosas fortificações permanentes ou de campo que dificultam as incursões ou invasões efectuadas pelo inimigo.⁴⁸

⁴⁵ Idem, Ibidem, f. 6 e 8-9.

⁴⁶ Sobre o modelo “miliciano” de organização do Exército da I República, Cf. Maria Carrilho, Op. Cit., pp. 205-12 e José Medeiros Ferreira, O Comportamento Político dos Militares, forças armadas e regimes políticos em Portugal no século XX, Lisboa, 1992, pp. 45-48.

⁴⁷ Uma das críticas feitas ao modelo miliciano era efectivamente a sua fraca permanência operacional pouco adaptada às guerras modernas, onde era essencial a existência de uma força de cobertura permanente e bem treinada. Tasso de Miranda Cabral observava que o fundamento operacional da possibilidade da mobilização demográfica era a garantia de uma sólida cobertura. Cf. Tasso de Miranda Cabral, 1932.

⁴⁸ Cf. AHM, Assuntos Militares Gerais, 3ª Divisão, Caixa 30, 1ª Secção, Nº 37, Op. Cit., f. 10 e 12.

Em última análise o modelo militar proposto aproxima-se do modelo que começava a ser valorizado em França, assente na defesa avançada das fronteiras, precisamente para combater os horrores de destruição e morte que tinham avassalado o Norte da França durante a Grande Guerra, e assegurar a utilização dos poderosos recursos industriais da região, à altura, das mais ricas e desenvolvidas do país, assente igualmente na construção de poderosas estruturas fortificadas abrangentes, que estariam na origem da afamada Linha Maginot (construção tão só iniciada no princípio dos anos 30).⁴⁹ Paradoxalmente, tendo em conta a visão que tinham os oficiais portugueses do poder e da eficiência militar da França, esta adoptava essa estratégia de defesa militar pelas mesmas razões que davam os militares lusos para a adoptar, ou seja, a força e a pujança do inimigo, no caso francês, a Alemanha, e no caso português, a Espanha, como durante o texto não deixam o/os autor/es de lembrar. Mas mais importante para a nossa interpretação, é que o texto do “plano Morais Sarmiento” vem ao encontro das concepções defendidas pelos teóricos militares no final dos anos 20 e nos anos 30, e vem de tal modo, que é em boa medida anterior à maioria dos textos teóricos analisados na I parte (Cf. *infra*), o que parece demonstrar que a teoria e a doutrina oficiosa se confundia com as visões igualmente oficiosas do Estado Maior General.

As medidas tendentes à reforma do Exército foram durante a ditadura militar obra de vastíssima legislação, que era ufanamente salientada por Leopoldo Nunes, um escritor e intelectual conotado com a “situação”, futuro biógrafo do Marechal Carmona. Assim foram em sucessivo promulgadas numerosas leis que lidavam com a Escola Central de Sargentos, a Escola Central de Oficiais Milicianos, a Escola Central de Oficiais, reorganizando-se também os Armas e Serviços, as direcções das

⁴⁹ Sobre a política defensiva francesa nos finais dos anos 20 e princípios dos anos 30 e a origem da Linha Maginot, por exemplo, Cf. Guy Pedroncini, “Remarques sur les grandes décisions stratégiques françaises de 1914 a 1940”, www.stratisc.org/strat, 4-01-2001, pp. 9 e 11-12.

armas, e os quartéis gerais. Fundamental fora a modificação do Conselho Superior da Disciplina Militar,⁵⁰ uniformizando critérios, na verdade, instrumento político fundamental de domínio pelos militares da “situação” do aparelho militar, único instrumento repressivo que assegurava a eliminação legitimada dos focos de resistência internos do Exército ao novo poder. É esta instabilidade que explica que as reformas militares de 1926 não tenham efectiva consecução no que se refere ao rearmamento e a preparação/instrução da força com vista à defesa face ao exterior. No fundo, a Ditadura Militar, enredada nos seus próprios problemas e enfrentando resistências republicanas dentro e fora das paredes dos quartéis tornara a força militar na verdadeira força de segurança e de domínio interno, inviabilizando qualquer reforma estrutural para lá das imediatamente necessárias para a defesa do regime instaurado.⁵¹ Neste sentido, e apesar do furor legislativo dos militares instalados no poder, o Exército continuou a ser aquela nulidade de que falavam o/os autor/es do “plano Morais Sarmiento”, paradoxalmente exprimindo a característica central da Ambiência Agónica da época.

2.1.4.) Tensão Interna e Ambiência Agónica (1919-1930)

O período pós Grande Guerra vê uma progressiva distensão nas relações entre Portugal e a Espanha. Com efeito, entre 1910 e 1914, originado no apoio dado ou pelo menos consentido de Afonso XIII aos

⁵⁰ Cf. Leopoldo Nunes, *A Ditadura Militar*, Lisboa, 1928, pp. 181-185.

⁵¹ Não é objectivo desta obra estudar as lutas em que se envolveu a Ditadura Militar para sobreviver e derrubar em definitivo a I República. Procurou-se aqui tão só delinear os pressupostos político-estratégico-militares pelos quais a Ditadura Militar pugnava para os comparar no futuro com os que foram aplicados nas reformas de 1936/1937. Se se trouxer à liça alguns dos combates militares da Ditadura Militar será tão só para exemplificar ou demonstrar ideias e interpretações relativas à política de defesa e à estratégia militar. Sobre as revoltas contra a Ditadura Militar e oposição militar à mesma, a obra mais completa e sistemática sobre o assunto é a de Luís Farinha, *O Revirvalho, Revoltas Republicanas contra a Ditadura e o Estado Novo, 1926-1940*, Lisboa, 1998.

intransigentes monárquicos portugueses, fruto em parte, também do receio de um apoio dos republicanos lusos aos seus congéneres espanhóis, as relações entre os dois vizinhos ibéricos tinham sido tensas.⁵² Essa tensão fora acrescida pela aproximação da Espanha à Entente desde 1907, que desvalorizara a posição de Portugal face à Grã-Bretanha.⁵³ A guerra congelara a tensão, mais do que a esvaíra.⁵⁴ Contudo, as profundas transformações políticas internacionais geradas pela Grande Guerra, modificaria a postura de Espanha face a Portugal e de este país face aos seu vizinho. De facto, lentamente a partir do início da década de 20 e depois com maior dinamismo no governo de Primo de Rivera, Portugal e a Espanha, não se aproximando de facto, passariam contudo a manter relações cordiais, que seriam intensificadas com a chegada da Ditadura Militar ao poder em Portugal, na medida em que entre 1926 e 1930, duas ditaduras com origem na força armada, governavam os dois vizinhos ibéricos.⁵⁵

Na realidade, afastado a ameaça mais directa do perigo espanhol, e distante, apesar de plausível, o perigo sul-africano sobre as colónias portuguesas do Sul de África,⁵⁶ a pressão para um rearmamento e para uma preocupação com a política de defesa militar era menor, e de certo modo, acabou por ser deglutida pela profunda crise interna nacional. Crise

⁵² Sobre a questão da proclamação da República em Portugal e a postura do governo e do rei de Espanha, Cf. Hipólito de la Torre Gómez, Conspiração contra Portugal, (1910-1912), Lisboa, 1978.

⁵³ Veja-se por exemplo, Cf. José Medeiros Ferreira, 1989, pp. 23-24.

⁵⁴ Sobre as relações entre Portugal e a Espanha na Grande Guerra segue-se Cf. Hipólito de la Torre Gómez, Na Encruzilhada da Grande Guerra – Portugal e a Espanha (1913-1919), Lisboa, 1980.

⁵⁵ Sobre as relações entre Portugal e a Espanha na década de vinte, a síntese mais completa parece ser a de Cf. Hipólito de la Torre Gómez, Do Perigo Espanhol à Amizade Peninsular (1919-1930), Lisboa, 1985, pp. 107-133.

⁵⁶ Esta ameaça é referida por José Medeiros Ferreira, “Características Históricas da política externa portuguesa entre 1890 e a entrada na ONU, Política Internacional, Nº 6, Primavera de 1993, pp. 113-118.

Nacional⁵⁷ que por sua vez tornara progressivamente as Forças Armadas no epicentro da sua resolução, réstia última de ordem na indisciplinada e conflituosa sociedade portuguesa.⁵⁸ Paradoxalmente, pela combinação da distensão das relações externas de Portugal e da crise geral interna, o papel da Forças Armadas derivava da sua função tradicional de defesa de uma dada entidade colectiva face aos inimigos externos para os problemas internos. Ora, resolver os problemas internos, era na percepção da força armada, lidar com uma situação agónica, distinguindo os inimigos dos amigos.⁵⁹ Os inimigos da Força Armada na década de vinte teriam em definitivo um rosto. Eram os “políticos”.

Na suas obras sobre o “9 de Abril” e a “Guerra nas Colónias”, o futuro rosto do 28 de Maio de 1926, tinha por hábito, a meio da narração, zurzir os políticos que governando Portugal, tinham deixado cair em tal miséria o Exército, que assim se justificava as lastimáveis condições em que tinham combatido as Forças Armadas, do mesmo modo que se explicavam as pesadas e humilhantes derrotas que tinham tido e de que La Lys era o emblema.⁶⁰ Para Gomes da Costa, o real inimigo que produzira a miséria nacional tinha um rosto, eram os políticos que (des)governando o

⁵⁷ Não é objectivo desta obra analisar a crise portuguesa na década de 20, crise global e abrangente, política, económica, social e até ideológico-cultural, fruto da dificuldade que uma sociedade atrasada tinha em integrar fenómenos circunstanciais e localizados característicos da irrupção da modernidade, nomeadamente a introdução das massas na política. Sobre a crise dos anos 20, Cf. António Telo, 1980 e 1984. Ainda Rui Ramos, A Segunda Fundação (1890-1926), in José Mattoso, Coord., História de Portugal, 6º Vol., Lisboa, 1994, pp. 597 e seguintes, e também Cf. Fernando Rosas, Portugal no Século XX (1890-1976). Pensamento e Acção Política, Lisboa, 2003, pp. 29-50.

⁵⁸ Cf. Rui Ramos, Op. Cit., pp. 611-613 e Cf. José Medeiros Ferreira, 1992, pp. 111-112. Veja-se também, Cf. Carlos Fernandes Nunes Faria, “Forças Armadas e Poder Político em Portugal, 1926-1928”, Revista Militar, N°8/9, Agosto/Setembro de 2001, pp. 681-682. Pelo que parece teria sido Cunha Leal a lançar o mote da missão salvífica das Forças Armadas numa conferência pronunciada na sociedade de geografia em 1923.

⁵⁹ Quer a guerra, quer a Estratégia, definem-se numa oposição entre os amigos/inimigos, ou por outras palavras, distinguir o adversário é central à sobrepujação da resistência que inibe o alcance dos objectivos definidos pelo enquadrante superior da força armada. Na sua intrinsicidade, a Estratégia só existe na existência de uma oposição de outrém (Sobre a teoria geral da Estratégia e da teoria da guerra, Cf. Parte Teórico-Metodológica).

⁶⁰ Cf. Gomes da Costa, A Grande Batalha do CEP: A Batalha de La Lys, Lisboa, (s/d). Idem, Portugal na Guerra: A Guerra nas Colónias, Lisboa, 1925.

país, o deixavam humilhado face ao exterior, facto que as Forças Armadas tinham sentido com evidência aquando da Grande Guerra. Não era o único a pensá-lo. Muitas décadas depois, e em circunstâncias de vida que permitiam outra visão da crise da década de 20, Humberto Delgado salientava precisamente a hostilidade, “o ódio” nas suas palavras, dos jovens militares para com os políticos de Lisboa.⁶¹ Não deixa por isso de ser sintomático que a proclamação que Gomes da Costa faz ao arrancar de Braga similarizasse na mesma figura os inimigos externos e internos.⁶²

Era a pátria doente e dividida que cabia pôr em ordem, através da utilização redentora das Forças Armadas. Para isso, afirmava à época Fidelino Figueiredo, era necessário que a força regenerasse a nação enxertando o mal.⁶³ A figura de estilo expressava metaforicamente a força da visão. Eliminar o corpo adverso era o fundamento da ordem e da unidade nova que se pretendia criar. A utilização da força, pressupondo a violência, fundamento, já se observou, da acção das Forças Armadas⁶⁴ era o instrumento de redenção nacional. Sendo os fenómenos mais intensos de conflitualidade, internos, não externos, as características axiais da Ambiência Agónica reflectiam as tensões interiores da sociedade portuguesa, mais que as problemáticas externas, bastante distendidas na década de vinte, facilitando o processo de viragem das Forças Armadas das questões internacionais para a política altamente hostil dos diversos grupos políticos que se digladiavam em Portugal. O triunfo da força armada deveria por isso significar o princípio da resolução das problemáticas internas e a emergência de uma época de redenção interna. Seria o início da Era das grandes reformas.

⁶¹ Cf. Humberto Delgado, 1974, p. 77.

⁶² Citada em Cf. Leopoldo Nunes, *Op. Cit.*, p. 61. Veja-se também a referência em Cf. Carlos Fernandes Nunes Faria, 2001, p. 695-6.

⁶³ Cf. Fidelino de Figueiredo, *O pensamento político do Exército*, Lisboa, (s/d), p. 14.

⁶⁴ Como já se relevou na Parte Teórico-Metodológica, as Ciências Militares e as Forças Armadas são estruturadas visando a utilização e a aplicação da violência, com vista a determinados objectivos da organização política.

2.2.) A Era das Grandes Reformas (1930-1939)

Seria preciso esperar pelo “redentor” para que finalmente as Forças Armadas se comesçassem a reequipar. Tem sido suficientemente salientado que a reorganização das Forças Armadas foi politicamente conduzida por Salazar, tendo em vista os seus próprios objectivos de pervivência no poder.⁶⁵ Alguns autores salientam mesmo que o processo teve como fito final o domínio de Salazar sobre o aparelho militar e sua subordinação ao aparelho político.⁶⁶ Não se propõe uma modificação dessa visão, mas é talvez aceitável matizá-la um pouco, ou seja, a subordinação das Forças Armadas ao poder político teria de passar e passou igualmente pela satisfação de alguns, se não de boa parte dos interesses do Exército e da Armada, interesses assentes na valoração sócio-económica das forças militares e na reorganização/reequipamento segundo os moldes por eles mesmo considerados como optimais, o que implicou da parte de Salazar e dos seus próceres uma hábil flexibilidade e plasticidade na formulação da legislação militar e do reequipamento das Forças Armadas, facto ajudado pelo equilíbrio que era possível de construir e fazer jogar entre a Armada e o Exército.

Este longo capítulo vai por isso estudar e analisar as grandes reformas militares do Estado Novo ao longo dos anos 30, comparando aquilo que os militares pretendiam, aquilo que Salazar, quando se conseguiu encontrar material arquivístico, permite dizer que queria, e

⁶⁵ Cabe a Fernando Rosas um belo texto onde salienta que o objectivo central do salazarismo foi o de “saber durar”, num complexo jogo de equilíbrios internos e externos. Cf. o autor, “Salazar e o Salazarismo: Um caso de longevidade política” in A.A.V.V. Salazar e o Salazarismo, Lisboa, 1989, pp. 13-31.

⁶⁶ O caso mais paradigmático desta perspectiva é o de Cf. Telmo de Faria, 2000, principalmente a conclusão como boa síntese do trabalho do autor, pp. 258-259 e 261-263. O autor contudo reconhece que derivado das circunstâncias Salazar teve em 1941 de ceder algo aos militares, nomeadamente na questão do rearmamento face ao amontoar da ameaça alemã sobre Portugal na Segunda Grande Mundial.

aquilo que a legislação e os actores político-militares conseguiram fazer. Analisar-se-á cronologicamente as sucessivas reformas militares dos anos 30, começando pelo rearmamento naval de 1930-35, seguindo-se a reforma dos Órgãos Superiores da Defesa Nacional (1935), que se pode considerar como um primeiro avanço para o controlo político das Forças Armadas, passando pelo complexo problema que foi a instituição da legislação relativa ao Exército em 1937.

2.2.1.) A Reforma Naval de 1930

Anteriormente já se analisaram os pressupostos teóricos sobre os quais assentaria a política naval e a política de rearmamento da Armada. Estes pressupostos e estas bases foram consubstanciados numa política de rearmamento naval no início dos anos 30.⁶⁷ Pela comparação entre os

⁶⁷ Não foi possível encontrar no Arquivo Geral da Marinha (AGM), Núcleo do Estado Maior Naval, documentação relacionado com o planeamento estratégico-operacional da Armada, isto é, com a organização global da estratégia naval. É certo que não se fez uma investigação sistemática similar a que se usou para o Arquivo Salazar na Torre do Tombo ou para o Arquivo Histórico militar. Não obstante, o levantamento sistemático das fichas do Núcleo do Estado Maior Naval não indiciam em nenhum lado a existência de planos estratégicos gerais para a utilização da Armada em caso de conflito, e o material consultado, nas caixas que pareciam mais sumarentas revelou-se algo desapontante. Várias hipóteses para esta ausência podem ser consideradas. As primeiras relativas a deficiência do próprio processo de levantamento arquivístico, quer por parte do investigador que efectivamente não fez o levantamento sistemático, impossível face à disponibilidade de tempo, dada a quantidade de material existente no Arquivo sobre o período, quer porque por qualquer razão dos arquivadores esse material foi catalogado de forma diversa e torna-se muito difícil de descobrir sem uma consulta sistemática. Além de que não seria impensado que por qualquer razão absurda esses planos tivessem ainda classificados e por conseguinte fora de consulta. Há contudo uma hipótese que não pode ser descartada, a da inexistência desses planos estratégicos gerais e globais de utilização da Armada na defesa de Portugal e do Império Colonial. Diversas indicações parecem apontar nesse caminho, nessa direcção, dizendo-se contudo desde já que esta interpretação é meramente hipotética. O elemento mais estruturante dessa interpretação é o limitado número de navios disponíveis pela Armada, em média, um quinquena de navios de combate (nenhum principal) dignos desse nome, pelo que a sua utilização estratégica era muito matizável. Como afirmava o parecer da Câmara Corporativa a propósito da aquisição de mais 3 contratorpedeiros e 3 submarinos em 1938, até então, com tão reduzido número de navios, as missões e as actividades dos meios navais da Armada estavam limitados à sua utilização como unidades tácticas. Cf. Diário de Sessões da Assembleia Nacional e da Câmara Corporativa, Lisboa, 1937/1938, pp. 842-QQ. A concepção naval evoluía então do nível político-estratégico (ou na denominação moderna, de Estratégia Total) consubstanciado na suas grandes linhas orientadores de defesa do

projectos teóricos, o projecto oficial e suas subtilezas analisar-se-á as concepções de política naval em jogo na legislação e na formulação da política naval de 1930-32. A reforma naval fora contudo favorecida, na óptica de António Telo, por três factores: uma forte propaganda efectuada nos finais dos anos 20 e princípios dos anos 30 em prol de Armada pela valorização mítica e real do papel da marinha na História de Portugal e nas relações com as colónias;⁶⁸(a que não seria estranho a promulgação do Acto Colonial e a visão civilizadora e mercantil do prisma colonial português);⁶⁹ o facto de ter já pré-concebido um plano de rearmamento

mar continental próximo e da soberania imperial para o nível técnico-tático do uso meramente tático do reduzido número de navios existente. O nível intermédio, estratégico geral-operacional/genético, que caracteriza a racionalidade estratégica do Exército, de mobilização e utilização militar das diversas grandes unidades (Divisões e Corpos de Exército) não seria pensável na Armada em boa medida porque não havia grandes unidades, o máximo que a Armada conseguiria reunir em Portugal seria uma ou duas pequenas esquadilhas. Face a isso, as missões navais estavam limitadas ao uso de, no máximo, meia dúzia de navios, pelo que estavam regra geral limitadas à sua utilização tática, mesmo que a missão tivesse um dimensão político-estratégica. Um exemplo paradigmático do que acabamos de dizer é o envio para Tangêr em 26 de Março de 1937 do contratorpedeiro Douro com vista a assistir o Ministro de Portugal nessa cidade, estando preparado para qualquer eventualidade (missão evidentemente definida no contexto da tensão gerada pela Guerra Civil em Espanha). Veja-se Cf. AGM., Estado Maior Naval, Instruções Especiais do Estado Maior Naval, Núcleo 224, Caixa 181. Esta referência arquivística abona em favor da nossa ideia de a racionalidade naval operar num duplo nível, político-estratégico e técnico-tático. Não havendo plano estratégico naval geral há contudo várias caixas contendo as Instruções Especiais do Estado Maior Naval, que consignam as missões dos navios ao longo do ano, missões definidas de forma directa e muito concretas, operacionais ou de instrução. Estas missões são regra geral efectuadas por um só navio ao longo dos anos 30, pelo que a aplicação do nível estratégico geral-operacional é nulo, consubstanciando-se efectivamente na existência de tão só dois planos, o político-estratégico (ou relativo à Estratégia Total) e o técnico-tático.

⁶⁸ Veja-se a descrição das meios e actividades da propaganda naval nos fins dos anos 20 e princípios dos 30 em Cf. Maurício de Oliveira, Op. Cit., pp. 73 e seguintes. Esta consistiu em conferências e entrevistas nos jornais, sessões sociais de apoio e até no lançamento de panfletos por meios aéreos sobre Lisboa.

⁶⁹ A que não seria estranho também a promulgação do Acto Colonial e o ideal ideológico do regime face às colónias. Como nação colonizadora de missão civilizadora, era essencial e fundamental a existência de uma marinha mercante e de uma Armada que prestigiasse esse facto, para além de ser fundamento da possibilidade de intensificação das relações entre a metrópole e as colónias e garantia da soberania nacional. Observe-se que um dos mais reputados conselheiros de Salazar, Quirino de Jesus tinha uma visão assaz *mahanista* da relação entre a metrópole e as colónias. Sobre o Acto Colonial e a política colonial do Estado Novo, veja-se para uma síntese, por exemplo Cf. Fernando Rosas, 1994, pp. 287-289. Vejam-se igualmente na bibliografia final, para além de outras obras de Fernando Rosas, os textos de Valentim Alexandre e Adelino Torres. Sobre a Opinião de Quirino de Jesus, Cf. Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista, Cartas e Relatórios de Quirino de Jesus para Oliveira Salazar,

bastante viável para os recursos então disponibilizados pelo regime; a tensão e as ameaças reviralthistas e autonomistas existentes nas colónias que obrigavam a dispor de uma força naval capaz de por si manter a soberania nas colónias e ilhas atlânticas portuguesas.⁷⁰ Com efeito, a rebelião madeirense de Março/Abril de 1931 fora a mais prolongada rebelião reviralthista que a Ditadura Militar tivera de suportar, tendo durado um mês, a despeito das ingentes deficiências da defesa da ilha da Madeira face às forças oriundas do continente, originando igualmente uma série de sequelas nos Açores e na Guiné-Bissau. A resposta governamental então efectuada obrigou a operações de carácter anfíbio, bem conduzidas pelas forças expedicionárias, nomeadamente por efectuarem uma operação de diversão na Calheta com o desembarque principal no Caniçal visando Câmara de Lobos e o Machico, sucesso que levou ao colapso da resistência e à capitulação dos revoltosos.⁷¹ Sendo um dos poucos exemplos de operações anfíbias, anteriores à Segunda Guerra Mundial, feito por uma Armada e um Exército de um país com numerosos territórios dispersos além mar, não deixa de ser sintomático que esta operação assim como o interesse por operações anfíbias fosse tão descuidado. Esta realidade era um reflexo de uma certa colonização mental, de um certo mimetismo pelo que se considerava o paradigma militar, que se reflectia no fascínio por determinadas forças militares, a *Royal Navy* no caso da Armada e o exército francês no caso do Exército.

Lisboa, 1987, pp. 158-160. O documento em causa data de 1934, mas é concerteza expressão de uma velha concepção de Quirino de Jesus.

⁷⁰ Cf. António Telo, 1999, pp. 328-333.

⁷¹ O estudo mais sistematizado sobre a revolta da Madeira de 1931 é o de Célia Reis, sendo com base na sua narrativa que descrevemos as operações anfíbias das forças governamentais no assalto ao reduto reviralthista. Cf. A autora, A Revolta da Madeira e dos Açores, 1931, Lisboa, 1990, pp. 38-39.

O rearmamento da Armada⁷² é orientado pelo Decreto-Lei 18.633 de 17 de Julho de 1930⁷³ que define o programa com que se pretende iniciar a primeira fase do processo de construções navais. O decreto, em poucas páginas, condensa contudo todas as propostas teóricas do pensamento navalista e maritimista dos anos 20. Começa por salientar o peso das condições geográficas e históricas na definição da política de defesa, ou seja, o facto de Portugal ser uma nação orientada para o mar, para o Atlântico, dotado de um vasta e disperso Império Colonial, assente no desenvolvimento do comércio, cada vez mais intenso entre a metrópole e as colónias, derivado da ingente expansão geral do tráfego marítimo.⁷⁴ Portugal é nas palavras do legislador um país de indeléveis feições marítimas e coloniais.⁷⁵ Neste sentido, a Marinha é um instrumento fundamental de unidade e soberania, unidade porque através de visitas aos portos e aos países onde existem fortes comunidades lusas, permite “conservá-las no amor à pátria”, soberania porque impõe a ordem nos territórios ultramarinos e garante a vigilância/fiscalização e os direitos de Portugal nas águas territoriais e jurisdicionais.⁷⁶

O regime, neste particular caso ainda era a Ditadura Militar, não deixa de retirar dividendos do rearmamento naval salientando o fracasso das reformas anteriores de João Marcelo Arroio e Jacinto Cândido da Silva no fim do século XIX e da Pereira da Silva nos anos 20, mas lembra igualmente os limites desse mesmo reequipamento, até onde não conflituar

⁷² Na sequência da conferência de desarmamento de Londres, ter-se-ia pensado em Portugal em adquirir à Grã-Bretanha alguns dos navios a retirar e a desclassificar por via da redução de armamentos navais. Tratavam-se de navios de batalha não muitos velhos, de 1912 e 1913. O projecto foi logo abandonado pelo facto de não ter a Armada número suficiente de tripulantes e pelo custo inabarcável dos navios em 2ª mão. Cf. Maurício de Oliveira, *Op. Cit.*, pp. 97-99.

⁷³ Cf. *Colecção da Legislação Portuguesa*, Lisboa, 1931, pp. 154-156.

⁷⁴ Observe-se a visão *mahanista* clássica do texto. Para Mahan, já se observou, o Império Marítimo-Colonial era expressão da existência de ricas colónias, de uma marinha mercante para interligar todas as suas partes e de uma Armada para proteger as suas comunicações. Cf. I Parte.

⁷⁵ Cf. *Colecção da Legislação Portuguesa*, 1931, p. 154.

⁷⁶ *Idem*, pp. 154-155.

com o “indeclinável dever (...) de consolidar o equilíbrio orçamental”, sendo por isso um programa modesto.⁷⁷ É contudo tão só o primeiro período da primeira fase do pretendido rearmamento naval, em parte assim decidido porque derivado da “instabilidade dos tipos de navios”, isto é, a mutabilidade tecnológica,⁷⁸ não aconselhava a uma maciça aquisição de meios, que implicitamente se deduz, visto não ser explicitado na lei, podiam ficar desactualizados ou obsoletos rapidamente. Assim, o primeiro período da primeira fase comportaria a construção de 2 avisos de 1ª classe (cerca de 2000 ton.), 2 avisos de 2ª classe (cerca de 1000 Ton.), 4 contratorpedeiros (entre 1400 e 1800 ton.), 2 submarinos (700-800 ton.), 1 transporte de aviões com 12 aparelhos embarcados, 2 vedetas de fiscalização de pesca, e material de aviação, além de torpedos, minas e munições de artilharia. No conjunto, a primeira fase, incluído o segundo período de aquisições levaria à aquisição de 1 cruzador ligeiro, 2 Avisos de 1ª classe e 4 Avisos de 2ª classe, 6 contratorpedeiros, 4 submarinos e 2 canhoneiras e 1 transporte de aviões.⁷⁹

Era uma esquadra mista a que se antevia, vocacionada quase metade/metade quer para o Império Colonial, quer para a defesa do mar próximo português. Os 6 avisos (4 a construir no primeiro período da primeira fase) e o transporte de aviões (a construir no segundo período da primeira fase) assim como as duas canhoneiras (uma referida como se estando já a construir num estaleiro nacional) estavam viradas para missões de soberania colonial. É de salientar que os maiores navios da armada nesta fase de construção eram os avisos de 1ª classe, armas típicas das potências coloniais. Por seu turno, os 6 contratorpedeiros (4 a construir no primeiro período da primeira fase), o cruzador e os 4 submarinos (2 a construir no primeiro período da primeira fase) visavam a contestação do mar

⁷⁷ Idem, ibidem, p. 155.

⁷⁸ Idem, ibidem, p. 155.

⁷⁹ Idem, ibidem, p. 155.

continental próximo, dos acessos à principal base de operações nacional que era Lisboa. O programa naval, na sequência do projecto de F. Pereira da Silva, visava dispor simultaneamente de uma Armada capaz de contestar o mar continental próximo e de garantir a soberania do Império Colonial (Cf. infra, I parte e II parte, cap. 2.3.1.1.).⁸⁰ De igual modo, o programa naval buscava também a criação de uma razoavelmente forte esquadra de superfície, assentando por isso na ideia de um duelo mais ou menos clássico entre esquadras navais, os submarinos tendo uma missão complementar da esquadra de linha. O regime abria também uma porta a mitologia que animava a Armada e que a propaganda naval do final dos anos 20 e do princípio dos anos 30 reforçava, a da ligação entre o poder naval e o Império colonial.

Num aspecto comungam a Armada e a Ditadura Militar, que começava a avançar passos largos para a instituição do Estado Novo, na recorrência com que mitificavam o Império Colonial português.⁸¹ Esta mitificação não residia tão só na simbólica, mas também no modo como perspectivavam o Império Colonial como afirmação de poder e garantia de desenvolvimento económico de Portugal. Já se salientou como esta visão *Mahanista* de relação entre a marinha, as colónias e o comércio estava completamente ultrapassada no século XX face à emergência de uma

⁸⁰ O representante da Armada ao I Congresso da União Nacional em 1934, o Cf. Capitão-Tenente Carlos Gomes de Amorim Loureiro, “Política Naval Portuguesa”, in I Congresso da União Nacional, 3º Vol., Lisboa, 1935, pp. 204-205, salientava precisamente que a nova armada tinha uma dupla função, proteger as bases navais e defender as zonas do Atlântico que geograficamente nos pertencem e proteger o comércio. Não deixava além disso de relacionar a importância da marinha mercante para a expansão colonial. Idem, p. 208.

⁸¹ Não deixará de ser sintomático desta mística imperial a entrega por Salazar a Armino Monteiro do Ministério das Colónias em 1 de janeiro de 1931. A sua incumbência foi feita num duplo sentido, a de substanciar organicamente a subordinação das colónias aos interesses dos sectores económicos metropolitanos, acabando com qualquer veleidade autonomista do ultramar, e a de arrebatrar a mística imperial, valorizando aos olhos de nacionais e estrangeiros, a soberania de Portugal em África. Sobre a importante passagem de Armino Monteiro pela pasta das colónias Cf. Pedro Aires Oliveira, Armino Monteiro, uma biografia política (1896-1955), Venda Nova, 2000, pp. 75-125.

economia tecno-industrial intensiva em conhecimento-saber científico.⁸² A política naval surgia assim aos olhos do regime também como um instrumento da valorização e da mitificação do Portugal talassocrático e imperial. Ela explica talvez em boa medida porque teria sido dada prioridade aos dois avisos de 1º classe que seriam nos anos 30 e 40 os dois maiores navios da Armada.⁸³

Num aspecto, não obstante, o regime não estava de acordo com a Armada, mas subtilmente, afastava-se do confronto, prometendo lá chegar, quando as condições assim o permitissem. Era na quantidade do rearmamento. Rearmar sem dúvida, mas no constrangimento do equilíbrio orçamental, o que significava um pequeno rearmamento, o que significava que se buscava tão só uma Armada de soberania e prestígio, não uma força capaz de ter uma efectiva eficácia combativa. É certo, os novos navios podiam emparelhar com os meios navais da Grã-Bretanha em caso de necessidade, visto serem armas modernas ao nível do que de melhor havia então na *Royal Navy*, mas não havia modo de constituir uma esquadra digna desse nome, que garantisse autonomia operacional à Armada portuguesa em caso de conflito. Os novos navios eram demasiado poucos para poderem efectivamente confrontar-se com formações alargadas do inimigo, no máximo podendo servir como flotilhas para uma guerra de guerrilha naval.⁸⁴

⁸² Sobre as relações entre a economia e a estratégia no século XX veja-se Cf. António Paulo David Duarte, “Da Massificação (do Quantitativo) à Precisão (ao Qualitativo): Relação entre a Economia e a Estratégia no Século XX”, *Nação e Defesa*, Nº 88, Inverno de 1999, pp. 137-160, onde se defende que as características das economias estratégicas estiveram assentes na capacidade produtiva e no desenvolvimento ingente de conhecimento-saber intensivo, nas capacidades endógenas dos Estados e das entidades colectivas e muito pouco dependentes das relações metrópole-colónias, fenómeno de menor valia durante todo o século XX.

⁸³ Que não equivaliam aos cruzadores contratorpedeiros ou líderes de flotilha do projecto Pereira da Silva, como mais à frente se poderá observar.

⁸⁴ Se excluirmos os avisos, navios de soberania colonial, e portanto de uso limitado nas operações de guerrilha naval, ficavam tão só disponíveis para uso os quatro contratorpedeiros e os dois submarinos, cada um formando uma pequena esquadilha, muito pouco para se ter autonomia operacional num conflito alargado, mesmo face à Espanha. É certo que quando acrescida a Armada do previsto cruzador, de mais dois contratorpedeiros e de mais dois

Mas o rearmamento naval teria para Salazar outra finalidade politicamente muito útil, a de justificar e legitimar o retardamento do rearmamento do Exército, e por conseguinte, o dar tempo ao ditador para o fazer num momento onde o seu controlo do aparelho militar fosse o mais dominante possível. Como é óbvio, no início dos anos 30, ainda não institucionalizado o Estado Novo, nem assegurado o domínio total do aparelho de Estado por Salazar e seus apoiantes, o rearmamento do Exército seria por demais inconveniente, tanto mais que poderia valorizar algum oficial general indesejável e politicamente poderoso face ao mestre coimbrão. Ora, o rearmamento naval justificava aos olhos do Exército o postergamento do seu rearmamento, e distendia a pressão militar para a sua consecução.

O programa naval seria desenvolvido no início dos anos 30, chegando progressivamente a Portugal os diversos navios entre 1933 e 1937, o ano em que se iniciaria a reforma do Exército, e por conseguinte, estes seis/sete anos em que se processou o rearmamento naval foram preciosos para prolongar o retardamento do rearmamento militar e resolver da melhor forma possível a situação do quadro militar terrestre face ao

submarinos as possibilidades de autonomia eram mais acrescidas, mas mesmo assim, os meios continuavam a ser muito limitados. Lembre-se que no seu projecto alargado de 1924 F. Pereira da Silva pugnava por três cruzadores e dezasseis contratorpedeiros, incluindo quatro líderes de flotilha. Na prática, o plano previa a constituição tão só de um flotilha, ficando o cruzador basicamente como um navio de grande prestígio. Note-se que qualquer manobra de guerrilha implica uma elevada mobilidade, na medida em que é pela habilidade do jogo do “toca e foge” que uma força mais ligeira consegue preservar-se e picar o seu adversário mais forte. Neste campo, os avisos não estavam nas melhores condições visto a sua velocidade máxima ser de cerca de 17/18 nós para os de 2ª classe e de 22 nós para os de 1ª classe. Pelo contrário, os contratorpedeiros tinham uma velocidade máxima de 36,5 nós, ou dobro ou quase o dobro conforme se fale dos avisos de 1ª ou de 2ª classe. Em termos tácticos, seria até inconveniente misturá-los pois desvalorizariam logo uma das grandes vantagens dos contratorpedeiros, a sua velocidade. Ora, isto significava que os avisos de 1ª classe não podiam ter a função de líderes de flotilha ou cruzadores contratorpedeiros visto vulnerabilizarem a principal potencialidade dos contratorpedeiros. Sobre as velocidades dos diversos navios, Cf. AGM., Documentação Avulsa, Caixa 1392. Esta situação parece por seu turno indiciar que efectivamente o programa naval de 1930 consignava a existência de duas armadas, mesmo que na prática não fosse esse a pretensão inicial, no fundo, as diferentes capacidades dos navios implicavam uma Armada bipartida, de defesa do mar próximo continental e de soberania colonial.

Estado Novo. Entrementes, iam-se processando a chegada do novos navios a Portugal. Em 1933 seriam activados à Armada os novos contratorpedeiros Lima e Vouga (1.588 Ton.) e os novos avisos de 2ª classe Gonçalves Zarco e Gonçalves Velho (1.435 Ton.). Em 1934 chegaria o submarino delfim. O ano de 1935 marcaria em definitivo a renovação com a chegada e activação da maioria dos navios do programa de 1930. Activariam-se os dois mais poderosos navios do plano de 1930, com a chegada dos avisos de 1ª classe Afonso de Albuquerque e Bartolomeu Dias (2.473 Ton.),⁸⁵ recebendo-se ainda os contratorpedeiros Dão e Tejo, um aviso de 2ª classe (1217 Ton.) e os Submarinos Espadarte e Golfinho. Em 1936 ainda se receberia o contratorpedeiro Douro,⁸⁶ e em 1937 segundo António Telo,⁸⁷ o Aviso de 2ª classe João de Lisboa.

Como se pode denotar, entre o programa de 1930 e os dados apresentados pela documentação de 1936 há algumas diferenças, diferenças que resultam da reavaliação do projecto apresentado pelo Decreto-Lei 21.971 de 12 de Dezembro de 1932.⁸⁸ Tendo em conta a possibilidade do programa não ter continuação, a Armada, opta então por completar as diversas flotilhas, em detrimento dos navios mais poderosos e de prestígio. Assim, são adquiridos mais um contratorpedeiros e mais um submarino, e abandonado de forma implícita o transporte de aviões.⁸⁹ Curiosamente, o Decreto-lei considera o contratorpedeiro como um *destroyer*.⁹⁰ Não se entende também porque só se pretende adquirir um navio, quando uma flotilha mínima implicaria dispor de seis, não cinco. No caso dos submarinos, o objectivo era assegurar a constituição de uma flotilha de três

⁸⁵ Quer os contratorpedeiros, quer os avisos de 1ª classe estavam armadas com 4 peças de 120mm, mas os Avisos dispunham ainda de 2 peças de 76mm e 4 de 40mm A.A. contra tão só 3 de 40mm A.A. dos contratorpedeiros. Cf. AGM, Documentação Avulsa, Caixa 1392.

⁸⁶ Cf. AGM, Documentação Avulsa, Caixa 1392.

⁸⁷ Cf. António Telo, 1999, p. 341.

⁸⁸ Cf. Colecção da Legislação Portuguesa, Lisboa, 1943, p. 842.

⁸⁹ Cf. António Telo, 1999, p. 338.

⁹⁰ Cf. Colecção da Legislação Portuguesa, Lisboa, 1943, Decreto-Lei 21.171, 2º Semestre de 1932, 12-12-1932, p. 842.

navios. Seja como for, tratava-se de valorizar a capacidade de defesa do mar continental próximo criando assim duas flotilhas completas de Contratorpedeiros (três em cada uma) e uma flotilha completa de submarinos. Era um mínimo operacional possível, mas reflectia já uma pequena inflexão face ao modelo de 1930, na medida em que as duas novas construções salientavam mais a defesa do mar continental próximo do que a soberania e o prestígio imperial.

Em boa verdade, tão só garantiriam uma batalha de retardamento face à muito mais poderosa esquadra espanhola. Esta era composta em 1936 por 2 couraçados, 7 cruzadores, 17 contratorpedeiros (classificados como *Destructores*) e 13 submarinos, além de um numeroso contingente de pequenos navios de apoio e de patrulha. De notar que 3 cruzadores e 5 contratorpedeiros só iniciaram a sua construção em 1931. Alguns dos cruzadores tinham sido recentemente adquiridos, os cruzadores Almirante Cervera, Miguel de Cervantes e Baleares (todos de 7.975 Ton.). A frota espanhola era por isso dotada de navios modernos e muito maior que a nova Armada lusa.⁹¹ Mas como releva António Telo, pela primeira vez na história naval portuguesa, recebia a Armada conjunto homogéneo e numeroso de navios, com armamento, motores e equipamento símile, o que facilitava enormemente a sua estrutura administrativa-logística.⁹² O programa naval da primeira metade dos anos 30 inseria-se então nos projectos oriundos dos anos 20, mormente do plano naval de F. Pereira da

⁹¹ Sobre a esquadra espanhola aproveitou-se os anexos da obra de César Vidal, Cf. O autor, *Op. Cit.*, pp. 544-47. Os couraçados referidos eram navios de construção anterior à Grande Guerra de cerca de 15.000 ton., não sendo já à altura armas muito pesadas. Note-se que nos anos 30 os couraçados construídos e em operações rondavam entre as 25.000 e 35.000 toneladas, e com o aproximar da Segunda Guerra Mundial saltaram para as 45.000/55.000 ton. (casos dos couraçados alemães da classe Bismarck ou os norte-americanos da classe Iowa).

⁹² Cf. António Telo, 1999, p. 341. O autor produziu o trabalho mais sistematizado sobre a evolução histórica da Armada portuguesa desde o fim das Guerras Napoleónicas. Não é contudo fito desta dissertação fazer uma história da Armada nos anos 30, mas enquadrar a política naval e o reequipamento da marinha de guerra no contexto da política de defesa de Portugal e dos conceitos de estratégia naval de antanho. Assim, para uma visão mais geral e global da história da Armada nos anos 30 remete-se o leitor para a obra já citada de António Telo.

Silva. Era contudo um programa mínimo dos mínimos, que criava na Armada uma dupla força naval, uma colonial, com navios lentos e de grande autonomia, e uma de defesa do mar continental próximo, anti-superfície, contra a armada espanhola, com navios rápidos e submarinos, mas de autonomia mais limitada. Face ao programa consumado, esta armada permitia a Portugal uma política naval de presença e de soberania colonial, e em caso de necessidade, a defesa através de uma acção de guerrilha naval com os contratorpedeiros e os submarinos, dos acessos ao porto de Lisboa, e de salvaguarda das linhas de comunicações e da principal base de operações de Portugal. Mas o programa naval não ficaria completo sem uma reforma geral das estruturas da Armada, na qual a cúpula era a reforma dos órgãos superiores de Armada, a lei da organização naval de 1935.

2.2.2.) A Cúpula da Reforma: A Reforma dos Organismos Superiores da Armada (1935)

O programa naval de 1930 não correspondia na sua totalidade a uma reforma abrangente da Armada. Por um lado, as estruturas organizativas da Armada, o Ministério da Marinha e a organização da Armada já tinham tido uma ampla reforma interna no período de governação de F. Pereira da Silva, o que implicava uma menor necessidade de uma reformulação geral da sua orgânica, mas por outro lado, a renovação dos seus meios materiais, tecnologicamente mais sofisticados obrigaram a reestruturar alguns dos seus organismos com vista a potenciar de forma mais efectiva os modernos navios e outro material de que agora se dispunha. Assim, e ao longo da década de 30, sucessivas leis, decretos-leis e portarias reestruturaram, adaptando mais do que revolucionando, a estrutura orgânica da Armada para fazer face à revolução tecnológica que os novos meios exigiam. Neste

sentido, são reestruturados o Estado Maior Naval (1933) para se aproximar “de um centro de planeamento operacional”, o corpo de marinheiros (1934), e são criadas múltiplas escolas da especialidade dependentes do Comando Geral da Armada.⁹³ Há não obstante, uma reforma que merece ser citada com mais pormenor, pelo que revela da complexa relação entre a Armada e o Exército, e porque entronca na magna questão da política de defesa nacional de uma forma político-estratégica (ao nível da Estratégia Total) muito mais directa. É a reorganização do Ministério da Marinha. Segundo António Telo, esta reorganização é basicamente de pormenor,⁹⁴ contudo ela responde a um receio da Armada, a da sua subordinação ao Exército e ao Ministério da Guerra.

Fundamental nesse processo reorganizativo são a Lei 1921 de 30 de Maio de 1935 que cria o Conselho Superior da Armada⁹⁵ e os Decretos-Leis 26.120 de 24 de Novembro de 1935 e 26.148 de 14 de Dezembro de 1935 que substitui o anterior,⁹⁶ e que lidam com a reorganização do Ministério da Marinha. A primeira corresponde a uma necessidade, a de equiparar a estrutura superior da Armada à do Exército, sendo posterior às leis 1905 e 1906 que criam respectivamente os Organismos Superiores de Defesa e o Conselho Superior do Exército. Era essa a principal razão dada no parecer do Câmara Corporativa para justificar a lei, o de “pretender dar ao Conselho Geral da Armada (na votação na Assembleia Nacional a denominação passaria a ser de Conselho Superior da Armada, de acordo com o dito parecer) maior categoria e mais latas atribuições (...) e colocá-lo no mesmo pé de igualdade em que ficaria o Conselho Superior do Exército

⁹³ Idem, p. 348.

⁹⁴ Idem, Ibidem, p. 348.

⁹⁵ Cf. Colecção da Legislação Portuguesa, Lisboa, (1935) 1945, 1º Semestre, pp. 587-588.

⁹⁶ Cf. Colecção da Legislação Portuguesa, Lisboa, (1935) 1945, 2º Semestre, pp. 706-714 e 740-747.

relativamente às forças de terra.”⁹⁷ A Lei 1921 criava um organismo com funções consultivas de carácter basicamente operacional e doutrinal, com funções de apoiar a coordenação e aconselhar o Ministro da Marinha no respeitante à mobilização, instrução, planos de manobra e doutrina naval.⁹⁸

Era o momento para o deputado Freitas Morna, Comandante da Armada, e claramente, um defensor dos interesses desta na Assembleia Nacional, apelar a uma reforma mais geral da organização marítimo-naval portuguesa, salientando que não bastava à Armada receber novos navios, mas que só se potenciariam estes se a Armada fosse capaz de se reorganizar para os maximizar, não deixando de criticar as sucessivas reorganizações que constituíam ou eliminavam o cargo de Major-General da Armada, considerando que mais útil seria que esta tomasse como cúpula o Conselho do Almirantado.⁹⁹ Neste apelo há mais que uma pugna pela reorganização da Armada. Denota-se já o receio que a Armada perca visibilidade face à ameaça da reforma do Exército, e veja desvalorizado o seu papel na política de defesa nacional. Ao salientar as debilidades da Armada, Álvaro Morna mais não faz do que lembrar ao governo que muito falta ainda fazer, e de que não é só de navios que a Armada se sustenta (mas como deveria ser lógico, em última análise procurava-se manter a possibilidade de continuar o rearmamento naval). Nesse sentido, o governo, ao propor-se equiparar a nível legislativo a Armada e o Exército, mais talvez não fizesse do que responder aos anseios profundos da primeira de assegurar, pelo menos institucionalmente, uma parcela equivalente de poder no governo e na política de defesa nacional.

⁹⁷ Cf. Diário das Sessões da Assembleia Nacional e da Câmara Corporativa, Lisboa, 1934/1935 Parecer sobre o Projecto de Lei que Reorganiza o Conselho Geral da Armada, 19º Sessão, p. 583.

⁹⁸ Cf. Colecção da Legislação Portuguesa, Lisboa, (1935) 1945, Lei 1921 de 30-5-1935, 1º Semestre, pp. 587-588.

⁹⁹ Cf. Diário das Sessões da Assembleia Nacional e Câmara Corporativa, Lisboa, 1934/1935, 35º Sessão, 27 de Março de 1935, p. 658.

A cúpula da reorganização naval seria consumada no final do ano com a reorganização do Ministério da Marinha. Os preâmbulos de ambos os Decretos-Lei já citados são quase iguais na letra, e sem dúvida iguais no conteúdo. Eles remetem e oficializam ao nível da organização do Ministério da Marinha a doutrina que fizera voga desde os anos 20 de considerar o papel da Armada como ligado ao Império Colonial e ao comércio marítimo mundial. Assim, o Ministério da Marinha deve promover a coordenação entre o papel da Armada e o da marinha mercante, realidades intimamente ligadas, e de importância considerável devido ao “largo papel que lhe incumbe (à marinha mercante) como auxiliar da guerra (...) e segurança do Império.”^{100 101} Esta reorganização é também reflexo da criação da Majoria-General da Armada (à semelhança da sua congénere militar) e da equiparação da organização do Exército e da Armada, visando segundo o próprio preâmbulo da lei gerar efeitos benéficos para ambos.¹⁰² Não obstante, neste reorganização já vogava uma armadilha que de certo modo subordinava a Armada ao Exército.

A reorganização naval respondia, do mesmo modo que a Lei 1921 à futura reorganização do Exército. Ela era feita para garantir o paralelismo entre o Exército e a Armada, não o inverso, o que significava que a reorganização da segunda era num bom sentido subordinada ao papel do primeiro. Assim, a reorganização, quer das estruturas superiores da Armada, quer do próprio Ministério da Marinha tinham como fito equiparar a Armada ao Exército e nesse sentido “continentalizar a política naval na política de defesa”. Isso explica talvez, a crítica de Freitas Morna às sucessivas reformas que tanto constituíam a Majoria-General da Armada como a eliminavam, e a proposta de criar um Conselho do Almirantado, o

¹⁰⁰ Cf. Colecção da Legislação Portuguesa, Lisboa, (1935) 1945, DL 26.120 e DL 26.148 (2º Semestre de 1935), pp. 707 e 740.

¹⁰¹ Num tom claramente *Mahanista*, note-se. Sobre este assunto, Cf. *Infra* I Parte e notas 69 e 83 da II Parte.

¹⁰² Cf. Colecção da Legislação Portuguesa, (1935), 1945, Op. Cit., p. 707 e 740.

que significaria uma outra abordagem muito menos continental, e muito mais talassocrática da política de defesa. Não seria por acaso que Freitas Morna acusava as leis 1905 e 1906 de definirem uma “política continental” de defesa.¹⁰³

Esta evolução responderia talvez a uma evolução do ambiente agónico na primeira metade da década de trinta. A distensão das relações entre Portugal e a Espanha terminara com a proclamação da República Espanhola (1931) e a formação de um governo das esquerdas (1931-1933), que apoiava de forma até bastante aberta os reviralhistas portugueses, com alguns sectores da esquerda espanhola propalando uma futura união ibérica federalista de autonomias.¹⁰⁴ Esta postura era tida pela Ditadura Militar e pelo Estado Novo como expressamente hostil, quer de um ponto de vista nacionalista, quer ideológico, pelo que a tensão entre os vizinhos ibéricos cresceu, só morigerando-se com o triunfo das direitas no biénio de 1933-36, sem que contudo o sentido de periculosidade desaparecesse.¹⁰⁵ Apesar de tudo, a ameaça não era directa, visto a sua expressão não passar por uma invasão directa espanhola, mas tão só pelas facilidades que o governo de Madrid dava aos reviralhistas com vista a estes sublevarem Portugal e derrubarem o governo português.¹⁰⁶ Decorre desta situação que a problemática da defesa da raia continental, concomitantemente com o reforço do Exército fosse acentuado e favorecesse a posição da força terrestre na política de defesa militar da Ditadura Militar e do Estado Novo.

Não obstante, a situação internacional era ainda suficientemente fluída no início da década para uma completa viragem da política militar geral em prol do Exército. De facto, riscos e ameaças pareciam igualmente

¹⁰³ Cf. Diário das Sessões da Assembleia Nacional e Câmara Corporativa, Lisboa, 1934/1935, 28º Sessão, 15 de Março de 1935, p. 532.

¹⁰⁴ Sobre este assunto, Cf. Hipólito de la Torre Gómez, 1985, pp. 137-139. Igualmente do mesmo Cf. autor, A Relação Peninsular na Antecâmara da Guerra Civil de Espanha (1931-1936), Lisboa, 1998, pp. 48-57.

¹⁰⁵ Idem, 1998, pp. 66-83.

¹⁰⁶ Cf. Idem, *Ibidem*, pp. 36-47 .

pairar sobre as colónias portuguesas, derivadas da reafirmação com Hitler do poder alemão e das tensões italo-abexins. Na verdade, uma das preocupações da política externa portuguesa era a eventualidade de se distenderem as tensões europeias usando como intercâmbio as colónias das pequenas potências como Portugal.¹⁰⁷ Neste sentido, não se podia de todo descurar o poder naval. Isso explica em boa medida também porque na primeira metade da década, a preocupação com as linhas orientadores da política externa eram vistas por teóricos militares como essenciais para a definição da política de defesa militar, mas inversamente, as dificuldades em as definir face à instabilidade e fluidez da situação europeia. Veremos assim que outros factores foram importantes na definição dos Órgãos Superiores de Defesa.

2.2.3.) Os Órgãos Superiores de Defesa (1935) e a Situação Política

A legislação dedicada aos Organismos Superiores de Defesa tem sido relativamente esquecida nos estudos sobre a relação entre o Estado Novo e as Forças Armadas. É certo que ela se consuma basicamente na lei 1905, se bem que esta deve ser combinada com as leis 1906 e 1921 que tratam respectivamente do Conselho Superior do Exército e do Conselho Superior da Armada. Porém, como já se salientou no capítulo anterior, estas leis definem uma inflexão na política de defesa que começa a continentalizar-se. Simultaneamente observando-se uma certa subordinação reorganizativa da Armada face ao Exército. Ela também marca, como se pretenderá demonstrar um primeiro assalto de Salazar visando o controlo das Forças Armadas, e principalmente do Exército, controlo indirecto, mas ainda assim poderosamente instrumental, na medida em que pelo Conselho

¹⁰⁷ Sobre os receios portugueses Cf. Maria Antonieta Gomes Raposo, A Invasão da Etiópia em 1935 vista pela Diplomacia Portuguesa, (s/l), 2003, pp. 33 e 38.

Superior de Defesa Nacional (CSDN) passaria a definição geral da política de defesa nacional e dos seus objectivos.

2.2.3.1.) As Vias de Construção de uma Lei

A formulação da Lei 1905 não tem um caminho linear. Num certo sentido, ela combina duas evoluções, a visão militar de controlo mais abrangente da política de defesa que lhe assegurasse não só o controlo das operações, mas a da própria mobilização nacional, principalmente a demográfica, já referida como o objecto central da mobilização na Guerra Total, de acordo com o prisma dos teóricos militares portugueses, e a visão de Salazar, da necessidade de ter um controlo mais directo sobre as Forças Armadas e principalmente o Exército, tanto mais, que até assumir a pasta da guerra em 1936, várias tentativas fracassadas para lá chegar tinham acontecido. Numa carta não datada, mas considerada pelo compilador de 1933, dizia Pedro Teotónio Pereira animado, que o país, entenda-se por isto, a pequena elite que o governava, ansiava pela ascensão de Salazar à pasta da guerra, só assim se podendo dar avanço a uma verdadeira política militar nacional e ao seu rearmamento.¹⁰⁸ À falta de um controlo mais directo optaria Salazar por um indirecto. Não há de facto dados que permitam afirmar taxativamente que as Leis 1905 e 1906 foram um outro modo de Salazar assumir progressivamente algum controlo do poder militar, mas tendo em conta os antecedentes, é muito provável que as dificuldades para aceder à pasta da guerra levassem o ditador a utilizar outra via para garantir algum outro meio de direcção das Forças Armadas. Com efeito, Telmo Faria releva que as Leis 1905 e 1906 de estruturação

¹⁰⁸ Cf. Correspondência de Pedro Teotónio Pereira para Oliveira Salazar, Presidência do Conselho de Ministros/Comissão do Livro Negro Sobre o Regime Fascista, Lisboa, 1987, 1º Vol., p. 19.

dos mandos superiores militares acentuavam a subordinação destes ao poder político.¹⁰⁹

Durante a primeira metade da década de 30 Salazar e o Estado Novo confrontara-se com um Exército politicamente instável, onde ainda pululavam elementos pouco seguros como os republicanos conservadores ou os radicais de direita.¹¹⁰ Para enfrentá-los Salazar tivera não poucas vezes de jogar todo o seu prestígio face a Carmona,¹¹¹ mas este, se por um lado, sempre repusera o ditador na Presidência do Conselho, por outro lado, fora sempre recusando àquele a pasta de guerra, e mantivera esta na posse do Exército. Ora, como já se referiu, o Ministério da Guerra era uma das componentes do Exército, por conseguinte, não era algo que pertencesse ao governo (Cf. infra). À pressão militar para a grande reforma do Exército pusera Salazar à sua frente o rearmamento da Armada e também a questão da reforma do Órgãos Superiores de Defesa para a qual fora criada uma comissão com vista a sua reestruturação.¹¹² A reestruturação proposta implicaria uma concessão ao Exército. Se Salazar assegurava para si a cúpula da defesa nacional, os Órgãos Superiores de Defesa teriam um efectivo pendor militar-continental, isto é, dariam a primazia ao Exército na política de defesa.

A perspectiva do Exército pode ser perfeitamente representada por um texto teórico publicado precisamente em 1935 que comparava o modelo inglês dos órgãos superiores de guerra ao modelo francês. O autor começa

¹⁰⁹ Cf. Telmo Faria, 2000, p. 69.

¹¹⁰ Sobre as complicadas relações de Salazar com o Exército na primeira metade da década de 30 vejam-se as obras de Cf. Telmo Faria, 2000, pp. 39-66 e Franco Nogueira, Salazar, Os tempos Áureos, 1928-1936, pp. 61-63, 232-233 e 260-262. Sob o peso dos sectores radicais nas Forças Armadas e principalmente no Exército, Cf. António Costa Pinto, Os Camisas Azuis, Ideologia, Elites e Movimentos Fascistas em Portugal, 1914-1945, Lisboa, 1994, principalmente as pp. 180-181.

¹¹¹ Sendo o epicentro de todo o contentamento e descontentamento do Exército, Carmona teria tido a consciência de que uma ascensão demasiado precoce de Salazar à pasta da guerra poderia ser factor de maior instabilidade militar, para além de não parecer haver suficiente imperiosidade para uma aceleração da reforma do Exército.

¹¹² Cf. Ordens do Exército, 2º Série, Lisboa, 1933, pp. 133-134.

por fazer uma genealogia dos órgãos superiores de defesa em cada um dos países estudados, para depois comparar os organismos existentes então em cada uma das nações. Assim, quer para a Grã-Bretanha, quer para a França, a origem mais remota da organização superior de guerra era a leitura e a experiência da Guerra Franco-Prussiana de 1870/71. Na Grã-Bretanha ela dera origem à reforma do Ministério da Guerra e à criação do Exército Territorial (da reserva demográfica) em 1870. Em 1885, devido à previsão de uma guerra no Afeganistão era fundado o Comité de Defesa Colonial.

A Guerra Anglo-Boer apanha a Grã-Bretanha sem um plano de mobilização ou um Estado-Maior General, que só seria criado permanentemente em 1904. É nessa altura criado o Comité de Defesa Imperial, um órgão consultivo do governo que só tinha como único membro efectivo o Primeiro-Ministro, contudo emanadas dele ir-se-iam criando ao longo dos anos numerosas subcomissões com funções específicas, algumas permanentes. Em 1914 era criado o Conselho de Guerra dependente do governo que incluía os Ministros e os Ministérios da Guerra, Marinha, Finanças, Índia e Estrangeiros. Em 1919, o Comité de defesa Imperial é reorganizado. Passa a incluir então um subcomité integrado de Estado Maior dos três ramos (terra, mar e ar), que em caso de guerra se transformará em Comité de Guerra (*War Comitee*). O Comité de Defesa Imperial incluía um numerosos conjunto de subcomités, dos três chefes do Estado-Maior, do ultramar, dos portos, reabastecimento, efectivos, etc. Para reforçar a coordenação dos diversos comités, foi criado em 1927 o Colégio de Defesa Imperial.¹¹³

A França até fins do século XIX não tinha órgãos superiores de defesa nacional, e só após a Guerra Franco-Prussiana de 1870/71 estes a começaram a ser criados, novamente com a central preocupação de

¹¹³ Cf. Henriques da Silva, “Os Órgãos Superiores de Defesa Nacional em Inglaterra e em França”, Boletim da Escola Central de Oficiais, Janeiro/Fevereiro/Março de 1935, Nº 17-18-19, pp. 162-188.

mobilização demográfica. Em 1890 cria-se o Reabastecimento Nacional e em 1906 o Conselho Superior de Defesa Nacional (CSDN), que incluía o Presidente da República, O Presidente do Conselho, e os Ministros dos Estrangeiros, Finanças, Guerra, Marinha e Colónias. Em 1913 as suas funções eram de estudar a conduta da guerra, a organização geral da nação para tempo de guerra e o reabastecimento nacional. O CSDN será eclipsado com a Grande Guerra, primeiro, pela “ditadura” do Generalíssimo Joffre, e depois pelo Comité de Guerra criado pelo governo Briand em 1916, após a demissão de Joffre. Em 1921, o CSDN é reestruturado, tendo como vogais o Presidente da República (quando se julgar conveniente), o Presidente do Conselho e os Ministros do Interior, Finanças, Guerra, Marinha, Colónias e Obras Públicas. Além disso, havia com voto consultivo, o Vice-Presidente do Conselho Superior de Guerra, futuro Generalíssimo das forças terrestres e o Vice-Presidente do Conselho Superior da Marinha. Com a publicação da Lei de Organização Geral da Nação para a Guerra, o CSDN passa a ter funções em tempo de paz e de guerra. A nova lei assenta na conscrição geral e na mobilização nacional. Em 1929 é criado o Ministério do Ar.¹¹⁴

Na comparação entre os dois organismos superiores de defesa, opta Henriques da Silva pelo francês, mais perfeito, com a direcção mais bem definida hierarquicamente, o governo dirige a política de guerra com o CSDN como órgão consultivo e o Conselho Superior Militar orienta a política militar.¹¹⁵ No entanto, o próprio autor reconhece que a organização de defesa de França está vocacionada para reforçar a mobilização demográfica, dada as debilidades do crescimento populacional dos franceses face à explosiva demografia alemã. Com efeito, como afirma o autor do estudo, a organização defensiva francesa visa confrontar uma

¹¹⁴ Idem, pp. 189-204.

¹¹⁵ Idem, ibidem, p. 217.

guerra continental contra a Alemanha ou a Itália.¹¹⁶ Pelo contrário, os organismos superiores de defesa da Grã-Bretanha eram englobantes visto integrarem simultaneamente a defesa do território metropolitano e do colonial. Todavia, derivado da forte autonomia dos domínios, a integração da política de defesa estava estrangida pelas susceptibilidades políticas desses territórios. Ajunte-se a isso, que derivado do valor das liberdades constitucionais e das autonomias dos domínios, não existe um organismo de execução da política militar geral e da política de guerra, optando-se por cooperações de recursos, o que significa, que ao contrário da França, não há na Grã-Bretanha um organismo superior de preparação e condução da “guerra totalitária”.¹¹⁷ De facto, o autor considera como desapontante o peso da tradição de um exército voluntário na Grã-Bretanha.¹¹⁸

Em suma, apesar do organismos superiores de defesa da Grã-Bretanha corresponderem a uma nação imperial, dotado de um amplo leque de colónias governadas distintamente, com uma política de defesa englobalizante, Henriques da Silva opta pelo modelo francês, centrado na defesa metropolitana e na defesa terrestre, e opta, porque esse modelo corresponde ao modelo militar das forças terrestres que desde o fim da Grande Guerra era pensado e teorizado pelos oficiais do Exército, assente na conscrição geral e na defesa avançada, na defesa na fronteira face à Espanha. Era um modelo que claramente subordinava a Armada a uma política de defesa continentalizante. E apesar de o Conselho Superior da Armada parecer indiciar um equilíbrio de poder entre Armada e o Exército, na prática, ao adoptar um modelo que preparava a primazia deste último,

¹¹⁶ Idem, Ibidem, p. 214-216. Na realidade, em 1935 ainda não existia o Eixo, nem a Alemanha ou a Itália eram aliados. É de notar que na primeira metade da década de 30, Berlim e Roma eram poderes com visões opostas, derivado do desejo germânico de unir a Áustria ao *Reich* e da recusa italiana a essa pretensão. Só após a Guerra da Abíssina (1935) se daria uma forte aproximação de ambos os poderes fascistas, facto que a Guerra Civil de Espanha reforçaria. Sobre esta evolução, Cf. Henry Kissinger, *Diplomacy*, Nova Iorque, 1994, pp. 297-299.

¹¹⁷ Cf. Henriques da Silva, *Op. Cit.*, pp. 208-211.

¹¹⁸ Idem, p. 208.

mais não se estava que a subalternizar a Marinha de Guerra face ao Ramo concorrente. Note-se contudo que a data de publicação do trabalho coincide com a aprovação das Leis 1905 e 1906, podendo o texto servir como legitimador e justificante do obra do governo, o que não inviabiliza a perspectiva de representar uma visão militar (terrestre) da defesa nacional. A formatação legislativa abria as portas a um projecto militar de carácter continental, segundo o padrão francês, tão caro aos teorizadores do Exército, assente no seu modelo de organização militar, baseado na mobilização geral e na conscrição universal.

Ela justificava a crítica certa de Freitas Morna, e o apelo que este fazia para outra organização da marinha e da Armada, assente no modelo britânico, algo similar ao Conselho do Almirantado.¹¹⁹ Nem só Freitas Morna condenava a perspectiva continentalista de nova lei. O seu camarada de armas na Assembleia Nacional Ortins de Bettencourt também levantava a voz contra as “cousas que têm-se passado como se Portugal fosse um país continental (...), mas é sim um grande Império Marítimo(...)”.¹²⁰ A crítica ficou, a opção legislativa trilhou o caminho oposto.

2.2.3.2.) Os Novos Órgãos e a Política de Defesa Nacional

O projecto legislativo trazia não obstante outra marca, a de uma afirmação da subordinação da força militar ao poder político, isto é, a Salazar. A Lei 1905 dizia claramente que cabia ao governo definir a política militar da Nação e a preparação da defesa nacional, fixar os fins gerais da guerra e dirigi-la (distinguindo-se entre direcção e condução, que tem um sentido mais operacional e por conseguinte, mais militar). O governo aprovaria os planos gerais de acção e poria a disposição dos

¹¹⁹ Cf infra.

¹²⁰ Cf. Diário das Sessões da Assembleia Nacional e da Câmara Corporativa, Lisboa, 1934-1935, 28ª Sessão, 15 de Março de 1935, p. 534.

comandos militares os meios.¹²¹ A Base I que consagra estas ideias, define desde logo a quem estão subordinadas as Forças Armadas, e portanto, o Exército. A subordinação à política, ao governo e ao regime é o primeiro objectivo a atingir com esta legislação, hierarquização esta, que é reforçada pela organização da estrutura que enquadraria a aplicação da Lei 1905, o Conselho Superior de Defesa Nacional (CSDN) em tempo de paz e o Conselho Superior de Direcção de Guerra (CSDG) em tempo de guerra, em que, quer num, quer noutro, a presença dos Majores-Generais do Exército e da Armada teria tão só uma função consultiva, e por vontade do governo, na medida em que estes seriam “agregados” (a palavra é da Lei) ao conselho.¹²² Note-se além disso, que as funções do CSDN são amplíssimas, praticamente tocando em todas as dimensões essenciais da organização superior militar. Assim, cabe-lhe definir a política militar da nação, a organização da nação para tempo de guerra, os planos gerais de acção, o reabastecimento geral, o apetrechamento industrial, os orçamentos militares e as convenções militares.¹²³ Ou seja, todas as dimensões organizativas-genéticas das Forças Armadas teriam de passar, segundo a lei, a partir de então, pelo CSDN, que era efectivamente um órgão político de direcção superior da força militar.

Esta visão das coisas eram claramente distinguida no projecto de parecer que a Câmara Corporativa fizera sobre a lei. Antes de mais salientava a justeza de começar pelos organismos superiores da defesa, para assentar a política de defesa nacional sobre bases sólidas, começando pela constituição da sua cúpula. Ela permitiria integrar os três elementos que suportam a missão defensiva da nação, a diplomática, a militar e a

¹²¹ Cf. Colecção da Legislação Portuguesa, Lisboa, 1945 (1935), 1º Semestre, Lei 1905 de 22 de Maio de 1935, pp. 512-513.

¹²² Idem, p. 513.

¹²³ Idem, Ibidem, p. 513.

económica,¹²⁴ e definir a hierarquia de comando, o governo, a direcção central das operações e o comando dos teatros de operações.¹²⁵ Esta perspectiva era tanto mais correcta na óptica do relator e dos procuradores, quando era perfeitamente justificada com a Grande Guerra assacando as causas da derrota alemã à estreiteza da sua visão política (referem a opinião de um teórico germânico não citando contudo o seu nome).¹²⁶

Há nesta visão uma clara afirmação do primado do poder político na definição da política militar e da política de guerra. Com efeito, quer uma, quer a outra estavam hierarquicamente subordinadas ao poder político, ao governo da nação, cabendo a este preparar o país para a guerra e dirigi-la aquando da sua eclosão. O relator não deixava de salientar a tendência para a concentração do executivo em tempo de guerra visando uma chefia estratégica vigorosa, exemplificando com a criação, em 1915, em França, do Comité de Guerra com um núcleo reduzido de ministros e com a evolução da organização inglesa para o *War Cabinet* que era praticamente um conselho privado do primeiro ministro, com cerca de cinco membros, quase todos ministros sem pasta.¹²⁷ Observe-se não obstante, que não fora preciso instituir a cúpula para se rearmar a Armada, mas as condições eram outras. Esta iniciara a sua despolitização no período do ministério de

¹²⁴ Releve-se que a integração das diversas dimensões que afectam a defesa nacional, a diplomática, a militar e a económica, deriva da guerra e é política, não estratégica, não permitindo por isso a conceptualização de uma Grande Estratégia como sucedia nos países anglo-saxónicos, e ficando a Estratégia focalizada na pura dimensão militar, ou seja, a integração das diversas componentes nacionais necessárias aos esforço de guerra faziam-se na dimensão política, não na dimensão estratégica, fugindo ao controlo do aparelho militar.

¹²⁵ Cf. Diário das Sessões da Assembleia Nacional e da Câmara Corporativa, Lisboa, 1934/1935, 25º Sessão, p. 478.

¹²⁶ Idem, p. 478.

¹²⁷ Idem, Ibidem, p. 480.

Pereira da Silva¹²⁸ e não tivera peso por aí além no golpe de Maio de 1926, feito do interior para o litoral e fortemente controlado pelo Exército.¹²⁹

Mas isto também definia os seus limites. O CSDN era também um órgão fora do sistema militar, decorrendo disso, que se assegurava ao governo uma legitimidade política da direcção da força militar, não lhe permitia uma efectiva gestão desta, só passível de ser feito de dentro, isto é, a partir do Ministério da Guerra, que era, até de acordo com a reforma de 1926, feudo do Exército. E o essencial era não só dirigi-lo, mas geri-lo, segundo as conveniências políticas da “situação”, facto mais complicado quando para o fazer era preciso controlá-lo e os sucessivos Ministros do Exército, eram muito menos homens do regime, que homens da força militar, isto é, serviam o Exército mais do que a Salazar. Ora para lá chegar, Salazar tinha que demonstrar que servia tão bem ou melhor o Exército que qualquer dos ministros oriundos de si próprio, facto que exigia habilidade política. O rearmamento e a reorganização do Exército feita em nome de um ministro militar, deslegitimaria a ideia de que só Salazar garantia de facto o reequipamento da força terrestre, mas uma recusa estrita do processo vulnerabilizaria a posição de ditador face à força militar.

Acresce a esta vulnerabilidade política, a organização da própria estrutura do CSDN. Como o próprio nome indica, o órgão têm uma estrutura colegial onde estão presentes os ministros da guerra e da

¹²⁸ Sobre este assunto, Cf. António Telo, 1999, pp. 321-3. O que não quer dizer que não houvesse núcleos politizados na Armada, conquanto estes fossem talvez marginais na corporação.

¹²⁹ A estratégia que levou ao triunfo do golpe de estado do 28 de Maio de 1926 pode ver-se em várias obras. Em termos gerais, a estratégia militar dos golpistas foi a de investir sobre Lisboa com a totalidade das guarnições da província. Vejam-se sobre o golpe de 28 de Maio, por exemplo, Cf. Aniceto Afonso, 2000, Eduardo Freitas da Costa, Op. Cit., pp. 163 e seguintes e António Telo, 1984, 2º Vol., pp. 187 e seguintes. Opinião similar tem Cf. J. M. Tavares Castilho, “Gomes da Costa”, in António Costa Pinto, Coord., Os Presidentes da República Portuguesa, Lisboa, 2001, p. 137.

marinha,¹³⁰ que sendo efectivamente membros do governo, e por conseguinte obrigados à solidariedade com este, não deixam de ser representantes e emanações das forças que teoricamente subordinam, como já se viu no caso do Exército.¹³¹ Derivado desta situação, e apesar da presidência do mesmo ser da responsabilidade do Presidente do Conselho,¹³² o órgão como que ficava constrangido para efectuar uma total subordinação hierárquica da estrutura militar à estrutura política. Esse constrangimento advinha de o órgão, político como era, estar condicionado pela presença de dois ministros com uma real solidariedade bipartida, face ao governo por um lado, e face às forças militares que representavam por outro lado.

Assim, quer o rearmamento da Armada, quer as Leis 1905 e 1906 permitiam ao regime dizer que se estava no bom caminho, que o regime estava a cumprir e que os atrasos resultavam das debilidades dos ministros militares e não do governo, que era eficiente, como se ia demonstrando. Na realidade, como já demonstrou, quer a carta citada de Pedro Teotónio Pereira,¹³³ quer a obra de Franco Nogueira,¹³⁴ uma das ideias que Salazar sistematicamente fazia passar era a das dificuldades de relacionamento com os ministros militares produto, não tanto da sua incompetência, o ditador era um subtil manipulador de pessoas e ideias, mas de uma certa falta de

¹³⁰ Participavam os ministros da guerra, da marinha, das finanças, dos estrangeiros e das colónias sob a presidência do Presidente do Conselho. Idem, p. 513, Base II e Base VII.

¹³¹ Releve-se a afirmação de João Freire, de que para a Armada, o Ministério da Marinha era a expressão da autonomia da corporação, evidenciada no facto de os respectivos ministros serem membros no activo da força naval. Cf. João Freire, *Op. Cit.*, p. 173.

¹³² É interessante notar que se seguia o modelo francês, com a presidência do CSDN a pertencer ao Presidente do Conselho, excepcionalmente, o Presidente da República podia, se desejasse, presidir ao dito conselho ou ao CSDG. Veja-se a Base V da Lei 1905 para Portugal. Idem, p. 513. E para a situação francesa, Cf. Henriques da Silva, *Op. Cit.*, pp. 202-203.

¹³³ Cf. *Infra*.

¹³⁴ Cf. Franco Nogueira, *Salazar, os Tempos Áureos ...*, p. 313. É uma expressão genérica onde Franco Nogueira diz que Salazar afirmava que os militares não estavam talhados para reformar o Exército, e argumenta também com os custos pesados dessa reestruturação. A este propósito saliente-se que Costa Brochado nas suas memórias afirma que Salazar tinha uma profunda desconfiança do valor dos militares e era mesmo antimilitarista. Cf. o autor, *Memórias de Costa Brochado*, Lisboa, 1987, p. 133.

propensão militar para os cargos governativos-administrativos, ideia esta que visava convencer Carmona de que só ele estaria à altura da dura tarefa de reorganizar e armar o Exército. Neste sentido, a Lei 1905 teria uma última potencialidade, na medida em que sendo uma lei que servia o Exército mais que a Armada, mostrava que Salazar compreendia as aspirações e estava sintonizado com este, e consequentemente, quer pela sua eficiência, quer pela visão global da política nacional e de defesa, demonstrava-se como o indivíduo talhado para a pasta da guerra.

Mas a Lei 1905 não se esgotava na definição de quem devia dirigir a política de defesa nacional, na afirmação da primazia política do governo na decisão da acção militar, constrangida como estava ainda esta afirmação de poder. A própria lei, combinada com a Lei 1906 sobre o Conselho Superior do Exército (CSE) enquadrava também o papel dos militares na política de defesa militar. Assim, dizia a Lei 1905 que cabia exclusivamente aos militares a condução das operações.¹³⁵ Esta perspectiva é relevante, na medida em que vai de certo modo ao encontro de duas perspectivas separadas, a de Salazar,¹³⁶ de remeter os militares para o seu *métier* específico de fazer a guerra, e a dos militares, de perceberem o conceito estrito de Estratégia como o de conduzir as operações de guerra, num sentido próximo de que hoje se considera a Estratégia Operacional num seu sentido mais mitigado (Cf. infra, Parte Teórico-Metodológica).

Ela remete para uma habilidade do legislador, isto é, de Salazar, que utilizando subtilmente as concepções militares procura contudo remetê-los para a sua actividade específica afastando-os de uma direcção mais geral da política de defesa e das coisas militares. De facto, ao considerar que a actividade militar é exclusiva dos militares, e portanto, que no fundo é o seu *métier* específico, ligado a condução da guerra, está-se a procurar

¹³⁵ Cf. Colecção da Legislação Portuguesa, Lisboa, 1945, 1º Semestre, Lei 1905 de 22 de Maio de 1935, base IV, p. 513.

¹³⁶ Mais à frente no texto esta ideia será mais desenvolvida e justificada.

afastar estes da actividade mais geral de preparação da guerra que passa a ser derivada da política, decorrendo então, que o poder militar é por isso afastado, *desaproximado* do poder político. É preciso além disso relevar que este conceito de condução da guerra é visto no sentido estrito de ser uma condução definida, dirigida pelo poder político, cabendo tão só à força militar enquadrada seguir a rota traçada anteriormente. Metaforicamente poder-se-ia dizer que os militares ficavam reduzidos ao papel de chofer.

A lei 1906 de 22 de Maio de 1935 vinha reforçar esta tendência. Ela criava o Conselho Superior do Exército, órgão de topo na hierarquia militar. Sob a presidência do Ministro da Guerra e a vice-presidência do Major-General do Exército, o mais importante posto na estrutura militar, e composto exclusivamente por oficiais generais, cabiam-lhe funções executivas e consultivas todas elas na dependência do governo. Assim, dentro da política fixada pelo governo, decidiria sobre a orientação a dar às instituições militares. Cabe-lhe igualmente dar o parecer sobre todas as questões importantes relativas à organização e funcionamento do Exército, assim como o de ser consultado obrigatoriamente sobre a organização, recrutamento, instrução e mobilização da força militar.¹³⁷ Esse pressuposto era referenciado pelo parecer da Câmara Corporativa ao considerar que a Armada e o Exército teriam órgãos responsáveis pela concepção e execução das suas actividades respectivas.¹³⁸

O texto remete claramente o papel da força militar para o seu *métier* específico, no sentido mais estrito, que é o de pôr em condições de combate a força militar e aplicá-la na guerra. É certo, os militares podem ter alguma influência na organização geral da força militar, mas tão só a título consultivo, ficando as funções executivas claramente enquadradas pela

¹³⁷ Cf. Colecção da Legislação Portuguesa, Lisboa, (1935) 1945, 1º Semestre, Lei 1906 de 22 de Maio de 1935, pp. 515-516.

¹³⁸ Cf. Diário das Sessões da Assembleia Nacional e Câmara Corporativa, Lisboa, 1934/1935, 25º Sessão, p. 480.

política geral do governo. Ao Exército assignava-se então uma função meramente executiva da política definida pelo governo, mas esta capacidade executiva garantiria a autonomia da força militar na condução das operações militares, dentro das vias definidas pela política. Aos militares caberia tão só a aplicação prática da força, deixando-se à política, ao governo, a direcção geral da guerra e da política militar. Não obstante, esta aplicação prática significava que a gerência da força militar continuava nas suas mãos, ou seja, dentro dos quartéis, o domínio militar era ainda total. As Leis 1905 e 1906 definiam assim um modelo de relacionamento político-militar com clara subordinação teórica dos militares ao poder político, conquanto como se pretendeu demonstrar a legislação, na prática, não conseguisse de todo esse objectivo. Porque ela dirigia, não geria a coisa militar, que subordinada ao poder militar no sentido mais lato, e ao Ministério da Guerra, no sentido mais estrito, ainda efectivamente dominado pelo Exército na pessoa dos respectivos ministros militares matizava em boa parte a letra da lei.

A lei não se esgotava neste jogo de subordinação do poder político militar ao poder político. A explicação dada pela Revista Defesa Nacional das Leis 1905 e 1906 salientava dois factos importantes. A lógica de se responsabilizar o governo pela definição da política militar e a importância da existência de um órgão geral de direcção da guerra numa era de guerra integral em que a mobilização exigia a utilização de todos os recursos nacionais.¹³⁹ A palavra definição delimita a própria realidade da lei, na medida em que definir, não é gerir, tão só enquadrar. Em si, a revista Defesa Nacional exprimia claramente a realidade dos limites da lei. Por seu turno, era salientando o valor dos órgãos superiores de defesa para a guerra total. Na verdade, como já se procurou demonstrar, com excepção da

¹³⁹ Cf. X. “Organismos Superiores da Defesa Nacional”, Defesa Nacional, Nº 21, Janeiro de 1936, p. 4.

questão da mobilização demográfica, ao Exército era de somenos importância a mobilização geral do país (Cf. infra, I parte). De facto, até aos anos 40, as questões de uma mobilização industrial e financeira, entre outras, merecem pouca atenção da força armada. Da parte do regime e do governo, a despeito da teoria exposta no texto, também nada há que legitime uma preocupação acérrima com a mobilização geral da nação para tempo de guerra. A lei que regularia a questão em definitivo só seria criada em 1956. Esta perspectiva fornece um argumento legitimativo, não expressa tanto uma preocupação efectiva.

Interessante contudo, é a afirmação que o modelo de Organismos Superiores de Defesa Nacional é moldado a partir do modelo francês,¹⁴⁰ reflectindo como já se disse o peso da concepção militar francesa, continental na organização geral militar portuguesa. Este modelo é claramente referido no parecer da Câmara Corporativa sobre a Lei 1905 ao relevar que grande parte dos organismos de defesa nacional do Mundo têm por base a lei francesa de 1921 sobre o mesmo.¹⁴¹ Relevante também do estado das nossas Forças Armadas era considerar-se que num país com uma reduzida profundidade e territorialmente disseminado pelo Mundo seria imprescindível uma maior inter-relação entre as forças de terra e as forças do mar. Porém, o próprio relatório reconhecia que isso era mais uma ilusão que uma realidade, mantendo-se o quase total desconhecimento mútuo.¹⁴² Era uma situação que os órgãos agora criados procurariam resolver reforçando a maior inter-relação entre as forças de terra e as forças do mar. Era assim criada a Comissão Mista dos Estados Maiores do Exército e

¹⁴⁰ Cf. X., “Organismos Superiores de Defesa Nacional”, Defesa Nacional, Nº 23, Março de 1936, p. 6.

¹⁴¹ Cf. Diário das Sessões da Assembleia Nacional e Câmara Corporativa, Lisboa, 1934/1935, p. 479.

¹⁴² Idem, p. 480.

Naval, órgão de Consulta do Conselho Superior Militar (CSM) com vista a reforçar a interligação e coordenação da Armada e do Exército.¹⁴³

A nova legislação era assim um passo intermédio. Para salazar e para o regime era uma afirmação de primazia política, primazia política mitigada, visto que a lei só consubstanciava uma direcção política superior da defesa, fora contudo do aparelho militar, com uma reduzida capacidade de gestão diária do mesmo. Mas para o Exército, abria as portas à sua progressiva reorganização e rearmamento, sem no entanto deixar de subordinar o aparelho militar à sua própria hierarquia, que continuava a geri-lo seguramente a partir do Ministério da Guerra. No fundo, a questão central continuava em aberto. Quem geria o Exército e como a partir daí se podia reorganizá-lo e armá-lo.

2.2.4.) A Grande Reforma do Exército (Militar) de 1937

A reforma do Exército parecia ser um grande objectivo desta Era de reformas das Forças Armadas e dos Órgãos Superiores de Defesa Nacional. Esta reforma, não era porém só desejada pelo regime, mas também pelo Exército que sentia como incompleta e inacabada a reforma de 1930. Era necessário pôr a força militar em condições de se poder mobilizar massivamente, o que exigia uma força razoavelmente grande de cobertura e principalmente um muito dispendioso rearmamento do Exército. Esse custos justificaram a paralisia do processo reorganizativo e do rearmamento militar, tanto mais que se procedera ao da Armada entretanto, mas era inevitável que o problema teria de ser resolvido mais cedo que tarde, e

¹⁴³ Cf. Colecção da Legislação Portuguesa, Lisboa, (1935) 1945, 1º Semestre, Lei 1905, 22 de Maio de 1935, p. 513. O Conselho Superior Militar é outro organismo considerado na Lei 1905, contudo não é motivo de lei própria como acontece com os Órgãos Superiores do Exército e da Armada, respectivamente Leis 1906 e 1921. Está-se tentado a considerar como natural este obnubilamento. Uma coisa era o Exército e a Armada terem uma estrutura renovada de comando superior, outra haver entre eles e o CSDN um organismo coordenador.

Salazar soube aproveitar o tempo para mexer as suas peças de modo a ser ele a controlar o próprio processo de reforma, quer dizer, a gerir de dentro a transformação da estrutura militar. Analisaremos em primeiro lugar, os projectos concorrentes, o salazarista e o militar (no fundo, um relembrar do que foi já salientado), para em seguida compreender os limites do debate sobre o pequeno ou o grande Exército. Ter-se-á também em conta o ambiente agónico internacional na segunda metade da década de 30. Finalmente estudar-se-á as leis 1960 e 1961, as características da reforma de 1937 do ponto de vista da defesa global do país, entendida aqui, num sentido lato, não só do nação face ao exterior, mas também da preocupação de defesa interna do regime. Este ponto permitirá introduzir a questão da defesa militar face ao eclodir da Segunda Guerra Mundial e visualizar as suas debilidades conceptuais e práticas. Não se deixará igualmente de referir a posição da Armada face à reforma do Exército, principalmente porque os custos desta tornam-se inviabilizadores da continuidade do projecto naval.

2.2.4.1.) Salazar face ao Exército. O Projecto de Defesa Nacional do Regime

O 28 de Maio de 1926, pode-se dizê-lo, numa fórmula talvez estilizada, foi um assalto da província tradicionalista e ultramontana à Lisboa cosmopolita e revolucionária. As forças militares estacionadas nas diversas províncias, a começar por Braga, mobilizaram-se e marcharam sobre Lisboa, terminando com o poder Democrático na capital no dia 17 de Junho de 1926, derrubando o Almirante Cabeçadas (após duas semanas de confusão geral), a quem a República Nova entregara o poder visando preservar o que podia face ao poder avassalador das forças conglutinadas contra ela. De facto, os líderes militares não se tinham desarmado e tinham

conservado em Sacavém, às portas de Lisboa, as forças mobilizadas na província, prontas actuar caso fosse necessário.¹⁴⁴ Contrariamente ao que fora comum durante a I República onde o papel da Armada era relevante no sucesso ou insucesso dos golpes de estado na capital, derivado da importância do Tejo para pôr entre dois fogos as forças governamentais que operavam entre o Terreiro do Paço e o Rossio, e em geral, ao longo da zona costeira de Lisboa, tanto mais, que nessas ruas normalmente sinuosas, grupos de civis armados deixavam as forças governamentais em grandes dificuldades pelo uso de bombas e pequenos golpes de mão, que a desgastavam e desmoralizavam,¹⁴⁵ o 28 de Maio foi uma maciça concentração das forças da província sobre Lisboa,¹⁴⁶ tornando muito menos relevante o papel dos marinheiros no seu sucesso, dando a primazia ao Exército no poder político.

Mais do que as Forças Armadas, tornava-se o Exército o foco decisivo de poder político em Portugal, foco que significava que também era o elemento perturbador, na medida em que sendo por excelência o instrumento de definição de quem devia e podia governar, era também causa da possibilidade de desgoverno, porque podia derrubar o poder que ele mesmo instalara. O Exército tornava-se assim simultaneamente o instrumento de estabilidade e de instabilidade política do poder político em Portugal. A Ditadura Militar foi assim uma prolongada luta intra-militar com civis à mistura e a gestação do poder de Salazar obrigou a um acordo com a maioria das facções militares, de modo a ele aceder finalmente à

¹⁴⁴ Sobre o golpe do 28 de Maio e as primeiras fases da Ditadura Militar, Cf. António Telo, 1984, pp. 187 e seguintes. Veja-se também Aniceto Afonso, História de uma Conspiração, Sinel de Cordes e o 28 de Maio, Lisboa, 2000, pp. 130 e seguintes. Considere-se além disso outras referências bibliográficas já apresentadas.

¹⁴⁵ A importância da Armada para o sucesso do domínio de Lisboa durante a I República foi relevada por Cf. António Telo, 1999, pp. 214-218.

¹⁴⁶ 15.000 homens teriam marchado por Lisboa adentro com Gomes da Costa. Indicação dada por Cf. Leopoldo Nunes, Op. Cit., p. 66-67. Citada também em Carlos Fernandes Nunes Faria, Op. Cit., p. 702. Estas forças, basicamente do Exército, resultavam da mobilização e conglutinação das forças das diversas divisões do interior de Portugal.

direcção do governo de Portugal. É talvez por isso que Salazar se referisse ao Exército quando falava das Forças Armadas. Esta atitude que surpreendia Américo Tomás¹⁴⁷ reflectia no fundo a profunda consciência que o ditador tinha do papel decisivo do Exército na sua ascensão ao poder e explicaria porque mais do que controlar as Forças Armadas visava Salazar gerir o primeiro, porque era nele que efectivamente residia o foco perturbador mais decisivo do regime (como se verificaria com o 25 de Abril de 1974, onde foram os capitães do Exército e a crise deste gerada pela Guerra Colonial, que precipitou o fim do regime, posto por militares, derrubado por militares). Elemento de estabilidade, elemento perturbador, o Exército teria de ser controlado, quer dizer, gerido de forma a ser um factor favorável à situação, e só o seria se de alguma forma devesse ao regime a sua renovação, na medida em que se esta ocorresse por si própria, a capacidade de controlo do poder terrestre pelo governo decresceria em grande escala automaticamente. Esse era o problema de Salazar.

Desde o início que Salazar procurou auscultar as sensibilidades militares (terrestres) e a partir da sua percepção do que elas pretendiam, desviá-las em proveito do seu próprio projecto político, que exigia um retorno dos militares aos quartéis. Se como se salienta, o projecto político de Salazar passava por várias fases, a financeira, a económico-social, a política,¹⁴⁸ destas dependiam igualmente a questão militar. A estabilização política significaria igualmente a estabilização militar, na medida em que tornaria dispensável o papel de guarda político-militar do Exército. Não deixa por isso de ser sintomático que Salazar apresente o seu projecto político aos militares em primeiro lugar, para deles tomar pulso, para salientar ao mesmo tempo que a consumação do projecto de

¹⁴⁷ Cf. Américo Tomás, *Últimas Décadas*, Vol III, p. 86, cit. Por Cf. David Martelo, *Op. Cit.*, p. 15.

¹⁴⁸ Sobre o projecto Salazarista no início da Ditadura e sua consecução faseada, Cf. António Telo, “Salazar e a Ditadura Financeira”, *História* (Nova Série), Nº 1, Abril de 1998, pp. 45-55.

constitucionalização da situação significaria a consumação da acção política do Exército, retomando então a sua função de instrumento do Estado.¹⁴⁹

É plausível que no contexto da obra de renovação nacional que Salazar procurava incarnar, a reestruturação do Exército e da força armada em geral tivesse um papel relevante de assegurar a mais lata independência de Portugal face às potências exteriores. De acordo com Franco Nogueira, para Salazar a renovação da Armada e do Exército eram com o saneamento orçamental um dos fundamentos da independência de Portugal face ao exterior, tendo em conta que uma política externa dotada da mais lata independência, que garantisse a neutralidade de Portugal, exigiria força para ser afirmada.¹⁵⁰ Sendo por isso para Salazar politicamente conveniente o retorno das Forças Armadas aos quartéis, não se reduzia a uma dimensão de política interna a questão militar, sendo também instrumental do reforço do poderio e do prestígio português face às potências exteriores.

A questão do Exército era assim uma questão decisiva. Segundo José Martinho Gaspar, apenas 5,4% dos discursos de Salazar no final dos anos 20 e nos anos 30 versaram temas militares, muito pouco, conquanto a nosso favor se refira que só 9,9% lidaram com as questões financeiras orçamentais e 5,4% com as questões coloniais, enquanto cerca de 54,8% lidaram com temas relacionados com a política interna e a política externa.¹⁵¹ Se excluirmos os discursos excessivamente abrangentes sobre política interna/externa, que podem conter milhentas coisas, nos discursos mais específicos, mais focalizados, as Forças Armadas aparecem em segundo plano, empatadas com a questão colonial e tão só precedidas da

¹⁴⁹ Sobre o discurso pronunciado na Sala do Risco e o projecto político de Salazar, vejam-se Cf. Franco Nogueira, Salazar, *Os Tempos Áureos...*, pp. 68-72 e António Telo, 1998.

¹⁵⁰ Cf. Franco Nogueira, *As Crises e os Homens*, Porto, 2000, p. 260 e nota 3.

¹⁵¹ Cf. José Martinho Gaspar, *Os Discursos e o Discurso de Salazar*, Lisboa, 2001, pp. 84-90, principalmente o gráfico da p. 85.

questão económico-financeira, justificável porque Salazar ganhara fama como Ministro das Finanças.

A função militar é por Salazar remetida a defesa do agregado social e da sua independência, expresso na conservação da ordem e da paz social interna e da liberdade externa.¹⁵² Essa função tem duas géneses, a técnica e a política. A política define os objectivos, a técnica, os meios para os atingir. Ambas, a técnica e a política devem “dominar” a solução do problema militar.¹⁵³ É de relevar a habilidade do discurso feito por Salazar em Dezembro de 1930, aquando da entrega das insígnias da grã-cruz de Cristo ao Brigadeiro Daniel de Sousa, Governador Militar de Lisboa, ao enquadrar a solução da problemática militar numa dupla dimensão técnica e política. Parecendo que apenas faz um discurso de ocasião, Salazar contudo aponta já uma lógica, uma via. A política domina a resolução do problema militar, não o inverso. Aos militares, moldados nas denominadas “virtudes militares”, valor, lealdade, patriotismo, só podem conceber uma palavra, a pátria. Sem essa noção, só resta a bruteza das hordas organizadas.¹⁵⁴ A pátria é incarnada na acção política do governo, na governabilidade da nação,¹⁵⁵ à qual todos os militares estão submetidos, por isso, todos eles, estão subordinados à política. Primeiro, a acção política, depois a acção militar. Só a primeira dá legitimidade e serenidade ao uso da força.

Salazar tem porém consciência de que o regime emana do Exército. Ele é o penhor da “revolução nacional”,¹⁵⁶ mas o penhor da revolução não

¹⁵² Cf. Oliveira Salazar, Discursos e Notas Políticas (1928-1934), 1º Vol., Coimbra, 1935, p. 102.

¹⁵³ Idem, pp. 103-104.

¹⁵⁴ Idem, Ibidem, pp. 105 e 108-109.

¹⁵⁵ Salazar considerava de forma resumida a política como a actividade de administrar o Estado, a actividade da governabilidade da nação, sendo o Estado no que tem de dinâmico, uma doutrina em acção, ou seja, um conjunto de ideias mestras fundamentadoras da acção. Cf. António Ferro, Entrevistas de António Ferro a Oliveira Salazar, Lisboa, 2003 (1932 e 1936), pp. 234-235.

¹⁵⁶ Cf. Oliveira Salazar, 1935, p. 142.

pode estar na política, o penhor está para lá da política, sendo a expressão da própria nação.¹⁵⁷ O Exército é assim uma instituição nacional, por isso apolítica, mas é também uma organização hierarquizada, garante da ordem pública e da segurança nacional.¹⁵⁸ A violência não pode ser instrumento da justiça, mas sendo a força indispensável para governar com autoridade, esta deve ser serena e prudente.¹⁵⁹ Ao discursar para o Exército aquando da entrega por este a Salazar das insígnias da grã-cruz da Torre e Espada, apresenta o ditador a sua concepção da força militar. É todo um projecto político-militar que é definido, e será repetido durante os anos 30.

Começa por valorizar e enaltecer o papel do Exército na construção do novo regime, apelando ao seu apoio condicional ao Estado Novo. O Exército é o penhor da nação, a ele se deve, dedução lógica, o renascimento nacional que se efectua sob a égide do Estado Novo. Mas por isso mesmo, o Exército não é, e não pode ser um partido ou um apoiante de partidos, visto ser uma encarnação, uma expressão da nação, uma instituição apolítica encarregue das mais nobres das missões, por um lado, a salvaguarda da ordem interna, por outro lado, a defesa da soberania face ao exterior. Quanto à primeira, a estabilização política e a nova constituição serão a afirmação do cumprimento da missão de que os militares se tinham encarregue a 28 de Maio de 1926, enquanto, no que respeita à segunda função, mais não são que o instrumento do país, um instrumento ao serviço do governo nacional. No fundo, o Exército enquanto instrumento fundado na violência, só subordinado à nação, na expressão do seu governo, pode ser a necessária força serena e prudente que um Estado requer. Assim, ao mesmo tempo que enaltece e valoriza o papel do Exército, Salazar remete-o para o limbo político de instrumento da nação, instrumento esse sob

¹⁵⁷ Idem, pp. 140 e 142.

¹⁵⁸ Idem, Ibidem, p. 140.

¹⁵⁹ Idem, Ibidem, pp. 143-144.

controlo dos representantes constitucionais desta, o governo saído do regime do Estado Novo.

Estas ideias são de novo repetidas na nota oficiosa de 20 de Setembro de 1935. A nota é uma réplica a alguma instabilidade político-militar havida nos fins de Agosto e princípios de Setembro de 1935, nomeadamente as revoltas abortadas de Agosto/Setembro, principalmente a fracassada intentona conhecida como “a revolta Mendes Norton” a 10 de Setembro, que rebelara o aviso Bartolomeu Dias, mas desapoiada em terra, capitulara prontamente.¹⁶⁰ A nota começa por acentuar uma dicotomização entre os revoltosos, expressão de um internacionalismo dos quais eram agentes inconscientes,¹⁶¹ e o são nacionalismo, do qual o Exército é expressão relevantemente confirmada com o 28 de Maio de 1926.¹⁶² Os revoltosos mais não são que um pequeno grupo, face a um Exército representante do espírito do 28 de Maio que conserva a pureza da Ditadura Militar¹⁶³ e da sua missão. Não é todavia função do Exército governar a coisa pública, mas defender a integridade da pátria e a manutenção da ordem, elemento dominante da política externa.¹⁶⁴ Para que o Exército possa no entanto defender a pátria, tem de estar liberto da política interna. De facto, o Exército poderia impor à política a sua directriz, mas tal não seria patriótico.¹⁶⁵ Afirma-se depois a visão Atlântica da política nacional,¹⁶⁶ assente na aliança de interesses comuns com a Grã-Bretanha e

¹⁶⁰ A respeito da instabilidade do final de Verão de 1935 e da fracassada revolta de Mendes Norton, Cf. Luís Farinha, 1998, pp. 228-237.

¹⁶¹ Oliveira Salazar, Discursos e Notas Políticas (1935-1937), Coimbra, 1937, p. 67.

¹⁶² Idem, p. 75.

¹⁶³ Idem, Ibidem. p. 69.

¹⁶⁴ Idem, Ibidem, p. 76.

¹⁶⁵ Idem, Ibidem, pp. 76-78.

¹⁶⁶ Será talvez o momento para relembrar a distinção entre a perspectiva geopolítica e a perspectiva geoestratégica. Geopoliticamente está-se perante o tradicional prisma atlantista da política de defesa nacional. A ligação ao Império e à aliança marítima anglo-lusa. Contudo, geoestrategicamente, a posição acabaria por ser epiocrática. A continentalização da política militar de defesa com a primazia do Exército e a constituição de uma muralha face à Espanha. Esta situação derivaria da pressão continental sobre a fronteira, acentuada com a Guerra Civil de Espanha e a II Guerra Mundial, que ameaçavam directamente a soberania portuguesa. Era uma

no afastamento face aos problemas internos da Europa continental.¹⁶⁷ Este quadro e a reconstituição financeira permitiram por seu turno a reforma e rearmamento do Exército e o prosseguimento da restauração da Armada.¹⁶⁸ A reforma do Exército seria fruto de uma lógica de subsidiariedade entre a sua reorganização, o seu rearmamento e o potenciamento das indústrias militares em Portugal.¹⁶⁹

Esta longa nota política que se procurou resumir relevando os pontos mais importantes, reflecte várias coisas. Por um lado, ela retoma a visão de Salazar de afirmar a primazia da política e por isso do regime face à força armada. Esta é remetida para uma subordinação face ao governo constitucional, ao mesmo tempo que é enaltecida pelo papel no 28 de Maio, papel incarnador de uma vontade nacional que ultrapassa a política, exprimindo o sentido do espírito nacional, espírito esse que o governo se esforça por confirmar.¹⁷⁰ Este estranho paradoxo construído por Salazar permite valorizar de tal modo a força armada e o Exército que o leva à impotência da acção. Este é por excelência a expressão incarnada da pátria, o espírito das virtudes pátrias, por isso é necessariamente apolítico, visto a pátria estar para lá da política. Nesse sentido, ao Exército não é lícito a intervenção política, visto ferir de morte o espírito militar, a sua nobre função, relacionada com a segurança da nação, segurança esta numa dupla

perspectiva de carácter estratégico militar e de posicionamento geoestratégico num ambiente agónico com origem na Europa Central que explicitam em parte a epirocratização da política de defesa militar. (Cf. *supra*).

¹⁶⁷ Cf. Oliveira Salazar, 1937, pp. 79-81.

¹⁶⁸ *Idem*, *Ibidem*, pp. 87 e 94.

¹⁶⁹ *Idem*, *Ibidem*, pp. 97-99.

¹⁷⁰ Note-se que uma das grandes construções míticas das direitas antes do 28 de Maio, e que imbuíra em boa medida o espírito da força armada era a do exército representar a Nação, ser o último reduto da pureza da alma nacional. Sobre este assunto, vejam-se por exemplo, os textos de Eduardo Freitas Costa e de Fidelino Figueiredo. Ambos os autores participaram no 28 de Maio, e em ambos se encontram disseminado pelo texto a visão do Exército como mandatário nacional, como expressão e reduto último da pureza da nação. Salazar limita-se neste caso a aproveitar a onda para levar a bom porto a sua redução da força armada a instrumento do regime. A nação não se divide, o Exército tem de se submeter a representação e ao governo da nação. Vejam-se as referências bibliográficas na Bibliografia.

vertente, interna, de garantia da ordem e externa, de defesa da sua soberania. Estes pressupostos últimos obrigam à subordinação da força armada à política, por intermédio do governo que gere a política interna e externa. Assim, se o Exército enquanto expressão do espírito da pátria, é a expressão sublime das suas virtudes, e por conseguinte está acima da política, fora da política, na sua função e na sua actividade, é subordinado da política, porque cabe ao governo constitucional gerir e dirigir a política interna e externa.¹⁷¹ Salazar consegue assim de uma arremetida duas coisas. Elevar o Exército e a força armada aos píncaros do enaltecimento e simultaneamente afirmar o seu dever de total subordinação ao poder político.

Provavelmente é esta necessidade que explica porque Salazar era tão avesso a uma Presidência da República não militar. Esta era instrumental à subordinação do Exército e das Forças Armadas. Ao dar à força armada a Presidência da República, em corporações onde o valor simbólico é marcante,¹⁷² seduzia-a com a noção de essa outorga reflectir a sua identificação como reduto e expressão suprema da Nação. Não deixa por isso de ser sintomático que no discurso presidencial que abre a I Legislatura do Estado Novo, Carmona reclame para o Exército, o papel de regenerador da Nação, consubstanciado por um lado, no banimento dos partidos, e por outra, na edificação de uma obra “verdadeiramente nacional pela sua ideologia, pelos seus processos e pelos seus objectivos”.¹⁷³ O máximo representante e símbolo da Nação era outorgado à corporação que

¹⁷¹ Manuel Braga de Cruz observa pertinentemente que Salazar procurou claramente distinguir a função política da função militar. Cf. Manuel Braga da Cruz, O Partido e o Estado no Salazarismo, Lisboa, 1988, p. 59.

¹⁷² John Keegan salienta o valor do simbólico como um dos elementos mais importantes na agregação, unificação e identificação da força militar. Cf. John Keegan, Uma História da Guerra, São Paulo, 1995 (1993), pp. 15-17.

¹⁷³ Cf. ANTT/AOS/PR 2, Pasta 1, f. 20. Discurso Presidencial de Carmona à Assembleia Nacional com correcções pelo punho de Salazar, nomeadamente, colocou entre parentésis a frase entre aspas. O texto tem data de 11 de Janeiro de 1935. Na verdade, não havia um só projecto nas forças militares que a 28 de Maio de 1926 derrubaram a I República.

mais vincadamente representava os valores e identidade de Portugal. Por sua vez, legitimava a ideia de essa representação estar acima da política e da governabilidade, e por isso esta dever-lhe ser vedada, focalizando as Forças Armadas na missão que decorria da sua identidade específica, o uso da violência, em nome da Nação, que justificava a sua identidade geral de representação suprema dos valores de Portugal.¹⁷⁴

Mas não só revela a nota (de 1935) a concepção teórica de Salazar sobre o poder político e o poder militar. Por seu turno, ela revela uma certa insatisfação do Exército e em geral da força armada com o processo de rearmamento. Como explicar então a prolongada justificação que a nota efectua a esse respeito, salientando por um lado os triunfos do governo na governação da nação, e por outro referindo os esforços a envidar e a concepção geral por detrás da política de reorganização e rearmamento do Exército. A rebelião militar podia não ter como primeiro, ou sequer como objectivo a questão da reorganização e rearmamento do Exército, mas ela no seu todo reflectia uma real instabilidade da força armada face ao regime. O problema militar passava pela sua reorganização e rearmamento, e neste campo, a força militar tinha uma opinião muito própria.

Em Outubro de 1935, reunia-se pela primeira vez o CSDN. Salazar aproveita, para após as saudações da praxe, fazer um pequeno discurso, onde repisa os fundamentos da sua concepção da organização superior da defesa nacional. Para ele, a política militar emana da definição da política externa e não é independente da política interna, no que respeita ao dispêndio de homens e capitais.¹⁷⁵ Releva de nova a tradicional ameaça

¹⁷⁴ Esta interpretação deve bastante a Cf. Eduardo Lourenço, Os Militares e o Poder, Lisboa, 1975.

¹⁷⁵ Repare-se na perspectiva de Salazar. Toda a sua lógica é clássica. A força militar é expressão da política externa, da delimitação clara da soberania nacional, e visa confrontar as ameaças originadas noutras nações. Além disso, ancora-se ainda numa visão típica da guerra no Antigo Regime e na Revolução Francesa. A força militar deriva da mobilização de homens e dos recursos financeiros da nação. A ideia de uma mobilização global dos recursos nacionais (industriais, tecnológicos, e outros) está ausente. Para Salazar, assim parece, o nervo da guerra

espanhola à nação e as velhas garantias da Grã-Bretanha à soberania de Portugal.¹⁷⁶ No final, apenas falou o Ministro da Guerra, Abílio de Passos e Sousa, para afirmar que chegara a hora de preparar o Exército para a Guerra, sem como outrora, haver necessidade de apelar para oficiais estrangeiros,¹⁷⁷ assim se expressava então a vontade do Exército.

2.2.4.2.) O Exército e a Política de Defesa Nacional

O Exército tinha desenvolvido uma concepção de defesa nacional ao longo dos anos 20 e 30. O Exército tinha desde há longo tempo espaço para um trabalho doutrinante, que mesmo que sem uma aval doutrinal, formava e configurava a opinião pública militar. Este espaço passava quer pelas escolas oficiais, quer pelas revistas de carácter militar, nomeadamente a Revista Militar (fundada em 1849), o Boletim da Escola Central de Oficiais (primeiro número em 1928) e a Revista de Artilharia, de carácter mais técnico. Não obstante, uma análise mais cuidada da perspectiva militar tem de penetrar mais fundo e submergir nas concepções operacionais, nos planos e relatórios oficiais ou oficiosos do planeamento militar no final dos anos 20 e princípios dos anos 30. É o carácter e a concepção destes planos que nos permitiram apreender que tipo de força pretendia o Exército criar com a nova reorganização da força militar.

Antes de mais é preciso alertar para o facto da realidade da situação organizativa e material do Exército nos inícios dos anos 30 não ser muito distinta da dos anos 20. No Relatório dos Trabalhos de Preparação da

continuava a ser a finança, tal como para Richelieu e Olivares. Uma distinção magistral da relação entre as lógicas estratégicas e as económicas no Antigo Regime e as das guerras da Era Industrial pode ser lida em Cf. J. B. Duroselle, “Préface”, in Georges Henri-Soutou, L’Or et le Sang, Les buts économiques de la Première Guerre Mondiale, Paris, 1989, pp iv-v.

¹⁷⁶ Cf. ANTT/AOS/CO/PC 8A, Documento dactilografado com o cabeçalho de Acta Nº 1, Acta da Reunião do Conselho Superior de Defesa Nacional, Reunida no Palácio da Assembleia Nacional, com data de 10 de Outubro de 1935, ff. 230-231.

¹⁷⁷ Idem, f. 233.

Mobilização para o ano de 1932 considerava-se tão só a possibilidade de mobilizar, tendo em conta os recursos reais, 3 divisões de infantaria, 1 brigada de cavalaria e um Quartel-General de Exército de campanha. Na artilharia pesada, havia apenas 8 obuses de 150mm T.R./918. Faltavam metralhadoras pesadas para equipar os regimentos de infantaria, e a brigada de cavalaria mobilizada teria de ser composta por forças das 1ª e 2ª brigadas de cavalaria.¹⁷⁸ Note-se que estas unidades mobilizadas não eram estruturas orgânicas, mas formações de acaso, que combinavam de forma aleatória os elementos considerados mais operacionais dos diversos regimentos de infantaria, dos diversos grupos de artilharia e das diversas brigadas de cavalaria. Era uma miscelânea de forças oriundas de diversas partes do país, onde o nível de integração, coerência e coesão seria bastante baixo.¹⁷⁹

Nos anos 30 são contudo projectados diversos planos e relatórios que substanciavam a futura organização da força militar. Estes projectos e relatórios visavam pôr em pé de guerra um exército numeroso, massificado, equipado com uma panóplia de armamento coerente e moderno, ao mesmo tempo que são estabelecidas concepções de defesa que obrigariam a uma mobilização demográfica consideravelmente acrescida.

Em 1931 é apresentado o Relatório da Comissão encarregada de proceder ao estudo do rearmamento progressivo do exército sob a presidência do então Ministro da Guerra Schiappa de Azevedo. O relatório, vasto, abarcava a quase totalidade da realidade material da força militar, e considerava a necessidade de despender cerca de 562.620.000\$00 em seis

¹⁷⁸ Cf. AHM, Fundo Tasso de Miranda Cabral, 26ª Divisão, 5ª Secção, Caixa 331, Nº 91, 1932.

¹⁷⁹ Segundo Van Creveld toda a organização da estrutura militar tem por base fundamental a constituição de uma organização coesa, onde o conhecimento mútuo e a inter-confiança permitam aos soldados combater conjuntamente. Cf. Martin Van Creveld, 1981, pp. 74-75. Nesta óptica, podia-se de novo relembrar o valor do simbólico na coesão da força militar, tal como expressa John Keegan. Cf.. nota 172.

anos.¹⁸⁰ Não se tratava contudo de equipar o Exército com todo o material de que precisava para se rearmar, mas tão só do mais urgente, visando assegurar a instrução do serviço militar obrigatório e garantir uma força mínima de cobertura da ordem de uma divisão e alguns batalhões de caçadores. Assim, a infantaria devia adquirir uma nova espingarda, de preferência de calibre 7,7mm, por ser este o calibre utilizado no exército britânico, quer através da aquisição de mais armas oriundas da Grã-Bretanha, quer por via da adaptação das *mausers* nacionais, sendo esta a solução aconselhada no relatório, requerendo-se 30.000 espingardas em dois anos.¹⁸¹ É ainda referido a necessidade de completar o número de metralhadoras pesadas e ligeiras (aquisição de cerca de 300 armas) e de morteiros (só existem 12 armas). Avisa-se por fim da inexistência de qualquer engenho de acompanhamento da infantaria,¹⁸² pelo que é indispensável adquirir 156 morteiros e 78 canhões.¹⁸³

Refira-se que a aquisição de todo este arsenal visa unicamente garantir a instrução e o equipamento para as unidades já existentes, não se visando ainda armar a reserva demográfica. Como é observado para as metralhadoras, a dotação requisitada é a mínima indispensável para a instrução.¹⁸⁴ Do mesmo modo, também a informação sobre a cavalaria

¹⁸⁰ Cf. AHM, Fundo Tasso de Miranda Cabral, 26ª Divisão, 5ª Secção, Caixa 331, nº 89, 1931, Relatório da Comissão encarregada de proceder ao estudo do rearmamento progressivo do exército, introdução, pp. 15-16. Curiosamente, apesar de ter a chancela de confidencial o relatório teria sido impreso na Imprensa Nacional visto a capa o referir. Este quantitativo considera tão só os custos mínimos para arma de artilharia, cerca de 169.000.000\$00, quando os responsáveis por esta diziam ser imprescindível para um eficaz rearmamento cerca de 350.000.000\$00. Cf. Idem, pp. 15 e 78. Sobre os dados do relatório, também Cf. Infra.

¹⁸¹ Idem, relatório da infantaria, documento Nº 1, pp. 18-20.

¹⁸² Os engenhos de acompanhamento da infantaria eram canhões ligeiros de pequeno calibre, que visavam fornecer apoio imediato às pequenas unidades da infantaria, regra geral ao nível de batalhão. Era uma arma típica dos exército continentais, visto os EUA e a Grã-Bretanha não os terem desenvolvido. O aperfeiçoamento dos morteiros e o aparecimento dos mísseis guiados anti-carro com fortíssimas cargas explosivas tornaram obsoleto o conceito. Cf. Ian Hogg, *German Artillery of World War II*, Londres, 1997 (1975), p. 18.

¹⁸³ Cf. Fundo Tasso Miranda Cabral, 26ª Divisão, 5ª Secção, Caixa 331, nº 89, *Op. Cit.*, pp. 21-23.

¹⁸⁴ Idem, *Ibidem*, p. 21.

visaria nesta fase tão só o rearmamento indispensável à instrução.¹⁸⁵ As exigências eram bem menores, mas reflectem bem os limitados objectivos destes grande relatório. Em seis anos a cavalaria pretendia basicamente equipar-se com 5.000 novas carabinas, 249 metralhadoras pesadas e ligeiras e 16 autometralhadoras mais um veículo TSF.¹⁸⁶ Quanto à artilharia, pretendia adquirir cerca de 120 bocas de fogo de campanha, onde se incluíam também quatro torres couraçadas de 305,5 mm para a defesa do porto de Lisboa.¹⁸⁷ No entanto, face as exigências de contenção financeira, e considerando tão só a necessidade de instrução, a Arma de Artilharia contentar-se-ia com a reparação e melhoramento das bocas de fogo existentes, peças de 7,5cm M/917 e M/904 e peças de montanha de 7cm MTR.¹⁸⁸

O relatório prossegue então com a descrição do material indispensável a adquirir pelas unidades de engenharia, saúde e administração. Inclui igualmente os custos de munições e outro material indispensável ao uso do material de guerra como os meios de transporte, sistemas de pontaria, etc. O interessante, é que mesmo considerando a opção mais alargada, o armamento a adquirir não assegurava o rearmamento de uma larga força mobilizada, mas era isso precisamente que pediam os planos gerais de defesa efectuados pelo Estado Maior do Exército.

Em 1933, Tasso de Miranda Cabral, o chefe da repartição da 2ª Repartição do Estado Maior General, apresentava um “plano geral de defesa do país”. Este seguia em boa parte a estrutura dos trabalhos de Tasso enquanto professor da Escola Central de Oficiais, explanados para o público nas Conferências de Estratégia. O plano de defesa devia considerar

¹⁸⁵ Idem, Ibidem, relatório da cavalaria, documento Nº 6, p. 61.

¹⁸⁶ Idem, Ibidem, p. 66.

¹⁸⁷ Idem, relatório da artilharia, documento Nº 7, p. 76.

¹⁸⁸ Idem, Ibidem, relatório da artilharia, documento Nº 8, p. 80.

Portugal como espaço uno e indivisível, e ser composto por três planos parciais, o plano de defesa terrestre, o plano de defesa aérea e o plano de defesa marítima.¹⁸⁹ Como seria de esperar, Tasso só escreve sobre a defesa terrestre e a aérea. Assim, exige ao governo que crie uma forte aviação, em número e qualidade que possa pelo menos neutralizar a do nosso inimigo mais provável (ou seja, a Espanha, mas o texto não o explicita).¹⁹⁰ E por aqui se fica sobre a aviação. Muito mais desenvolvido é o tema da organização e estruturação da defesa terrestre. A antiga doutrina de defesa concentrada é posta de parte. É substituída (a palavra é do texto) pela “moderna” doutrina da defesa avançada, adoptando-se a defensiva de posição, como a melhor modalidade de defesa estratégica, visando quebrar o *élan* do invasor logo na fronteira e permitir lançar a contra-ofensiva.

Abandona-se também o velho princípio da concentração única em prol do moderno paradigma de concentrações múltiplas mas conjugadas, sendo importantíssimo a cobertura nos diversos teatros de operações. A mobilização seria efectuada em três escalões, estando o primeiro (exército de cobertura) pronto logo ao quarto dia, e os segundos e terceiros escalões mobilizados e concentrados ao fim de quinze dias.¹⁹¹ Tasso não refere o número de efectivos ou divisões que permitiam aplicar na prática este plano. Porém, outro texto referente as denominadas “viagens dos generais”, viagens de aplicação efectuados pelo Estado Maior do Exército com vista ao estudo *in loco* dos diversos teatros de operações, indica que se previa criar quatro exércitos com cerca de catorze divisões, cinco brigadas e seis

¹⁸⁹ Cf. AHM, Fundo Tasso de Miranda Cabral, 26ª Divisão, 4ª Secção, Caixa 331, N° 76. O texto não contém paginação, nem fólios dos arquivadores. Os elementos correspondem aos pontos 2 e 3 do texto.

¹⁹⁰ Idem, ponto 4.

¹⁹¹ Idem, Ibidem, pontos 6 e seguintes.

corpos de exército, incluindo um de cavalaria. Seriam criados os exércitos do Norte (I), Beira Alta (II), Beira Baixa (III) e Alentejo (IV).¹⁹²

Em 1933, um texto igualmente oriundo da 2ª Repartição do EME salientava por sua vez a necessidade de as unidades de cobertura estarem dotadas a 66% dos efectivos totais e a 100% do material. Estas unidades seriam compostas por batalhões de caçadores apoiados por grupos destacados dos regimentos de artilharia ligeira.¹⁹³ O Coronel Ernesto Machado retornava ao tema em 1934, considerando que as necessidades da cobertura eram de 41 batalhões, equivalendo a 4 divisões, 25% do potencial mobilizável que em caso de guerra seria composto por 16 divisões. A cobertura teria de estar a 66% dos efectivos e a 100% do material e seria a base do plano de reorganização e de rearmamento do Exército. O estudo também salientava que se não se pudesse armar já a totalidade da cobertura, começasse-se por equipar os batalhões de caçadores e os regimentos de artilharia ligeira existentes, apesar destes só garantirem a defesa face a elementos ligeiros.¹⁹⁴

Estes estudos procuravam também responder àquilo a que se considerava ser a ameaça espanhola. Em 1935, o Coronel Ernesto Machado escrevia um texto referindo os possíveis eixos de ataque do exército espanhol em caso de guerra. Tendo em conta os centros de concentração espanhóis, o autor relevava quatro eixos de penetração da força militar espanhola, a via de Pontevedra/Orense, visando Porto e Fafe pela Portela do Homem e do Lindoso, a via de Salamanca, visando Coimbra pelo Vale do Mondego, a via de Cáceres, visando Lisboa, pelo Vale do Tejo, Sul da Beira e Norte do Alentejo, e a via de Sevilha, por Évora indo até à

¹⁹² Cf. AHM, Fundo Tasso de Miranda Cabral, 26ª Divisão, 2ª Secção, Caixa 330, Nº 57. O texto é emanado da 2ª Repartição do EME, e a viagem é referida ao DL 16.407, nº 5 do artº 37.

¹⁹³ Cf. AHM, Assuntos Militares Gerais, 3º Divisão, 1º Secção, Caixa 20, Nº 5, Janeiro de 1933.

¹⁹⁴ Cf. AHM, Assuntos Militares Gerais, 3º Divisão, 1º Secção, Caixa 20, Nº 13, texto datado de 31 de Dezembro de 1934. Documento intitulado Estudo VII – Fixação da Cobertura, oriundo da 2º Repartição do EME.

Península de Setúbal e a Lisboa.¹⁹⁵ As quatro vias correspondem de certo modo aos quatro exércitos que a “viagens dos generais” referia em 1933. Um a Norte do Douro, outro na Beira Alta, outro na Beira Baixa e outro no Alentejo. O problema dos eixos de penetração está intimamente relacionado com o da cobertura. Esta devia responder à fase inicial da guerra, advindo dessa situação a necessidade de se dispor de uma força de batalha que fosse rapidamente mobilizável. O cerne da questão da reorganização e do rearmamento da força militar terrestre passava por aí. Tinha-se de criar um exército que tivesse a força militar suficiente para cobrir o país de modo a assegurar a mobilização demográfica de todos os recursos nacionais, protegendo além disso a sua concentração para poder travar a batalha.

Entretanto, em 1934 tinha-se realizado o primeiro congresso da União Nacional. Neste tinham sido efectuados algumas comunicações sobre a reorganização da força militar portuguesa por dois indivíduos que teriam nos anos subsequentes um papel importante no comando do Exército e no controlo salazarista do mesmo. Os textos permitem-nos verificar até que ponto a sua percepção da força militar era coincidente com a visão geral que então o Exército tinha da forma como se devia defender a nação.¹⁹⁶ Não deixa de ser sintomático que o texto de Fernando Santos Costa comece por salientar a possibilidade de a Espanha poder armar 1.000.000 de homens.¹⁹⁷ Ora, como se pode ver, desde logo, o problema que F. Santos Costa revela, é a de necessidade de replicar à mobilização demográfica com a mobilização demográfica, estando-se perante uma

¹⁹⁵ Cf. AHM, Assuntos Militares Gerais, 3º Divisão, 1º Secção, Caixa 51, Nº 34, “Linhas de invasão mais prováveis do exército inimigo e aquelas por onde canalizará a sua massa principal de invasão.”

¹⁹⁶ A visão de Santos Costa já foi em parte analisada anteriormente (Cf. *Infra*, I Parte). Trata-se contudo de relevar as coincidências entre a perspectiva do autor e a perspectiva geral dos militares na época. De facto, ver-se-á que as concepções de ambos são muito similares, a haver diferenças, estas seriam de meros pormenores.

¹⁹⁷ Cf. Fernando Santos Costa, 1935, p. 143.

polarização da estratégia com acção e a contra-acção a níveis simétricos. A réplica à ameaça espanhola impõe a existência de dois elementos de defesa militar a dois níveis. Um núcleo armado de cobertura das fronteiras e “a garantia que toda a massa válida da nação está apta a pegar em armas e a entrar em campanha o mais rapidamente possível”.¹⁹⁸ Não se pode ser mais concreto e mais explícito. Também para F. Santos Costa, o problema militar se resume à necessidade de dinamizar a massa válida da nação. Como já dizia o autor na página anterior, “o problema tem, então dois dados essenciais: a *Nação Armada* de que fala a nossa Constituição Política, e a *cobertura* (...)”.¹⁹⁹ Assim, o autor propõe que o país organize um exército que possa em tempo de guerra crescer para uma força de 80.000 a 100.000 homens por cada 1.000.000 de habitantes,²⁰⁰ ou seja, entre 600.000 a 700.000 homens, tendo em conta uma população portuguesa de cerca de 6.500.000 habitantes nos anos 30.²⁰¹ A função do Exército em tempo de paz seria a de instruir, mobilizar e cobrir a fronteira.²⁰²

Temos assim que a proposta de F. Santos Costa vem completamente ao encontro da visão geral que a força militar tinha da sua função defensiva, sendo muito similar à pugnada por Tasso de Miranda Cabral.²⁰³ Defender a fronteira face aos espanhóis, uma defesa de carácter

¹⁹⁸ Idem, p. 145.

¹⁹⁹ Idem, Ibidem, p. 144. (as palavras em itálico são do próprio texto).

²⁰⁰ Idem, Ibidem, pp. 146-147. Observe-se que segundo estes dados, e tendo em conta que Portugal tinha cerca de 6.500.000 de habitantes, isto significaria um exército mobilizado de entre 480.000 a 600.000 homens, muito próximo por conseguinte dos dados apresentados por Tasso de Miranda Cabral nas “Conferências de Estratégia” em 1932 (Cf. Infra, I Parte).

²⁰¹ Luís Salgado de Matos afirma que Santos Costa pretendia mobilizar 700.000 homens. Cf. Luís Salgado de Matos, “A Orgânica das Forças Armadas” in Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira, Dir., Nova História Militar de Portugal, 4º Vol. (Coord. De Nuno Severiano Teixeira), Lisboa, 2004, p. 153.

²⁰² Cf. Fernando Santos Costa, 1935, p. 147.

²⁰³ Visão que marcaria toda a vida. Já afastado do poder, não deixaria de escrever em 1961 a Salazar, criticando a redução de efectivos efectuado por Botelho Moniz após 1958 que desconcentrando as forças em África pusera em causa a defesa da colónia e o modelo de mobilização das leis de 1937. Carta de 6 de Abril de 1961, em Cf. Manuel Braga da Cruz, Org. e Prefácio, Correspondência de Santos Costa, 1936-1982, Lisboa, 2003, p. 83-84.

continental, para isso sendo imprescindível uma mobilização maciça, a nação armada nas próprias palavras do autor. A possibilidade de se efectuar a mobilização exigia por sua vez a cobertura, isto é, um núcleo militar permanente que assegurasse a defesa inicial da fronteira. O projecto santoscostista não termina por aí. Ele propõe uma reordenação da estrutura de comando, assente num núcleo mais pequeno de oficiais profissionais completado por um forte conjunto de oficiais de complemento, os oficiais milicianos, que enquadrasse a grande massa da tropa mobilizada. Esta estrutura permitiria uma mais atempada progressão na carreira dos oficiais do quadro, com a vantagem de se diminuir os encargos orçamentais com os ordenados dos oficiais, que envelhecidos em postos de comando táctico eram para mais completamente inúteis.²⁰⁴ Nesta visão, está aquilo que distingue a clássica visão republicana da dos jovens oficiais do quadro da força militar. Nenhum questiona o princípio da nação armada, o que se questiona é o modelo de enquadramento. Para os republicanos, mesmo o quadro de oficiais devia de algum modo de ser milicianizado, enquanto para os oficiais profissionais, a força milicianiana devia ser sempre enquadrado por um núcleo profissional de carreira que lhe desse uma outra coesão e assegurasse a cobertura.

Estas propostas seriam a base para uma futura organização da força militar. Esta é apresentada por F. Santos Costa e J. F. Barros Rodrigues no I congresso da União Nacional. Os autores, apesar de afirmarem que a guerra moderna já não é um embate entre soldados, mas sim entre povos, obrigando à mobilização de toda a força nacional, não deixam de dizer que a mais importante função da defesa nacional cabe à mobilização militar.²⁰⁵ Decorrendo dessa realidade, aos ministérios militares cabe uma função

²⁰⁴ Idem, pp. 153 e 155.

²⁰⁵ F. Santos Costa e J. F. Barros Rodrigues, *Op. Cit.*, pp. 168-169.

preponderante na defesa nacional.²⁰⁶ A partir daqui os autores defendem a criação de um organismo coordenador da defesa nacional, o Conselho Superior da Defesa Nacional (Cf. *Infra*, II Parte, cap. 2.3.) assim como afiançam a subordinação do força armada ao governo que dirige a guerra, mas deixa aos comandantes-em-chefe a livre condução das operações.²⁰⁷ No fundo, e na sequência da visão santoscostista, também este texto afiança o valor da mobilização militar e a preponderância do factor militar (aqui entendido como das Forças Armadas) na consecução da política de defesa nacional.

Esta perspectiva de F. Santos Costa permaneceria no parecer que ele elaboraria para Salazar um ano depois.²⁰⁸ O parecer de Santos Costa procurava analisar a situação do rearmamento do Exército em toda sua amplitude, incluindo o equilíbrio necessário entre a situação financeira do país e o esforço de defesa nacional no que toca a força terrestre.²⁰⁹ A solução encarada propunha a resolução do problema de rearmamento em duas fases. Numa primeira fase adquiria-se o material de guerra indispensável à instrução e à cobertura da mobilização e da concentração da força mobilizada. Numa segunda fase resolver-se-ia a aquisição do material de guerra destinado às forças mobilizadas.²¹⁰ O autor do parecer salientava o absurdo de ter em depósito todo o material destinado às forças mobilizadas, porque caso a guerra só eclodisse 20 ou 30 anos depois, todo

²⁰⁶ *Idem*, pp. 169-170.

²⁰⁷ *Idem*, *Ibidem*, pp. 163 e 183 e seguintes. Esta questão já foi relevada, quer na I Parte da obra, quer quando se estudou a criação dos Organismos Superiores de defesa. Observe-se como o texto dos autores também é canónico na sua visão.

²⁰⁸ Segundo Veríssimo Serrão, Santos Costa ganhara uma elevada reputação como teórico militar por essa altura. Cf. Joaquim Veríssimo Serrão, História de Portugal ... (1935-1941), 14º Vol., p. 75. Desde 1934 que Santos Costa se encontrava agregado ao gabinete de Salazar.

²⁰⁹ Num relatório de Quirino de Jesus para Oliveira Salazar é consignado que os *superavits* da balança de pagamentos deviam ser utilizados para as obras públicas e o rearmamento. Cf. Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista, Cartas e Relatórios..., 1987, p. 150. Segundo indicação da compilação, o relatório deve datar de 1934.

²¹⁰ Cf. Comissão do Livro Negro Sobre o Regime Fascista, Correspondência..., Op. Cit., Documento 13, datado de 14 de Outubro de 1935, p. 56.

esse material estaria obsoleto e seria inútil à altura.²¹¹ Segundo este prisma, para F. Santos Costa, o material de guerra a adquirir deveria equipar tão só cinco divisões (as forças de 1ª linha), que veriam as suas unidades de artilharia reduzidas a um regimento, não os dois actuais, porque não se justificava que unidades militares com missões defensivas tivessem armas de artilharia em tão grande quantidade, com mais bocas de fogo por batalhão que as unidades francesas do mesmo tipo e estariam armadas em tempo de paz a cerca de dois terços do efectivo total, conquanto nas unidades de artilharia e de cavalaria o armamento devesse estar completo.²¹²

Depois de salientar a periculosidade da ameaça a longa fronteira terrestre (1214 quilómetros), define-se um Serviço Militar Geral com a divisão do território metropolitano em 5 Regiões Militares (4 Regiões Militares e o Governo Militar de Lisboa), cada uma provendo uma divisão, com a aquisição de armamento para 5 divisões.²¹³ O Objectivo seria dispor de armamento para 5 divisões, num efectivo aproximado de 100.000 homens, e a possibilidade de mobilizar mais 400.000 efectivos.²¹⁴ O próprio autor responde à pergunta se tamanho número de efectivos são necessários para a defesa do país, e replica pela positiva, ao salientar que “Portugal é, em primeiro lugar, um país continental”,²¹⁵ ao contrário da Grã-Bretanha que não precisa de um forte exército terrestre por ser uma nação insular, além de fortemente dependente do comércio.²¹⁶ Finalmente,

²¹¹ Idem, p. 56-57.

²¹² Idem, Ibidem, pp. 57-58. Note-se que o termo de comparação é com as unidades francesas.

²¹³ Idem, Ibidem, p. 62.

²¹⁴ Idem, Ibidem, pp. 61-62. A ideia nem sequer é inovadora nesse campo, visto já Tasso de Miranda Cabral a ter defendido nas suas “Conferências de Estratégia” (Cf. *Infra*, I Parte). Os efectivos são contudo mais mitigados que na conferência apresentada no I Congresso da União Nacional (Cf. *Infra*).

²¹⁵ O que corresponde, já se observou, à perspectiva estratégica e geoestratégica do Exército. Para o Exército, a problemática da raia luso-espanhol e a extensão da fronteira davam um cunho epirocratizante (continentalista) à política de defesa militar de Portugal. Para além das informações contidas neste capítulo, Cf. I Parte.

²¹⁶ Comissão do Livro Negro Sobre o Regime Fascista, *Correspondência...*, *Op. Cit.*, pp. 63-65.

Santos Costa propõe que este plano seja desenvolvido por um prazo longo de cerca de 10 a 20 anos.²¹⁷

Observe-se que o parecer de F. Santos Costa procurar responder simultaneamente a duas questões que se imbricam. Como armar um exército maciço dentro do reduzido orçamento de Portugal. Ele procura replicar aos limites impostos por Salazar no que respeita ao dispêndio dos meios financeiros disponíveis e ao mesmo tempo criar uma força militar segundo os padrões de mobilização demográfica, que eram apanágio da teoria militar geral coeva. Repare-se que os efectivos combinados da força de cobertura e de mobilização, 500.000 homens, se aproximam dos apresentados por Tasso de Miranda Cabral nas “Conferências de Estratégia” do mesmo modo que o número de divisões de cobertura eram os definidos pela mesma obra (Cf. *Infra*, I Parte). É certo que F. Santos Costa propõe uma diminuição do número de regimentos de artilharia, mas a razão que apresenta para tal está muito longe de ser ilegítima, e pelo contrário tem toda a lógica. Refira-se que regra geral as grandes unidades divisionárias das principais potências militares da época dispunham tão só de um regimento de artilharia por divisão.²¹⁸ F. Santos Costa também segue a tradição militar de acentuar a dimensão continental e o peso da ameaça espanhola na questão da defesa nacional, diminuindo por conseguinte o valor do papel da Armada. Desse modo, não há no parecer de F. Santos Costa uma ruptura com a visão geral, quer na reorganização, quer no rearmamento da força militar (terrestre). Em boa medida, excepto em questões de pormenor de somenos importância, quer as teses apresentadas

²¹⁷ Idem, *Ibidem*, p. 68.

²¹⁸ Vejam-se os quadros divisionários das divisões de infantaria da Alemanha, França e Grã-Bretanha, na obra de Cf. George Forty e John Duncan, *The Fall of France, Disaster in the West, 1939-1940*, respectivamente nas pp. 44-45, 66-67, e 80. De facto, não era o caso das divisões francesas, que dispunham de dois regimentos de artilharia, um ligeiro com peças de 75mm e um pesado com um misto de bocas de fogo de 105 e 155mm. Por acaso (?), o modelo português aproximava-se do francês.

ao I Congresso da União Nacional, quer o parecer, reflectem a visão geral sobre política de defesa militar dos teóricos do Exército.

Apenso ao texto de F. Santos Costa, encontrava-se o Plano de Rearmamento do Exército Metropolitano com a chancela do então Ministro da Guerra A. Passos e Sousa.²¹⁹ Este texto já foi analisado, no que respeita aos conceitos relativos à organização político-militar, tal como aconteceu que os textos anteriormente referidos. Interessa agora compará-lo com o de F. Santos Costa no que respeita à reorganização e rearmamento do Exército. Essa comparação teria de algum modo sido igualmente feita por Salazar e explicaria o facto de ambos os textos estarem apensos um ao outro. Abílio Passos e Sousa começa por salientar a conveniência e a vantagem de a força militar ser estruturada de acordo com o princípio dos exércitos semi-permanentes, combinando as vantagens das forças milicianas e da mobilização demográfica de toda a massa válida da nação e as vantagens das forças permanentes, mantendo nas fileiras um mínimo de meios indispensáveis à instrução e à cobertura da fronteira.²²⁰ O objectivo do plano de rearmamento é o de equipar o Exército com meios indispensáveis ao cumprimento das duas missões essenciais, a instrução e a cobertura, para num segundo momento completar esta dotação com os meios necessários à mobilização geral.²²¹ A instrução e a cobertura exigiriam a existência desde tempo de paz de 5 divisões incompletas e 2 corpos de exército com vista a possibilidade de agrupar as divisões em unidades maiores e permitir uma dupla acção defensivo-ofensiva conforme as circunstâncias.²²² Tal como sucede com o parecer de Santos Costa,

²¹⁹ Cf. Comissão do Livro Negro Sobre o Regime Fascista, Correspondência..., Op. Cit., Anexos, Nº 5, nota 1, p. 371.

²²⁰ Idem, p. 374.

²²¹ Idem, Ibidem, p. 375.

²²² Idem, Ibidem, p. 378-379.

também o relatório de Abílio Passos e Sousa assume que cada divisão de artilharia teria um regimento de artilharia a dois grupos.²²³

Saliente-se que a perspectiva de A. Passos e Sousa é suportada na proporção existente entre o número de divisões e a população, comparando assim Portugal (6.000.000 de hab. e 5 divisões) com a França (42.000.000 de hab. e 30 divisões) a Espanha (24.000.000 de hab. e 9 divisões), a Bélgica (8.000.000 de hab. e 8 divisões), a Polónia (33.000.000 de hab. e 35 divisões) e a Jugoslávia (14.000.000 de hab. e 18 divisões).²²⁴ De acordo com estes dados, a proporção de grandes unidades face à população seria mais favorável em Portugal que em França ou na Espanha. O plano de rearmamento pretendia também criar uma aeronáutica independente a par da aviação de cooperação, base de uma verdadeira reserva geral na dependência do governo.²²⁵ Por fim, o autor avisa que o primeiro período da segunda fase de rearmamento teria como objectivo completar a fase de cobertura, ou seja, das 5 divisões, e dos órgãos do corpo de exército e do exército.²²⁶ A. Passos e Sousa termina por relevar que o rearmamento da força militar faria com que Portugal passasse a contar no conjunto das nações europeias como uma força de valor.²²⁷

O Relatório de A. Passos e Sousa tem muitas similitudes com o de F. Santos Costa. Ambos pugnam pela constituição de um exército semi-permanente, onde os quadros sejam valorizados, composto por uma força permanente ou quase permanente de instrução e cobertura, assente na existência de 5 divisões quase totalmente providas que salvaguardasse a mobilização e concentração da força militar a mobilizar. A pedra central da

²²³ Idem, Ibidem, p. 380.

²²⁴ Idem, Ibidem, p. 379.

²²⁵ Idem, Ibidem, p. 385. O objectivo aqui não é o de criar um Ramo independente da aviação, mas o de dispôr de uma aviação autónoma que sirva como reserva geral ou seja passível de uso sobre alvos estratégicos militares e não militares em território inimigo. É uma concepção estratégica, não uma concepção orgânica.

²²⁶ Idem, Ibidem, p. 390.

²²⁷ Idem, Ibidem, p. 392.

reorganização militar proposta por ambos, repare-se, era a questão da cobertura. O núcleo militar a constituir e a armar em tempo de paz deveria responder a questão da cobertura, assegurando uma força que ganhasse tempo para permitir a mobilização do resto da força militar e a chegada de reforços vindos do exterior. Isto significa, que ambos defendem um serviço geral obrigatório, de carácter miliciano que mobilize o grosso da massa demográfica da nação. Ambos os textos afirmam igualmente um predomínio da defesa continental. Em suma, quer para F. Santos Costa, quer para Abílio Passos e Sousa, a força militar do Exército deve ter características muito similares. Esta pode-se afirmar, era a clássica visão do Exército sobre a defesa nacional. Só que esta visão esbarrava com um problema, que eram os constrangimentos financeiros do Estado, e aqui, o debate intensificava-se até porque aos limites orçamentais para a consecução da política militar terrestre acrescentava-se a concorrência da Armada e da política naval.

2.2.4.3.) As Grandes Tensões e o Grande Debate

Em artigo recente, Telmo Faria salientou com mais veemência a oposição entre as teses minimalistas de Salazar, marcadas pelo limite do rigor orçamental e as teses maximalistas da força militar, a questão do exército de massas na expressão do autor.²²⁸ Seria útil referir que em Portugal, a questão do serviço geral obrigatório nunca foi posta em causa, nem sequer como parece inferir-se da ideia de Telmo Faria, a ideia de um exército de massas. A questão foi muito mais sobre quais os limites da massificação da força militar. Como se pode deduzir dos textos de F. Santos Costa, mesmo este ainda em 1935, apesar de já referir, assim como

²²⁸ Cf. Telmo Faria, “Os Militares e a Política no Estado Novo”, in Fernando Martins, Ed., Diplomacia & Guerra. Política externa e política de defesa em Portugal do final da monarquia ao marcelismo, Actas do I Ciclo de Conferências, (s/l), 2001, p. 229.

Abílio Passos e Sousa, os limites que a questão financeiro-orçamental impunha ao rearmamento e à mobilização da força armada, pugnavam ainda por uma força militar de razoável dimensão. Pode-se no entanto, opor às teses maximalistas de mobilização demográfica defendidas pelos teóricos militares, uma tese minimalista de serviço militar geral obrigatório e de massificação militar defendida pelo regime²²⁹ suportada em boa parte também pela Armada. Estas duas teses definiam também, no que respeita aos Ramos da força armada, modelos distintos de defesa, a defesa avançada na tese maximalista *versus* a defesa recuada na tese minimalista.²³⁰ São as características desse debate e a sua resolução final que se analisará nas próximas páginas.

Em meados de 1931 Salazar teria tentado substituir na pasta da guerra Schiappa de Azevedo pelo jovem Major Barros Rodrigues, aproveitando, considera Telmo Faria, o pretexto da proclamação da II República em Espanha. No fundo, Salazar buscava já então, gerir o questão militar por dentro, apesar de ainda não se ter alcandorado à Presidência do Conselho de Ministros, à altura nas mãos do General Domingos de Oliveira.²³¹ Barros Rodrigues recusaria, alegando que uma verdadeira reorganização do exército exigiria uma visão global que estruturasse toda a organização político-militar da nação, e não ficasse na dependência dos caprichos de um ministro qualquer. Esta passaria pela reorganização imediata do Conselho Superior de Defesa Nacional, pela definição da política militar e por uma maior aproximação à Inglaterra, pela Organização Geral da Nação para Tempo de Guerra e pela reorganização

²²⁹ Veremos não obstante que mesmo esta postura evoluirá ao sabor dos impactos externos, ou melhor, das problemáticas da política externa e das relações internacionais e seus efeitos internos. Neste processo, não poucas vezes o regime caíria na tentação de maximizar a mobilização portuguesa, aproximando-se das teses maximalistas.

²³⁰ Neste ponto, não se conhece opinião de Salazar. Este resguardar-se-ia de emitir opinião numa área já excessivamente técnico-militar, para além de ser muito provavelmente o melhor acto político.

²³¹ Cf. Telmo Faria, 2000, pp. 39-40.

do Ministério da Guerra e do Conselho Superior do Exército. Além disso, era necessário garantir um programa mínimo de rearmamento numa verba jamais inferior a 532.000 contos,²³² uma nova lei de taxa militar e a garantia de duas incorporações anuais, que permitisse a instrução e a cobertura da nação, e assegurasse a desburocratização e a desfuncionalização do força armada, simultaneamente garantindo-lhe os meios para cumprir a sua missão por modo a que o Exército regressasse às suas funções normais no mais curto espaço de tempo.²³³

As cartas de Barros Rodrigues são mais que uma recusa de um cargo num contexto ainda algo turbulento do final da Ditadura Militar e do estertor do reviralhismo.²³⁴ Estas duas missivas são um autêntico resumo de um projecto de reforma do Exército, projecto esse que tem-se vindo a delinear nas páginas anteriores, projecto esse, que no caso específico dos textos de Barros Rodrigues contém um acordo implícito, o do intercâmbio entre a reforma global da política de defesa e do Exército e o retorno deste às suas funções clássicas, o que queria dizer, o regresso aos quartéis. No fundo, Barros Rodrigues ao apresentar a sua visão da força militar (terrestre), exprimia igualmente um vasto conjunto de ideias que fundamentavam as concepções coevas de grande parte dos seus correligionários militares sobre a organização do Exército. Só que esta perspectiva esbarrava com duas outras realidades. As limitadas disponibilidades dos meios financeiros-orçamentais do país e a procura por parte de Salazar de um meio eficaz para neutralizar a força do Exército o mais latamente possível. Numa situação desfavorável, restava a Salazar

²³² Note-se que esta verba corresponde grosso modo aos custos do rearmamento apresentado no relatório da “Comissão para o estudo do rearmamento progressivo do exército (1931)”.

²³³ O texto apresentado contém na nossa óptica, o essencial de duas cartas de Barros Rodrigues datadas de 22 de Julho e de 17 de Agosto de 1931. Cf. ANTT/AOS/CO/GR1-A, Pasta 4, Nº 18.

²³⁴ O ano de 1931 seria marcado por rebeliões nas ilhas atlânticas, com destaque para a revolta na Madeira, na Guiné, e pela rebelião fracassada de Agosto de 1931 em Lisboa. Apesar de ter sido um ano turbulento, marcava de facto o estertor do revirvalho, mas à altura, quem o poderia garantir.

ganhar tempo, quer para aumentar as disponibilidades financeiras do Estado, que favorecessem a reforma da força militar, quer para assegurar um maior espaço de manobra que lhe permitisse um mais largo controlo do Exército. O programa naval de 1930 e a reforma dos Órgãos Superiores de Defesa Nacional permitiram-lhe as justificações e legitimasses necessárias para postergar a reforma do Exército, mas esta era inevitável.

Seja como for, o projecto militar não esmoreceu. A obra de Tasso de Miranda Cabral, fundamento de muitos destes projectos, as “Conferências de Estratégia” era publicada em 1932. A sua publicação expressa, quer a visão, quer o interesse activo da força militar pela consecução do seu projecto.²³⁵ Um projecto de reforma militar manuscrito e não datado apresentado a Salazar, provavelmente anterior a 1935,²³⁶ afiançava a necessidade de despende com a força militar 600.000 contos em 6 anos,²³⁷ a criação imediata de um Conselho Superior de Defesa Nacional constituído por diversos ministros e chefes militares, a reorganização do Ministério da Guerra, a fixação internacional da política de alianças, a remodelação do sistema de promoções, o aumento do tempo de recruta, visto a força militar só dispor na actualidade de um efectivo de 200.000 homens no activo e na reserva, a unificação do quadro metropolitano e colonial.²³⁸

O projecto aproxima-se das ideias de Barros Rodrigues. Ambos os projectos pugnam por uma reorganização não só da força militar, mas da estrutura da organização defensiva de Portugal, propondo a reestruturação do CSDN, dos Organismos Superiores de Defesa, e do próprio Ministério

²³⁵ Tasso de Miranda Cabral afirma na apresentação da obra, que a sua publicação derivou do pedido e das instâncias de numerosos colegas e alunos. Cf. Tasso de Miranda Cabral, 1932.

²³⁶ Refere a necessidade de reforma do CSDN. Ora, como este foi reformado pela Lei 1905 de Maio de 1935, o projecto tem de ser anterior ao ano de 1935.

²³⁷ A verba a despende, tal como sucedia com o texto de Barros Rodrigues aproxima-se do projecto de rearmamento de 1931. Cf. *Infra*, II Parte.

²³⁸ Cf. ANTT/AOS/CO/GR 1-12. Telmo Faria atribui este texto a Santos Costa. Cf. o Autor, 2000, p. 45, nota 11.

da Guerra, clarificando-se ainda a política externa nacional, de modo a definir atempadamente qual a missão militar da força armada portuguesa, que perpassaria pelo reforço da mobilização demográfica. 200.000 homens não chegavam, era necessário aumentar para duas vezes ao ano a incorporação de efectivos e alargar o tempo de recruta. Esta visão, tanto mais que é expressa por elementos muito próximos do regime, homens como Santos Costa e Barros Rodrigues, definia os parâmetros a partir do qual Salazar podia mexer na força militar.

É de salientar que o corpo militar contava igualmente com a pressão que o Presidente da República, o Marechal Carmona, fazia para se avançar com a reforma militar. No discurso que faz à Assembleia Nacional, o Presidente da República não deixava de lembrar a necessidade de reformar, armar e reorganizar a força armada.²³⁹ Com um pormenor, talvez importante para o futuro, visto jamais Carmona definir um projecto de reforma, reorganização e rearmamento próprio para o Exército, deixando alguma margem de manobra a Salazar.

Para Salazar o projecto militar parece contudo excessivo. Ele próprio o salienta na nota que faz publicar nos jornais em 1935, ao afirmar que “a economia nacional é o que em última análise condiciona a realização dos nossos planos”.²⁴⁰ E acentua Salazar que os programas de reforma militar, como todos os projectos em geral implicam o estabelecimento de critérios e de princípios estreitamente relacionados com os objectivos da política militar.²⁴¹ A Lei de Reconstituição Económica punha à disposição da força armada 6.500.000. contos em 15 anos para a execução da reforma e reorganização da força militar, rearmamento, fortificações, edifícios e

²³⁹ Carmona não deixa de relembrar à Assembleia Nacional a necessidade de “completar os planos e projectos fundamentais e adoptar as soluções práticas para o justo incremento da defesa nacional pela reforma e armamento do Exército e reorganização da Armada”. Cf. ANTT/AOS/CO/PR 2, Pasta 1, Op. Cit., f. 24. A pressão à época também era, como se vê, oriunda da Presidência da República.

²⁴⁰ Cf. Oliveira Salazar, 1937, p. 96.

²⁴¹ Idem, p. 98.

outras obras militares, e o prosseguimento da restauração da marinha.²⁴² Salazar salientava que o governo compreendia a necessidade de rearmar o Exército, mas que o rearmamento estava condicionado pelas possibilidades do país, que contudo, mais enriquecido, possibilitava uma maior disponibilização de recursos para a reforma militar. Ao acentuar a dimensão económica da reforma militar, Salazar também fazia a questão militar jogar num outro tabuleiro, e aproximava-se do seu fito, na medida em que se a reorganização e rearmamento da força militar era fundamentalmente um questão económico-financeira, quem se não o “mago das finanças” para a gerir por dentro, ou seja, a eficácia da reforma impunha que o Exército aceitasse Salazar como seu chefe, como seu gestor. Ao relevar a problemática da questão financeira na reorganização e rearmamento do Exército, Salazar movimentava duas peças do seu jogo, explicando por um lado o atraso do processo da reforma, e por outro lado, afirmando-se como o único a poder fazê-la com eficácia.

Não pode-se no entanto deixar de verificar um pormenor com reflexos na consecução da reforma. A Lei de Reconstituição Económica²⁴³ propunha gastar 6.500.000 contos em 15 anos na reforma do Exército e no prosseguimento da restauração da Armada. Ora, só para a primeira fase do rearmamento do Exército, este considerara a necessidade de dispor de cerca de 550.000 a 600.000 contos, e estes seriam tão só gastos no reequipamento da instrução e do primeiro núcleo da cobertura, não na totalidade do seu armamento. É certo que isto representava tão só 9% a 10% dos meios financeiros postos à disposição da força militar, mas também é verdade, que o rearmamento proposto representava uma insignificância face às necessidades militares, que para além do reequipamento da instrução e do primeiro núcleo da cobertura, teriam de reconstruir ou construir quartéis de

²⁴² Idem, Ibidem, p. 94.

²⁴³ Trata-se de Lei 1914 de 24 de Maio de 1935.

raiz,²⁴⁴ aumentar os custos com pessoal e se fortificações fossem consideradas necessárias, construí-las igualmente, para além de assegurar uma vasta panóplia de material militar, como os uniformes e as munições, que um Exército exponencialmente multiplicado em efectivos tornaria mais dispendioso. Para além disso, a lei referida fazia repartir o bolo pela Armada igualmente. Ora, esta só efectuara a primeira fase do seu vasto projecto de rearmamento, que se completo, aumentaria a sua força para o triplo ou o quádruplo face ao que dispunha . Em suma, parecendo muito dinheiro, este, se comparado com as projecções de forças maximalistas da força armada, arriscava-se a ser de menos. O problema do rearmamento do Exército e da continuação da restauração da Armada tinha no fundo um problema de difícil resolução, o da exiguidade dos recursos económico-financeiros nacionais.

Para além dos problemas económicos-financeiros, a tensão no meio político-militar acrescia face ao amontoar das ameaças a paz que se aclaravam na Europa a partir dos meados dos anos 30. A crise etiópica fora um sinal,²⁴⁵ ao mesmo tempo que a situação em Espanha, a despeito de então ainda a governar a direita, não ser igualmente segura. Mas mais grave ainda eram as suspeitas que nesse ano surgiram a propósito das cedências de territórios coloniais às potências perturbadoras do sistema como forma de compensação política.²⁴⁶ Retornavam as ameaças às colónias lusas.

²⁴⁴ Já se referiu anteriormente ao estado miserável de muitos quartéis, impróprios para uso dos recrutas e soldados que neles habitavam. Cf. *Infra*, Cap. 2.1.1.). Além disso, os quartéis estavam em muitos casos nos sítios errados sendo necessário construir outros de acordo com as necessidades estratégico-operacionais da defesa nacional. Cf. AHM, Assuntos Militares Gerais, 3º Divisão, 1º Secção, Caixa 20, Nº 13, Relatório de 12 de dezembro de 1934, p. 10.

²⁴⁵ A crise etiópica produziu um imbróglia diplomático onde Portugal teve um incómodo papel central. Portugal é praticamente forçado pela Grã-Bretanha a aderir ao “comité dos seis” que recomendava a aplicação do embargo à Itália, por ocasião da invasão da Abissínia, criando uma atitude hostil de Roma para com Lisboa. Cf. Pedro Aires Oliveira, *Op. Cit.*, pp. 139-145.

²⁴⁶ Que a crise etiópica acentuou, na medida em que tocava no sensível continente africano. De facto, vária correspondência vinda das embaixadas portuguesas na Europa, denotavam uma preocupação como um possível intercâmbio da paz na Abissínia compensando a Itália com uma outra colónia europeia, referindo-se às vezes o caso de Angola, o que era uma preocupação para Lisboa. Isso explica que o governo de Lisboa, considerasse um mal menor a invasão da Etiópia

Estas permitiram uma aproximação luso-espanhola decorrente do apoio que o governo espanhol deu a defesa da soberania portuguesa sobre os seus territórios africanos.²⁴⁷ Por sua vez, o triunfo da Frente Popular em Espanha em Fevereiro de 1936, modificava a situação peninsular, visto o governo de esquerda ser considerado pelo governo de Lisboa como uma fortíssima ameaça à sua preservação, pensando-se então no apoio que aqueles tinham dado ao revirinho no início dos anos 30.²⁴⁸

A evolução do conflito italo-etíope teria enervado a força militar. Receava-se que gerasse uma conflagração europeia que opusesse um eixo latino (italo-hispano-francês) a um eixo germânico (anglo-alemão) deixando Portugal em muito má situação. Na primeira reunião do Conselho Superior de Defesa Nacional, derivada da crise abexim, considerou-se a necessidade de focalizar a defesa nas colónias, ao mesmo tempo que se deveria por todos os modos congregar os esforços dos que não queriam a guerra.²⁴⁹ Era um possível retorno à primazia da política naval, originada na crise abexim. A reacção do Exército foi célere e automática. Logo no fim dessa reunião, o Ministro da Guerra afirmou que chegara a hora de armar o Exército para a guerra (Cf. *Infra*) e as pressões para a reforma da força terrestre aumentaram sensivelmente, tanto mais que a crise geral na Europa reforçava a imperiosidade da sua reestruturação.

A exigência para um rápido rearmamento teria desse modo crescido consideravelmente e aumentado a instabilidade militar e a pressão sobre o regime.²⁵⁰ Em fins de Dezembro de 1935 Abílio Passos e Sousa, então Ministro da Guerra criticava o Presidente do Conselho pelo atrasos

pela Itália. Pelo menos focalizava a crise e a Itália noutra parte de África. Assim como a importância da revalorização da aliança com a Grã-Bretanha. Cf. Maria Helena Gomes Raposo, *Op. Cit.*, pp. 42-55. Claro que noutros domínios a crise abexim foi um complicado e crítico imbróglio. Cf. nota anterior.

²⁴⁷ Cf. Hipólito de la Torre Gómez, 1998, pp. 80-81.

²⁴⁸ Idem, p. 79. Veja-se também Pedro Aires Oliveira, *Op. Cit.*, pp. 153-154.

²⁴⁹ Cf. ANTT/AOS/PC 8A, Pasta 6, *Op. Cit.*, f. 232. Reunião datada de 10 de Outubro de 1935.

²⁵⁰ A acreditar numa carta de Santos Costa para Oliveira Salazar, Cf. *Correspondência...*, Documento 11, Carta de 26 de Setembro de 1935, pp. 50-51.

verificados na reforma do Ministério da Guerra.²⁵¹ Em sequência apresenta um parecer sobre o rearmamento onde especifica as diversas unidades e respectivo armamento e considera fundamental a existência de 5 divisões de campanha.²⁵² Não só do Ministério da Guerra viria uma forte pressão para a resolução da questão militar. Também do Conselho Superior do Exército esta se sentiria no início de 1936. Júlio de Moraes Sarmiento criticaria a situação da defesa nacional numa carta datada de 5 de Fevereiro de 1936.²⁵³ Um pouco tempo antes, um relatório de Pinto Lello salientaria as deficiências da força militar, nomeadamente o excesso de oficiais do quadro permanente, 1200 a mais, e o exagero de oficiais gerais envelhecidos e inúteis, a falta gritante de material moderno e as debilidades da recruta e instrução, com só 24.000 homens a permaneceram nas fileiras, dispondo-se apenas na teoria de uma capacidade de mobilização de 400.000 efectivos, mas sem um enquadramento mínimo e eficaz.²⁵⁴

É neste contexto que entre 10 e 15 de Fevereiro de 1936 se reúne o Conselho de Ministros com vista a decidir que política de defesa tomar face ao amontoar da tensão em África, na Europa e em Espanha e a resolver a questão da reforma do Exército. Segundo Franco Nogueira, o Conselho de Ministros tinha como objectivo a definição da política militar, não da política de guerra, visto não haver uma ameaça directa a Portugal, mas tão só uma série de perigos potenciais, de riscos possíveis, que tinham de ser clarificados e considerados para poder-se constituir uma política militar.

²⁵¹ Cf. ANTT/AOS/CLB/MMB 1 – Pasta 2, Anexo 107, Ponto L) f. 71-75. Documento datada de 10 de Dezembro de 1935.

²⁵² Cf. ANTT/AOS/MMB 1 - Pasta 2, Anexo 107, Ponto M), f. 77-93. Documento intitulado “Plano de Rearmamento do Exército Metropolitano” datado de 14 de Dezembro de 1935. É preciso salientar que já no verão Abílio Passos e Sousa apresentara um plano similar. Em boa verdade os dois planos praticamente não se distinguem pelo que se estaria face a uma pressão do Ministro para que a reorganização do Exército avançasse.

²⁵³ Cf. ANTT/AOS/MMB 1 – Pasta 2, Anexo 107, Ponto O) f. 104-107. Carta datada de 2 de Fevereiro de 1936.

²⁵⁴ Cf. ANTT/AOS/CO/GR-4, pasta 1, Documento intitulado a Eficiência do Exército datado de Janeiro de 1936.

Salazar expõe as linhas mestras do problema considerando duas hipóteses para a política militar (de defesa). Uma que considera um conflito que envolva a Espanha, outra, um confronto que se situe nas colónias. No primeiro caso exige-se uma força militar de terra o mais forte que o permitam os recursos nacionais em homens capaz de resistir a uma violação da soberania metropolitana por parte de Espanha, com uma Armada que complemente essa defesa garantindo a protecção e o estabelecimento de bases navais em Lisboa, Madeira, Açores e Cabo Verde. No segundo caso, o eixo da defesa seria a Armada, cabendo ao Exército de terra garantir a ordem pública e fornecer as forças expedicionárias para a manutenção da soberania nas colónias.²⁵⁵ Em jogo estavam não duas, mas três políticas de defesa. Curiosamente, Salazar põe o seu projecto de parte,²⁵⁶ deixando que o embate se faça entre o Exército e a Armada, porque em boa medida, ele dicotomizara a discussão do modelo da política de defesa, muito provavelmente, de modo a forçar um choque entre os dois Ramos das Forças Armadas. No Conselho de Ministros opõe-se então dois projectos, um referido a uma força militar (terrestre) continental, outro a uma força naval epirocrática, cada um deles remetendo um dos Ramos a uma mera força complementar. Franco Nogueira confirma-o, afirmando, que no Conselho de Ministros, foi muito intensa a discussão entre os rivais Ministro da Guerra e Ministro da Marinha.²⁵⁷

Assim, refere Franco Nogueira, face à polarização da visão da política militar e da política naval de cada um dos Ramos, Salazar procura o consenso (pode-se questionar, que tendo Salazar produzido a dicotomização inicial, não procurou aparecer depois como instrumento de

²⁵⁵ Segue-se o texto de Cf. Franco Nogueira, Salazar, Os Tempos Áureos..., pp. 354-356.

²⁵⁶ O projecto de Salazar a acreditar nas informações e indicações que se recolheram assentariam sobre duas grandes premissas. O retorno das Forças Armadas aos quartéis e a sua reestruturação dentro dos limites do orçamento de Estado, reconhecendo contudo que a valorização de Portugal na política internacional exigia um poder militar eficiente e credível. Cf. *Infra*.

²⁵⁷ Cf. Franco Nogueira, Salazar, Os Tempos Áureos..., p. 355.

consensualidade e de equilíbrio). Assim, de acordo com o autor seguido, Salazar firmaria a política de defesa numa economia sã, dispondo de desafogo financeiro, o dinheiro é o nervo da guerra salientaria,²⁵⁸ que permitisse organizar forças terrestres metropolitanas suficientes para enviar forças expedicionárias para as colónias e obstar a um golpe espanhol contra Portugal, com cerca de 100.000 homens, correspondendo a formação de 4 divisões para cada uma das 4 Regiões Militares, mais 1 divisão para o Governo Militar de Lisboa, sendo a força mobilizada em tempo de guerra acrescida de mais 400.000 efectivos. Isto implica o serviço militar geral. Prover-se-ia ainda fortes bases navais em Lisboa, Açores, Madeira e Cabo Verde, o rearmamento dos principais portos e a manutenção de uma indústria de armamento para armas e munições de infantaria e artilharia ligeira.²⁵⁹ O projecto tal como é apresentado por Franco Nogueira favorecia claramente o Exército em detrimento da Armada. É certo que ele definia a necessidade de criar fortes bases navais no continente e nas ilhas, mas nada era dito sobre o prosseguimento do armamento naval e sobre a construção de novos navios de guerra. Vê-se não obstante que o consenso de Salazar visa contentar os dois Ramos, dando à Armada alguma coisa, ou seja, as fortes bases navais. Apesar disso, o projecto sustentava grande parte das ideias defendidas pelo Exército, como o serviço militar geral, o exército de massas e a maciça mobilização demográfica. Neste sentido, Salazar parecia aproximar-se do projecto defendido pelos teorizadores militares referidos ao longo deste texto.

O parecer que Armindo Monteiro apresenta ao Conselho de Ministros de 15 de Fevereiro de 1936 é igualmente útil para se observar as visões em contraponto. Para Armindo Monteiro o apoio da Grã-Bretanha

²⁵⁸ O que é uma visão extraordinariamente clássica e renascentista de observar o problema da defesa militar. Já se observou anteriormente. Assim era, dos séculos XVI ao XIX. Deixara de o ser no século XX com a industrialização e a massificação tecnológico-industrial da guerra.

²⁵⁹ Cf. Franco Nogueira, Salazar, Os tempos Áureos..., p. 357-359.

era fundamental, mas este só adviria se tivéssemos força. Considerava três perigos. Guerra contra Espanha; Guerra nas Colónias; Intervenção portuguesa no exterior em apoio da Grã-Bretanha. Derivado da opinião pública britânica, só em caso de agressão directa a Portugal se poderia considerar como seguro o apoio da Grã-Bretanha ao país. Seria pouco provável esse apoio em caso de conflito colonial, pelo que nas colónias deveríamos contar essencialmente connosco próprios, excepto para a segurança das comunicações marítimas, que a armada britânica deveria proteger. Além disso, num conflito com a Espanha devíamos ficar inicialmente isolados, o apoio britânico só chegando algum tempo depois. Como pouco acrescentávamos à armada britânica, mas muito poder-se-ia contribuir para reforçar o seu reduzido corpo expedicionário, considerava Armindo Monteiro a necessidade de se dispor de uma força armada que fosse uma mais valia face à Grã-Bretanha.²⁶⁰ Implicitamente poder-se-ia dizer, que Armindo Monteiro valorizava a importância do Exército, derivado de ter de se estruturar uma defesa que assegurasse a nossa autonomia defensiva nos primeiros dias na metrópole e nas colónias e fosse uma mais valia para o poder militar britânico, mais fraco em termos de forças terrestres.²⁶¹

Telmo Faria a propósito destes Conselhos de Ministros salienta que não havia na política de defesa uma oposição entre a continentalidade e a maritimidade.²⁶² Num ponto o autor tem razão, visto que a dicotomização entre a Armada e o Exército não era percepcionável pelos coevos, e até

²⁶⁰ Cf. ANTT/AOS/ND 3, 1º Subdivisão, f. 7-11, Parecer de Armindo Monteiro apresentado ao Conselho de Ministros de 15 de Fevereiro de 1936. este parecer aparece igualmente citado em Cf. Telmo Faria, 2000, pp. 96-98 e Cf. Pedro Aires Oliveira, Op. Cit., pp. 153-154. O mesmo texto encontra-se no Cf. AHDMNE, Maço 27, Armº 47, 2º Piso, Procº Nº 39,1, Pasta B, Missão Militar Britânica a Portugal.

²⁶¹ Era uma visão próxima da que Santos Costa apresentara no parecer de 1935 a Salazar. Cf. Comissão do Livro Negro Sobre o Fascismo, Correspondência..., Op. Cit., p. 61. Dizia o autor, que Portugal pouco poderia acrescentar ao poder da *Royal Navy*, mas muito ao sistema de bases e de forças terrestres com que poderia contar a Grã-Bretanha.

²⁶² Cf. Telmo Faria, 2000, p. 96.

pelo contrário, se faziam acaloradas defesas das boas relações entre os Ramos. O problema emergia do facto de que lutando ambos por perspectivas maximalistas de defesa militar (terrestre) ou naval, num contexto de limitados recursos, com perspectivas muito distintas de política de defesa, viradas para os pólos opostos do país, ou o oceano ou a raia fronteiriça, cada acção de um dos lados era escrutinada procurando evitar que um dos Ramos fosse excessivamente beneficiado. Esta realidade era produto de dois ministérios distintos sem alguma ligação operacional entre eles e com visões (geo)estratégicas distintas. Não havendo em teoria oposição epiro-talassocrática, na prática ela fazia-se sentir com frequência quando à baila vinham os projectos maximalistas do Exército e da Armada.

A sensação com que se fica é de que apesar de tudo, os Conselhos de Ministros de 10 a 15 de Fevereiro de 1936 não consignaram uma orientação clara sobre a política de defesa (militar). Algo de distinto se passaria no Conselho de Ministros de 9 de Abril de 1936 levando o Ministro da Guerra a opor-se a Salazar. Segundo Abílio Passos e Sousa, ter-se-ia no referido Conselho de Ministros aludido à reorganização do Exército considerando que os trabalhos para a sua reforma já teriam sido iniciados, facto que estranhou, visto que tinha referido ao Presidente do Conselho que para o seu começo era imprescindível ouvir o CSDN. Em segundo lugar, considerara-se fixado em três o número de divisões a constituir, facto que escapara a ele próprio, Ministro da Guerra, só lhe tendo ficado a imprecisa e vaga ideia de o Ministro da Justiça ter falado acerca de 2 ou 3 divisões. Salientava ainda Abílio Passos e Sousa, que consultados seus apontamentos sobre o Conselho de Ministros, nada havia sobre tão importante assunto. E recordava que esta perspectiva não tinha base técnica alguma, nem era para ser resolvida por um qualquer Conselho

de Ministros, não sendo base suficiente para qualquer reorganização do Exército.²⁶³

Salazar responde ao Ministro da Guerra alguns dias depois, acusando Abílio Passos e Sousa de por melindre não ter exposto ao Estado Maior do Exército os elementos que deveriam de ser definidos no CSDN, que se reuniria para tão só confirmar as decisões que tinham sido objecto do Conselho de Ministros. Salazar refutava também a visão que Abílio Passos e Sousa tinha do segundo ponto, o número de divisões a formar. Afirmava que na opinião do Conselho de Ministros “estava exactamente o da constituição de um pequeno exército de duas a três divisões no máximo, para podermos ter a certeza de chegar a um exército qualitativamente superior (...). O que não é inútil é determinar se quer positivamente um pequeno exército – único que podemos manter – mas com eficiência ou um grande exército que muitos ambicionam e não será nunca muito mais do que é hoje. E como este aspecto não é técnico, mas político, para o considerar me julgo competente: basta saber até onde se pode ir em despesas nos próximos dez anos”.²⁶⁴

Vários elementos estão aqui em consideração. O primeiro é qual organismo que deve definir o modelo de reorganização do Exército, se a estrutura política, se a estrutura político-militar com base nas definições técnicas da organização militar. Para Abílio Passos e Sousa, é o Exército, que a partir das bases técnico-militares deve aconselhar o CSDN sobre qual o modelo de força militar a criar. Pelo contrário, para Salazar cabe ao órgão político que é por excelência o Conselho de Ministros a definição de modelo de força militar a criar, limitando-se o CSDN a confirmar a decisão do primeiro organismo. Mas aqui não termina a questão, porque os

²⁶³ Cf. ANTT/AOS/CO/GR 11, Pasta 4, Carta de Abílio Passos e Sousa a Salazar datada de 11 de Abril de 1936

²⁶⁴ Cf. ANTT/AOS/CO/GR 11, Pasta 4, Carta de Salazar a Passos e Sousa datada de 22 de Abril de 1936.

dispêndios de recursos são também um factor constrangedor da política militar, na medida em que permitem um maior ou menor crescimento da força militar. Ora, na óptica de salazar, os recursos existentes, nos próximos dez anos limitam o crescimento do Exército a uma força de 2 ou 3 divisões no máximo. Contra esta ideia, responde Abílio Passos e Sousa com os argumentos técnicos, que Salazar refuta afirmando a primazia da opção política sobre a militar. Salazar surgia assim como uma nova perspectiva da reorganização do Exército, passadas poucas semanas sobre as decisões dos Conselhos de Ministros de 10 e de 15 de Fevereiro. Esta tomada de posição era marcada pela questão dos custos da projectada reforma do Exército, excessiva segundo o Presidente do Conselho.²⁶⁵

Abílio Passos e Sousa não desiste no entanto de considerar como mais correcta a sua visão, e em 29 de Abril de 1936 envia a Salazar uma missiva e um projecto de bases da política militar, de acordo com o que se propusera fazer no Ministério da Guerra, e dentro da mecânica estabelecida pelo governo com a criação dos altos organismos de defesa nacional. Este projecto de bases-directrizes seriam o fundamento da organização do

²⁶⁵ Com razão estamos tentado a dizê-lo. Se de acordo com o relatório sobre rearmamento efectuado pela comissão de rearmamento progressivo, o dispêndio com as armas para instrução e para armar uma divisão rondava os 550.000 contos, o que não custaria armar outras quatro (pelo menos o triplo, mais de 1.500.000 contos). Além disso, seria necessário considerar o rearmamento das defesas de Lisboa, quer em meios anti-navio, quer em meios anti-aéreos, reconstruir quartéis, fortificar outros portos e bases no continente e ilhas e prosseguir o rearmamento naval. Os 6.500.000 contos previstos pela lei 1914 para gastar em 15 anos eram claramente insuficientes. Saliente-se ademais, que a evolução tecnológica militar acrescera consideravelmente os meios materiais utilizados por cada divisão, com mais veículos, com mais meios de fogo distintos, quer em número, quer em tipos novos de armas, o que significava que os custos para a sua estruturação aumentavam igualmente. O relatório de 1931 pensava num tipo de divisão saído da Grande Guerra. A divisão que começou a Segunda Guerra Mundial já representava em certos casos um tipo mais pesado e armado que a da Grande Guerra, nomeadamente no caso inglês onde todas as divisões tinham sido motorizadas ou procurava-se que o fossem. Segundo George Forty e Jonh Duncan, o BEF (British Expeditionary Force) era efectivamente uma força móvel. Cf. os autores, *Op. Cit.*, p. 79. Isto explica porque a BEF era uma força tão minúscula com cerca de 8 divisões. Os alemães, por seu turno, dispunham de uma pequena e altamente motorizada e mecanizada força de uma vintena de divisões em 1940, mas esta representava 1/8 do Heer nesse ano, composta por cerca de 160 divisões, ou seja, o grosso do exército germânico era composto de infantaria de marcha.

Exército.²⁶⁶ As bases que acompanhavam esta missiva mais não eram que a afirmação da projecto de rearmamento do Exército que Abílio Passos e Sousa efectuara para Salazar em meados de 1935 (Cf. *Infra*). Ela continha e começava também com uma perspectiva geopolítica e geoestratégica que na óptica de Passos e Sousa legitimava uma força militar terrestre o maior possível. Assim, face à inferioridade militar de Portugal relativamente à Espanha, só compensável pela tradicional aliança com a Grã-Bretanha, que não obstante, numa primeira fase não nos poderia dar apoio de forças terrestres, tão só aero-navais, era fundamental que o Exército português fosse o maior possível de modo a travar o primeiro ímpeto invasor espanhol até à chegada dos reforços. Quanto à Armada, a sua função seria complementar desta, ou seja, caber-lhe-iam missões de soberania colonial e de defesa das bases (seria de facto a terceira prioridade, cabendo a Aeronáutica a segunda, depois do Exército).²⁶⁷

Decorrendo da situação geoestratégica definida, cabe a Portugal “recorrer a toda a população num esforço desesperado e consequente, pelo que se exige a obrigatoriedade do serviço geral de defesa e a instrução militar de toda a população válida, devendo até dar-se o maior desenvolvimento à instrução pré-militar.”²⁶⁸ Deste modo, a força militar deveria ser organizada segundo o modelo dos exércitos semi-permanentes em 2 grandes escalões, o 1º) de instrução e cobertura, e o 2º) de mobilização e concentração, reforçados por forças de policiamento, a GNR, a GF, a PSP, os bombeiros e os guardas florestais, dependentes em tempo

²⁶⁶ Cf. ANTT/AOS/CLB/MMB 1, Processo 1, Pasta 1, Anexo 61, Ponto B), Carta de Passos e Sousa Endereçada a Salazar, datada de 29 de Abril de 1936.

²⁶⁷ Cf. ANTT/AOS/CLB/MMB 1, Processo 1, Pasta 1, Anexo 61, , Ponto C), Bases da Política Militar. Ponto I) Bases Gerais da Política Militar. Estas bases encontradas nos Arquivo Salazar, seguem a carta de Passos e Sousa, mas não se encontram datadas, nem assinadas, e estão comentadas ao longo do texto. Pensa-se contudo tratar-se do projecto de Abílio de Passos e Sousa. Refira-se em abono da ideia que vai de encontro aos projectos anteriormente apresentados pelo Ministro da Guerra.

²⁶⁸ *Idem*.

de guerra do Ministério da Guerra. O quadro de oficiais incluiria os quadros permanentes e os quadros milicianos.²⁶⁹

Em princípios de Maio o Coronel Freitas Soares apresentava por seu turno um relatório, que se contrapunha à visão de Passos e Sousa. O seu prisma assentava em duas bases fundamentais para replicar a Passos e Sousa. Era geoestrategicamente pensável que a Grã-Bretanha nos daria apoio em terra em caso de extrema necessidade e face à ingente superioridade terrestre espanhola; era financeiramente incomportável um Exército com 4 ou 5 divisões.²⁷⁰ Não podia haver maior divergência. O conflito era impossível de evitar, mas o Exército não foi capaz de sustentar o seu ministro, contribuindo para isso a cisão existente entre Passos e Sousa, Ministro da Guerra e Júlio de Moraes Sarmento, Major-General do Exército e vice-presidente do CSE.²⁷¹ Salazar aproveitou a situação, e conseguindo convencer finalmente Carmona de que só ele estaria em condições de levar a bom termo a reorganização do Exército, ascendeu à pasta da Guerra em 11 de Maio de 1936.²⁷²

Ascendeu assim Salazar à pasta da guerra, mas como observou Joaquim Veríssimo Serrão, a nomeação era feita a título de interinidade, como se Carmona tivesse sido obrigado a ressaltar a especificidade militar da pasta, ao mesmo tempo que com esta medida, visaria esvaziar possíveis

²⁶⁹ Idem, ibidem, Ponto II, Bases Relativas às Forças de Terra.

²⁷⁰ Cf. Citado em Telmo Faria, 2000, p. 112.

²⁷¹ A disputa entre Júlio Moraes Sarmento e Passos e Sousa derivava do sentimento de inutilidade que o primeiro tinha do seu cargo face àquilo que considerava ser o excesso de centralismo do Ministério da Guerra e do seu ministro. Não haveria também aqui alguma susceptibilidade decorrente de Abílio Passos e Sousa ser tão só Coronel, face ao General Moraes Sarmento. Esta questão foi relevada por Telmo Faria, 2000, pp. 86-93. Saliente-se contudo que estas divergências são mais pessoais que teóricas, ou seja, não questionavam regra geral os pressupostos que por exemplo Abílio Passos e Sousa referia nas suas bases gerais.

²⁷² Os momentos finais da divergência e superação do conflito são muito bem tratados na obra de Cf. Telmo Faria, 2000, pp. 110-115. Ela incluiu vários pedidos de demissão mútua como forma de pressão, o de Júlio Moraes de Sarmento e o de Passos e Sousa, mas Carmona, apoiado no primeiro teria concluído pela ascensão de Salazar à pasta da guerra, a despeito de críticas que posteriormente lhe teriam sido feitas por Raul Esteves e alguns mandos militares. Sobre este assunto ver também Cf. Franco Nogueira, *Salazar, Os tempos Áureos...*, pp. 364-366.

mais fortes oposições à nomeação do Presidente do Conselho.²⁷³ Segundo Luís Salgado de Matos, a ascensão de Salazar à pasta da guerra foi igualmente facilitada pelo facto de o Presidente da República e mais alta entidade da nação ser um oficial general no activo.²⁷⁴ Neste sentido, Carmona cobriu duplamente a posição de Salazar, na sua ascensão a Ministro da Guerra. Hipoteticamente, considera-se, que em troca, exigiria de Salazar a resolução em definitivo da questão da reorganização e do rearmamento do Exército.

Tomada a fortaleza que fora por anos a pasta da guerra, Salazar optaria então por levar em frente o seu projecto de consecução de um pequeno, mas eficiente Exército de 2, no máximo 3 divisões. Ora, os documentos relevados após a difícil crise da primavera de 1936, pelo contrário, parecem trilhar a via propugnada pelo demitido ministro Abílio Passos e Sousa, e de facto, as leis 1960 e 1961 acabariam por nas suas linhas gerais enquadrar-se no projecto geral de um grande exército. Subtilmente como se verá, Salazar obstaculizaria de alguma maneira o projecto de uma força excessivamente grande, mas na realidade, do ponto de vista legal, o projecto de reorganização do Exército trilharia o prisma de Passos e Sousa, que mais não era que a grande construção dos teóricos militares dos anos de entre-as-guerras (onde se inclui perfeitamente o nome do jovem Subsecretário da Guerra, Santos Costa).

Esta evolução delimitaria o espaço de manobra de Salazar na definição da política de defesa, em boa medida, porque para bem gerir a organização precisava da sua concordância, tal como se demonstrara na crise que o levava a ascender à pasta da guerra, só possível pela cisão intra-militar, cisão essa, bem mais derivada de susceptibilidades internas que da

²⁷³ Cf. Joaquim Veríssimo Serrão, História de Portugal ... (1935-1941), 14º Vol., p. 74. O autor refere os dissídios Morais Sarmiento/Passos e Sousa.

²⁷⁴ Cf. Luís Salgado de Matos, “Costa, Fernando dos Santos”, in António Barreto e Maria Filomena Mónica, Coord., Dicionário de História de Portugal, 7º Vol., Porto, 1999, p. 444.

divergência de projectos teóricos, visto que ao longo dos anos 30 jamais se ter questionado, dentro da organização militar,²⁷⁵ a visão global do grande exército, à excepção do plano Freitas Soares, mas que após a saída de Abílio Passos e Sousa do governo, não teria consequência efectiva. Cumprir a vontade militar era o lema com que Salazar firmaria a sua entrada no Ministério da Guerra a 11 de Maio de 1936. “Temos de ter um Exército”, titulava o discurso e afirmava Salazar na sua conclusão aquando da tomada de posse do novo Ministro da Guerra, no fundo como que querendo assumir para si o ideal e a vontade do Exército.²⁷⁶ Não deixava Salazar de acentuar como uma mais valia para tamanha reorganização a sua qualidade de Presidente do Conselho e de Ministro das Finanças, como que por seu turno, afirmando a primazia nessa reforma dos constrangimentos orçamentais.²⁷⁷

Ainda não terminara a crise política da Primavera de 1936, já o CSE tomava posição quanto à futura reorganização da defesa nacional e do Exército. A defesa nacional visava garantir a integridade de todo o território nacional, sendo atributo especial das Forças Armadas. O governo definia a política militar geral e preparava a organização da defesa nacional, fixando igualmente os fins da guerra, pondo à disposição da força armada os meios para a efectuar. O CSDN deveria deliberar sobre estes grandes temas. Aos ministros da guerra e da marinha cabia executar as orientações gerais do governo e orientar os organismos técnicos que executariam as tarefas que lhes tinham sido incumbidas. Era considerado

²⁷⁵ Visão militar, isto é, do Exército, na medida em que como já se salientou na primeira parte, a Armada pela pena de Pereira da Silva defendera um pequeno exército, mais conveniente para ela, porque lhe disponibilizava mais recursos para rearmar-se. (Cf. *Infra*, I Parte).

²⁷⁶ Cf. Oliveira Salazar, 1937, pp. 121-123.

²⁷⁷ *Idem*, p. 122.

como necessário algumas modificações na Lei 1905 visando deixar ao CSDN a direcção superior da guerra.²⁷⁸

Releve-se que o CSE estava de acordo com o ex-Ministro da Guerra Abílio Passos e Sousa neste particular caso do papel do CSDN, mas não só, também concordava com muitos dos pontos relativos à organização do Exército. De acordo com a lei 1906, a Presidência do CSE era atribuída ao Ministro da Guerra, não obstante, a efectiva direcção dos seus trabalhos serem na prática da responsabilidade da sua vice-presidência, o Major-General do Exército, Júlio de Moraes Sarmento.²⁷⁹ Isto significa que a proposta do CSE reflectia a visão geral do Exército sobre a política militar.²⁸⁰ Além disso, seria estranho que Júlio de Moraes Sarmento, não concordando, apensasse o seu acordo a visão que dimanava do CSE. Na verdade, o texto do CSE devia reflectir mais a visão de Júlio de Moraes Sarmento que a de Abílio de Passos e Sousa, o que significa que do ponto de vista da concepção geral da política militar, quer um, quer o outro, tinham posições similares.²⁸¹

Para o CSE, a despesa corrente do Exército não deveria aumentar muito mais, ficando a questão do reapretechamento de material a cargo da despesa extraordinária. O serviço militar geral deveria ser obrigatório e geral dos 20 aos 50 anos, criando uma força militar com base em 3 núcleos, um permanente de um ano nas fileiras e cinco na reserva activa, uma primeira reserva que iria até aos 40 anos, e uma segunda até aos 50. Esse

²⁷⁸ Cf. ANTT/AOS/CLB/MMB 1, Pasta 1, Anexo 61, Ponto E), f. 23-29, Bases para a Organização da defesa Nacional, documento emanado do CSE de 4 de Maio de 1936.

²⁷⁹ Cf. Colecção da Legislação Portuguesa, 1º Semestre de 1935, *Op. Cit.*, Lei 1906, artº 8, 1º e 2º, p. 515.

²⁸⁰ O CSE era composto, para além do Ministro da Guerra e do Major-General do Exército, de quase todos os outros altos mandos da força de terra: O Chefe do Estado Maior do Exército, o Governador Militar de Lisboa, o Director da Arma de Aeronáutica, o Presidente da 7ª Secção do Conselho do Império Colonial, o Sub-chefe do Estado Maior do Exército, além de mais cinco generais propostos pelo vice-presidente e nomeados pelo Ministro da Guerra. Idem, Lei 1906, Artº 2, p. 514.

²⁸¹ De facto, ao longo da texto subsequente, poder-se-á ver como as missivas de Júlio de Moraes Sarmento para Oliveira Salazar têm a chancela do CSE.

núcleo permanente teria por base uma força de 5 divisões. Quanto ao Estado Maior do Exército, este ficaria na dependência do Major-General do Exército.²⁸² O texto é claro na definição de uma reorganização do Exército que segue no essencial as linhas definidas por Abílio Passos e Sousa nos seus pareceres anteriores, nomeadamente o serviço militar geral e obrigatório de muito longa duração, com três núcleos de forças, uma permanente e duas de reserva, alargando-se simultaneamente o tempo de instrução e recruta.

Salazar, recentemente empossado na pasta de guerra nada refere sobre as bases propostas por Júlio de Moraes Sarmento, o que obriga este a pedir esclarecimentos ao governo através do ofício nº 466/226 de 30 de Julho de 1936. Nesta altura, o Ministro da guerra obriga-se a uma réplica formulando uma quantas ideias gerais como resposta a um documento emanado do CSE de 5 de Maio.²⁸³ Esta resposta exprime de forma clara a perspectiva de Salazar face à política militar de defesa nacional, e vale por si só. Elas demonstram também que havia divergências de prisma entre a posição de Salazar relativa a política a seguir e a do Major-General do Exército, provavelmente exprimindo a opinião de vários núcleos de militares descontentes.

Assim, para Salazar, a tradicional e plurissecular aliança com a Inglaterra obrigam à criação de forças que visam uma eventual cooperação com a aliada. Neste sentido, a reorganização do Exército seria fundamentada numa cúpula que seria a Lei de Organização Geral da Nação

²⁸² Cf. ANTT/AOS/CLB/MMB 1, Pasta 1, Anexo 61, Ponto E), f. 29-33. Bases para a Organização do Exército, documento emanado do CSE de 4 de Maio de 1936.

²⁸³ Não foi possível encontrar este documento, que não parece por seu turno ser um erro de data e estar referido aos documentos citados anteriormente datados de 4 de Maio de 1936. Seja como for, não é crível que documentos emanados do CSE fossem de tal modo distintos que o que se afirmava num dia se desdizesse no dia seguinte. As bases apresentadas a 4 de Maio deveriam conter a essência do pensamento do CSE de 5 de Maio, e reflectir o pensamento do Major-General do Exército. Assim à falta do documento referido no texto de Salazar, veja-se o pensamento de Júlio de Moraes Sarmento nos documento emanandos do CSE de 4 de Maio de 1936.

para a Guerra. Em termos mais concretos, com base neste prisma, Salazar avisa o Major-General do Exército de que se deve centrar na questão da reorganização do Exército e não nas estruturas superiores da defesa que no fundo não dizem respeito aos seu cargo. A nova organização militar deve dar a Portugal capacidade autónoma de acção quer no país, quer num país estrangeiro em cooperação com os aliados. Considera-se como plausível a assumpção do modelo de nação armada, com o estabelecimento da obrigação de contributo para a defesa nacional de todos os cidadãos independentemente da idade ou sexo. Não obstante, os constrangimentos financeiros-orçamentais inviabilizam a consecução de um período de recruta maior que os actuais quatro meses. Pode-se contudo, considerar dentro das verbas orçamentadas, que se puder-se ir mais longe em matéria de organização militar (terrestre), assim deve ser feito. O inverso, ou seja, se houver falta de recursos que inviabilizem o até agora projectado, igualmente se deve ficar aquém do previsto.²⁸⁴

A réplica de Salazar é notável por não afirmar, nem por seu turno, infirmar o projecto de Júlio de Moraes Sarmiento. No fundo Salazar enquadra a reforma do Exército entre dois parâmetros, um de carácter geopolítico e outro de carácter financeiro. Geopoliticamente, a reorganização militar tem por base a aliança com a Grã-Bretanha e a função da força armada de Portugal no contexto dessa mesma aliança. Financeiramente, obriga-se a não despende mais do que o projectado, podendo-se ir mais além se o pecúnie o permitir, o travar-se aquém do previsto se for excessivo o dispêndio. No entanto, Salazar assume claramente a visão de uma reorganização com base no princípio de nação armada. Este facto não contradiz a ideia de um pequeno exército, visto que não se vislumbra jamais nas palavras do ditador uma aposta num exército

²⁸⁴ Cf. ANTT/AOS/CO/GR 10, Pasta 3. Informação enviada ao Major-General do Exército pelo Ministro da Guerra datada de 8 de Agosto de 1936.

profissional, custosíssimo mesmo que mirrado. Essa questão nunca foi posta, nem pelos defensores navais do mesmo.²⁸⁵ O serviço geral universal era a base, mesmo do pequeno exército, porque mesmo uma força mínima de 2 divisões exigiria no mínimo cerca de 50.000 homens,²⁸⁶ só passíveis de reunir em Portugal num contexto de um serviço militar geral e universal. Nesse sentido, o problema não era tanto o do princípio do modelo de serviço militar geral e universal, mas o do seu quantitativo real em paz e na guerra.

Como que a confirmar o facto de Salazar dispor-se a considerar todas as possibilidades, aparece um documento manuscrito, não datado, mas provavelmente de meados de 1936, com um conjunto de pontos a ponderar, nos quais se salientava como central a questão da instrução militar geral de todos os cidadãos. No texto, jamais é pensada a existência de uma força profissionalizada, mas são postas à consideração três possibilidades de redução do contingente anual. Por remissão, por sorteio ou por delimitação elitista dos padrões de recrutamento. É ainda questionado a validade do princípio da nação armada. Aconselha a segurança nacional? Permitem as disponibilidades do país? Pelo facto de o texto depois continuar pela questão relativa aos escalões da força militar, parece poder-se assentar que o princípio do serviço militar geral, mais ou menos mitigado, era o único a considerar na política militar (terrestre).²⁸⁷

²⁸⁵ F. Pereira da Silva afirmava precisamente que o pequeno exército de duas divisões jamais poderia ser profissional em face do excessivo dispêndio de tal força. Cf. Pereira da Silva, 1930a.

²⁸⁶ Os dados são simples de fazer, visto que duas divisões segundo as orgânicas da época implicarem cerca de 15.000 efectivos cada uma, a que se devia juntar as forças orgânicas do corpo de exército e as diversas entidades especializadas do Exército, Armas, Escolas, unidades especiais como os caçadores, etc., não menos de 50.000 homens. Note-se a este propósito que o relatório de Pinto Lello sobre a eficiência do Exército afirmava que os 42.000 homens presentes nas fileiras mal davam para formar 1 divisão. Cf. ANTT/AOS/CO/GR 4, Pasta 1. Documento intitulado Eficiência do Exército. Duas exigiriam um efectivo equivalente ou superior a 50.000 homens.

²⁸⁷ Cf. ANTT/AOS/CLM/MMB-1, Processo 1, Pasta 1, ff. 57-60, Documento manuscrito não datado, nem assinado, intitulado Questões Essenciais a Ponderar, com a chancela do Ministério da Guerra, Gabinete do Ministro. A letra parece ser a de Santos Costa.

Não teria sido porém a primeira réplica de Salazar ao importuno e impaciente Major-General, na medida em que um documento emanado do CSE de 6 de Julho fazia referência a um conjunto de ordens verbais dadas por um órgão superior. Ora, no caso do CSE, este só poderia advir do Ministro da Guerra ou do Subsecretário do mesmo, que mais não era do que a expressão do ministro. É impossível conhecer o teor das ditas ordens, conquanto estas tenham levado o Major-General a definir um conjunto de estudos visando a futura organização do Exército, nomeadamente quanto aos quadros das formações e quanto aos modelos de uniformes para zonas e climas distintos, assim como da possibilidade de aquisição de 50.000 espingardas e das vantagens da motorização. Para além disso, assumia-se a criação de um Exército composto por 5 divisões, 2 brigadas de cavalaria e três núcleos de mobilização.²⁸⁸

A impaciência de Júlio de Moraes Sarmento não abrandou com a réplica do Ministro da Guerra. Esta ter-se-á mantido forte, visto Santos Costa ter tido a necessidade de se interpôr entre o Ministro da Guerra e o impaciente e inoportuno Major-General do Exército.²⁸⁹ Esta importunidade teria também a ver com o facto de a reorganização do Exército continuar a ser tratada à margem do CSE²⁹⁰ e do Major-General pelo Ministro da Guerra e pelo Gabinete do mesmo. Ora, fora precisamente isso que levara Júlio de Moraes Sarmento a incompatibilizar-se com o anterior titular do cargo, Abílio Passos e Sousa. No entanto, a impaciência e a importunidade do Major-General teria tido algum efeito, que era o de lembrar os limites que a força militar criara para a sua própria reforma e reorganização. Estes

²⁸⁸ Cf. ANTT/AOS/CO/GR 10, Pasta 3. Directivas para os trabalhos a efectuar pelo Estado Maior do Exército sobre a organização, armamento e apetrechamento do Exército. Documento emanado do CSE de 6 de Julho de 1936.

²⁸⁹ Cf. Comissão do Livro Negro Sobre o Regime Fascista, Correspondência..., Documento 15, Carta datada de 5 de Dezembro de 1936, p. 87.

²⁹⁰ Que de acordo com a lei 1906 deveria ser o organismo que conceberia e estruturaria a força de terra. Cf. Colecção da Legislação Portuguesa, Op. Cit., Lei 1906, Artº 3 e Artº 4, pp. 514-514.

limites, apesar de tudo estariam bem expressos nas Directivas Gerais que deveriam presidir aos estudos acerca da reorganização do Exército.

As directivas, provavelmente datadas de meados de 1936, afirmavam que a organização militar do país deve visar fundamentalmente a integridade do território nacional, e incluía as forças metropolitanas do Ministério da Guerra e as forças coloniais do Ministério das Colónias, tendo por princípio o conceito de nação armada segundo o Artº 55 da Constituição. Ela resultaria de três leis fundamentais, a Lei de Organização Geral do Exército, a Lei de Quadros e Efectivos e a Lei de Recrutamento. A organização geral do Exército assentaria em três escalões, o núcleo das tropas activas, o núcleo das tropas licenciadas e o núcleo das tropas territoriais. Seriam desde tempo de paz previstas as constituições de 4 divisões, correspondendo a 4 regiões militares, de 2 brigadas de cavalaria, de 9 batalhões de caçadores, de 2 ou 3 regimentos não endivisionados, de número igual ao existente de batalhões de metralhadoras, de forças de defesa de costa e de bases navais, e de tropas de corpo de Exército. As forças compostas por batalhões de caçadores, brigadas de cavalaria e unidades de artilharia de montanha e defesa de costa e de bases seriam estruturadas de acordo tão só com as necessidades de segurança do território. Seriam ainda previstos as escolas de recrutamento e preparação de oficiais, de escolas de aplicação e aperfeiçoamento, em princípio por cada Arma ou Serviço, e o Instituto de Altos Estudos Militares para o curso de estado-maior e a preparação do generalato.²⁹¹

²⁹¹ Apesar de ter referenciado três vezes este documento, nenhum aparece datado ou com referências à sua mais provável datação. A Correspondência de Santos Costa remete-o para o fim de 1936, mas o mais provável é que seja de meados do ano, provavelmente para o Verão. Ele é a base a partir do qual se fundamenta as futuras leis relativas à força militar. Cf. Comissão do Livro Negro Sobre o Fascismo, Correspondência..., Documento 16, Directivas gerais que devem presidir aos estudos acerca da reorganização do Exército, pp. 88-92. Dois originais encontram-se igualmente em Cf. ANTT/AOS/CLB/MMB/ 1, Processo 1, Pasta 1, ponto E). E Cf. ANTT/AOS/CO/GR 10, Pasta 3. O primeiro documento está manuscrito e o segundo dactilografado.

As directivas são uma retracção do Ministro da Guerra em relação à carta que endereçara alguns meses antes a Abílio Passos e Sousa. A força descrita é consideravelmente acrescentada face ao pequeno exército de 2 a 3 divisões. Ele considera 4 divisões, mais uma hoste de forças menores, regimentos, batalhões e brigadas não endivisionadas, visando com toda a certeza a criação de uma força de primeira cobertura. É certo que o texto remete para outra lei a questão da mobilização geral nacional, mas independentemente dessa lei,²⁹² a força prevista era bem mais próxima do tipo de exército desejado pelos teóricos militares do que daquela que talvez tivesse em mente Salazar em princípios de Abril de 1936. Telmo Faria acrescenta que era um pequeno acréscimo.²⁹³ Não tendo Salazar referido quais as forças não endivisionadas que complementariam as duas ou três divisões referidas na sua missiva para Abílio Passos e Sousa, é impossível saber se era pequeno ou grande o real aumento de efectivos por comparação com as propostas dos teóricos militares.

No entanto, a hoste de forças não endivisionadas era suficientemente larga para se considerar que Salazar enquanto Ministro da Guerra pretendia seguir teoricamente e grosso modo, a proposta dos teóricos militares. Em boa verdade, até a divisão que desaparecia do quadro era laboriosamente dissimulada na medida em que não havendo referência nas directivas ao Governo Militar de Lisboa, que seria a base da quinta divisão, segundo os pressupostos teóricos da força militar, não haveria também razão para ser

²⁹² Idem.

²⁹³ Cf. Telmo Faria, 2000, p. 141. De facto seria distinto um projecto de 2 divisões que incluísse nestas genericamente as forças de caçadores e de artilharia ligeira de montanha da cobertura de outro onde se incluíssem igualmente estas forças como elementos autónomas e não endivisionados. As duas lógicas poderiam perfeitamente existir. No primeiro caso, a divisão seria basicamente uma estrutura organizativa do Exército. No segundo caso, o seu carácter seria mais operacional. Este era claramente a perspectiva do Exército. Tal como estão redigidas, as directivas valorizam o carácter operacional da força militar, não o orgânico, mesmo que no fim as divisões também funcionem como estruturas orgânicas em tempo de paz, deveriam tornar-se automaticamente com a mobilização forças operacionais. Mas isto é o que se pode depreender da lógica teórica das directivas.

referida nas directivas, e assim poderia desaparecer das mesmas, sem talvez haver muito polémica à volta da falta dela. Neste perspectiva, pode-se dizer, um pouco ao contrário de Telmo de Faria, que Salazar de facto, aproximava-se bem mais das proposições da mente militar (terrestre). Com efeito, nos meses que se seguem, a perspectiva maximalista do Exército seria progressivamente erodida, de forma subtil, não directa, em prol de um modelo de nação armada mais minimalista. Na realidade, de um modelo mais consentâneo com as reais possibilidades do país. O debate muda um tanto, e passa a centrar-se no limite da força permanente que seria a base da nação armada.

Apesar de tudo não se pode desconsiderar outro factor para o acréscimo de efectivos que se denota. Em Julho de 1936 rebentara a Guerra Civil em Espanha, com Portugal a apoiar os “nacionalistas”, aumentando exponencialmente os riscos na fronteira raiana.²⁹⁴ A Ambiência Agónica na Europa também crescera imensamente com as audácias de Hitler e de Mussolini. A pressão continental agigantara-se e a necessidade de reorganizar o Exército intensificara-se. Neste ambiente, condicionando ainda tudo à restrição orçamental, estaria contudo Salazar mais propenso a aumentar os efectivos do Exército.

As reticências mais agudas ao prisma de Salazar/Santos Costa seriam apresentadas por Tasso de Miranda Cabral, na altura à cabeça da 3ª Repartição do Estado Maior e principal responsável pela comissão encarregue da reorganização do Exército. Era, como já se sabe, o principal teórico da teoria da nação armada em Portugal e o mais sistemático dos estudiosos de estratégia nacional, sendo a sua obra referência fundamental

²⁹⁴ O sentimento de ameaça cresceu consideravelmente entre os hostes do regime no verão de 1936. Dinamizou nas palavras de Fernando Rosas a “crispação fascizante” do regime no final da década e levou à constituição da legião Portuguesa, como instrumento “miliciano” de defesa do regime. Sobre a impressão produzida nas hostes do regime pelo triunfo em Espanha da Frente Popular e o impacto político que conduziu ao apoio aos nacionalistas na Guerra Civil Espanhola, Cf. Hipólito de La Torre Gómez, 1998, pp. 92 e seguintes.

do projecto militar de reorganização do Exército (Cf. *Infra*, I Parte). Tasso de Miranda Cabral considerava inadmissível uma força militar de tão só 4 divisões e 2 brigadas, sem lógica estratégica para a defesa nacional. Questionava a possibilidade de se efectuar a cobertura com um número tão reduzido de unidades. Considerava igualmente que para garantir a força de cobertura, era necessário um serviço militar geral e obrigatório de dois anos, não um, com cerca de 46.500 efectivos, não os actuais 24.000 (25.170 segundo o novo modelo de reorganização militar proposto por Santos Costa), de modo a dispor-se de 6 divisões em caso de mobilização (uma das quais, com 50% dos efectivos completos, visando estar preparada para missões expedicionárias) e uma cobertura com 2/3 dos efectivos completos. Segundo Tasso de Miranda Cabral, F. Santos Costa recusara essa proposta, e face à intransigência de ambos, deixara a Salazar a decisão final sobre o tempo e o número de efectivos da recruta e instrução.²⁹⁵

O problema central continuava a ser o orçamento. Tasso de Miranda Cabral queixava-se amargamente das contas do Coronel Chaves que exigiam 850.000 contos só para o armamento da artilharia das 4 divisões, e apelava para que se mudasse a noção de que o Exército seria composto só por 4 divisões e de uma forma ingénua propunha que se modificasse a redacção das directivas para “comprar armamento para 4 das futuras divisões do nosso exército”, e quanto à artilharia, ficar-se-ia pela aquisição inicial de armamento para duas divisões e o resto logo se veria.²⁹⁶ Na verdade, terminava por considerar mais importante adquirir artilharia de acompanhamento da infantaria, na medida em que as operações militares seguiriam a modalidade de batalhas em grandes frentes.²⁹⁷

²⁹⁵ Cf. AHM, Fundo Tasso de Miranda Cabral, 26ª Divisão, 12ª Secção, Caixa 335, Nº 190. Actas das reuniões preparatórias da reorganização do Exército, ff. 11-12 e 19.

²⁹⁶ *Idem*, f. 12.

²⁹⁷ *Idem*, *Ibidem*, f. 13.

A divergência passava fatalmente pelo orçamento. Para Tasso de Miranda Cabral, a defesa nacional obrigava o governo a subordinar a imperiosidade da garantia da soberania da nação à política orçamental, enquanto para Salazar, o orçamento deveria subordinar as directrizes e a reorganização da força militar. É certo que assim, como o próprio Tasso de Miranda Cabral reconhecia “seria meter o Rossio na Betesga” combinar os objectivos-força e o orçamento disponível para a reorganização militar.²⁹⁸ O que Tasso de Miranda Cabral não fazia face à discrepância entre a força militar (terrestre) desejada e o constrangimento orçamental, era concluir assisadamente da necessidade de ter de mudar de concepção estratégica (militar). A enorme eficácia da *Blitzkrieg* nasceu de uma situação similar, na medida em que foi o constrangimento à dimensão da força disponível pelo exército alemão em resultado do Tratado de Versalhes que fez este optar por desenvolver uma estratégia de manobra e mobilidade (em parte esta era um prisma tradicional do pensamento estratégico-militar prusso-alemão) e potenciar a dimensão técnica-tecnológica da Estratégia-Guerra, já por si, considerada como um elemento central da guerra futura, fosse qual fosse o modelo de organização militar.²⁹⁹

A comissão liderada por Tasso de Miranda Cabral entregaria uma proposta de lei a 31 de Dezembro de 1936. Tasso voltava a salientar o enorme problema estratégico nacional, com uma fronteira de mais de 1000 quilómetros e uma estreita nesga de profundidade, o que nos obrigaria a conservar em tempo de paz um grande exército para obviar às contingências, a despeito dos nossos limitados recursos demográficos e da

²⁹⁸ Idem, *ibidem*, f. 18.

²⁹⁹ Sobre este assunto, veja-se por exemplo a obra de James Corum, *Op. Cit.*, principalmente as pp. 25-48. Veja-se também Cf. Daniel J. Hughes, *Op. Cit.*, pp. 155-161. Esta questão foi já desenvolvida na Parte Teórico-Metodológica.

carência de meios económicos imporem sempre um pequeno exército.³⁰⁰ Em suma, apesar de considerar inviável “meter o Rossio na Betesga”, Tasso não desistira de o tentar fazer (como bom sonhador português, perdoe-se ao autor esta interpretação do carácter do general). O modelo de força apresentado tomava como guia a lei de organização do exército francês de 1927, respeitando também tanto quanto possível as leis militares portuguesas de 1927 a 1936, visando tão só aperfeiçoá-las e modernizá-las.³⁰¹

O último embate ficava programado para discussão na Assembleia Nacional. Nesta, os deputados militares tentariam repor a reorganização num trilho de nação armada maximalista, mas seriam sistematicamente torpedeados por outros deputados e pela Assembleia em geral numa via de nação armada minimalista. Seria o mais longo debate sobre assuntos militares protagonizado pela Assembleia Nacional, enchendo os textos respectivos à discussão das Leis 1960 e 1961 cerca de 200 páginas das actas, num confronto em certos momentos bem acalorado. Se o resultado podia ser dado como adquirido, este longo debate também demonstra alguma insatisfação sobre as leis militares por parte do Exército. Estava no entanto, de certo modo, tudo decidido de antanho. Santos Costa comentando o projecto de Tasso de Miranda Cabral e Pinto Lello para Salazar afirmava que este trabalho com algumas emendas tinha muito de útil, mas que o cerne da proposta, o serviço militar geral de dois anos e um efectivo permanente de 50.000 a 60.000 homens era inviável “porque o dinheiro não andava por aí aos pontapés”.³⁰²

³⁰⁰ Cf. ANTT/AOS/CO/GR 4, Pasta 1. Documento intitulado Proposta de Lei-Organização Geral do Exército Metropolitano datada de 31 de Dezembro de 1936 e assinada por Tasso de Miranda Cabral e Luís Pinto Lello, Apresentação, f. 3.

³⁰¹ Idem, f. 1. É de salientar que o modelo que se persegue é o modelo militar francês, que como já foi salientado baseava-se numa grande mobilização demográfica (Cf. Supra, I parte).

³⁰² Cf. Correspondência..., Documento 17, 15 de Janeiro de 1937, p. 93.

O debate foi antecedido do parecer da Câmara Corporativa de qual foi relator José Barros Rodrigues. É habitual pensar-se que a Assembleia Nacional era uma mera câmara de eco do pensamento e da acção do ditador. Em boa verdade, a Assembleia Nacional tinha umas funções bem constrangidas, quer legalmente, com limitados poderes legislativos, quer de facto, face à onnipresença do poder de Salazar.³⁰³ No entanto, como salienta Fernando Rosas, a Assembleia Nacional não era um voz monolítica, mas muitas vezes exprimia e ecoava as dissensões entre as diversas correntes políticas que suportavam o regime, sendo um óptimo instrumento para fazer sentir e pressentir os estados de alma dos diversos grupos lá representados.³⁰⁴ A análise do texto da Câmara Corporativa e da discussão na Assembleia nacional permite assim compreender melhor aquilo que o Exército queria daquilo que lhe foi permitido ter. A reorganização que saíria da Assembleia Nacional, aquela permitida pelo salazarismo, não foi, nem talvez a desejada por Salazar, e sem dúvida também não foi a prosseguida pelos teóricos militares, mas uma estrutura de forças que fica no meio termo, no equilíbrio possível definido entre o constrangimento da economia nacional e as conceptualizações teóricas, como muitos, inclusive o parecer da Câmara Corporativa, não deixariam de notar.

Mas o parecer e a discussão também são interessantes por outra razão. Também permitem ver que modelo de guerra ou de guerras se esperava e como se pretendia replicar a ele. O modelo de guerra define-se, não pelo inimigo a bater, mas fundamentalmente, como é que esse inimigo faria ou fará a guerra.³⁰⁵ Ora, o modelo de guerra futura define o modelo de

³⁰³ Sobre os constrangimentos da Assembleia Nacional, Cf. Manuel Braga da Cruz, 1988, pp. 97-99.

³⁰⁴ Cf. Fernando Rosas, 1994, pp. 271-272.

³⁰⁵ Clausewitz observa que a guerra resulta, não da ameaça, mas da resistência à ameaça. A cedência ao usurpador resulta sempre na paz. No entanto, se o ameaçado de usurpação ou agressão, resistir, então temos a guerra. Cf. Karl Von Clausewitz, 1989 (1832), pp. 377-78.

organização da força militar, da força armada. Mas se o modelo previsto estiver errado, é toda a política de defesa, todo o modelo de reorganização militar que se torna inoperacional mal a guerra eclode, visto estar assim em elevado estado de desfasamento teórico e prático face à realidade.³⁰⁶

Para o relator do parecer sobre a Lei 1961 de Recrutamento e Serviço Militar (Proposta da Lei 162), as guerras modernas caracterizam-se pelo seu carácter totalitário de uso de todos os recursos demográficos, que serão parcos para afrontar os 1214 quilómetros da nossa fronteira terrestre.³⁰⁷ Face a esta situação, os modernos exércitos assentam em três leis, a de recrutamento, a de quadros e efectivos e a da organização geral da força militar.³⁰⁸ Para garantir a cobertura, seria então necessário um serviço militar geral de dois anos que permitisse dispor de 50.000 homens na força permanente, no núcleo activo. Face aos custos orçamentais da medida propõe-se que o governo possa, se julgar conveniente, licenciar os recrutas no 2º Semestre ficando a permanência nas fileiras reduzida então a 20 ou 18 meses.³⁰⁹ A necessidade de cobertura é considerada como essencial face à imperiosidade de defender o país na fronteira, evitando abandonar o solo pátrio. A cobertura deve também ser uma réplica à mobilidade que a motorização e a aviação produziram na arte da guerra.³¹⁰ Condena-se então a corrente de opinião que há algum tempo a esta parte defendia um exército profissional pequeno, inviável na situação estratégica de Portugal com uma vasta fronteira terrestre e limitados recursos demográficos, enfrentando um potencial inimigo maior e mais povoado, com vastos recursos

³⁰⁶ O modelo de guerra futura é contudo de discernimento problemático, visto que há sempre várias possibilidades de formas de conflito futuro, que dificultam a definição das modalidades estratégicas visando confrontar as guerras no porvir. A escolha de uma dada modalidade estratégica reflecte por isso sempre, preconceitos culturais e ideológicos e opções políticas. Cf. Jeremy Black, *World War two, A Military History*, Londres/Nova Iorque, 2003, pp. 12-13.

³⁰⁷ Cf. *Diários das Sessões da Assembleia Nacional e Câmara Corporativa*, Lisboa, 1936-1937, Proposta de Lei 162 (recrutamento e serviço militar), 22ª Sessão, p. 534.

³⁰⁸ Idem, p. 541.

³⁰⁹ Idem, Ibidem, p. 541.

³¹⁰ Idem, Ibidem, p. 539.

populacionais.³¹¹ O autor não deixa de criticar o modelo de organização militar republicano expresso pela reforma de 1911, que deixou o país com um enorme conjunto de unidades esqueléticas sem capacidade de cobertura da fronteira.³¹² O relator da proposta de lei aponta claramente para uma força abrangente produto de um serviço militar geral obrigatório e de uma vasta mobilização demográfica, visando assegurar a mais lata cobertura da fronteira de modo a proteger na sua máxima extensão o território nacional, e confrontar nas melhores condições possíveis o adversário considerado, a Espanha. Ele opta claramente pelo serviço militar com dois anos de serviço

³¹¹ Idem, Ibidem, p. 540. Apesar de o autor referir esta corrente de opinião, não é do nosso conhecimento uma defesa de um exército pequeno profissional. Nem nos textos de F. Pereira da Silva, nem de Salazar há uma explícita relação entre o exército pequeno e o exército profissional. Apesar da condenação, e tendo em conta a óptica salazarista ou navalista, a corrente deveria ter pouco peso, muito pouco peso na organização militar, visto que se representasse um numeroso núcleo poderia mais facilmente ter sido instrumentalizada pelos opositores do exército maximalista para o reduzir a uma expressão mínima. Ora, apesar dos constrangimentos das Leis 1960 e 1961, o Exército que emerge é uma força teoricamente de dimensão demográfica muito razoável. Excepções à doutrina que aparece em numerosos artigos e livros da época e nos próprios documentos emanados dos organismos do Estado Maior do Exército são alguns pequenos textos apresentados na Revista de Artilharia da autoria de Monteiro de Barros e na Revista do Ar por F. Barão de Cunha e Pequito Rebelo, Nestes últimos casos, ambos os autores valorizam o papel da aeronáutica como principal arma da defesa militar de Portugal, com laivos de *Douhetismo*. Para F. Barão da Cunha, a debilidade demográfica de Portugal face à Espanha aconselhava que a defesa militar nacional assentasse na força aérea e na ofensiva preventiva sobre alvos estratégico-militares em Espanha. Para Pequito Rebelo, Portugal como nação imperial e pluricontinental devia basear a sua força militar na aviação, a arma mais apropriada para unir e reagir rapidamente em qualquer parte do território nacional. Sobre Cf. Monteiro de Barros, “As Grandes Unidades Portuguesas”, *Revista de Artilharia*, Nº 130, Abril de 1936, pp. 713-721, onde o autor defende que as unidades de combate portuguesas se aproximem mais dos efectivos de brigadas que de divisões, e sejam instruídas para aplicar uma guerra de manobra com base na motorização, valorizando-se mais a qualidade da massa que a quantidade. Neste texto, o autor jamais defende um exército profissional conquanto se possam depreender das suas palavras que defende um pequeno exército. Os outros autores já foram citados mas como relembração, Cf. F. Barão da Cunha, “O Problema Aeronáutico Português. Estudo”, *Revista do Ar*, Nº 1, Outubro de 1937, pp. 3-6 e “O Problema Aeronáutico Português”, *Revista do Ar*, Nº 3, Dezembro de 1937, pp. 15-20. Pequito Rebelo, “Elementos para uma Doutrina Portuguesa da Guerra do Ar”, *Revista do Ar*, Nº 21, Junho de 1939, pp. 21-22. Nem F. Barão da Cunha, jovem oficial da Aeronáutica e fundador da Revista do Ar, nem Pequito Rebelo tinham contudo influência que fosse na definição da política de defesa nacional. Para a pequena História, que não para a vida de um homem, saliente-se que F. Barão da Cunha morreria tragicamente num acidente aéreo em princípios de 1939.

³¹² Cf. *Diários...*, 1936/1937, 22ª Sessão, p. 536.

activo, incluindo a escola de recrutas.³¹³ No fundo, a proposta aproxima-se do modelo militar definido desde sempre pelos teóricos militares.

A proposta de lei sobre a organização geral do Exército que no texto dos Diários aparece a seguir ao texto da proposta sobre o recrutamento e o serviço militar, retoma alguns dos temas. Salienta a deficiência da reforma de 1911, comprovada pela experiência da Grande Guerra que mostra a obrigatoriedade de mobilizar todos os homens válidos.³¹⁴ A guerra deve ser preparada desde tempo de paz, pelo que a complexidade da organização militar não se compadece com a reforma de 1911.³¹⁵ Para o relator, também, J. Barros Rodrigues, o eixo da guerra totalitária, da guerra total, é o factor demográfico, facto salientado pela obsessão com que se exige o serviço militar geral obrigatório, e se reflecte igualmente na relação entre a complexidade da guerra e o problema dos meios humanos. Escapa ao relator, como escapou à maioria dos teóricos da época, que a complexidade da guerra advinha do factor tecnológico-industrial, não demográfico, que o podia ou não potenciar, mas que era quase impossível de perceber num país de limitadíssimos recursos tecno-industriais, como era Portugal. Assim, não admira que mais à frente no texto, o autor, afirme que mais importante que o material que aparece sempre quando as nações estão em crise ou em necessidade, seja a função de recrutar, instruir e mobilizar a maior massa da população.³¹⁶

O relator afirma depois a inspiração que a doutrina francesa teve na génese da proposta.³¹⁷ Não deixa contudo depois de relevar um pormenor que actualmente nos pareceria pitoresco, na medida em que compara o exército português e alemão no período de entre-guerras pelo facto de

³¹³ Idem, p. 548.

³¹⁴ Cf. Diários das Sessões da Assembleia Nacional Câmara Corporativa, Lisboa, 1936/1937, Parecer sobre a Proposta de lei sobre a organização geral do Exército, 127ª Sessão, p. 632-J.

³¹⁵ Idem, p. 632-K.

³¹⁶ Idem, Ibidem, p. 632-U.

³¹⁷ Idem, Ibidem, pp. 632-L e 632Y.

terem desenvolvido doutrina sem o material, e só à *posteriori* se prepararem para adquirir os meios.³¹⁸ Há nesta visão, uma perfeitíssima inconsciência da realidade, da profundo diferencial de eficácia organizativa entre os dois exércitos. Uma análise sistemática da experiência da Grande Guerra e potenciais transformações da mesma, complementada com a criação de manuais tácticos e operacionais para o uso dos comandos e da tropa, aplicados depois em exercícios em cada uma das unidades ou num exercício geral de conjunto anual como sucedera e sucedia à época no exército alemão, simplesmente não existia. Em Portugal, mais do que doutrina, poder-se-ia falar num conjunto de ideias genéricas, generalizadamente divulgadas por publicistas militares, que enformavam uma cultura militar endoutrinante, não uma doutrina militar, que para lá de um conjunto de ideias genéricas, implica um sistema integrado, aquilo a que se denominou de Complexo Agónico político-estratégico-operativo-táctico que enquadre e enforme toda a organização da força militar.³¹⁹

³¹⁸ Idem, Ibidem, p. 632-X.

³¹⁹ Não há muitos estudos sistemáticos sobre a noção de doutrina militar. As ideias aqui desenvolvidas sobre o que caracteriza uma doutrina militar ou uma doutrina estratégico-militar têm por base a obra de James Corum e o modelo que dela se pode extrair sobre a construção e definição dessa doutrina. É de notar que para se chegar a uma doutrina militar é necessário anos de estudo e análise dos conflitos (do ambiente agónico), assim como uma reflexão entre a experiência e a teoria. Em Portugal, uma doutrina militar, a haver, só talvez a da guerra anti-subversiva dos anos 50-70. Sobre a significação do conceito de doutrina militar veja-se Cf. Donald S. Marshall, “Doctrine”, in Franklin D. Margiotta, Ed., Brassey’s Encyclopedia of Land Forces and Warfare, Washington e Londres, 1996, pp. 293-298. O autor considera que deve entender-se por doutrina todas as modalidades de previsão de como travar a guerra (guerra presente ou guerra futura) nos níveis tácticos e estratégicos. A doutrina deve dar um sentido colectivo e ser um agente unificante da acção militar, acção colectiva, intra-grupal. Mas a doutrina não pode ser um conceito cristalizado, mas um conceito maleável, plástico, capaz de se adaptar ao caos e à incerteza e surpresa característica da guerra. A doutrina deve ser capaz de integrar múltiplos dados numa concepção global, facto dificultado nas sociedades tecnológicas pela grau de complexidade que as caracteriza. Por seu turno Hervé Coutau-Bégarie define doutrina como conjunto de concepções que enquadram e enformam uma estratégia. Elas implicam sempre uma escolha face a vários caminhos possíveis. Cf. Hervé Coutau-Bégarie, “Doutrine”, in Thierry de Montbrial e Jean Klein, Dir., Dictionnaire de Stratégie, Paris, 2000, p. 193. Com ambas as definições pode-se conceber que a doutrina, para além de uma concepção de acção, é um sistema teórico-prático ou teórico-aplicado-prático, e portanto uma conceptualização sistemática e alargada do pensamento e da acção militar estratégico-operacional-táctico-logístico visando a guerra presente e a guerra futura. Relembre que

A proposta apontava o caminho do exército semi-permanente, que assegurasse simultaneamente o recrutamento, a instrução, a mobilização das massas demográficas e a cobertura avançada da fronteira conjuntamente com a possibilidade de dispor de forças expedicionárias em estado de prontidão.³²⁰ São criadas quatro regiões militares, e valorizado o Governo Militar de Lisboa, comando operacional e não só administrativo. São propostos centros de mobilização para convocar os licenciados da força activa e as reservas de 1º e 2º escalão.³²¹ O relator opta por repropor que o número ideal de divisões existentes desde tempo de paz seja de seis, contra as quatro propostas pelo governo.³²² As forças gerais seriam organizadas então em quatro núcleos: 1) unidades de fronteira, forças de campanha com estado de prontidão quase operacional; 2) unidades de linha, unidades semi-completas prontas para acção em poucos dias; 3) unidades de reserva, destinadas à mobilização e visando actuar em combinação ou integradas nas unidades de linha; 4) unidades territoriais, com funções essencialmente de segurança.³²³ No seu conjunto, as propostas apresentadas pela Câmara Corporativa seguem as grandes linhas mestras da visão dos teóricos militares (terrestres) e do projecto maximalista do Exército. Acentuam o peso das massas na guerra moderna, valorizam a mobilização demográfica geral e o maior número de grandes unidades disponíveis, 6 divisões em tempo de paz, para além das forças de prontidão da cobertura, compostas por batalhões de caçadores e brigadas de cavalaria.

Contra esta proposta vai esbarrar a Assembleia Nacional. Ela não desvirtua a proposta, mas delimita-lhe a sua dimensão a uma força de nação armada minimalista consentânea com as finanças do Estado. As

Humberto Delgado ironizava dizendo que não havia bíblia no exército português. Cf. Humberto Delgado, 2003, p. 29.

³²⁰ Cf. Diários..., 1936/1937, Proposta de lei sobre a organização geral do Exército, 127ª Sessão, p. 632-Y.

³²¹ Idem, pp. 632-AA a 632-CC.

³²² Idem, Ibidem, p. 632-FF.

³²³ Idem, Ibidem, p. 632-MM.

hostilidades na Assembleia Nacional são abertas por Schiappa de Azevedo que começa logo por relevar a dimensão demográfica massiva da guerra moderna. A noção de guerra, afirma o orador, é hoje dominada pelo número, pelos efectivos, não deixando de lamentar que a massa populacional do país não esteja de acordo com a vastidão das fronteiras.³²⁴ Em si, o lamento é uma afirmação da necessidade de alargar ao máximo o número de efectivos disponíveis para enfrentar o inimigo quando a guerra eclodir. De facto, isso seria fundamental, visto o orador criticar igualmente a noção de defesa recuada, fazendo da ideia de defender a nação na fronteira a concepção dominante na teoria estratégica moderna.³²⁵ Esta ideia dominante era de matriz francesa, e advinha da situação trágica que a Grande Guerra produzira no Norte de França com a ocupação alemã e as campanhas militares aí decorridas.³²⁶ A. Passos e Sousa por seu turno valorizava a relação das forças do quadro e das milícias e dava como padrão exemplar a actuação dos milicianos italianos na recente Guerra da Abissínia.³²⁷ A. Passos e Sousa refere então que o serviço militar geral de um ano é tempo demasiado limitado para a instrução do Exército.³²⁸ E afirma depois a sua incompreensão por não se encontrar na proposta de lei

³²⁴ Cf. *Diário...*, 1936/1937, 134ª Sessão, 12 de Maio de 1937, p. 698.

³²⁵ *Idem*, p. 700.

³²⁶ Esta visão está na base do plano Dyle e da Manobra Breda que levaram as forças francesas a entrar na Bélgica e no Sul da Holanda visando atingir Amesterdão, criando uma barreira defensiva ao longo do rio Dyle. Esta manobra, pensada de acordo com uma ideia de guerra de trincheiras, de frentes lineares e contínuas, metódica e preparada de antanho, foi incapaz de responder à manobra (à batalha) em profundidade com alto grau de mobilidade do exército alemão. Na realidade, a manobra francesa foi um claro caso de um plano de manobra que ajudou, e muito, o sucesso do planeamento inimigo (alemão), visto que fez avançar forças para o interior da Bélgica (inclusive a reserva estratégica), que derivado da acção germânica acabaram por não poder travar o avanço do inimigo, e foram, para mais, isoladas, cercadas, e destruídas em grande parte pelos alemães. Sobre a campanha de França vejam-se as obras de por exemplo, Eddy Bauer, George Forty, Jeremy Black e Jean Paul Pallud Para uma análise do planeamento francês anterior à guerra as obras de Martin S. Alexander, Dennis Showalter, Douglas Porch, Guy Pendrocini e Eugenia Kiesling todas citadas na bibliografia no fim da obra.

³²⁷ Cf. *Diário...*, 1936/1937, 134ª Sessão, 12 de Maio de 1936, p. 706. O autor falava a propósito da função da Legião Portuguesa, mas para o caso, ela serve também para exemplificar o valor que era dado pelos quadros militares à mobilização demográfica.

³²⁸ *Idem*, 135ª Sessão, 13 de Maio de 1936, p. 711.

uma definição precisa do lugar do Ministério da Guerra no Exército, afirmando que aquele deve neste ser integrado.³²⁹ Assim, em plena Assembleia Nacional, o Exército aproveitando o relatório da Câmara Corporativa, tenta repor nos trilhos que considera estrategicamente mais correctos, legislação sobre a organização da força militar.

Mas o contra-ataque advém também prontamente. Cortês Lobão defende então a proposta do governo. Falta dinheiro para se conseguir um exército tão abrangente quando se desejaria, mas a solução da cobertura foi engenhosamente pensada. Dada a impossibilidade de ter mais de 30.000 homens no força permanente, a cobertura seria prontamente reforçada com as cinco primeiras classes da força activa, mantendo-se assim de facto, a despeito das dificuldades geradas pelos limitados recursos nacionais, a noção de nação armada.³³⁰ Luís Supico por seu turno refere os constrangimentos que as disponibilidades financeiras impõem, e compara a situação de Portugal, onde se gastam, e mal, 323.000 contos com o Exército (o orador lembra os gastos com o excesso de oficiais dos postos superiores)³³¹, com os 780.000 que gasta a Bélgica. Releva então, que gastar isso anualmente com a força militar (terrestre) era uma aspiração, mas que se devia ter consciência das possibilidades.³³² Finalmente, Querubim de Guimarães põe o dedo na ferida, que ninguém parecia querer afirmar com clareza. E expressa a ferida utilizando a “autoridade incontestável do Sr. Presidente do Conselho”. É preciso limitar as aspirações às possibilidades, e reconhecer a nossa insignificância em recursos materiais.³³³

³²⁹ Idem, Ibidem, p. 711.

³³⁰ Idem, Ibidem, p. 718.

³³¹ Lembre-se a este propósito que o Exército pretendia gastar tão só com o rearmamento para instrução e parte da cobertura no início dos anos 30 cerca de 550.000 a 600.000 contos. Isto era o orçamento geral anual para as Forças Armadas portuguesas (Cf. *Infra*).

³³² Diário..., 1936/1937, 135ª Sessão, 13 de Maio de 1937, pp. 721-722.

³³³ Idem, Ibidem, 137ª Sessão, 15 de Maio de 1937, p. 742.

Eram as divergências já clássicas. À visão maximalista do Exército que buscava uma mobilização maciça, correspondiam os limitados recursos do país, os constrangimentos financeiros. O duelo decisivo seria intentado por A. Passos e Sousa aquando da votação na especialidade da proposta de lei sobre o serviço militar e recrutamento. Intentou então A. Passos e Sousa propor o alargamento do serviço militar geral para dois anos permitindo um acréscimo de 15.000 homens aos 30.000 que permaneceriam anualmente no Exército. Vasco Borges replicou-lhe que concordava em princípio com a necessidade da proposta, mas esta teria de esperar para uma segunda etapa, para quando as condições económicas o permitissem, ou seja, quando o desafogo financeiro fosse maior.³³⁴ Esta é igualmente a resposta dada por Diais da Fonseca que vê na instrução pré-militar uma forma de compensação para o serviço militar geral de só um ano. Além disso, conta com as cinco classes licenciadas das forças do activo para complementar a cobertura. Era a solução melhor adaptada e adequada às reais necessidades do país.³³⁵ A proposta de emenda foi rejeitada.

A questão que perpassava pelo debate e que atormentava o Exército era a crença na importância decisiva da demografia, das massas populacionais, das massas mobilizáveis para fazer a guerra. Essa visão era de forma muito expressiva revelada por Antunes Guimarães quando exaltava o facto de a natalidade portuguesa não demonstrar indícios de decréscimo como acontecia noutros países, visto serem centrais nos exércitos a natalidade e a demografia.³³⁶ O problema era que quando maior o exército, maiores os custos, mas como a visão estratégico-militar estava delimitada pela dimensão demográfica, e o Exército parecia incapaz de pensar outra, a divergência era inevitável. E sendo inevitável, o peso do

³³⁴ Idem, Ibidem, 145ª Sessão, 28 de Maio de 1937, pp. 866-867. A proposta foi igualmente defendida por Schiappa de Azevedo. Idem, p. 867.

³³⁵ Idem, Ibidem, 146ª Sessão, 1 de Junho de 1937, pp. 871-872.

³³⁶ Idem, Ibidem, 138ª Sessão, 18 de Maio de 1937, p. 749.

orçamento limitava as aspirações do Exército. Ora, face a esta situação, os planeadores militares teriam duas opções, ou repensavam a modalidade da estratégia a aplicar, ou tentavam fazê-la com o que lhes era dado. Foi esta a segunda opção que os militares lusos seguiram, mas esta conduziria fatalmente como se verá a um beco sem saída. Sem os efectivos necessários, a defesa pensada era irrealizável, mas sendo a concepção de defesa avançada assente no exército de massas a optada, os meios estavam aquém dos fins. Era uma contradição que anulava a possibilidade da defesa nacional ser funcional e eficaz.

Se a questão da mobilização abrisse as hostilidades, a proposta de lei sobre a reorganização do Exército trazia outra sobre o papel do Ministério da Guerra no caso da eclosão de um conflito. A. Passos e Sousa e Schiappa de Azevedo defendiam uma acção lata do Ministério da Guerra, com o controlo dos corpos especializados como a Legião Portuguesa, a PSP, a GNR, e outras forças militarizadas, assim como a um papel de relevo na organização desde tempo de paz das estruturas orgânicas destas forças e do seu armamento. Esta atitude obriga o deputado Santos Sintra a observar que em tempo de guerra, quem manda, não é o Ministério da Guerra, mas o governo.³³⁷

É nesta contextura que A. Passos e Sousa e Schiappa de Azevedo propõem que se conserve o Governo Militar de Lisboa. Este é um instrumento operacional fundamental, não só administrativo, dado a estratégica importância de Lisboa como principal base de operações e principal objectivo político de Portugal. Na óptica e na doutrina de A. Passos e Sousa, o governo militar tinha funções muito mais latas que as regiões militares. Àqueles correspondiam funções operacionais de comando e defesa de uma dada região, enquanto a estas eram-lhes

³³⁷ Idem, *Ibidem*, 141ª Sessão, 22 de Maio de 1937, pp. 795-798.

basicamente incumbidas tarefas administrativas.³³⁸ A discussão enredou-se por jogos de subtileza. Não era referido o Governo Militar de Lisboa, mas era o de governador militar de Lisboa, o que ia dar ao mesmo na opinião dos que pugnavam pela visão do governo, enquanto os defensores da emenda apresentada por A. Passos e Sousa e Schiappa de Azevedo afirmavam o contrário. Por fim, a emenda foi rejeitada, como deveria ter sido obviamente visto.³³⁹ Esta evolução das coisas demonstrava que o Exército começava a ficar em desvantagem. O Governo Militar de Lisboa, era com a inserção do Ministério da Guerra no Exército, as bases fundamentais e simbólicas do poder político do Exército. O Governo Militar de Lisboa, pelo seu carácter operacional, era uma base fundamental para o uso do poder militar no país e na sua capital. O controlo pelo Exército do Ministério da Guerra, definia em última análise a quem deveria obedecer o Ministro da Guerra.

Ambos saíam cerceados no seu poder com a nova reforma e demonstravam o grau de liberdade de acção que Salazar adquirira sobre o Exército desde que assumira a pasta das finanças em 1928. Porém, esta grau de liberdade não era suficiente para lhe impor uma reforma geral segundo a sua medida. A reforma constrangeria o tempo de serviço militar geral e diminuiria o número de efectivos da primeira linha, mas tivera de apelar a uma subtileza para salvaguardar estes últimos pontos, ao referir a mobilização dos licenciados na disponibilidade para as unidades de cobertura, as cinco classes subsequentes ao período de serviço obrigatório e conservava o princípio da nação armada. Além disso prometia-se que logo que o desafogo financeiro o permitisse, se retomaria ao serviço militar geral de dois anos, ou pelos menos deixava-se essa possibilidade no ar. No fim, mesmo uma tentativa de criar um núcleo concentrado de reforço da

³³⁸ Idem, Ibidem, , p. 800.

³³⁹ Idem, Ibidem, pp. 801-806.

cobertura foi desconsiderado por muitos deputados terem aceite a ideia de Cortês Lobão de que tal proposta impunha ao governo a criação de uma grande unidade de reforço da vigilância para poder acudir à cobertura, propondo que essa função, dependente das circunstâncias, fosse deixada à visão contextual do governo.³⁴⁰

Com o término da disputa legislativa, de certo modo encerrava-se o debate entre aqueles que pretendiam uma nação armada maximalista e aqueles que pretendiam uma nação armada minimalista. Apesar de mais pequeno, o Exército que saía da Assembleia Nacional era uma força de tamanho maior do que aquela que Salazar propusera a Abílio Passos e Sousa no início de 1936. A disputa sobre a organização de defesa de Portugal passava então para o terreno da aplicação. No fundo, ao Exército caberia demonstrar a sua máxima eficiência com vista a pressionar o governo a aumentar-lhe os meios. Simultaneamente, a aproximação à Grã-Bretanha permitira compensar alguns dos défices que as leis aprovadas traziam. Era igualmente maior do que a força que provavelmente desejaria a Armada, na medida em que quanto maior fosse o Exército, mais caro seria de sustentar e menos meios financeiros ficariam disponíveis para a marinha de guerra. Falta então visualizar as características político-militares da legislação publicada em 1937 sobre a reorganização do Exército e ver o que pensava a Armada a propósito desta.

2.2.4.4.) As Leis 1960 e 1961

As leis 1960 sobre a Organização do Exército e 1961 sobre o Recrutamento e o Serviço Militar são a base da organização militar

³⁴⁰ Idem, Ibidem, 148ª Sessão, 26 de Maio de 1937, pp. 831-832. A proposta de emenda da autoria de A. Passos e Sousa, Schiappa de Azevedo e Álvaro Morna visava constituir um primeiro reforço do escalão de cobertura, uma força expedicionária de utilização imediata e uma escola de comandos.

portuguesa durante o Estado Novo. Elas são acompanhadas por uma hoste de legislação de suporte, mas no campo próprio da defesa, definem e delimitam um modelo e uma visão da guerra futura que perduraria até para lá do Estado Novo. A análise que se fará aqui à legislação visa enquadrá-la numa compreensão da guerra e da Estratégia, ou seja, inserir o modelo de organização militar que propõe numa concepção específica da noção de guerra e de Estratégia. Na verdade, muito de que aqui se dirá já foi salientado anteriormente, mas agora ficará de certo modo mais visível ao analisar a legislação, clarificando-se de forma mais evidente o que já foi sendo afirmado.

A lei da Organização do Exército previa a existência de duas forças militares, as forças metropolitanas e as forças coloniais, ambas sujeitas a princípios gerais comuns (artº 2). O exército metropolitano estava completamente subordinado ao Ministro da Guerra, e na dependência do Ministério da Guerra para efeitos de instrução, armamento e equipamento ficavam a GNR e GF (artº 6).³⁴¹ Dois pormenores são de ressaltar no artº 6, o facto de a subordinação do Exército ser ao Ministro da Guerra (e não ao Ministério), e o facto de essa subordinação já não ter contraponto na inversa, ou seja, na subordinação do Ministério da Guerra ao Exército. Era uma afirmação completa de subordinação da força militar ao poder político. Não deixa por outro lado de ser estranho, mas talvez facilmente explicável a questão da subordinação do Exército ao Ministro da Guerra, não porque na altura fosse Salazar a ocupar o cargo, mas mais porque o ministro era uma emanção directa do Presidente do Conselho, um homem por ele escolhido, enquanto o Ministério da Guerra, por muito gerido por civis que fosse, estava demasiado intra-miscegenado com os militares e por conseguinte era de mais complicado controlo. Ao assumir a subordinação

³⁴¹ Cf. Ordens do Exército, Nº9, 13 de Outubro de 1937, Lei 1960 de 1 de Setembro de 1937, Lisboa, pp. 685 e 687.

do Exército ao Ministro da Guerra, como que Salazar afirmava que era ao governo, enquanto instituição, que aquele estava subordinado, e não ao respectivo departamento governamental, enquanto realidade administrativa e burocrática, em boa parte gerido por militares.

A legião portuguesa, que durante os debates fora vista em certos momentos como uma milícia e uma compensação para aumentar o efectivo mais reduzido da cobertura era, em tempo de guerra, subordinada às leis militares, ficando dependente do Ministério da Guerra para o seu emprego (artº 7).³⁴² Esta subordinação trazia duas consequências úteis, porque por um lado demonstrava ao Exército (e às Forças Armadas) que a principal e única força armada do país continuava a ser ele (ou eles), e por outro lado, compensava em parte a diminuição das grandes unidades disponíveis em tempo de paz, garantindo um adicional reforço da cobertura, dependente da força militar terrestre em caso de guerra.

Eram criadas 5 regiões militares no continente, a com sede em Lisboa, denominada Governo Militar de Lisboa (artº 8).³⁴³ Conservava-se portanto o título que tanto discussão criara na Assembleia Nacional, mas não a função operacional. Ao instituir-se o Governo Militar de Lisboa como mais uma região militar, o pomposo título não correspondia politicamente ao carácter operacional que os militares desejavam. Era contudo assumido o carácter semi-permanente do Exército, quer na letra da lei, quer na prática administrativa da mesma. A mobilização militar seria

³⁴² Idem, p. 687. Sobre a Legião Portuguesa nos anos 30 até ao fim da Segunda Guerra Mundial, veja-se o estudo de Cf. Luís Nuno Rodrigues, A Legião Portuguesa, A Milícia do Estado Novo, 1936-1944, Lisboa, 1996. A milícia que surgiu no contexto conturbado do início da Guerra Civil de Espanha, nesse momento de “crispação fascizante” de regime, nas palavras de Fernando Rosas, foi sendo olhada de soslaio pelo Exército, carente de ser o único poder efectivamente armado do país. Salazar teve consciência dos limites da Legião Portuguesa no contexto específico do Estado Novo e da sua génese militar, para querer criar um poder quase paralelo como foram a certa altura os *Camisi Nere* e as *SS* respectivamente na Itália e na Alemanha. Para todos os efeitos, a milícia foi mais uma força para-militar de combate aos inimigos internos, subordinada ao Exército em tempo de guerra ou em caso de distúrbios mais violentos no país. Idem, pp. 57-62 fundamentalmente.

³⁴³ Cf. Ordens..., Nº9, p. 687.

integrada na mobilização nacional (artº 22) com três núcleos, as unidades permanentes para as tropas activas, os centros de mobilização para as tropas licenciadas e os distritos de recrutamento para as tropas territoriais (artº 25).³⁴⁴

Em tempo de paz, o Exército seria composto por dois tipos de unidades, unidades de fronteira e unidades de linha, sendo as primeiras forças de campanha destinadas à utilização imediata, e as segundas, forças de reforço quase automático, passíveis de estarem operacionais em número reduzidos de dias (artº 34). Cabia também a estas últimas unidades a instrução militar e a preparação táctica e técnica dos quadros inferiores (artº 36).³⁴⁵ Ficavam porém as unidades de linha resumidas a 4 divisões (artº37),³⁴⁶ não as seis pretendidas pelos teóricos militares, e pelo projecto de Tasso de Miranda Cabral e de Pinto Lello. O que sendo pouco relativamente às pretensões do projecto teórico, era mais do que Salazar referira a Abílio Passos e Sousa nas cartas de princípios do ano de 1936. De qualquer modo a lei de organização do exército afirmava uma força militar de carácter semi-permanente, com o núcleo activo e vários núcleos que comporiam uma reserva de acordo com o princípio e o conceito de nação armada. Era como já salientou, uma concepção mais minimalista que a pretendida pelos teóricos militares, produto dos constrangimentos financeiros, que não devem ser, no entanto, vistos como uma desculpabilização do regime face à pouca vontade de fornecer os meios requisitados pelos militares, mas como uma efectiva realidade face ao dispêndio que representaria a perspectiva maximalista.

A lei 1961 sobre o recrutamento e o serviço geral confirmava a formação de uma força baseada no princípio e no conceito de nação armada, criando um serviço geral obrigatório de 28 anos de serviço militar,

³⁴⁴ Idem, p. 693.

³⁴⁵ Idem, Ibidem, pp. 697-98.

³⁴⁶ Idem, Ibidem, p. 699 (de facto, está mal paginada e é referida como 701).

repartido em três núcleos, as tropas activas com seis anos, as tropas licenciadas com dezasseis anos e as tropas territoriais com seis anos. As tropas activas dividir-se-iam depois em dois núcleos, um de recruta e instrução com cerca de dezasseis meses (quatro na recruta e doze no quadro permanente) e cinco anos na disponibilidade (artº 28 e artº 31).³⁴⁷ Às forças na disponibilidade, como já se referiu, cabia formar em tempo de guerra, o reforço do núcleo de cobertura. O governo deixava cair o serviço militar geral de dois anos para um, mas ressalvava a possibilidade de aumentar o tempo de serviço militar se as necessidades existissem (artº 35).³⁴⁸

Se as leis não forneciam os meios para o projecto maximalista que os teóricos militares pretendiam, estava muito longe de não lhes dar nada. Em boa medida, fornecia-lhes ainda elevados recursos e variadas possibilidades para virem a criar uma força militar de razoável dimensão. De facto, do ponto de vista legal era um quadro que garantia aos comandos militares uma razoável liberdade de acção para criarem uma força militar de dimensões ainda grandes para o país, estando muito longe de manietar-lhes as mãos, conquanto eles pudessem utilizar essa margem de acção para progressivamente pressionar o governo a aumentar-lhes os créditos, o que significava que da parte dos militares teria de haver suficiente eficácia para ir queimando algumas etapas na efectiva aplicação das leis de reorganização do Exército.

O governo procurou demonstrar a sagacidade da sua legislação nos meses subsequentes, principalmente porque a reforma legislativa teria gerada alguma instabilidade, de carácter mais corporativo que produto da reorganização da força militar, na medida em que previa uma radical diminuição dos efectivos do quadro permanente de oficiais e um apertar

³⁴⁷ Cf. Ordens do Exército, Nº 9, 13 de Outubro de 1937, Lei 1961 de 1 de Setembro de 1937, Lisboa, pp. 714-715.

³⁴⁸ Idem, p. 715.

das condições de acesso ao generalato. A instabilidade teve o seu epicentro temporal entre fins de Dezembro de 1937 e princípios de Janeiro de 1938, com a publicação dos decretos relativos ao Quadro de Efectivos do Exército e às Promoções,³⁴⁹ levando a uma breve nota de Salazar publicada na Imprensa em 10 de Janeiro de 1938.³⁵⁰ Vária correspondência no Arquivo Oliveira Salazar na Arquivo Nacional da Torre do Tombo reflecte a preocupação de muitos militares pela situação de verem a sua carreira interrompida a meio, derivado dos novos limites de idade impostos aos postos do Exército.³⁵¹

Isto pode significar e significa que a instabilidade de Janeiro de 1938 deriva menos das Leis 1960 e 1961 e da definição da modalidade de organização e defesa prevista para o país, mas mais de questões corporativas e profissionais. Não deve ser entendida como um reflexo de um suposto descontentamento do Exército com a política de defesa militar a seguir, mas como um problema gerado pelas mudanças nas carreiras dos oficiais da força militar terrestre³⁵² (o que explica que o epicentro da crise tenha sido em fins de Dezembro de 1937, princípios de Janeiro de 1938 e não em Setembro de 1937, aquando da promulgação das Leis 1960 e 1961). A intranquilidade foi contudo intensa, obrigando o governo a rever algumas

³⁴⁹ Pelos Decretos Leis 28.401 relativo aos Quadros e Efectivos do Exército, 28.402 relativos às Promoções, 28.403 relativo aos vencimentos, e 28.404 relativo às Reformas, Cf. Ordens do Exército, 1º Série, Suplemento, 1937, ambos datados de 31 de Dezembro de 1937, respectivamente, pp. 823-840, 869-878, 878-885 e 886-893.

³⁵⁰ Sobre este assunto, veja-se a obra de Telmo Faria, 2000, pp. 179-186.

³⁵¹ Cf. ANTT/AOS/CO – GR 6, Pasta 9, ff. 321-22, 330-332 e 355-363.

³⁵² Cabe talvez introduzir como exemplar o desabafo de Elias da Costa, anterior ao acontecimento, mas arquetipal de determinada mentalidade no Exército. Dizia ele que o abaixamento da idade de reforma no Exército não tinha em conta a experiência que os velhos quadros tinham no treino da força militar. Cf. Elias da Costa, 1935, pp. 260-261. Na verdade, o Exército estava pejado de um elevado número de oficiais que em muitos casos, pelos atrasos na progressão na carreira, tinham a condição física e a idade completamente desfasada do posto.

das disposições,³⁵³ como forma de apaziguamento da tensão,³⁵⁴ facilitado pelo apoio de Carmona a Salazar, que conteve os ânimos mais exaltados.³⁵⁵

É nesse contexto de alguma agitação que são publicados alguns textos de explicação da nova legislação favoráveis à perspectiva do regime. Apesar do seu carácter mais publicitário que teórico, eles não deixam de demonstrar algo que vemos ter sido recorrente na perspectiva do governo. O objectivo das leis, era o de conseguir mais eficácia, com menos despesa, diminuindo as unidades, mas aumentando-lhes os efectivos e a qualidade da instrução.³⁵⁶ O princípio seguido na lei é o do serviço militar geral obrigatório e o da nação armada, conquanto se deva ter em conta os recursos económico-financeiros.³⁵⁷ Mais importante para o problema da instabilidade era a defesa do rejuvenescimento de quadros, apresentando de novo como paradigma o modelo militar francês onde desde 1932 até os Majores era já promovidos por escolha.³⁵⁸

Na revista Defesa Nacional foi igualmente publicado um pequeno artigo onde se salientava o serviço militar geral, o mais geral possível, e a consecução de um modelo de organização militar semi-permanente visando dispor-se de forças de cobertura e de forças de mobilização para assegurar a defesa nacional terrestre.³⁵⁹ Igualmente nas páginas da Revista Militar surge um texto alusivo a reorganização legislativa de fins de 1937.

³⁵³ Pelo Decreto-Lei 28.484 de 12 de Abril de 1938, Cf. Ordens do Exército, 1ª Série, Nº 2, 12 de Abril de 1938, pp. 21-29. As modificações relacionam-se com questões de ascensão na carreira, limites de idade, reformas, promoções e ordenados, o que expressa bem a dimensão corporativa da intranquilidade vivida no Exército.

³⁵⁴ Como reconheceria Santos Costa em 1973 em carta para Marcello Caetano, com vista a demonstrar-lhe como se deviam apaziguar os ânimos de oficiais militares atingidos por modificações nas leis que regulavam a progressão na sua carreira corporativa. Estranha ironia do destino. Cf. Manuel Braga da Cruz, Org. e Prefácio, 2003, p. 248.

³⁵⁵ Nomeadamente, reunindo Salazar e Domingos de Oliveira a 10 de Janeiro de 1938, o rosto mais visível da contestação e amigo pessoal de Carmona. Cf. Joaquim Veríssimo Serrão, História de Portugal ... (1935-1941), 14º Vol., pp. 135-137.

³⁵⁶ Cf. Reformas Militares, Lisboa, 1938, pp. 70 e 75.

³⁵⁷ Idem, Ibidem, pp. 4-5.

³⁵⁸ Idem, pp. 80-83.

³⁵⁹ Cf. “Reorganização e Rearmamento do Exército”, Defesa Nacional, Nº 42, Outubro de 1937, p. 10.

Também ele se debruça fundamentalmente sobre a nova modalidade de defesa e de estratégia militar, decorrente já da estrutura criada com as reformas militares de 1927-1929, que assegurasse a existência de forças de cobertura e de divisões de linha como reforço quase imediato das primeiras, suportadas pela reserva criada com a mobilização que interviria posteriormente, coberta como estava pelas primeiras unidades.³⁶⁰ Curiosamente, o autor deste último texto encontra alguma continuidade entre as sucessivas reformas de 1911, 1927 e 1937. Todos os textos afirmavam o ideal do serviço militar geral obrigatório, que emergira fundamentalmente com a primeira das referidas reformas.³⁶¹ Essa perspectiva do autor reflecte no âmago o prisma central porque perpassara a discussão propriamente estratégica da reforma de 1937,³⁶² na confluência da afirmação do ideal do serviço militar geral obrigatório, confrontaram-se as correntes maximalista e minimalista sobre a reforma da força militar. Os custos do prisma maximalista tinham feito emergir uma corrente minimalista, a que servia a perspectiva do Presidente do Conselho, que jamais tendo optado por outro tipo de serviço militar, de custos pesadíssimos na mesma, tinha pretendido mitigar a latitude do serviço militar geral e do tempo de permanência nas fileiras, em nome da restrição financeira.

Seria contudo exagerado pensar-se que fora o sucesso da corrente minimalista que despertara a instabilidade militar nos fins de 1937 e princípios de 1938. Não é credível que tal tivesse sucedido por tal efeito, tanto mais que a diminuição das unidades era apesar de tudo pequena,

³⁶⁰ Álvaro Ferreira dos Passos, “A nova reorganização do Exército”, Revista Militar, Nº 3, Março de 1938, pp. 175-181.

³⁶¹ Idem, pp. 174 e 180.

³⁶² Na Revista de Infantaria surgiu também um breve texto sobre as reformas militares. Cf. A. P. (Armando Paschoá?), “Problemas Actuais – Reorganização Militar”, Revista de Infantaria, Nº 38, Fevereiro de 1937, pp. 94-97. O autor afina pelo mesmo diapasão, relevando o serviço militar geral obrigatório, a evolução tendente à afirmação da nação armada, e os constrangimentos financeiros que obrigam a alguma contenção em relação ao exército ideal.

menos 5 regimentos de infantaria (de 21 para 16), menos 2 regimentos de cavalaria (de 9 para 7), mas aumentavam-se muito ligeiramente os batalhões de caçadores (de 9 para 10) e previa-se a criação de um regimento motorizado de cavalaria. A artilharia ficava com as unidades praticamente intocadas, sendo adaptadas algumas delas a novas missões.³⁶³ O problema era mais o da questão da gestão futura e presente do quadro do corpo de oficiais, que apesar de todas as lamúrias sobre a sua ineficácia e envelhecimento, se levantou mal se apercebeu da latitude das reformas em vista. Foi um problema corporativo, não um problema relacionado com a defesa nacional aquele que o despertou de alguma letargia política. O que estava em jogo era uma questão corporativa, que só confluenciava com a política de defesa nacional porque eram os militares que estava a contestar a reforma nos seus aspectos salariais e de aposentação. Era em última análise uma questão corporativa.

Pode-se salientar que todo o modelo de reforma era efectuado em prol do maior controlo por parte do regime e de Salazar do Exército, mas esse facto não inibe que a questão podendo ser uma questão política ou social, não fosse nos seus parâmetros, uma questão estratégica, a não ser por nela estarem envolvidos os militares, e só nesse estrito sentido.³⁶⁴

³⁶³Sobre a reestruturação do número de unidades orgânicas, Cf. Reformas..., *Op. Cit.*, pp. 70-74 e José Rodrigues Sotta, *As Armas e os Serviços nos últimos 40 anos, 1911-1951 (Compilação e Coordenação)*, Lisboa, 1953, pp. 57-58 e 92-93. A Reestruturação é promulgada pelo Cf. Decreto-Lei 28.401, *Op. Cit.*, pp. 824-827.

³⁶⁴ Se o problema fosse a legislação referente à organização militar e principalmente, se a resistência adviesse dos defensores da tese maximalista, como explicar que a maioria dos que acabaram por até tão tardiamente a defenderem, como Tasso de Miranda Cabral, Luís Pinto Lello, J. Barros Rodrigues ou A. Passos e Sousa, tivessem mantido e tido posteriormente cargos de elevada responsabilidade militar no Estado Novo. Tasso foi Chefe do Estado maior do Exército até 1945, Barros Rodrigues chegou igualmente à chefia do Estado Maior do Exército na sequência da saída de Tasso de Miranda Cabral, tendo-se aí conservado até 1955. Esta questão, por muito importante que fosse para a defesa nacional, era relativamente irrelevante para a questão da primazia política do Exército e para os interesses corporativos da força militar. Não era isso que estava em jogo na instabilidade política de final de 1937, princípios de 1938, mas coisas mais corriqueiras ligadas aos interesses corporativos. Na verdade, nunca durante essa crise o Exército questionou o modelo de regime ou o valor da ditadura. É verdade que o regime provavelmente tombaria se Salazar fosse derrubado, mas essa questão não estava na mesa nesse

Houve contudo um organismo que sentiu de forma de forma mais evidente e crítica a dimensão estratégico-militar da reorganização militar de 1937. Foi a Armada.

2.2.4.5.) A Armada face às Leis de Reorganização do Exército

A aprovação das leis de reorganização do Exército teria representado para a Armada uma dificuldade acrescida à consecução do seu projecto naval. O modelo militar aprovado, mesmo na sua versão minimalista implicava consideráveis dispêndios de recursos financeiros que faltariam para permitir a aquisição de novos meios navais. Principalmente, para a Armada, o projecto militar, virado para a raia e para a defesa avançada conflituava com a sua relação privilegiada com o oceano e com o Império. Em boa verdade, a Armada teria preferido uma força militar mais pequena com fins de cooperação militar internacional e missões de carácter expedicionário, com objectivos de defesa continental limitados à defesa do Porto de Lisboa. Seria provavelmente este modelo que estaria na mente de Salazar aquando da sua polémica com Abílio Passos e Sousa, mas o ditador teria tido consciência de não poder apesar de tudo eliminar de uma

inverno de 1937/1938. Seria uma decorrência da instabilidade político-militar, não um objectivo da força militar. Esta questão também explica em parte porque é que era difícil derrubar o ditador. Se o problema era de carreira e não de dimensão político-ideológica, era muito complicado a qualquer potencial conspirador levar a sua vontade de derrube muito longe, porque os riscos de falhar poriam em perigo precisamente o que ele queria defender ou potenciar. Para uma pessoa arriscar tudo, é necessário algo mais transcendental que o seu ordenado ou os ganhos na carreira, na medida em que estes, mesmo quando há empecilhos, podem ser sempre manobrados de dentro do sistema para alcançá-los de outro modo. Para que a conspiração não passasse de uma medida de pressão ou de umas tertúlias de oficiais era preciso algo de grandioso, de transcendente e como era perceptível nos finais dos anos 30, para além de um retorno à odiada I República ou um caminho para o “comunismo” era difícil considerar o derrube do regime como algo racional ou que valesse o risco. No fim, utilizava-se Carmona para pressionar o Presidente do Conselho e ameaçava-se com possibilidades hipotéticas, não com vista a que elas acontecessem, mas para pressionar Salazar a uma atitude mais leve para com os interesses em questão. Este prisma por sua vez obriga a pensar o 25 de Abril como consequência de algo mais que uma questão corporativa, mesmo que tenha sido um problema de carreira o espoletador da contestação militar.

assentada toda a concepção militar sobre a organização do Exército e teria então optado por uma força de serviço geral obrigatório minimalista ou pelo menos mais mitigada. Saliente-se no entanto, que mesmo o projecto de organização militar previsto pela Armada assumia a necessidade de um serviço militar geral, conquanto neste caso, os critérios de admissão pudessem ser fortissimamente selectivos.³⁶⁵

Álvaro Morna, aquando do discussão na Assembleia Nacional dos projectos de reorganização militar não deixou de mostrar alguma circunspecção sobre a lógica estratégica da nova legislação. Assim, começou por questionar qual o enquadramento que os projectos legislativos teriam no que se referia à política de defesa e à política externa.³⁶⁶ O deputado estaria muito provavelmente a questionar como é que face à existência de uma aliança marítima e à importância do Império Português se justificaria uma reorganização militar desta natureza. Porque, segundo ele, a natureza desta reorganização seria de carácter continental. Poderia o governo então garantir que a nossa guerra futura seria de carácter continental (?).³⁶⁷ Ora, continua Álvaro Morna, amiudadamente, circulavam pelas capitais europeias notícias que questionavam a integridade e soberania de Portugal sobre o seu Império. E salientava por fim que a Armada, mantém um quadro pequeno de efectivos, formulado desde em 1892, com um reduzido número de unidades navais de limitado potencial.³⁶⁸

³⁶⁵ Facto que não seria muito difícil, na medida em que como era reconhecido pela Assembleia Nacional, dos 80.000 jovens em idade militar, tão só cerca de 25.000 podiam ser considerados como aptos. A generalização do serviço e o aumento dos efectivos previstos, por exemplo, fez baixar a altura mínima de 1,54 para 1,52 metros. Cf. *Diário...*, 1936/1937, p. 726. O abaixamento da altura mínima para os oficiais deu origem a uma controvérsia, com alguém a lembrar que pela lei anterior, Napoleão jamais poderia ter entrada na carreira militar em Portugal. Idem.

³⁶⁶ Idem, 137ª Sessão, 15 de maio de 1937, p. 734.

³⁶⁷ Idem, Ibidem, p. 736.

³⁶⁸ Idem, Ibidem, p. 735 e 736.

E depois, tendo dado uns malhos no cravo, malhava agora na ferradura, aproximando-se das propostas militares, salientando, até de forma mais papista que o papa, que o ideal para garantir uma cobertura eficaz, exigia na verdade 3 anos de serviço militar geral e cerca de 75.000 efectivos no quadro permanente, o que sendo inviável, o melhor a conseguir seria então o serviço militar de 2 anos e 50.000 homens permanentemente ao serviço. O que lhe parecia inviável era um serviço de um ano, para o qual se encaminhava, com cerca de 25.000 homens no quadro permanente, demasiado pouco para assegurar a cobertura, mesmo considerando a possibilidade de as 5 classe do activo aumentarem em tempo de guerra o efectivo da primeira linha para 142.000 efectivos.³⁶⁹ Há aqui talvez uma lógica capciosa, na medida em que mais do que defender a proposta militar, esteja Álvaro Morna a questionar o valor de uma estratégia³⁷⁰ de carácter continental segunda as suas palavras, visto os meios postos à disposição desta não servirem as suas reais necessidades, decorrendo por conseguinte que esta já está debilitada à partida e já nascera inviabilizada.

Seja como for, a legislação acabou por ser aprovada fundamentalmente nos trâmites definidos pelas directivas do governo. A Armada ressentiu-se desta situação, como se pode deduzir das observações de Álvaro Morna, tanto mais que desde 1935 se batia por uma renovação do projecto de rearmamento naval.³⁷¹ Não deixa de ser assim relevante, que em meados de Janeiro de 1938 o Ministério da Marinha apresente um vasto projecto de retoma do rearmamento naval, programa, que traz não só a proposta de novas aquisições, como toda uma concepção distinta de realidade geopolítica e geoestratégica de Portugal. Segundo o documento, a

³⁶⁹ Idem, Ibidem, p. 737.

³⁷⁰ Relembre-se aqui que a Estratégia nos anos 30 é uma expressão da função militar, pelo que quando se referem à Estratégia, esta deve ser entendida na sua lógica estritamente militar e operacional (Cf. *Infra*, Parte Teórico-Metodológica e I Parte).

³⁷¹ Como foi salientado por António Telo, 1999, pp. 377 e seguintes.

função da Armada visa garantir a neutralidade e valorizar a posição de Portugal, proteger as comunicações e garantir a defesa de Portugal insular, ultramarino e continental. Relembra que Portugal é uma grande nação colonizadora, e o papel central de soberania da Armada (mostrar a bandeira).³⁷² O documento afirmava mesmo uma perspectiva distinta de política externa extravasando as suas bases originais de programa de rearmamento para propor toda uma visão geopolítica e geoestratégica de realidade geográfica portuguesa. Portugal era uma nação atlântica, devendo por isso, manter a aliança com a Grã-Bretanha, cultivar a amizade com a Espanha e reforçar o nosso poderio atlântico, afastando-nos das desordens europeias. O texto lembrava que seguia a nota de Salazar de 1935.³⁷³ Decorria daqui que a função da política naval era a defesa do continente e do ultramar, a protecção das comunicações e a demonstração de soberania, com apoio imprescindível da armada britânica para compensar os poucos recursos portugueses.³⁷⁴

O texto é muito mais que um apelo à retoma da política de rearmamento naval. É uma afirmação de uma visão distinta da política de defesa militar, que deve na óptica dos autores assentar no mar e na ligação com a Grã-Bretanha, na pacificação da fronteira terrestre, ou seja, na menorização da ameaça continental, com a decorrente menorização do papel defensivo do Exército, e da importância portanto da política militar (terrestre). O projecto naval apresentado é por isso também uma crítica ao projecto militar defendido pelo Exército. O texto não o afirma, mas deixa perceber implicitamente que a reforma militar (terrestre) é considerada excessiva pela Armada, assim como demonstra o receio que esta teria de

³⁷² Cf. ANTT/AOS/CO/MA 2, Pasta 1, f. 4. Documento intitulado Projecto de Lei para a efectivação do 2º período da 1ª fase do plano de reorganização das forças navais e aéreas, datado de 15 de Maio de 1937, mas só enviado para o Presidente do Conselho a 18 de Janeiro de 1938 como se demonstra pela nota anexa dimanada do Gabinete do Ministro do Ministério da Marinha, N° Extra.

³⁷³ Idem, f. 13.

³⁷⁴ Idem, Ibidem, f. 17.

ficar com o seu rearmamento inviabilizado ou fortemente condicionado pela reorganização do Ramo irmão. Não deixa contudo de relevar um facto. A visão naval aproxima-se mais da proposição de Salazar sobre a política externa e das suas consequências naval-militares. É provável que Salazar, dispondo de mais liberdade de acção tivesse optado pelo modelo naval de política de defesa, mas o peso do Exército na sustentação do regime era por demais forte para o ditador arriscar a uma oposição total à sua forma de se querer reorganizar. Claro que esta última afirmação fica no campo das hipóteses.³⁷⁵

O projecto previa a construção de numerosas novas unidades e de bases. Completar a base principal de Lisboa, complementada com bases secundárias nos arquipélagos dos Açores (e pontos de apoio também) e Cabo Verde. Propunha ainda adquirir 3 contratorpedeiros, 2 submarinos, 2 avisos, 2 vedetas torpedeiras, 2 navios lança-minas, 5 lanchas de fiscalização, 1 navio hidrográfico, 1 petroleiro e várias esquadrilhas de aviões.³⁷⁶ O texto acentuava a importância de avançar celeremente com novas construções, visto que o seu atraso faria perigar a homogeneidade da força naval a constituir.³⁷⁷ Para valorizar a nossa Armada e a posição do país relevava a importância de adquirir cruzadores, fundamentais na protecção do comércio transoceânico, e que nos valoravam face aos britânicos.³⁷⁸ Considerava a importância das bases como suporte do domínio naval, alicerces da defesa e reflectia sobre a importância para a estratégia naval do porto de Lisboa.³⁷⁹ Ao longo do texto, que não se coíbe

³⁷⁵ Ver-se-á contudo que em breve, Salazar assumiria para si o projecto do Exército, produto de duas pressões, o avassalamento da ameaça continental e a questão das relações entre as forças militares de Portugal e da Grã-Bretanha. De facto, os militares do Exército demonstraram-se muito mais renitentes a ceder às visões sobre a defesa de Portugal dos seus colegas britânicos, o que era excelente para Salazar, que desconfiava de relações excessivamente amigáveis entre oficiais de Portugal e oficiais das potências democráticas.

³⁷⁶ Idem, Ibidem, f. 9.

³⁷⁷ Idem, Ibidem, f. 26.

³⁷⁸ Idem, Ibidem, ff. 29-30.

³⁷⁹ Idem, Ibidem, ff. 40-43.

de apresentar ou de valorar uma determinada política externa, jamais é referido o papel do Exército. É certo que sendo um plano naval, não lhe cabia essa função, mas também era irrelevante então expressar a sua opinião sobre a realidade geopolítica e geoestratégica de Portugal. Contudo, ao longo do texto, o que a Armada pretende afirmar é a expressão atlântica de Portugal e por conseguinte a importância fundamental da marinha de guerra na política de defesa (militar) nacional. Ao apresentar o relatório ao Presidente do Conselho poucos meses após a aprovação das leis de reorganização militar, a Armada procurava mostrar a sua presença e pressionar Salazar a retomar também o programa naval.

O Presidente do Conselho, a braços com a instabilidade militar, e provavelmente não querendo ver mais aumentada as suas dificuldades com as Forças Armadas, abriria os cordões da sua bolsa e apresentaria em Maio de 1938 um programa minimalista de retoma do rearmamento naval.³⁸⁰ Procurando uma desculpabilização ao afirmar que o primeiro período da primeira fase terminara apenas em Outubro de 1937 com o armamento do aviso de 2ª classe João de Lisboa, considerava que apesar de se estar a iniciar o rearmamento do Exército e a instalação da base naval de Lisboa, assim como o reapetrechamento da economia da nação, se assumia também o encargo de retomar o programa naval. Assim, visar-se-ia com a renovação do programa naval adquirir 3 contratorpedeiros, 3 submersíveis, 6 vedetas torpedeiras, 6 lanchas de fiscalização, 1 navio hidrográfico e várias esquadrilhas de aviões.³⁸¹

³⁸⁰ Salazar convocou também o Conselho Superior Militar para analisar o projecto de rearmamento naval. O Major-General da Armada salientou na altura o interesse em criar uma base naval em Lisboa, e eventualmente outra nas ilhas do Açores. Requereu também aviões de longo alcance. A este propósito replicou o Major General do Exército, afirmando da necessidade de evitar duplicação de esforços. A aquisição desses aviões deveria ser pensada em termos de cooperação do Exército com a Armada. Cf. ANTT/AOS/CO/PC 8A, Pasta 6, ff. 245-247. Documento Dactilografado, Acta Nº 3 do Conselho Superior Militar, datada de 2 de Maio de 1938.

³⁸¹ Cf. Colecção da Legislação Portuguesa, 1954 (1938), 1º Semestre de 1938, DL 28.630 de 2 de Maio de 1938, pp. 573-575.

Era um projecto mínimo, mantendo-se o objectivo de criar uma força anti-superfície,³⁸² agora todavia mais centrada na defesa da metrópole e das ilhas adjacentes, a que não seria estranha a situação de guerra civil no país vizinho e o aumentar de tensão na Europa continental.³⁸³ Os avisos, apesar de requisitados pelos projectistas navais eram desconsiderados na lei, e a força assentavam fundamentalmente na aquisição de meios anti-navio, ou pensados como tal, os contratorpedeiros e os submarinos. As vedetas torpedeiras, também elas novidade na Armada portuguesa, se viessem, eram pensadas à época como meios anti-navio. Pelo objectivo passava também a possibilidade de criar duas flotilhas , uma de contratorpedeiros e outra de submarinos (com dois esquadrões cada de três ou mais navios), para permitir uma acção mais lata em termos operacionais, até então limitada ao nível puramente táctico.³⁸⁴ Assim, em meados de 1938, quer a Armada, quer o Exército tinham redefinido os modelos de organização e rearmamento que consideravam fundamentais. Em ambos os casos, o governo, isto é, Salazar mitigara um tanto os seus projectos (mais no caso da Armada que no do Exército), mas havia apesar disso muito para fazer. A “bola” fora de certo modo passada para o campo militar-naval.

2.3.) À Beira do Apocalipse. A Política Militar-Naval face à Segunda Guerra Mundial

Em meados de 1938, a Europa tremia face à possibilidade da eclosão de uma nova guerra global, em Espanha ainda rangia as trituradoras da

³⁸² Esta perspectiva já foi defendida por Cf. António Telo, 1999, p. 378.

³⁸³ O que justificava também em parte a viragem continentalizante da política de defesa militar.

³⁸⁴ Cf. Diário..., 1937/1938, pp. 842-PP e 842-QQ. Esta última ideia explicava a ideia de abandonar o cruzador. Só uma unidade teria uma dimensão operacional limitada. Sendo uma só unidade, ficava com a sua capacidade de acção mais constrangida em termos do tipo de empenhamentos e de operações militares que poderia fazer. Ademais, durante os períodos de descanso da tripulação e de revisão do material a unidade estaria inactiva, e a Armada, não havendo na frota um substituto, ficaria sem dispor da sua principal unidade (idem).

morte e da destruição, a guerra civil caminhando para o seu terceiro ano. A situação em Portugal era difícil, principalmente porque uma guerra global europeia poderia ter efeitos devastadores na situação da Península Ibérica num momento em que a vitória do campo nacionalista parecia estar cada vez mais assegurada.³⁸⁵ Esta situação tornava premente o rearmamento das forças armadas portuguesas, situação tanto mais facilitada quando com as reformas de 1937, a armadura superior da defesa militar nacional fora praticamente toda ela completada e estruturada.

É talvez conveniente observar que se a pressão continental favorecia uma viragem epiocrática da política de defesa, esta não era central na sua modelagem. Na verdade, o problema estratégico tal como era antevisto pelos teóricos do Exército ou da Armada, era em boa medida um facto estrutural, isto é, relativo à geopolítica e à geoestratégia, não às conjunturas das relações internacionais. Estas podiam ser mais ou menos favoráveis a determinada política de defesa militar, mas não a conformavam, porque as grandes linhas mestras da política militar (terrestre) e da política naval eram reflexo de prismas de longa duração,³⁸⁶ geográficos-históricos, não das evoluções, acontecimentos e conjunturas, conquanto estas pudessem ajudar e facilitar a escolha de determinada via. De facto a política de defesa

³⁸⁵ A crise da checo-eslováquia marcaria o Verão em Espanha, do mesmo modo que a batalha do Ebro. Esta última fora antevista pelo governo de Madrid como visando fazer prolongar a Guerra até a uma intervenção salvífica para a República Espanhola das potências democráticas. Neste sentido, entroncava na esperança dos republicanos espanhóis o desenrolar da crise checa, que desencadeando a guerra na Europa, significasse que poderiam então contar com a ajuda anglo-francesa. Temendo o isolamento e o cerco, Franco teria tentando preservar as suas costas negociando um acordo de amizade com Lisboa, mas Salazar não replicara, pelos efeitos que poderia significar na aliança com a Grã-Bretanha. Sobre estes assuntos, Cf. Charles R. Halstead, “Spanish Foreign Diplomacy – 1936-1978”, in James Cortada, ed., Spain in the Twentieth Century – Essays on Spanish Diplomacy, 1898-1978, Westport, 1980, pp. 51-52.

³⁸⁶ Num sentido bem Braudeliano do termo. Segundo Fernand Braudel, por estrutura pode entender-se “uma organização, uma coerência, relações suficientemente fixas entre realidades e massas sociais (...); uma arquitectura; mais ainda, uma realidade que o tempo demora imenso tempo a desgastar e a transportar (...). Mas todas elas (...) apresentam-se como limites (envolventes no sentido matemático) dos quais os homens e as suas experiências não se podem emancipar”. Cf. Fernand Braudel, “A Longa Duração”, História e Ciências Sociais, Lisboa, 1982, p. 14.

militar, como já se observou, estruturava-se, na Armada, no facto de Portugal ser uma nação oceânica e imperial e na velha aliança com a Grã-Bretanha, e no Exército, na problemática da extensa fronteira raiana e na vizinhança da Espanha. Estes eram factos de muita longa duração e permanência, não efeitos das conjunturas e dos acontecimentos do momento (Cf. *Infra*, I Parte).

Seja como for, o reequipamento do Exército não era simples, visto os limitados recursos nacionais obrigaram a que o grosso do armamento tivesse de vir do estrangeiro, não só em armas, mas também na remodelização das fábricas de material de guerra existentes no país. Ora, tendo em conta a situação internacional e os interesses e alinhamentos de Portugal com o exterior, seria limitado o número de países de onde se poderia adquirir material de guerra. A questão do rearmamento e da defesa militar de Portugal passava também pelos contactos com os britânicos e os apoios que a Grã-Bretanha pudesse fornecer, tanto mais que deles e dela se devia esperar sempre o suporte último à independência de Portugal.

2.3.1.) A Estratégia de Defesa Militar Terrestre-Naval Nacional e as Negociações com a Missão Militar Inglesa

A questão do rearmamento passava também então por uma questão de política externa e por uma questão de diplomacia, isto é, de negociação de facilidades de aquisição que permitissem um mais fácil e menos dispendioso rearmamento das Forças Armadas portuguesas. Isto passava fundamentalmente por negociações com a Grã-Bretanha sobre o rearmamento português. Porém, a Guerra Civil Espanhola produzira alguma tensão nas relações entre Portugal e a Grã-Bretanha, pelo apoio dado por Salazar a Burgos, apoio algo encapotado, é certo. Não obstante, para princípios de 1938 a situação evoluíra favoravelmente para Portugal,

visto que com o triunfo cada vez mais certo das forças de Franco na guerra civil, e o reconhecimento dessa realidade pelo governo da Grã-Bretanha,³⁸⁷ estar facilitada uma efectiva reaproximação luso-britânica com vista a morigerar a força do eixo italo-germânico em Espanha.³⁸⁸ É neste contexto que desde finais de 1937 se dá uma aproximação da Grã-Bretanha e de Portugal, um aquecimento das relações até então um pouco esfriadas, e se considera a utilidade de iniciar-se negociações com os meios militares britânicos, derivado do papel da aliança na defesa de Portugal e das necessidades em se proceder ao rearmamento do Exército e a prosseguir o apetrechamento da Armada.³⁸⁹

³⁸⁷ Só com o reconhecimento pela Grã-Bretanha do governo de Burgos como legítimo representante da Espanha é que Portugal reconheceria oficialmente o governo de Franco. Entretanto, desde Janeiro de 1938 que o alto representante português, reconhecido como enviado português, o Agente Especial Pedro Teotónio Pereira, camuflava uma verdadeiro embaixador luso em Burgos. Cf. César Oliveira, 1987, pp. 328-334.

³⁸⁸ Sobre as relações entre Portugal e a Grã-Bretanha durante a Guerra Civil Espanhola há já uma razoável quantidade de obras. Vejam-se por exemplo, Cf. António Telo, Portugal na Segunda Guerra, Lisboa, 1987, pp. 28-38. Também, Pedro Aires Oliveira, Op. Cit., pp. 175-192.

³⁸⁹ Já em Março de 1937 salientara Armindo Monteiro, então embaixador de Portugal na Grã-Bretanha, a conveniência de cultivar os meios militares britânicos, que conheciam mal os seus homólogos portugueses e em geral lhes eram desfavoráveis. Cf. Ministério dos Negócios Estrangeiros, Dez Anos de Política Externa (1936-1947). A Nação Portuguesa e a Segunda Guerra Mundial, Lisboa, Lisboa, 1961, 1º Vol., p. 39. Como se poderá ver, as conversações de 1938 não terão concertado favorecido a imagem das Forças Armadas portuguesas aos olhos dos militares britânicos. A proposta para o envio de uma missão militar britânica a Portugal teria partido oficialmente de Anthony Eden a 29 de novembro de 1937, mas segundo Pedro Aires Oliveira, esta ideia fora apresentada àquele por Armindo Monteiro em Abril de 1937. Na realidade, em 20 de Julho de 1937 Armindo Monteiro enviara uma longa missiva a Sir Robert Vansittart onde valorizava as posições de Portugal e o valor de Portugal para a Grã-Bretanha. Nesse texto, Armindo Monteiro analisava o valor estratégico da costa portuguesa, do porto de Lisboa, de Lagos, dos Açores e de Cabo Verde, do porto do Lobito para as comunicações oceânicas do Império Britânico, observando ainda que derivado do alcance dos novos meios aéreos, a protecção dessas linhas de comunicação tinham ainda tornado mais imprescindível o território metropolitano português. Nesse sentido, a questão do rearmamento e da defesa militar de Portugal devia ser questão essencial para a Grã-Bretanha. Esta missiva encontra-se em Cf. AHDMNE, Maço 70, Armº 47, Proc. Nº 39,1, 2º Piso, texto em inglês, dactilografado, data manuscrita de 20 de Julho de 1937 dirigido a Sir Robert Vansittart assinado por Armindo Monteiro. A 23 de julho A.Monteiro enviou uma cópia dactilografado, traduzida em português do mesmo a Salazar. A Missão Militar Inglesa acabaria por estar em Portugal de Fevereiro a Dezembro de 1938, tendo a sua estadia sido entrecortada por um retorno à Grã-Bretanha para consultas. Sobre este assunto, Cf. Pedro Aires Oliveira, Op. Cit., pp. 180-181 e Fernando Castro Brandão, História Diplomática de Portugal, uma cronologia, Lisboa, 2002, p. 313.

É preciso contudo reconhecer que o processo de rearmamento do Exército já começara, face aos engulhos que inicialmente o apoio dado por Salazar a Franco gerara em Londres. Lisboa, para não ficar à espera da boa vontade britânica, optara por adquirir material de guerra noutros países. António Telo fala então de um período alemão da política de rearmamento, começado em 1936 e que se prolonga até 1942, mais pelos enormes dificuldades que impediram até essa data a Grã-Bretanha de rearmar efectivamente as Forças Armadas portuguesas.³⁹⁰ É nesse período que é adquirida a capacidade técnica para fabricar as mausers que equiparam o Exército e outras forças da ordem até inícios dos anos sessenta. Com efeito, segundo o historiador já referido, em 1937 é assinado um contrato com a Mauser que prevê o fornecimento de 100.000 espingardas, quase todas a montar em Braço de Prata com os componentes de aço importados. Este contrato possibilita assim também o reequipamento das fábricas de Braço de Prata e Chelas.³⁹¹ Além disso, são previstos contratos para a compra de artilharia.³⁹²

Mas o problema da defesa de Portugal não passava só pelo rearmamento do Exército e da Armada, mas também pela aliança com a Grã-Bretanha, visto jamais se ter sequer imaginado trocar esta por uma aliança com a Alemanha ou qualquer outra potência europeia.³⁹³ Neste

³⁹⁰ Cf. António Telo, 1996, pp. 156-159.

³⁹¹ Idem, p. 158. Veja-se também Cf. ANTT/AOS/CO/GR 3, Pasta 3, f. 281 e ANTT/AOS/CO/GR 3, Pasta 7, ff. 660-662. É referida também a compra de 20.000.000 cartuchos. A documentação aqui contida parece ter origem no Ministério dos Negócios Estrangeiros, sendo provável que muita dela tenha sido publicada na obra *Dez Anos de Política Externa* do mesmo ministério. Saliente-se que mais 50.000 mausers seriam adquiridas em 1941.

³⁹² Cf. António Telo, 1996, p 158.

³⁹³ Na realidade, era ideia assente na diplomacia e na política externa portuguesa que em caso de conflito, Portugal participaria necessariamente ao lado da Grã-Bretanha. Em 1935, decorrendo de instruções emanadas de Lisboa, fazia chegar o embaixador português às autoridades britânicas a ideia de que para o rearmamento da força armada portuguesa, era aconselhável adoptar material de guerra inglês, visto a futura cooperação entre as Forças Armadas de ambos os países, ligados por laços políticos, ficar assim melhor assegurada e mais facilmente regulada, garantindo aos militares portugueses um continuo fluxo de armas e munições. Cf. AHDMNE, Maço 71, Armº 47, Procº Nº 47, 2º Piso, Carta do Embaixador de Portugal, Rui Ennes Ulrich ao Ministro dos Negócios Estrangeiros datada de 1935. Neste particular caso, visava-se que a Grã-

sentido, as compras de armamento à Alemanha são no máximo uma forma de pressão ou de demonstração da independência de Portugal face à Grã-Bretanha.³⁹⁴ Seria a margem de independência possível, porque em caso de conflito sério e ameaçador para Portugal a aliança com a “velha aliada” era incontornável. Por isso as conversações entre as Forças Armadas dos respectivos países ultrapassavam a mera questão do rearmamento para se incrustar na racionalidade da defesa militar de Portugal, ou seja, que modalidade de estratégia militar de defesa, tendo em conta o provável apoio inglês.

A chegada da Missão Militar Inglesa (MMI) a Portugal fora procedida de uma estranha negociação tripartida, por um lado entre o governo de Lisboa e o governo de Londres e por outro lado, e por entremeio, entre Armindo Monteiro e Oliveira Salazar. Salazar recearia que a MMI acabasse por ser permanente e desejasse superintender a reorganização do Exército.³⁹⁵ Este prisma demonstra a origem das dificuldades de Salazar em aceder à vinda da MMI. Salazar receava que esta, imiscuindo-se na política de defesa nacional a quisesse controlar, delimitando por seu turno o poder do governo de Lisboa em definir a sua própria política militar. Mas há mais, no sentido, em que como veremos, Salazar e Tasso de Miranda Cabral compactuam da recusa radical de retorno à experiência das Guerras Peninsulares, onde a força militar portuguesa acabara por ser comandada pelo exército britânico numa situação de clara subordinação e de desigualdade efectiva entre os denominados aliados. Deriva desse receio a proposta de directiva de L.

Bretanha facilitasse a aquisição de espingardas Lee-enfield e granadas Mills para a Armada. O que interessa contudo relevar é a afirmação inicial do embaixador da absoluta racionalidade de ambos os exércitos de ambas as nações terem armamento conjunto, tendo em conta os laços políticos existentes, a aliança luso-britânica.

³⁹⁴ Segundo Pedro Aires Oliveira, Salazar teria salientado o interesse em diversificar a origem do armamento das FA portuguesas com vista à afirmação de uma maior independência de Portugal relativamente a Londres. Cf. o autor, *Op. Cit.*, p. 180.

³⁹⁵ Cf. ANTT/AOS/CLB/MMB 2 – Processo 2, Pasta 3, N° 2, Carta de Salazar a A. Monteiro, 22 de Setembro de 1937.

Teixeira de Sampaio de considerar a vinda da MMI segundo o modelo já utilizado pelos britânicos com os belgas e os franceses. Seria então uma missão sem carácter político, sem competências políticas, a não ser a demonstração de amizade e cortesia, mas visando uma aposta na colaboração militar, na troca de adidos e de impressões, e nas missões de estudo.³⁹⁶

A Grã-Bretanha aceitou as condições de Portugal. A MMI teria uma função politicamente demonstrativa de afirmação do estreitamento dos laços de amizade, sendo tão só uma missão exploratória de criação de contactos pessoais entre as autoridades militares de Portugal e da Grã-Bretanha, com vista ao esclarecimento das facilidades que as Forças Armadas Britânicas desejariam ter em Portugal e às possibilidades de equipar e apetrechar as forças militares e navais portuguesas.³⁹⁷ Uma inconfidência de um jornal britânico teria levado Salazar a adiar a vinda da MMI nos fins de 1937. Salazar também recusara a expressão “exploratório” afirmando que a MMI não era o preliminar de nada.³⁹⁸ Seja como for, Londres aquiesceu a todos os parâmetros que Portugal desejava que fossem considerados,³⁹⁹ acabando por aceitar o projecto de A. Monteiro sobre o enquadramento da vinda da MMI a Portugal: I) Estabelecimento de contactos pessoais, incluindo missões de estudo, cursos nas escolas militares respectivas, estudos e experiências com material de guerra; II)

³⁹⁶ Cf. ANTT/AOS/CLB/MMB 2 – Processo 2, Pasta 3, Nº 2, Apenso à carta de Salazar a A. Monteiro, ofício Nº 83 de 22 de Setembro de 1937. Para Salazar, 3 pontos delimitavam a vinda da MMI: 1) Contactos e aproximação com o exército português; 2) Conversas acerca de pontos de trabalho comuns; 3) Estudo de bases para uma mais larga cooperação militar entre os dois países.

³⁹⁷ Cf. ANTT/AOS/CLB/MMB 2 – Processo 2, Pasta 3, Nº 4, Carta de A. Monteiro a Salazar, de 15 de Outubro de 1937.

³⁹⁸ Cf. ANTT/AOS/CLB/MMB 2 – Processo 2, Pasta 3, Nº 8, Carta de Salazar a A. Monteiro de 31 de Outubro de 1937.

³⁹⁹ CF. ANTT/AOS/CLB/MMB 2 – Processo 2, Pasta 3, Nº 10, Carta assinada por George Mounsey para o governo português de 30 de Novembro de 1937.

Facilidades da Grã-Bretanha em Portugal; III) Comparação e apetrechamento dos exércitos britânico e português.⁴⁰⁰

Salazar fizera entretanto convocar o Conselho Superior Militar para definir os parâmetros sobre os quais deviam assentar as conversações entre as missões militares. Salientou que as conversações visavam fundamentalmente analisar e estudar aspectos técnicos, e assentavam em três pontos: I) Estabelecimento de contactos pessoais e nomeação de adidos residentes; II) Estudo de medidas com vista a melhorar as facilidades concedíveis à Grã-Bretanha; III) Exame da actual organização e equipamento dos exércitos britânico e português. Acentuava no fim que os trabalhos a desenvolver não envolviam compromissos nenhuns.⁴⁰¹ Como se pode observar, as indicações dadas aos técnicos militares portugueses eram as mesmas que A. Monteiro apresentaria em Londres e seriam aceites pelo governo de Londres.

Em Janeiro de 1938 na decorrência da preparação da vinda da MMI a Portugal, por sua vez, os negociadores militares portugueses apresentam a Salazar uma memória onde definiam os parâmetros daquilo que as Forças Armadas desejavam ver negociado com os militares britânicos. Esta Memória decorre de uma reunião preparatória que Salazar e Santos Costa teriam tido com os militares portugueses que participariam nas conversações com os seus homólogos britânicos. Nesta reunião, havida nos dias 17 e 18 de Janeiro de 1938, o Ministro da Guerra teria entregue aos militares portugueses uma série de documentos relativos às conversações entre a Missão Militar Portuguesa (MMP) e a MMI.⁴⁰² O texto apresentado

⁴⁰⁰ Cf. ANTT/AOS/CLB/MMB 2 – Processo 2, Pasta 3, Nº 12 e Nº 16, Carta de A. Monteiro de 16 de Dezembro de 1937 e resposta britânica de 22 de Janeiro de 1938.

⁴⁰¹ Cf. ANTT/AOS/CO/PC 8A, Pasta 6, Acta do Conselho Superior Militar de 10 de Janeiro de 1938, ff. 236-238.

⁴⁰² Apesar de se ter tentado fazer uma leitura sistemática do material relativo ao Ministério da Guerra nos ANTT/AOS, não se encontraram referências à documentação entregue à MMP. De qualquer modo, o texto da Memória permite fazer uma apreciação razoável do que dizia a documentação fornecida.

reflecte em geral uma particular suspicácia face à relação tradicional da Grã-Bretanha com Portugal e a possíveis desvios da aliança com vista a defender apenas as posições britânicas. Assim, começa por salientar que a redacção do Art.º 13 do tratado de 1642, transcrito na íntegra no Tratado de Windsor é tão imprecisa e vaga que quase não dá garantias sobre a integridade territorial portuguesa.⁴⁰³

Surgia em toda a sua plenitude a ideia de que à Grã-Bretanha só interessavam os seus próprios objectivos e que a salvaguarda do território continental português era irrelevante para ela. O próprio Salazar parecia fazer eco destas críticas quando em 25 de Janeiro de 1938 desabafava numa carta provavelmente endereçada a A. Monteiro sobre o facto de à velha aliada só interessarem as bases e a defesa de costa de Portugal, mas não a sua integridade territorial e a defesa terrestre metropolitana do país. Para nós, salientava, só mais encargos, sem benefícios, nem comprometimentos do governo da Grã-Bretanha.⁴⁰⁴ Este prisma demonstra, que para além da provável pouca vontade de Salazar em ter um terceiro e poderoso elemento a influenciar a opinião dos militares portugueses, havia também de forma mais evidente, o peso da história da aliança com a Grã-Bretanha, um receio de subordinação, a que a experiência das Guerras Peninsulares e o Ultimatum não deviam ser alheios.

Para os militares portugueses, de acordo também com a perspectiva do governo, o interesse da Grã-Bretanha por Portugal advinha da segurança que a costa de Portugal dava às linhas de comunicações marítimas no Atlântico e da proximidade e suporte à ligação Mediterrâneo-atlântica, o que justificava a recusa inglesa de absorção pela Espanha do país. Ora, se isso acontecesse, o poderio espanhol seria fortíssimamente acrescido,

⁴⁰³ Cf. ANTT/AOS/CLB/MMB 1 – Processo 2, Pasta 2/1, Anexo D), Memória (elaborada pela MMP-CSM com visita às negociações com a MMI) datada de 29 de Janeiro de 1938, f. 439, p. 2 da Memória. A partir daqui surgirá tão só a referência núcleo arquivístico seguido da palavra memória.

⁴⁰⁴ Cf. ANTT/AOS/CO/GR 3 – Pasta 3, f. 559.

tornando-se o terceiro império a nível mundial capaz de disputar a hegemonia dos mares à Grã-Bretanha.⁴⁰⁵ Esta afirmação é reveladora da concepção geopolítica e geoestratégica dos militares lusos, entranhados numa época distinta da que viviam, percepcionando a realidade mundial como se ainda se estivesse no século XVIII ou nos princípios do século XIX. O domínio dos mares era a chave da hegemonia mundial,⁴⁰⁶ e bastava tão só um império para que do nada a unidade ibérica fosse capaz de contestar à Grã-Bretanha o poder oceânico, como se toda a dimensão tecnológico-industrial fosse irrelevante para uma ascensão ao poderio global. Nem a ascensão do poder germânico, sociedade sem colónias e sem império, mas sem dúvida o mais forte Estado europeu, os fizera pensar que o fundamento do poder internacional era distinto do que fora em séculos anteriores, e já não se baseava em domínios imperiais.⁴⁰⁷ No fundo, este prisma reflecte as incapacidades de uma sociedade cultural e tecnologicamente atrasada em compreender as profundas transformações porque estava passando o centro do poder mundial.

A situação geográfica da Península Ibérica faziam dela a base de invasão da Europa (pelos EUA) ou da Espanha (pela Grã-Bretanha) pelo que Portugal deveria precaver-se defensivamente contra qualquer destas eventualidades. Era essencial que fosse considerada a importância de Portugal como base de operações terrestres contra a Espanha, como

⁴⁰⁵ Cf. ANTT/AOS/CLB/MMB 1, Processo 2, Pasta 2/1, Anexo D, Memória, ff. 441-442, pp. 4-5.

⁴⁰⁶ Dos séculos XVI ao XVIII, em sociedades ainda assentes numa agricultura extensiva e de baixo rendimento, a diferenciação e multiplicação de riqueza emergia da pluralidade de produtos que uma dada socialidade era capaz de dominar. Quanto maior o domínio de mais áreas ecológicas, maior a pluralidade de produtos agrícolas e matérias primas intercambiáveis, e por conseguinte, maior a riqueza e o poder. Foi esta realidade que explica em boa medida a importância da triologia colónias, comércio, marinha. A revolução tecnológica e industrial ao endogeneizar as fontes de poder esvaía progressivamente os mecanismos de poder das sociedades de antanho. Uma análise sistemática e fundamentada desta interpretação encontra-se em Cf. António Paulo Duarte, 2003, pp. 132-138 e 204-213.

⁴⁰⁷ Em boa verdade, pode-se dizer que com a Revolução Industrial, o Império é sequência do poder económico, enquanto antes, o poder económico era sequência do Império.

aconteceu no tempo de Wellington onde a situação se tornou “imprópria da nossa dignidade pessoal e colectiva”.⁴⁰⁸ Não nos pudemos esquecer que à altura lavrava em Espanha a guerra civil. Mas a questão que aqui se levanta, é mais importante que a possibilidade de uma intervenção inglesa no contexto da Guerra Civil Espanhola. Pela mente dos seus autores, o que está em causa é a referência ao passado, às Guerras Peninsulares e o atentado à dignidade do país que fora o “consulado” político-militar wellingtoniano-beresfordiano.⁴⁰⁹ Para os autores da memória, essa triste realidade de um exército comandado por oficiais militares estrangeiros e subordinado a interesses não nacionais parecia ser um anátema a não reproduzir. Era uma suspicácia fundamental a ter em conta nas conversações subsequentes. Neste contexto há até quase uma inversão na conceptualização da real ameaça à integridade nacional, não a Espanha, mas a Grã-Bretanha, tamanha é a suspicácia face aos interesses que estariam por detrás do suposto apoio inglês.

Entra-se então nos pontos a lidar com a MMI. Para os autores da memória, os objectivos da Grã-Bretanha seriam os de obter facilidades e conhecer o real potencial militar português. As facilidades deveriam por sua vez de ter em conta as reais necessidades portuguesas, pelo que Portugal deveria fazer pagar à Grã-Bretanha o máximo que se pudesse conseguir para que esta tivesse acesso a elas. No segundo caso, seria de máxima utilidade forçar os britânicos a um compromisso com o equipamento dos licenciados portugueses, assumindo-se contudo a

⁴⁰⁸ Cf. ANTT/AOS/CLB/MMB 1, Processo 2, Pasta 2/1, Anexo D, Memória, ff. 444-445, pp. 7-8.

⁴⁰⁹ Para diversos autores conotados com os ideais do regime, o século XIX significara outra vez a perda da independência. Franco Nogueira dá na sua obra *as Crises e os Homens*, ao capítulo que lida com os acontecimentos da primeira metade do século XIX o título de *Nova Perda da Independência*. Cf. Franco Nogueira, *Op. Cit.*, pp. 159 e ss.

utilidade de o armamento das forças de ambos os países serem similares para facilitar a sua ligação.⁴¹⁰

Subsequentemente, entra-se nos detalhes elaborados pelo embaixador português em Londres, de acordo com sugestões de Sir George Mounsey da *Foreign Office*. São consideradas de utilidade os cursos em escolas militares, principalmente se a agregação for feita para estudo e treino, mas só se justifica, na óptica dos autores, o estudo e a experiência com material se este for o adoptado para o Exército português. O texto releva por seu turno, que Portugal não tem nenhuma base naval digna do nome, podendo contudo, os nossos portos do mar serem de excepcional vantagem para os navios de guerra ingleses, devendo aproveitar-se a oportunidade para transformar Lisboa numa grande base naval, para o que seria necessário considerar a sua defesa, visto a artilharia costeira existente estar ultrapassada com peças de alcance muito limitado, na ordem dos 12 quilómetros. É depois referida a utilidade de construção de outras bases navais, apesar de serem muito caras, em Lagos, face a Cádiz, nos Açores, na Horta, Funchal e São Vicente.⁴¹¹ Este último ponto, mais naval, centra-se nos interesses demonstrados pelos ingleses, o da utilização de facilidades e de bases navais nos territórios portugueses. É assim, de forma algo inconsciente, distinguido no texto da memória o que mais interessava aos portugueses, a segurança do território metropolitano, daquilo que mais era valorizado pelos ingleses, as posições marítimas portuguesas.

A memória terminava com uma análise da geografia militar portuguesa, que é interessante pelo que revela da consciência das condições geoestratégicas de Portugal em 1938 e das tensões/contradições que essa mesma situação tinha na política militar e naval do país. Geograficamente o país dividia-se entre uma dimensão marítimo-naval disseminada pelo

⁴¹⁰ Cf. ANTT/AOS/CLB/MMB 1, Processo 2, Pasta 2/1, Anexo D, Memória, ff. 450-452, pp. 13-15.

⁴¹¹ Idem, Ibidem, ff. 453-459, pp. 16-21.

Atlântico com duas grandes posições fundamentais, Lisboa, principal porto e objectivo do inimigo e os Açores, como eixo das geo-comunicações marítimas e aéreas da Europa Atlântica e escala entre a Europa e a América, e uma nesga territorial metropolitana muito vulnerável à aviação.⁴¹²

Para a Grã-Bretanha, o interesse centra-se na eixo Lisboa-Açores, eixo das suas manobras navais, e instrumento central das suas geo-comunicações marítimas. Derivado do poder da aviação, as posições de Gibraltar e Malta são muito vulneráveis, pelo que o interesse da Grã-Bretanha pelos Açores aumentaria. Mas as posições portuguesas eram vulneráveis face às posições espanholas.⁴¹³ Havia no entanto, o receio de que a Grã-Bretanha procurasse equipar segundo os seus interesses as nossas potencialidades navais, isto é facilitasse a aquisição de materiais para as bases em detrimento do fornecimento de mais navios.⁴¹⁴ Neste ponto, o texto demonstra outra vez o receio dos portugueses de que os britânicos sirvam-se do território português, e defendendo os seus interesses, não salvaguardem os de Portugal. Esta última parte, que pelas suas características deve ser dimanada de um órgão naval, não deixa por sua vez de revelar algumas das contradições centrais da política de defesa militar-naval da década. Esta é saliente no facto de reconhecida a ameaça que a Espanha representa para a defesa da base/porto de Lisboa e de inibição à utilização das bases atlânticas, nada ser referido sobre a defesa terrestre das mesmas posições, principalmente da referida à capital. Mais o mais revelador das difíceis circunstâncias da negociações seria a suspeita

⁴¹² Idem, Ibidem, ff. 465-468 (despaginado).

⁴¹³ Idem, Ibidem, ff. 469-474 e 479-480 (despaginado).

⁴¹⁴ Idem, Ibidem, f. 483 (despaginado).

com que os militares lusos partiam para as conversações com os seus homólogos britânicos.⁴¹⁵

Após algumas conversações iniciais, a MMI e a MMP dividir-se-iam em três secções parcelares, terrestre, naval e aérea. Para uma análise do prisma português às conversações na secção terrestre cingir-nos-emos aos relatórios de Tasso de Miranda Cabral, o chefe da MMP no caso dessa mesma secção. Além disso, aproveitar-se-á algumas actas sobre as mesmas reuniões encontradas apenas aos relatórios da MMP. No mínimo, pode dizer-se que as conversações das duas missões teriam tido alguns momentos de forte crispação e revelaram da parte de Tasso de Miranda Cabral fortes suspeitas sobre os reais objectivos da missão inglesa.

Tasso de Miranda Cabral começou por salientar os objectivos do Exército em constituir uma força de 18 divisões, afirmando depois que Portugal se debatia de facto com exíguos recursos financeiros para as equipar. Nesta altura, Portugal iniciara a reorganização do Exército, prevendo-se uma força de 6 divisões,⁴¹⁶ insuficiente para resistir a uma ofensiva militar espanhola devido ao poder militar deste país. Propunha então que a Grã-Bretanha equipasse os segundos e terceiros escalões ou os substituísse por forças originárias das ilhas britânicas.⁴¹⁷ A delegação britânica não responde logo a estas requisições e busca ganhar tempo analisando outros pontos em agenda. De facto, os britânicos propõem-se tomar conhecimento dos planos defensivos portugueses, facto que Tasso de

⁴¹⁵ A 18 de Fevereiro de 1938, o Conselho Superior do Exército voltaria a ser convocado por Salazar, para de novo tratar da vinda da MMI a Portugal. Salazar reacentuaria os aspectos puramente técnicos da missão. Cf. ANTT/AOS/CO/PC 8A, pasta 6, Acta do Conselho Superior Militar de 18 de Fevereiro de 1938, ff. 241-242.

⁴¹⁶ Como foi já referido, o Exército só contaria com 4 divisões, de acordo com a Lei 1960. Tasso acrescenta-lhe mais duas, considerando que a combinação das forças do GML formariam uma quinta e uma sexta seria formada por forças da reserva. No entanto, na reunião do Conselho Superior Militar de 2 de Maio de 1938, o Major General do Exército, (Morais Sarmiento) afirmara que Portugal dispunha de tão só 4 divisões. Cf. ANTT/AOS/CO/PC 8A, Pasta 6, Op. Cit., f. 245.

⁴¹⁷ Cf. ANTT/AOS/CLB/MMB 2, Processo 2, Pasta 2, ff. 294-296, pp. 116-118. Relatório de Tasso de Miranda Cabral de 31 de Outubro de 1939.

Miranda Cabral recusa, afirmando tratarem-se estes de documentos secretos.

São então postas na mesa as questões relativas aos cursos de oficiais portuguesas na Grã-Bretanha e às missões de estudo com vista a análise do material de guerra inglês. Tasso de Miranda Cabral consegue no meio destas discussões ter uma das mais espantosas visões de irrealismo que se devem ter tido nas conversações. Mostra-se claramente incomodado com a questão da ida de dois oficiais portugueses à Grã-Bretanha para efectuar o curso de estado maior e salienta a falta de um grande número de oficiais desse quadro, só metade do que corresponderia ao efectivo oficial. Então, quando questionado sobre o interesse da ida de dois oficiais portugueses para fazer o curso de estado maior na Grã-Bretanha, replicaria afirmando que aquele curso com a duração de ano e meio era claramente inferior ao português, quer no tempo de duração, três anos, quer na amplitude das disciplinas curriculares.⁴¹⁸ Era assim o estado em que se iam prosseguindo as conversações, e não se entrara ainda no sumo da questão, a defesa militar de Portugal continental.

Esta viria mais para a frente. E seria motivo para grossa dissensão na medida em que os militares britânicos propuseram, derivado dos limitados recursos portugueses, uma defesa recuada, cobrindo essencialmente Lisboa. De facto, após estudarem os planos fornecidos pelos portugueses, e deixando-os explicar o seu projecto, começaram a questionar os seus fundamentos. Apontaram os exíguos efectivos de vigilância da cobertura disponíveis em tempo de paz, tão só sete batalhões de caçadores, situação tão ou mais grave quando as divisões de reserva precisavam de ver os seus efectivos completados,⁴¹⁹ e acentuaram a fraca dotação orgânica das

⁴¹⁸ Idem, ff. 299-300, pp. 121-122.

⁴¹⁹ Cf. AHM, Fundo L. Pinto Lello, 15º Divisão, 6ª Secção, Caixa 290, Nº 53, pp. 19-22. Actas das Conversações entre a MMI e a MMP, Secção Militar, datado de 15 de Junho de 1938 e pp. 1-17 de 26 de Novembro de 1938. Estas críticas levam Tasso de Miranda Cabral a explicar ao

divisões que deviam ocorrer à fronteira como reforço da cobertura, com tão só 66% ou 2/3 dos efectivos, quando na Bélgica e em França, as divisões estavam completas.⁴²⁰ Questionaram igualmente, de acordo com o plano apresentado, as posições demasiado avançadas existentes em Extremoz. Por fim, referiram as imensas dificuldades e a impossibilidade de garantir um reforço atempado de forças militares britânicas com vista à defesa da integridade territorial total de Portugal continental. Nesta altura propuseram que a defesa recuasse um pouco (na sua óptica) para cobrir fundamentalmente Lisboa, com a criação de um reduto nacional que deveria ser criado na profundidade do TO estremenho.⁴²¹ Como é lógico, tudo isto punha em causa os pressupostos sobre os quais assentavam os planos portugueses e a reorganização do Exército.

Tasso de Miranda Cabral ia replicando aos britânicos como podia, reconhecendo as debilidades da cobertura, mas afirmando que podiam ser compensadas, quer pelo pronto emprego de unidades das primeiras seis divisões do Exército no reforço da vigilância da cobertura, quer pelo apoio que a mobilização dos segundos e terceiros escalões poderia dar às forças iniciais da cobertura, conquanto a velha aliada disponibilizasse os meios para os equipar e armar.⁴²² Tasso de Miranda Cabral não deixava além

seu interlocutor como se processaria a mobilização dos licenciados descrevendo-lhe todo o processo burocrático relativo ao uso das cadernetas militares.

⁴²⁰ Idem, pp. 26-27.

⁴²¹ Cf. ANTT/AOS/CLB/MMB 2 – Processo 2, Pasta 2, ff. 308-309 e 322-323, pp. 130-131 e 144-145. Relatório..., Esta proposta leva Tasso a lembrar as suas concepções de defesa avançada, por oposição às da defesa recuada, que o coronel Daly, seu interlocutor inglês parecia querer reavivar como sendo as mais úteis para a Grã-Bretanha (Idem, f. 323. p. 145). Tasso não deixa de arrematar, afirmando que aos ingleses o resto do país é indiferente (Idem, f. 309, p. 132). Não se pode deixar de recordar neste ponto que essa era uma das críticas à estratégia de Wellington na defesa de Portugal e na retirada para as linhas de Torres Vedras, a despeito da derrota de Massena na Batalha do Buçaco. Esta crítica ainda hoje é amiudadamente feita. Veja-se como exemplo a brochura Cf. Alberto Araújo e Silva, A Batalha do Buçaco, Lisboa, 1981, p. 41.

⁴²² No que se refere ao rearmamento dos segundos e terceiros escalões das forças mobilizadas, Idem, Ibidem, ff. 329-330, pp. 151-152. Este parecia ter ficado decidido, mas tão só em caso de conflito efectivo ou evidente. Na questão do material emperrou-se igualmente nos fornecimentos de artilharia. Tasso de Miranda Cabral reconhecia a utilidade de ambos os

disso de aceitar a sugestão inglesa de fortificar partes da fronteira para reforçar as capacidades defensivas da vigilância e da cobertura.⁴²³ Reconhecia também que as posições de Extremoz eram muito avançadas, mas afigurava-se-lhe que eram as melhores do Norte do Alentejo, não havendo praticamente outras de utilidade entre elas e a Península de Setúbal ou as passagens do Tejo em Abrantes-Santarém, que deixariam as posições de Lisboa muito vulneráveis. Quanto às dificuldades da Grã-Bretanha, quer em armar os segundos e terceiros escalões da reserva portuguesa ou em enviar celeremente forças britânicas para os compensar, tudo se poderia resolver se os ingleses adoptassem como os portugueses um serviço militar geral obrigatório, já havendo então soldados ingleses suficientes para enviar para Portugal.⁴²⁴ Parece por demais evidente que não havia grande possibilidade de acordo no essencial e só nos pormenores se deram passos importantes. Quanto à defesa continental de Portugal, ela fora entregue a si própria, porque tudo o que Londres disponibilizaria eram meios navais e aéreos, que na óptica dos negociadores britânicos, poderiam também servir como instrumento de pressão sobre o governo de Madrid e a Espanha. Tasso de Miranda Cabral não deixava contudo de salientar no seu

exércitos estarem artilhados com armamento similar e referiu o obus 8,8. Daly, salientou os custos pesados do armamento moderno, e avisou que esse obus estava ainda na fase de experiências. Tasso de Miranda Cabral compreendeu, mas considerou que o problema não se punha para já, mas para o armamento dos segundos e terceiros escalões. Daly propõe então que Portugal adquira à Grã-Bretanha material mais antigo com que se armasse já, até que fosse possível a compra do material mais sofisticado. Cf. AHM, Fundo Pinto Lello, 15ª Divisão, 6ª Secção, Caixa 290, Nº 53, p. 14-18. Actas...., Datado de 20 de Junho de 1938.

⁴²³ Sobre as questões postas pelos britânicos sobre a cobertura, Cf. AHM, Fundo Pinto Lello, 15ª Divisão, 6ª Secção, Caixa 290, Nº 53, p. 24. Actas...., Também, Cf. ANTT/AOS/CLB/MMB 2, Processo 2, Pasta 2, ff. 313-314, pp. 135-136. Relatório....

⁴²⁴ Tasso de Miranda Cabral referia-se à campanha então a decorrer nas ilhas britânicas a favor do serviço militar geral, considerando que a sua aplicação poderia fornecer uma vasta massa de homens às forças militares da Grã-Bretanha e com isso resolver o problema da falta de soldados, podendo assim já destacar-se força numerosa para assistir Portugal. Cf. ANTT/AOS/CLB/MMB 2, Processo 2, Pasta 2, ff. 372-373, pp. 194-195. Relatório...., Observe-se não obstante, que para os britânicos, o problema não era mobilizar os homens e as mulheres, mas assegurar-lhes numa Era de guerra mecânica e industrial o equipamento, de muito mais difícil lavra. O prisma de Tasso de Miranda Cabral é sintomático da incapacidade de perceber a dimensão “hypermaterial” da Guerra Total.

relatório, que fora vencido pelo egoísmo inglês, “lutando, até à última, contra esse egoísmo cego e feroz!”⁴²⁵

O nó cego da questão, como se pode deduzir, era a questão da melhor posição para a defesa terrestre de Portugal, se avançada como pretendia Tasso de Miranda Cabral, se recuada, cobrindo tão só Lisboa, como propunham os oficiais britânicos. Estes propõem então, para sair do imbróglio, que os militares portugueses lhes apresentassem os seus planos de defesa para com base neles se discutir então, de forma mais concreta o que fazer e que apoio britânico poderia ser dado para defender Portugal. Tasso de Miranda Cabral começa por indignar-se, avisando desde logo que o Estado Maior do Exército português era plenamente capaz de fazer planos sozinho, sem precisar do aval inglês. A custo, o coronel Daly esfria a situação, afirmando que jamais fora essa a pretensão, e que tão só se pretendia, conhecendo melhor os planos portugueses, ver as possibilidades para o apoio inglês.⁴²⁶

Por meados de 1938, a insatisfação reinava no espírito dos portugueses. Salazar e Miranda Cabral comungavam ambos da mesma visão sobre os negociadores britânicos. Num telegrama para Armindo Monteiro relatando uma conversa com o embaixador da Grã-Bretanha, Salazar desabafava, observando que os problemas derivavam “da posição tomada pela missão inglesa: 1º, na insistência com que procuram tornar preciso tudo quanto se refere a obrigações nossas, e impreciso o que diz respeito às obrigações inglesas; (...); 3º por fim, mudança de posição assumida pelo almirante desde o seu regresso a Londres, pondo como condição essencial conhecer os planos de defesa do país (...); perguntando qual a capacidade financeira do Governo português para os planos de defesa o que é matéria governativa (...) e reconhecida a importância da

⁴²⁵ Cf. ANTT/AOS/CLB/MMB 2 - Processo 2 Pasta 2, f. 312, p. 132. Relatório....,

⁴²⁶ Cf. AHM, Fundo Pinto Lello, 15ª Secção, 6ª Divisão, Caixa 290, Nº 53, pp. 6 e 9-15. Actas...., Datado de 22 de Junho de 1938.

defesa dos Açores e Madeira, (...) passou a tê-los por interesse somente negativo.⁴²⁷

Apesar da reacção alérgica de Tasso de Miranda Cabral e de Salazar, descobriu-se que era urgente dispor-se de um efectivo plano de campanha de defesa do país. Tasso de Miranda Cabral encarregou-se de o efectuar e de apresentar aos delegados ingleses uma versão para estudo aquando do seu retorno à Grã-Bretanha. O que era estranho, é que apesar dos estudos, até fins de 1938 não havia sido elaborado nenhum plano de campanha oficial, só apresentados alguns estudos sobre o assunto. É assim que em meados de 1938 é elaborado as bases para um esboço do plano geral de defesa da metrópole, redigidas pelo Sub-Chefe do Estado Maior do Exército Tasso do Miranda Cabral.⁴²⁸

O plano segue nas suas linhas básicas e fundamentais os projectos de defesa já apresentados por Tasso de Miranda Cabral desde os princípios dos anos 30 e sistematizados de forma mais profunda na sua obra “Conferências de Estratégia”. Tal como acontecia com a obra referida Cf. *Infra*, I Parte), o território metropolitano nacional é dividido em seis teatros de operações, Norte do Douro, da Beira Baixa, da Beira Alta, do Alentejo, do Algarve e estremenho, sendo preconizada para a defesa do país, a modalidade de defesa avançada apoiada na defensiva de posição, sendo posta de parte a defesa concentrada (ou defesa recuada) e a defensiva de retirada.⁴²⁹ A mobilização do 1º escalão da reserva (exército de cobertura)

⁴²⁷ Cf. AHDMNE, Maço 70, Armº 47, Proc. Nº 39,1, 2º Piso, Telegrama Nº 183 de 18 de Julho de 1938, assinado pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros (Oliveira Salazar), f. 182.

⁴²⁸ Cf. ANTT/AOS/CLB/MMB 1, Processo 2, Pasta 2/1, Bases em que deve ser elaborado o esboço do plano geral de defesa da metrópole. Datado de 25 de Julho de 1938. Não deixará de ser notado que o plano é posterior ao pedido do coronel Daly. Os mais perspicazes diriam que um plano militar, mesmo um esboço não se faria em um mês. Tem absoluta razão, mas o esboço apresentado mais não é que uma cópia dos estudos que Tasso de Miranda Cabral vinha apresentando desde os inícios dos anos 30. Ele não fez nenhum esboço, limitando-se a transcrever e a apresentar os seus próprios planos e esboços há muito já escritos. Assim, até a data ganha muito mais significado.

⁴²⁹ Cf. ANTT/AOS/CLB/MMB 1, Processo 1, Pasta 2/1, Anexo 7, ff. 524-525.

deveria estar terminada ao 5º dia após a convocação, fazendo-se a mobilização e concentração dos 2º e 3º escalões entre os 15 e 30 dias subsequentes.⁴³⁰ O plano seria igualmente composto por quatro planos parcelares, o da defesa terrestre, o da defesa marítima, o da defesa anti-aérea e o da defesa costeira.⁴³¹ O esboço do plano de defesa da metrópole, como se poderá avaliar, mais não é, que uma cópia dos planos já existentes e efectuados por Tasso de Miranda Cabral nos anos de 1933-34 (Cf. *Infra*, II parte).

Este esboço de plano fora antecedido de um Esboço do Plano Geral de Defesa do País, datado de 20 de julho de 1938, elaborado também pela equipa de Tasso de Miranda Cabral, e que como o esboço anterior, seguia nas suas linhas as ideias defendidas nas “Conferências de Estratégia”. Pela data aposta ao documento, também ela é posterior à conversa com o coronel Daly.⁴³² O plano segue as directrizes gerais já observadas para o esboço de plano de defesa e considera que a defesa deve sustentar-se numa força de 5 corpos de exército, 18 divisões, 5 brigadas de cavalaria e 10 batalhões de caçadores.⁴³³ Cada um dos três escalões de mobilização seria composto por 6 divisões.⁴³⁴ Só os batalhões de caçadores estariam completos a 100%.⁴³⁵ Como se pode deduzir, o plano preconizava a defesa avançada e a defensiva de posição.⁴³⁶ Finalmente, o plano de defesa do país descrevia com algum pormenor as diversas posições de cobertura e de defesa a sustentar com os efectivos apresentados.⁴³⁷

Os planos terminavam com a apresentação de um Plano Mínimo de Defesa do País. Ela retornava a definir 6 teatros de operações no território

⁴³⁰ *Idem*, f. 526.

⁴³¹ *Idem*, *Ibidem*, f. 525.

⁴³² Cf. ANTT/AOS/CLB/MMB 1, Processo 1, Pasta 2/1, Anexo 7, ff. 531 e seguintes.

⁴³³ *Idem*, f. 533.

⁴³⁴ *Idem*, *Ibidem*, f. 534.

⁴³⁵ *Idem*, *Ibidem*, f. 535.

⁴³⁶ *Idem*, *Ibidem*, f. 535.

⁴³⁷ *Idem*, *Ibidem*, ff. 535 e seguintes.

metropolitano e a considerar 4 planos parcelares de defesa, a terrestre, a marítima, a anti-aérea e a costeira.⁴³⁸ O plano mínimo de defesa nacional considera contudo unicamente 3 teatros de operações, a Beira Alta, a Beira Baixa e o Alentejo, por serem os que lidam com as linhas de operações e com as vias de penetração que visam Lisboa. Projecta-se assim mobilizar tão só as 5 divisões de cobertura, resultantes das 4 regiões militares mais o Governo Militar de Lisboa, às quais se deveriam adicionar pelos menos mais 4 divisões resultantes da mobilização parcial do 2º escalão da reserva (utilizando os elementos licenciados).⁴³⁹ Conserva-se não obstante o objectivo de uma defesa avançada suportada numa defensiva de posição.⁴⁴⁰ A mobilização e concentração das divisões com vista à cobertura, 9 grandes unidades far-se-ia entre os primeiros 5 e 10 dias depois da convocação.⁴⁴¹

Todos os planos, sem excepção, salientavam a necessidade da existência de uma aeronáutica que fosse suficientemente poderosa para inibir a acção da adversária e assegurasse a protecção aérea da mobilização e da concentração do exército português.⁴⁴² Os diversos planos, continham alguns elementos que eram comuns, nomeadamente, a proposição de uma defesa avançada suportada na defensiva de posição e a necessidade de uma aeronáutica suficientemente poderosa para cobrir a mobilização e a concentração da defesa. Implicitamente, também surgia a ideia de uma defesa militar assente na maior mobilização possível da população portuguesa, na defesa sustentada no maior exército de massas possível. Refira-se por fim, que de todos os planos, foi o último, o plano mínimo, aquele que foi enviado aos britânicos com vista a estes analisarem dos

⁴³⁸ Cf. ANTT/AOS/CLB/MMB 1, Processo 1, Pasta 2/1, Anexo 8/9, ff. 558-559.

⁴³⁹ Idem, f. 559.

⁴⁴⁰ Idem, Ibidem, ff. 560-561.

⁴⁴¹ Idem, Ibidem, ff. 562.

⁴⁴² Cf. ANTT/AOS/CLB/MMB 1, Processo 1, Pasta 2/1, Anexo 7 e 8/9, ff. 525, 532-533 e 567-568.

meios e das possibilidades que a Grã-Bretanha poderia fornecer a Portugal, o que reflecte talvez a consciência por parte de Tasso de Miranda Cabral e dos militares portugueses das profundas debilidades estratégicas e logísticas em que assentava o “esboço” do plano de defesa. Este último plano seria de facto discutido entre a MMI e a MMP em Novembro/Dezembro de 1938, na segunda estadia da missão britânica em Portugal. Os seus resultados seriam inconclusivos, mas denotariam da parte dos oficiais britânicos fundas dúvidas quanto aos planos portugueses de defesa do território metropolitano.

Os técnicos britânicos escudados nas apreciações do seu estado maior consideraram que, em primeiro lugar, o exército português devia ter em conta tão só as unidades existentes, ou seja, de acordo com os dados portugueses, as 5 divisões de primeiro escalão da cobertura, visto as outras 4 simplesmente ainda não existirem.⁴⁴³ Ora, com 5 divisões parecia-lhes no mínimo complicado assegurar uma defesa avançada, mesmo suportada em obras de fortificação, pelo que repuseram na mesa a ideia de uma defesa recuada visando cobrir fundamentalmente Lisboa,⁴⁴⁴ propondo ainda que as aproximações a Lisboa fossem fortificadas para aumentar as possibilidades da defesa.⁴⁴⁵ Na verdade, os britânicos duvidavam fortemente das possibilidades portuguesas. Em conversa com o embaixador Armindo Monteiro, aquando de uma visita informal à embaixada de Portugal, o almirante Woodhouse deixara a sua visão da força militar portuguesa.

⁴⁴³ Cf. AHM, Fundo Pinto Lello, 15ª Divisão, 6ª Sessão, Caixa 290, Nº 54, Missão Militar Portuguesa – Relatório do Chefe da Missão, General Tasso de Miranda Cabral relativo à Segunda Visita da Missão Militar Inglesa a Portugal (23 de Novembro a 16 de Dezembro), datado de 31 de Janeiro de 1939, pp. 9 e 11.

⁴⁴⁴ Idem, pp. 7, 9 e 12. É neste contexto que é referida a questão da defesa da posição avançada em Extremoz. Os britânicos acham-na demasiado avançada, ao que Tasso de Miranda Cabral atalha que depois do abandono desta, praticamente não há mais nenhuma posição que seja decente para montar a defesa, senão muito próximo de Lisboa, o que não era aconselhável. Tasso não deixa de considerar que a proposta britânica por não incluir a zona de concentração de Évora-Arraiolos-Montemor, se fosse intencionada, só permitia concluir que o estado maior britânico “era supinamente ignorante em questões de estratégia”. (Idem, p. 10).

⁴⁴⁵ Idem, Ibidem, p. 14.

Referindo-se à parada do 28 de Maio, afirmou que viu um exército com armamento extremamente pobre, com poucos canhões e um *tank*, a despeito de um público entusiasta, que aplaudia as unidades que passavam aprumadas. Observava igualmente que em Portugal não se fazia a mínima ideia do dispêndio financeiro que representava um “bom pequeno exército”.⁴⁴⁶

Como se pode imaginar, Tasso, concordando aqui e ali com alguns aspectos da crítica, manteve a sua visão, por a considerar a mais decisiva em termos nacionais. Era imprescindível assegurar o mais avançadamente possível a defesa do país, isto é, a defesa avançada impunha-se como uma questão de honra e de necessidade nacional, tanto mais que como ele afirmava, a defesa recuada dificultava e questionava o potenciamento do grosso dos recursos a mobilizar na totalidade da nação. As conversações crisparam-se quando os britânicos recusaram definir claramente qual a atitude que teriam e que meios poriam à disposição dos portugueses caso estes fossem atacados.⁴⁴⁷ De facto, já anteriormente os membros da MMP tinham ficado incomodados com a afirmação da MMI de que só poderiam começar o rearmamento português a partir de 1940.⁴⁴⁸ Na fase final da missão dos militares britânicos foram feitas algumas inspecções à Península de Torres Vedras, e pelos pedidos ingleses, Tasso de Miranda Cabral teria ficado convencido que em caso de apoio inglês, este corresponderia numa primeira fase ao envio de 4 divisões.⁴⁴⁹

⁴⁴⁶ Cf. AHDMNE, Maço 70, Armº 47, Proc. Nº 39,1, 2º Piso, f. 214-A, Documento dactilografado emanado da Embaixada de Portugal em Londres, assinado por Armindo Monteiro e datado de 4 de Novembro de 1938. Questionado por A. Monteiro sobre as impressões deixadas ao almirante pela tropa portuguesa, este relevava algumas unidades, o Colégio Militar, uma unidade do campo entrincheirado e um batalhão que vira em Valença, nestes últimos casos, considerando que a despeito da falta de meios que observara, os soldados portugueses tinham o ar inteligente (“smart” que em inglês é mais do que inteligente, significando uma inteligência aguda, perspicaz, desembaraçada).

⁴⁴⁷ Cf. AHM, Fundo Pinto Lello, 15ª Divisão, 6ª Secção, Caixa 254, Nº 54, Doc. Citado, p. 17.

⁴⁴⁸ Idem, pp. 6-7.

⁴⁴⁹ Idem, Ibidem, p. 31.

A MMI prolongara-se por quase um ano e no final tinham ficado mais problemas e questões por resolver do que as que tinham sido respondidas. Tasso de Miranda Cabral e parte da equipa da MMP tinham-se demonstrado particularmente suspicazes das intenções da MMI e dos objectivos ingleses. Principalmente, tinham recusado efectivamente numa primeira fase aceitar o prisma inglês da defesa recuada, considerando que essa defesa só servia os interesses britânicos e não os portugueses. Não se tratava, como se poderia pensar uma rápida dedução ideológica, de uma oposição entre um grupo pró-germânico instalado no Exército e os britânicos.

É verdade que Tasso de Miranda Cabral e outros membros da MMP teriam demonstrado verdadeira suspeita e desconfiança face à Grã-Bretanha, mas esta era mais atávica do que se poderia imaginar, e tinha muito menos a ver com as ideologia coevas, que com a traumática experiência das Guerras Peninsulares e da subordinação/dominação do exército luso e da estratégia nacional à estratégia de Wellington e dos interesses britânicos. Ora, já na altura, os dirigentes portugueses tinham criticado a “política de terra queimada” e o abandono do país às mãos dos franceses, para se proteger tão só o exército inglês e Lisboa, como base de operações, suportados nas Linhas de Torres.⁴⁵⁰ Além disso, Tasso era um jovem quando se dera o Ultimatum (nascera em 1877), com todas as

⁴⁵⁰ A obra que ainda hoje melhor analisa de forma global, o ponto de vista português sobre as Guerras Peninsulares é a obra de J.J. Teixeira Botelho, História Popular da Guerra da Península, Porto, 1915. Sobre o assunto referido veja-se as pp. 330-331. O autor reconhece que foi um expediente cruel, mas demonstra alguma compreensão pelo método. Quando afiança este prisma, fá-lo de tal forma que dá a entender que à época, muitos consideravam esse facto como prova da subordinação do país a um estrangeiro, que pensara mais nos interesses do sua nação que nos de Portugal. Rui Ramos refere que durante todo o século XIX acentuando-se com o Ultimatum, desenvolveu-se uma corrente anti-britânica que acusava a Grã-Bretanha de se centrar tão nos seus interesses económicos, contribuindo para toda uma série de males que tinham acontecido a Portugal, o Tratado de Methuen que liquidara a indústria lusa, a independência do Brasil e o enforcamento de Gomes Freire de Andrade entre outras coisas. Esta corrente de ideias era muito forte nos finais da monarquia e durante toda a I República. Cf. Rui Ramos, A Segunda Fundação (1890-1926), in José Mattoso, Coord., História de Portugal, 6º Volume, Lisboa, 1994, p. 38.

comoções que isso despertara, e isso devia igualmente motivar a sua suspeita face aos desígnios da Grã-Bretanha. Em última análise o que o motivava era o prestígio do Exército, a sua recusa a subordinar-se à força militar inglesa, a recusa numa situação similar à que se dera com Wellington nas Guerras Peninsulares. Era uma motivação de carácter ideológico, mas muito mais complexa, que uma dicotomização simples entre fascistas ou pró-fascistas e pró-democratas.⁴⁵¹

Esta situação não seria de todo desfavorável a Salazar. Já vimos que este receara a presença da MMI em Portugal, provavelmente pelos efeitos que poderia ter no equilíbrio político-militar interno do regime. A suspicácia de Tasso de Miranda Cabral e dos negociadores portugueses face aos ingleses não poderia deixar de ser vista com interesse e talvez até apoiada por Salazar. As atitudes dos militares portugueses nas conversações, dando um sinal de boa vontade e de desejo de manutenção da aliança, significavam simultaneamente uma afirmação da vontade de uma maior independência e de autonomia política e estratégica face à Grã-Bretanha, ou seja, a conservação da aliança, conquanto esta também servisse os interesses portugueses.

Foi contudo neste ponto que as coisas, de certo modo falharam. Os interesses estratégicos de Portugal e da Grã-Bretanha eram distintos no que se refere à defesa do continente. Para os militares portugueses era imprescindível que se assegurasse a defesa avançada na fronteira, pelo que era indispensável que o aliado garantisse ou, o armamento das forças lusas ou, a substituição das unidades que não pudessem ser constituídas em Portugal por outras oriundas das ilhas britânicas. Os membros da MMI não só, não podiam garantir um rearmamento de tão vasta dimensão, como não

⁴⁵¹ Sobre estas motivações veja-se as indicações apresentadas na nota anterior. Segundo Cf. Mendo Castro Henriques e António Rosas Leitão, *Op. Cit.*, p. 85, os oficiais de estado maior aquando da Grande Guerra eram profundamente anglófilos. Ora, Tasso já era oficial de estado maior aquando da Grande Guerra.

tinham interesse e desconsideravam mesmo o prisma subjacente ao planeamento militar português. Assim, apenas houve acordos para questões menos cruciais, como a defesa do porto de Lisboa e a possibilidade de intercâmbio de missões militares de estudo entre os dois países, ficando no ar, a ideia de algum apoio de forças de terra, de acordo com as circunstâncias. Apoio automático britânico, apenas aquele que a *Royal Navy* e a *Royal Air Force* pudessem na altura fornecer.⁴⁵²

De igual modo, as conversações da secção naval, se bem que mais amigáveis, não deixaram de reflectir a suspicácia portuguesa face aos objectivos e pretensões da Grã-Bretanha, assim como as habituais queixas sobre a falta de vontade dos britânicos para reequiparem as Forças Armadas de Portugal, em particular a Armada. De facto, segundo o relator do relatório das conversações, A. Botelho de Sousa, as pretensões da Grã-Bretanha centravam-se na defesa do Porto de Lisboa e das Ilhas dos Açores, desconsiderando quase totalmente a importância da ligação da metrópole às colónias.⁴⁵³ De facto, segundo o relator do relatório, os britânicos consideraram que os limitados recursos navais portugueses não deviam ser dispersos por muitas posições, mas concentrados na defesa do Porto de Lisboa. E avisavam da importância de se dispor de rocegas de minas, algo desconsiderado nos planos de defesa da Armada. A. Botelho de Sousa só soube replicar dizendo que se contava fazer como na Grande Guerra, e utilizar para o efeito barcos da pesca do arrasto.⁴⁵⁴

⁴⁵² Sobre as conclusões e acordos definidos pela MMI e a MMP vejam-se as conclusões apresentadas por Tasso de Miranda Cabral no final do seu relatório de 31 de Janeiro de 1939. Cf. AHM, Fundo Pinto Lello, 15ª Divisão, 6ª Secção, Caixa 290, Nº 54, pp. 37-38. Tasso de Miranda Cabral não deixava de se queixar de que ficando os assuntos pendentes a cargo dos adidos militares, o coronel Fenton não tinha suficientes possibilidades ou conhecimentos para lidar com as questões navais, aéreas e terrestres.

⁴⁵³ Cf. ANTT/AOS/CLB/MMB 2, Processo 2, Pasta 2, ff. 58-59, pp. 1-2, Actas da Secção naval das Missões Militares Portuguesa e Inglesa, apenas ao 2º Relatório do Capitão de Mar e Guerra A. Botelho de Sousa, datadas de 17 de Dezembro de 1938. Doravante Actas (Naval) ou Relatório (Naval), conforme se refira um ou o outro texto da secção naval.

⁴⁵⁴ Idem, Relatório (Naval), ff. 51-52, pp. 1-2.

Esta tensão derivava, tal como acontecera com a secção militar, da pouca disponibilidade britânica para ser magnânima no reequipamento da armada portuguesa. Os portugueses pretendiam que fossem analisadas as necessidades navais nacionais, no contexto da defesa de Portugal e do seu Império, e depois decidido politicamente até onde a Grã-Bretanha podiam apoiar o rearmamento português. Pelo contrário, para grande escândalo de Botelho de Sousa, os britânicos passavam o tempo a questionar até quanto podiam os portugueses despende no seu rearmamento.⁴⁵⁵ Ora, as disponibilidades financeiras portuguesas, já se observou, eram limitadas, por isso, as possibilidades de um lato acordo entre as duas missões reduziu-se consideravelmente. Assim, por exemplo, a questão da defesa das linhas de comunicações entre Portugal e as suas colónias era deixada ao domínio dos oceanos (garantido pela *Royal Navy*).⁴⁵⁶ Ficou tão só acordado como plausível o apoio técnico britânico à defesa do Porto de Lisboa, assim como a possibilidade de fornecimento de rocegas de minas e de redes anti-submarinas. Quanto aos Açores, a indecisão da missão militar britânica sobre qual a melhor posição para fortificar e instalar uma base naval, Ponta Delgada ou Horta, dificultou também qualquer decisão.⁴⁵⁷ Neste último caso, poder-se-ia tratar de uma forma de a MMI não se comprometer desde já com a defesa das ilhas açorianas. Não deixava por isso A. Botelho de Sousa de lamuriar-se e de lastimar o crasso erro estratégico dos britânicos em desconsiderar as posições portuguesas.⁴⁵⁸

Em suma, após quase um ano de negociações, a questão do apoio inglês à reorganização e rearmamento das Forças Armadas portuguesas estava quase como no início. A Grã-Bretanha a rearmar-se e a reorganizar-

⁴⁵⁵ Idem, Ibidem, Actas(Naval), ff. 63 e 72, pp. 6 e 15. Os britânicos propunham que os portugueses definissem prioridades face aos seus escassos recursos, e salientavam a mais valia da defesa do Porto de Lisboa.

⁴⁵⁶ Idem, Ibidem, Actas (Naval), f. 68, p. 11.

⁴⁵⁷ Idem, Ibidem, Actas (Naval), f. 77, p. 20 e ff. 67-68, pp. 10-11.

⁴⁵⁸ Idem, Ibidem, Actas (Naval), f. 73, p. 16.

se a toda a brida para enfrentar um conflito iminente, não dispunha de recursos ou meios para equipar ao mesmo tempo as forças portuguesas, nem estas eram a sua prioridade, pelo que apenas garantiria o reequipamento da defesa do porto de Lisboa em termos de defesa costeira e anti-aérea. A questão da efectiva reorganização e rearmamento da força militar portuguesa⁴⁵⁹ estava assim entregue completamente às suas possibilidades. Como que a configurar o real fracasso das conversações, Lisboa assumiu em princípios de 1939 a assumpção do desmantelamento da MMP, deixando os adidos militares britânicos a terem como único interlocutor o Sub-Chefe do EME, Tasso de Miranda Cabral.⁴⁶⁰

2.3.2.) Os Imbróglis do Comando Supremo Militar e a Reorganização do Exército

Em Julho de 1938, no meio das negociações com a MMI, o Major-General do Exército escreve a Salazar, enquanto Ministro da Guerra. Júlio de Moraes Sarmiento começa por fazer ressaltar as condições excepcionais que existem para a consecução de uma efectiva política de defesa, visto combinarem-se na pessoa que dirige a pasta, a pasta das finanças e a Presidência do Conselho.⁴⁶¹ O autor salienta subsequentemente que não se pode desconsiderar a possibilidade de guerra, e que só é neutro quem pode, e quem tem força para o ser.⁴⁶² Toda a organização militar corresponde a

⁴⁵⁹ O rearmamento do exército e da força-aérea da Grã-Bretanha foi tardio, só se iniciando de facto por volta de 1937-8, complicado ainda pela introdução de novo material, além do objectivo da total motorização da força terrestre. O caso da *Royal Navy* é algo distinto, na medida em que por ser de facto a arma principal da ilha, era muito mais cuidada.

⁴⁶⁰ Cf. AHDMNE, Maço 70, Armº 47, Proc. Nº 39,1, 2º Piso, Memorial datado de 1 de Fevereiro de 1939, resposta ao *Aide-Memóire* britânico de 24 de Janeiro de 1939, da embaixada britânica onde se pretendia que os adidos militares ingleses mantivessem contacto com a MMP com vista a esta responder a questões deixadas em aberto pelo Almirante Woodhouse, ff. 227 e 231.

⁴⁶¹ Cf. ANTT/AOS/CLB/MMB 2, Processo 3, Pasta 1, Ponto 1), Doc. CSE, Nº 600, 4/49, emanado do CSE, f. 370, p. 1 do documento, assinado por Júlio de Moraes Sarmiento de 12 de Julho de 1938.

⁴⁶² Idem, f. 371, p. 2.

um ponto de vista político, considera sequencialmente, pelo que no contexto em que se vai revestindo o enfrentamento entre as potências europeias, divididas em dois grupos, num embate com características das guerras religiosas é necessário que o país se prepare para a guerra.⁴⁶³

A partir destas premissas, Júlio de Moraes Sarmento dedica o resto do texto a relembrar ao Ministro da Guerra a importância geoestratégica de alguns pontos do país, nomeadamente a excepcional importância do porto de Lisboa e as dificuldades da sua defesa face aos novos meios rápidos, o avião e o carro. Aponta então para as dificuldades em defender a integralidade do território nacional, visto que derivado da pouca profundidade do território metropolitano, a ruptura de uma pequena parte da frente, poderia significar o colapso de toda a defesa e a impossibilidade de salvaguardar Lisboa.⁴⁶⁴ Termina o autor por considerar que todo o plano de defesa ou de operações deve ter em conta o apoio que a Grã-Bretanha nos poderia dar, conquanto reconheça que o espírito britânico é avesso a grandes comprometimentos, apesar de achar, que quando chegasse a hora da necessidade esse suporte nos seria dado.⁴⁶⁵ Apela então para que se iniciem estudos para a consecução do plano de guerra, que mais propriamente deveria ser denominado de plano de defesa, trabalho caracterizado pela sua lentidão e passos oscilantes, visto lhe faltar a orientação basilar de uma política militar que mal se começara a esboçar.⁴⁶⁶

Os meados de 1938 foram momentos de grande tensão e de crise político-estratégica, conforme se acentuava a crise checo-eslovaca e se encaminhava para os encontros de Munique. É sabido que o próprio Franco temeu que uma crise europeia se repercutisse na guerra civil e fizesse virar as potências ocidentais contra ele, o que era nesses dias, a grande esperança

⁴⁶³ Idem, Ibidem, ff. 371-372, pp. 2-3.

⁴⁶⁴ Idem, Ibidem, ff. 373-375, pp. 4-6.

⁴⁶⁵ Idem, Ibidem, ff. 375-376, pp. 6-7.

⁴⁶⁶ Idem, Ibidem, ff. 376-377, pp. 7-8. Salazar marcou com uma interrogação esta passagem.

da assediada e moribunda república espanhola. Em Portugal, essa situação também era vista com alarme, na medida, em que havia o risco de pôr Lisboa contra Burgos, quando era do interesse de ambos os regimes conservarem boas relações e apoiarem-se mutuamente na Península Ibérica.⁴⁶⁷ O alarme de Júlio de Moraes Sarmiento era justificado, mas não muito conveniente, porque para o Major-General a questão posta tinha outro alvo e outros objectivos.

O Major-General do Exército levantava a sua pena contra o excessivo protagonismo de Tasso de Miranda Cabral. Note-se que esta missiva surge no interlúdio entre os pedidos britânicos para conhecer os planos de defesa e a sua formulação rápida por Tasso de Miranda Cabral com base no prisma defendido na sua obra “Conferências de Estratégia” e em projectos de planos efectuados nos inícios dos anos 30. Além disso, era Tasso que liderava a secção da MMP que lidava com as questões militares e tinha acesso privilegiado ao subsecretário da Guerra Santos Costa. Júlio de Moraes Sarmiento deveria sentir-se completamente ultrapassado, a despeito de dever ser ele, como superior hierárquico de Tasso de Miranda Cabral, a supervisionar os conversações e os planos de defesa, mas na verdade, pelo CSE e por ele, parecia que nada passava. E Júlio de Moraes Sarmiento não deixava de relembrar o seu papel ao Ministro da Guerra: “(...)... as bases para a elaboração dos planos e projectos de operações (...) evidentemente que o desempenho de tal atribuição é consequência de decisões tomadas por organismos de categoria mais elevada, que nos termos legais se têm de pronunciar sobre questões primordiais da defesa nacional, que hão de enquadrar a organização e preparação do Exército

⁴⁶⁷ Sobre este assunto veja-se por exemplo, Juan Carlos Jiménez Redondo, Franco e Salazar, As Relações Luso-Espanholas Durante a Guerra Fria, Lisboa, 1996, pp. 36-40. Veja-se também o texto de Cf. Charles S. Halstead, Op. Cit., pp. 51-52 já citado anteriormente.

(...).”⁴⁶⁸ Júlio de Moraes Sarmento fazia então notar ao ministro que lhe cabia a ele, na vertente militar, a palavra definitiva sobre os planos militares, e acenava com uma visão mais próxima dos ingleses, que pugnavam por uma força militar mais pequena e visando tão só a defesa de Lisboa.

Júlio de Moraes Sarmento teria consciência de que Salazar se batera, sem sucesso por uma força militar mais pequena que aquela que acabara por corresponder a Lei 1961, visando a longo prazo a mobilização de um grande exército com várias divisões. Observe-se que o próprio Major-General em documentos emanados do CSE, nomeadamente as visões da organização militar de 4 de Maio de 1936 (Cf. *Infra*, II Parte), tinha defendido uma grande força militar terrestre de várias divisões. Se contrapunha agora uma outra visão, visando uma defesa recuada, talvez com menos efectivos,⁴⁶⁹ seria para puxar Salazar para o seu lado, enfraquecendo a posição de Tasso de Miranda Cabral. Mas esta tentativa de atracção pegando no projecto de uma força mais pequena visando tão só a defesa da capital, cai em saco roto, porque para Salazar a posição de Tasso de Miranda Cabral face aos ingleses era mais importante do que a de Júlio de Moraes Sarmento.

Porque Júlio de Moraes Sarmento ao parecer mais disposto a ouvir os conselhos britânicos, fazia aquilo que Salazar mais temeria, uma certa ascendência dos conselheiros ingleses com a matização da gestão de Salazar sobre a força militar. Ora, a resistência e a suspicácia de Tasso de Miranda Cabral face aos ingleses era a melhor garantia de que tal não

⁴⁶⁸ Cf. ANTT/AOS/CLB/MMB 2, Processo 3, Pasta 1, Ponto 1). Doc do CSE , Nº 600, 4/49 de 12 de Julho de 1938 assinado por Júlio de Moraes Sarmento, ff. 378-379, pp. 8-9. Esta parte foi quase toda ela sublinhada por Salazar.

⁴⁶⁹ Observe-se contudo que na reunião do Conselho Superior Militar de 2 de Maio de 1938, Júlio de Moraes Sarmento salientara com veemência que as actuais 4 divisões não garantiam minimamente a cobertura da fronteira e a defesa das bases navais de Portugal. Cf. ANTT/AOS/CO/PC 8A, Pasta 6, *Op. Cit.*, f. 245. Isto demonstra também que Júlio de Moraes Sarmento tinha uma perspicácia mais aguda sobre as reais possibilidades do Exército.

sucederia, mesmo que os planos de Vice-Chefe do Estado Maior do Exército deixassem algo a desejar. Mas isto significava também que Salazar assumia a responsabilidade oficial de constituir um massivo exército de massas, a nação em armas que fora desde sempre o fito de Tasso de Miranda Cabral. O mais provável, é que neste campo, Salazar deixasse que as realidades resolvessem a questão, conquanto não houvessem terceiros a influenciar a gerência da coisa militar.

Salazar não teria dado grande resposta a esta missiva de Júlio de Moraes Sarmento, que em Agosto de 1938 retorna a escrever ao Ministro da Guerra com vista a continuar a sua pedagogia político-estratégica. Nesta nova missiva, as críticas directas ao EME são mais evidentes. O Major-General começa por referir que os autores e a História da Grande Guerra são concordantes ao afirmar que a direcção da guerra compete ao governo assistido por altas patentes do Exército e da Armada. Assim sendo, o plano de guerra ou o plano geral de defesa é da exclusiva responsabilidade do governo. Estes planos definem a missão a desempenhar pela força militar, em suma, o objectivo da guerra, o qual permite por sua vez definir a organização, o armamento e a estratégia a aplicar. Aos militares, compete a direcção das operações militares, que decorrem do plano geral de operações, efectuado pelo EME, expressão prática do plano de guerra.⁴⁷⁰

Decorre daqui a crítica do Major-General do Exército ao EME. Este sobrepujando a sua função, definira o plano geral de operações, sem o suporte ou definição da missão/objectivo da defesa/guerra, ou seja, de um plano geral de guerra/defesa pelo que gerara o efeito de querer responder a todas as contingências, que ultrapassavam as possibilidades de recursos reais do país.⁴⁷¹ Assim, urgia que o governo definisse, de acordo com a sua

⁴⁷⁰ Cf. ANTT/AOS/CLB/MMB 2, Processo 3, Pasta 1, Ponto 3), Doc. N° 633, 4/49, Documento emanado do CSE assinado por Júlio Moraes de Sarmento de 2 de Agosto de 1938, pp. 1-3 do documento

⁴⁷¹ Idem, p. 4.

política militar, um plano de guerra sobre o qual o EME pudesse trabalhar.⁴⁷² Terminava Júlio de Moraes Sarmiento por fazer algumas considerações sobre a defesa de Portugal continental, salientando que a defesa integral do país não estava de absoluto ligada ao solo, havendo exemplos de países que quase totalmente invadidos puderem posteriormente reagir e recuperar o seu território, tanto mais que nem todo o espaço nacional tem o mesmo valor, e na impossibilidade de o defender totalmente, importa averiguar da importância relativa de cada parcela. No caso português afiançava-lhe que Lisboa era um ponto vital que urgia proteger, o que se faria na fronteira se os recursos o permitissem, o que não lhe parecia o caso, pelo que dever-se-ia opor duas concepções, ou uma defesa integral de todo o território nacional ou a concentração de todos os meios na defesa de Lisboa.⁴⁷³

Afigurava-se-lhe uma utopia defender todo o território nacional dado o estado dos actuais meios de guerra, com a reserva a quem tudo falta, sem oportunidade de tempo e espaço para ser utilizada. Além disso, o estado do Exército não aconselhava a sua utilização em acções de grande envergadura no início da campanha, sendo preferível uma atitude de defensiva estática, contando igualmente com o reforço britânico o mais oportuno possível, principalmente com meios aéreos, e em caso de violação da fronteira nacional, com a chegada num prazo de 72 horas dos primeiros reforços militares (terrestres). Imprescindível seria também a cedência de todo o material julgado indispensável para o armamento das reservas.⁴⁷⁴ Júlio de Moraes Sarmiento também propunha uma defesa concentrada em redor da capital, com forças de retardamento na fronteira.⁴⁷⁵

⁴⁷² Idem, Ibidem, p. 4.

⁴⁷³ Idem, Ibidem, pp. 5-6.

⁴⁷⁴ Idem, Ibidem, pp. 7-8.

⁴⁷⁵ Cf. ANTT/AOS/CLB/MMB 2, Processo 3, Pasta 1, Ponto 2. Considerações Oportunas relativas ao Documento de 12 de Julho de 1938.

O Major-General do Exército reforçava assim as suas críticas ao EME e a sua excessiva autonomia no planeamento da defesa e da força militar, não deixando no processo de questionar o que estava a fazer o governo, que na sua óptica não dava directivas nem definia a missão/objectivo da política e da força militar, nem instituía o plano geral de guerra ou de defesa que servissem de base ao trabalho dos organismos técnicos do Exército. Essa questionação levava o Major-General do Exército a perguntar sobre quais premissas assentavam o prisma de defesa integral do território nacional, revelando a total inaptidão da força militar, tal como existia para tão difícil missão. Por detrás das críticas de Júlio de Moraes Sarmiento havia contudo a recusa em deixar ao EME e a Tasso de Miranda Cabral o protagonismo da reorganização militar.⁴⁷⁶ Questionavam-se então os pressupostos sobre os quais Tasso de Miranda Cabral e o EME tinham apresentado o seu plano geral de defesa, considerado inviável por Júlio de Moraes Sarmiento, que propunha outra modalidade estratégica de defesa da metrópole, mais próxima das ideias que a MMI tinha sobre o assunto.

Em suma, o Major-General do Exército afastava-se do prisma que o CSE defendera em 1936⁴⁷⁷ nas suas directivas, e aproximava-se da visão apresentada pela MMI em 1938. Duas hipóteses poderão explicar esta derivação em relação a 1936. Ou Júlio de Moraes Sarmiento aproximava-se das proposições ingleses por reconhecer o excesso das suas propostas de 1936, e assumia como visão de fundo a ideia de uma pequena força e de uma defesa concentrada, ou o Major-General do Exército utilizava a perspectiva inglesa para vulnerabilizar a posição de Tasso de Miranda Cabral e transferir o papel central da organização do Exército e do

⁴⁷⁶ Relembre-se que os planos de Tasso de Miranda Cabral foram apresentados em fins de Julho de 1938, mais precisamente, a 20 e 24.

⁴⁷⁷ E relembre-se, também em 1926. Nessa época, o plano por si assinado, exigia a defesa avançada como a forma moderna de defesa militar nacional. Cf. *Infra*.

planeamento da estratégia militar do EME para a Majoria-General do mesmo. Esta segunda hipótese parece mais plausível, visto o próprio Major-General do Exército continuar a advogar que fossem os britânicos a rearmar as forças/escalões de reserva (apesar de ambas as visões apresentadas poderem ser complementares). Sucede que a sua postura mais pró-britânica devia-o afastar do seu objectivo, visto não ser do interesse de Salazar partilhar a gerência da coisa militar com mais alguém, e muito menos com os técnicos britânicos. Assim, se o objectivo de Júlio de Moraes Sarmiento era o de torpedear a posição de Tasso de Miranda Cabral, o tiro saiu-lhe pela culatra, visto a postura do segundo servir mais o interesse de Salazar em salvaguardar a força militar de excessivas influências externas.

Na realidade, a atitude de Júlio de Moraes Sarmiento teria incomodado, para não dizer irritado, o Ministro da Guerra, que demora algum tempo a replicar às missivas do Major-General e quando o faz, não lhe deixe de lembrar a sua posição hierárquica inferior. Mas mais importante, Salazar não deixa então de optar pela visão estratégica de Tasso de Miranda Cabral. A resposta do Ministro da Guerra⁴⁷⁸ começa por considerar três possibilidades de conflito: a) guerra de coligação (faltando definir as modalidades de intervenção); b) guerra nas colónias (com duas hipóteses, ameaça não visível dos vizinhos ou intervenção exterior condicionado pela Grã-Bretanha); c) guerra na Península Ibérica.⁴⁷⁹ Considera-se então que dada a supremacia naval da Grã-Bretanha, deve-se ter em conta fundamentalmente a ameaça espanhola,⁴⁸⁰ esta dependente do

⁴⁷⁸ É provavelmente este texto que Tasso de Miranda Cabral denominaria em 1942 de Plano 39 (Cf. Supra).

⁴⁷⁹ Cf. ANTT/AOS/CLB/MMB 2, Processo 3, Pasta 1, Ponto 5). Documento intitulado Projecto de Plano de Guerra para a Hipótese de Conflito Armada entre Portugal e a Espanha datado de 3 de Novembro de 1938, sem ser assinado mas afirmando ser de autoria do governo, ff. 392 e 400, pp. 1 e 9 do documento. (A partir de agora, Projecto...,)

⁴⁸⁰ O que demonstra quando se evoluiu em visão da ameaça desde 1935. Agora, a focalização é toda ela feita no vizinho ibérico, produto da cada vez mais acentuada pressão continental sobre a fronteira portuguesa.

desfecho da guerra civil espanhola.⁴⁸¹ De acordo com essa possibilidade considera o governo que cabe ao exército defender a integridade da soberania nacional, a sua missão normal, tendo contudo a missão mínima de defender parcelas do território, sendo neste caso ideal que assegurasse a defesa das urbes de Lisboa e do Porto e as comunicações entre elas.⁴⁸² O ideal seria para o governo a defesa integral da soberania nacional, até por ser a mais consentânea com a finalidade de existência do Exército.⁴⁸³ Nesse sentido, estava provendo esforços para o rearmamento e mobilização da força necessária, considerando o texto que dentro de três anos no máximo o reequipamento da artilharia necessária estaria completo e esperando a complementaridade do apoio inglês para assegurar a pervivência do dualismo peninsular na tradição da geopolítica britânica.⁴⁸⁴

A resposta tardou, mas quando chega, apesar de considerar a possibilidade de uma missão máxima e de uma missão mínima, a defesa integral da soberania nacional ou a defesa de uma parcela do território nacional, opta pela primeira. O que o governo afirma é o interesse por sustentar uma defesa integral do território nacional, uma missão máxima, que exige máximos recursos. Mas ele opta também pela perspectiva de Tasso de Miranda Cabral contra a de Júlio de Morais Sarmiento. Opta em última análise pelo prisma da autonomia da força militar face aos técnicos ingleses e à possibilidade de um controlo mais forte da política de defesa (militar) pelos militares ingleses.

Não há no fundo, essa é a hipótese aqui apresentada, uma política de defesa militar que tenha como único objectivo uma real defesa do país,

⁴⁸¹ Cf. ANTT/AOS/CLB/MMB 2, Processo 3, Pasta 1, Ponto 5), (Projecto...,) ff- 393-394, pp. 2-3.

⁴⁸² Idem, Ibidem, f. 395, p. 4.

⁴⁸³ Idem, Ibidem, f. 397, p. 6.

⁴⁸⁴ Idem, Ibidem, ff. 398-399, pp. 7-8.

inviável fosse qual fosse o caminho escolhido, sem forte apoio exterior.⁴⁸⁵ Esta está também subordinada a outros interesses, à lógica política de defesa do regime e a uma política de defesa que garantisse a mínima subordinação da força militar aos interesses político-estratégicos externos, neste caso, a Grã-Bretanha, pelo que a decisão de Salazar é a de apoiar o prisma de Tasso de Miranda Cabral, apesar de o ditador ter talvez consciência dos limites reais e das dificuldades ou das impossibilidades de consecução do grande projecto tassiano (que também era a concepção santoscostista). Não obstante, e em última análise, Salazar ao considerar a principal ameaça como a advinda da Espanha, confirmava e acentuava a dimensão continental da estratégia militar lusa e a definitiva preponderância do Exército na política de defesa militar nacional. A assumpção do projecto continentalista de defesa reflectia por seu turno também a vontade de Salazar (e de Santos Costa) em autonomizar o mais possível a política de defesa (militar) nacional da dependência do apoio da Grã-Bretanha, aumentando a sua capacidade para assegurar a neutralidade portuguesa, reforçando-lhe a capacidade de resistir a uma invasão espanhola, em caso de guerra na Europa central.⁴⁸⁶

⁴⁸⁵ É contudo útil observar que o país não estava em guerra, apesar da Guerra Civil lavrar em Espanha e ser considerada como uma ameaça muito grande à integridade de Portugal e do regime. No fundo, julgar-se-ia que havia tempo para pôr em pé de guerra uma força maior, optando-se pelo objectivo mais lato, mas mais difícil de atingir. O facto não aconteceu só em Portugal. Quando em 1935 Hitler se virou para o crescimento da *Kriegsmarine*, duas opções foram-lhe postas sobre a mesa. Ou uma grande esquadra de superfície com meios muito pesados incluindo 8 porta-aviões e 6 couraçados de 56.000 toneladas (superiores aos de 45.000, Bismarck e Tirpitz que na prática foram os navios mais pesados da Armada alemã na II Guerra Mundial) ou uma forte frota de submarinos e navios ligeiros. Esta última seria de mais rápida consecução que a primeira. Hitler, no entanto, optou pela primeira, denominando-a de Plano Z, com o resultado que quando em 1939 a guerra eclodiu, não tinha, nem uma grande esquadra de superfície, nem uma poderosa frota submarina. Saliente-se que se tivesse optado pela segunda opção, em 1939, em vez de 57 submarinos operacionais, poderia ter a *Kriegsmarine* algumas centenas que teriam tido um devastador impacto nas comunicações marítimas dos aliados, ainda muito mal preparados para enfrentar a guerra submarina em larga escala. Sobre a política naval de Hitler, veja-se por exemplo, Cf. Eddy Bauer, *Op. Cit.*, 1º Vol., pp. 145-146 e 2º Vol, pp. 412-413.

⁴⁸⁶ Repetidamente na sua obra as Crises e os Homens salienta Franco Nogueira que a política de neutralidade de Salazar foi favorecida pelas finanças sãs e pelo robustecimento das Forças

Por sua vez, a irritação da réplica do governo ao vice-presidente do CSE reflecte a animosidade de Salazar com as críticas de um subordinado à política da defesa militar. Muito provavelmente, para Salazar, Júlio de Moraes Sarmento estava-se imiscuindo em assuntos que pela sua posição hierárquica lhe não diziam respeito, porque derivavam e eram de exclusiva competência do Ministro da Guerra e do Presidente do Conselho de Ministros, e punham em causa a eficiência de ambos (para o efeito, nos dois casos, Salazar). Não é que Salazar não ouvisse críticas. Tasso de Miranda Cabral também as fazia, só que com uma diferença essencial, em relação a Júlio de Moraes Sarmento. É que Tasso de Miranda Cabral apreciava criticamente dentro dos limites técnicos da sua competência,⁴⁸⁷ e por conseguinte reconhecia os limites das suas observações no contexto da sua posição hierárquica. Pelo contrário, Júlio de Moraes Sarmento intrometia-se no nível político efectuando observações sobre uma jurisdição fora da sua competência. E isso era provavelmente insuportável para Salazar, na medida em que punha em causa a sua pessoa e o mito que ele próprio tinha de si construído e por outros fora propagandeado.⁴⁸⁸

Armadas, reflectindo provavelmente a visão que o Presidente do Conselho dava da sua política e daquilo que julgara ter conseguido na II Guerra Mundial. Cf. Franco Nogueira, 2000, pp. 300 e 302.

⁴⁸⁷ Uma observação pode ser feita sobre a noção de competência. Na verdade, raramente a competência ou eficiência de um indivíduo se reflecte em toda a sua personalidade. O caso mais típico desse facto pode encontrar-se em numerosos generais alemães da Segunda Guerra Mundial, nomeadamente nos casos de Erich Von Manstein, talvez o mais brilhante estratega germânico da guerra e de Guderian, o pai dos blindados, mas que jamais foram capazes de se opor a Hitler politicamente, conquanto tenham ambos tido intensas e ferozes discussões com o Führer sobre problemas estratégicos. Sobre as biografias de ambos, Cf. Lord Carver, “Manstein” e de Cf. Kenneth Macsey, “Guderian”, in Correlli Barnett, Org., Os Generais de Hitler, 2ª Ed., Rio de Janeiro, 1991, (1989), pp. 241-267 e 458-479.

⁴⁸⁸ É isto que explica o facto de algumas pessoas reconhecerem na pessoa de Salazar um homem com abertura às críticas e outra inversamente o verem como fechado sobre si e avesso às observações negativas. Na realidade, hipoteticamente, assim nos parece, à luz desta interpretação, desde que as observações críticas não ultrapassassem a dimensão técnica específica do interlocutor de Salazar, esta era ouvinte atento. Quando se imiscuia em algo para o qual Salazar achava que o seu interlocutor não estava vocacionado ou preparado, tornava-se irritante e incómodo. Esta é, uma perspectiva, curiosamente, próxima da opinião de Marcello Mathias sobre Salazar, Cf. Correspondência de Marcello Mathias/Oliveira Salazar (1947-1968),

Esta perspectiva hipotética explica talvez o atraso do governo em responder a Júlio de Moraes Sarmiento. É que o Verão de 1938 fora particularmente caniculado em termos político-estratégicos internacionais, com a crise dos Sudetas tronante, pelo que não teria convidado ao governo de Lisboa assumir um prisma político-militar sem saber qual o resultado final desta, que poderia, caso eclodisse uma guerra europeia, modificar todo o enquadramento da Guerra Civil Espanhola, e forçar a oposição entre Portugal e o governo de Burgos.⁴⁸⁹ Neste caso, o apoio inglês seria essencial e a subordinação militar à Grã-Bretanha total. Mas superada a crise, afirmada a “paz no nosso tempo” pelo Primeiro-Ministro britânico Chamberlain, e assegurado quase definitivamente o triunfo militar franquista em Espanha,⁴⁹⁰ a afirmação da missão máxima podia ser postulada, porque politicamente mais conveniente, mesmo que a sua consecução fosse irreal, facto irrelevante face à inexistência de uma real ameaça externa.⁴⁹¹

Face a resposta do governo, Júlio de Moraes Sarmiento retoma a defesa das suas proposições e ressalva as debilidades do projecto do

Lisboa, 1984, p. 91. Desde que o interlocutor não tocasse na pessoa institucional do Presidente do Conselho, nem na ordem pública, Salazar escutava e era atento às observações e às críticas.

⁴⁸⁹ A crise dos Sudetas e a resolução da crise prolonga-se desde Maio até Setembro de 1938 e consuma-se nos famigerados acordos de Munique em finais de Setembro de 1938. Sobre esta crise, veja-se por exemplo, Cf. Henry Kissinger, *Op. Cit.*, pp. 311-313.

⁴⁹⁰ O próprio texto do governo não o deixa de relembrar, afirmando que não considera plausível que com o fim da Guerra Civil Espanhola acontecesse algo de semelhante ao que acontecera em princípios do século XIX quando as forças estrangeiras (francesas) em Espanha, utilizaram esta como plataforma para invadir Portugal. Cf. ANTT/AOS/CLB/MMB 2, Processo 3, Pasta 1, Ponto 5), f. 393, p. 2. Note-se que no Verão de 1938 se deu a última grande batalha da Guerra Civil Espanhola, o última e desesperada ofensiva da II República, a Batalha do Ebro, que consumada num fiasco, abriu definitivamente as portas da Catalunha ao Exército de Franco e com a queda desta região, ao total colapso da resistência dos restos da oposição republicana. Em fins de 1938, também aqui, a decisão já fora praticamente alcançada. A Batalha do Ebro durou desde Julho a Novembro de 1938. Sobre este assunto veja-se por exemplo Cf. César Vidal, *Op. Cit.*, pp. 356-372.

⁴⁹¹ Sublinhe-se que no final da Guerra Civil Espanhola chegou a estar definido um denominado Plano L que teria como objectivo o derrube do regime português, combinando uma invasão espanhola e um levantamento revolucionário/reviralista em Portugal. Era um projecto algo onírico tendo em conta o contexto, mas que não deixava de representar a real existência de uma ameaça. Sobre o Plano L veja-se por exemplo, Cf. Luís Farinha, 1998, pp. 253-261.

governo numa longa nota que envia ao Ministro da Guerra em Julho de 1939. Júlio de Morais Sarmiento começa por alencar que o projecto do governo exige a consumação da organização e da reorientação dos mandos superiores, Majoria-General do Exército e Direcções de Armas e Serviços, e o completamento do corpo do EME, que digladiava-se com falta de pessoal, dispersando o existente por múltiplos afazeres inibidores de uma maior eficácia do mesmo.⁴⁹² O Major-General avisava também para o perigo de interferência da política na direcção das operações militares, facto que a Grande Guerra provara ser de acuidade fundamental, tendo criado a “guerra totalitária” com a inserção dentro da acção conflitual de outros factores que não os militares, como os políticos e fazendo emergir a necessidade de desenvolver atempadamente uma política de guerra, onde deviam sempre ser ouvidos os chefes militares sobre o grau de eficiência das forças disponíveis.⁴⁹³ De uma penada, Júlio de Morais Sarmiento questionava, quer as condições do EME para prover os planos indispensáveis à defesa militar do país, quer as condições em que o governo definira a sua política para a defesa nacional. Ouvira este as chefias militares, isto é, o Majoria-General e o CSE?

Suportado neste crítica, Júlio de Morais Sarmiento investe então sobre o planeamento efectuado e sobre as reais condições da sua aplicabilidade. Começa por ressaltar que um plano de defesa deve sempre ter em conta as reais condições e circunstâncias do presente e não do futuro.⁴⁹⁴ Ora, nem foi ainda estabelecido qual a nossa política de guerra, nem foram, porque decorrendo daquela, definidas as bases da organização da nação para a guerra, limitando-se a considerar no plano apresentado

⁴⁹² Cf. ANTT/AOS/CLB/MMB 2, Processo 3, Pasta 1, Ponto 10), Nota Nº 317, Pº 4/49, datada de 22 de Junho de 1939 e assinada pelo Major-General do Exército, Júlio de Morais Sarmiento, f. 446-7, p. 4-5 do documento. Salazar sublinhara a parte respeitante à questão de serem ouvidos as chefias militares.

⁴⁹³ Idem, ff. 447-450, pp. 5-8.

⁴⁹⁴ Idem, Ibidem, f. 451, p. 9.

apenas as supostas possibilidades materiais.⁴⁹⁵ E mais à frente relembra que foram as circunstâncias financeiras, não as militares, que limitaram a constituição da força militar (terrestre) a quatro divisões e a cobertura, composta pelos efectivos permanentes do Exército, a cerca de 25.000 a 30.000 homens,⁴⁹⁶ o que era uma certa observação à discrepância das posições do governo, por um lado restringindo os efectivos do Exército, por outro, exigindo uma defesa alargada e integral do país.

Acontece que a defesa de Portugal continental é particularmente difícil pelo facto de ser um país com uma pequena profundidade territorial e uma grande extensão fronteiriça, com uma irregular distribuição populacional.⁴⁹⁷ Porém, o governo parece impor à defesa uma força máxima a utilizar logo na primeira fase da guerra,⁴⁹⁸ conquanto as forças existentes dentro da organização de 1937, quatro divisões, desprovidas de reforços ou de qualquer auxílio, de pouco sirvam na primeira fase da campanha, dada a enorme extensão de território a defender e a falta de profundidade da defesa.⁴⁹⁹ Concluía por fim Júlio de Moraes Sarmiento, que sendo fundamental para a independência de Portugal a liberdade dos mares e dos seus portos, e estando a defesa tão mal guarnecida, concentrando-se em Lisboa a soberania nacional, importava era garantir a defesa desta cidade, da Capital de Portugal.⁵⁰⁰

O Major-General consumava então a crítica devastadora ao prisma político-estratégico que enquadrara a política de defesa militar do país,

⁴⁹⁵ Idem, Ibidem, ff. 453-454, pp. 11-12.

⁴⁹⁶ Idem, Ibidem, ff. 455-456, pp. 13-14.

⁴⁹⁷ Idem, Ibidem, f. 456, p. 14.

⁴⁹⁸ Idem, Ibidem, f. 460, p. 18.

⁴⁹⁹ Idem, Ibidem, f. 462, p. 20. O texto completava-se com um croquis da autoria do antigo CEME Silva Basto onde se definiam as forças necessárias para defender a totalidade do território nacional. Neste croquis são consideradas 3 brigadas de cavalaria, 15 divisões e 4 corpos de exército, muito acima das 4 divisões da reorganização de 1937. Saliente-se que este efectivo estava abaixo do das Conferências de Estratégia de Tasso de Miranda Cabral que consignava a defesa integral do país 18 divisões e 5 brigadas de cavalaria.

⁵⁰⁰ Idem, Ibidem, ff. 463-464, pp. 21-22.

demonstrando a inviabilidade de projecto de defesa integral de Portugal. E como que a dar a estocada final, propunha que o EME estudasse as linhas de Santarém-Rio-Maior-Óbidos de cobertura de Lisboa.⁵⁰¹ Júlio de Moraes Sarmiento retomava as realidades. Na verdade, o Exército não dispunha de meios reais, nem humanos, nem materiais, para assegurar a defesa militar integral do país. Esta realidade, não decorria só de se estar no início da reorganização da força militar, mas estava inscrita na lei, no limitado número de divisões existentes que inviabilizavam qualquer lógica de defesa integral do país. O projecto de Tasso de Miranda Cabral apadrinhado por Salazar e Santos Costa era inviável. Isso era verdade, mas na realidade, era irrelevante na situação de paz, visto ser mais importante assegurar o afastamento dos técnicos britânicos e da influência britânica na força armada e no Exército, do que em nome da eficiência militar, reconhecer a necessidade de um apoio acrescido da Grã-Bretanha com todos os efeitos políticos que poderiam talvez de aí advir. O problema foi que após um novo Verão tenso, em Setembro de 1939, a tão esperada mas recusada guerra geral na Europa eclodiu, e com ela, a premência do problema de defesa ganhou nova acuidade.

Salazar contudo esperou que as coisas não corressem mal. A Guerra Civil terminara em Espanha, e Portugal negociara com o novo governo espanhol um tratado de amizade e não agressão.⁵⁰² A guerra iria decorrer

⁵⁰¹ Veja-se a resposta do EME e do CEME Tasso de Miranda Cabral em Cf. AHM, 1º Divisão, 38º Secção, Caixa 66, Nº 5. Nota confidencial Nº 218/C de 30 de Novembro de 1939 para o Major-General do Exército e para o CSE.

⁵⁰² O tratado de amizade e não agressão com a Espanha foi desejado pela Espanha franquista desde meados de 1938, na altura visando assegurar a neutralidade da fronteira, caso da crise dos Sudetas eclodisse uma guerra que deixasse o governo de Burgos a braço com a hostilidade franco-inglesa. Mais tarde, Franco viu nele uma forma de mitigar o excessivo peso que a Itália e principalmente a Alemanha tinham alcançado em Espanha pelo seu apoio ao lado franquista. A Grã-Bretanha por seu lado, e para algum espanto de Portugal, apoiou o acordo, considerando-o como útil na neutralização da Península Ibérica em caso de guerra, visto cobrir a retaguarda francesa. Neste contexto, e visando a neutralização da Península Ibérica, não só contra uma guerra europeia, mas também contra a “ameaçasse comunista”, Salazar acedeu e o acordo foi assinado em 31 de Março de 1939. Sobre este assunto vejam-se por exemplo, Cf. António Telo, 1987, pp. 38-44. Também Cf. César Oliveira, Cem Anos nas Relações Luso-Espanholas,

por enquanto na Europa Central, e podia ser que jamais daí derivasse, o que tornaria menos premente o problema da defesa militar do território continental. É certo que teriam de ser reforçadas algumas posições lusas, mas os meios existentes,⁵⁰³ dada a baixa intensidade da ameaça então existente podiam perfeitamente servir.⁵⁰⁴ Por fim, ou no princípio, a afirmação da neutralidade, muito conveniente à Grã-Bretanha, era, não só um utilíssimo serviço de contenção da Espanha, como reforçava a defesa do país, ao mitigar o espectro da guerra.⁵⁰⁵ Era deixar as coisas correrem e deixar que a guerra nunca ultrapassasse o Norte de França,⁵⁰⁶ ou terminasse por um acordo político geral.⁵⁰⁷

Esta provável esperança não impediu uma pequena reorganização do Exército em Outubro de 1939, com vista a dar-lhe uma maior operacionalidade em caso de invasão estrangeira (ou para enfrentar um golpe de mão mais poderoso). Assim era constituída uma divisão (Artº 2, 1º) em cada uma das Regiões Militares. Eram as 1ª e 2ª Brigadas de

Política e Economia, Lisboa, 1995, pp. 53-55. Igualmente, Cf. Fernando Rosas, O Salazarismo e a Aliança Luso-Britânica, Lisboa, (s/d), pp. 107-120. Uma perspectiva espanhola pode-se encontrar em Cf. Manuel Espada Burgos, Franquismo y Política Exterior, Madrid, 1988, p. 100 e Cf. Juan Carlos Jiménez Redondo, Op. Cit., pp. 38-40.

⁵⁰³ Logo nos últimos dias imediatamente anteriores ao conflito foram dadas ordens à Armada para reforçar o patrulhamento das ilhas atlânticas, nomeadamente nos Açores, sendo remetido para vigiar os cabos submarinos o aviso Gonçalves Zarco. Foi igualmente enviado para a Madeira o contratorpedeiro Tâmega (ordens especiais da Armada de 25 de Agosto de 1939). Para Cabo Verde seria enviado a 1 de Setembro de 1939 o aviso de 2ª classe Pedro Nunes. Cf. AGM, Estado Maior Naval, Núcleo 224, Caixa 1035, Instruções especiais Nº 16, 17 e 20. Datas referenciadas.

⁵⁰⁴ Franco Nogueira, como que a justificar *a posteriori* a situação “eficaz” da defesa nacional, afirma que em 1939 bastava a esta poder replicar a um golpe de mão, Cf. Franco Nogueira, 2000, p. 272. Para o qual, na verdade, havia meios suficientes.

⁵⁰⁵ Este desejo de afastar de Portugal a Guerra era afirmado de forma enfática na nota de Salazar de 1 de Setembro de 1939, publicada nos Jornais no dia seguinte. “O governo considerará como mais alto serviço (...) poder manter a paz para o povo português.” Cf. Oliveira Salazar, Discursos e Notas Políticas (1938-1943), Coimbra, 3º Vol., p. 174.

⁵⁰⁶ Facto que seria provavelmente considerado como o mais plausível por duas ordens de razão. A ideia, provavelmente difundida no exército português da superior qualidade do exército francês, o vencedor da Grande Guerra, e a experiência da Grande Guerra. O receio português à altura não seria o de uma invasão alemã, mas como se verá em breve, o da entrada da Espanha na contenda ao lado do Eixo, caso a Itália entrasse na guerra. (Cf. *supra*).

⁵⁰⁷ O prisma de que Salazar gostaria que a Guerra terminasse por um acordo geral político é defendido nomeadamente por Cf. António Telo, 1987, pp. 117-130.

Cavalaria sediadas em Elvas (Artº 2, 2º). Era denominado Comando de Defesa Marítima de Lisboa o serviço encarregado da defesa costeira do Tejo (Artº 2º, 3º). Os regimentos de infantaria 6, 8, 9 e 13 e os batalhões 3,7,9 e 10 seriam especialmente organizados para operações em Montanha (Artº 3).⁵⁰⁸ Tasso de Miranda Cabral ascendia ao posto de Chefe de Estado Maior igualmente em 28 de Outubro de 1939.⁵⁰⁹

O choque não viria contudo em Setembro de 1939, teve de esperar por Junho de 1940.

2.3.3.) Os Rendimentos Decrescentes de Tasso de Miranda Cabral

10 de Maio de 1940, a ofensiva alemã eclode no Oeste, a França, a Holanda e a Bélgica são atacadas de madrugada. A 9 de Maio de 1940, Tasso de Miranda Cabral apresenta uma exposição sobre a situação da defesa. A guerra já se prolonga à 9 meses, e com a situação da reorganização e do rearmamento do Exército preocupante, o tom tem algo de desespero. A guerra está longe, a Espanha nacionalista é uma potencial ameaça, mas isolada do Eixo, com a Itália neutra, não parece muito disposta a entrar no conflito. É contudo pelo problema de Espanha que Tasso de Miranda Cabral começa a sua exposição. Para ele, a Espanha entrará na guerra se a Itália o fizer, sendo esta a grande incógnita da política europeia do momento. Se assim acontecer, Portugal forçosamente entrará também na guerra, derivado da sua aliança com a Grã-Bretanha.⁵¹⁰ Isto é preocupante para Tasso de Miranda Cabral visto as forças espanholas serem constituídas por 10 corpos de exércitos e 25 divisões, algumas das

⁵⁰⁸ Cf. Ordem do Exército, 1ª Série, Nº 7, 28 de Outubro de 1939, pp. 182. Das pp. 184 à 203 contém numerosos quadros.

⁵⁰⁹ Cf. Ordem do Exército, 2ª Série, Nº 14, 1939, p. 697.

⁵¹⁰ Cf. AHM, Fundo Pinto Lello, 15ª Divisão, 2ª Sessão, Caixa 288, Nº 10, Documento intitulado Exposição de 9 de Maio de 1940, assinado por Tasso de Miranda Cabral, CEME, pp. 4-5 do documento.

quais mecanizadas e motorizadas. Além disso Franco dispõe ainda de uma força aérea “altamente significativa e ameaçadora” para Portugal composta por sete regimentos de bombardeamento, quatro de caça, dois grupos independentes de assalto e um grupo de cooperação. Todas as forças espanholas aquarteladas a Oeste do Meridiano de Madrid, incluindo as da Capital, deveriam na óptica do CEME interessar a Portugal.⁵¹¹ Essas forças têm um dispositivo ofensivo virado contra Portugal e o Marrocos francês.⁵¹²

Propõe assim o CEME, Tasso de Miranda Cabral, uma série de medidas com um objectivo de “salvar a honra nacional”, nomeadamente, mobilizar as tropas permanentes da cobertura imediata, ou quase, visto os quartéis existentes não disporem de facilidades para acomodar a totalidade dos efectivos necessários. Procurar armar essas forças com o máximo de recursos que o país possa adquirir. Mobilizar, dentro do possível as divisões em quadros para reforço imediato da cobertura, principalmente para o Alentejo, constituindo-se em Évora a reserva da cobertura imediata. Mobilizar-se-ia igualmente as esquadrilhas da Aeronáutica e sendo desde já definidos alvos a bombardear no país vizinho, além de fornecer os meios de cooperação para compensar a impossibilidade de mobilização das cinco divisões de quadros previstas, derivado da falta de material e de gado para as equipar.⁵¹³ Ressalva também o CEME que esta “mobilização surda” não deveria ser vista pelos espanhóis como uma ameaça ou um *casus belli*, mas como uma estrita medida de legítima defesa.⁵¹⁴

O projecto de Tasso de Miranda Cabral conflituava com os objectivos políticos de governo. Toda a mobilização, ao contrário do que pretendia o CEME, podia afigurar-se como revestindo um carácter

⁵¹¹ Idem, pp. 6-7.

⁵¹² Idem, Ibidem, pp. 8-9.

⁵¹³ Idem, Ibidem, pp. 11-14.

⁵¹⁴ Idem, Ibidem, p. 11.

ameaçador para Espanha, não porque o exército português pudesse ser visto como uma ameaça, mas porque poderia insurgir nos espanhóis a ideia de que a mobilização de Portugal visasse cobrir um ataque anglo-francês sobre eles.⁵¹⁵ Ora, face a isto, o desarmamento português era a principal vantagem de Lisboa, na medida, em que quem não tem dentes, não deve arreganhá-los, sob a pena de sofrer as consequências devastadoras da sua atitude imprudente. Neste sentido, a situação indefesa de Portugal, mais que uma desvantagem, era uma vantagem estratégica, porque que não sendo ameaça uma para ninguém, visto estar quase desarmado e indefeso, também só em caso de importância decisiva/valor estratégico relevante é que seria considerado necessário ocupá-lo, caso em que por muito armado que estivesse, não garantiria igualmente a sua liberdade, visto o potencial das grandes potências ser incomparavelmente superior ao seu.

Não deixe porém de ser curioso que Tasso de Miranda Cabral mal fale dos alemães. Nos inícios de Maio de 1940, a situação que o preocupa é da relação entre a Espanha e a Itália,^{516 517} e os efeitos que uma suposta entrada na guerra desta podem ter na outra. Não passava pela cabeça de Tasso de Miranda Cabral que a França baqueasse face à Alemanha em tão

⁵¹⁵ Os potenciais brutos que Tasso de Miranda Cabral dá do exército espanhol, podiam de um ponto de vista demográfico-númeroico corresponder à realidade. Franco tinha acabado a guerra montado num exército com cerca de 1.000.000 de homens. Mas essa força era tecnicamente muito frágil, logisticamente deficitária, precisando de um fortíssimo suporte exterior para poder operar de forma mais ofensiva, e debilmente equipada. Gabriel Cardona refere que havia numerosas unidades onde os soldados calçavam alpercatas completamente impróprias para uma marcha prolongada. Como é lógico, Tasso de Miranda Cabral estava completamente equivocado sobre o facto de um exército espanhol dispor de numerosas unidades mecanizadas. Havia além disso falta de artilharia, ao ponto de se pretender deixar as bocas de fogo o mais à retaguarda para evitar perdê-las. Sobre o assunto veja-se Cf. Gabriel Cardona, *Op. Cit.*, pp. 52-56.

⁵¹⁶ Marcello Mathias refere que em Maio de 1940, aquando da assinatura da Concordata em Roma, os plenipotenciários portugueses partiram para a Itália com o coração muito apertado, visto haver numerosos sussurros sobre a eminente entrada da Itália na guerra. Cf. *Correspondência Marcello Mathias/Salazar, 1947/1968*, Lisboa, 1984, pp. 46-47.

⁵¹⁷ Os britânicos e os alemães tinham reais dúvidas sobre o efectivo potencial de combate dos italianos. Berlim fez tudo para evitar a entrada da Itália na guerra, considerando a sua ajuda muito pouco fiável. A Grã-Bretanha duvidava do apoio que ela podia dar ao Eixo. Mesmo em Espanha, os italianos não tinham impressionado ninguém, contribuindo para uma das poucas vitórias brilhantes do exército da República em toda a guerra. Cf. Paul Kennedy, *Ascensão e Queda...*, 1º Vol., p. 345.

poucas semanas, hipótese que ele jamais considera, e por conseguinte, opõe os anglos-lusos aos hispano-italos num duelo na Península Ibérica. Na esperança que as hostes do governo de Lisboa tinham na manutenção da neutralidade latina,⁵¹⁸ tamanha perspectiva desagradaria compreensivelmente a Salazar, e o ditador não mexeu na estrutura de paz do Exército. Seria absurdo ser ele a produzir o efeito oposto ao que pretendia. Acrescente-se a isso o facto de a suposta ameaça hispano-italiana ser uma suposição à altura assente em pouco dados credíveis, e hoje, derivado do conhecimento histórico, completamente posta de parte.⁵¹⁹

As coisas modificar-se-iam substancialmente em poucos dias. A 10 de Maio a Alemanha investe sobre o ocidente, e após uns primeiros dias confusos, a 12/13 de Maio as forças germânicas rompem a frente nas Ardenas e no Mosa e espalham-se pelo Norte de França. Paris julga ser o alvo e na cidade vivem-se momentos de pânico em meados do mês. A 17 de Maio, Churchill de retorno de uma rápida visita a Paris informava o Conselho de Ministros que a derrota total de França era iminente.⁵²⁰ Esta informação de Churchill não teria chegado aos ouvidos de Lisboa, mas a situação vista daqui não seria também muito diferente. Assim, não é de estranhar a nota 520C emanada do Ministro da Guerra que a 18 de Maio de 1940 e enviado ao CSE/EME com vista a preparar com a máxima

⁵¹⁸ Sobre a política favorável de Lisboa a um bloco latino neutral, Cf. António Telo, 1987, pp. 126-128.

⁵¹⁹ Não havia informações claras sobre as intenções espanholas, mas da correspondência de Pedro Teotónio Pereira para Oliveira Salazar não parece haver indicações de uma ameaça evidente por parte da Espanha a Portugal. Segunda a historiografia actual, a Espanha conservou uma estrita neutralidade face aos beligerantes até fins de Junho de 1940. Do mesmo modo, a Itália só se atreveu a agir quando pressentiu a derrota da França em princípios de Junho de 1940 (apesar das tentações). Sobre a posição da Espanha até junho de 1940 consultou-se numerosos autores, a referência completa na bibliografia final. Os autores foram António Telo, César Oliveira, Manuel Espada Burgos e Juan Carlos Jiménez Redondo. Sobre a entrada da Itália na guerra e a postura de Mussolini segue-se a óptica de Eddy Bauer na sua *História Polémica*, Cf. Bibliografia, e de Jeremy Black, *Op. Cit.*, pp. 56-7.

⁵²⁰ Cf. Philip M. H. Bell, “Les Britanniques considéraient-ils la défaite française comme irremediable?”, in *Mai-Juin 1940, Défaite française, victoire allemande sous l’oeil des historiens étrangers*, Paris, 2000, p. 127.

celeridade possível a defesa do país. A nota começa por retomar a discussão aberta com o CSE e o Major-General do Exército Júlio de Moraes Sarmiento replicando às suas considerações.⁵²¹ Afirmando querer afastar qualquer discussão doutrinária para ir ao essencial, começa por afiançar que o governo já definiu o plano de guerra, concretizado na guerra defensiva contra a Espanha e da missão do Exército se realizar na defesa da total integridade da soberania nacional.⁵²² Assume contudo o governo a possibilidade de que por falta de meios se tenha de restringir a função do Exército a uma missão mínima, com um abandono de parte do território nacional.⁵²³

Neste sentido, visaria o governo conhecer quais as possibilidades e os meios existentes para se cumprir a missão máxima ou a missão mínima da defesa nacional, de modo a igualmente poder reajustar-se o plano de guerra e o plano de rearmamento do Exército. Afigura-se-lhe desde já indispensável a formulação de um plano de operações com os meios existentes.⁵²⁴ Avisa porém para as limitações de ordem económica e financeira.⁵²⁵ Mas termina por salientar que a legislação referida à organização do Exército não impõe o limite de quatro divisões para o Exército permanente, dela se deduzindo precisamente o contrário, e afirma poder-se contar com 16 regimentos de infantaria, 3 batalhões independentes de infantaria, 10 batalhões de caçadores, 1 batalhão de carros, 19 regimentos de artilharia, 2 regimentos de artilharia pesada, 2 brigadas de cavalaria e 5 grupos de cavalaria.⁵²⁶ Afirma então o governo,

⁵²¹ Cf. ANTT/AOS/CLB/MMB 2, Processo 3, Pasta 1, Ponto 8) Nota 520 C, manuscrita, datada de 18 de Maio de 1940, assinada pela expressão Ministro da Guerra., f. 424, p. 2 do documento.

⁵²² Idem, ff. 423-424, pp. 1-2.

⁵²³ Idem, Ibidem, ff. 425-426, pp. 3-4.

⁵²⁴ Idem, Ibidem, ff. 426- 430, pp. 4-8.

⁵²⁵ Idem, Ibidem, f. 431, p. 9.

⁵²⁶ Idem, Ibidem, f. 432, p. 10.

que tendo em conta esses efectivos, dispor-se-ia para a cobertura de 6 divisões e 2 brigadas de cavalaria.⁵²⁷

Era, da parte do governo, uma evidente desculpabilização face à política militar imposta pela legislação de 1937. Era simultaneamente um atirar de culpas para o Exército caso sucedesse um desastre. O governo afirmava que fizera um esforço denodado, ainda inacabado, mas que permitira não só reorganizar a força militar para dispor em caso de mobilização das pretendidas seis divisões de cobertura, como adquirira material ligeiro suficiente para armar 10 a 11 divisões com espingardas (100.000), metralhadoras ligeiras (2.800), metralhadoras pesadas (1250+750) e morteiros (300). Reconhecia que faltavam às divisões material de artilharia e anti-carro.⁵²⁸ Ora, afirmava o texto, o governo esperava que os estudos sobre a mobilização como sobre os regulamentos de recrutamento e instrução que propusera ao CSE tivessem sido levados a bom porto e pudessem ser apresentados.⁵²⁹

Eis subitamente que o governo acordando da sua letargia e face à iminência da ameaça se concretizar, replicava à nota que tinha escrito há quase um ano Júlio de Moraes Sarmiento. Fazia, remetendo para o Major-General do Exército o ónus das debilidades da defesa militar por este ainda não ter apresentado os planos e estudos que o Ministro da Guerra lhe encomendara, como que fazendo notar que face ao esforço de rearmamento do Exército, quem estava em falta não era o governo, mas Júlio de Moraes Sarmiento. A guerrilha institucional não era abalada pelo perigo iminente, talvez porque face à real incredibilidade da defesa, o mais importante fosse o de marcar posições para o futuro, desculpabilizando-se uns face aos outros. Júlio de Moraes Sarmiento recusa o ónus da responsabilidade e após uma atribulada troca de notas demite-se do cargo de Major-General do

⁵²⁷ Idem, Ibidem, f. 433, p. 11.

⁵²⁸ Idem, Ibidem, ff. 433-435, pp. 11-13.

⁵²⁹ Idem, Ibidem, ff. 437 e 439, pp. 15 e 17.

Exército, o que Salazar aceita após alguma resistência à vontade do general demissionário (talvez porque ficasse sem um conveniente bode expiatório).⁵³⁰

O general C. Pereira dos Santos,⁵³¹ então director da Arma de Infantaria substituiu Júlio de Moraes Sarmento como Major-General do Exército. Tal como Tasso de Miranda Cabral, tinha um perfil bem mais técnico do que político, o que significava que no topo da hierarquia militar estavam agora basicamente competências técnicas, exprimindo a progressiva neutralização, mais do que o domínio, do Exército por Salazar. Em termos práticos, isto significava que as observações sobre as questões militares (terrestres) ficaram restringidas às suas áreas específicas, não se imiscuindo com facilidade, tal como fazia Júlio de Moraes Sarmento nas questões mais gerais da política de defesa nacional (mas o ex-Major-General do Exército era um dos últimos generais políticos ainda em jogo em 1940).

O novo Major-General do Exército pede encomiasticamente então a Tasso de Miranda Cabral para efectuar um relatório de resposta à nota 520C. Este fá-lo algo cinicamente ao referir que foi concerteza o facto de ambos já se conhecerem à quarenta e dois anos que fez o general C. Pereira dos Santos ver em Tasso de Miranda Cabral um excesso de qualidades que ele não imaginava possuir.^{532 533} Não seria que a demissão de Júlio de

⁵³⁰ Cf. Telmo Faria, 2000, p. 235-237. O pedido é aceite a 14 de Junho de 1940.

⁵³¹ Nomeado a 15 de Junho de 1940. A informação da sua nomeação encontra-se por exemplo em Cf. Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal ... (1935-1941)*, 14º Vol., p. 237. Curiosamente o autor afirma que Júlio de Moraes Sarmento tinha transitado para a situação de reserva (mas no texto da sua exoneração é observado que se faz a seu pedido) (Cf. indicação seguinte). Veja-se também *Ordem do Exército*, 2ª Série, Nº 13, de junho de 29 de Junho de 1940, p. 431-2. A nomeação é referida a 15 de Junho de 1940.

⁵³² Cf. AHM, Fundo Tasso de Miranda Cabral, 26º Divisão, 10ª Secção, Caixa 332, Nº 140, documento sem título assinado por Tasso de Miranda Cabral, CEME, de 27 de Julho de 1940, p. 1 do documento.

⁵³³ Um documento bastante similar encontra-se em ANTT/AOS/CLB/MMB 2, pasta 13, Assinado pelo CEME Tasso de Miranda Cabral e datado de 1 de Julho de 1940, ff. 491-496. Este texto seria uma variação relativa ao efectuado em 27 de Junho de 1940.

Morais Sarmiento tivesse valorizado a posição de Tasso de Miranda Cabral no Exército e tornasse o novo Major-General do mesmo, tímido em emitir opinião própria? Tasso de Miranda Cabral aproveita porém para salientar que as deficiências da organização vêm de outro lado, e ele tem a consciência tranquila,⁵³⁴ ou seja, também o CEME procurava desculpabilizar-se e remeter as responsabilidades para outrem, que só podia ser o demissionado Major-General do Exército, Júlio de Moraes Sarmiento.

Quanto à situação, ela parece a Tasso de Miranda Cabral lúgubre, não podendo no estado actual o Exército cumprir alguma das missões pretendidas pelo governo. O potencial espanhol permanente é de 24 divisões, podendo chegar às sessenta divisões e a 2.000.000 de homens mobilizados,⁵³⁵ dispondo de 565 aviões, 340 dos quais operacionais nos cálculos do CEME.⁵³⁶ Face a eles, Portugal dispõe de meios muito inferiores, e Tasso de Miranda Cabral descreve as unidades apresentadas na nota 520C,⁵³⁷ salientando que mesmo que os efectivos estivessem completos e fornecessem 6 divisões, eram muito poucos face às 24 ou 48 divisões que a Espanha podia empenhar, tanto mais que às unidades portuguesas faltavam artilharia de campanha e armas anti-carro.⁵³⁸ Situação similar acontecia na aviação, com cerca de 50 aviões disponíveis, se incluísse-se os 10 aparelhos Breda à espera de pneus, uma inferioridade de 7/10 para 1.⁵³⁹

⁵³⁴ AHM, Fundo Tasso de Miranda Cabral, 26ª Divisão, 10ª Secção, Caixa 332, Nº 140, p. 18.

⁵³⁵ Observe-se que de cada vez que Tasso se referia ao exército espanhol, os seus efectivos aumentavam de número. Nada mais cru para relevar o mito das massas que perpassava pela cabeça do general português.

⁵³⁶ Cf. AHM, Fundo Tasso de Miranda Cabral, 26ª Divisão, 10ª Secção, Caixa 332, Nº 140, Doc. Cit., pp. 2-7. No Fundo Tasso de Miranda Cabral encontra-se um relatório de Passos e Sousa com uma descrição bastante detalhada do exército espanhol (sem data, mas provavelmente de 1940). Cf. AHM, Fundo Tasso de Miranda Cabral, 26ª Divisão, 10ª Secção, Caixa 332, Nº 135.

⁵³⁷ Cf. AHM, Fundo Tasso de Miranda Cabral, 26ª Divisão, 10ª Secção, Caixa 332, Nº 140, Doc. Cit., p. 7.

⁵³⁸ Idem, p. 8.

⁵³⁹ Idem, Ibidem, p. 8-9.

Tasso de Miranda Cabral afiançara em 1932 que tendo em conta a comparação de potencial militar entre Portugal e a Espanha, seriam precisos 5 corpos de exército, 18 divisões e 5 brigadas de cavalaria para defender o território metropolitano português. Com a reorganização do exército espanhol, seria necessário acrescentar essa força para as 24 a 30 divisões, quatro a cinco vezes o efectivo teoricamente existente então. Assim, a missão máxima do Exército seria “como que inviável e uma autêntica utopia.”⁵⁴⁰ Deste modo, só se a Grã-Bretanha enviasse para o território metropolitano 18 a 20 divisões seria viável a defesa integral do mesmo.⁵⁴¹ Para isso era necessário que a Grã-Bretanha tivesse disponíveis essas divisões. No entanto, em Maio de 1940, segundo dados de G. Forty, havia tão só 15 divisões nas ilhas britânicas e em França, seis das quais ainda em formação.⁵⁴² A multiplicação de divisões revestia de delírio o planeamento estratégico de Tasso de Miranda Cabral, na medida em que centrava toda a sua concepção operacional na mobilização cada vez mais empolada de unidades e efectivos, que para além de não corresponder à evolução real da arte da guerra,⁵⁴³ só garantia a balofosidade da defesa sem grandes garantias de eficácia. Escapava a Tasso de Miranda Cabral outro

⁵⁴⁰ Idem, *Ibidem*, pp. 10-11.

⁵⁴¹ Idem, *Ibidem*, p. 11.

⁵⁴² Cf. G. Forty e J. Duncan, *Op. Cit.*, p. 79. Eram as 1^a, 2^a, 3^a, 4^a, 5^a, 12^a, 23^a, 42^a, 44^a, 46^a, 48^a, 50^a, 51^a, 52^a divisões de infantaria e a 1^a divisão blindada. 8 estavam em França.

⁵⁴³ A organização militar, apesar de ainda assentar na mobilização de grandes efectivos, tendia a concentrar a sua eficiência num núcleo altamente treinado de forças móveis, numa dimensão técnico-tecnológico militar. Desse modo, apesar da força germânica dispor em 1940 de cerca de 150 divisões, o êxito da Blitzkrieg deve-se a uma reduzida força de cerca de uma vintena de unidades plenamente motorizadas e mecanizadas. De acordo com os dados levantados por Roger Edwards, 10 divisões blindadas e 8 divisões motorizadas em 1940. Cf. Roger Edwards, *Panzer, a Revolution in Warfare, 1939-1945*, 1994 (1989), pp. 70-71. A concepção aqui apresentada pode-se por exemplo ver em Cf. Omer Bartov, *L'Armée d'Hitler, La Wehrmacht, les Nazis et la Guerre*, Paris, 1999 (a edição inglesa original é de 1990), pp. 30-32. É por isso que os ingleses tinham tão poucas divisões, porque tinham decidido motorizar todas as suas unidades de campanha. E foi por isso, que das planeadas 300 divisões, os EUA acabaram por só ter 89 no fim da Segunda Guerra Mundial. Ao serem todas motorizadas e mecanizadas, houve a necessidade de disseminar os efectivos pelos numerosos serviços técnicos necessários, diminuindo as forças de combate e por conseguinte as unidades divisionais. Sobre este assunto Eddy Bauer, *Op. Cit.*, 5^o Vol., pp. 87-89 e 95-99.

tipo de estratégia militar que não o assente em multiplicar proporcionalmente os efectivos espanhóis e portugueses. Era o cúmulo da lógica da massificação demográfica.

Quanto à missão mínima, efectuando tão só a defesa recuada de Lisboa e Porto, não se cobre o entroncamento, principal nó ferroviário, dificultando-se assim a mobilização e concentração.⁵⁴⁴ Tudo o que se poderia fazer, na óptica de Tasso de Miranda Cabral era um arremedo de defesa, somente protegendo dois pontos essenciais, Lisboa e o Porto, para o qual seria necessário 10 divisões, inferior contudo à missão mínima proposta pelo governo,⁵⁴⁵ que recorde-se visava igualmente assegurar as comunicações entre aquelas cidades. Mas também isto era uma “fantasia” visto não haver igualmente 10 divisões.⁵⁴⁶ Neste campo, Tasso de Miranda Cabral acordara e comungava da brevíssima opinião que o novo empossado Major-General do Exército apresentara ao Ministro da Guerra a 1 de Julho. Na óptica de ambos, sem o mínimo de 9/10 divisões convenientemente apetrechadas, era impossível realizar qualquer missão de defesa mínima do território.⁵⁴⁷ Face a isto, e não se encontrando o Exército em nenhuma dessas condições,⁵⁴⁸ não havia a possibilidade de uma “defesa organizada, consciente e eficaz.”⁵⁴⁹

Em Agosto, no entanto, Pereira dos Santos apresentava o seu relatório ao Ministro da Guerra. Nele considerava três missões, a missão máxima, tida como defesa avançada na proximidade da fronteira, a missão

⁵⁴⁴ Cf. AHM, Fundo Tasso de Miranda Cabral, 26ª Divisão, 10ª Secção, Caixa 332, Nº 140, Doc. Cit., p. 12-13.

⁵⁴⁵ Idem, pp. 13-14.

⁵⁴⁶ Idem, Ibidem, p. 14.

⁵⁴⁷ Cf. ANTT/AOS/CLB/MMB 2, Processo 3, Pasta 1, Pontos 11) e 12). Doc. Sem título, um manuscrito e outro dactilografado.

⁵⁴⁸ De facto, no texto de 1 de Julho de 1940, Tasso de Miranda Cabral considera que só existem de facto 5 divisões, 4 nas Regiões Militares, mais a do Governo Militar de Lisboa. Cf. ANTT/AOS/CLB/MMB 2, Pasta 13, f. 493.

⁵⁴⁹ Cf. AHM, Fundo Tasso de Miranda Cabral, 26ª Divisão, 10ª Secção, Caixa 332, Nº 140, doc. Cit., p. 16.

mínima, considerada como a cobertura de certos pontos essenciais, e a missão de recurso, a que for possível de fazer com os meios existentes.⁵⁵⁰ Ressalve-se não obstante, que a despeito da ameaça pendente sobre Portugal os relatórios de Tasso de Miranda Cabral e de Pereira dos Santos tinham-se atrasado devido aos imensos afazeres que ambos os oficiais gerais tinham nos seus serviços.⁵⁵¹ A pátria podia esperar para saber como defender-se. Pereira dos Santos começa por referir o potencial do inimigo, que ele considera como sendo o espanhol, nos mesmo parâmetros que o faz Tasso de Miranda Cabral, apontando para forças de pelo menos 48 divisões, o que obrigar-nos-ia a dispor de entre 24 a 30 divisões tão só para uma defesa linear.⁵⁵² O Major-General perde então tempo a definir as médias de ocupação quilométrica de cada divisão. Calcula que a frente rondaria apenas os 500 quilómetros de extensão derivado de se desconsiderar as zonas de atravessamento difícil.⁵⁵³ Relembre-se contudo que os planos já vêm tarde e o Major General não tem essas divisões, nem efectivos semelhantes em algum lado. O texto é de uma pura ludicidade.

A situação da missão mínima aproxima-se da missão máxima. Na óptica do Major-General do Exército, também esta missão mínima exigiria as 24/30 divisões, visto na sua perspectiva, obrigar uma acção retardadora a partir da fronteira que assegurasse por fim a defesa de um perímetro defensivo que protegesse Lisboa e o Porto e as comunicações entre as duas cidades. A falta dessas divisões tornava utópica tamanha missão mínima.⁵⁵⁴ Ficava a missão de recurso, que consistiria, tendo em conta os meios existentes, na “defesa imediata, pura e simples” de Lisboa e do Porto, retornando-se a cair na velha concepção de defesa concentrada, renascida

⁵⁵⁰ Cf. ANTT, AOS/CLB/MMB 2, Pasta 1, Processo 3, Ponto 14). Nota 468 P4/49, Relatório de Santos Pereira para o Ministro da Guerra datado de 10 de Agosto de 1940, ff. 507-508, pp. 10-11 do documento.

⁵⁵¹ Idem, ff. 498-499, pp. 2-3.

⁵⁵² Idem, Ibidem, ff. 507-508, pp. 12-13.

⁵⁵³ Idem, Ibidem, ff. 508-509, pp. 13-14.

⁵⁵⁴ Idem, Ibidem, ff. 514-517, pp. 17-20.

das cinzas, diz Pereira dos Santos, pelo peso das circunstâncias.⁵⁵⁵ Não há frase mais sintomática no reflexo que faz do fracasso de um projecto, que fora na verdade acarinhado pela força militar terrestre desde o início dos anos 20.

O ideal de uma defesa avançada, na proximidade da fronteira, esboroava-se face à realidade da impreparação do Exército e da falta de efectivos que permitissem dispor-se de uma numerosa força militar para travar o passo a uma invasão espanhola. Mas este esboroamento era muito mais produto de uma concepção de defesa que se auto-limitara no constrangimento do mito da mobilização demográfica, dos grandes efectivos, e não fora capaz de apresentar uma solução, que não a da demografização da defesa militar nacional. Esse peso demográfico ainda se fazia sentir de forma evidente na missão de recurso. O recurso exigia no mínimo dez divisões, imprescindíveis, afirma o Major-General do Exército.⁵⁵⁶ Exigia-se ainda a disponibilização de pelo menos 200 aviões.⁵⁵⁷ O objectivo seria o de criar uma posição defensiva nas linhas Santarém-Rio Maior-Óbidos e na Península de Setúbal que defendessem Lisboa.⁵⁵⁸ Caso mesmo essa possibilidade fosse inviável, só restava a hipótese ultra-mínima que era a exclusiva defesa de Lisboa e do seu porto, tentando que forças ligeiras efectuassem uma manobra retardadora que ganhasse tempo.⁵⁵⁹ Face aos meios e às perspectivas de ambos os generais, a óbvia possibilidade que efectivamente restava era a defesa de Lisboa e seu porto.

A partir destes prismas seria elaborado ao longo do ano de 1940 um plano de defesa militar da metrópole que Salazar denominou de “Plano 40” apresentado, note-se, ao Exército em Dezembro de 1940. O Plano 40 dividia-se em quatro partes: I) a hipótese de guerra provável, II) o objectivo

⁵⁵⁵ Idem, Ibidem, f. 518, p. 21.

⁵⁵⁶ Idem, Ibidem, f. 518, p. 21.

⁵⁵⁷ Idem, Ibidem, f. 523, p. 26.

⁵⁵⁸ Idem, Ibidem, f. 519, p. 22.

⁵⁵⁹ Idem, ibidem, f. 522, p. 25.

geral da guerra, III) os meios, e IV) o terreno. Apesar de se considerarem três hipótese de guerra, guerra nas colónias, guerra de coligação com a acção fora do território nacional e guerra na Península Ibérica, só esta última era consignada como provável e viável. A primeira era desconsiderada por não haver ameaça local visível às colónias e pelo domínio dos oceanos que a Grã-Bretanha detinha. A segunda exigia a segura neutralidade da Península Ibérica e do território da metrópole, não sendo nas circunstâncias actuais de considerar.⁵⁶⁰ Considerada a última ameaça como a mais provável, perspectiva-se então as características que ela deveria ter.

Ora, com alguma razão, pensam os autores do documento que caso eclodisse uma guerra entre Portugal e a Espanha, ou se por qualquer razão a Espanha se visse na obrigação de desencadear um conflito com Portugal, lhe interessaria ter o papel principal, pelo que o Plano 40 é pensado com vista a ter de enfrentar-se só a Espanha sem uma terceira potência na liça. O governo considerava por isso também que as forças empenhadas contra o país não seriam muito motorizadas ou mecanizadas, dadas as dificuldades genéricas espanholas em serem abastecidas de combustíveis.⁵⁶¹ Ficava expresso também no documento um dos maiores receios de Lisboa, o da guerra eclodir por via de uma acção intempestiva dos aliados anglo-saxónicos sobre as ilhas atlânticas portuguesas. Com efeito, eram avisados os comandos portugueses para a possibilidade de uma acção inglesa sobre os Açores ou os portos lusos ter por resposta uma invasão espanhola da metrópole.⁵⁶²

⁵⁶⁰ Cf. ANTT/AOS/CLB/MMB 2, Processo 3, Pasta 1, Ponto 15). Plano 40. Plano de Guerra Português para a Hipótese de um Conflito Armado entre Portugal e a Espanha ou entre Portugal e Terceira Potência com base naquele País, datado de 30 de Dezembro de 1940, assinado por Oliveira Salazar, ff. 559-561, pp. 1-3 do documento. Saliente-se desde já que no próprio título do documento realça-se que a ameaça considerada é a de guerra continental contra a Espanha ou alguma potência baseada em Espanha.

⁵⁶¹ Idem, ff. 561-562, pp. 3-4.

⁵⁶² Idem, Ibidem, f. 563, p. 5.

Eram então definidos quatro objectivos de guerra consubstanciando-se em seis missões para a defesa militar de Portugal. Os quatro objectivos eram: I) defesa integral do território nacional, II) defesa da zona costeira entre as cidades de Lisboa e do Porto, III) defesa de um reduto extremo, pensado como as posições em redor de Lisboa, IV) evacuação da soberania. A I missão era considerada como a missão normal, mas derivado da falta de recursos definiam-se ainda a missão mínima consignada pelo II ponto e as missões extremas, os III e IV pontos, visando já tão só a salvaguarda da continuidade da soberania. Esses quatro objectivos de guerra consignavam seis missões operacionais, I) defesa integral do território metropolitano, II) defesa da região costeira e das linhas de comunicação entre o Porto e Lisboa mais o Algarve (por ser uma excelente posição para um contra-ataque de flanco sobre um inimigo invadindo o país pelo Alentejo visando atingir Lisboa), III) defesa da linha de Coimbra-Abrantes-Alcácer do Sal, IV) defesa da linha Óbidos-Santarém-Estuário do Sado, V) defesa nas velhas posições das Linhas de Torres, VI) evacuação da soberania. O governo considerava como ideal, a II missão, derivado da falta de recursos para se alcandorar à consecução da I missão. Por fim, no plano era afirmado a recusa total em capitular.⁵⁶³

O governo terminava o plano por uma descrição muito razoável das debilidades da defesa militar (terrestre) nacional. Referia as aquisições feitas no exterior para armar a artilharia do Exército, mas reconhecia que boa parte do material, apesar de já encomendado, ainda não fora entregue, considerando que talvez para meados de 1942 este tivesse chegado na totalidade. Afiançava que buscaria atingir o número de 12 divisões, considerado o mínimo indispensável pelos comandos militares para assegurar a defesa nacional, mas avisava desde já, para não se afastar da organização em vigor no Exército, que representava um muito pesado

⁵⁶³ Idem Ibidem, ff. 567-571, pp. 8-12.

encargo no orçamento nacional.⁵⁶⁴ Em suma, a defesa era muito importante, mas o orçamento continuava a ditar as regras. Independente do grau de periculosidade ou de iminência da eclosão das hostilidades, a defesa teria de se curvar ao orçamento. O Plano 40 não deixava por fim de legitimar a primazia do Exército. Esta emergia da necessidade de defender a metrópole, o espaço continental português, e por conseguinte de centrar a política de defesa na força militar (terrestre), não naval. Afirmava-se que era a possibilidade de defesa continental que asseguraria o tempo suficiente para a chegada de reforços vindos do exterior.⁵⁶⁵

No fundo, era a pressão continental, isto é, eram as ameaças espanhola e a germânica que faziam a balança pesar a favor do Exército na política de defesa e militar nacional. Era, inevitavelmente, o resultado da extensão linha raiana que dividia Portugal da Espanha e dava um ar epirocrático ao país. No entanto, um maior pormenorizamento da defesa militar de Portugal faria salientar que dependendo o país de ajuda exterior, e dispondo à partida, e sempre, de menos efectivos e meios técnicos que o seu potencial agressor, outra estratégia militar teria de ser aplicada. As realidades do momento demonstravam à saciedade que a perspectiva da Armada, assim como a da MMI continham uma grande verdade. A defesa de Portugal devia ser recuada, concentrada nos pontos essenciais, e suportada no poder naval, em última análise, demonstrando a importância do prisma talassocrático. O problema de Portugal assemelhava-se assim ao francês. Como salientava Raymond Aron⁵⁶⁶ e considera Paul Kennedy⁵⁶⁷, a França era um país híbrido, continental e marítimo. À sua medida assim sucede com Portugal.

⁵⁶⁴ Idem, Ibidem, ff. 573-575, pp. 14-16.

⁵⁶⁵ Idem, Ibidem, ff. 579-580, pp. 20-21.

⁵⁶⁶ Cf. Raymond Aron, 1985, 1º Vol., p. 240.

⁵⁶⁷ Cf. Paul Kennedy, Ascensão e Queda..., 1º Vol., p. 120.

O Plano 40 levou os comandos militares, o CSE, o Major-General do Exército e o CEME a elaborarem os planos de operações. Neles é efectuado uma análise das possibilidades defensivas da força militar existente e são apresentados os planos de operações que se consignam a cada uma das missões definidas pelo plano geral de guerra, o Plano 40. Em março de 1941 é apresentado do projecto do Major-General do Exército.⁵⁶⁸ O inimigo não é agora claramente definido, mas levanta-se a hipótese de se estar a pensar num ataque alemão, visto o inimigo referido ser apresentado como composto por forças ultra-modernas. Segundo ele, as três missões⁵⁶⁹ estavam delineadas de acordo com os objectivos a precaver, ou seja, as duas primeiras modalidades lidavam com a defesa integral do país, as três modalidades subsequentes com a defesa de objectivos essenciais, Lisboa, Porto e Coimbra, a última dessas três modalidades consignada a uma defesa mínima e de recurso. Prevvia-se igualmente a evacuação dos órgãos de soberania.⁵⁷⁰

Depois de ressalvar a garantia que o governo dera de equipar completamente 12 divisões com o apoio de pelo menos 150 aviões,⁵⁷¹ Pereira dos Santos, desenvolve as possibilidades de defesa militar metropolitana. Considera inviáveis pela falta de recursos as 2 primeiras modalidades, atidas ao objectivo de defesa integral do território nacional. Concentra-se assim nas modalidades subsequentes de defesa de objectivos essenciais.

As três modalidades subsequentes são consideradas segundo as linhas defensivas que devem defender. A modalidade três visa defender

⁵⁶⁸ Cf. ANTT/AOS/CLB/MMB 2, Processo 3, Pasta 2, Ponto 19). Plano 40, Projecto de bases para a elaboração de um plano geral de operações, com a data de 10 de Março de 1941, assinado pelo Major-General do Exército Pereira dos Santos, f. 635, p. 4 do documento.

⁵⁶⁹ O texto do Major-General do Exército consigna tão três só missões, porque miscigena a missão mínima e o reduto extremo numa única modalidade de missão.

⁵⁷⁰ Idem, ff. 639-642, pp. 8-11.

⁵⁷¹ Idem, Ibidem, ff. 637 e 639, p. 6 e 8. Observe-se que segundo o Plano 40, só existiam 60 aviões “modernos” na Aeronáutica, contudo dos 30 Gladiators, muitos estavam inoperacionais. Cf. ANTT/AOS/CLB/MMB 2, Processo 3, Pasta 1, Ponto 15) ff. 577-578, pp. 18-19.

Lisboa, Coimbra, Abrantes e o Estuário do Sado, uma linha com 320 quilómetros de extensão, exigindo pelo menos 24 divisões. Pretendia-se contudo que a frente fosse tão só defendida por 18 divisões e 5 brigadas de cavalaria, ficando 6 divisões em reserva. Se as linhas fossem cobertas por tão só 12 divisões, a extensão de frente por cada uma das divisões seria excessiva, cerca de 25 quilómetros para cada uma delas. A modalidade quatro tem por posição de defesa a linha Santarém-Rio Maior-Óbidos, com 140 quilómetros de extensão, cada divisão com 11,5 quilómetros de linha de frente para defender. A modalidade cinco, abarca as antigas posições das Linhas de Torres Vedras, só defendendo ser utilizada em caso de insucesso na defesa das posições da modalidade quatro. Refira-se que qualquer das variantes anteriores considerava também a defesa da Península de Setúbal, em linhas mais ou menos avançadas conforme as linhas a Norte do Tejo estivessem mais perto ou mais longe de Lisboa. Por último vinha a modalidade seis, de último recurso, a única possível tendo em conta os meios materiais realmente existentes e visando a de defesa de Lisboa e do seu porto.⁵⁷²

No mesmo mês Tasso de Miranda Cabral efectua umas considerações sobre o plano 40, que não o modificam na sua estrutura geral, mas reflectem as concepções gerais do CEME sobre o assunto. O CEME começa por apontar a excessiva extensão das linhas de Coimbra-Abrantes-Estuário do Sado para uma força de 12 divisões, cada uma defendendo uma frente de 28 quilómetros, o que o autor acha inadmissível.⁵⁷³ Sequencialmente reconhece que a defesa integral do país, exigindo em 1932 18 divisões e 5 brigadas de cavalaria, impor-se-ia em 1940 cerca de 30 divisões, 24 para a defesa das linhas da fronteira e 6 para criar

⁵⁷² Cf. ANTT/AOS/CLB/MMB 2, Processo 3, Pasta 2, Ponto 19), ff. 639-642, pp. 8-11.

⁵⁷³ Cf. ANTT/AOS/CLB/MMB 2, Processo 3, Pasta 2, Ponto 20). Documento intitulado Plano 40, algumas considerações sobre as zonas propostas no Plano 40 feitas pelo Chefe do Estado Maior do Exército, Tasso de Miranda Cabral, datado de 20 de Março de 1941, Não são visíveis nas cópias os ff.). p. 2.

uma massa de reserva de contra-ataque.⁵⁷⁴ Pior, visto na óptica de Tasso de Miranda Cabral, o projecto de 1932 visar uma defesa móvel, quando o plano 40 assentava numa defesa estática.⁵⁷⁵ Na verdade, Tasso de Miranda Cabral sempre se sustentara numa defensiva de posição, como se pode verificar pela sua obra e pelos planos que apresentara nos anos 30. Quando falava em defesa móvel, tão só queria dizer uma defensiva de retirada para ocupar uma nova posição defensiva.⁵⁷⁶ Toda a sua concepção se centrava na ocupação e na defesa estática, até aos limites, de posições orotopográficas, e nesse aspecto o plano 40 não era diferente dos de antanho. Eram os limites teóricos das concepções de Tasso de Miranda Cabral e de Pereira de Santos. Delimitações teóricas que faziam com que o aumento (teórico) de efectivos e de meios materiais correspondessem a uma cada vez menor capacidade de defesa. Eram os rendimentos decrescentes de Tasso de Miranda Cabral.

Por último, e como cúpula do planeamento estratégico militar era apresentado em Abril o Plano de Defesa Imediata que tinha como base os recursos considerados como mobilizáveis pelo Exército. O inimigo encarado eram as forças alemãs estacionadas em Baiona, que segundo o plano eram compostas por 1 divisão couraçada (blindada), 1 divisão motorizada, 1 divisão de cavalaria e 5 divisões normais.⁵⁷⁷ A imediatez da defesa com os meios disponíveis implica uma solução de recurso que passa

⁵⁷⁴ Idem, p. 14.

⁵⁷⁵ Idem, Ibidem, p. 12.

⁵⁷⁶ Talvez se possa perspectivar o que Tasso de Miranda considerava como defesa móvel na leitura da análise táctica de batalha de Elias da Costa. Para este autor, por defesa móvel considerar-se-ia a alternância entre defesa e retirada. Cf. Elias da Costa, 1936, p. 213. É certo que a visão de Tasso de Miranda Cabral é estratégica e a de Elias da Costa táctica. No entanto, se nos ativermos ao prisma de que a concepção de Estratégia nos anos 20 e 30 está profundamente marcada por uma dimensão de execução e aplicação da acção militar, uma dimensão operacional e/ou operativa, ou seja, está profundamente incrustada numa tactização, talvez as duas concepções de defesa móvel imbricando-se surjam como uma só.

⁵⁷⁷ Cf. ANTT/AOS/CLB/MMB 2, Processo 3, Pasta 2, Ponto 23), Documento intitulado Plano 40, Projecto de bases para a elaboração de um plano de defesa imediata, datado de 12 de Abril de 1941 e assinado pelo Major-General do Exército Pereira dos Santos, f. 764, p. 7 do documento.

pela reactivação de uma zona defensiva cujo limite seriam as históricas Linhas de Torres Vedras, a quinta modalidade do plano 40 que para o caso passava a ser a primeira.⁵⁷⁸ Analisando a distância e o traçado das linhas de comunicação/vias de comunicação entre Baiona e Lisboa, considerava o Plano 40, plano imediato de defesa que a distância das forças alemãs a percorrer rondaria entre os 750 (a Norte) a 1500 (centro-Oeste) quilómetros, pelo que só seria de admitir um ataque ao território nacional por 5 divisões inimigas apoiadas por fortes meios aéreos, num prazo de oito a dez dias após a transposição da fronteira franco-espanhola.⁵⁷⁹ Contudo, julgava-se que o ataque final ao reduto português só seria efectuado após 30 dias a contar da transposição pelos alemães da fronteira franco-espanhola, facto resultante da necessidade de as unidades móveis germânicas terem de esperar pelas forças de acompanhamento de infantaria de marcha.⁵⁸⁰

O denominado plano Félix, que mais não era que um enquadramento de uma intervenção alemã em Espanha e em Portugal, deixava porém tão só às forças motorizadas uma invasão de Portugal.⁵⁸¹ Nesse sentido, não haveria necessidade de esperar pela chegada de reforços de infantaria de marcha para iniciar a invasão, pelo que desde logo o planeamento português tinha falhas importantes.

Os militares portugueses pareciam estar a contar com uma mobilidade estratégico-operacional/operativa similar à das guerras napoleónicas, e pareciam ainda não ter compreendido que as forças mecanizadas e motorizadas eram mais do que a velocidade, era um núcleo pequeno mas altamente móvel e protegido que não exigia uma grande força para superar e sobrepujar os obstáculos que lhe eram postos à frente, era

⁵⁷⁸ Idem, f. 763, p. 6.

⁵⁷⁹ Idem, Ibidem, f. 765-767, pp. 8-10.

⁵⁸⁰ Idem, Ibidem, f. 768, p. 11.

⁵⁸¹ Utiliza-se a transcrição do Plano Félix transcrita por Cf. Fernando Rosas, O Salazarismo..., p. 123.

uma força técnica-tecnológica, onde o elemento humano poderia ser consideravelmente diminuído em efectivos ao mesmo tempo que o seu potencial de guerra e destrutivo era imensamente exponenciado (segundo um prisma e um pressuposto tecnológico-militar que hoje seria definido como de multiplicadores de poder).⁵⁸²

A possibilidade de uma rápida e decisiva ofensiva apoiada unicamente na força móvel germânica deveria ainda ser de maior consideração se fossem observado os efectivos com que Portugal poderia contar. Estes eram contabilizados em 5 divisões, que deveriam ser mobilizadas e concentradas no última reduto mal o exército alemão iniciasse a travessia dos Pirénéus. Era desejável que se dispusesse de 10 divisões e entre 160.000 e 200.000 homens, mas não os existindo, contar-se-ia tão só com as 5 divisões mobilizáveis, cerca de 100.000 efectivos, não dispondo contudo de quase nenhuma artilharia. Esperava-se que a Grã-Bretanha pudesse fornecer desde já quatro artilharias divisionárias e enviasse em caso de necessidade 5 divisões de reforço. A defesa concentrar-se-ia nas primeiras Linhas de Torres Vedras.⁵⁸³

Pode-se dizer que com o plano de defesa imediata, aquele que mais aproximava os planos estratégicos portugueses dos reais recursos militares

⁵⁸² Como já observámos anteriormente, o cerne da visão da Guerra Total germânica é a da massificação mecânico-industrial onde o homem se transforma em instrumento como máquina, ou melhor, numa das componentes de um universo mecânico e maquinizado. Na guerra, a máquina, exponenciando a destruição, massifica a massa da guerra, substituindo, ou enredemoinhando as massas humanas na lógica da mecanização e da maquinização. É isso que transforma a guerra no processo puramente racional, frio e cru, onde a paixão e o ódio são assimilados a uma forma de violência estritamente racionalizada. Esta visão das coisas pode ser muito bem lida em Ernest Junger. Quanto ao conceito de multiplicadores de poder, a sua origem é norte-americana e reflecte a exponenciação do factor tecnológico como instrumento de potenciar o poder da força armada, cada vez com menos efectivos e cada vez com mais máquinas que aumentam consideravelmente a sua eficiência, nomeadamente, e por exemplo, as tecnologias da informação que aumentando o conhecimento e a precisão, permitem com menos meios, fazer muito mais coisas, ou seja, aumentar a destrutividade gerada pelas armas clássicas. A despeito de ser um conceito recente, na prática, a lógica germânica e soviética de entre-as-guerras era uma clara aplicação deste prisma. Sobre o assunto, Cf. Parte Téorico-Metodológica.

⁵⁸³ Cf. ANTT/AOS/CLB/MMB 2, Processo 3, Pasta 2, Ponto 23, doc. Cit., ff. 776 e seguintes, pp. 19 e seguintes.

nacionais se consumava o fracasso de vinte anos de planeamento estratégico (militar terrestre). Este fora pensado para assegurar a defesa da integridade de todo o país, nas proximidades da fronteira, mas no fim, a realidade obrigou a retomar a velha ideia, dita acabada, da defesa recuada, nas proximidades de Lisboa, reaproveitando as velhas Linhas de Torres Vedras. Num conjunto de texto manuscritos encontrados no Arquivo de Tasso de Miranda Cabral, provavelmente da sua autoria, descreve-se os projectos/planos de defesa nacional desde 1932 até à altura. Tasso de Miranda Cabral refere um plano 41, o plano de defesa imediata de Lisboa, resumido às linhas de Torres Vedras e à defesa estática, com cerca de 120.000 efectivos.⁵⁸⁴ Considerava-se ainda a criação de um dispositivo de segurança avançada, provavelmente uma ténue linha de aviso na fronteira. Este plano 41, mais não é que o plano de defesa imediata e consumava um retorno à malfadada concepção de defesa concentrada e recuada contra a qual o corpo de oficiais do EME se tinha batido desde 1919. Mas as realidades a isso obrigavam.

2.3.4.) As Negociações Militares com os Britânicos (1941-42)

O plano de defesa imediata de Lisboa estava na base do projecto apresentado pelo Estado Maior do Exército aos seus colegas britânicos aquando das conferências de estados maiores em Março de 1941. Fora já nos fins de 1940 que Salazar decidira combinadamente com Armindo Monteiro pedir que se iniciassem conversações muito sigilosas e secretas entre os estados maiores dos exércitos português e inglês. Armindo Monteiro tivera a oportunidade, em conversas com Lord Halifax em 17 e

⁵⁸⁴ Cf. Fundo Tasso de Miranda Cabral, 26ª Divisão, 13ª Secção, Caixa 336. Nº 240. Documento manuscrito contendo um mapa mostrando as linhas de invasão espanholas segundo um estudo feito em Espanha. As folhas trazem a chancela, Estado maior do Exército, Gabinete do Ministro. Estes textos manuscritos referem três planos desde 1939, os que fomos seguindo ao longo da obra, o Plano 39, o Plano 40 e o Plano 41.

18 de Dezembro de 1940, de expor a situação complicada da defesa portuguesa e de salientar a importância da manutenção da neutralidade lusa como condição da salvaguarda da neutralização da Península Ibérica. Havia contudo perigos a esconjurar, e por isso era imprescindível a colaboração anglo-lusa, reconhecendo então, debalde os esforços de rearmamento, as debilidades da defesa militar portuguesa. Lord Halifax teria assim proposto a conversação entre as entidades técnicas.⁵⁸⁵ Seria o ponto de partida para o renovar das conversas entre os militares dos respectivos países, desde a eclosão da guerra, praticamente sem se comunicarem. Não se fará aqui uma detalhada evolução das conversações, tão só salientar o seu primeiro desfecho, a apresentação do plano português de defesa militar da metrópole.

Em Maio de 1941, após conversações havidas em Março do mesmo ano, Lisboa apresentava o seu projecto de defesa militar (terrestre) com vista a colaboração das forças militares da Grã-Bretanha na defesa da metrópole. Tratava-se de um plano de defesa imediata de Lisboa e exigia a participação de cerca de 12 divisões, 5 portuguesas e 6 a 8 britânicas,⁵⁸⁶ tendo como base as históricas Linhas de Torres Vedras. A aceitação destas linhas derivava de a defesa anti-carro na óptica dos britânicos ser nelas mais eficaz, porque a linha de frente seria mais cerrada e com menos brechas, derivado do número de efectivos e dos meios bélico presentes. Saliente-se não obstante, a impossibilidade da Grã-Bretanha enviar 6 a 8 divisões, só se podendo contar com 3 grandes unidades britânicas, obrigando as posições de Torres Vedras a terem de ser encurtadas para as linhas Torres Vedras-Sobral de Monte Agraço-Alcochete-Setúbal ou Torres Vedras-Mafra-Alverca, criando um dispositivo defensivo estendido por 78 a 75 quilómetros. Aos portugueses caberia a defesa a Norte e aos britânicos

⁵⁸⁵ Cf. MNE, *Dez Anos...*, 6º Vol., pp. 679-681.

⁵⁸⁶ No plano de defesa imediata, relembre-se, refere-se a necessidade de um reforço de 5 divisões britânicas.

a defesa a Sul. Eram ainda requisitadas quatro artilharias divisionárias, visto o Exército só dispor de uma dessas artilharias completas, ou seja, 36 peças. Acrescia-se ainda a necessidade de armar toda a força militar portuguesa com armas anti-carro, sendo pedidos 200 canhões de calibre entre os 20m/m e os 40 m/m, além de material de artilharia A.A. e de outro material de guerra.⁵⁸⁷

A defesa apresentada era assim, não só um retorno ao modelo de defesa recuada, como representava a forma mais mitigada e mínima da mesma, visto que derivado da impossibilidade de envio de uma numerosa força britânica, se optar pelas posições mais recuadas das históricas Linhas de Torres Vedras. António Telo afirma, que os comandos militares britânicos acederam a esta modalidade de defesa para manter a delegação portuguesa satisfeita, visto reconheceram no fundo a inviabilidade de defender o território metropolitano com os meios existentes. O objectivo britânico nas negociações era o abrir as portas a concessões e a preparar o terreno para uma emergência futura, nomeadamente no que se refere à utilização dos Açores pelos aliados.⁵⁸⁸ Este plano pode ser consubstanciado como o plano 41 referido por Tasso de Miranda Cabral, que na prática mais não era que a substanciação do plano de defesa imediata do plano geral de defesa do país.

A 5 de Maio de 1941 um despacho assinado por Oliveira Salazar confirmava em definitivo a nova organização defensiva, seguindo em geral, as linhas mestras defendidas pelo Estado Maior do Exército britânico. A defesa seria centrada nas 1ª Linhas de Torres Vedras com um reduto no triângulo Trafaria-Almada-Alfeite. Seriam criados destacamentos de cobertura sem artilharia, ou seja, forças muito aligeiradas, assentando a sua

⁵⁸⁷ Cf..MNE, *Dez Anos...*, 8º Vol., pp. 396-403.

⁵⁸⁸ Cf. António Telo, 1987, pp. 327-328.

operacionalidade na mobilidade e num sistema de demolições/destruições.⁵⁸⁹

Em abono dos portugueses saliente-se no entanto dois dados. Em primeiro lugar, a modalidade de defesa metropolitana apresentada pelo estado maior português, aproximava-se do prisma defendido pelos britânicos aquando das conversações militares de 1938 (Infra).⁵⁹⁰ Santos Costa confirmaria de facto muitas décadas depois que os planos finais seguiam as orientações britânicas⁵⁹¹. Era uma modalidade de defesa de Lisboa, uma modalidade de defesa recuada⁵⁹² tendo em conta os limitadíssimos recursos portugueses. Tinha além disso a vantagem, talvez não despiciente para os britânicos de poder proteger a evacuação das autoridades e recursos portugueses e ingleses existentes em Lisboa. Em segundo lugar, a modalidade de defesa apresentada estava de acordo com o modo como o exército britânico defenderia ou defendia com sucesso algumas posições estratégicas fundamentais. Seria o caso da defesa de Tobruk, uma posição fortificada em todos os azimutes e logisticamente

⁵⁸⁹ Cf. ANTT/AOS/CLB/MMB 2, Processo III, Pasta II, N° 26, ff. 828-829. Sobre a visão britânica, nota seguinte.

⁵⁹⁰ A despeito da indicação de António Telo, os britânicos teriam ficado satisfeitos com a nova concepção estratégica militar dos portugueses, reconhecendo realismo aos propósitos portugueses, mas reforçando a ideia de ainda se concentrar mais a defesa em redor de Lisboa (Linhas de Torres). Propunham ainda que a cobertura composta por destacamentos muito ligeiros e irregulares funcionasse como meio retardador, nomeadamente potenciando as destruições de obras como obstáculo a uma invasão inimiga, atrasando o seu avanço. Era de facto salientado que as demolições eram o fundamento do retardamento. Por fim afiançava-se da necessidade de iniciar a mobilização e concentração mal os alemães ultrapassassem os Pirenéus. Cf. ANTT/AOS/CLB/DNAI 3, Anexo ao Processo I, N° 6. Dois documento com a chancela de secreto, dactilografados em inglês datados de 7 de Março e de 10 de Março de 1941, ff. 82-84 e 85-92. Indicam que se devem entregar ao Coronel Barros Rodrigues e contém a opinião do Estado Maior Britânico sobre os planos de defesa portugueses.

⁵⁹¹ Cf. Manuel Braga da Cruz, Org, e Prefácio, 2003, Doc. 453, Carta de Santos Costa ao Jornal O Dia, datada de 16 de Setembro de 1976, p. 381. Assume aqui a definição das linhas de defesa aquando da II Guerra Mundial nas históricas Linhas de Torres Vedras.

⁵⁹² Muito do sucesso da *Blitzkrieg* deveu-se a mania com que muitos dos adversários dos alemães optaram por defesas avançadas. Ao querer proteger todo o território, polacos, franceses e jugoslavos ficaram extremamente vulneráveis à batalha em profundidade característica da guerra móvel germânica. Pelo contrário, havendo grande profundidade estratégica, como aconteceu na URSS ou no Norte de África, a batalha em profundidade revelava-se muito menos apta a alcançar a decisão pelas armas. A *Blitzkrieg* revelava as suas enormes potencialidades fundamentalmente nas batalhas nas fronteiras. Cf. Jeremy Black, *Op. Cit.*, pp. 79-80.

suportada por mar, que resistiria vários meses ao Afrika Korps. O modelo seria mais tarde aplicado em El Alemain (meados/fins de 1942).⁵⁹³

O acordo de defesa anglo-luso seria definitivamente formulado entre Março e Agosto de 1942. Ela partia das limitadas possibilidades de defesa de Portugal, e assumia em definitivo a concentração da defesa nas ilhas dos Açores e a evacuação da soberania portuguesa em caso de invasão da metrópole, efectuando-se tão só uma resistência simbólica. Era o reconhecimento da inviabilidade de defesa eficaz no continente.⁵⁹⁴ Era contudo um reconhecimento tardio, que revela as enormes resistências da parte do governo e de Salazar em abandonar a metrópole, reflectindo talvez a consciência que essa cedência significaria em definitivo a subordinação de Lisboa à Grã-Bretanha, com a evidente possibilidade de termo do regime no fim da guerra. Não obstante, não querendo a Grã-Bretanha arriscar num apoio mais forte e sólido,⁵⁹⁵ restava a assumpção da inevitabilidade de em caso de invasão ou ameaça de invasão ter de ceder à vontade britânica e se retirar para as ilhas.

2.3.4.) As “Escolas da Guerra”: O Exército face à Transformação da Guerra Moderna (Análise Comparativa)

A 9 de Dezembro de 1940, nas escaldantes areias do deserto norte-africano, uma pequena força britânica de duas divisões motorizadas e

⁵⁹³ Sobre as batalhas de Tobruk e El Alemain, vejam-se na bibliografia as obras de Eddy Bauer, Ian Hogg, Phillipe Masson, Liddell Hart e John Keegan.

⁵⁹⁴ Cf. ANTT/AOS/CLB/DNAI 2, Pasta IV, Nº 19, ff. 156-163. Documento dactilografado intitulado Plano para a colaboração anglo-portuguesa em caso de emergência, datado de 10 de Março de 1942. O Acordo definitivo só seria aprovado em Agosto de 1942, mas nas suas linhas gerais seguia o modelo de documento de Março do mesmo ano. Cf. ANTT/AOS/CLB/DNAI 3, Anexo ao Processo IV, Nº 1, ff. 387-390. Documento dactilografado intitulado Plano para a Colaboração Portuguesa e Britânica em caso de Emergência, datado de 31 de Agosto de 1942.

⁵⁹⁵ Cf. ANTT/AOS/CLB/DNAI 2, Pasta IV, Nº 5, Carta remetida do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Secretaria Geral, ao embaixador português na Grã-Bretanha, datada de 12 de Dezembro de 1941, f. 61.

mecanizadas iniciava uma breve incursão militar, que a termo se tornaria numa das mais espectaculares ofensivas de toda a guerra. O general O'Connor e as forças britânicas, não mais de 36.000 homens, empurrariam em dois meses o exército de Mussolini, teoricamente forte de 250.000 homens, para Oeste, para a Tripolitânia, a mais de 1000 quilómetros do seu ponto de partida, fazendo no processo 110.000 prisioneiros, à custa de pouco mais de 2.000 baixas ingleses, processo só travado com a chegada de Rommel e da 5ª Divisão ligeira do *Afrika Korps*, em fevereiro/Março de 1941.⁵⁹⁶ Era a transformação da arte da guerra e da estratégia militar tendendo para forças mais técnicas e menos numerosas, substanciadas na mobilidade e na comunicação, exponenciando a destrutividade, que facilitava as manobras de contra-ataque rápido na defesa (valorizando os elementos tecnológicos multiplicadores de poder).

Face a isso, o modelo de defesa que Tasso de Miranda Cabral e Pereira dos Santos apresentavam estava demasiado arreigado ao desastroso exemplo da defesa francesa em 1940 e da defesa italiana face a aguerrida força britânica. Não era obrigatório que assim fosse, nem o modelo de defesa proposto por Tasso de Miranda Cabral, o seu mais ilustre e sistemático proponente, era o único modelo de guerra e arte da guerra/estratégia militar futura a considerar. Na verdade, uma comparação entre os planos e os conceitos de estratégia militar e de manobra estratégica de alguns países europeus e de Portugal merece ser motivo de análise com vista a enquadrar o planeamento da defesa militar de Portugal num modelo ou escola de pensamento estratégico militar. Este é talvez o momento ideal para efectuar essa comparação, vistos que estão analisados os processos de estruturação e a evolução da política de defesa militar de Portugal e da

⁵⁹⁶ Sobre a campanha militar de O'Connor e dos britânicos na primeira fase da guerra do deserto, tão só contra as forças italianas, por exemplo a recente obra de síntese de Cf. John Latimer, *Operation Compass 1940, Wavell's Whirlwind Offensive*, Oxford, 2000. Para os efectivos vejam-se as pp. 21 e 24-25. Para as baixas de ambos os lados, as pp. 86-87.

estratégia militar que lhe corresponde até ao plano 41 que consuma uma visão de fazer a guerra, que a evolução da Segunda Guerra Mundial mudaria irremissivelmente, transformando em profundidade a Estratégia.

O final dos anos 30 virão renascer uma oposição entre os proponentes da defesa avançada e da defesa recuada. A primeira fora apresentada por homens como Tasso de Miranda Cabral e Raul Esteves como a modalidade moderna de defesa. Em boa verdade, contudo, ela fora já a âncora teórica sobre a qual o Exército pretendia fundar a sua política militar de mobilização e enquadramento da grande massa válida da nação. Esta pretensão fora porém abalada pelos limitados recursos disponibilizados pelas instâncias superiores e financeiras do Estado/regime e pelas propostas britânicas apresentadas pelos seus representantes aquando das conversações de 1938. Face a esta realidade, o Major General do Exército, o general Júlio de Moraes Sarmento, propusera a inevitabilidade de fazer recuar as posições da defesa da metrópole para a região do Ribatejo, mesmo chegando a retomar a possibilidade de reactivar as velhas Linhas de Torres, um tanto alargadas.

Salazar, suportado pela intransigência de Tasso de Miranda Cabral, não admitira essa possibilidade, e apoiara a pugnacidade do na altura Vice-Chefe do Estado Maior do Exército para assegurar a defesa avançada e integral do território nacional. Ora, a ameaça de invasão e a situação lamentável da defesa obrigara a assumpção da necessidade de fazer recuar a defesa até às linhas de Rio Maior-Santárem-Setúbal, ou mesmo, até às velhas linha de Torres Vedras. Simplesmente, os meios existentes, já mal garantiam a defesa das últimas posições, quanto mais da integridade de todo o território nacional. Esta era a situação em meados de 1941.

Para o estudo em presença, fica a questão de saber onde ancorar as duas concepções defensivas apresentadas, a defesa avançada e a defesa recuada. É preciso começar por salientar que as duas perspectivas não são

distintas naquilo a que hoje se poderia denominar de Estratégia Operacional ou de Arte Operativa. Elas são tão só distintas nas posições da defender, ou mais avançadas ou mais recuadas, ou seja, na concepção global daquilo a que hoje se poderia denominar de Estratégia Geral Militar.

A palavra posições contudo permite-nos introduzir um primeiro elemento, essencial, na concepção da modalidade defensiva. De facto, ambas as perspectivas assumem que a defesa será desenvolvida de acordo com uma guerra de posição ou de posições. Esta guerra de posição ou de posições define-se pela criação de um dispositivo estático ou quase estático, defensivo e contínuo,⁵⁹⁷ as denominadas frentes contínuas da Grande Guerra, que desgaste ou destrua ou atacante, ou caso esta sobrepuja as linhas de defesa por um qualquer modelo de superioridade militar, facilite o recuo da defesa até que esta retome a defensiva numa outra posição à retaguarda. As concepções de Tasso de Miranda Cabral são nesse aspecto explícitas, na medida em que quer o seu estudo, quer as suas concepções enquanto CEME, ordenavam a defesa do país segundo um conjunto progressivo de linhas defensivas que terminariam na defesa desesperada das Linhas de Torres Vedras, último reduto da soberania metropolitana.

A posição funciona aqui como o eixo da Estratégia (Geral) Militar,⁵⁹⁸ na visto que toda a defesa é pensada em termos das melhor linhas

⁵⁹⁷ Luís Costa de Sousa Macedo afirmava que um dos aspectos essenciais da concepção táctica de defesa era a sua continuidade. Para o autor, um dos elementos essenciais da defesa “moderna” era a continuidade, a do sistema contínuo, a da barragem de material feito por fogos de metralhadora. Cf. O autor, “As novas características da fortificação permanente” in *Conferências dos Altos Estudos Militares*, Lisboa, 1933-34, pp. 224-225 e 231-232. Observe-se que a despeito de o autor afirmar que a dimensão da continuidade está ao nível táctico, as suas implicações operacionais atingem e repercutem-se na dimensão estratégica. Em boa verdade, só há continuidade de frente, se esta for efectuado ao nível superior da Estratégia mas a sua aplicação prática é consubstanciada ao nível da táctica.

⁵⁹⁸ Escolheu-se deliberadamente usar uma terminologia moderna aplicada à época, evitando baralhar em excesso os leitores, na medida que a mutabilidade e pluralidade cultural-nacional da terminologia da Estratégia no século XX arriscava a tornar incompreensível qualquer interpretação que incluísse termos excessivamente distintos reflectindo conceptualizações diferenciadas da ideia de guerra futura.

defensivas, ou por outras palavras, é o valor das linhas de defesa que define a racionalidade da manobra militar. Pelo contrário, para os soviéticos ou os alemães, a mobilidade era o eixo da Estratégia (Geral) Militar, na medida que ela expressava na plenitude a maquinização e mecanização das sociedades hodiernas, às quais a guerra se devia adaptar.⁵⁹⁹ Esta focalização na posição explícita por um lado porque se observava o carácter de guerra como tendente à estabilização,⁶⁰⁰ e por outro lado, a valorização do elemento fogo face à mobilidade, “o exército (...) é assim fatalmente obrigado a avantajar-se ao adversário em *combates metálicos* sobre a forma de artilharia e munições”.⁶⁰¹ Em última análise, a frente de batalha emergia como sendo linear e contínua, por via da importância do fogo.⁶⁰²

Ao assumir uma defesa como um dispositivo de linhas de defesa, de posições defensivas consubstanciadas num sistema de frente linear e contínuo de defesa,⁶⁰³ Tasso de Miranda Cabral e em geral, os oficiais do

⁵⁹⁹ Sobre as concepções soviético e alemãs entre-as-guerras, Cf. Parte Teórico-Metodológica. Vejam-se também na bibliografia as obras de James Corum, Dennis Showalter, Daniel J. Hughes, Condoleezza Rice, David Glantz, John Keegan, Michael Geyer, Jeremy Black, Hervé Coutau-Bégarie, Raymond Aron e Erich Liddendorff.

⁶⁰⁰ Cf. Elias da Costa, 1936, p. 239.

⁶⁰¹ Idem, p. 312. Veja-se também a perspectiva de Raul Esteves em 1935, que considerava a guerra moderna como aquela onde predominava o fogo sobre a manobra. Cf. Raul Esteves, 1935, (Cf. *Infra*, I Parte). Observe-se igualmente a importância que Fontes Pereira de Melo dá ao fogo no contra-ataque, “sempre apoiado pelo fogo” ou na defensiva estática, que ele considerava como consistindo essencialmente na organização dos fogos, Cf. Fontes Pereira de Melo, “A defensiva estática e a defensiva cinemática”, *Boletim da Escola Central de Oficiais*, Nº 10, Março de 1934, pp. 39-42. Cf. Igualmente, Humberto Delgado, 2003, p. 217.

⁶⁰² Retoma-se o texto de Luís Costa de Macedo, *Op. Cit.*, pp. 231-232.

⁶⁰³ É esta perspectiva que explica o interesse teórico pelo conceito de defesa de grandes frentes. Este conceito refere-se a defesa de uma dada extensão de terreno por efectivos menores do que os que seriam necessários segundo a doutrina geral coeva. Era o conceito muito interessante para os teóricos militares portugueses, porque dada a discrepância entre os efectivos demográficos nacionais e a extensão da fronteira a defender, a defesa de grandes frentes parecia ser de elevada validade estratégico-operacional. Assim, enquanto numa frente defensiva normal, haveria, de acordo com os modelos franceses, uma divisão por 11,5 quilómetros, na defensiva de grandes frentes, era possível organizar um dispositivo defensivo divisional estendido até 18 ou mesmo mais de 18 quilómetros (cortinas). Cf. Barreto de Oliveira, *Defensiva em grandes frentes, defesa de uma posição*, Lisboa, 1937. Note-se, que a despeito da defensiva francesa em 1940 consubstanciar uma divisão por 10 quilómetros de extensão de frente, esta não ter garantido a salvaguarda da defesa e da soberania da França. Os mandos franceses comparavam favoravelmente a extensão de 10 Quilómetros que cada divisão francesa tinha de defender com a situação das divisões polacas obrigadas a defender 30 a 40 quilómetros de frente. O problema

Estado Maior, retomavam as modalidades de Estratégia (Geral) Militar (ou estratégico-operacionais na visão de A. Beaufre) existentes na Grande Guerra,⁶⁰⁴ e teorizadas e aplicadas em França durante os anos vinte e trinta. Assim o relevava Humberto Delgado já em plena Segunda Guerra Mundial. Para ele, a doutrina ensinada nas escolas militares fazia predominar a artilharia, a permanente ligação no movimento de todas as forças, os avanços lentos, “era preciso ao fim de uns três a cinco quilómetros deslocar a artilharia (quatro horas perdidas) e ao fim de uns dez quilómetros parar.”⁶⁰⁵ O peso da doutrina da I Grande Guerra era dominante nas concepções estratégico-táticas dos militares portugueses entre-as-guerras. Como dizia nos anos trinta (1936) Elias da Costa, o fundamento da instrução era a experiência da guerra anterior.⁶⁰⁶ A sua obra é profundamente marcada pela experiência militar da I Guerra Mundial e por alguns pressupostos que a Segunda Guerra Mundial dissiparia, nomeadamente o papel dos carros de combate na batalha, considerados pelo autor como meramente suplementares da acção da infantaria. De facto, considera-os mesmo uma mera arma da infantaria, com os carros obrigados a uma ligação íntima com aquela durante as operações.⁶⁰⁷

A dicotomização que opunha a defesa recuada à defesa avançada também perpassara o debate estratégico-militar francês nos anos 20 e nos

não era a extensão da frente, mas a modalidade de defesa constituída, que quer no caso francês, quer no caso polaco assentava nas frentes contínuas e lineares, na estabilização da frente e no factor fogo. Cf. Martin S. Alexander, “Gamelin et les Leçons de la Campagne de Pologne”, in Mai-Juin 1940, Défaite française, victoire allemande, sous l’oeil des historiens étrangers, Paris, 2000, pp. 59-74.

⁶⁰⁴ Essa era a opinião de Costa Gomes. Segundo ele, os militares portugueses encontravam-se desfasados em termos doutrinários, táticos e logísticos das potências militares da Segunda Guerra Mundial e a maioria dos oficiais pertenciam na sua definição à escola da I Grande Guerra. Cf. Maria Manuela Cruzeiro, Costa Gomes, o último Marechal (entrevista de Maria Manuela Cruzeiro), Lisboa, 1998, pp. 30-31.

⁶⁰⁵ Cf. Humberto Delgado, 2003, p. 217. Era a tática da Grande Guerra, com a preocupação com a frente contínua e a ligação, tudo aritmético, rematava.

⁶⁰⁶ Cf. Elias da Costa, Leiria, 1936, p. 11.

⁶⁰⁷ Idem, pp. 16, 31-32 e 54. Tenha-se em conta que mesmo hoje, a ligação infantaria-carros é canónica, mas não segundo a lógica de Elias da Costa. Para complementar os carros, a infantaria teve de se mecanizar também.

anos 30. Duas linhas de defesa eram então consideradas, ou uma defesa avançada na Bélgica, que permitira encurtar a frente e acrescentar às forças francesas, as forças belgas e as poderosas fortificações belgas da fronteira, ou uma defesa recuada na fronteira franco-belga, que alargaria a extensão da frente, além de acrescentar a essa dificuldade, a extrema problematidade de construir na ensopada região do Norte de França fortificações em betão como fora feito para o Leste, a região da Alsácia-Lorena. O problema da defesa avançada é que exigia um reposicionamento da frente, e para isso era necessário contar com a boa-vontade belga, algo extremamente complicado nos fins dos anos 30.⁶⁰⁸ A lógica ou a racionalidade da Estratégia Operacional francesa subjacente, quer à defesa avançada, quer à defesa recuada, era a de travar uma batalha preparada em posições definidas e constituídas anteriormente ao choque das armas.⁶⁰⁹ É por isso que era tão essencial que a Bélgica permitisse o posicionamento de forças francesas antes da invasão alemã. Caso isso não sucedesse como veio a acontecer, as forças francesas teriam de travar um choque de armas num contexto fluído, numa batalha ou combate de encontro onde não se sentiam tão à vontade.

Para os estrategas franceses, duas considerações dominavam a sua Estratégia Operacional, o predomínio da defesa, assente na defesa estática e no valor das posições e o poder de fogo, como instrumento de dominância do campo de batalha, o “fogo mata” era um dito de Pétain que se tornara

⁶⁰⁸ Sobre o debate estratégico-militar francês no período entre-guerras veja-se por exemplo, Cf. Martin S. Alexander, *The Republic in danger, General Maurice Gamelin and the politics of french defence, 1933-1940*, Cambridge, 1992, pp. 173-178, 186-192, 198-209. Claro que a defesa avançada tinha uma vantagem adicional muito útil também. Tornava a Bélgica, não o Norte de França um campo de batalha. Isto explica em parte a relutância belga em acordar facilidades aos franceses.

⁶⁰⁹ Observe-se como o modelo português se aproxima do modelo francês. Também no caso português de visa travar uma batalha numa frente contínua, onde predomina o fogo e assente numa manobra metódica e lenta. (Cf. *Infra*).

costumeiro à época.⁶¹⁰ Temos assim, que a doutrina militar francesa fazia predominar o valor da defensiva sobre a ofensiva, da defesa de posição, e do poder de fogo. Elas eram um reflexo da experiência da Grande Guerra, e do peso traumático que esta tivera na cultura militar francesa.⁶¹¹ Evitar a hecatombe de 1914-1918 tornara-se axiomático em França, decorrendo então a necessidade de reforçar a defesa evitando as mortíferas ofensivas da Grande Guerra, e valorizando o poder da defensiva, produto do poder de fogo. Era uma necessidade também fundamental face ao desequilíbrio demográfico existente entre a França e a Alemanha. Segundo Alain Bru, a população em idade militar (20 aos 30 anos) em 1939, era de 6.500.000 homens na Alemanha para 2.600.000 em França.⁶¹² Era isto que em parte explicitava a preocupação francesa com a “massificação” do exército.

A observação das concepções de Estratégia (Geral) Militar e Estratégia Operacional francesa possibilita agora uma comparação com as modalidades de planeamento estratégico da defesa militar portuguesa. Note-se que tal como acontecia com a estratégia francesa, também em Portugal, se opunham duas perspectivas distintas de defesa, assentes numa defesa avançada ou numa defesa recuada. Nenhuma destas modalidades remetia para uma Estratégia Operacional em profundidade e móvel visando travar aquilo a que mais tarde se denominou de acordo com a tradução anglo-saxónica dos conceitos soviéticos, a “batalha em profundidade”,⁶¹³ mas visava constituir uma defesa linear, contínua e de posição, ao contrário da Estratégia (Geral) Militar onde estava em debate dois modelos de defesa, a defesa recuada ou a defesa avançada.

⁶¹⁰ A propósito do conceito de batalha preparada ou metódica, veja-se por exemplo, Cf. Eugenia Kiesling, *Op. Cit.*, pp. 116-135.

⁶¹¹ Idem, pp. 118 e 122-125.

⁶¹² Cf. Alain Bru, *Op. Cit.*, p. 5. Observe-se a esse propósito que o diferencial demográfico da juventude era maior que o diferencial demográfico das respectivas populações, respectivamente 3 para 1 e 2 para 1. A população da Alemanha, considerada a integração da Áustria, era de cerca de 77.000.000 de alemães para 41.000.000 de franceses.

⁶¹³ Para ser mais exacto, “Deep Battle” que se traduziu por batalha em profundidade. Vejam-se por exemplo as obras de David Glantz e Jeremy Black.

O objectivo da Estratégia (Geral) Militar em França ou em Portugal acabou por ser a de fundar a defensiva num conjunto mais ou menos avançado de posições que garantisse a integridade e a inviolabilidade do território nacional. Em ambos os casos, a preocupação com a maior mobilização de homens para formar o exército de massas era um dos elementos fundamentais da política de defesa militar, similarmente, derivado da maior massa demográfica de que os inimigos dispunham (o que não deixava de ser paradoxal). Em ambos os casos, o dispositivo defensivo assentava num longa linha de posições defensivas lineares ao longo da fronteira, ou até mais à retaguarda, caso para Portugal das linhas de Óbidos-Rio Maior-Santárem-Setúbal ou das velhas linhas de Torres Vedras.

A concepção de Estratégia Operacional defendida é em ambos os casos defensiva (como defensiva é a Estratégia Total)⁶¹⁴, sendo a ofensiva apenas uma consequência do debilitamento do inimigo, do seu enfraquecimento, que permitisse a contra-ofensiva que o expulsasse do território nacional. Não há em ambos os casos a ideia de uma manobra ofensiva que caracterize a estratégia defensiva tal como sucedia na conceptualização da Estratégia Operacional alemã dos anos 20. A Estratégia Operacional alemã era ofensiva (enquanto a Estratégia Total nacional era defensiva), e fora pensada como uma acção em profundidade, uma batalha em profundidade, visando potenciar o espaço, a manobra e a mobilidade, para destroçar a invasão de uma força hostil, através de uma acção de flanqueamento ou de torneamento. Era um paradigma de defesa em grande profundidade onde predominava um espírito ofensivo.⁶¹⁵ Era

⁶¹⁴ Quer a França, quer Portugal entre-as-guerras têm uma postura nas relações externas profundamente defensiva, visando assegurar o *status-quo* externo e interno, o que não inviabiliza alguma postura mais ofensiva derivada das circunstâncias, nomeadamente com o apoio de Salazar aos “nacionalistas” espanhóis.

⁶¹⁵ Sobre a estratégia alemã nos anos 20, Cf. James Corum, *Op. Cit.*, pp. 31-34. Note-se a esse propósito, que a despeito da política de defesa alemã assumir uma postura defensiva, a força

claramente um modelo muito distinto daquele apresentado pelo comando português a Salazar, e claramente, assim parece, do modelo de defesa francês.

Jean Paul Charnay considera que a batalha clássica teve na história da Europa duas modalidades, a da ordem paralela e a da ordem perpendicular. À primeira correspondem as linhas de fortificações que caracterizaram a guerra dos séculos XVI e XVII e a guerra das trincheiras de 1914-1918, à segunda, as batalhas de Napoleão e a guerra aero-terrestre da *Blitzkrieg*.⁶¹⁶ Neste sentido, pode-se dizer que a modalidade de defesa militar de Portugal tal como apresentada pelo comando militar português remete para a ordem paralela, visto ser, uma defesa linear, contínua e de posição, isto é, estática (segundo o padrão francês⁶¹⁷). Pelo contrário, a modalidade que decide o triunfo da *Blitzkrieg* é da ordem perpendicular, em profundidade.

Ora, só resta considerar, que mesmo que a política militar tivesse de algum modo alcançado o objectivo, e criado as 18 ou as 24 divisões que instava como essenciais, mesmo nessas circunstâncias, dificilmente teria evitado a derrota, visto a modalidade de acção definida estar evidentemente ultrapassada pela revolução militar gerada pelo motor de combustão (a hipermobilidade) e pelas comunicações, e remeter para a batalha em profundidade em larga escala. No entanto, a modalidade de defesa estática fundamentaria ainda a defesa de Portugal em 1942 e em 1943, talvez

militar era endoutrinada num espírito ofensivo, onde a combinação da mobilidade e do poder de fogo (que fundamentavam a manobra militar no prisma germânico) fundavam a modalidade de acção com vista a aniquilar as forças inimigas, através de manobras sobre os seus flancos e a sua retaguarda. Os alemães igualmente, valorizavam o uso do terreno e dos pontos fortes, mas tão somente como instrumentos da manobra da força armada (assente na maquinização e na mobilidade). As concepções soviéticas eram similares. (Cf. Parte Teórico-Metodológica).

⁶¹⁶ Cf. Jean Paul Charnay, *Métastratégie, Systèmes, formes et principes de la guerre féodale à la dissuasion nucléaire*, Paris, 1990, pp. 117-118.

⁶¹⁷ Veja-se como Ferreira Martins, muitos anos após a Segunda Guerra Mundial, ainda considerava como os mais brilhantes estratégias das guerras mundiais, homens como Joffre, Foch e Pétain, desconsiderando os Guderian, Rommel e Patton. Cf. Ferreira Martins, *Grandes Chefes Militares Contemporâneos (Joffre, Foch, Pétain e Lyautey)*, (s/l), 1968, p. 18.

produto também das dificuldades em rearmar o Exército. Face à situação de 1941, a defesa metropolitana em 1942 apenas teria feito acrescer às capacidades defensivas de Portugal o posicionamento nas principais vias de penetração da fronteira, de regimentos de cavalaria, forças de cobertura, provavelmente com vista a retardar os movimentos do invasor. Assim, em Chaves estava Cavalaria 6, em Castelo Branco, Cavalaria 8, em Elvas, Cavalaria 1, e em Estremoz, Cavalaria 3, coadjuvados por batalhões de caçadores. A este dispositivo ligeiro somava-se a teoricamente mais sólida muralha da defesa imediata de Lisboa.⁶¹⁸ Eram o reflexo das limitadas possibilidades lusas, na prática e na teoria.

2.4.) A Armada na Primeira Fase da Guerra (1939-1941)

A Guerra surpreendeu a Armada na retoma do processo de modernização e de reequipamento iniciado em 1930. Este processo fora imobilizado com o início do processo de remodelização do Exército em 1935-1936 e só fora retomado em 1938 com a renovação da autorização legislativa para reequipar a Armada com novos navios, nos quais se incluíam três contratorpedeiros e três submarinos, com vista a criação de duas flotilhas completas dessas armas. A guerra inviabilizou o processo, mas paradoxalmente, coube à Armada as primeiras acções operacionais de envergadura resultantes do eclodir da guerra, a salvaguarda da soberania das ilhas atlânticas, todas elas com gravíssimas lacunas na sua defesa. Face a isto, a Armada não deixou de lembrar ao poder político as debilidades em que se encontrava para poder responder a todas as solicitações geradas pela guerra.

⁶¹⁸ Cf. AHM, Fundo Tasso de Miranda Cabral, 26ª Divisão, 13ª Secção, Caixa 336, Nº 240. Op. Cit.

A crítica da Armada à política de defesa, seria em definitivo afirmada aquando da inserção do planeamento estratégico naval no denominado Plano 40, o plano de defesa do continente, como se viu, fora produto da combinação da visão política com a visão do Exército. Face à clara secundarização da Armada no processo, esta não deixaria de lembrar que Portugal era muito mais que a fronteira continental ibérica e de ressaltar a imensa importância do mar para a segurança e defesa do própria metrópole. Essa realidade seria de forma mais inequívoca confirmada com o início da crise dos Açores em princípios de 1941.

2.4.1.) A Armada Face à Eclosão da Guerra (1939-1940)

O ano de 1938 marca uma tentativa de salto qualitativo na utilização dos meios navais por parte da Armada. O objectivo era reforçar a capacidade dos meios navais operarem em conjunto.⁶¹⁹ A experiência seria repetida em 1939. De facto, em 11 de Maio de 1939 é de novo criada a Força Naval de Exercícios (FNE) que visava efectuar experiências de carácter técnico e promover uma maior eficiência estratégico-táctica. A Força Naval de Exercícios foi então constituída com o aviso de 1ª classe Afonso de Albuquerque, os avisos de 2ª classe Gonçalo Velho e Pedro Nunes, os contratorpedeiros Douro, Tejo, Tâmega, Vouga e Dão, e finalmente, pelos submarinos Delfim, Espadarte e Golfinho. O objectivo geral era promover uma maior e mais eficiente cooperação entre todas as unidades navais da Armada.⁶²⁰ Note-se que a FNE englobava praticamente todas as unidades navais mais modernas da Armada, incluindo as flotilhas completas de submarinos e de contratorpedeiros. Ela demonstrava em

⁶¹⁹ Sobre a experiência da FNE em 1938 veja-se o relatório do Major General da Armada para o Ministro da Marinha de Maio de 1939 em Cf. ANTT/AOS/CO/PC-78K, Pasta 1, ff. 107-111, pp. 6-9.

⁶²⁰ Cf. AGM, Estado Maior Naval, Núcleo 224, Caixa 1035, Instrução Especial Nº 4, de 11 de Maio de 1939.

última análise os limitadíssimos recursos navais de que dispunha a Armada e que o início da guerra poriam logo à prova.

Esta é logo a primeira admissão do relatório do Major-General da Armada para o Ministro da Marinha sobre o ano de 1939. A guerra impusera à Armada um enorme esforço, visto que os navios de guerra existentes eram insuficientes para todas as necessidades, tanto mais que o apetrechamento do Arsenal e da Base de Lisboa era igualmente muito limitado. Assim, com o início da guerra, grande parte dos navios tiveram de ser afectados ao serviço de vigilância e soberania das ilhas adjacentes, de Cabo Verde e de Macau, sendo a FNE substituída pela Força Naval Metropolitana com todos os restantes navios. O relator não deixa de salientar que a guerra destruiu o esforço dos últimos anos e quebrou a coesão da Armada obrigando à dispersão dos navios para ocorrer a todas as necessidades de vigilância e salvaguarda de soberania. A cargo dos navios de fiscalização de pesca ficou a vigilância dos portos e das costas metropolitanas.⁶²¹

Com efeito, ainda uns dias antes do eclodir da guerra, Instruções Especiais da Armada era dadas para um reforço da vigilância costeira dos Açores e o aviso de 2ª classe Gonçalves Zarco era remetido para as ilhas com vista a vigiar e proteger os cabos submarinos, as instalações TSF e garantir a defesa costeira. Era pouco, tendo em conta que na própria instrução se afiançava da inexistência de forças militares na estratégica ilha do Faial.⁶²² Com a ameaça do eclodir da guerra, sucessivas Instruções Especiais afectaram novas unidades navais à defesa das outras ilhas, ao mesmo tempo que se reorganizava a defesa dos dispositivos das mesmas. Assim, a vigilância costeira das ilhas dos Açores era atribuída ao

⁶²¹ Cf. ANTT/AOS/CO/PC-78K, Pasta 1, ff. 119, 121 e 130, pp. 1, 3 e 12 do Relatório do Major General da Armada para o Ministro da Marinha sobre o ano de 1939 datado de Abril de 1940.

⁶²² Cf. AGM, Estado Maior Naval, Núcleo 224, Caixa 1035, Instrução Especial Nº 16 de 25 de Agosto de 1939.

comandante do Porto de Ponta Delgada, tão só dependente do Major-General da Armada por intermédio do Estado Maior Naval.⁶²³ A intensificação da vigilância da Madeira foi também activada e para a ilha remetido o contratorpedeiro Tâmega.⁶²⁴ Com o eclodir da invasão germânica da Polónia era remetido para Cabo Verde com a missão de vigilância e garantia de neutralidade o aviso de 2ª classe Pedro Nunes.⁶²⁵ Face ao eclodir da guerra, a missão da Armada concentrou-se de forma mais evidente na defesa das ilhas sobre soberania portuguesa. Assim, e enquanto o Exército se concentrava no problema da defesa continental da Metrópole, a Armada desviava a sua atenção para o Oceano e para os vastos territórios lusos além-mar. Essa preocupação é também simbolicamente visível aquando da passagem por Ponta delgada de navios de guerra dos EUA. Foi logo enviado para Ponta Delgada em representação e afirmação da soberania portuguesa o aviso de 2ª classe Gonçalo Velho.⁶²⁶

Apesar da eclosão da guerra, o relatório do Major-General da Armada era apaziguante e calmo no tom. Algo que se podia deduzir da consideração sobre a evolução da situação naval geral. O relator demonstrava-se confiante nas capacidades anti-submarinas dos aliados e salientava que as medidas pareciam estar a ter fruto visto a campanha submarina alemã ser débil, ou parecer débil pelos resultados até então alcançados. Assim, continuava, desvalorizava-se uma das armas que mais possibilidades oferecia às pequenas marinhas.⁶²⁷ O relator concluía com visível satisfação esta parte, como não podia deixar de ser, visto que face à imensa superioridade da esquadra de superfície da Grã-Bretanha, para mais suportada pela França, a frota germânica pouco poderia fazer no espaço

⁶²³ Idem, Instrução Especial Nº 17, 25 de Agosto de 1939.

⁶²⁴ Idem, Ibidem, Instruções Especiais Nº18 e 19 de 25 de Agosto de 1939.

⁶²⁵ Idem, Ibidem, Instrução Especial Nº 20 de 1 de Setembro de 1939.

⁶²⁶ Idem, Ibidem, Instrução Especial Nº 21 de 13 de Setembro de 1939.

⁶²⁷ Cf. ANTT/AOS/CO/PC-78K, Pasta 1, Relatório do Major-General da Armada (...) de Maio de 1940, f. 124, p. 6.

atlântico,⁶²⁸ e a salvaguarda da soberania portuguesa seria consideravelmente reforçada.

A situação naval tornar-se-ia bem mais grave a partir de meados de 1940, com a ocupação da Noruega e da França, as bases navais alemãs foram avançadas para o Oeste e o Noroeste e a acção das suas forças navais claramente reforçadas e facilitadas. A Instrução Especial 41 de 5 de Junho de 1940 reflectia essa evolução negativa. Respondia à preocupação com as acções das 5ª Colunas e os ataques de surpresa e exigia que as forças de vigilância das ilhas garantissem o efectivo da guarnição de cada navio a 50%, com os postos permanentemente em posição de tiro, completamente armados e municiados para 30 dias, e a adopção de medidas de vigilância nocturna.⁶²⁹ O relatório do Major-General da Armada era sintomático sobre o papel central da Armada na segurança e garantia de soberania das ilhas atlânticas. Permaneciam sempre navios de guerra nas ilhas dos Açores.⁶³⁰

Na sequência dessa preocupação era activado nesse ano o Centro de Aviação de Ponta Delgada.⁶³¹ A situação que já se observara em tempo de paz reforçou-se com a eclosão da guerra. As perspectivas geoestratégicas do Exército e da Armada eram distintas e a guerra reforçou essa dinâmica, com o primeiro a centrar-se na questão da ameaça à fronteira continental e a segunda a derivar para a soberanização das ilhas atlânticas e das possessões de além-mar portuguesas. Esta situação marcaria a interpretação

⁶²⁸ A campanha submarina germânica foi muito bem sucedida no ano de 1939, mas derivado do reduzidíssimo número de meios, pouco visível. Em vez de 350 submarinos, a *Kriegsmarine* dispunha tão só de 57 unidades, mais de metade, unidades costeiras com pouca autonomia. A situação era similar nas unidades de superfície. A *Kriegsmarine* dispunha tão só de 5 navios de linha, 2 cruzadores pesados de batalha, o Scharnhorst e o Gneisenau e 3 denominados couraçados de bolso, Graf Spee, Deutschland e Admiral Scheer, contra 20 navios de linha britânicos, 17 couraçados e 3 cruzadores de batalha e 13 Porta-aviões. Sobre estes dados, Cf. George Forty e John Duncan, *Op. Cit.*, pp. 57 e 77 e John Keegan, Ed., *Op. Cit.*, pp. 48/49.

⁶²⁹ Cf. AGM, Estado Maior Naval, Núcleo 224, Caixa 1035, Instrução Especial Nº 41 de 5 de Junho de 1940.

⁶³⁰ Cf. ANTT/AOS/CO/PC-78K, Pasta 1, Relatório do Major-General da Armada para o Ministro da Marinha datado de Fevereiro de 1941, ff. 136-137, pp. 2-3 do relatório.

⁶³¹ Idem, ff. 139-140, pp. 5-6.

que foi feita e a resposta que foi dada pelos responsáveis da Armada à proposta apresentada pelo governo sobre a defesa nacional no documento intitulado plano 40.

2.4.2.) O Plano 40 e a Armada (1940-1941)

A Armada não foi tida, nem achada, na definição do Plano 40. Este foi-lhe apresentado já definido com a proposta de ela integrar o Plano 40. O que se lhe pedia, é que tendo em conta a visão apresentada no Plano 40, a Armada definisse a sua inserção neste e as missões que por via do que estava definido, devessem por ela ser satisfeitas. Assim, segundo o texto enviado pelo Ministro da Marinha ao Major-General da Armada, coubera ao governo definir a política de defesa nacional, documento que recebera a designação de Plano 40, cabendo agora ao Ministério da Marinha regular o emprego dos elementos que a ele pertenciam.⁶³² Para analisar a visão político-estratégica do governo, observar-se-á o documento remetido para o Ministério da Marinha com as indicações consideradas como úteis para a Armada definir a sua participação na política de defesa nacional, ou seja, nos parâmetros do Plano 40.

Segundo o Plano 40,⁶³³ tinha o governo considerado três hipóteses de guerra: a) guerra em África; b) guerra de coligação com acção no exterior; c) guerra na metrópole. Das três possibilidades, as duas primeiras foram desconsiderados por serem de probabilidade muito remota, no caso da primeira, por não haver ameaça visível, face aos meios existentes dos diversos contendores, e no caso da segunda, pela definição da política de

⁶³² Cf. ANTT/AOS/CLB/MMB-3, Processo III, Pasta 3, N° 31, ff. 32-33, Documento datado de 1941 (s/data dia e mês).

⁶³³ A primeira parte do documento enviado ao Ministério da Marinha e à Armada era igual ao remetido ao Exército. Optou-se por reanalisar de novo esse texto, agora enviado ao Ministério da Marinha e à Armada. São focalizados fundamentalmente os pontos que revelam as concepções geoestratégicas-estratégicas militares “epirocráticas” do Plano 40.

neutralidade por parte de Lisboa. Sobrava como probabilidade mais plausível, a guerra na metrópole.⁶³⁴ A ameaça mais provável seria oriunda da Espanha, considerando então duas possibilidades, ou invasão militar por parte de forças espanholas, ou então por outras forças vindas do país vizinho (como é lógico, pensava-se sobretudo em forças germânicas). A opção mais provável era no entanto, a invasão autónoma por parte de forças espanholas.⁶³⁵ Era um desejo, na medida em que uma invasão por parte de forças espanholas era muito menos perigosa e eficiente que uma efectuada pela máquina de guerra germânica. No fundo, talvez os planeadores militares sentissem, que com a Espanha, ainda o pequeno exército luso poderia fazer alguma coisa, visto que face aos alemães pouco mais restava que a fuga. E neste ponto, ver-se-á como a Armada tinha um papel importante.

Qual seria então o papel da Armada no plano. O governo começa por salientar que a salvaguarda das linhas de comunicação dependiam da protecção da aliada britânica, pelo que à Armada lusa, mais não seria necessário que a defesa dos portos portugueses e a evacuação dos órgãos de soberania.⁶³⁶ Tratava-se de uma função claramente complementar na política de defesa. O governo nem é dissimulado. Afirma mais à frente no texto a clara predominância do Exército na política de defesa nacional. A este cabe a defesa da integridade territorial da metrópole, fundamento da garantia de auxílios exteriores. Quanto à defesa aero-marítima, contar-se-ia fundamentalmente com a Grã-Bretanha.⁶³⁷ Assim, e em última análise, a função decisiva da Armada seria a de garantir o transporte dos órgãos de

⁶³⁴ Cf. ANTT/AOS/CLB/MMB-3, Processo III, Pasta 3, N° 31, ff. 34-36, pp. 2-4 do respectivo documento.

⁶³⁵ Idem, ff. 37-39, pp. 5-7.

⁶³⁶ Idem, Ibidem, ff. 49-50, pp. 17-18.

⁶³⁷ Idem, Ibidem, ff. 50-51, pp. 18-19.

soberania, caso fosse de todo inviável assegurar no final um reduto de soberania no continente.⁶³⁸

Face à secundarização completa da Armada, a resposta desta não poderia deixar de salientar os perigos de uma visão tão unilateral na política de defesa nacional. A visão apresentada no Plano 40 era o reflexo, como se viu anteriormente, do peso da periculosidade da ameaça espanhola e do peso do Exército na consecução da política de defesa militar. Face a esta visão, o próprio Ministro da Marinha, em texto à parte, enviado pela mesma altura que as críticas oficiais da Armada ao Plano 40, não deixava de salientar as aporias da estrita visão militar (terrestre) unilateralista da defesa de Portugal. Afirmava o ministro que o excesso de preocupação com a fronteira terrestre desviava-nos do rumo Atlântico e salientava que a unidade nacional faz-se através do mar, e não é puramente militar (terrestre). Os portugueses são antes de tudo o mais comerciantes quando fora da casa paterna, pelo que Portugal deveria antes de tudo o mais, de valorizar a marinha mercante e a indústria naval. A preocupação com a fronteira terrestre desviava o país do sua natural essência, o mar, sendo a defesa da fronteira continental política, não militar.⁶³⁹ O Ministro da Marinha retomava em defesa da Armada toda a tradicional perspectiva que os teóricos navais tinham desenvolvido nos anos 30, nomeadamente F. A. Pereira da Silva. O poderio nacional centrado no mar, na relação ultramarina e no desenvolvimento do comércio. Assim, a visão unilateral continentalista da política de defesa era um atentado à essência de Portugal e por isso, um clamoroso erro estratégico (Cf. *Infra*, I Parte).

Mas não só, também de um ponto de vista prático, a Armada considerava que a política de defesa nacional e o Plano 40 assentavam em algumas aporias estratégicas militares mais práticas e expunha-as ao

⁶³⁸ Idem, *Ibidem*, f. 52, p. 20.

⁶³⁹ ANTT/AOS/CLB/MMB-3, Processo III, Pasta 3, Nº 31, ff. 26-31, documento assinado pelo Ministro da Marinha datado de 26 de Março de 1941.

Ministro da Marinha, que as deu a conhecer ao Presidente do Conselho. Segundo a Majoria-General da Armada, o Plano 40 estava excessivamente centrado na defesa terrestre e na ameaça espanhola. No entanto, a ameaça também podia vir do ar e do mar.⁶⁴⁰ Relevava desde logo que Lisboa podia facilmente ser ameaçada pelo mar, por uma força espanhola ou germânica vinda das costas espanholas ou francesas. Ora, as defesas de Lisboa eram muito fracas e a esquadras das potências referidas muito mais fortes que a portuguesa.⁶⁴¹ Seguidamente criticava mesmo a opção definida como mais provável para a invasão, uma operação ortodoxa com forças terrestres oriundas da fronteira. O Plano 40 não imaginava uma invasão heterodoxa, uma invasão aero-naval, ou tão só aérea, feitas por forças alemãs ou combinada com forças espanholas.⁶⁴² Em seguida, e mantendo-se o texto da Armada na heterodoxia, avisava o governo de que este relevando a importância de um reduto extremo de soberania, ou uma medida extrema, a evacuação do território, não considerava a possibilidade, nem se preocupava com a defesa das ilhas atlânticas, quando a invasão de uma

⁶⁴⁰ ANTT/AOS/CLB/MMB-3, Processo III, Pasta 3, N° 31, f. 59, p. 1. Documento datado de 14 de Abril de 1941, oriundo da Majoria-General da Armada.

⁶⁴¹ Idem, f. 60, p. 2.

⁶⁴² Idem, Ibidem, ff. 61-62, pp. 3-4. Neste ponto, a riqueza da interpretação dos planeadores da Armada não pode deixar de ser salientada, demonstrando uma mais aguda percepção das transformações geradas na Estratégia durante a Segunda Guerra Mundial pela revolução tecnológico-industrial militar. Como que a confirmar a agudeza da perspectiva da Armada, em Maio de 1941, os paraquedistas alemães lançavam um assalto que lhes foi particularmente custoso à ilha de Creta (20 a 30 de de Maio). Era não obstante, uma poderosa demonstração do potencial das forças aerotransportadas. A esse propósito, salienta-se que as forças anglo-gregas presentes em Creta eram quase tão numerosas como as forças portuguesas existentes em tempo de paz, cerca de 30.000 homens. Sobre o assalto alemão a Creta veja-se por exemplo, Cf. Bruce Quarrie, Mike Chappell, *German Airborne Troops, 1939-1945*, Londres, 1983 (1994), pp. 12-17. Observe-se igualmente que a invasão da Noruega pela Alemanha em 9 de Abril de 1940, fora uma operação anfíbia efectuado sobre a suposta hegemonia britânica nos oceanos. Os estrategos britânicos consideravam que uma invasão da Noruega exigiria 30 divisões alemãs, impossíveis de transportar por via marítima face a hegemonia oceânica da Royal Navy. Os alemães actuaram de surpresa, atacando simultaneamente vários portos, utilizando forças anfíbias e aerotransportadas, tão só 6 divisões no total, e acabaram por ocupar completamente a Noruega, de Maio de 1940 até Abril/Maio de 1945. Esta capacidade dos estrategos navais portugueses em conseguirem perscrutar melhor a influência da dimensão tecnológica na guerra pode ser um reflexo de à altura a Armada ser uma arma muito mais técnica que o Exército.

delas podia ser causa da entrada de Portugal na guerra.⁶⁴³ O texto emanado da Majoria-General da Armada questionava ainda a garantia do apoio da Grã-Bretanha e alertava ao mesmo tempo para a débil defesa do Porto de Lisboa, sem defesa marítima ou anti-aérea credível.⁶⁴⁴ De facto, o texto crítico da Armada não deixava de questionar a certeza da ajuda britânica, e salientava que esta não era realidade, mas antes de mais uma aspiração.⁶⁴⁵

Subsequentemente a Armada definia o Plano de Acção Naval. Nas ameaças considerava a possibilidade de *raids* navais efectuados com cruzadores de batalha e paquetes rápidos visando o continente ou as ilhas.⁶⁴⁶ Com este novo tipo de ameaça, a Armada pretendia talvez alertar os decisores do Plano 40 para a tipologia das acções hostis, que estavam para lá da simples e ortodoxa invasão militar terrestre. Quanto às missões, considerava que lhe incumbiam três de acordo com o Plano 40: 1) a defesa das linhas de comunicação marítimas com o apoio da Grã-Bretanha; 2) a defesa dos portos; 3) a evacuação dos órgãos de soberania. Sobre cada uma destas missões relevava que nada fora até então previsto, e terminava por salientar a reduzida possibilidades de carga dos aviões e dos navios da Armada para evacuar os órgãos de soberania, não mais que uma dezenas de indivíduos e algumas centenas de quilos de carga.⁶⁴⁷ Em resumo e em suma, a Armada era extremamente crítica do Plano 40, achando-o unilateral e monocentrado na defesa continental metropolitana, não considerando nem os perigos existentes sobre as ilhas atlânticas, nem uma

⁶⁴³ Cf. ANTT/AOS/CLB/MMB-3, Processo III, Pasta 3, N° 31, f. 63, p. 5. Doc. já referido. Era uma visão muito aguda. Em princípios de 1941 começaria efectivamente a saga diplomática em redor dos Açores, motivada pela preocupação dos EUA com a possibilidade de as ilhas serem abocanhadas pelo Eixo, e se tornarem numa lança apontada aos EUA. Como já se notou, a defesa das ilhas fora essencialmente incumbida à Armada no início da Guerra. A defesa terrestre começou efectivamente a ser montada a partir de meados de 1941 e levaria como se demonstrará posteriormente à continentalização da própria defesa da ilha. A propósito da crise político-diplomática dos Açores, por exemplo, Cf. António Telo, 1993.

⁶⁴⁴ Cf. ANTT/AOS/CLB/MMB – 3, Processo III, Pasta 3, N° 31, f. 64, p. 6.

⁶⁴⁵ Idem, Ibidem, ff. 65-66, pp. 7-8.

⁶⁴⁶ Idem, ibidem, ff. 67-68, pp. 9-10.

⁶⁴⁷ Idem, Ibidem, ff. 69 e seguintes, p. 11 e seguintes.

ameaça aero-marítima à metrópole. Neste sentido, o Plano 40, expressão efectiva da visão de defesa nacional do Exército, era um plano incompleto, mas pior do que isso, não assegurando uma verdadeira tipologização de todas as ameaças que podiam hostilizar Portugal, não garantia uma efectiva réplica do país e das forças militares portuguesas aos perigos que poderiam advir do exterior. Era também, uma bem mais abrangente visão de uma política militar (terrestre)-naval de defesa nacional. Ela reflectia também uma percepção mais forte de uma problemática que começava a aquecer nos princípios de 1941, a questão dos Açores.⁶⁴⁸

2.5.) A Continentalização da Política Militar de Defesa Nacional

A política militar de defesa nacional vai durante a Segunda Guerra Mundial centrar-se em dois eixos fundamentais, a questão da defesa da fronteira continental terrestre e a questão da defesa das ilhas açorianas. Outros factos sucederam que afectaram Portugal de um ponto de vista da segurança e da defesa, mas as suas repercussões, ou tiveram um impacto menor ou nulo na política militar, ou foram solucionados diplomaticamente. O caso mais paroxístico dessa realidade é a situação de Timor. Apesar de duas invasões sucessivas, o seu impacto na organização militar de defesa foi quase nulo, se exceptuarmos a expedição enviada em meados de 1945 para supostamente apoiar o desembarque de forças dos EUA na ilha. De facto, a resolução, favorável nos termos a Portugal, da

⁶⁴⁸ Segundo António Telo, a questão dos Açores, sempre presente para as potências anglo-saxónicas, tornou-se mais premente com a derrota da França e a não beligerância espanhola no verão de 1940. A queda de Gibraltar obrigaria os ingleses a escolher outra base militar que salvaguardasse o controlo do estreito, e os Açores pareciam ser as ilhas melhor posicionadas para o fazer. Para os americanos, a questão era outra. Posicionadas entre a Europa e os EUA, os Açores eram uma excelente base avançada para os americanos alcançarem a Europa, ou vice-versa, para os inimigos dos EUA alvejarem o seu território. Com a queda de França e a possibilidade de beligerância espanhola a favor do Eixo, não só os Açores ficavam à maior mercê do Eixo, como a sua importância cresceu para os aliados. Cf. António Telo, 1993, pp. 308-315.

questão de Timor foi decidida diplomaticamente.⁶⁴⁹ Situação similar aconteceu com Macau face aos japoneses que ocupavam parte da China. De igual modo, o envio de expedições militares para as Colónias e outras ilhas atlânticas, pela sua menor ou reduzida dimensão,⁶⁵⁰ assim como o afundamento de navios mercantes portugueses por submarinos alemães durante a guerra, pesaram pouco nas decisões da política de defesa militar-naval. Já vimos, no entanto, que o governo de Lisboa considerava de remota probabilidade a guerra nas colónias. Assim, as grandes decisões sobre a política de defesa militar-naval de Portugal durante a Segunda Guerra Mundial centram-se sobre a defesa da fronteira metropolitana continental e a da defesa das ilhas açorianas.

A questão açoriana, contudo, é de mais tardia concentração que a questão da defesa da fronteira continental. A questão espanhola era algo presentíssimo na história moderna portuguesa e todo o planeamento militar do Exército nos anos 20 e 30 fora efectuado tendo em conta essa ameaça. A Armada, desde cedo que salientara a importância estratégica das ilhas. Esta fora objecto de algumas obras teóricas,⁶⁵¹ mas a ameaça às ilhas atlânticas

⁶⁴⁹ Sobre a invasão de Timor, primeiro pelos australianos e depois pelos japoneses e seu impacto na política de defesa, Cf. Álvaro Lemos de Fontoura, “A Segunda Guerra Mundial”, in A. N. Ramires de Oliveira, Coord., *História do Exército Português (1910-1945)*, Lisboa, 1994, pp. 496-546. Isto, não significa que a questão timorense não tivesse sido importante do ponto de vista diplomático. Foi-o quer aquando da sua ocupação, quer aquando da sua recuperação, contribuindo até para a aproximação de Portugal aos EUA. Sobre as dimensões diplomáticas da questão timorense e seu impacto na política externa de Portugal, Cf. António Telo, 1991, I Vol, pp. 43-61 e II Vol., pp. 209-217.

⁶⁵⁰ Para os Açores, entre Abril de 1941 e Dezembro de 1944, foram enviados 28.582 homens. Para a Madeira, entre as mesmas datas, apenas 3.701 efectivos. Para Cabo Verde, um pouco mais, 5.504, contudo tão só em 1941 e 1942. Segundo o documento seguido, para Angola e Moçambique, entre 1941 e 1944, só há o envio respectivamente de 887 e 848 efectivos no ano de 1942. Cf. AHM, Classificador Geral (classificação provisória), G – Mobilização Militar, Projectos e Estudos - 2ª Secção, Núcleo 153, Caixa 330. Documento/Lista intitulado Embarque de Pessoal. É evidente o diferencial de efectivos remetidos para os Açores e para os outros territórios ultramarinos e insulares de Portugal. Os efectivos enviados para os Açores representam nestas datas cerca de 60% de todos os expedicionários enviados para os territórios ultramarinos e insulares de Portugal.

⁶⁵¹ Nomeadamente pela sua abordagem ampla e sistemática, a obra de Cf. José Sousa e Faro, *Posições Estratégicas de Portugal*, Lisboa, 1930. Trata-se de um pequeno opúsculo, onde o autor analisa a importância para a estratégia naval das posições insulares e coloniais de Portugal. Não

portuguesas não era tão sentida como o “perigo espanhol” exacerbado como fora pela ameaça que representara para a Ditadura Militar e para o regime do Estado Novo a instauração da república em Espanha e depois a Guerra Civil Espanhola.⁶⁵² Assim, no início da Segunda Guerra Mundial, a defesa das ilhas açorianas, sem ser totalmente descurada, fora deixada à Armada e aos poucos recursos que do continente podiam ser para as ilhas desviados. Se a Armada tinha então um papel de relevo nas ilhas açorianas, era porque em boa medida a preocupação com a defesa destas não era ainda essencial. Seria preciso esperar pela pressão crescente da Grã-Bretanha e principalmente dos EUA sobre os Açores, motivada pelo sentimento de vulnerabilidade estratégica das ilhas e da sua essencial importância para a estratégia dos aliados, para que em Lisboa os sinos de alarme ecoassem e a preocupação com a sua defesa se tornasse premente. Mas esta premência e o envio de efectivos militares cada vez mais numerosos para as ilhas a partir de fins de 1940, princípios de 1941 levariam progressivamente à continentalização da defesa dos Açores e à menorização do papel da Armada na sua defesa. Este facto resultaria também, quer de factores políticos, quer de factores técnicos. Ela instituiria uma política de defesa nacional monocentrada numa fórmula epirocratizante de defesa militar nacional.

deixa de valorizar pela sua importância insular as ilhas açorianas, principalmente o Canal do Faial e as ilhas de Cabo Verde. A visão é contudo excessivamente centrada na guerra naval clássica entre frotas de superfície.

⁶⁵² O que não implicava que as boas relações havidas entre o governo de Afonso XIII-Primo de Rivera e a Ditadura Militar, não fossem marcadas pelo “perigo espanhol”. A esse propósito convém lembrar uma situação anedótica aquando da visita oficial de Carmona a Espanha em 1929. Durante uma deslocação ao Escorial. Afonso XIII teria feito de cicerone. No final, Carmona disse que “Sua Majestade” gostaria concerteza de visitar o Mosteiro da Batalha em Portugal. Cf. Costa Brochado, *Op. Cit.*, Lisboa, 1987, p. 79.

2.5.1.) A Defesa dos Açores (1939-1943)⁶⁵³

Como já se referiu, um pouco antes da eclosão da Segunda Guerra Mundial, nos dias imediatamente anteriores de elevada tensão na política europeia, o governo remetera para salvaguardas a soberania das ilhas açorianas um navio de guerra e outras instruções de carácter defensivo (Cf. *Infra*, cap. 2.4.1.). De igual modo, a eclosão da guerra levou o comando do Exército a remeter instruções para os comandos militares nos Açores com vista a tomada de medidas de carácter defensivo nas ilhas. Segundo Ernesto Machado, à altura comandante militar dos Açores, as instruções recebidas obrigavam-no a mudar o seu posto de comando de Angra do Heroísmo para Ponta Delgada e a escolher as melhores posições para a instalação de artilharia de costa.⁶⁵⁴ Esta situação não deixa de demonstrar sintomaticamente como nada fora efectuado para garantir uma organização e uma estratégia de defesa militar dos Açores anteriormente à eclosão da guerra.⁶⁵⁵ Assim, como se pode explicar que só aquando do início do conflito se decida mudar o posto de comando e apareça a preocupação com o posicionamento da artilharia de costa, que para todos os efeitos já deviam estar operacionais no momento da eclosão do conflito. Durante os meses de Outubro a Dezembro, a acreditar nas suas memórias, Ernesto Machado efectuou os estudos e mudou o seu comando de ilha. Na sua óptica, propôs

⁶⁵³ O próximo capítulo não pretende ser um estudo exaustivo sobre a defesa militar e naval dos Açores. Pretendem enquadrar a defesa militar dos Açores na lógica estratégica do Exército e da Armada, ou seja, tendo em conta as políticas navais e militares correspondentes respectivamente a cada um dos ramos, analisar o modo como desenvolveram medidas para assegurar a defesa das ilhas açorianas. Em última análise, os capítulos pretendem elucidar a lógica estratégica que esteve presente nas medidas de defesa das ilhas açorianas, e como ela se insere na lógica estratégica global da política de defesa militar geral. Como se tentará demonstrar, a política de defesa militar dos Açores centrou-se na defesa terrestre das ilhas e no papel crucial do Exército, aplicando-se então, a mesma lógica estratégico-militar efectuada já no continente pelas forças terrestres.

⁶⁵⁴ Cf. Ernesto Machado, *Recordando nas Duas Grandes Guerras*, Lisboa, 1959, pp. 89-90.

⁶⁵⁵ Segundo Cf. M. De Sousa Menezes, *A defesa dos Açores na II Guerra Mundial*, Lisboa, 1988, p. 51, a defesa dos Açores estava em Setembro de 1939 reduzida a 2 batalhões de infantaria, não havendo disponível artilharia de costa.

a instalação das baterias de artilharia de costa na Terceira e na Horta e requisitou um navio da Armada para permanecer na primeira ilha, facto que diz ter começado a suceder a partir de Novembro de 1939.⁶⁵⁶ Só em Junho de 1940 são enviadas para os Açores baterias de artilharia de costa para equipar as ilhas de São Miguel (Ponta Delgada) e do Faial (Horta), material que só em Setembro de 1940 estaria em estado operacional.⁶⁵⁷ Assim, até meados de 1940 a defesa dos Açores mobilizou-se muito lentamente. É certo, que com a guerra instalada tão só no centro da Europa, a ameaça às ilhas parecia distante.

A situação, já se referiu, transformar-se-ia com a queda da França nas mãos da Alemanha. O espaço Atlântico vulnerabilizou-se de forma bem mais intensa, ao mesmo tempo que a situação na Península Ibérica se tornava mais tensa (em boa medida, porque a pressão continental se fazia agora sentir com muito maior intensidade sobre ela). Apesar da situação de ameaça se ter agravado nas ilhas açoreanas, a possibilidade de uma invasão terrestre no continente, concentrava todos os esforços do governo e do Exército. O Plano 40 é a expressão acabada dessa situação. Nem uma palavra é referida à situação das ilhas, como nas suas críticas, a Armada não deixou de relevar. Na verdade, em Outubro de 1940, partiriam as primeiras forças expedicionárias metropolitanas para os Açores.⁶⁵⁸ Este envio era quase concomitante com a definição inicial do plano de defesa das ilhas, na realidade, mais um esboço, e com a decisão de reforçar a defesa dos Açores com contingentes vindos do continente.⁶⁵⁹ Assim,

⁶⁵⁶ Cf. Ernesto Machado, *Op. Cit.*, pp. 94-114.

⁶⁵⁷ *Idem*, pp. 123-125.

⁶⁵⁸ Segundo indicação de Cf. M. De Sousa Menezes, *Op. Cit.*, pp. 23-25 e de Cf. Álvaro Lemos da Fontoura, *Op. Cit.*, p. 549. Tratou-se do batalhão 66.

⁶⁵⁹ Em Fevereiro de 1941 Santos Costa avisava o brigadeiro Godinho, Comandante Militar dos Açores, para a necessidade da resistência no Faial, Terceira e Horta se dever prolongar por 96H contando apenas com os seus recursos. O Comandante Militar dos Açores era instado a fortificar as praias das ilhas referidas com trincheiras, arame farpado e metralhadoras. Cf. Manuel Braga da Cruz, Org. e Prefácio, 2003, Doc. 200, pp. 171-172. Carta de Santos Costa para o CMA, brigadeiro Marques Godinho datada de 20 de Fevereiro de 1941.

segundo o plano proposto em Junho de 1940, a defesa incidiria o seu esforço defensivo nas ilhas de São Miguel, Terceira e Faial e seria reforçada com contingentes vindos do continente, para além de potenciar o recrutamento local. Seriam instaladas baterias de artilharia de costa nas zonas mais vulneráveis a um desembarque e requisitado o apoio da Armada com navios de guerra permanentemente presentes,⁶⁶⁰ assim como a construção de facilidades para a instalação de meios da aeronáutica e de defesa anti-aérea.⁶⁶¹

Os meios contudo foram lentos a constituir-se. De facto, em Março de 1941, numa carta enviada por Salazar a Armindo Monteiro, o primeiro afirmava que a constituição da defesa estava a processar-se com uma lentidão exasperante, culpando os militares pela falta de sentido prático das coisas, e referindo que a defesa contava à altura em condições operacionais com um batalhão de infantaria de cerca de 1000 homens e uma bateria de 3 peças de artilharia de costa de 15 em Ponta Delgada (São Miguel), um batalhão de infantaria de cerca de 1000 homens e uma bateria de 4 peças de 15 na Horta (Faial) e um batalhão de infantaria de cerca de 1000 homens em Angra do Heroísmo (Terceira). Salazar avisava que considerando a possibilidade de mobilização local, se poderia constituir para cada uma das ilhas referidas o equivalente a um regimento de infantaria a dois batalhões. Acrescia o potencial da defesa, a presença em permanência de dois navios da Armada, revezando-se na vigilância das ilhas.⁶⁶² Como se pode observar, a defesa estava quase no zero, ou seja, não houvera virtualmente quase nenhum reforço de meios entre Setembro de 1939 e princípios de 1941, à excepção de um batalhão de infantaria e de duas baterias de

⁶⁶⁰ Para efeitos de defesa das ilhas, O Comandante Militar dos Açores subordinava as forças navais nos Açores. Cf. Manuel Braga da Cruz, *Org. e Prefácio*, 2003, Doc. 202, Carta de 31 de Abril de 1941 de Santos Costa para o CMA brigadeiro Marques Godinho, pp. 173-4.

⁶⁶¹ Cf. Álvaro de Lemos Fontoura, *Op. Cit.*, pp. 429-430.

⁶⁶² Cf. Fernando Rosas (et. al.), 1996, pp. 178-179. Carta com a data de 12 de Março de 1941.

artilharia de costa.⁶⁶³ Os meios da Armada, já bastante estendidos em esforço, eram claramente insuficientes.

Seria preciso esperar pelo amainar da tensão na Península Ibérica em fins de 1940, princípios de 1941, e pelo arrebitar do interesse dos EUA pelas ilhas dos Açores para que o reforço destas fosse intensificado. De facto, o grosso dos contingentes militares do continente enviados para os Açores foram activados a partir de meados do ano de 1941. Alguns ainda seriam activados em 1942.⁶⁶⁴ Na realidade, a acreditar em alguma documentação recolhida, o envio sistemático de contingentes para os Açores só se processa com regularidade a partir de Abril de 1941.⁶⁶⁵ Nesse mês são enviados para as ilhas 95 oficiais, 174 sargentos e 2.493 praças num total de 2.762 homens. Em Maio, são enviados 550 efectivos, em Junho 2.326, em Julho 1.001, em Agosto, 1.250, em Setembro, 1.412, em Outubro, o máximo enviado nesse ano, 3.154 homens, e depois nos dois meses subsequentes, tão só, 608 efectivos⁶⁶⁶ (o total de efectivos enviados foi de 13.063 homens, o ano de maior envio de forças).⁶⁶⁷ Segundo um outro documento, até Abril de 1941, tão só tinham sido embarcados para os

⁶⁶³ Com peças dotadas de um curto alcance, visto M. De Sousa Menezes referir que estas tinham um raio de 12 quilómetros de alcance. Cf. o autor, *Op. Cit.*, p. 84.

⁶⁶⁴ Cf. Álvaro Lemos de Fontoura, *Op. Cit.*, Anexo no final da obra com referência às unidades existentes nas três ilhas fortificadas dos Açores, origem regimental e momento da sua activação, pp. 551-558. Esta é também a informação dada por Cf. M. De Sousa Menezes, *Op. Cit.*, pp. 51-52.

⁶⁶⁵ Observe-se que a partir da Primavera de 1941 há uma clara viragem da Alemanha para o leste da Europa, iniciando-se com a invasão da Jugoslávia e da Grécia (em Abril desse ano) e depois com a “Barbarossa”, a invasão da URSS (22 de Junho de 1941). A preparação das forças expedicionárias devia contudo ter vindo a ser feita há poucos meses, e o envio a replicar a maior pressão dos EUA e da Grã-Bretanha sobre as ilhas.

⁶⁶⁶ O envio de menos efectivos no Outono e Inverno pode-se explicar no facto de as condições meteorológicas serem tão más nessas estações que inviabilizava qualquer desembarque na óptica dos estrategas portugueses. Cf. Manuel Braga da Cruz, Org, e Prefácio, 2003, Doc. 206, Carta de Santos Costa ao CMA dos Açores (brigadeiro Marques Godinho), s/d, p. 181.

⁶⁶⁷ Cf. AHM, Classificador Geral (classificação provisória), G – Mobilização Militar, Projectos e Estudos - 2ª Secção, Núcleo 153, Caixa 330. Documento/Lista intitulado Embarques de Pessoal. Contém a lista anual e mensal de efectivos embarcados para as ilhas e as colónias entre 1941 e 1944. Saliente-se que a maior mobilização de efectivos para os Açores dá-se em 1941, com 13.000 homens enviados e em 1943 com 6.400 soldados, ou seja, nos momentos de maior tensão que as ilhas viveram, em 1941 devido às apetências dos EUA e em 1943, provavelmente, por causa do acordo alcançado com a Grã-Bretanha com vista ao seu uso pelas forças aliadas.

Açores 53 oficiais, sargentos e praças em 4 navios, depois, entre Abril e Dezembro de 1941, nada menos de 31 embarques são feitos para transportar tropa para as ilhas. A média de embarques é de 1,3 por mês entre Janeiro e Março, e de 3,25 nos meses subsequentes. Só em Abril efectuam-se quatro embarques e viagens.⁶⁶⁸

Não admira por isso que só em meados de 1942 fosse em definitivo instituído um plano operacional de defesa das ilhas açorianas.⁶⁶⁹ No total, o Exército empenhou na defesa dos Açores 19 batalhões de infantaria, 3 companhias de caçadores, 24 baterias de artilharia e 2 companhias de acompanhamento regimental, além de outras unidades de apoio e serviços. Nos Açores estiveram também presentes 3 esquadrilhas da Aeronáutica Militar.⁶⁷⁰ O total de efectivos teria sido de cerca de 32.000 homens segundo M. de Sousa Menezes,⁶⁷¹ a maioria oriundos do continente. Comparado com estes efectivos, a Armada teria acabado por ter uma participação muito menos visível. António Telo refere que o número de navios a operar fora da proximidade da base de Lisboa era reduzido, e o grosso destes estava concentrado nas posições insulares de Portugal. Nas Ilhas dos Açores estariam em permanência um ou dois navios da Armada,⁶⁷² facto já salientado por Salazar na carta enviada a Armindo Monteiro. A estes juntava-se o pequeno destacamento de hidroaviões da aeronáutica da Armada, no Centro da Aviação de Ponta Delgada.⁶⁷³

⁶⁶⁸ Cf. AHM, Classificador Geral (classificação provisória), G – Mobilização Militar, Projectos e Estudos - 2ª Secção, Núcleo 153, Caixa 330. Documento/Lista intitulado Pessoal e Material Transportado. Contém lista de pessoal enviado para as ilhas em 1941, datas de embarque e nome dos navios.

⁶⁶⁹ Denominado “Ideia de Manobra” estabelecida na “Directiva de Conjunto para o Reajustamento da Defesa” de 10 de Agosto de 1942. Cf. Álvaro Lemos de Fontoura, *Op. Cit.*, p. 431.

⁶⁷⁰ Duas esquadrilhas de velhos aviões Gladiator (30 aparelhos) e 5 Junkers 52. Cf. Mário Cannongia Lopes, *Op. Cit.*, pp. 101 e 103.

⁶⁷¹ Cf. M. De Sousa Menezes, *Op. Cit.*, p. 126.

⁶⁷² Cf. António Telo, 1999, pp. 423-425.

⁶⁷³ Cf. Viriato Tadeu, *Op. Cit.*, pp. 349 e 351. Tratavam-se de 3 hidroaviões bimotores Grumman G-21.

Face à discrepância de efectivos entre as forças militares (terrestres) e as forças navais, a defesa das ilhas acabou por ficar subordinada ao Exército, a despeito da Armada garantir a sua autonomia. Com efeito a coordenação das Forças Armadas presentes no arquipélago pertencia ao Comando Militar dos Açores ao qual se subordinava o Comando de Defesa Marítima dos Açores.⁶⁷⁴ A defesa das ilhas tomava então, a despeito da presença da Armada, um claro carácter terrestre, facto inelutável, visto os meios de defesa que o Exército oferecia serem muito mais vastos que os do outro Ramo das Forças Armadas.⁶⁷⁵ O dispositivo desenvolvido pelo exército visava resistir a um desembarque hostil e repeli-lo, com uma acção defensiva assente na defesa avançada nos locais de desembarque e uma reserva geral de reforço dos locais ameaçados.

Segundo as directivas do Comando Militar dos Açores, cada ilha constituiria uma defesa autónoma, sendo que a ilha atacada seria reforçada com efectivos das ilhas não alvejadas. Procurava-se potenciar o poder de fogo à maior distância possível da costa e desenvolver uma defesa avançada, desde as praias, contendo cada ilha um reduto final de defesa. Guarneciam-se tão só três das ilhas açorianas, S. Miguel, Terceira e Faial, consideradas as mais importantes.⁶⁷⁶ Era uma Estratégia Operacional

⁶⁷⁴ Cf. António Telo, 1999, p. 424.

⁶⁷⁵ Esta tinha uma função claramente subordinada nas ilhas, como os olhos da defesa militar terrestre, contudo a missão dela era primacial. Segundo Barros Rodrigues, sem um serviço naval e aéreo de vigilância à distância, só possível com meios aéreos e navais, a defesa terrestre das ilhas não teria a mínima chance porque seria surpreendida pelo ataque. Cf. Manuel Braga da Cruz, Org. e Prefácio, 2003, Doc. 302, Carta de Barros Rodrigues para Santos Costa, datada de 13 de Abril de 1941, p. 253.

⁶⁷⁶ Não é objectivo deste trabalho criticar a perspectiva de defesa das ilhas face aos potenciais adversários, fundamentalmente os anglo-saxónicos. O Eixo nunca considerou seriamente o apossamento das ilhas açorianas. A discrepância de potencial militar entre os aliados e as forças portuguesas tornariam inelutável a vitória dos primeiros. No entanto, não foi risível o esforço de forças enviadas para os Açores. Deu um sinal da vontade de garantia de soberania das ilhas nas mãos de Portugal e como neste particular caso, era necessário considerar o impacto de uma invasão na atitude espanhola e nos efeitos de uma intervenção alemã na Península Ibérica, a possibilidade de Lisboa tomar uma atitude original teria servido de inibidor a uma invasão dos Açores. Sobre a defesa dos Açores e os planos para a concretizar, Cf. as obras de Sousa Meneses e Nuno Fontoura de Lemos. Saliente-se no entanto, que o plano operacional não

tipicamente terrestre onde a Armada contava pouco, em boa medida porque os seus meios eram extremamente reduzidos. Era uma estratégia decalcada da defesa da metrópole em duas linhas, as posições em redor dos locais mais favoráveis aos desembarques e uma reserva, usualmente posicionada em redor da capital da respectiva ilha. Estas últimas posições configuravam também uma segunda linha de defesa.⁶⁷⁷ Neste sentido, apesar de se tratar da defesa de ilhas, a proeminência do Exército acabou por também aqui ser decisiva,⁶⁷⁸ e por isso, houve uma continentalização da defesa das ilhas açorianas, epirocratização que configuravam a primazia militar do Exército.

2.5.2.) A Primazia do Exército

A política militar de defesa durante a Segunda Guerra Mundial foi dominada pela primazia do Exército. Os planos militares de defesa, quer do continente, quer dos Açores baseavam-se numa lógica militar (terrestre) e nas concepções estratégico-táticas que o Exército tinha vindo a apresentar

parecia ter em conta a esmagadora superioridade aero-naval dos anglo-americanos, caso fossem estes os agressores, tornando inviável qualquer reforço de uma ilha para a outra.

⁶⁷⁷ Em si, o modelo operacional não era muito diferente do aplicado pelos japoneses em meados da guerra na defesa das suas posições insulares no Pacífico. Mais tarde, curiosamente, aconselhados pelos alemães, desenvolveram sistemas defensivos em profundidade, baseando-se numa defensiva móvel, abandonando a defesa avançada das praias. Cf. Leo J. Daugherty III, Fighting Techniques of a Japanese Infantryman 1941-1945. Training, techniques and weapons, Londres, 2002, pp. 77-78. Note-se no entanto, que na defesa da *Westwall*, Rommel optara por uma defesa o mais avançada possível das praias como contraponto à enorme superioridade aérea dos aliados.

⁶⁷⁸ Refira-se que Humberto Delgado era extremamente crítico do contínuo envio de homens para as ilhas. Achava que acabariam por tropeçar uns nos outros, porque era caro enviá-los e mantê-los e maçadores e incómodos nas ilhas. Além disso, a sua capacidade de manobra estratégica era irrelevante porque havia o mar e estavam condicionadíssimos taticamente devido à falta de meios auto e de estradas macadamizadas. Seria ótimo bater um invasor na praia, mas para isso faltavam-nos meios anti-carro e meios anti-aéreos. Cf. Manuel Braga da Cruz, Org. e Prefácio, 2003, Doc. 191, Carta de Humberto Delgado para Santos Costa, datada de 12 de Janeiro de 1942, p. 163. O que o aproxima da visão de Rommel sobre a defesa contra acções anfíbias em situação de esmagadora inferioridade aero-naval. Para Humberto Delgado, como para Rommel, a defesa devia ser efectuada nas praias com toda a força disponível, de modo a obstar ao desenvolvimento da manobra do inimigo.

desde os anos 20. Assentavam na conscrição universal e na formação de um exército de massas sob o comando de uma elite de oficiais profissionais, que garantisse a mais abrangente integridade territorial do país. A Armada tinha então uma função complementar de apoio às forças terrestres na sua missão. Esta situação resultava simultaneamente de uma dimensão técnica e de uma dimensão política, sendo esta a razão primacial.

A dimensão técnica ou tecno-militar relacionava-se com a realidade económico-material de Portugal, um país atrasado industrial e tecnologicamente, ainda fortemente rural, sendo a maioria das indústrias existentes de pequenas dimensões e baixíssima tecnologia.⁶⁷⁹ Ora, aquilo que distinguia desde há séculos, o Exército da Armada era o distinto carácter tecnológico da segunda por oposição ao primeiro.⁶⁸⁰ O Homem é um animal terrestre, pelo que só com o uso de máquinas pode agir no mar, e ainda mais nele combater. Precisou de criar plataformas estáveis e móveis para se poder digladiar num meio que é ele mesmo hostil. Pelo contrário, em terra, *habitat* natural do homem, desde cedo que com poucos instrumentos, ou mesmo nenhuns, é possível de enfrentar o adversário.⁶⁸¹ No mar, dificilmente um adversário em grande desvantagem poderia ou poderá bater outro. Em terra, pelo contrário, a história está cheia de exemplos de forças (supostamente) fracas em recursos materiais que bateram, até de forma desequilibradíssima, os mais fortes em recursos materiais. Assim, e até ao século XX, o factor tecnológico era muito mais importante no mar que em terra. No mar, para alguém se bater, precisa de

⁶⁷⁹ Sobre as características da economia e da indústria portuguesa nos anos 30 e nos anos da guerra, Cf. Fernando Rosas, 1994, pp. 61-84, principalmente a síntese da p. 83.

⁶⁸⁰ Segundo João Freire, o conhecimento tecnológico era muito valorizado na Armada. Cf. o autor, *Op. Cit.*, p. 19.

⁶⁸¹ Observe-se que só com a Segunda Guerra Mundial, a locomoção táctica das forças militares passou a ser efectuada por meio de máquinas, os automóveis e os meios aéreos, aviões e depois helicópteros. Durante a Grande Guerra, a locomoção táctica dos exércitos era feita, regra geral, a pé. Sobre este assunto, Cf. Martin Van Creveld, 1980, pp. 11-112. É certo que há séculos, os homens usavam cavalos na guerra, mas os cavaleiros, fora algumas excepções, foram sempre uma ínfima parte da força combatente dos exércitos, com missões muito específicas.

máquinas, isto é, de navios com os quais se possa digladiar. Em terra, pelo contrário, o homem foi por muitos séculos o elemento essencial. Só com a revolução tecno-industrial aplicada à guerra terrestre a partir das guerras mundiais, e com o desenvolvimento de exércitos mecânicos, essa situação tendeu a mudar, mas mesmo assim...(?).⁶⁸²

A Armada precisa de navios para poder travar a sua guerra, mas infelizmente para a marinha de guerra portuguesa, derivado dos limitados recursos do país, estes eram meios escassos. Em 1939, aquando da eclosão da Segunda Guerra Mundial, a Armada, dispunha de 14 navios de combate modernos, alguns mais antiquados, e algumas pequenas unidades ligeiras. Era simplesmente demasiado pouco para poder ocorrer a todo o espaço territorial português, ainda bem vasto, com as suas possessões insulares e os seus territórios ultramarinos. Esta situação ainda era mais complicada, como se observou, pelo facto de os navios para serem uma força com uma razoável capacidade combativa, terem operar em conjunto, e simplesmente, a Armada não dispunha de um número suficiente de unidades, nem sequer para organizar uma flotilha de oito barcos do mesmo tipo operacional. Assim, as possibilidades da Armada poder contribuir para uma defesa credível do país ficavam muito debilitadas. De facto, mesmo a defesa de Lisboa contra um ataque da esquadra espanhola era de alta questionabilidade, tamanhas eram as vulnerabilidades da Armada.

Pelo contrário, apesar de Portugal ser um país de reduzida população, quanto comparado com as grandes potências europeias, ou mesmo com a Espanha, não lhe faltavam homens. Os teóricos militares mais optimistas calculavam que Portugal podia pôr em pé de guerra cerca

⁶⁸² A propósito deste tema, veja-se por exemplo, Cf. Hervé Coutau-Bégarie, 1999, pp. 778 e 796. De facto, mesmo hoje o factor humano não deixa de ser um imponderável muito complicado no conflito terrestre. Veja-se a situação dos EUA no Iraque. Pela pura lógica de desproporção de forças, a resistência seria inviável, mas na guerra terrestre desde que a estratégia e a tática sejam bem pensadas, um homem com uma espingarda pode ser um temível e desgastante inimigo. Essa realidade é muito menos plausível na guerra naval, porque aí o factor tecnológico-material é e foi sempre muito mais decisivo.

de 500.000 homens (talvez mais, alguns chegavam a falar de 700.000 efectivos). Outros, menos optimistas, ficavam-se pelos 250.000 homens. Sejam como for, eram efectivos suficientes para criar uma força militar razoável, com o custo, que o serviço militar geral e a conscrição tornavam relativamente baratos. O número, mesmo se a sua eficácia fosse de duvidosa qualidade, sempre impressionava. Na Armada, pelos custos in comportáveis, dificilmente se podiam multiplicar os navios, mas no Exército, era fácil multiplicar os homens, com custos, apesar de tudo bem mais baixos. Isto explica em parte porque se tornava atraente apoiar a política militar do Exército, ou de alguns sectores, mais numerosos do Exército, de conscrição e de criação de um exército de massas, por oposição a uma bem mais cara política naval de criar uma esquadra apreciável, que nunca seria, nem suficientemente grande, nem suficientemente impressionante.

Mas a este factor há de aduzir outro, tão ou mais fundamental que o primeiro, o factor político. Alguns historiadores têm salientado com razão que nos finais dos anos 30, Salazar tinha de certo modo assegurado um grau muito razoável de controlo político do Exército, controlo político consubstanciado sintomaticamente na sua ascensão a Ministro da Guerra.⁶⁸³ Mas a ascensão de Salazar a Ministro da Guerra tem outra face. Ao assumir a pasta da guerra, Salazar como que se inseriu no aparelho militar (terrestre), na medida em que passou a gerir esta organização, com as suas lógicas estratégicas próprias, e não sendo um estudioso dos fenómenos militares, nem tendo doutrina própria sobre o assunto para além da ideia, mais política, que militar, de delimitar o campo do Exército ao seu *métier*

⁶⁸³ São os casos dos mais emblemáticos estudiosos do fenómeno militar durante o Estado Novo, António Telo, Luís Salgado de Matos, Medeiros Ferreira, Maria Carrilho e Telmo Faria.

específico, ficou como que conformado às possibilidades de acção estratégica que os comandos militares lhe apresentavam.⁶⁸⁴

Ora, Salazar lidava directamente com os comandos do Exército, mas era mediado pelo Ministro da Marinha na relação com os comandos da Armada. Não, porque não pudesse fazê-lo, mas porque uma intervenção directa e mais profunda na acção da Armada não lhe era necessária, visto esta não ter a importância política, nem o grau de periculosidade conspirativa do Exército.⁶⁸⁵ Assim, de certo modo a Armada foi ficando no limbo da política de defesa, enquanto a função do Exército crescia, e com ela, também maiores eram os recursos financeiros dedicados à defesa nacional que lhe eram entregues.⁶⁸⁶

Por seu turno, apesar da maior subordinação militar do Exército ao ditador, o facto de este ser o principal responsável pela condução dos seus

⁶⁸⁴ Costa Brochado salienta que Salazar escolheu Santos Costa para o elucidar sobre as questões militares. Cf. Costa Brochado, *Op. Cit.*, p. 161. Ora, como já se observou, Santos Costa tinha desenvolvido uma concepção de defesa militar nacional de carácter terrestre e epirocratizante, pelo que se inseria perfeitamente nas concepções matrizes oriundos do Exército. Opinião similar tem Joaquim Veríssimo Serrão, Cf. *Infra*.

⁶⁸⁵ António Telo demonstra de forma evidente que durante a I República, a Armada teve um papel decisivo nos golpes militares que pontuaram a História do período. Tal, diz o autor, resulta de Lisboa ser extremamente vulnerável a partir do mar, derivado da sua geografia, entre o Tejo e as colinas que se contrapõem a ele. Assim, desde que houvesse uma combinação entre os meios navais e as forças terrestres dominando essas colinas, a situação de um poder público ensanduichado era extremamente vulnerável, tanto mais, que movendo-se em ruas pequenas e sinuosas, as forças governamentais eram alvo fácil para os bandos de civis armados. Cf. o autor, 1999, pp. 214-217. Esta situação foi verdadeira enquanto Lisboa foi a única sede de poder, e o resto do país pouco contou. Sucede que com o 28 de Maio de 1926, o resto do país passou a contar. Não foi em Lisboa que começou o golpe, mas no interior, e a capital foi de certo modo “ocupada” por um exército conquistador externo à cidade. Este facto, não foi uma coincidência, mas o elemento central da estratégia militar dos golpistas e do seu principal líder, o general Sinel de Cordes. Cf. Aniceto Afonso, *Op. Cit.*, pp. 130 e seguintes. Os contra-golpes à Ditadura Militar passaram também a seguir esse modelo, o de mobilizar, não só Lisboa, mas o país contra o poder instalado em Lisboa, de modo a que este, atacado em vários lados, fosse forçado a capitular. Era mesmo com essa intenção que eclodiram as rebeliões na Madeira e nos Açores em 1931. Com o interior a tornar-se elemento estratégico fundamental para o derrube do poder em Lisboa, também o papel da Armada se mitigou, e se reforçou mais o papel do Exército e das guarnições disseminadas pelo país.

⁶⁸⁶ António Telo refere que em geral, entre 1935 e 1950, durante o Estado Novo, à excepção de alguns anos, o Exército recebeu mais ou menos em média 60%-65% dos recursos dedicados à defesa nacional contra 30%-35% entregues à Armada. Cf. António Telo, 1999, pp. 350-352 e 510-511. Segundo este autor, mesmo no período de consecução do programa naval de 1930, as despesas com a Armada não superaram as do Exército, ficando contudo praticamente equiparadas, equivalendo a 90% dos gastos com a força de terra.

destinos, e de sentir a necessidade de geri-lo com algum cuidado político, tornava Salazar mais atento e flexível aos projectos militares terrestres de reorganização da força militar geral. Isto quer dizer que os militares do Exército tinham um acesso mais directo a Salazar e uma maior capacidade de influenciar as decisões do regime sobre a política militar de defesa nacional. Esse facto é percepcionável no próprio Arquivo Salazar na Torre do Tombo. A documentação sobre o Exército é muito mais vasta que a que existe sobre a Armada, e principalmente, derivado da assunção por Salazar da pasta da guerra, o nível de pormenor que se encontra no planeamento e organização da estratégia militar (terrestre) é muito mais abrangente que o relativo ao outro ramo da força armada.⁶⁸⁷ Assim, por motivos políticos e tecno-industriais, o Exército foi ganhando espaço de poder e margem de manobra face à Armada na definição da política de defesa militar. Era, paradoxalmente, uma expressão da sua fraqueza política crescente. Quanto mais subordinado se encontrava face à Salazar, mais Salazar, por motivos dessa subordinação tendia a desenvolver uma política de defesa nacional consonante com a lógica estratégica do Exército.

Fica uma última questão para problematizar, reconhecendo-se desde já que não é de fácil visibilidade a resposta. Qual era o grau de confiança de Salazar nas políticas militar e naval de defesa nacional. Não parece aceitável limitar-se a considerar que para Salazar o dispêndio financeiro com o rearmamento militar e naval fosse tão só uma medida política, sendo-lhe irrelevante a sua real substância (tanto mais que ela representava uma grossa fatia do orçamento, talvez na realidade cerca de 40% do mesmo). Nem é por seu turno igualmente credível que Salazar considerasse que a força militar fosse de tal modo eficaz que assegurasse *per si* a

⁶⁸⁷ Observável também no Inventário do Arquivo Salazar feito por Maria Margarida Garcia. A documentação sobre o Ministério da Guerra ocupa 15 páginas. A relativa à Armada no Ministério da Marinha apenas 9 páginas. Há contudo, dispersa, muita mais documentação sobre o Ministério da Guerra. Cf. Maria Margarida Garcia, Arquivo Salazar, Inventário e Índices, Lisboa, 1992, pp. 129-144 e 179-188.

integridade de todo o espaço territorial português, e que as medidas até então tomadas, ou a tomar, garantiriam a total eficiência da Força Armada. Devia com alguma certeza ter plena ou suficiente consciência dos reais limites de operacionalidade da Força Armada.⁶⁸⁸ A atitude, se uma postura vinda do futuro, pode ser considerada como a adoptada por Salazar em qualquer momento do seu regime, seria a consubstanciada na missiva enviada ao governador Vassalo e Silva e à guarnição militar da Índia aquando da invasão de 1961. A função do Exército e da Armada era a defesa da integridade nacional e por isso, só lhes restava cumprir ou morrer no cumprimento dessa missão. A partir do momento em que o governo definira a missão e em que lhes tinham sido entregues alguns meios, cabia à Força Armada utilizá-los o melhor que soubesse e pudesse com vista a cumprir a sua função ou morrer com honra.⁶⁸⁹ Salazar era um homem de fé.

2.6.) O Impacto da Guerra e as Mutações estratégicas: A Política de Defesa e a Estratégia Militar Portuguesa do Fim da Guerra ao Pós-Guerra

O anos de 1943-1944 seriam de charneira na definição da política de defesa e da política militar do Estado Novo. Dois factores podem ser considerados como centrais nesse processo de mudança, um de carácter político-estratégico, resultando da progressiva definição do bloco vencedor da guerra, o que obriga a uma reconceptualização da/as ameaça/as a Portugal e ao regime, que se consagraria na remodelação da equipa ministerial em fins de 1944 com a ascensão de Fernando Santos Costa à

⁶⁸⁸ Como se pode aduzir pelas críticas que ele amiudadamente fazia a incapacidade administrativa e (in)eficiência das forças militares. Cf. *Infra*.

⁶⁸⁹ Veja-se a missiva enviada ao governador de Goa Vassalo e Silva e a racionalidade política e estratégica que está por detrás da mesma na obra de Cf. Franco Nogueira, Salazar, A Resistência (1958-1964), Porto, (s/d), pp. 364-368. Segundo Ploncard d'Assac, em Maio de 1940, ao discursar para os militares, Salazar salientara que a função militar, das mais nobres, tinha por dever, em última circunstância, a possibilidade da morte. Cf. J. Ploncard d'Assac, Salazar. A vida e a obra, 2ª Ed., Lisboa, 1983, p. 150. Ou seja, em última análise, falhos de tudo, restava aos militares a honra de cumprir o seu dever, a morte.

pasta da guerra e na viragem estratégica consubstanciada na valorização do papel do atlântico, e outra de carácter técnico-estratégico, derivado do maciço rearmamento e reequipamento pelo qual passa fundamentalmente o Exército, com implicações directas na redefinição das modalidades de defesa do continente, em virtude dos acordos com a Grã-Bretanha a respeito das ilhas açoreanas. Com estes acordos e o envio de vastas quantidades de material militar e de guerra, pode-se dizer que o Exército começaria a entrar na Era das forças militares mecânicas e industriais. Com o fim da Segunda Guerra Mundial e a eclosão da Guerra Fria, o regime adoptaria uma diferente posição internacional renovando ou readaptando a sua terminologia política às novas condições políticas e estratégicas internacionais.

A despeito de as Forças Armadas adoptarem o discurso e a finalidade do regime no que toca à política de defesa nacional, esta aparente conglutinação de esforços, escondiam divergências cada vez mais profundas e subterrâneas na real definição da política de defesa, divergências que reflectiam modos diferentes de pensar e racionalizar a política de defesa, mais políticos-estratégicos no caso do salazarismo, ou mais operacionais-tácticos no caso dos comandos militares. Estas divergências alargar-se-iam progressivamente, e acentuar-se-iam com a integração na OTAN, e reflectiam cognoscibilidades distintas relativas às reais possibilidades da defesa nacional e da sua função internacional. Assim, nos próximos capítulos (pontos 2.6. e 2.7.) analisaremos o impacto das transformações/mutações geradas pela guerra, no campo político e geopolítico/geoestratégico e no campo tecnológico-organizacional e seus efeitos na política de defesa do Estado Novo.

2.6.1.) A Remodelação da Defesa Continental e o Rearmamento do Exército (1943-1949)

Em Outubro de 1943, quando as primeiras forças britânicas desembarcavam nos Açores, o Exército efectuava grandes exercícios militares. Conhecidas mais tarde como as manobras de Pegões, estes exercícios visavam enfrentar uma possível réplica espanhola ou germano-espanhola aos acordos com a Grã-Bretanha.⁶⁹⁰ As manobras de Pegões mobilizaram cerca de três divisões,⁶⁹¹ e visavam uma defesa mais móvel e avançada da fronteira, cobrindo Lisboa e a chegada de reforços vindos da Grã-Bretanha, com os quais se contavam destroçar uma invasão alheia. Desde meados de 1943 que a missão militar portuguesa em Londres negociava a modalidade de defesa militar do continente e o apoio que adviria das forças militares da Grã-Bretanha.

2.6.1.1.) As Negociações com a Grã-Bretanha e a Renovação da Estratégia de Defesa (1943)

Em 1943, nas negociações com a Grã-Bretanha, tinham os delegados britânicos apresentado uma nova modalidade de defesa que exigia, nos seus cálculos, tão só três divisões mais algumas unidades de apoio. Este prisma scandalizou o Estado Maior do Exército português, que em Agosto de

⁶⁹⁰ Este facto é salientado por Franco Nogueira, Cf. o autor, Salazar, As Grandes Crises (1936-1945), Lisboa, pp. 467-468. O general Ernesto Machado afirma também que essa era a missão principal das forças em manobras. Cf. Ernesto Machado, Op. Cit., p. 193.

⁶⁹¹ António Telo refere que as manobras foram de facto um fiasco, com o colapso da logística logo no primeiro dia das operações, as comunicações a não funcionarem e a incapacitarem o comando de conseguir gerir as forças desde as primeiras horas. Cf. o autor, 1996, p. 180. O general Ernesto Machado reconhece igualmente que as manobras não foram bem sucedidas, derivado da instrução deficiente da tropa nos quartéis e das missões dadas as divisões, que ele considerou como excessivas. Refere ainda que o material novo e a falta de instrução divisional conjunta contribuíram para o fracasso das manobras. Cf. o autor, Op. Cit., pp. 196-197. Algumas destas críticas seriam utilizadas para a revisão e remodelação do plano 43.

1943, num parecer sobre as conversações militares em Londres considerava a necessidade de se dispor de 15 divisões para expulsar o inimigo do território nacional. Contudo, a Grã-Bretanha assegurava apenas o fornecimento de material de guerra para 3 divisões e cerca de metade do material de guerra para os elementos do corpo de exército.⁶⁹²

Para a delegação britânica, de acordo com a óptica do seu estado maior, a ameaça a Portugal era ínfima, na medida em que as Forças Armadas alemãs, por muito poderosas que ainda fossem, estavam todas empenhadas em operações militares, tendo sofrido pesadas perdas na Frente Leste face à URSS, não dispondo já de reserva estratégica na Europa central. Além disso, também a *Luftwaffe* estava ela toda empenhada em operações, sem reservas para apoiar uma invasão da Península Ibérica. No máximo dos máximos, a *Luftwaffe* faria ataques com meios limitados, não mais que uma dezena de aviões, bombardeiros de longo raio de acção sem escolta, a Lisboa e ao Porto, talvez aos Açores, com dois ou três aparelhos. Acresce a esta perspectiva, que a descrença da vitória alemã, neutralizava a Espanha, decorrendo dessa postura que o vizinho ibérico não ameaçava Portugal.⁶⁹³

Salazar teria concordado com o prisma britânico, afirmando que de um ponto de vista racional, a Alemanha e a Espanha teriam pouco convicção numa intervenção. Contudo, continuava, era necessário carregar nas tintas da reacção, jogando com a possibilidade de uma loucura, para

⁶⁹² Cf. MNE, *Dez Anos...*, 12ª Vol., Nº 134, Parecer do Ministério da Guerra datado de 7 de Agosto de 1943, pp. 247 e 252.

⁶⁹³ Esta é a visão da Grã-Bretanha apresentada a Portugal. Cf. ANTT/AOS/CLB/FA 5, Pasta IX, Nº 5, ff. 27-32. Documento dactilografado em inglês, com o título *The Ability of Germany to Make War Against Portugal – Memorandum by the British Delegation*, datado de 7 de Julho de 1943. Veja-se também Cf. ANTT/AOS/CLB/FA 5, Pasta IX, Nº 4, ff. 19-24, Documento Dactilografado intitulado, Tradução do Memorando Inglês – Facilidades Pedidas nos Açores, datado de 5 de Julho de 1943, onde se refere os limitados ataques que os alemães poderiam fazer aos Açores, com submarinos ou com dois ou três aviões. Era provavelmente uma correcta assersão da situação militar alemã e espanhola.

extorquir o máximo, concedendo o mínimo.⁶⁹⁴ É neste contexto que a 11 de Julho, ao analisar-se o estado das negociações, Salazar, volta a referir a importância de extrair o máximo dando o mínimo e suporta a pretensão do CEME que considerava que a Grã-Bretanha devia equipar 15 divisões do exército de Portugal, além de fornecer uma hoste de armamento anti-aéreo.⁶⁹⁵ De acordo com a visão estratégico-militar portuguesa, dever-se-ia considerar a ameaça alemã e espanhola e centrar a preocupação na defesa terrestre, visto a segurança marítima e naval estar assegurada pela supremacia naval aliada.⁶⁹⁶ É claro nesta visão, como a primazia da pressão continental, a ameaça germano-espanhola, focaliza a política de defesa militar num prisma epirocrático e reforçava o papel do Exército na defesa de Portugal, em detrimento da Armada, a despeito das conversações com a Grã-Bretanha se centrarem na instalação de bases nas ilhas Atlânticas.

Ora, de acordo com o mesmo memorando, a situação internacional e o pedido britânico justificavam e legitimavam uma renegociação do plano de defesa do continente, que assumisse a defesa avançada de Lisboa e já não apenas uma resistência simbólica e a evacuação da soberania.⁶⁹⁷ Tratava-se de forçar a Grã-Bretanha a assumir a defesa da metrópole, tal como ela jamais o quisera fazer desde 1938-1939 (Cf. *Infra*). É talvez isso que explica porque Salazar aceita o prisma do Exército de querer que as

⁶⁹⁴ Cf. ANTT/AOS/CLB/FA 5, Pasta IX, N° 14, ff. 64-68. Documento dactilografado, manuscrito à mão o seguinte título, Instruções Verbais do Presidente do Conselho ao Almirante Botelho de Sousa, e sublinhado em seguida, dactilografado, Novas orientações recebidas em 10 de Julho de 1943. O documento contém ainda pequenas preciosidades sobre o modo como negociar com os britânicos, tais como, não ser do nosso interesse misturar-nos com eles na defesa das ilhas, só dar um passo mínimo quando os ingleses nos fornecerem meios de reacção e não conceder logo dois campos de aviação, bastando as Lages, convencendo disso os negociadores da Grã-Bretanha.

⁶⁹⁵ Cf. ANTT/AOS/CLB/FA 5, Pasta IX, N° 15, ff. 70-75, Documento intitulado Estado das Negociações, datado de 11 de Julho de 1943.

⁶⁹⁶ Cf. ANTT/AOS/CLB/FA 5, Pasta IX, N° 22, ff. 106-112, intitulado Memorando acerca das possíveis reacções que podem dar-se da parte das potências do Eixo como consequência das cedências de bases nos Açores à Inglaterra, datado de 13 de Julho de 1943.

⁶⁹⁷ *Idem*.

autoridades britânicas assumissem o equipamento de 15 divisões portuguesas. Era um instrumento de pressão diplomática.

Para justificar a necessidade de se dispor de 15 divisões equipadas, os planeadores do EME português afiançavam a existência de 50 divisões espanholas.⁶⁹⁸ Os delegados britânicos replicavam que a Espanha não teria de facto mais de 17 divisões, excluindo as forças estacionadas em Marrocos, e dessas 17 grandes unidades, desconsiderando as desviadas para guarnição ou reserva estratégica, ficariam tão só 5 ou 6 para intervir em Portugal. Ora, rematava a delegação britânica, queriam os portugueses fortificar-se com 15 divisões nas Linhas de Torres para confrontar 6 espanholas.⁶⁹⁹ Quanto aos alemães, a delegação britânica considerava que dificilmente poderiam invadir Portugal com o que quer que seja, enquanto os portugueses previam a possibilidade de uma ofensiva germânica com 3 ou 4 divisões, conquanto cobertas pela Espanha.⁷⁰⁰

Trata-se não obstante, difícil de perceber com a exactidão até onde os portugueses acreditavam no que diziam e até onde jogavam com a delegação britânica com vista a extorquir o máximo de concessões tal como objectivara Salazar. Certo, parece contudo ser, que os Altos Mandos do Exército, Tasso de Miranda Cabral e Pereira dos Santos, pareciam acreditar na importância de armar numerosas forças, que não só as três divisões, para assegurar a defesa da soberania portuguesa (já não a integralidade da

⁶⁹⁸ Cf. ANTT/AOS/CLB/FA 6, Anexo II, N° 2, ff. 135-136. Documento dactilografado, Actas das Conversações, Sub-comissão do Exército, III Secção, datada de 16 de Julho de 1943. A lógica portuguesa partia do facto de o exército espanhol ter 10 CE (corpos de exército) e 25 divisões, que podiam facilmente ser desdobradas para 2, ou seja, 50 divisões. Era o princípio da massa demográfica na sua plenitude. As negociações desta Sub-Comissão estavam do lado português a cargo do Coronel Barros Rodrigues, do Tenente-Coronel Botelho Moniz e do Capitão Luiz Pina. O documento também contém em tópicos as duas modalidades de defesa nacional entre 1939 e 1943: 1) Linhas de Torres (testa de ponte metropolitana) em princípios de 1941; 2) Evacuação da soberania para os Açores a partir de fins de 1941. II Secção, f. 133.

⁶⁹⁹ Idem, f. 135.

⁷⁰⁰ Idem, I Secção da Sub-Comissão do Exército, datado de 14 de Julho de 1943, f. 128. Os britânicos consideravam que seriam precisas 12 divisões alemães para invadir Portugal, o grosso para guardar linhas de comunicação em Espanha, e como eles não as tinham, a invasão era improvável.

metrópole), como demonstrariam os relatórios altamente críticos feitos após completadas as negociações e definidos os apoios da Grã-Bretanha, em material e em forças militares de reforço (Cf. Supra).

Seja como for, os militares portugueses pediam que a entrega do material britânico fosse feita um mês antes da utilização das facilidades.⁷⁰¹ Para fins de Julho de 1943, as posições tinham-se aproximado, ou pelo menos assim parecia. Assim, considerava-se uma invasão espanhola automática com 5 divisões, com mais 5 em segunda linha, e até 25 grandes unidades no total. Os britânicos relevavam as forças de primeiro impulso, por estar mais de acordo com a sua óptica inicial, mas os portugueses mantinham a possibilidade de ver surgir do fundo da Meseta outras 20 divisões espanholas. A defesa de Lisboa era vista como essencial, pelo que para assegurar a sua defesa se deveria efectuar uma concentração de forças no Alentejo, as 3 divisões já existentes em Portugal, mais a garantia de 3 ou 4 divisões britânicas que prontamente acorreriam se de facto a Espanha atacasse Portugal.⁷⁰² No final, o acordo confirmava que a Grã-Bretanha forneceria material para equipar 3 divisões completas portuguesas, aparte alguns meios em falta também no exército britânico.⁷⁰³ Foi esta situação que mereceu o desabafo do EME sobre a discrepância entre os objectivos lusos de armar 15 divisões e a realidade de a Grã-Bretanha só assegurar o rearmamento de três.⁷⁰⁴

⁷⁰¹ Cf. ANTT/AOS/CLB/FA 5, Pasta IX, N° 38, ff. 189-191. Documento com o título, Informação e a chancela do Ministério da Guerra, Conselho Superior do Exército, datado de 24 de Junho (?) de 1943, assinatura ilegível.

⁷⁰² Cf. ANTT/AOS/CLB/FA 6, Anexo II, Pasta 2, ff. 68-70. Documento intitulado Processo Verbal, datado de 31 de Julho de 1943.

⁷⁰³ Cf. ANTT/AOS/CLB/FA 1, Pasta 2, N° 74, f. 473. Documento intitulado Acordo Relativo ao Uso de Facilidades nos Açores, Apêndice II, Balanço de Material para o Exército Português, datado de 17 de Agosto de 1943. O apêndice II contém uma descrição do material de guerra que a Grã-Bretanha forneceria e as suas quantidades. Cada uma das descrições e quantidades tem ao lado esquerdo escrito se o pedido foi satisfeito, se na totalidade ou em parte, ou se não o foi, nos dois últimos casos, explicando quais as causas para as autoridades britânicas não o poderem, entregar. O grosso dos pedidos foi satisfeito.

⁷⁰⁴ Cf. MNE, *Dez Anos...*, 12° Vol., N° 134, Parecer do Ministério da Guerra datado de 7 de Agosto de 1943, pp. 247 e 252.

Não seria de todo uma derrota, na medida em que não só os acordos davam uma garantia mais forte de apoio britânico em caso de invasão, como se conseguiu um rearmamento efectivamente bem maciço para o Exército português, como se observará mais adiante (Cf. Supra). Para Salazar, os acordos eram bastante vantajosos,⁷⁰⁵ o que não sucedia com os Altos Mandos militares terrestres, para os quais o apoio inglês não só não dava garantias completas, como não assegurava os meios necessários para uma defesa cabal e autónoma do país.

2.6.1.2.) A Nova Modalidade de Estratégia Militar de Defesa da Metrópole (1943-1949)

Foi com base nos acordos com a Grã-Bretanha sobre os Açores e na sequência das conversações militares com os britânicos que fundamentalmente se definiu o denominado plano 43, plano que visava obstar a um assalto a Lisboa a partir da fronteira, e assegurar a cobertura da capital e dos portos (Lisboa, Setúbal e Porto) para o desembarque dos reforços britânicos.

Segundo o plano de operações definido em Londres entre a Missão Militar Portuguesa e o EME inglês, a zona de concentração das 3 divisões mobilizadas portuguesas seria para a divisão A, Pontes de Santarém-Setil, para a divisão B, a zona de Arraiolos-Évora-Montemor, para a divisão C, Pontes de Belver-Abrantes,⁷⁰⁶ ou seja, uma larga área que incluiria o Alto

⁷⁰⁵ Que não se resumem às garantias sobre a defesa da soberania de Portugal dadas pelos britânicos ou ao recheio de armamento com que se equipou as Forças Armadas, principalmente o Exército. Para numerosos estudiosos, o acordo dos Açores permitiu a inserção do regime na aliança vencedora da guerra, facilitando a sua sobrevivência no pós-guerra. Sobre este assunto, por exemplo, Cf. Fernando Rosas, 1994, pp. 316-317.

⁷⁰⁶ Esta referência, como outras relativas ao plano de cooperação anglo-luso foram retiradas dos relatórios de apreciação efectuados pelo CEME Tasso de Miranda Cabral e pelo Major-General Pereira dos Santos. Não foi possível encontrar o relatório original da Missão Militar Portuguesa, nem no AHM, nem no ANTT/AOS, apesar de um levantamento bastante sistemático de material de ambos os arquivos, mas a sua imensa vastidão dificulta um abarcamento de toda a

Ribatejo e o Alto Alentejo. Seria disponibilizada uma linha de destacamentos avançados com a missão de “balizar a progressão do inimigo desde a fronteira e demorá-lo pelo combate e pelas destruições”, mantendo simultaneamente a posse dos nós de comunicações e apoiando a acção e a retirada da cavalaria.⁷⁰⁷ A missão geral das divisões B e C seria a de garantir a possibilidade e segurança do desembarque das 3 divisões britânicas que deveriam ocorrer a essa frente.⁷⁰⁸ Quanto à divisão A, seria a reserva das divisões B e C e faria a vigilância e a observação de frente da Beira Alta, a via de penetração do Mondego sobre Coimbra.⁷⁰⁹

Os britânicos definiriam um dia Z para o início do apoio militar da Grã-Bretanha a Portugal, dia Z, que seria o momento em que o governo de Londres considerasse a necessidade de suportar Portugal. Os primeiros efectivos do exército britânico chegariam no dia 16 a contar da data Z, Z+16, e seriam compostos por 1 batalhão de infantaria, grupos de elementos para preparar o grosso do auxílio a enviar a Portugal e grupos de sapadores-mineiros, para reforçar as destruições e retardar o avanço do invasor. Em Z+29, chegariam duas brigadas (uma para o Norte, outra para o Sul) e um regimento blindado com 50 *Tanks*. Finalmente, em Z+46, um CE com duas divisões mais uma divisão blindada, menos os elementos entretanto já desembarcados na data anterior.⁷¹⁰

Este plano foi asperamente criticado pelo CEME Tasso de Miranda Cabral e pelo Major-General Pereira dos Santos. Pode-se condensar as

documentação existente, pelo que será normal que algo escape aos olhos do investigador. Seja como for, as apreciações permitem ter uma visão de largo espectro sobre o que referia o dito plano de cooperação. Sobre as indicações acima dadas, Cf. AHM, Fundo Tasso de Miranda Cabral, 26ª Divisão, 13ª Secção, Caixa 336. Nº 241, Documento denominado Impressões Colhidas na Leitura do “Plano de Cooperação Militar Anglo-Portuguesa” datado de 1 de Dezembro de 1943, p. 10 do referido documento (a partir de Agora, tão só, “Impressões”).

⁷⁰⁷ Idem, p. 11. Saliente-se contudo que o apoio aero-naval seria quase automático a partir da data Z.

⁷⁰⁸ Idem, Ibidem, p. 11.

⁷⁰⁹ Idem, Ibidem, p. 16.

⁷¹⁰ Idem, Ibidem, p. 8.

numerosas críticas, mais ou menos negativas a três considerações, a respeitante à noção do dia Z, a relativa à dimensão dos efectivos face ao território a defender, e a referente ao plano de defesa propriamente dito, não na concepção global, mas na relação entre os objectivos e os meios. Quer para o Major-General, quer para o CEME, a indefinição da data em que a Grã-Bretanha activaria o apoio a Portugal era crucial. A posição da Grã-Bretanha era vista por Tasso de Miranda Cabral como imprecisa e nebulosa, na medida em que o dia Z era quando o governo de Londres decidisse agir em defesa de Portugal e não quando este último apelasse para se activar a intervenção do aliado, ou quando se tornasse visível a ameaça.⁷¹¹ Similarmente opinava o Major-General Pereira dos Santos, ao afirmar que a chegada dos reforços britânicos era uma incógnita motivada pela indefinição do dia Z.⁷¹²

A incógnita vulnerabilizava na óptica de ambos o plano de operações português, tanto mais, quando os efectivos nacionais eram considerados insuficientes e qualitativamente inadequados. Com efeito, segundo Tasso de Miranda Cabral, a ofensiva inimiga, vista basicamente como efectuada por forças espanholas, poder-se-ia desencadear, não um mês após a decisão de a Espanha ir para a guerra, mas em meros 15 dias, assente nos meios motorizados existentes no exército do país vizinho. O potencial espanhol de primeira manobra era calculado pelo CEME em duas divisões de infantaria, 1 divisão de cavalaria e 1 a 2 regimentos blindados para actuar no Alto Alentejo. Ajunte-se uma divisão de infantaria espanhola com vista à invasão da Beira Alta.⁷¹³ Face a isso encontravam-se mobilizadas 3

⁷¹¹ Idem, *Ibidem*, pp. 1 e 3-4.

⁷¹² Cf. AHM, Fundo Tasso de Miranda Cabral, 26ª Divisão, 13ª Secção, Caixa 336, Nº 242, Documento intitulado Parecer Relativo ao Plano de Cooperação Militar Anglo-Portuguesa, datado de 1 de Dezembro de 1943, assinado pelo Major-General do Exército Pereira dos Santos, pp. 2 e 3 do referido documento (a partir de agora, tão só, “Parecer, 1943”).

⁷¹³ Cf. AHM, Fundo Tasso de Miranda Cabral, 26ª Divisão, 13ª Secção, Caixa 336, Nº 241, Impressões, pp. 2 e 6. Observe-se que o potencial espanhol, na visão de Tasso de Miranda Cabral ronda as 5 divisões, tal como previsto nas conversações anglo-lusas. (Cf. *Infra*).

divisões portuguesas de infantaria, fundamentalmente concentradas na defesa do Alto Alentejo. Para o CEME, uma defesa tão avançada da linha da fronteira, seria viável apenas com seis divisões, que não existiam, face à demora e à incógnita da chegada das forças britânicas.⁷¹⁴ Já o Major-General avisava para a necessidade de ampliar os meios de defesa portuguesa, ao considerar o aumento para quatro do número de divisões portuguesas a utilizar.⁷¹⁵

O reduzido número de divisões levantava o problema do dispositivo geral de defesa. Não só, considerava o Major-General, obrigava à dispersão excessiva das três divisões existentes, como dificultava o exercício do comando, e deixava para cúmulo a divisão A com duas missões distintas a desempenhar sobre direcções divergentes, o que era desconsiderar as leis da táctica.⁷¹⁶ Este facto, era na óptica dos generais portugueses agravado pelos limitadíssimos recursos que ficavam para a defesa do Norte e das posições avançadas de cobertura do Porto pelo Sul, apenas dois batalhões, um de infantaria e outro de metralhadoras, suportados por um grupo de artilharia de montanha, até à chegada da brigada britânica que seria remetida para Norte. Ora, a essa força cabia igualmente cobrir as vias de penetração/invasão que da Beira Alta e de Viseu, ameaçavam Aveiro e a zona a Sul do Porto, o que era uma por demais excessiva missão.⁷¹⁷ A enorme falta de forças no Teatro de Operações da Beira Alta era a que mais preocupava os generais portugueses, visto ser com o Alto Alentejo, a via de penetração e de invasão que mais directamente ameaçava Lisboa, e contudo, estava fraquíssimamente guarnecida. É neste contexto que Tasso de Miranda Cabral propõe então dinamizar as guerrilhas no Teatro de

⁷¹⁴ Idem, p. 13.

⁷¹⁵ Cf. AHM, Fundo Tasso de Miranda Cabral, 26ª Divisão, 13ª Secção, Caixa 336, Nº 241, Parecer, 1943, p. 9.

⁷¹⁶ Idem, pp. 6 e seguintes.

⁷¹⁷ Idem, Ibidem, pp. 4 e 8.

Operações da Beira Alta, na fronteira Leste, como meio para defender e dificultar o avanço do inimigo, retardando o seu ímpeto.⁷¹⁸

Apesar de tudo, o modelo genérico de defesa e de operações apresentado não é criticado pelos dois chefes militares lusos. É certo que Tasso de Miranda Cabral afirma que a defesa planeada é um modelo de defesa avançada de cobertura de Lisboa sem profundidade e sem a densidade de efectivos que tal modalidade exige.⁷¹⁹ Mas esta crítica é ao *modus operandi*, não à lógica ou racionalidade do modelo de defesa, que o próprio Tasso de Miranda Cabral afirma ser o que sempre defendera.⁷²⁰ Com efeito, as críticas negativas que são formuladas, concentram-se na forma e nos meios como se pretende defender, de acordo com esta modalidade, o território continental português e nos *timings* de chegada dos reforços britânicos, vistos como excessivamente tardios. Não obstante a afirmação do CEME, de que este era a modalidade de defesa que sempre antevizara, na verdade, ela rompia com os modelos que até aos finais dos anos 30 tinham sido propalados pelos comandos superiores do Exército, incluindo a obra do próprio Tasso de Miranda Cabral.

Entre 1919 e 1940, duas grandes teorias de defesa do continente português tinham sido consideradas. Estas duas grandes teorias de defesa, de carácter estratégico-militar condicionavam e delineavam a dimensão político-estratégica da defesa nacional. Basicamente, à dicotomização defesa avançada-defesa recuada, correspondia essoutra dicotomização exército de massas maximalista-exército de massas mitigado. A defesa avançada obrigava a uma mobilização maciça da força militar terrestre, a criação de um numeroso exército de várias dezenas de divisões, pelo contrário, a defesa recuada exigia tão só uma pequena força militar

⁷¹⁸ Cf. AHM, Fundo Tasso de Miranda Cabral, 26ª Divisão, 13ª Secção, Caixa 336, Nº 241, Impressões, pp. 16-17. Esta ideia ganharia alguma influência nos círculos militares nos anos subsequentes.

⁷¹⁹ Idem, p. 15.

⁷²⁰ Idem, Ibidem.

permanente de duas divisões com alguma capacidade de mobilização acrescida, permitindo um efectivo militar ainda massificado, mas bem mais mitigado.

A concepção estratégico-operacional ou operativa destes modelos de defesa era no entanto similar, assentando na experiência da guerra de frentes estáticas ou de acordo com a terminologia da época, das frentes contínuas da Grande Guerra, em que a defesa estratégica emergia da criação de linhas de defesa mais ou menos longas e fixas, as denominadas na terminologia contemporânea/actual de frentes lineares. A profundidade estratégica exprimia-se, não ao nível da Estratégia Operacional ou da dimensão Operativa, mas ao nível tático ou da Grande Tática, com a organização de uma defesa em profundidade dos dispositivos divisionais. O debate que opunha os dois modelos de defesa não era por conseguinte de nível ou dimensão estratégico operacional-operativa, mas situava-se ao nível da dimensão político-estratégica ou estratégico-militar (Estratégia Geral Militar),⁷²¹ e podia resumir-se à questão de quais as disponibilidades de efectivos que a nação poderia fornecer, de modo a definir-se da possibilidade ou não de apostar numa defesa avançada na fronteira/raia do continente português.

A modalidade que o plano combinado anglo-luso apresenta em fins de 1943 é distinta. Ela assemelha-se mais aquilo a que nos tempos napoleónicos se denominava de exército de observação. Ao contrário do que afirmava Tasso de Miranda Cabral, a defesa não era avançada, a despeito de haver de facto destacamentos avançados ao longo da fronteira leste, que visavam contudo, menos impedir uma invasão em força, que canalizar e retardar, pelo domínio dos nós de comunicação, o avanço da força invasora. Esta perspectiva pode ser melhor compreendida se

⁷²¹ Estes conceitos já foram desenvolvidos na Parte Teórico-Metodológica e na II Parte, Cap. 2.3.4.).

analisadas as posições que se pretendiam ocupar com as forças principais em cada uma das modalidades de defesa estratégico-operacional até agora apresentadas. No caso da defesa avançada, as divisões do exército luso deveriam ocupar em massa posições avançadas ao longo da fronteira, em certos casos mesmo, Tasso chegara a preconizar a possibilidade de ocupação de posições defensivas em território espanhol próximo da fronteira.⁷²²

Pelo contrário, no caso da defesa recuada, as posições a ocupar seriam nas proximidades de Lisboa, visando proteger a capital e um último reduto defensivo continental, ou seja, retornando-se às velhas Linhas de Torres. A modalidade que os ingleses propuseram é distinta de ambos estes casos. Não se trata de uma defesa avançada, se bem que a defensiva devesse começar na fronteira, mas de um posicionamento de forças móvel que visaria desde a fronteira o retardamento e o desgaste do ataque através do uso da mobilidade e do aproveitamento de nós ou nodos estratégicos que representassem para um invasor uma custosa ocupação.

O grosso das forças portuguesas é assim disposto numa posição intermédia, entre Lisboa e a Raia, adentro do clássico triângulo de expectativa que caracterizara e caracterizou a defesa de Portugal nos séculos XVIII e XIX, com destacamentos avançados na fronteira, com vista à vigilância e à observação das forças inimigas. Caso se desencadeasse a invasão inimiga, estes retirariam de forma a balizar e canalizar o ataque adversário para posições favoráveis à defesa, onde esta com poucos custos e muitos lucros pudesse desgastar, desbastar e retardar o avanço espanhol. Para os ingleses, a função das três divisões, não era o de acorrer a toda a brida à fronteira, a tomar boas posições de defesa, mas o de suportar as posições defensivas e a acção retardadora dos destacamentos avançados, ameaçando o invasor, inibindo a sua acção e reforçando o papel retardador

⁷²² Cf. Tasso de Miranda Cabral, 1932, 1º Vol., pp. 46-47.

incumbido a todo o exército português. No fundo, a função da defesa era retardar, desgastar, não travar e principalmente, não fixar-se na defesa. A acção defensiva teria de ser móvel e manobrável, jogando com as ameaças aos flancos e às comunicações do inimigo. Mas, parece, os altos mandos lusos não se teriam apercebido muito bem da concepção proposta, aplicando à modalidade antevista pelos comandos britânicos, aquela que sempre tinham aplicada às suas, o de ir recuando, após a pressão do inimigo sobre as diversas posições defensivas ocupadas se tornar intolerável.⁷²³ Seja como for, o Plano 43, seria a base dos ulteriores planos de defesa militar terrestre até à entrada de Portugal na OTAN.

Assim era afirmado no início da apresentação do projecto do Plano 45 ao Ministro da Guerra em Julho de 1945.⁷²⁴ O plano 45, para além de apelar ao reforço das ilhas, confirmando a consideração do Ministro da Guerra de que a sua forte ocupação é um instrumento fundamental da política e da política militar e diplomática do país, propõe um aperfeiçoamento dos meios à disposição da defesa terrestre de Portugal, nomeadamente com a constituição de uma quarta divisão para operar no Teatro de Operações do Alentejo. Esta última divisão seria posicionada mais a Sul, na região de Serpa-Beja-Álcacer, ou seja, o dispositivo defensivo do Alto-Alentejo tal como fora concebido no Plano 43 seria alargado ao Baixo Alentejo.⁷²⁵ Prevvia-se ainda a constituição de uma quinta divisão, reserva geral, posicionado na região de Lisboa, contando-se então

⁷²³ Como já se observou anteriormente, a noção de defesa móvel consubstanciava nos anos 20 e 30 no jogo de defesa e de retirada. Cf. Elias da Costa, 1936, p. 213 e Cf. Fontes Pereira de Melo, *Op. Cit.*, pp. 52-7. O autor considera tão só três modalidades da defensiva cinemática, o contra-ataque, a retirada e a manobra em retirada. Era esta última modalidade que era considerada nos anos 30 como a forma por excelência da defesa móvel.

⁷²⁴ Cf. AHM, 3ª Divisão, 1ª Secção, Caixa 53, Nº 9, Documento intitulado, Plano 45, Projecto, com Chancela da Majoria General do Exército, Nº 600, P4/49, p 1, datado de 23 de Julho de 1945. (a partir de agora Plano 45). Na verdade, o documento contém numerosa informação e troca de correspondência entre a Majoria General do Exército e o Ministério da Guerra, desde 1945 até 1948.

⁷²⁵ *Idem*, pp. 2-3.

apenas com o batalhão de caçadores nº 5.⁷²⁶ Na realidade, em fins de 1945, um documento enviado ao adido militar da embaixada em Londres afiançava o desejo de Portugal dispor de um exército composto por cinco divisões normais, uma divisão blindada (mecânica de cavalaria), e dez batalhões de caçadores.⁷²⁷ A divisão mecânica era já objecto de estudo no EME com vista ao desenvolvimento da sua orgânica.⁷²⁸ O objectivo da defesa seria o de retardar uma invasão inimiga até à ulterior chegada de reforços vindos do exterior, em situação extrema, o de conservar um reduto nacional nas 1ª ou 2ª Linha de Torres. Conservava-se a modalidade estratégica de defesa já aplicada no Plano 43, de defesa avançada da fronteira com unidades móveis de cavalaria, visando conservar o mais prolongadamente possível os nós de comunicação, suportados por 2 divisões em 1ª linha, 1 em 2ª linha e a divisão mecânica como reforço geral.⁷²⁹

O projecto de Plano 45 conserva assim o eixo estratégico em redor do qual fora desenvolvida a política militar e a Estratégia (Geral) Militar no final da Segunda Guerra Mundial. É certo que ele é desenvolvido e apresentado no término da mesma, pelo que o impacto desta ainda estaria a quente, mas não adviria daí esta situação. O mais provável para os decisores era que o término da guerra mantinha as ameaças que a própria guerra encarregara de revelar, ou seja, a hegemonia dos EUA no Atlântico⁷³⁰ e a situação instável em Espanha⁷³¹ conservavam-se como os

⁷²⁶ Idem, Ibidem, p. 4.

⁷²⁷ AHM, Classificador Geral, F 1 C, Secção de Confidenciais, Núcleo 39, Caixa 25, Documento com a assinatura do Subsecretaria do Guerra enviado ao Adido Militar junto da Embaixada em Londres, datado de 14 de Novembro de 1945.

⁷²⁸ Cf. AHM, 3ª Divisão, 1ª Secção, Caixa 53, Nº 9, Plano 45, p. 5-6.

⁷²⁹ Idem, Plano 45, Projecto do Plano para a Defesa do Continente, pp. 2 e 10 do referido documento.

⁷³⁰ Lembre-se a propósito que Salazar já em 1944 falara de uma viragem e de uma revalorização atlântica do eixo geopolítico da Europa, que favorecia a posição estratégica de Portugal, da Península Ibérica e do Brasil. Veja-se por exemplo, Cf. Oliveira Salazar, Discursos e Notas Políticas (1943-1950), Coimbra, 1951, pp. 60-61.

principais problemas e riscos à soberania e à defesa de Portugal. Ora, logicamente, o eixo estratégico da defesa conservava a sua acuidade.

Os críticos do plano 45 consideravam contudo que para semelhantes propósitos faltavam os meios, visto que só o Alentejo dispunha de forças credíveis de defesa, estando o Norte, o centro do país e o Algarve sem guarnições visíveis, contanto contribuíssem maciçamente para os efectivos mobilizados. Assim, e à falta de unidades regulares em quantidade suficiente para desenvolver uma frente contínua, dada a extensão da frente, propuseram os críticos renovar o modelo das milícias da Guerra Peninsular, as guerrilhas, com o objectivo de cobrirem os flancos das principais forças portuguesas.⁷³² Nesta época, finais dos anos 40, a ideia de potenciar a defesa nacional com a utilização de estratégias de guerra irregular teria sido algo dinamizada por alguns dos estrategas lusos. De acordo com o que se pôde apurar, a primeira vez que tais ideias saem a lume é nas críticas feitas ao plano de cooperação anglo-luso de 1943 pela pena simultânea de Tasso de Miranda Cabral e de Pereira dos Santos (Cf. *Infra*). É nesse contexto que na *Revista Militar* e na *Defesa Nacional* aparecem textos elucidativos do valor operacional da guerra de guerrilha para a resistência e defesa dos

⁷³¹ A ameaça espanhola é a única relevada no Plano 45, considerada então como um risco isolado, não sendo de considerar uma invasão a partir de Espanha por qualquer outro Estado, isolado ou em coligação com a Espanha. Cf. AHM, 3ª Divisão, 1ª Secção, Caixa 53, Nº 9, Plano 45, p. 8. Como é conhecido, a Espanha de Franco, considerada como o último dos membros do Eixo, foi alvo de ostracismo e de quarentena por parte dos membros da ONU, incluindo os EUA e a Grã-Bretanha entre 1945 e 1949. O objectivo era o de derrubar o regime de Franco. Este contava unicamente com o apoio envergonhado de Portugal e da Argentina de Perón. Sobre este assunto, vejam-se as obras de J. Jiménez Redondo, Manuel Espada Burgos, António Marquina Barrio, Charles S. Halstead ou Ramon Tames, Cf. *Bibliografia* para indicações mais precisas. Nestas circunstâncias, a possibilidade de um colapso do regime franquista deveria amedrontar Salazar e os apoiantes do seu regime. Com efeito, a instauração de um regime democrático instável em Espanha só poderia significar o retorno à situação que se vivera entre 1931 e 1936, com as ameaças revirahistas, e então a questão da defesa da fronteira ganharia acuidade. É talvez por isso, que apesar do Bloco Peninsular e do Tratado de Amizade, o governo tivesse conservado a preocupação de defender a fronteira raiana, não contra Franco, mas contra uma qualquer situação mais incómoda pós-franquista.

⁷³² Cf. AHM, 3ª Divisão, 1ª Secção, Caixa 53, Nº 9, Nota 637, P4/49, Documento emanado da Majoria General do Exército para o Ministerio da Guerra datado de 24 de Setembro de 1946, inserto no Plano 45, pp. 7-9 do referido doc.

pequenos países, claramente demonstrada na Segunda Guerra Mundial,⁷³³ caso das obras de Hermes d'Araújo Oliveira e de Augusto Manuel das Neves, ambos oficiais do Estado Maior do Exército.⁷³⁴

A documentação encontrada sobre o assunto é contudo escassa para salientar até que ponto tal ideia se difundiu nas estruturas de pensamento e de comando militar português no imediato pós-guerra. A acreditar na resposta que o Ministro da Guerra, Santos Costa dá às críticas ao Plano 45, seriam algo frequentes as alusões à utilização de forças ligeiras e de elementos guerrilheiros para potenciar a resistência e a defesa nacional.⁷³⁵ Na visão do Ministro da Guerra, tal perspectiva não tinha em conta a dispersão de meios, recursos e esforços que isso representava. O prisma defendido pelos pugnadores da guerrilha questionava o princípio da economia de forças. Santos Costa salientava além de mais, que desde a reforma de 1937, estava previsto que a mobilização das forças nacionais forneceria no prazo mais curto possível a concentração do grosso da defesa militar na defesa avançada da fronteira, suportando e reforçando a cobertura.⁷³⁶ Contudo, o problema seria outro, facto que a obra de Hermes d'Araújo Oliveira indirectamente salientava, ao exigir a forte moralização das futuras forças guerrilheiras no espírito do nacionalismo, para obstar a

⁷³³ Ao contrário da Grande Guerra onde com a notável excepção do Médio Oriente e da África Central, a guerrilha e a pequena guerra tinham sido negligenciáveis, e desconsideradas para a estratégia militar, na Segunda Guerra Mundial, o seu papel fora claramente relevado e apreciado. Sobre este assunto veja-se por exemplo, Cf. Gérard Chaliand e Arnaud Blin, “Guérilla”, em Gérard Chaliand e Arnaud Blin, *Dictionnaire de Stratégie Militaire*, Paris, 1998, pp. 277-282. Observe-se que os autores consideram como guerrilha, não só as denominadas guerras populares e/ou de libertação, mas também as acções de comandos e até o mero terrorismo publicitário sem acção armada. É natural que o renovado impacto da guerra de guerrilha tivesse impressionado os estrategas portugueses, tanto mais que esta tinha, através das Guerras Napoleónicas e das Guerras Liberais, forte tradição e elevado prestígio em Portugal.

⁷³⁴ Sobre estas obras e o seu conteúdo, veja-se a I Parte.

⁷³⁵ Santos Costa fala de “...duas ideias que vejo frequentemente advogar...”, uma era a das guerrilhas, a outra, a dotação com artilharia dos destacamentos avançados de cobertura. Cf. AHM, 3ª Divisão, 1ª Secção, Caixa 53, Nº 1, Despacho (plano 45), datado de 20 de Novembro de 1946, assinado por Santos Costa, pp. 3-4 do referido documento.

⁷³⁶ Idem, pp. 1-2 e 4-5.

que estas fossem tragadas por ideologias externas e inimigas da nação.⁷³⁷ O que tornava a ideia das guerrilhas inibidora não seria de facto o problema da dispersão de meios, de pôr em causa o princípio da economia de forças,⁷³⁸ mas o seu potencial subversivo, isto é, o de poder pôr em causa a segurança interna do regime. Assim, jamais o ideal guerrilheiro teve impacto na reorganização da defesa (militar) nacional, e esta continuou assente nas forças convencionais e na modalidade de defesa apresentada pelos sucessivos planos 43 e 45.

Em 1946, Santos Costa afiançava que derivado do maciço rearmamento dos últimos anos e do prosseguimento da Portugalização do modelo de defesa iniciado em 1937, se poderia pensar em dispor de 10 divisões por volta de 1947-48 (desdobrando para duas divisões a mobilização de cada uma das cinco Regiões Militares do continente), propondo desde já promover-se uma renovação de um novo plano defesa terrestre para fins da década, que se denominaria de Plano General Carmona.⁷³⁹ Para a consecução dessa possibilidade, era indispensável o concurso britânico, governo ao qual foi dado conhecimento desta pretensão, por intermédio do embaixador português na Grã-Bretanha. O objectivo seria a constituição de uma força capaz de cobrir o desembarque aliado nas nossas costas, o reforço das defesas continentais e insulares e a criação de uma força expedicionária. Afirmava que as Reformas de 1937 tinham previsto a criação de uma força de 5 divisões, 2 brigadas ou 1 divisão mecânica e 10 batalhões de caçadores.⁷⁴⁰ O governo por fim

⁷³⁷ Cf. Hermes d'Araújo Oliveira, 1949.

⁷³⁸ Como observa Clausewitz, o princípio da economia de forças deriva de um equilíbrio ponderado pelo comandante-chefe, na medida em que o excesso de concentração da sua força pode favorecer a concentração e por conseguinte a capacidade de defesa do seu oponente, pelo que para o dispersar é conveniente ele próprio agir algo disseminado, mas não de tal modo que fique enfraquecido. Cf. Karl Von Clausewitz, , 1998, pp. 49-50.

⁷³⁹ Cf. AHM, 3ª Divisão, 1ª Secção, Caixa 53, Nº 9, (plano 45 – Despacho de Santos Costa de 20 de Novembro de 1946), pp. 11-12 do doc.

⁷⁴⁰ Há aqui um claro empolamento, na medida em que só se previa a existência de 4 divisões e dos 10 batalhões de caçadores. Cf. *Infra*.

reconhecia o seu fito de mobilizar 10 divisões normais mais 1 divisão mecânica, para o qual o concurso britânico era imprescindível.⁷⁴¹

O projecto de mobilização originado nos anos 20 e 30 parecia inabalável. O fito de criar um vasto exército terrestre permanecia. Santos Costa continuava de todo fiel a esse prisma. Em 1948 afirmava a Alfredo Pimenta que o único conceito válido para a defesa dos países permanecia o da Nação Armada.⁷⁴² É certo que a noção de Santos Costa podia para ele aproximar-se da noção de Nação em Guerra, que como se viu, expressa na concepção da mobilização a noção de Guerra Total. No entanto, como também já se observou, Santos Costa mantevesse fiel às leis de 1937 e ao princípio da mobilização demográfica, pelo que a sua acepção de Nação Armada deve corresponder àquilo que a concepção expressa, a mobilização de toda a população com vista à guerra.

Outros ventos, não obstante, soprariam no início desse ano de 1948. O Major-General do Exército Aníbal de Passos e Sousa⁷⁴³ não compreendia porque é que se continuava a pensar-se num plano estratégico de defesa terrestre do continente tendo em conta a ameaça espanhola. Não havia entre Portugal e a Espanha uma aliança. Pelo contrário, a Europa dividia-se agora em dois blocos antagónicos, dispondo um, com a URSS só, de uma colossal força de ataque de 5.000.000 de homens e 360 divisões em pé de guerra apoiadas por 14.000 aviões de combate.⁷⁴⁴ Perguntava enfim o

⁷⁴¹ Cf. ANTT/AOS/NE 2E2, ff. 43-46. Carta remetida ao embaixador português na Grã-Bretanha, datada de 21 de Janeiro de 1947, assinada por Oliveira Salazar.

⁷⁴² Cf. Manuel Braga da Cruz, Org. e Prefácio, 2003, Doc. 390, Carta de Santos Costa a Alfredo Pimenta, (s/d), mas provavelmente da segunda metade dos anos 40 (refere os nomes de Tito e Estaline enquanto Alfredo Pimenta faleceu em 1950), p. 313.

⁷⁴³ Substituíra C. Pereira dos Santos em princípios de 1945, numa remodelação dos comandos superiores então havida. Sobre este assunto, Cf. Supra.

⁷⁴⁴ O exército soviético saíra da guerra com um fortíssimo prestígio social, mas os anos finais do estalinismo são de tensão entre Estaline e os Altos Comandos militares. Além disso, para lá da vitória jazia um país fortemente arruinado e destruído pela guerra, e também muito sangrado. A real força soviética era bem menor do que se pintava, a despeito de ser muito forte. A predominância de uma estratégia continental, convencional e anti-forças assente num maciço e massificado exército terrestre ajudava a reforçar a visão de uma força descomunal russa, quando na verdade o excesso de tropa dificultava a reconversão e a melhoria tecnológica das Forças

Major-General se não seria a altura de repensar o planeamento estratégico da defesa terrestre e da defesa nacional de Portugal.⁷⁴⁵ Nesse mesmo ano, no seu curso no IAEM, Pinto Lello afiançava que a nova estratégia militar aero-terrestre revolucionara o tempo-espço da guerra e inviabilizara a sua localização em espaços restritos.⁷⁴⁶ A resposta à questão posta seria em definitivo dada com a criação da OTAN e a integração de Portugal no Bloco Atlântico.

A mudança de planos na defesa terrestre não é independente do rearmamento maciço, para a realidade militar portuguesa, consequência do acordo dos Açores. António Telo salienta que com o acordo dos Açores o Exército recebe muito material que lhe faltava, nomeadamente material anti-carro, artilharia de campanha, morteiros, material de comunicações, e também numerosos veículos automóveis, incluindo carros blindados e carros de combate. São assim recebidos os carros de combate Valentine e os veículos blindados de reconhecimento e de transporte Universal (Bren) Carrier.⁷⁴⁷ Há um aspecto particularmente importante neste processo de rearmamento, decorrente do acordo dos Açores, que resulta de a força militar terrestre portuguesa começar de facto a ser equipada em massa com material automóvel e material blindado além de material de transmissões, facto que não sucedera até então.

Nos anos anteriores ao acordo dos Açores, o Exército recebera de facto algum material, que lhe dera um ar mais moderno, nomeadamente, equipara-se com uma arma de infantaria, uma espingarda de repetição mais

Armadas soviéticas. A visão dos Altos Comandos portugueses, como em geral a dos Altos Comandos dos países da Europa ocidental era marcada pelo impacto psicológico e ideológico da guerra. Sobre as forças armadas soviéticas no início da Guerra Fria, Cf. Roger R. Reese, The Soviet Military Experience. A History of the Soviet Army, 1917-1991, Londres e Nova Iorque, 2000, pp. 138-139. Veja-se também, Cf. André Collet, Op. Cit., pp. 60-61.

⁷⁴⁵ Cf. AHM, 3ª Divisão, 1ª Secção, Caixa 53, Nº 9, Plano 45 - Documento enumerado Nº 192 P4/49 de 17 de Março de 1948, assinado pelo Major-General do Exército, Aníbal de Passos e Sousa endereçada ao Ministro da Guerra.

⁷⁴⁶ Cf. AHM, Fundo Pinto Lello, 15ª Divisão, 4ª Secção, Caixa 287, Nº 27.

⁷⁴⁷ Cf. António Telo, 1996, p. 179.

moderna, a Mauser M/937, a arma que equipara o grosso da infantaria alemã durante a guerra, e recebera artilharia de modelos recentes, como as peças de 10,5cm e 15 cm alemães e os obuses de montanha de 7,5cm italianos. Foram igualmente adquiridas metralhadoras pesadas e ligeiras.⁷⁴⁸ Não obstante, essa força era basicamente uma força de infantaria com apoio de alguma artilharia, que não se locomovia de forma muito distinta da dos exércitos do tempo de Napoleão e mesmo anteriores a ele. De facto, faltava-lhe quase completamente veículos motorizados para uma locomoção mais célere e ágil. Igualmente, não havia praticamente material motorizado e mecanizado, assim como material de transmissões.⁷⁴⁹ Seria o acordo dos Açores que permitiria a primeira grande fase de motorização da força militar terrestre portuguesa.

Entre 1943 e 1946, as forças terrestres foram consideravelmente reequipadas com material mecânico, carros de combate, veículos blindados de rodas para reconhecimento, veículos blindados ligeiros de lagarta e artilharia tractorizada. Assim, adquiriu-se na Grã-Bretanha uma centena de carros de combate Valentine e meia centena de carros de combate Centauro, pelo menos duas centenas de veículos blindados Universal (Bren) Carrier e meia centena de auto-metralhadoras Humber MK4. Foram ainda adquiridos numerosos camiões e outras viaturas de transporte e suporte logístico todo o terreno, nomeadamente, as galeras Austin e os veículos todo o terreno Austin e Bedford. Além disso, foi também fornecido pelo menos 114 camiões cisternas de 15 ton.⁷⁵⁰ Seja como for, foi

⁷⁴⁸ Sobre a primeira fase do rearmamento do Exército, de 1937 a 1942, Idem, pp. 153-158.

⁷⁴⁹ O exército dispunha nos anos 30 de dois pequenos blindados de acompanhamento Carden Lloyd's adquiridos na Grã-Bretanha, completamente obsoletos no início da Segunda Guerra Mundial. As unidades dispunham também na sua orgânica de meios automóveis, mas num número muito restrito, basicamente para funções de apoio. Não havia de todo unidades motorizadas. Sobre este assunto, Cf. Nívio Ramos Herdade, "A Estrutura Militar", in A.N. Ramires de Oliveira, História do Exército Português (1910-1945), Lisboa, 4º Vol., 1995, p. 165-166.

⁷⁵⁰ Idem, pp. 163 e 166. Também Cf. AHM, Classificador Geral, F 1 C, Secção de Confidenciais, Núcleo 39, Caixa 25. Contém numerosos quadros com o material adquirido na

este influxo de material automóvel militar que facilitou e permitiu a renovação do plano de defesa terrestre do país, abandonando-se a ideia de uma defesa linear, contínua e fixa ao longo de toda a fronteira, por outra mais móvel e mais expectante, mais dinâmica e menos linear. A renovação da dimensão estratégico-operacional da política de defesa continental perpassa também pelo influxo do material de guerra britânico e da influência acrescida do pensamento operacional-tático dos militares da Grã-Bretanha em Portugal. Este material possibilitou pensar-se igualmente na criação da primeira divisão mecânica do Exército, já no fim da Segunda Guerra Mundial, como se observou. Pode-se dizer, que com o acordo dos Açores e o fornecimento de numeroso armamento (automóvel-mecanizado) de origem britânica, o Exército português começava a entrar na Era da moderna guerra mecanizada.

2.6.2.) A Armada e o Impacto da Guerra (1943-1949)

António Telo afirma que, contrariamente ao Exército, a Armada saiu pouco beneficiada do acordo dos Açores. O autor refere que tal situação se deve exclusivamente às concepções político-estratégicas vigentes em Portugal, visto a Grã-Bretanha estar disposta a fornecer mais material do que aquele requisitado.⁷⁵¹ Com efeito, apenas 9 navios de pequeno calado e pequena dimensão são entregues pelos britânicos, 8 arrastões auxiliares de escolta (4 para Lisboa, 4 para a Horta e para Ponta Delgada) e um navio de

Grã-Bretanha nos anos de 1943 a 1948. Observe-se no entanto que o carro de combate Valentine estava a ser retirado da linha de frente e era uma arma obsoleta no campo de batalha europeu em fins de 1943. A sua peça de 4,0 cm estava completamente inadequada face aos novos materiais blindados alemães, os carros de combate, PZKW IV f e G, Tiger e Panther, que dispunham de peças de 7,5 e 8,8 cm e eram invulneráveis face à arma do Valentine, de facto, os dois últimos até eram frontalmente invulneráveis face às bem mais potentes peças dos carros de combate aliados, como o Sherman (que Portugal receberia na década de 50), Cromwell e Centauro. Este último carro só seria fornecido aos portugueses com a guerra na Europa terminada, em meados de 1945.

⁷⁵¹ Cf. António Telo, 1996, p. 182.

lançamento de barragens para Lisboa. São igualmente fornecidas bocas de fogo (10 canhões de 4 libras e 140 metralhadoras Oerlikon) e material de desmagnetização para os navios mercantes. Foi fornecido ainda mais algum material anti-submarino.⁷⁵² O problema da Armada residia no facto de ser, por paradoxal que pareça, a força militar mais sofisticada que o país dispunha, mas por isso mesmo, dotada de limitados recursos, face aos ingentes problemas de defesa militar para resolver, fora sobrepujada pelo Exército, mesmo na defesa das ilhas atlânticas, ganhando este uma enorme visibilidade e uma preponderância político-estratégica desproporcionada para uma nação com fortes laços (ultra)marítimos.⁷⁵³

É assim, que mesmo em 1945, aquando da discussão do Plano 45, a questão da defesa dos Açores seja vista como um problema de mobilização de recursos locais e de reforços mobilizados no continente para assegurar uma força defensiva de carácter terrestre, tal como acabara por acontecer durante a Segunda Guerra Mundial.⁷⁵⁴ A Armada pagava assim o preço da sua sofisticação, na medida em que sendo uma força mirrada materialmente a um parco núcleo de batalha, era por demais uma fraca força para ter alguma credibilidade numa política de dissuasão militar. Pelo contrário, apesar do Exército ser uma força tecnologicamente inferior, a possibilidade de poder multiplicar o seu número em efectivos, sempre lhe dava uma maior credibilidade militar, visto que o número impressiona. Ora, o preço a

⁷⁵² Idem. Veja-se também o material entregue em Cf. ANTT/AOS/CLN/FA 1, Documento dactilografado intitulado Acordo Relativo ao Uso de Facilidades nos Açores, Apêndice IV, Material e Pessoal Naval, ff. 481-82.

⁷⁵³ Não se deve também desconsiderar nesta situação de desprimazia o papel de Santos Costa. António Telo salienta amiudadamente que o Ministro da Guerra, futuro Ministro da Defesa e do Exército entravava os projectos mais alargados da Armada, com vista a favorecer o Exército e os planos de forças do mesmo. Sobre a visão de António Telo, como exemplo, Cf. O autor, 1999, p. 459.

⁷⁵⁴ Cf. AHM, 3ª Divisão, 1ª Secção, Caixa 53, Nº 9, Plano 45, pp. 1-2.

pagar pela impossibilidade de fazer valer a qualidade em Portugal, foi o apagamento da Armada na política de defesa militar.⁷⁵⁵

Mas a própria política naval da Armada e o seu projecto naval demonstrara-se equivocado com o decorrer da Segunda Guerra Mundial. Como revelava o contra-almirante Matta de Oliveira num artigo na Revista Militar, a Armada vivia absorvida pelas teorias de Mahan e alimentava uma fé na onipotência do domínio do mar, que a guerra, então em decurso, questionara e invalidara (o que demonstra por sua vez uma muito maior capacidade de autocritica, visto o Ramo irmão, o Exército não ter-se apercebido de forma tão evidente das modificações/mutações operacionais e operativas contidas no denominado plano 43). O domínio da superfície já não assegurava o domínio do mar, e principalmente, este teria de ser acompanhado por outros domínios em terra e no ar.⁷⁵⁶ A Armada equipara-se com uma pequena esquadra de superfície, visando travar um duelo convencional entre flotilhas de cruzadores e contratorpedeiros na defesa dos acessos ao porto de Lisboa, combinada com uma força de afirmação e soberania imperial. Era uma força vocacionada para o combate de superfície, não para o duelo que dominaria a guerra naval no Atlântico entre 1939 e 1945, uma prolongada guerra assimétrica entre o submarino e os navios de escolta. As fulgurantes acções e tempestuosos choques de pesadas navios de superfície podiam ter uma espectacularidade e uma adrenalina que os duelos mais habituais na Segunda Guerra Mundial entre escoltas e submarinos, mas estes últimos, no final, eram decisivos para o desfecho da guerra, ao contrário dos reduzidos reencontros de navios de batalha couraçados, meras estrelas candentes da guerra naval.

⁷⁵⁵ Não se quer com tal afirmação, dizer que foi a única ou a principal razão. De facto, outros factores de carácter político teriam sido mais determinantes, conquanto este último factor tenha reforçado e ajudado a acentuar o processo de primazia do Exército. Cf. *Infra*.

⁷⁵⁶ Cf. Matta de Oliveira, “O domínio do mar na actualidade”, *Revista Militar*, Nº 6, Junho de 1942, pp. 324-327. É certo que o vice-almirante seria talvez mais ponderado em 1945, conquanto as suas palavras não perdessem significado e validade.

Em 1944, querendo retomar o programa naval, a Armada de facto, reconhecia a necessidade de remodelar a sua concepção de guerra e de estratégia naval e de a adaptar às novas circunstâncias da luta no mar. Esta nova concepção de guerra naval era apresentada em Maio de 1944 ao Estado Maior Naval pela Major-General da Armada, A. Botelho de Sousa.⁷⁵⁷ Ele próprio reconhece neste texto as profundas transformações geradas pela guerra na condução da estratégia naval. Assume assim como obsoleto o projecto anterior à guerra. Considera por sua vez que um factor desconsiderado até à eclosão da Segunda Guerra Mundial na estratégia naval tomou tamanha importância, que será no futuro decisivo na organização naval, a arma aérea. Salientava ainda a importância de um reforço na concertação dos três ramos da força militar no desenvolvimento da estratégia militar nacional. Por fim, rematava com os ensinamentos que a guerra trouxera à estratégia naval: O desaparecimento das batalhas formais entre grandes esquadras para o objectivo do domínio do mar em si; A importância acrescida das comunicações e da defesa dos comboios navais; O papel essencial do poder aéreo; A importância da arma submarina. Destas premissas decorria, na óptica de Botelho de Sousa, a necessidade do Estado Maior Naval (EMN) repensar o projecto de força naval para se retomar a (re)construção da Armada, tanto mais que os navios existentes estavam esgotados pelo esforço acrescido despendido na guerra.⁷⁵⁸

A proposta de A. Botelho de Sousa ao EMN estaria na base do estudo por este feito, posteriormente apresentado ao governo, nas pessoas

⁷⁵⁷ Não deixa de ser interessante que seja um texto da lavra de Botelho de Sousa. Este, era um dos maiores pensadores navais portugueses, com vasta obra já apresentada então, e que tivera sempre uma ampla abertura às renovações da guerra e da estratégia naval. Nos seus textos nota-se sempre um certo gosto pela relação entre a tecnologia e a estratégia naval. Observe-se igualmente que este texto se aproxima das ideias de B.S. sobre o impacto da Guerra total na transformação da guerra, lembrando-se a hipótese posta de ser obra de Botelho de Sousa. Cf. *Infra*, I parte.

⁷⁵⁸ Cf. ANTT/AOS/MA-3B, Pasta 4, Documento sem título, datado de 18 de Maio de 1944, enviado e assinado pelo Major-General da Armada ao EMN, ff. 34-37.

do Ministro da Marinha, Capitão de Mar-e-Guerra Américo Thomaz e do Presidente do Conselho, Oliveira Salazar, para se retomar o processo de reconstituição da Armada. O estudo começa por reconhecer que os navios adquiridos nos anos 30 estão desgastados e envelhecidos pelo uso intenso que tinham tido durante a guerra. Reconhecia por outro lado, que face à indefinição característica do término da guerra e da futura situação internacional, tornava-se difícil optar por uma determinada política de rearmamento naval. Não obstante, a guerra demonstrara que as grandes premissas da política naval portuguesa de valorizar as posições insulares e ultramarinas e as ligações entre elas, não só se tinham mantido válidas, como se acentuaram com o decorrer do conflito.⁷⁵⁹ Reconhecia igualmente as profundas transformações geradas pela tecnologia na guerra naval, com o uso do *Asdic* e do Radar (ainda desconhecido dos militares portugueses) e de sistemas de defesa anti-aérea e anti-submarina mais sofisticados e eficazes. Face a isto, considerava o EMN, o programa anterior à guerra teria de ser consideravelmente revisto.⁷⁶⁰

Nestas circunstâncias, e tomando uma atitude de expectativa e de circunspecção, face à indefinição da situação internacional, propunha-se obter em condições favoráveis, unidades que os aliados tenham conveniência em ceder à Armada portuguesa, caso a renovação e modernização dos navios existentes, com vista a lhes aumentar a duração de vida, fosse inviável. Preparar com tempo um novo plano de

⁷⁵⁹ Essa situação resultara da importância decisiva dos EUA na guerra. Só a combinação do poder dos EUA conglutinado com a Grã-Bretanha e com a URSS possibilitara a derrota da Alemanha. É duvidoso que a Alemanha pudesse ter sido derrotada por um só desses dois poderes, o acomplamento anglo-norte-americano ou a URSS. Esse facto fora teoricamente expresso no fim da guerra pelo velho geopolítico Mackinder. Era esse facto que valorizava de forma tremenda as posições atlânticas portuguesas. Sobre as concepções de Mackinder no final da sua vida, Cf. O autor, “The Round World and the Winning of the Peace”, in H. J. Mackinder, Democratic Ideals and Reality, Westport, 1981, pp. 265-278.

⁷⁶⁰ Cf. ANTT/AOS/MA-3B, Pasta 4, Documento sem título, endereçado pelo EMN ao Ministro da Marinha com a data de 22 de Março de 1945 e assinado pelo Chefe do Estado Maior Naval, ff. 20-28. Este documento foi posteriormente enviado ao Presidente do Conselho acompanhado de um cartão pessoal do Ministro da Marinha, com a data de 12 (?) de Abril de 1945, f. 19.

rearmamento naval que possa considerar a situação internacional saída da guerra e as reais inovações e transformações tecnológicas geradas pela guerra nos meios navais.⁷⁶¹

Não deixa de ser notável a discrepância que há entre o projecto de retoma do rearmamento da Armada e o do Exército. Enquanto este prossegue com alguma modificação o projecto militar terrestre dos anos 30, a Armada parecia apostada em repensar a modalidade de política (militar) naval que então se consignara. A razão para esta atitude pode ser talvez encontrada na muito maior tecnologização da Armada face ao Exército. Em boa medida, o projecto deste, como se verá, continuava assente no exército de massas, na criação de uma força terrestre numerosa com várias divisões, com algumas variações, a maior das quais, na maior relevância dada ao material. Pelo contrário, a Armada, muito mais dependente da dimensão tecnológica, sofrera com o impacto do conflito um choque que a levava ao reconhecimento que o projecto naval dos anos 30 era discrepante com a realidade da guerra e da estratégia naval,⁷⁶² tal como fora travada na Segunda Guerra Mundial.

Ora, pelo peso tecnológico que a guerra naval tem, pela dificuldade em facilmente se poder recompor uma esquadra que não se preparou tecnologicamente para o tipo de guerra que se pode ter de travar, tudo aconselhava que o EMN conservasse a sua circunspecção e tomasse o seu cuidado na definição de um programa naval coerente e que fosse compatível com a guerra naval do futuro.⁷⁶³ Esta circunspecção podia

⁷⁶¹ Idem, ff. 32-33.

⁷⁶² O que não inviabiliza que alguns se continuassem a manifestar favoráveis ao projecto advindo dos anos 30, como reconhece António Telo. Cf. O autor, 1999, p. 458. Refere o autor um texto de 1947 dos ACMN de autoria de Afonso Cerqueira, onde este defendia a aquisição, aproveitando as sobras de guerra, de vários cruzadores e fragatas, na linha do projecto dos anos 30. Não obstante, como se deduz do texto do EMN, a perspectiva da Armada era bem mais adaptada à revolução acontecida na guerra naval.

⁷⁶³ Um exemplo interessante de prudência da Armada pode ser visto nos comentários ao memorando britânico sobre fornecimento de material de guerra para as FA portuguesas aquando do acordo dos Açores. A certa altura, cita o texto da armada que “não há grande vantagem em

também advir de resistências à mudança dentro da própria corporação, como se exemplifica por um texto de Afonso Cerqueira.⁷⁶⁴ Contudo o texto de Afonso de Cerqueira é interessante por revelar o estado de alma de uma Armada que se sentia preterida face ao Exército.⁷⁶⁵ O desanimado autor chegava ao ponto de afirmar que Portugal não tinha uma Marinha de Guerra, tão só uma “Marinha Militar”.⁷⁶⁶ Terminava por apelar para um reequipamento mínimo da Armada que lhe fornecesse 2 ou 3 fragatas e 2 pequenos cruzadores que lhe aumentassem a visibilidade e o prestígio no exterior.⁷⁶⁷

Saliente-se contudo, que oficiais dos mais prestigiados e até o próprio Major-General da Armada pareciam apostar na reestruturação do modelo de defesa naval. Podia também ser uma questão de política, visto que face à primazia do Exército, era de todo conveniente escorar a política naval numa legitimação técnico-estratégica indiscutível, tanto mais quanto a própria situação estratégica, derivada da pressão continental, favorecia o Ramo terrestre. Em fins dos anos 40, parece então surgir um novo projecto naval, de acordo com a renovação da estratégia naval gerada pelo anterior conflito mundial. Esse projecto é por exemplo apresentado nas páginas do

que o material para a marinha seja fornecido a um ritmo superior àquele que os nossos recursos de montagem requerem”. Cf. ANTT/AOS/CLB/FA 5, Pasta IX, Nº 46, documento dactilografado intitulado Comentários ao Memorando Sobre os Preparativos para o Fornecimento de Material de Guerra às Forças Portuguesas, f. 255.

⁷⁶⁴ Cf. Afonso de Cerqueira, “Renovamento da Marinha de Guerra”, ACMN, Nº 3/4 Março/Abril de 1947, pp. 99-103. A visão de Afonso de Cerqueira é de um classicismo renovado. Continua, como era objectivo da Armada nos Anos 20 e 30, a visar confrontar um adversário convencional num embate de superfície clássico entre esquadras. Para isso, considerava a aquisição de 2 ou 3 pequenos cruzadores rápidos e de 1 ou 2 porta-aviões, além de uma hoste de pequenos submarinos e vedetas torpedeiras. O prisma do autor pautar-se-ia mais pela leitura da Guerra do Pacífico que pelo duelo de comunicações travado no Atlântico.

⁷⁶⁵ Afirmava o nosso autor que não faltara dinheiro para armar o Exército com material mais ou menos desactualizado. Idem, pp. 101-2. Observara antes que num orçamento para as Forças Armadas mais equilibrado, um rearmamento naval poderia ser bem maior e fornecer à Armada os meios de que ela necessitava. Idem, Ibidem, p. 100.

⁷⁶⁶ Idem, Ibidem, pp. 100-1.

⁷⁶⁷ Idem, Ibidem, p. 103. Mesmo neste último caso, Afonso de Cerqueira parece manter-se apegado ao prisma militar oriundo das décadas de entre-as-guerras. Os meios a adquirir continuariam a ter uma feição clássica visando um embate de superfície entre esquadras de batalha.

ACMN pelo Comodoro Correia Pereira.⁷⁶⁸ Curiosamente, O autor começa por relevar que já tinham passado alguns anos sobre a resolução tomada superiormente de não adquirir ou construir novas unidades enquanto não tivessem sido reparadas as unidades existentes.⁷⁶⁹

De acordo com este autor, tudo o que até agora fora feito, limitara-se a prolongar a vida útil do que já existia na Armada.⁷⁷⁰ Chegara o momento de repensar um plano naval tendo em conta as inovações trazidas à estratégia em geral e à estratégia naval em particular, considerando-se contudo também as traves mestras da geopolítica e da geoestratégia nacional, a ligação com a Grã-Bretanha e com o Brasil e o apoio às nações atlânticas na defesa da sua civilização, além da amizade com a Espanha. De acordo com estas premissas, Pereira Correia considerava que dois grandes factores influenciavam a política naval, um que denominaríamos de estratégico-militar, o factor aéreo e atómico nas guerras modernas, e outro geopolítico e geoestratégico, decorrentes da situação política internacional.⁷⁷¹ Recusa a visão da desvalorização do vector naval, considerando pelo contrário que o factor aéreo vem aumentar exponencialmente o poder naval, aero-naval, dando-lhe capacidade de penetração em profundidade no espaço terrestre, desvalorizando a defesa costeira e as costas, como elementos de interdição à acção das armadas.⁷⁷² Analisando as experiências nucleares dos EUA nas ilhas Bikini, observava por sua vez que fora demonstrada a resistência dos grandes vasos de guerra às explosões atómicas, demonstrando-se a pervivência das armadas na nova *Ambiência Agónica*.⁷⁷³

⁷⁶⁸ O texto de Correia Pereira é relevado por António Telo em Cf. O autor, 1999, pp. 458-459.

⁷⁶⁹ Cf. J. Correia Pereira, “Plano Naval”, *ACMN*, Nº 10-11-12 de Outubro a Dezembro de 1949, pp. 341.

⁷⁷⁰ Onde incluía a aquisição de 2 fragatas e 3 submarinos. Idem, p. 341-2.

⁷⁷¹ Idem, Ibidem, p. 342.

⁷⁷² Idem, Ibidem, pp. 343-44.

⁷⁷³ Idem, Ibidem, pp. 345-7.

A política naval dependia igualmente da situação internacional. J. Pereira Correia era aqui bem mais clássico. Para ele, a Ambiência Agónica emergia da dualização entre o imenso poder continental eslavo e a oposição das nações atlânticas, os EUA, a Grã-Bretanha e as nações latino-americanas, às quais se deveria ajuntar Portugal, pela sua tradição geopolítica.⁷⁷⁴ Observe-se que esta dualização opõe um núcleo epiocrático a um núcleo talassocrático e fez escola na Armada durante a Guerra Fria.⁷⁷⁵ O objectivo da renovação naval proposto pelo autor, visava assegurar à Armada a capacidade de proteger a área de aproximação ao nosso continente dos ataques do ar e das armas submarinas, num contexto de luta pelas comunicações, além de assegurar missões de representação e soberania em tempo de paz.⁷⁷⁶

A futura esquadra da Armada seria então organizada com base em duas *Task Forces*, cada uma composta por 1 porta-aviões de escolta, 1 condutor de flotilhas, 5 contratorpedeiros e 3 submarinos, num total de 2 porta-aviões, 2 condutores de flotilha, 10 contratorpedeiros e 6 submarinos. A Armada teria assim capacidade para operações ofensivas e defensivas de alguma envergadura, além de assegurar por si a liberdade de comunicações com as ilhas e as colónias.⁷⁷⁷ A Armada deveria ainda dispor de 8 fragatas para servir no Império, além de uma hoste de navios de apoio e de lanchas de fiscalização e patrulha.⁷⁷⁸ Para tornar o plano menos dispendioso e mais aceitável, J. Correia Pereira terminava por, tendo em conta os navios da

⁷⁷⁴ Idem, Ibidem, p. 347-9.

⁷⁷⁵ Cf. I Parte. O último dos grandes teorizadores da dualização maritimidade-continentalidade foi Vírgilio de Carvalho. Vejam-as as referências às suas obras na bibliografia.

⁷⁷⁶ Cf. J. Correia Pereira, 1949, p. 352.

⁷⁷⁷ Na realidade, permitiria à Armada autonomia em operações de nível estratégico (estratégia operacional) e operativo, visto a armar com duas pequenas esquadras que podiam operar conjunta ou separadamente. Já se observou anteriormente que a dificuldade em dispor de uma esquadra de razoável dimensão fraccionava as possibilidades de acção da Armada, reduzida a pensar concepções de alta estratégia (geopolíticas e geoestratégicas) e a agir apenas ao nível táctico de um ou dois navios de guerra, (Cf. Infra).

⁷⁷⁸ Cf. J. Correia Pereira, 1949, pp. 355-58.

Armada existentes, apenas propor a aquisição do complemento que permitisse a criação das *Task Forces* e dos navios auxiliares de serviço ao Império.⁷⁷⁹ Este projecto de plano naval seria repisado com alguma frequência nos anos 50 por teóricos portugueses do pensamento naval. Ele assentava numa lógica estratégica naval baseada naquilo a que na altura se denominava de “luta pelas comunicações”, ou seja, basicamente uma força aero-naval⁷⁸⁰ de defesa anti-áerea e anti-submarina, contando-se ainda com uma força de soberania “imperial”.

A renovação pensada pela Armada, circumspecta como fora inicialmente, marcava contudo o ritmo que prosseguiria com a sua inserção na OTAN cinco anos mais tarde. Na prática, abandonava-se a ideia de uma força de superfície para adoptar-se progressivamente pela criação de uma força naval vocacionada para a “luta das comunicações”, para o duelo anti-submarino e anti-aéreo, simultaneamente pensando-se o poder marítimo-naval numa concepção global aero-naval. De facto, desde pelo menos meados de 43 que os exercícios navais da Armada passam a concentrar-se na defesa anti-aérea e na defesa anti-submarina e a combinar meios aéreos, de superfície e submarinos.⁷⁸¹ A Armada evoluía assim de uma força de batalha de superfície para uma força tridimensional visando travar um combate pelo domínio das comunicações, evolução essa que a OTAN reforçaria.

⁷⁷⁹ Idem, pp. 358-9. Seriam assim tão só adquiridos numa primeira fase 1 porta-aviões e 1 condutor de flotilha, que formariam a primeira Task Force agregando a eles os 5 velhos contratorpedeiros e os 3 novos submarinos. No total, previa o autor adquirir apenas 2 porta-aviões, 2 condutores de flotilha, 5 contratorpedeiros e 3 submarinos.

⁷⁸⁰ Por isso, terminava J. Correia Pereira o seu estudo e o seu projecto apelando ao reforço da Aviação Naval. Idem, Ibidem, p. 360. Ora, como se verá, a ofensiva contra a Aviação Naval abalaria a Armada no início da década de 50. (Cf. Supra).

⁷⁸¹ Cf. AGM, Estado Maior Naval, Núcleo 224, Caixa 1042, Instruções Especiais, onde são relevadas várias instruções à Força Naval de Metrópole para proceder a exercícios de detecção e ataque anti-submarino e a exercícios de tiro-antiaéreo. Era ainda instado que os exercícios combinassem navios de superfície, submarinos e aviões. As Instruções Especiais datam dos anos de 1943, 1944 e 1945.

Assim, na fase final da década, as aquisições da Armada reflectem esta nova preocupação. São adquiridas na Grã-Bretanha duas fragatas de vocação anti-submarina da classe River, a Diogo Gomes e a Nuno Tristão, em segunda mão (84 fabricadas durante a Segunda Guerra Mundial⁷⁸²) e de três submarinos.⁷⁸³ A renovação da Armada nos anos 40, mitigada como foi, conduziu-a não obstante directamente à sua principal função nos anos iniciais da Guerra Fria. Pode-se dizer, que a circunspecção apresentada no relatório de 1944 provara toda a sua validade.

2.6.3.) Visões do Mundo: A Nova Geopolítica e a Política Nacional Defesa Militar

O acordo dos Açores marca também uma importante inflexão na evolução interna e externa do posicionamento do regime. A despeito de actualmente, cada vez maior número de historiadores reconhecer a especificidade do modelo autoritário de Salazar por contraponto aos regimes nazi e fascista,⁷⁸⁴ na altura, a cada vez mais nítida derrota dos regimes italiano e germânico foi observada por muito gente em Portugal como sinal do futuro colapso do Estado Novo, e gente não só da oposição. Criou-se um ambiente deletério nas hostes governamentais, que um crítico sistemático como Marcello Caetano não deixou de zurzir em sucessivas missivas remetidas a Salazar. É certo e tem sido sistematicamente referido que jamais Salazar e o regime em geral, questionou a validade da aliança marítima com a Grã-Bretanha.⁷⁸⁵ Mas nos anos 30, Salazar não deixara de

⁷⁸² Sobre estes dados, Cf. António Telo, 1999, p. 465.

⁷⁸³ O processo de aquisição destas fragatas e dos submarinos encontra-se em Cf. AGM, Estado Maior Naval, Núcleo 224, Caixa 554. Tratavam-se das fragatas Avon e Awe, em Portugal denominadas respectivamente de Nuno Tristão e Diogo Gomes, recebidas em 1949.

⁷⁸⁴ São o caso por exemplo das obras de António Costa Pinto, Manuel Braga da Cruz, Jorge Ramos d'O e Yves Léonard. Vejam-se as obras destes autores na bibliografia final.

⁷⁸⁵ Vejam-se textos de António Telo, Fernando Rosas, Fernando Martins, Nuno Severiano Teixeira e Telmo Faria. Cf. a Bibliografia no final da obra. Vejam-se também a correspondência

afiançar em defesa do seu regime, a proximidade ideológica em determinados pontos, com aquilo a que ele e outros ideólogos estadonovistas diziam ser as profundas correntes de pensamento que estavam remoldando a estrutura política dos regimes europeus. Um caldo global de antiliberalismo, antidemocracia, corporativismo e autoritarismo mais ou menos totalitário unificava ou pelo menos, agregava e agrupava o regime português com outros mais ou menos similares na Europa, incluindo nestes, o nazismo alemão e o fascismo italiano, isto apesar de Salazar ter o cuidado de fazer notar a diferença entre o seu regime marcado pelo catolicismo e subordinado a leis morais superiores à identidade estatal e o paganismo totalitário estatalocrático dos regimes germânico e romano, em que o Estado era um fim em si.⁷⁸⁶

Esta evolução do regime reflecte-se na política externa do regime nos anos 30, onde o pendor ideológico favorece uma assumpção de maior autonomia face à Grã-Bretanha e que se torna visível no apoio dado à rebelião militar de direita que leva à Guerra Civil Espanhola. Face a uma Grã-Bretanha apostada na neutralização da intervenção externa no conflito espanhol, Salazar e o regime, optam por suportar os generais e as forças rebeldes, concomitantemente com a Itália mussoliniana e a Alemanha hitleriana.⁷⁸⁷ É esta evolução favorável a uma maior prolixidade de modelos políticos e ao reforço dos Estados de autoridade na Europa que o desencadear da Segunda Guerra Mundial vem contrariar, na medida em que divide o Mundo em dois/três campos antagónicos, o das democracias (e

trocada entre Marcello Caetano e Salazar no período final da II Guerra Mundial em Cf. José Freire Antunes, Salazar e Caetano, cartas secretas, 1932-1968, Lisboa, 1993, pp. 116-122 e seguintes.

⁷⁸⁶ Sobre esta perspectiva de Salazar veja-se por ele próprio Cf. António Ferro, Op. Cit., 3ª Entrevista com Salazar, pp. 49-50. Salazar assume nestas duas páginas simultaneamente, laços de proximidade e de afastamento em relação ao regime de Mussolini.

⁷⁸⁷ Sobre o apoio dado por Salazar a Franco e os embates que em consequência se produziram com a Grã-Bretanha, vejam-se obras de Franco Nogueira, César Oliveira, António Telo, Fernando Rosas e Pedro Oliveira. Cf. a bibliografia no final da obra.

depois da entrada da URSS no conflito, do socialismo) contra os dos “fascismos”.

Durante toda a guerra, Salazar bater-se-á sempre contra essa “simplificação” ideológica da guerra, compreendendo perfeitamente bem que a derrota do campo da “autoridade” deixaria o regime numa situação debilitada e enfraquecida.⁷⁸⁸ Mas Salazar nada pode contra a “simplificação” que ele criticava, e com a evolução cada vez mais desfavorável da guerra aos regimes de “autoridade” a situação do regime ressentiu-se. Os anos, a partir de 1943 e até 1947-48, são anos de recomposição das forças que interna e internacionalmente suportavam o regime. Essa recomposição será feita à luz de uma remodelação do discurso político-ideológico e de uma agregação de forças à volta ou em redor do campo anti-comunista.⁷⁸⁹ Externamente, esta far-se-á por uma considerável aproximação à Grã-Bretanha e às potências hegemónicas no Atlântico,⁷⁹⁰ ou seja, para além do poder britânico, também uma progressiva, e sempre suspicaz, aproximação aos EUA. O acordo dos Açores é nesse campo um

⁷⁸⁸ A luta de Salazar contra essa “simplificação” pode observar-se em numerosas obras de História e nos seus discursos. Como exemplo paradigmático do combate a essa “simplificação” veja-se um discurso de 1942 que teve o condão de irritar o governo de Londres. Cf. António de Oliveira Salazar, 1943, pp. 321-352. Neste discurso intitulado “Defesa Económica, Defesa Moral, Defesa Política”, Salazar questionava o aliança anglo-soviético, afirmando-a como trampolim para a expansão do comunismo e afirmava o fracasso dos modelos liberais e democráticos. Veja-se também o discurso proferido em 9 de Outubro de 1939, intitulado “A Europa em Guerra, Repercussões nos Problemas Nacionais” onde é claramente zurzida a dicotomização arquetipal regimes de autoridade-regimes de democracia. Cf. Oliveira Salazar, 1943, pp. 177-190.

⁷⁸⁹ Fernando Rosas afirma mesmo que “é o tempo do anticomunismo. O perigo comunista vai instalar-se como argumento central do discurso do regime”. Cf. o autor, 1994, p. 402.

⁷⁹⁰ Tão bem expressa por Salazar na afirmação da mudança do eixo estratégico da Europa para o Atlântico. Cf. Oliveira Salazar, 1951, pp. 59-62. Alguns estudiosos conotados com o regime, nomeadamente Franco Nogueira, quiseram mais tarde afiançar da precocidade de Salazar na definição de um modelo euro-atlântico de defesa, tal como foi posteriormente consubstanciado na OTAN. Nada mais errado. Salazar jamais pensou num modelo global de integração política e estratégica de defesa ocidental, ainda mais defensor do modelo democrático. O pensamento de Salazar sobre o ocidente partia de pressupostos muito distintos no que se refere à sua organização e à sua fundamentação, respectivamente defensora das soberanias estatais e conservadora e católica/cristã. Mas Salazar compreendeu bem a preponderância do eixo anglo-americano na definição da situação geopolítica e geoestratégica no espaço Atlântico e soube cavalgar a oposição democracia-comunismo em prol da sobrevivência do seu regime. Franco não fez outra coisa.

passo decisivo, no retomar da velha ligação com a Grã-Bretanha e na aceitação e assumpção do chapéu protector da velha aliada.⁷⁹¹ Progressivamente, os EUA completariam esse chapéu protector e o apoio das potências anglo-saxónicas permitiria ao regime condicionar e depois derrotar a oposição.

Há contudo uma situação que deveria parecer particularmente periclitante para a segurança do regime. O regime de Franco, considerado como o último dos potentados do Eixo, entrara numa era de ostracização internacional, em breve sancionada pela ONU. Ainda a guerra não terminara, e o impacto do seu fim já se fazia sentir na libertada fronteira franco-espanhola, com os *maquis* do Sul de França, com numerosos exilados espanhóis nas suas fileiras, a penetrar em Espanha para tentar produzir um levantamento popular que levasse ao derrube do Generalíssimo.⁷⁹² A possibilidade de uma evolução negativa para o franquismo inquietava Lisboa, pelo impacto que o derrube do regime franquista teria na situação interna portuguesa, ela própria instável.

A estabilidade da situação internacional de Salazar não fora transposta para a situação interna, onde a pressão da oposição fora-se acentuando com o fim da guerra. Às greves de 1943 e 1944, sucedia-se uma tentativa de união geral das oposições, primeiro na MUNAF (Movimento de Unidade Nacional Anti-Fascista) e depois no MUD (Movimento de Unidade Democrática), com vista ao derrube do regime. Esta tentativa da união geral das oposições, concomitantemente com o impacto da vitória das democracias anglo-americanas, produzia igualmente uma maior instabilidade no sector mais perigoso para a continuidade do

⁷⁹¹ Sobre este assunto, vejam-se os autores citados na nota 48 e as suas obras na bibliografia final.

⁷⁹² No que respeita à evolução da situação espanhola no fim da Segunda Guerra Mundial e no pós-guerra, refiram-se por exemplo, Cf. Charles S. Halstead, *Op. Cit.*, pp. 74-77. Veja-se também Cf. Ramon Tames, *La Republica. La Era de Franco*, in Miguel Artola, *Historia de España*, Madrid, 1988, pp. 258-260. Ainda Cf. Anthony Beevor, *A Guerra Civil Espanhola*, Lisboa, 1989, pp. 368-377.

regime, as Forças Armadas, sucedendo-se os contactos entre elementos militares da oposição e os da situação, onde se incluiria a própria figura do Presidente da República, o general Carmona.⁷⁹³

Face a esta situação interna, o regime optou para reagregar à sua volta as forças da situação, tendo como tema unificador o anti-comunismo, ao mesmo tempo que procurava assegurar a segurança militar e policial no interior e face ao exterior. O Anti-comunismo é glosado internacionalmente para justificar e (re)legitimar o regime franquista. Salazar, que outrora criticara a dicotomização democracia-autoridade, reage agora por uma outra dicotomização, comunismo-ocidente,⁷⁹⁴ que permitisse agregar os regimes peninsulares às forças vitoriosas anglo-americanas.⁷⁹⁵ Para isso, tal como acontecera em 1936, não deixa de suportar encapotadamente o ostracizado regime franquista.⁷⁹⁶ Esse apoio fora de certo modo consubstanciado desde 1943 e da institucionalização do Pacto Ibérico, expressão de uma progressiva readaptação dos regimes ditatoriais ibéricos face à possibilidade de triunfo da democracia e do comunismo na Segunda Guerra Mundial. Salazar e Franco, acentuando o processo de neutralização da Península Ibérica na conflagração, mais não pretendiam que assegurar que a Espanha e Portugal se manteriam como zonas de paz e de

⁷⁹³ A propósito do impacto da guerra na ascensão da oposição e dos contactos havidos entre elementos militares ligados ao regime e à oposição, por exemplo, Cf. Fernando Rosas, 1994, pp. 373-408.

⁷⁹⁴ Salazar não faz a dicotomização democracia liberal-comunismo, mas outra, que parecendo similar, é muito diferente. Afirmar uma dicotomização entre a civilização ocidental, cristã, marcada por uma ética e moral superlativa ao Estado e uma civilização comunista, pagã, totalitária, em que o Estado, a classe é um fim em si próprio. Esta dicotomização tem uma enorme vantagem, na medida em que permite inserir no mesmo campo os regimes peninsulares e os regimes liberais democráticos do ocidente. As soluções em termos de organização política e em termos de regime seriam distintas, mas os pressupostos ético-civilizacionais seriam similares, justificando a agregação da Península Ibérica ao Mundo ocidental.

⁷⁹⁵ Salazar reconheceu logo no término da guerra, perante as novas comissões da União Nacional, que a “chamada vitória das democracias” geraria consideráveis problemas políticos ao regime. Cf. Oliveira Salazar, 1951, pp. 142-143.

⁷⁹⁶ Sobre o apoio do regime de Salazar a Franco entre 1945 e 1949, veja-se por exemplo, Cf. César Oliveira, Cem Anos nas Relações Luso-Espanholas – Política e Economia, Lisboa, 1995, pp. 103-111.

estabilidade que permitissem a pervivência futura dos regimes peninsulares numa Europa onde os modelos ideológicos mais próximos se tinham esfumado.⁷⁹⁷ António Telo salienta que esta evolução vai modificar as perspectivas geopolíticas e geoestratégicas sobre as quais tinham assentado as políticas de defesa de Portugal desde há séculos. Assumiu-se a ideia de integração das políticas de defesa em detrimento da clássica diferenciação até então afiançada.⁷⁹⁸

A nova postura do regime face aos problemas internacionais pode ser, por exemplo, retirada do discurso que Salazar faz perante os representantes das Forças Armadas em 28 de Maio de 1948. Segundo ele, para a Rússia, a guerra não terminou com a derrota da Alemanha, visto esta visar a revolução mundial. O ocidente, note-se a expressão, não faria a guerra à Rússia, mas o inverso não era verdade. Só conglutinando o ocidente em redor das potências anglo-americanas, mas recusando sempre o ideal de um Estado federal europeu, se poderia entravar a Rússia. Terminava por salientar a unidade da Península Ibérica, um todo na defesa do ocidente, e por propor a reabilitação da Alemanha.⁷⁹⁹ Caberia a Santos Costa aplicar esta perspectiva política e geopolítica à dimensão geoestratégica e estratégica.

Antes de mais, no entanto, Salazar e Santos Costa trataram de assegurar a maior tranquilidade possível no país. Para isso, efectua Salazar uma recomposição Ministerial em fins de 1944, visando claramente aguentar o impacto do fim da guerra, nomeadamente com a entrega do Ministério da Guerra a Santos Costa e do Ministério do Interior a um seu

⁷⁹⁷ Relativo a esta problemática vejam-se as obras de Cf. César Oliveira, 1995, pp. 55 e 66. Fernando Rosas, 1988, pp. 110-111. Juan Carlos Jiménez Redondo, *Op. Cit.*, pp. 52-53. Ramon Tames, *Op. Cit.*, pp. 257-258. Manuel Espada Burgos, *Op. Cit.*, pp. 125-132.

⁷⁹⁸ Cf. António Telo, 1991, 2º Vol.

⁷⁹⁹ Cf. Oliveira Salazar, 1951, pp. 325-337.

apaniguado, Júlio Botelho Moniz.⁸⁰⁰ Santos Costa por seu turno procede a profundas mudanças nos Altos Mandos em princípios de 1945, nomeadamente com a substituição de C. Pereira dos Santos e de Tasso de Miranda Cabral por oficiais mais próximos a ele e afectos à situação. O novo Major-General do Exército passa a ser Aníbal Passos e Sousa.⁸⁰¹ Para o lugar de Chefe do Estado Maior do Exército, é escolhido José Filipe Barros Rodrigues.⁸⁰² A escolha de Barros Rodrigues teria chocado o Exército, na medida em que não só fora promovido cedo a general,⁸⁰³ como logo em seguida assumira o cargo de CEME. Não era uma escolha ocasional. Santos Costa e Barros Rodrigues eram velhos conhecidos, tendo por exemplo, escrito a meias uma das conferências militares apresentadas ao I Congresso da União Nacional (Cf. *Infra*). Os novos comandos eram por isso perfis políticos, mais do que técnicos, próximos do regime e de elevada confiança política.

A instabilidade militar era um problema que urgia resolução forte, porque nela estava o mais perigosa ameaça ao regime. O fim da guerra e o triunfo das democracias favorecera o prisma das oposições, e debilitara o regime. A situação era mais complicada porque Carmona, não só parecia afastar-se de Salazar, como em seu redor gravitavam velhos militares republicanos que o instavam a tomar o poder nas mãos. Salazar não podia afastar Carmona, sob pena de virar o grosso da força armada contra si, pelo

⁸⁰⁰ Sobre a recomposição ministerial de fins de 1944 e seus objectivos, Cf. Fernando Rosas, 1994, pp. 375-76.

⁸⁰¹ Cf. Diário do Governo, II Série, Nº 22, 26 de Janeiro de 1945, p. 502 cit. Em Joaquim Veríssimo Serrão, História de Portugal, (1941-1951), Da II Guerra Mundial à Morte de Carmona, Lisboa (s/d), pp. 480-481. Igualmente, Ordem do Exército, 2ª Série, Nº 1, de 5 de Fevereiro de 1945. A nomeação é referida a 25 de Janeiro de 1945.

⁸⁰² Exonerando-se Tasso de Miranda Cabral. Cf. Ordem do Exército, 2ª série, Nº 1, datado de 1 de Fevereiro de 1945, p. 31.

⁸⁰³ No memorial escrito na Revista de Artilharia, o relator afirma da surpresa que o meio militar teve pela sua rápida promoção a general e posterior ascensão ao cargo de CEME, salientando que a hostilidade então havida era fruto da mesquinhez de muitos. Cf. “in Memorium”, Revista de Artilharia, Nº 387-388, Novembro-Dezembro de 1957, p. 219-220. Observe-se que de forma indirecta, o memorialista reflecte o forte descontentamento que à altura teria havido pela promoção de Barros Rodrigues.

que dependia do Presidente da República para evitar que os militares o derrubassem, conquanto este já não fosse politicamente de confiança.⁸⁰⁴ Neste contexto, era fundamental assegurar que pelo menos os Altos Mandos eram elementos de absoluta confiança que dificultassem qualquer estratégia visando o seu derrube. Ao assegurar o apoio da Alta Hierarquia de Comando, Salazar dificultava a coordenação de um golpe que o derrubasse, ou por outras palavras, derivava para fora das estruturas de comando (e comunicações) toda a actividade conspiratória dificultando a sua capacidade operacional, e por conseguinte o seu sucesso.

Não obstante, a maioria dos militares tinham mais pretensões corporativas que político-ideológicas. Assim, quando em 14 de Fevereiro de 1945, Salazar aumentou em 15% o salário dos oficiais, fez passar o grosso dos hesitantes para o seu lado, e enfraqueceu a conspiração, fraccionando-a ainda.⁸⁰⁵ Neste contexto, a posição estratégica de Carmona ficou mais vulnerável, tanto mais, quando os Altos Mandos passaram também a ser controlados por fiéis de Salazar.

Com os Altos Mandos militares solidamente controlados por apoiantes da situação, Santos Costa, efectuará uma conferência de Altos Comandos para assegurar o suporte do Exército face à crise do fim da guerra. Assumindo a possibilidade de um atentado vitimar Salazar, afirmava a possibilidade de o Exército ter de retomar o controlo da situação política e defender o Estado e a constituição (isto é, o regime). Relevava ainda o “perigo da anarquia chegar à Península Ibérica”. A intervenção do Exército seria feita a ordens do Ministro da Guerra, consultado o Presidente

⁸⁰⁴ Sobre a posição de Carmona no fim da guerra e no imediato pós-guerra e a relação de mútua dependência dele face a Salazar e de Salazar face ao Presidente da República, Cf. José Joaquim Ribeiro da Costa, Óscar Carmona (1869-1951), Elementos para o estudo biográfico do primeiro Presidente da República do Estado Novo, (Policopiado), Lisboa, 1993, pp. 378-80 e 390-400.

⁸⁰⁵ Idem, p. 389.

da República, efectuando-se com frequência estas reuniões de Altos Comandos.⁸⁰⁶

Dois elementos podem pelo menos ser extraídos deste texto. Por um lado, a posição de “delfim”, de segundo do regime, que Santos Costa assume ao tomar nas rédeas o Estado e a constituição (regime) caso Salazar desaparecesse, suportado na força armada. Ela revela a dependência do regime face ao Exército e às Forças Armadas em geral, e como a sua genealogia o marcava tão intensamente. Por outro lado, a preocupação com a evolução da Espanha, que justificava igualmente o alerta militar, na medida em que a “anarquização” do vizinho ibérico, com a queda do regime teria logo impacto na situação interna. É esta tensão que explica em parte a continuação do reforço da defesa face à Espanha, concomitantemente com a progressiva afirmação da unidade estratégica peninsular. O regime não receava Franco, mas as sequelas de uma evolução pós-franquista.

Assim, urgia a necessidade de manter a força terrestre bem preparada e equipada para conter qualquer evolução “negativa” na Península Ibérica (interna ou externa). Inversamente, ao alegar a unidade geoestratégica da Ibéria, buscava inserir Franco no sistema europeu ocidental, estabilizando o seu regime com o aumento efectivo de garantias de pervivência do Estado Novo. Só que isto não era aventado, provavelmente para não dar argumentos à oposição, surpreendendo-se por isso o Major General do Exército pela discrepância entre a aliança com a Espanha e a política militar anti-espanhola. Só que à altura, para Salazar e Santos Costa, a visão geoestratégica conflituava com os receios de uma era pós-franquista em

⁸⁰⁶ Cf. Manuel Braga da Cruz, Org. e Prefácio, 2003, Doc. 469, Conferências de Altos Comandos do Exército e da Aeronáutica, 1ª Reunião, datada de 3 de Março de 1945, pp. 443-445. Na Reunião estiveram presentes para além de Santos Costa, do Major-General do Exército e do CEME, o Subsecretário de Estado da Guerra, os comandantes das 1ª, 2ª, 3ª e 4ª Regiões Militares, O Governador Militar de Lisboa, o Ajudante General do Exército e o Comandante Geral da Aeronáutica Militar.

Espanha. É isto que também explica um desfasamento entre a visão geopolítica e geoestratégica do regime no fim dos anos 40 e a política militar (terrestre) de defesa.

A mobilização da força militar fazia-se, por um lado, para inviabilizar qualquer possibilidade de um golpe interno que derrubasse o regime, e por outro lado, visando opor-se a uma transformação da situação interna espanhola. O controlo por oficiais de grande ou absoluta confiança de Salazar dos Altos Mandos do Exército facilitou a estabilização política dos militares numa postura favorável à situação, visto ter inibido a aglutinação e agregação dos diversos grupos conspirativos em redor de uma estrutura operacional que potenciase um golpe militar. Os conspiradores, agindo na periferia foram sempre incapazes de unificar a acção, e de agir conglutinados e em força.

Do ponto de vista político-estratégico global, Santos Costa assumia como inevitável um avanço soviético ultra-rápido por uma Europa ocidental desarmada e considerava por isso que a defesa ocidental devia ter como reduto final no continente o baluarte peninsular. Em 1948 num memorando para Salazar, a propósito de uma conversa tida com um estrangeiro de nome P.B.,⁸⁰⁷ referia a hipótese de os russos chegarem aos Pirenéus em 90 horas, desconsiderando a vontade dos EUA em defender o território continental europeu.⁸⁰⁸ De facto, nos finais dos anos 40, a ideia de um baluarte ibérico convenceu alguns círculos políticos e militares dos EUA e da Grã-Bretanha. Face àquilo que consideravam ser a enorme superioridade humana e material das forças militares da URSS e dos seus aliados/satélites, afiançou-se da inevitabilidade da perda de grande parte da Europa ocidental e perspectivou-se a defesa de redutos insulares ou quase-insulares como a Península Ibérica como ponto de partida de um contra-

⁸⁰⁷ Segundo Cf. Maria Madalena Garcia, *Op. Cit.*, p. 135, tratar-se-ia de Patrice Bougrain e a conversa teria sido entre ele e o General Barros Rodrigues.

⁸⁰⁸ Cf. Correspondência de Santos Costa..., Doc. 77 b), p. 237.

ataque maciço, após a aviação anglo-americana ter amaciado massivamente as potencialidades bélicas do inimigo.⁸⁰⁹ Santos Costa tinha consciência e fundamentava igualmente a sua interpretação nesta corrente de pensamento estratégico no mundo anglo-saxónico,⁸¹⁰ que para além do mais, ia ao encontro da visão da situação internacional e da política externa do ditador.⁸¹¹

Esta perspectiva estratégica de Santos Costa acabaria por ser teorizada, já nos anos 50, num prefácio para a obra de um seu discípulo, o futuro general Andrade e Silva. Para Santos Costa, Portugal não pode observar-se como um T.O. exclusivo, mas devia ser inserido na contextura mais alargada da Península Ibérica. Essa realidade advinha de a geografia peninsular, dos acidentes geográficos da Península Ibérica, mais do que entravarem, canalizarem a manobra das forças militares. Então, o verdadeiro baluarte da Península Ibérica, não estaria algures dentro dela, mas nos seus contornos, nos Pirenéus. Seria não obstante, ainda passível de argumentação e legitimação um espaço nacional autónomo da geografia militar peninsular, da geoestratégia ibérica. Essa argumentação caía no entanto pela base face à emergência do poder aéreo transcontinental. Justificado a afirmação de um espaço geoestratégico peninsular, Santos Costa entra na legitimação do valor do bastião ibérico. Para ele, os soviéticos estavam em excelente posição para rapidamente se espriarem pela ocidente europeu. Considerando a fronteira do ocidente no rio Elba, Santos Costa afiança que só fracas linhas, o Reno/Alpes de Sabóia e o Loire/Ródano, sustentam as possibilidades de defesa antes da forte muralha pirenaica. Mas a defesa ter-se-ia de concentrar nos Pirenéus, porque

⁸⁰⁹ Vejam-se por exemplo, referências a este prisma geoestratégico e estratégico em Cf. António Marquina Barrio, Op. Cit., pp. 299-309.

⁸¹⁰ Observe-se a Cf. Correspondência de Santos Costa..., Doc. 92, p. 269. Nela é feita referência a posição do Coronel Solborg, antigo adido militar dos EUA em Portugal, que criticava a ideia de defesa avançada do ocidente no Elba e no Reno e propugnava pelo baluarte ibérico.

⁸¹¹ Salazar parecia compartilhar com Santos Costa da visão de que “de uma arrancada” estaria o Exército Vermelho nos Pirenéus. Cf. Franco Nogueira, 2000, p. 315.

forçado este, a geografia física peninsular, mais que entravar, canalizava a manobra de invasão.⁸¹²

O texto da obra prefaciada, reforçava a ideia do prefaciador, por um lado, assumindo a integração do espaço geoestratégico português no todo Ibérico, a denominada “fortaleza” ibérica, como uma das suas componentes, e por outro lado, ao afiançar da relação existente entre os específicos T.O. portugueses e os vizinhos T.O espanhóis.⁸¹³ Era no fundo, romper com a assumpção clássica de distinção entre o espaço geoestratégico português e o espanhol. Curiosamente, Tasso de Miranda Cabral, que nos anos 30 desenvolvera também aprofundado estudo sobre os T.O. de Portugal, não deixara de reconhecer as similitudes orográficas, hidrográficas e topográficas que uniam o território português ao do seu vizinho, quase uma continuidade do espanhol, mas afirmara, que face a isso, predominava a validação da distinção dos TO pela sua finalidade em detrimento da geografia geral da Península Ibérica,⁸¹⁴ o contrário do que fazia Alberto Andrade e Silva.⁸¹⁵ As concepções ideológico-estratégico-militares têm racionalidades distintas das geoestratégico-geomilitares.

Esta postura foi criticada pela pena de Raul Esteves (Cf. *Infra*, I parte). Não se repetirá o que se afirmou nessa parte. Saliente-se não obstante, que a perspectiva de Raul Esteves, mas do que criticar a concepção global de um bastião ibérico, questionava era a modalidade de defesa pretendida. Para ele, a defesa não se devia centrar na linha dos Pirenéus, mas ser recuada para o Atlântico, para as bases de operações, os

⁸¹² Cf. F. Santos Costa, “Prefácio”, in Alberto Andrade e Silva, Teatros de Operações de Portugal, Lisboa, 1950, pp. 9-12.

⁸¹³ Cf. Alberto Andrade e Silva, 1950, pp. 60-61 e 67.

⁸¹⁴ Cf. Tasso de Miranda Cabral, 1932, 1º Vol., p. 26.

⁸¹⁵ Não era só Andrade e Silva que publicitava a nova perspectiva geoestratégica. Também na Revista de Artilharia surgiu um texto com o mesmo sentido. O Coronel José Alfredo Esteves Pereira afirma então também que a Península Ibérica era um todo estratégico, derivado de ser uma região natural da Europa, o que justificava a sua autonomia como teatro de operações. Cf. José Esteves Pereira, “A Península Ibérica na Defesa da Europa”, Revista de Artilharia, Nº 322, Abril de 1952, pp. 407-411.

portos atlânticos que acoplavam o ocidente europeu à América do Norte, tais como Lisboa.⁸¹⁶ A proposta de Raul Esteves acabava por ser uma renovação, um pouco mais avançada na área de resistência, do modelo de defesa das Linhas de Torres. Nesse ponto, a visão de Santos Costa marcava pontos, porque de facto, a evolução tecnológica destroçava a modalidade de defesas extremas recuadas a não ser em actos de desespero. A emergência da arma mecânica, da força blindada-mecanizada, da aviação de longo e muito longo alcance, dos projecteis balísticos guiados, inviabilizavam uma defesa extrema como modelo credível de posição defensiva, principalmente se o espaço fosse comprimido. Fora isso, que levava à perda de importância estratégica de Gibraltar⁸¹⁷ ou ao desejo britânico de defesa avançada no Elba.⁸¹⁸ A guerra tomara dimensões continentais e pluricontinentais.⁸¹⁹

O que não significa que Santos Costa tivesse de todo compreendido o impacto das transformações globais geradas pela Segunda Guerra Mundial e pela emergência do átomo. Não compreendeu, ou não quis compreender que a defesa nos Pirenéus só era compaginável com o acoplamento geoestratégico euro-norte-americano e que mais do que fornecer uma quantas divisões mal armadas para os montes pirenaicos, o que valorizava a posição de Portugal era o reforço que podia dar à defesa do espaço marítimo peninsular e europeu e às aproximações marítimas ao território continental que possibilitassem o reforço da defesa avançada com

⁸¹⁶ Sobre o prisma de Raul Esteves, a I parte desta obra contém uma descrição e uma crítica ao seu projecto.

⁸¹⁷ Cf. Andrew Duncan, “NATO and Gibraltar Zone”, in Antonio Marquina, Ed., *El Flanco Sur de la OTAN*, Madrid, 1993, p. 72.

⁸¹⁸ Cf. Paul Kennedy, 1991, p. 388-389. A defesa avançada no Elba, afirma o autor, resultava da necessidade de proteger o território britânico da ameaça representada pela aviação e pelos mísseis soviéticos.

⁸¹⁹ A obra de Hervé Coutau-Bégarie sintetiza de forma brilhante o impacto que a inovação tecnológica e económica produziu na Segunda Guerra Mundial. Cf. o autor, 1999, pp. 403-485 principalmente. Em geral, a obra contém informação muito útil sobre a evolução histórica do fenómeno estratégico e do impacto que a Segunda Guerra Mundial e o aparecimento do nuclear tiveram na teoria estratégica e na teoria da guerra.

meios humanos e materiais poderosos e sofisticados. Em suma, de que a unidade geoestratégica da Península Ibérica era plural e permitia a maior unidade com a maior diferenciação e a divisão de tarefas com a Espanha encarregada do flanco terrestre, enquanto Portugal assegurava o flanco marítimo.⁸²⁰

O problema é que semelhante evolução implicava a primazia da Armada e a perda de proeminência do Ministro da Guerra, e como tal era politicamente inconveniente. A problemática do bastião ibérico reflectia também o peso no orçamento de Estado de cada um dos Ramos militares, expressão do peso político dos respectivos ministros. O bastião ibérico era instrumental à proeminência de Santos Costa, putativo líder de um dos ramos de regime.⁸²¹ Esta situação seria fundamental na compreensão do progressivo conflito entre os objectivos de força de Santos Costa, as necessidades da OTAN e as possibilidades reais de constituição de forças por parte do Exército. Apesar dessa realidade, o bastião ibérico foi importante para fazer o Exército valorizar a sua prestação externa e para o fazer pensar a política de defesa militar do país num contexto mais vasto e abrangente de uma aliança. Neste sentido, o bastião ibérico, pensado como uma medida militar de defesa nacional integrada e suportada no bloco ocidental visando replicar a uma invasão oriunda da URSS e seus satélites antecipou a racionalidade que a OTAN consumaria finalmente. A da

⁸²⁰ Esta perspectiva tornar-se-ia clássica com o fim da Guerra Colonial e com a entrada da Espanha na OTAN em 1983.

⁸²¹ Lembre-se que a ascensão de Santos Costa a Ministro da Guerra é concomitante com a ascensão de Marcello Caetano a Ministro das Colónias, ambas aquando da remodelação estratégica de 1944 visando enfrentar os ventos “democráticos” do fim da guerra. Seriam durante 13 anos, os delfins e os potenciais sucessores de Salazar, cada um conglutinando um “partido” do regime, Marcello Caetano, os liberais, Santos Costa, os ultras. Sobre este tema há uma pluralidade de obras cada vez mais vasta. Vejam-se na bibliografia referências a obras de Fernando Rosas, José Freire Antunes e Vasco Pulido Valente por exemplo. As Memórias de Salazar de Marcello Caetano também contém numerosas referências às suas lutas com o grupo de Santos Costa. Cf. Bibliografia. Relembre-se também a postura de Santos Costa na Reunião de Altos Comandos em 3 de Março de 1945.

integração da defesa dos pequenos países numa aliança global, cada um dando algo para a defesa conjunta.

2.7.) A Transformação da Força Armada. As Forças Armadas e a OTAN (1949-1958)

A Segunda Guerra Mundial transformara a guerra radicalmente. A guerra fora efectivamente total, até nas ideias. Toda uma modalidade de regimes tinham sido banidos como aceitáveis pelas sociedades nela envolvidas e só algumas excrescências na periferia ainda restavam. Em Portugal, o impacto ideológico da guerra deixara o regime vulnerável e os anos que vão de 1945 a 1949 são de tensão e crise política face a uma oposição revigorada e reforçada por novas adesões. A situação militar interna não é segura, com contactos entre as oposições, onde pontuam muitos velhos militares republicanos e elementos no activo descontentes com a situação, que chegam a manter contactos com o Presidente da República General Carmona. Apesar disso, por falta de ousadia ou consciência dos limites dos meios de que efectivamente dispõem com segurança, as intentonas jamais de facto saem para a rua ou goram-se mesmo antes de começar.⁸²²

É nesta contextura que é reformada a Lei 1905 em 1947. A pretexto de renovação da velha lei, pretendia-se reforçar de facto o controlo militar das Forças Armadas por parte do regime. Como sempre, Salazar parece dar, para de facto tirar. Mas não só, a legislação também é interessante pela afirmação de um novo modelo militar para o país. Já não a França, como fora entre-as-guerras, mas a Grã-Bretanha, que à altura reequipava o

⁸²² Sobre as intentonas de 1946 e 1947, a situação interna da força armada e o papel de Carmona, e para além do que já foi referido anteriormente, por exemplo Cf. J. Medeiros Ferreira, 1992, pp. 223-234 e Cf. Telmo Faria, “Óscar Carmona”, in António Costa Pinto, Os Presidentes da República Portuguesa, Lisboa, 2001, pp. 165-166.

Exército e a Armada quase completamente. Pode-se dizer que a legislação de 1947 confirma ao nível da organização do topo, a anglo-saxonização da força militar portuguesa que a entrada na OTAN acentuaria. Curiosamente, o legislador começa por recusar observar que o modelo anterior era devido a uma potência derrotada. Pelo contrário, começa por afiançar a sagesa da lei anterior ao salientar a similitude entre o CSDN português e o Comité Imperial de Defesa da Grã-Bretanha. O CSDG e o Gabinete de Guerra britânico.⁸²³ Este desejo de uma similitude entre as forças militares portuguesas e inglesas chegaria ao ponto de levar à proposta de substituição do posto de Major-General visto este ser um posto inferior nas Forças Armadas da Grã-Bretanha.⁸²⁴

Cabe aqui abrir um importante interlúdio, na medida em que a assumpção do modelo militar britânico, como posteriormente aconteceria com o paradigma militar norte-americano, não deixaria de ter um impacto político-ideológico na força armada. De facto, a valorização dos modelos anglo-saxões consubstancia também uma valoração da sua sociedade e dos seus paradigmas de governação política e técnica, pelo que o modelo representado pelo salazarismo empalidece. Um sintoma dessa evolução intelectual por parte de um futuro temível opositor do regime, Humberto Delgado, é visível e apreciável nas suas crónicas, (re)dadas à estampa recentemente. Para Humberto Delgado, a derrota da França devia-se tanto às imensas virtualidades criadas pela política totalitária na Alemanha, na unidade de acção e direcção, na libertação e concentração das forças nacionais com vista a atingir os seus objectivos, quando à política liberal, à multiplicação de governos e às lutas interpartidárias que abalaram a França entre-as-guerras. Pelo contrário, para o final da guerra, esta visão

⁸²³ Cf. Diário das Sessões da Assembleia Nacional e da Câmara Corporativa, Lisboa, 1947, Suplemento ao N° 105, 19 de Março de 1947, p. 904(2).

⁸²⁴ Idem, p. 904(4).

desaparece em proveito de uma revalorização dos modelos políticos e militares da Grã-Bretanha e dos EUA.⁸²⁵

A questão fundamental passava contudo por uma dimensão teórica e pela sua aplicabilidade prática. O texto renova o relacionamento entre a política e a força armada. À política caberia a definição da estratégia geral da nação⁸²⁶ para a guerra e para a paz, substantivando consequentemente as estratégias parcelares, a militar, a económica e a política.⁸²⁷ Esta renovação teórica implica uma muito maior e mais efectiva supremacia da política sobre a força armada, já não a componente única da defesa nacional, mas uma entre três. Além disso, a própria concepção estratégica passa a ser definida pelas instâncias políticas, cabendo exclusivamente à força armada a definição da estratégia militar. Não deixa de ser interessante neste contexto, relevar que as definições da relação entre a política e a força militar se expressam em períodos de crise do regime, de maior instabilidade entre a força armada e o poder político, utilizando este último o instrumento legislativo como meio de afirmar e afiançar a subordinação do poder militar ao poder político. Assim acontecera em 1935, aquando da tensão gerada pelo atraso da reforma do Exército, assim sucedia em 1947, no meio de uma fase maior de contestação e conspiração militar contra o regime.

Esta subordinação do poder militar ao poder político confirmar-se-ia na lei final, Lei 2024 de 31 de Maio de 1947. Assim, e a despeito da proposta da Câmara Corporativa em manter a função deliberativa do CSDN, este passava tão só a ter funções examinativas ou consultivas. Em compensação, para um órgão bem mais diminuído, entravam como

⁸²⁵ Cf. Humberto Delgado, 2003, pp. 35, 39 e 283-284.

⁸²⁶ O conceito é novo e substitui provavelmente o de política de guerra. Note-se que a visão da defesa já não se estriba ao factor militar de forma estrita.

⁸²⁷ Cf. Diários das Sessões da Assembleia Nacional e da Câmara Corporativa, Op. Cit., 1947, pp. 904(2)-904(3). O texto não deixa de relevar que o antigo conceito de política militar era demasiado restrito por só ser relativo à dimensão militar da defesa nacional. Idem.

membros permanentes os Majores-Generais do Exército e da Armada. De igual modo, o secretariado do CSDN, até então autónomo, passava para a Presidência do Conselho de Ministros, isto é, sobre a supervisão muito mais directa de Salazar. Note-se que o secretariado era a estrutura funcional do CSDN. Por último e contra a visão do relator da Câmara Corporativa, a condução das operações militares ficavam na estrita responsabilidade do comandante-chefe, ou seja, a Espada de Demócles sobre a cabeça dos comandos superiores militares.⁸²⁸ Face à Lei 1905, o reforço das competências do governo é mais claro. Torna-se um actor estratégico, passando a definir, sem um empecilho colectivo, o CSDN, a política de defesa nacional, que deixa de ser estritamente militar, para se alargar a outros campos⁸²⁹ que escapam ao poder militar. Os comandos militares são ainda mais remetidos a uma função estritamente operacional, tendo por cume a total responsabilidade pelo falhanço das operações. Ora, como salientava o relator da Câmara Corporativa, as operações militares podem fracassar por erros das opções políticas ou por falta de meios,⁸³⁰ mas isto escapava à lei. Esta evolução culminaria em 1956 com a Lei 2084 (cf. Supra), reduzindo o papel dos comandos militares a uma função operacional não política, remetidos como seriam para o CSM (Conselho Superior Militar). Ironicamente, como se verá, produziria o efeito oposto ao pretendido.

A Lei 2024 reflectia de alguma maneira as profundas transformações nas concepções estratégicas geradas pela Segunda Guerra Mundial. O alargamento do conceito de Estratégia e a sua assunção à dimensão política era uma expressão da totalização da guerra, que se exprimia igualmente na importância da conflagração ideológica. Outra das dimensões fora

⁸²⁸ Cf. Lei 2024, Ordem do Exército Nº 4, 1ª Série, de 31 de Maio de 1947, pp. 85-89 e Diário, 1947, p. 904(4).

⁸²⁹ Saliente-se que a lei constituía em tempo de guerra um Ministro da Mobilização Nacional e um Conselho Superior de Mobilização Civil. Cf. Lei 2024, Ordem do Exército Nº 4, p. 87.

⁸³⁰ Idem, p. 904(4).

salientada no curto debate da Assembleia Nacional que levou a aprovação da Lei 2024. Era a tendência para a constituição de grupos de Estados em verdadeiras autarcias, para assegurarem a sua defesa.⁸³¹ Ela prefigurava-se na aproximação luso-espanhola e na constituição do Bloco Ibérico, como mais tarde se configuraria na OTAN. Recorde-se contudo que o ano de 1947 veria a assinatura do denominado Tratado de Dunquerque, entre a França e a Grã-Bretanha, ainda com vista a replicar a uma suposta renascida e vindicativa Alemanha.⁸³² A constituição do Pacto do Atlântico limitar-se-ia a confirmar na sua expressão máxima a tendência referida.

A historiografia mais recente tem amiudadamente afirmado que houve da parte de Salazar relutância na adesão de Portugal ao Pacto do Atlântico. Essa relutância adveio de várias causas, nomeadamente, pela prolongada vigência do pacto, pela sua delimitação geográfica ao hemisfério Norte, e pela recusa dos membros fundadores em admitirem a integração da Espanha de Franco.⁸³³ Seja como for, a pressão exercida pelas potências anglo-americanas foi suficiente para Portugal assumir as suas responsabilidades político-estratégicas na OTAN. Esta integração teve um importante impacto no aumento da eficiência geral da força armada portuguesa, mas gerou igualmente numerosas situações conflituais intrínsecas à estrutura das forças Armadas, motivadas por discrepâncias entre os objectivos políticos e os objectivos de força a alcançar e pelas necessidades estratégicas do Pacto do Atlântico contrariarem os objectivos estratégicos específicos do regime, e principalmente do seu Ministro da Guerra, depois Ministro da Defesa e Ministro do Exército simultaneamente.

⁸³¹ Cf. Diário das Sessões da Assembleia Nacional e da Câmara Corporativa, 1947, Sessão nº 110 de 24 de Março de 1947, p. 992.

⁸³² Sobre este tratado Cf. Abel Cabral Couto, “A integração europeia e a defesa nacional”, Análise Social, Nº 118/119, 1992, Lisboa, pp. 874-875.

⁸³³ A propósito da relutância de Salazar a integrar o Pacto do Atlântico, vejam-se por exemplo, Cf. António Telo, 1996, *passim* e Nuno Severiano Teixeira, “Da Neutralidade ao Alinhamento: Portugal na Fundação do Pacto do Atlântico”, Análise Social, Nº 120, 1993, pp. 55-80.

2.7.1.) O Pacto do Atlântico e a (Re)organização das Estruturas de Defesa: Do Ministro da Defesa à Constituição da FAP

Um dos elementos centrais da guerra total era a integração das três “forças” como à época se dizia, dos três Ramos, terra, mar, ar, da força armada.⁸³⁴ Nos países da OTAN, saídos da guerra, a organização da defesa nacional fora concentrada num departamento do governo, normalmente, um ministério da defesa, tendo como titular um ministro responsável. Para efeitos práticos da organização das estruturas da OTAN, os países signatários ficaram de estruturar uma orgânica político-administrativa de defesa similar. Esta obrigou à criação em Portugal de um Ministério da Defesa e à transformação do Ministério da Guerra em Ministério do Exército. Por fim, e para equiparar para efeitos de coordenação ministerial, os Ramos da força armada, foi criado o Subsecretariado da Aeronáutica e fundada a Força Aérea Portuguesa, agregando-se nela as antigas aeronáuticas do Exército e da Armada.

Em 1 de Agosto de 1950, era reestruturada a orgânica do Conselho de Ministros. O Ministro da Defesa Nacional e o Ministro da Presidência eram agregados à Presidência do Conselho de Ministros.⁸³⁵ Não se tratava de facto de Ministérios, mas de Ministros que utilizariam os órgãos da Presidência do Conselho de Ministros para funções de coordenação e direcção. O preço a pagar pela proximidade ao poder reflectia-se na inexistência de estruturas autónomas de governação, ou seja, de Ministérios. Assim, o Ministro da Defesa Nacional tinha como funções, a coordenação dos problemas da defesa nacional e as “altas questões relativas à defesa nacional”, assim como a orientação e a coordenação dos

⁸³⁴ Como já era salientado na discussão na Assembleia Nacional na discussão da Lei 2024, Cf. Diário, Sessão nº 110, p. 992.

⁸³⁵ Cf. Colecção da Legislação Portuguesa, Imprensa Nacional, Lisboa, 1956 (1950), Decreto-Lei 37.909 de 1 de Agosto de 1950, p. 85.

três Ramos das Forças Armadas. Deveria ainda dirigir a preparação da defesa civil e orientar os problemas relativos à mobilização civil.⁸³⁶ A racionalidade das funções do novo Ministro da Defesa Nacional alargava as suas funções a áreas não militares, como a mobilização civil e a preparação da defesa civil, de acordo com a experiência da Segunda Guerra Mundial. Na verdade, estas funções seriam descuradas pelo ministro, mais preocupado, como se verá, com a intervenção do Exército no teatro de operações europeu e pirenaico.

Um dos novos elementos da organização das Forças Armadas era a criação de um Chefe de Estado Maior das Forças Armadas (CEMGFA) com a função de conselheiro técnico do Ministro da Defesa Nacional, que dirigiria o órgão central de Estudo do ministro, o Secretariado-Geral da Defesa Nacional (SGDN), ficando ainda com a competência de inspetor superior da força armada.⁸³⁷ O novo órgão era uma clara dependência do Ministro da Defesa Nacional. Ele procurava afiançar a supremacia do novo ministro sobre a totalidade das Forças Armadas, ao assignar que o supremo comando militar destas era um órgão derivado do Ministro da Defesa Nacional. Na realidade, conservando-se o Exército e a Armada dependentes de Ministérios próprios, o renomeado Ministério do Exército e o Ministério da Marinha, a sua autonomia face ao Ministro da Defesa Nacional e ao Chefe do Estado Maior das Forças Armadas conservar-se-ia, em boa medida porque toda a estrutura orgânica e administrativa que permitia o efectivo funcionamento dessas forças estava dependente e ancorava-se nas estruturas administrativas-burocráticas dos respectivos ministérios.

Ora, não tendo o Ministro da Defesa Nacional e o CEMGFA autonomia administrativa-burocrática, na medida em que viviam na dependência das estruturas da Presidência do Conselho de Ministros, e não

⁸³⁶ Idem.

⁸³⁷ Idem, Ibidem.

tendo por isso, a despeito de teoricamente a pasta da defesa assumir uma posição mais central no Conselho de Ministros, uma superestrutura que efectivamente subordinasse de facto a ela e dela fizesse depender a gerência dos ministérios militares, o seu poder teórico como que se esfiapava das suas mãos. O Exército e a Armada ganhavam assim uma acrescida autonomia face ao poder político e reganhavam espaço de manobra na estrutura governativa, visto que a gerência directa dos seus assuntos retornava a mãos militares (efectivamente, no caso da Armada, isso nunca deixara de acontecer).

Havia contudo um outro novo órgão que se mantinha muito mais directamente na dependência do Ministro da Defesa Nacional. Era o novo Subsecretariado de Estado da Aeronáutica, base da futura constituição da Força Aérea Portuguesa.⁸³⁸ As transformações orgânicas da estrutura da defesa nacional retornaram a opor a Armada ao Exército, reflectindo-se em modelos de defesa nacional distintos e contrapostos. No cerne do debate estava a definição da posição geoestratégica nacional e da importância relativa do Exército e da Armada para a defesa Nacional. O Decreto-Lei 37.909 de 1 de Agosto de 1950 fora o ponto de partida para a reorganização da estrutura orgânica e administrativa da defesa nacional consubstanciada na Lei 2051 de 29 de Fevereiro de 1952.⁸³⁹ Mais interessante que a própria Lei é o debate que ocorre entre a Armada e o Exército a respeito das suas funções específicas e da relativa importância da sua acção para a defesa nacional, tendo como pano de fundo a criação da Força Aérea Portuguesa aglutinando todos os meios aéreos do país. Os debatentes, carregam no seu

⁸³⁸ Idem, Ibidem.

⁸³⁹ Cf. Ordem do Exército Nº 1, 1ª Série, de 29 de Fevereiro de 1952, pp. 1-6. Em boa medida, como salientava o próprio parecer da Câmara Corporativa, a Lei sofria pequenas modificações decorrentes da reestruturação organizacional das estruturas político-administrativas da defesa, nomeadamente com a inclusão do Subsecretário de Estado da Aeronáutica no CSDN. Na verdade, e em termos práticos, a lei é praticamente uma cópia da Lei 2024 de 1947, não contendo virtualmente alterações de fundo à excepção da nova estrutura da Subsecretaria da Aeronáutica e de uma pequena modificação na composição do CSDN.

íntimo, a preocupação de assegurar, que nem o Exército, nem a Armada utilizariam a lei para afirmar a sua primazia militar.⁸⁴⁰

Esta disputa escondia no entanto uma outra questão que escapou a muitos dos debatentes da lei. Na realidade, uma subtil modificação na composição do CSDN praticamente afastava desse órgão mais um dos comandos militares. Com efeito, enquanto a lei 2024 afirmava que desse órgão faziam parte os Majores-Generais do Exército e da Armada,⁸⁴¹ a Lei 2051 limitava a composição militar ao novo cargo de CEMGFA.⁸⁴² Aproveitando o novo cargo, o governo reduzia de dois para um, os mandos militares com direito a presença no órgão consultivo que definia a política global de defesa nacional. É certo, que se conservavam presentes os Ministros do Exército e da Marinha, e adicionalmente, supostamente o novo Subsecretário da Aeronáutica, cargos ocupados então⁸⁴³ por militares, pelo que esta redução parecia que não teria algum impacto político, o que justifica a pouca importância que parece ser dada pelo público militar a essa modificação da composição do CSDN e que o problema central tivesse sido a questão de qual a política do Ministro de Defesa Nacional, se de coordenação, se de concentração.

Assim, a questão posta, poder-se-ia resumir ao modelo de coordenação a criar. Dois modelos são consignados, um que opta pela absoluta integração dos três ramos num corpo militar único, com funções

⁸⁴⁰ De tempos a tempos vinha a público a disputa pela primazia de um dos Ramos na defesa militar do país. Foi o caso do artigo do Comandante R. sobre as despesas militares de 1951, em que este oficial da Armada criticava a falta de recursos financeiros para manter a marinha de guerra em funcionamento, apesar da importância das posições atlânticas e ultramarinas de Portugal. Segundo ele, a marinha pesava pouco no orçamento, conquanto Portugal fosse uma nação mais atlântica que continental. Cf. o autor, “As Despesas Militares de 1951”, Defesa Nacional, Nº 205/206, Maio-Junho de 1951, p. 13.

⁸⁴¹ Cf. Ordem do Exército Nº 4, Lei 2024 de 31 de Maio de 1947, Base II, p. 85.

⁸⁴² Cf. Ordem do Exército Nº 1, Lei 2051 de 29 de Fevereiro de 1952, Base II, p. 1.

⁸⁴³ Esta observação é pertinente, porque de facto, as pastas não dimanavam da hierarquia militar, mas do poder político e eram expressão do poder político, isto é do governo. Em termos futuros, isto significava que as pastas, fosse a situação favorável, poderiam ser entregues a civis, facto quer jamais poderia acontecer com a Majoria-General ou o CEMGFA, postos explicitamente militares, expressão da estrutura hierárquica das Forças Armadas..

específicas. Outro, que pugna por uma estrutura de coordenação, uma superestrutura administrativa orgânica com a função de facilitar a cooperação entre os diversos ramos da força armada.⁸⁴⁴ O relator e o parecer parecem depois optar pelo segundo modelo, com um ministro da defesa, que funcione como um “ministro coordenador” com uma função de supervisão que evite duplicações e assegure um melhor rendimento dos meios.⁸⁴⁵ Nas declarações finais, um dos relatores, Joaquim de Sousa Uva, oficial da Armada, abona esta tese referindo que os países com quem Portugal tem mais afinidade geopolítica, geoestratégica e até geocultural, expressa em tratados de aliança, a Grã-Bretanha, os EUA, o Brasil e até a Espanha, optaram por um modelo de concentração mais leve, de mera coordenação, deixando lata autonomia aos ramos existentes.⁸⁴⁶ Sousa Uva não deixa ainda de criticar a integração de todos os meios militares aéreos no Subsecretariado de Estado da Aeronáutica e na Força Aérea, salientando a especificidade da aviação naval e afirmando que um aviador naval não é um mero piloto, mas um marinheiro que voa.⁸⁴⁷ Estas afirmações são subscritas por outros dois relatores, Joaquim Francisco Fialho e João Tristão Bettencourt.⁸⁴⁸

O debate na Assembleia Nacional centra-se-ia em redor da questão da coordenação/concentração. Foi, como o de 1947, curto,⁸⁴⁹ razão que se prende com o facto de muito provavelmente a lei apontar para a constituição de um organismo meramente coordenador, assegurando lata

⁸⁴⁴ Esta era a questão apresentada pelo relator do parecer da Câmara Corporativa, Cf. Diário das Sessões da Assembleia Nacional e da Câmara Corporativa, Suplemento ao Nº 114, 1951, 17 de Dezembro de 1951, p. 80(5).

⁸⁴⁵ Idem, p. 80(3).

⁸⁴⁶ Idem, Ibidem, p.80(8).

⁸⁴⁷ Idem, Ibidem, p. 80(9).

⁸⁴⁸ Idem, ibidem.

⁸⁴⁹ A nossa afirmação advém do facto de o debate se condensar em poucas páginas dos diários das Sessões, cerca de 5 páginas para o de 1947, pp. 990-994 e cerca de 10 páginas para o de 1951, 90-95 e 105-110. Cf. Diários, 1947 e 1951, pp. referidas. Compare-se estes debates com os que precederam a aprovação das leis 1960 e 1961, mais de 250 páginas de discussão parlamentar.

autonomia aos Ramos do Exército e da Armada, que mantinham-se como ministérios autónomos com assento no Conselho de Ministros. A questão que mais matéria faiscava, era da aglutinação da aeronáutica numa única força aérea. Repetidamente, vários deputados apelaram para a manutenção da aviação naval como arma integrada na Armada derivada da especificidade do meio aonde operava. Vasco Alves e Quelhas de Lima defendem logo na sessão inicial do debate do projecto de lei a autonomia da Armada e a relevância para a estratégia e táctica naval da existência de uma aviação naval, de uma arma aérea específica da Armada. Não deixam de trazer à colação o facto de a *Royal Navy* ter reactivado a sua própria aviação para uso em bases navais e nos navios porta-aviões.⁸⁵⁰

Contra eles apresentou-se o deputado Pinto Barriga, que procurou justificar o sentido da lei pela ideia de que o fundamento do poder naval e terrestre era o aéreo, que os unificava, pelo que era ilógico conservar Ramos autónomos, e se justificava, mas tão só em tempo de guerra, a unificação de todas as forças numa única entidade, um super-ministério. Considerava contudo, que dada a importância do fomento naval e o valor da marinha para o desenvolvimento do país, se justificaria um ministério da marinha, não pela relevância do seu papel militar, mas civil.⁸⁵¹ Escusado seria de dizer que o núcleo hostil à integração dos Ramos da força armada se levantou em peso contra Pinto Barriga.

O debate tornar-se-ia mais acalorado durante a discussão que antecedeu a lei de criação da Força Aérea Portuguesa. O cerne da questão continuaria a ser a questão essencial relativa à existência ou não de uma aviação naval independente e específica integrada na Armada. A Argumentação dicotomizar-se-ia entre a lógica da concentração para

⁸⁵⁰ Veja-se logo na abertura do debate na Assembleia Nacional, a intervenção do deputado Vasco Lopes Alves e Quelhas de Lima, Cf. Diário das Sessões da Assembleia Nacional e da Câmara Corporativa, Nº 115, de 17 de Dezembro de 1951, p. 90-95.

⁸⁵¹ Idem, pp. 105-107.

potenciar os poucos recursos existentes, como defendiam os pugnadores por uma única força aérea, e os que elevavam a sua razão em prol de uma aviação naval, derivado da especificidade da sua missão/função e do espaço onde operava, combinando com a relevância económica e histórica do mar para Portugal.

O Parecer da Câmara Corporativa primava pela moderação extrema e a busca de equilíbrio face às sensibilidades desavindas. Começando por salientar a tardia implementação em Portugal de um organismo unificador do poder aéreo, ao contrário do que por exemplo acontecera na Grã-Bretanha (1917) ou em França (1928), afirmava depois a posição menor do novo Ramo na estrutura do governo, não como ministério, mas como subsecretaria.⁸⁵² A prudência mantinha-se ao avisar desde logo a Assembleia Nacional que a criação da Força Aérea Portuguesa (FAP) não era a mera integração da aviação naval na Aeronáutica do Exército, mas a criação de um verdadeiro terceiro exército (Ramo).⁸⁵³ Justificava depois esta integração com a necessidade de potenciar os poucos meios nacionais existentes, referindo que o conjunto de efectivos das duas forças, aviação naval e aviação do Exército teriam cerca de 1300 homens, dos quais cerca de 130 pilotos.⁸⁵⁴ Avisava-se não obstante a Assembleia Nacional que as forças de cooperação naval ficariam permanentemente atribuídas à Armada para efeitos operacionais, ficando a centralização a funcionar apenas para efeitos administrativos, logísticos e de manutenção. No caso do Exército, as forças aéreas de cooperação só lhe seriam atribuídas em tempo de guerra. À FAP só estariam atribuídas as unidades aéreas com função independente de terra ou de mar.⁸⁵⁵ Era um projecto de uma extrema prudência legislativa, mas ainda não aquecera o debate na Assembleia Nacional e já surgiam

⁸⁵² Idem, *ibidem*, Parecer, N° 131, de 4 de Março de 1952, pp. 399-400.

⁸⁵³ Idem, *Ibidem*, p. 400.

⁸⁵⁴ Idem, *Ibidem*.

⁸⁵⁵ Idem, *Ibidem*.

numerosas declarações de voto de muitos relatores a questionar a racionalidade da integração da aviação naval na nova FAP.

Afonso Queiró questionou desde o início a racionalidade de considerar a subsecretaria como o topo governativo da nova estrutura que lideraria a aviação nacional. Afirmou então que uma subsecretaria dependente do Presidência do Conselho de Ministros, isto é na prática, do Ministro da Defesa Nacional, mais não era que uma força adstrita a este último organismo.⁸⁵⁶ Não o afirmou, mas talvez pensasse igualmente, que Ministro da Defesa significava Santos Costa e Santos Costa, significava a primazia do Exército. Esta preocupação reflectiria num fundo a raiz fundamental da oposição da Armada ao projecto.⁸⁵⁷

Dado o peso e a primazia do Exército na política de defesa (militar), a integração das aeronáuticas numa única força fazia recear o pior, pela possibilidade de a Armada ficar sem meios aéreos, quando toda a teoria naval “moderna” implicava a existência de uma força aeronaval. Muito mais longa é a declaração de Sousa Uva, fortemente hostil ao desaparecimento da aviação naval. Começa por Salientar a importância dos meios aéreos na guerra naval, principalmente na missão primacial da Armada lusa na OTAN, a guerra anti-submarina e sua imensa especificidade, que obriga a um profundo contacto entre os pilotos e os marinheiros e a um conhecimento do meio marítimo, que só um piloto feito na marinha de guerra e em contacto com o mar pode ter. Critica por isso o argumento moral da coesão da força aérea, na medida em que esta tem muitas especialidades distintas, ao mesmo tempo que se nega à Armada o mesmo princípio, visto que as forças sendo marítimas, já não era meramente navais, mas aero-navais. Apela por fim para a coordenação dos

⁸⁵⁶ Idem, *Ibidem*, p. 409.

⁸⁵⁷ Muitos anos depois, um autor de uma história da aviação naval afirmava que Santos Costa no final da década de 40 tudo fizera para mirrar ao ínfimo a aeronáutica naval como forma para justificar e legitimar a sua inserção numa única força aérea. Cf. Viriato Tadeu, *Op. Cit.*, p. 372.

meios, negando a sua integração.⁸⁵⁸ José Fialho segue Sousa Uva na opinião que a integração da aviação naval na FAP enfraqueceria irremediavelmente a coesão da Armada, uma força já não meramente naval, mas derivada da moderna evolução da guerra, aeronaval, essencial na garantia das comunicações globais, esteio da defesa do ocidente.⁸⁵⁹

Contra as numerosas vozes que acusavam a criação da FAP de destroçar a coesão da Armada e de inferiorizar as capacidades desta, só se levantou um relator, o principal. Humberto Delgado, usando de sarcasmo e ironia, começava por afirmar não entender porque é que as forças de cooperação aérea para o Exército e para a Armada eram atribuídas de modo diverso, e a segunda era beneficiada em detrimento do primeiro.⁸⁶⁰ No fundo, acusava os pretendidos ofendidos de estarem a receber de forma indirecta um benefício, visto continuarem na prática a assegurar o controlo de uma força aérea privativa. Por fim, afirmava com sarcasmo, que não entendia como é que num país de poucos recursos onde a Armada não tinha navios com tonelagem suficiente para no seu conjunto equivalerem a um couraçado, pretendia deter uma aviação privativa, quando as forças aéreas britânicas usadas nos Açores durante a Segunda Guerra Mundial e o *Coastal Command* pertenciam à RAF e não se dizia que tinham sido ineficientes na guerra anti-submarina.⁸⁶¹ Note-se que Humberto Delgado assertivera-se da posição do *Coastal Command* na RAF em Fevereiro de 1952, tendo para isso pedido em carta ao *Wing Commander* N. E. Morrison referência ao estatuto actual do comando costeiro inglês. A resposta

⁸⁵⁸ Cf. Diário das Sessões da Assembleia Nacional e da Câmara Corporativa, Lisboa, 1951-1952, Nº 131 de 4 de Março de 1952, pp. 410-413.

⁸⁵⁹ Idem, Ibidem, pp. 414-416.

⁸⁶⁰ Idem, Ibidem, p. 416.

⁸⁶¹ Idem, Ibidem, p. 417.

confirmara a sua pertença à RAF, havendo contudo ligações com os comandos navais.⁸⁶²

A abrir o debate na Assembleia Nacional, Quelhas de Lima começou por fazer a apologia da importância da aviação naval, apoiando-se na importância histórica, económica e existencial do mar para Portugal. Dever-se-ia obedecer às constantes geoeconómicas e geopolíticas que “os nossos maiores nos legaram”, tendo por isso o poder aeronaval de se harmonizar com o poder naval, leia-se a Armada. Lembrava os limites geográficos da OTAN, e a importância das “nossas províncias ultramarinas”, salientando a relevância das comunicações interoceânicas, ou seja, o poder aero-naval era uma nova expressão do antigo poder naval português. Não deixava de questionar a eficácia da cooperação da aviação independente com a Armada.⁸⁶³ Saliente-se que numa sessão anterior, aquando do debate sobre a Lei 2051, Lopes Alves trouxera à discussão o exemplo nefasto da *kriegsmarine* não dispor de aviação (naval) própria, facto que sucedendo o contrário, poderia ter modificado o resultado da guerra.⁸⁶⁴ Agora o mesmo Lopes Alves citava Churchill em prol da existência da aviação naval, quando aquele afirmava que o Comando Costeiro devia ser parte do Almirantado e a aviação naval parte integrante da frota.⁸⁶⁵ Botelho Moniz dava exemplos caricatos da ineficiência de uma aviação independente pouco conectada com o mar, o caso da *Regia Aeronautica* que “viu” passar pelo Canal da Sicília um comboio naval britânico ou das dificuldades da aviação alemã na cooperação com a sua marinha de guerra na campanha da Noruega.⁸⁶⁶ E contra-argumenta aos que pregam pela força aérea única que a concentração nem sempre é útil,

⁸⁶² Cf. ANTT/HD/AMD/Caixa 01, Pasta 10, Nº8 e Nº9, telegramas de Humberto Delgado a N.E. Morrison e de N. E. Morrison a Humberto Delgado datados de 27 de Fevereiro de 1952.

⁸⁶³ Cf. Diários das Sessões da Assembleia Nacional e de Câmara Corporativa, Lisboa, 1951-1952, Sessão nº 137 de 15 de Março de 1952, pp. 529-533.

⁸⁶⁴ Idem, Ibidem, Sessão nº 115 de 17 de Dezembro de 1951, pp. 91-92.

⁸⁶⁵ Idem, Ibidem, Sessão nº 138 de 16 de Março de 1952, p. 544.

⁸⁶⁶ Idem, Ibidem, Sessão nº 139 de 17 de Março de 1952, pp. 567-568.

aludindo ao facto com uma imagem sugestiva, dizendo que não se pode enxertar uma fábrica onde esta não cabe.⁸⁶⁷

Do lado oposto, Sousa Rosal parece funcionar como porta-voz das ideias do governo, pregando e pugnando pela concentração. Salienta que o país é pequeno e de poucos recursos, sendo de máxima utilidade concentrar o comando e os recursos para um melhor aproveitamento das disponibilidades existentes.⁸⁶⁸ Em seu apoio surge Ricardo Durão que apela a uma instrução geral eclética que resolvesse o problema da cooperação naval.⁸⁶⁹ O governo não era totalmente imune a esta pressão, e o próprio parecer realçava que os meios afectos à cooperação, quer com o Exército, quer com a Armada manter-se-iam subordinados respectivamente a cada um dos Ramos para efeitos operacionais. O objectivo era concentrar para potenciar os recursos de manutenção, logísticos e de aquisição de material tendo em conta as limitadas disponibilidades materiais, económicas e financeiras de Portugal.⁸⁷⁰ Assim, a Força Aérea seria um corpo administrativo que para efeitos operacionais seria subordinada a cada um dos Ramos com quem cooperaria, em terra ou no mar, ou directamente ao Ministério da Defesa quando se tratasse da defesa aérea do território português. Esta ideia repisada, tinha na prática como objectivo o de amaciar as resistências à unificação da arma aérea num único Ramo militar.

Esta resistência era particularmente forte nos meios navais⁸⁷¹ e a razão porque assim sucedia pode ser compreendida por estranho que pareça na intervenção que Pinto Barriga efectuou na Assembleia Nacional por ocasião da sua defesa da integração dos Ramos da força militar numa

⁸⁶⁷ Idem, Ibidem, p. 572.

⁸⁶⁸ Idem, Ibidem, Sessão nº 139 de 15 de Março de 1952, p. 535.

⁸⁶⁹ Idem, Ibidem, Sessão nº 138 de 17 de Março de 1952, p. 545.

⁸⁷⁰ Idem, Ibidem, Sessão nº 137 de 15 de Março de 1952, p. 526.

⁸⁷¹ Na Assembleia Nacional, a maioria dos deputados que levantaram a voz contra a ideia de uma integração dos Ramos e contra uma única força aérea eram ou tinham sido oficiais da Armada, nomeadamente Quelhas de Lima (Comandante), Lopes Alves (Comandante), Sousa Uva (Comandante) e João Francisco Fialho (Capitão de Mar-e-Guerra), entre outros. Os postos são sempre referidos aquando das suas intervenções nos debates na Assembleia Nacional.

entidade única. Dizia então ele, que “estava convencido de que a nossa marinha terá fatalmente de ser bastante reforçada para bem servir os interesses da comunidade ocidental”, e depois perguntava, “com que meios? (...). Iremos muito além de escoltas e draga-minas?”⁸⁷² Este era o cerne da questão e o problema central de tão profunda desconfiança. O receio da Armada que uma maior integração ou coordenação a subjugasse a uma política militar terrestre e à subserviência face ao Exército, com a mitigação e menorização dos meios que a equipariam. Este problema residia por seu turno na definição de qual a política naval ou militar que mais convinha ao país, e esta dependia dos objectivos políticos internos e externos do governo. Ora em 1952, Portugal fazia parte integrante da OTAN. O pacto do Atlântico teria um ingente impacto na transformação da força armada, mas esta transformação far-se-ia em boa medida contra a política militar e naval do Ministro da Defesa.

A Força Aérea Portuguesa nasceu assim lentamente nos anos 50, apesar da sua história oficial afirmar como acto fundador a Lei 2.055 de 1 de Julho de 1952. Desde logo, e por comparação com os outros Ramos, não é ministerialmente representada. A sua cúpula é um Subsecretário de Estado da Aeronáutica na imediata dependência e sob responsabilidade directa do Ministro da Defesa Nacional. Ademais, o Subsecretariado de Estado funcionaria na Presidência do Conselho de Ministros.⁸⁷³ Isto, na prática significava que a aeronáutica estava em inferioridade administrativa face aos outros Ramos da força militar, a Armada e o Exército.

Na realidade, era a única força a estar efectivamente na dependência do Ministro da Defesa Nacional e das estruturas directas do poder político, com uma autonomia muito mais restringida. Além disso, as suas forças não estavam completamente integradas na sua estrutura orgânica, na medida em

⁸⁷² Idem, Ibidem, Sessão nº 116 de 21 de Dezembro de 1951, p. 107.

⁸⁷³ Cf. Colecção da Legislação Portuguesa, Lisboa, 1956(1950), Lei 2055 de 27 de Maio de 1952, p. 519, Veja-se também o Decreto-Lei 38.805 de 28 de Junho de 1952, em Idem, p. 609.

que os elementos da aviação de cooperação naval, para efeitos práticos estavam atribuídos à Armada e ao Ministério da Marinha. Segundo a Lei 2.055, as forças aéreas de cooperação com a Armada ficavam à disposição do Ministério da Marinha para efeitos de emprego em tempo de guerra e para efeitos de instrução em tempo de paz. Era salientada a importância da cooperação aeronaval na defesa das comunicações marítimas.⁸⁷⁴ Mesmo face ao Exército, a Força Aérea não ficava totalmente autonomizada, na medida em que à excepção das Oficinas Gerais de Material Aeronáutica (OGMA) e do Depósito Geral de Material Aeronáutica (DGMA), todos os outros depósitos de material de guerra ficariam subordinados ao Exército.⁸⁷⁵

O nascimento da Força Aérea Portuguesa seria assim bem mais teórico que prático. De facto, o primeiro Subsecretário de Estado da Aeronáutica só seria nomeado em 1955 (tratava-se de Kaúlza de Arriaga).⁸⁷⁶ E só em 1958 é que os pilotos da aviação naval foram finalmente obrigados a escolher entre o Ramo aéreo ou o Ramo naval (de facto, até 1 de Julho de 1958, a aviação naval um manteve quadro orgânico próprio).⁸⁷⁷ Esse facto, não impediu contudo que nos anos 50 a Força Aérea desse um salto qualitativo⁸⁷⁸ com a introdução dos primeiros aviões a Jacto. Após o recebimento em Janeiro de 1952 de um lote de experimentados combatentes da Segunda Guerra Mundial, 50 F47D Thunderbolt, os jactos

⁸⁷⁴ Cf. Colecção da Legislação Portuguesa, 1956(1950), Lei 2055, pp. 520-521.

⁸⁷⁵ Idem, Decreto-Lei 38.805, p. 611.

⁸⁷⁶ Cf. Edgar Pereira da Costa Cardoso, História da Força Aérea Portuguesa, Lisboa, 1984, 3º Vol., p. 190.

⁸⁷⁷ Idem, p. 184.

⁸⁷⁸ Segundo o General Jesus Bispo a FAP nos anos 50 estava do ponto de vista tecnológico ao nível da maioria dos estados europeus. Cf. O autor, “A NATO e a Força Aérea Portuguesa”, Nação e Defesa, Nº 89, Primavera de 1999, p. 129. O autor reconhece contudo uma debilidade. Os reduzidos contactos das estruturas e membros da FAP com as suas congéneres da OTAN. Idem, p. 130-131.

chegariam no final desse ano, dois DH 115 De Havilland Vampire, aos quais se juntariam em 1953 os F84 J Thunderjet.⁸⁷⁹

2.7.2.) A OTAN e a Transformação do Exército (1951-1958)

Como já foi referido e tem sido reconhecido por muitos historiadores, Salazar demonstrou-se relutante na integração de Portugal no Pacto do Atlântico. A despeito desta perspectiva política, a evolução da política de defesa já se exprimia por um conjunto de ideias que valorizavam a integração de Portugal numa aliança anti-comunista desde o fim da Segunda Guerra Mundial. Esta evolução derivava da concepção de defesa avançada do país nos Pirenéus propalada, quer por Salazar, quer pelo então ainda Ministro da Guerra Santos Costa, produto em última análise da formação do Bloco Ibérico em meados da Segunda Guerra Mundial. Acresce a isso, a presença de forças da Grã-Bretanha e dos EUA nos Açores desde 1943⁸⁸⁰ e a utilização por eles de bases aéreas nessas ilhas (Lages e Santa Maria). Neste sentido, pode-se dizer que a racionalidade de uma integração da defesa militar de Portugal num sistema internacional mais abrangente é anterior à formação do Pacto do Atlântico. Mas por assim ser, esse racionalidade anterior vai conflitar com aquela que a Aliança Atlântica exigia agora, ou melhor, a relação meios/disponibilidades-objectivos (de força) era profundamente discrepante criando enormes dificuldades na consecução de todos os projectos em carteira, e gerando imensas tensões na gestão do processo de constituição de uma força militar operacional.

⁸⁷⁹ Cf. Mário Cannongia Lopes, *Op. Cit.*, pp. 153-157.

⁸⁸⁰ Encapotadamente inicialmente visto a presença de forças aliadas na base das Lages ter sido autorizada tão só aos britânicos, mas na prática, observa António Telo, o seu utilização em 90% dos casos, ser efectuada por forças dos EUA. Só com o acordo de 1944 sobre Santa Maria, passaram os EUA a dispor de uma autorização para utilizar as facilidades nos Açores. Sobre este assunto, Cf. António Telo, 1993.

2.7.2.1.) Os Projectos de Santos Costa: O Sonho de um Grande Exército

O projecto de defesa avançada nos Pirenéus correlacionava-se com uma visão global da guerra e da organização militar que os coevos denominavam de guerra total ou totalitária e que impunha a total mobilização de todos os recursos nacionais. Esta modalidade de mobilização, já se observou (Infra, I parte), teve em Portugal um eixo central na mobilização da massa humana, dos recursos humanos, os que estavam mais à mão e mais fáceis eram de reunir e constituir numa força bélica. Ora, já se notou igualmente (Infra, cap. 2.6.1.) que no final dos anos 40, Santos Costa tinha progressivamente aumentado o número de efectivos e divisões a mobilizar. Das três consideradas disponíveis pelos britânicos em 1943, tinha-se saltado para cinco aquando do Plano 45 e pensava-se na mobilização de dez em 1948. Esta sucessiva mobilização de efectivos era concomitante com a definição de uma nova missão que a defesa nacional exigia ao Exército, a da constituição de uma força militar, de um corpo de exército que cooperasse com os espanhóis na defesa do reduto ibérico, da linha dos Pirenéus.

Em Janeiro de 1951, um documento intitulado o Esforço Militar Português caracterizava o esforço efectuado pelo Exército português desde a reforma de 1937 e antevia os objectivos futuros. O texto considerava que havia armamento ligeiro para 10 divisões, artilharia ligeira e pesada também para 10 divisões, material de engenharia para 5 divisões, material de transmissões para 3 divisões, material de artilharia anti-carro para 5 divisões, mas de modelo antiquado,⁸⁸¹ e material blindado apenas suficiente

⁸⁸¹ Tratar-se-iam de canhões de seis libras, 5,7 cm, britânicos, datados da Segunda Guerra Mundial. Era uma peça que já no fim da guerra estava obsoleta. Por exemplo, era

para 1 divisão. Referia ainda o documento que derivado da falta de oficiais milicianos e do quadro e de sargentos era inviável a mobilização dos 300.000 homens já disponíveis, pretendo-se no entanto alcançar o efectivo de 10 divisões de infantaria e uma divisão blindada.⁸⁸²

Em Fevereiro de 1951, o EME referia precisamente ter como objectivo a mobilização de dez divisões. Para isso, considerava como fundamental incorporar 31.000 homens nas fileiras para o ano de 1951, com vista a assegurar as necessidades das seguintes unidades: cinco divisões de infantaria, uma divisão mecânica, quartéis-generais de corpo de exército e do estado-maior do Exército, artilharia anti-aérea e artilharia de costa. Verificava contudo que existia uma deficiência no número de oficiais milicianos. Havia 6.700 no efectivo, precisando-se de mais 5.200 homens.⁸⁸³ Estamos perante um projecto ponderado pelos comandos políticos e pelos mandos superiores do Exército, crentes naquilo que

completamente inútil face à blindagem dos carros de combate alemães Tiger e Panther (e como tal, igualmente dos carros soviéticos T34/85, JS II e JS III). Haveria cerca de 400 armas desse tipo em 1950. Cf. AHM, Índice Provisório, Classificador Geral, F 1 C – Secção de Confidenciais, Núcleo 39, Caixa 25, Mapa de existências, material encomendado e entregue até 31 de Janeiro de 1946. Indica a existência de 400 peças de 5,7 Cm.

⁸⁸² Este documento é citado em Cf. Ernesto A. L. Ferreira de Macedo, Subsídios para o Estudo do Esforço Militar Português na Década de 50, os compromissos com a OTAN, Lisboa, 1988, 1º Vol., pp. 24-26. As dificuldades que a investigação histórica ainda encontra nos Arquivos Militares para estudar este período, derivado de uma imensidade de documentação estar ainda por arquivar, como se pode denotar pelo material que o próprio autor usa em determinadas ocasiões e lhe foi gentilmente facultado pelo AHM, mas não foi ainda oficialmente arquivado, faz com que seja muito difícil de descortinar a documentação relevante da não relevante e torna temporalmente dispendioso e incomportável uma investigação sistemática e em profundidade ao material arquivístico, muito dele ainda não catalogado ou arrumado. O autor da obra referenciada na nota teve acesso a alguma documentação relevante em arquivos nacionais, mas não cita a sua origem de forma precisa limitando-se no final a referir os arquivos onde consultara as fontes, talvez porque como acontece com esta dissertação, tenha tido acesso a material não arquivado oficialmente. Como a documentação citada é relevante e de valiosa utilidade, optámos, também para não duplicar esforços inúteis, face às dificuldades encontradas, e em a utilizar essa obra como se se tratasse de fontes arquivísticas publicadas. Assim, ao longo do texto, citações numerosas serão feitas a esta obra. Na medida em que uma tese, ou uma obra histórica, não é apenas uma mera citação de fontes originais, mas uma interpretação fundamentada destas e doutras, não nos parece que tal método possa ser desconsiderado. De qualquer maneira, as citações da dita obra serão dentro do possível complementadas por material arquivístico recolhido no ANTT/AOS e no AHM.

⁸⁸³ Cf. AHM, Índice Provisório, Classificador-Geral, F 1ª C, Núcleo 124, Caixa 254, informação do EME, 3ª Direcção Geral, 3ª Repartição datada de 17 de Fevereiro de 1951.

apresentam e nas possibilidades que defendem. Conservavam ainda como objectivo definitivo a criação de um exército de 10 divisões tal como tinha sido proposto por Santos Costa ao EME em 1948, tendo como projecto intermédio a constituição de 6 divisões, incluindo uma mecânica. Não deixa não obstante de ser interessante relevar que o EME mitigava um tanto ou quanto o projecto global, representado pelo plano de forças emanado dos órgãos superiores político-militares, ao reduzir para seis divisões o ideal do documento de Janeiro de 1951.

A razão que levava Portugal a empenhar-se na defesa dos Pirenéus era apresentada de forma evidente pelo Ministro da Exército em Maio de 1951. Ele considerava dois tipos de ameaças, uma restringida à destruição e às dificuldades materiais que a uma guerra poderia trazer, era a ameaça às comunicações transoceânicas e a possibilidade de destruição acrescida trazidas pela guerra aérea. Esta ameaças podiam arruinar ou debilitar economicamente o país, mas não punham em causa a sua independência, o seu desaparecimento. Pelo contrário, havia outro tipo de ameaça, consubstanciada na invasão, perigo oriundo de uma manobra militar terrestre que questionava a própria existência da nação. Era esta ameaça, a de invasão que justificava a centração da política de defesa militar, a concentração do esforço da força militar na defesa da linha dos Pirenéus.⁸⁸⁴ Os autores reconheciam que outras ameaças podiam surgir no caso de um conflito entre a URSS e os membros do Pacto do Atlântico, nomeadamente, os bombardeamento aéreos, ou a acção de forças aerotransportados, de grupos de sabotagem e de quintas colunas. Desconsideravam-nos no entanto como ameaças à existência da nação. Os bombardeamentos aéreos não afectavam muito directamente as forças terrestres. As acções de

⁸⁸⁴ Cf. AOS/CO/GR-10, Pasta 15, Documento intitulado Memória Sobre os Princípios Fundamentais do Emprego de Forças Terrestres do Exército Português na Previsão de Guerra na Europa, a curto prazo, Para Servir de Base aos Trabalhos do Estado Maior do Exército, assinado pelo Ministro do Exército, datado de 31 de Maio de 1951, ff. 541-542, pp. 4-5 do referido documento.

sabotagem e as quintas colunas, por seu turno, não afectavam directamente as grandes unidades do exército, se bem que pudessem exigir a mobilização de grupos ligeiros de reacção móvel. Mesmo a ameaça aerotransportada deveria ser desconsiderada, derivado de as bases aéreas do inimigo estarem muito afastadas do território continental português e a aviação de caça soviética não estar em condições de proteger os aviões de transporte.⁸⁸⁵

As grandes ameaças não advinham daí. Esta denominava-se Exército Vermelho,⁸⁸⁶ e ameaçava directamente através de uma invasão terrestre o território de Portugal continental. Calculava-se que as primeiras forças da avalanche soviética estivessem nos Pirenéus na sexta semana subsequentemente ao desencadear da ofensiva terrestre e por isso, as primeiras forças portuguesas teriam de estar prontadas nessa linha na sexta semana, para apoiar a defesa ocidental. Os Pirenéus era uma das linhas fundamentais de defesa ocidental, protegendo um dos bastiões da defesa da Europa ocidental. O texto considerando o posicionamento das forças lusas, além dos Pirenéus, aquém dos Pirenéus e nos Pirenéus, optava pela última, na medida em que a primeira não garantia a eficaz defesa da Europa face à superioridade de meios do inimigo e a segunda era, face ao desfasamento de potencial militar entre a defesa e o ataque, e dadas as condições geográficos-topográficas, extremamente frágil.⁸⁸⁷ Isto significava que a racionalidade da defesa portuguesa se centrava no perigo de uma

⁸⁸⁵ Idem, ff. 543-545, pp. 6-8.

⁸⁸⁶ Em 1952, José Esteves Pereira considerava que a URSS dispunha de 500 divisões, 125 capazes de intervir desde a primeira hora. Cf. José Esteves Pereira, 1952, pp. 483. Os cálculos de Esteves Pereira são sintomáticos da lógica clássica de raciocínio dos militares portugueses. Dividiu a população da URSS e dos seus Satélites pelo número de homens que podiam mobilizar e calculou o número de mobilizados vezes o número de efectivos divisionais, dando o número de divisões. É certo que no fim descontou alguns pontos derivado das limitações de produção industrial da URSS e dos seus satélites, mas mesmo assim, a quebra dava 500 divisões (755 no máximo). Idem, p. 482-483.

⁸⁸⁷ AOS/CO/GR-10, Pasta 15, *Op. Cit.*, ff. 549 e seguintes. Lembre-se a tese já apresentada de Santos Costa sobre a defesa dos Pirenéus e da Península Ibérica. Cf. *Infra*.

ameaça puramente epirocrática, e por conseguinte, dava primazia a defesa terrestre e à força terrestre.

Quando em 1950 se começa a questionar na liderança da OTAN e nos EUA quais os recursos que os diversos membros, incluindo Portugal, podem fornecer para a defesa da Europa ocidental, a resposta do governo de Lisboa, reflecte todo o projecto de defesa então em consecução. Ela também reflecte aquilo que a liderança portuguesa considerava já ter alcançado e aquilo que pretendia salientar, ou seja, apresenta à OTAN e aos norte-americanos a visão que os documentos de início de 1951 acabaram por referir. Assim, afirmava Salazar, que o esforço consequente e difícil de doze anos permitira a Portugal dispor já de quadros para equipar em pessoal sete divisões, armas ligeiras e artilharia para dez divisões.

Faltavam não obstante, material automóvel e de transmissões, blindados e tractores, munições e meios de vigilância aérea e naval, radares e artilharia anti-aérea e anti-carro. Salazar dizia que contudo se pretendia formar dez divisões normais mais uma blindada. Salientava por fim que o dispêndio com a defesa representava 30% do orçamento do Estado, 16% gasto no Exército, 8% na Armada e 6% nas forças policiais e militarizadas. Reconhecia por fim o Presidente do Conselho que sem o auxílio dos aliados, seria difícil fazer crescer o orçamento dedicado à defesa e a capacidade da indústria de defesa nacional.⁸⁸⁸ Note-se que as maiores faltas são representadas pelo material mais sofisticado e complexo, veículos automóveis e veículos blindados, material de transmissões e de comunicações/vigilância/detecção electrónica, aquele que efectivamente permitia combater numa guerra convencional moderna.

⁸⁸⁸ Cf. AOS/CO/NE 17 – 1, Pasta 11, Carta enviada ao Embaixador dos EUA respondendo a uma questão posta pelo Presidente dos EUA sobre quais os recursos que Portugal poderia fornecer ao Pacto do Atlântico, assinada por Salazar e datada de 19 de Agosto de 1950, ff. 612-623.

A carta, que reflecte não só a opinião de Salazar, mas a visão que o Estado Maior do Exército e Santos Costa tinham das capacidades da força militar portuguesa expressa uma profunda incompreensão do que significava a guerra moderna tecnológico-económica. O definição da quantidade de força bélica medida por padrões quantitativos assente nos efectivos mobilizados ou a mobilizar, não nos meios tecnológicos existentes e na capacidade produtiva tecnológica-industrial. De facto, aquilo que caracteriza a guerra tecnológica industrial, são a quantidade e a qualidade dos meios (materiais), não dos efectivos disponíveis. É certo, que em determinadas circunstâncias, um hyper-excesso de massa humana combinada com o espaço pode compensar e desgastar uma força tecnológica, tanto mais se esta for algo limitada em quantidade. Foi o caso da situação alemã no termo de 1941 na Frente Leste, ou o caso dos chineses na Guerra da Coreia.⁸⁸⁹

Este não era o caso de Portugal, visto a sua população ser reduzida, por muito mobilizada que fosse, e a sua dimensão espacial ser ínfima, como era aliás relevado por toda a teoria estratégica nacional. Neste sentido, aquilo que faltava, os meios tecnológicos e mecânicos, era o

⁸⁸⁹ Em 1941 os soviéticos sofreram uma hecatombe militar colossal, em boa medida, derivado da habilidade do exército mecânico germânico em desorganizar, isolar e desintegrar as forças militares do inimigo. Mas a dimensão colossal do espaço russo e a sua ingente demografia, permitiu-lhes compensar as perdas, facto que não aconteceu no lado do adversário, derivado dos limitados recursos tecno-mecânicos-electrónicos alemães, cerca de 21 divisões em 1941, mas com menos blindados por divisão que em 1940. O General Halder do OKH reconheceria mais tarde que esperando confrontar cerca de 180 divisões, em fins de 1941 já conheciam cerca de 360 divisões soviéticas. Ora, os meios mecânicos-tecnológicos alemães tinham-se desgastado e esvaído durante o verão, derivado da fricção provocada pelos combates e pelo avanço em território difícil, seco e poeirento no Verão e muito lamacento no Outono, pelo que no início do inverno, essa força mecanizada estava reduzido ao mínimo, completamente incapaz de compensar o renovado Exército Vermelho. Situação similar aconteceu na Coreia, visto que os EUA e seus aliados efectuavam uma campanha com meios limitados num terreno difícil, porque montanhoso, a que o inverno prestou ainda maior dificuldade, pelo que quando as forças chinesas frescas e numerosas atacaram, puderam fazer valer o seu número, derivado das limitadas disponibilidades de meios pesados tecnológicos e mecânicos em acção para mais com eficácia mitigada pelas condições climáticas e topográficas. Apesar da superioridade tecnológica e mecânica dos norte-americanos, a colossal superioridade demográfica chinesa permitiu-lhes compensar aquela vantagem durante o inverno que lhes era estrategicamente favorável.

essencial. A racionalidade demonstrada pelo texto expressava o facto de os mandos militares portugueses não terem ainda de todo apreendido o impacto que a revolução tecnológico-económico-estratégica tinha produzido. Seria o encontro com os parceiros da Aliança Atlântica que demonstraria quanto era necessário para pôr em condições operacionais uma força militar e que não bastava contar os efectivos e as armas. Isto também significa que inicialmente, o projecto santoscostista não era considerado como inviável pelos comandos superiores militares e que seria precisamente o contacto com os padrões de qualidade militar terrestre da OTAN e dos EUA que geraria o confronto entre as estruturas militares do Exército e a perspectiva do Ministro da Defesa Nacional.

Em Setembro de 1951, Portugal participa na Conferência de Ottawa, que definiu as responsabilidades e os contributos, que no prazo de dois anos, cada país membro da aliança, deveria fornecer para a defesa do ocidente. Uns meses antes, em Maio de 1951, um documento, assinado por Santos Costa, assignava as responsabilidades portuguesas para com a OTAN e o esforço militar a fazer, tendo em conta uma rápida mobilização, em 2 divisões de campanha, 3 divisões territoriais, 6 batalhões de infantaria, 40 batalhões de AA pesada e 40 batalhões de AA ligeira, às quais se agregariam 9 esquadrilhas de caça nocturna (225 aviões), 5 esquadrilhas de caça diurna (90 aviões) e 2 esquadrilhas Anti-submarinas (24 aparelhos). Santos Costa afirmava que sendo fornecidos os blindados pedidos, as forças de campanha estariam operacionais em 1952, estando aprontadas mais 3 divisões em 1954.⁸⁹⁰ Na prática, e considerando que Santos Costa manteria as 3 divisões territoriais, significava que Portugal deveria mobilizar pelo menos 8 divisões em 1954.

⁸⁹⁰ Cf. ANTT/AOS/CO/PC 44, Pasta 43, f. 41, ponto IV do documento, p. 10. Documento dactilografado intitulado Esforço Militar de Portugal.

Na Conferência de Ottawa, Portugal pôs à disposição da OTAN duas divisões de campanha. Assegura ainda a existência de três divisões territoriais e de outras forças de protecção e defesa local e de defesa anti-aérea. No total eram consignadas cerca de 68 baterias de defesa anti-aérea no continente e de 16 baterias anti-aéreas nos Açores. A primeira das divisões de campanha deveria estar aprontada no verão de 1954. Pretendia-se além disso pôr em pé operacional cerca de 315 aviões de combate, 18 esquadrilhas de combate para a defesa do espaço aéreo metropolitano e dos Açores. Não deixa de ser sintomático do pensamento anteriormente referido que a última parte do texto seja dedicado ao potencial humano e que as contabilizações aí efectuados sejam simples e não tenham em conta toda a complexa dinâmica de instrução, preparação e manutenção que exige o pessoal de um exército tecnológico-mecânico. Assim afirmava o documento, tendo-se anualmente instruído 30.000 a 35.000 homens, as 25 classes já instruídas dão um potencial efectivo mobilizável de 600.000 efectivos, exigindo-se no entanto a revisão da instrução para os indivíduos com mais de 30 anos, só se podendo contar com estes operacionalmente uns três meses depois de chamados às fileiras. É certo, reconhece o texto, que dada a fraca instrução da população portuguesa, faltam quadros para o comando, pelo que consideradas as disponibilidades, se queda pelos 300.000 homens a força a mobilizar efectivamente.⁸⁹¹

Ou seja, apesar de se ter diminuído o número de divisões a alcançar na organização das forças, a tradicional lógica demográfica presidiu à constituição do modelo de mobilização. As unidades a constituir são consignadas a uma simples equação. A quantidade de efectivos mobilizáveis pelo número de divisões possíveis, procurando-se em seguida completar o equipamento das unidades pretendidas com o apoio da aliança.

⁸⁹¹ Cf. AOS/CO/NE 17, pasta 2, Documento denominado, Esforço de Defesa, Relatório, Apresentado à Conferência de Ottawa, datado de 7 de Setembro de 1951 e assinado por Santos Costa, ff. 3-21.

É esta racionalidade que explica que Portugal apresente à OTAN um plano onde se considerava possível dispor de 10 divisões três meses após o início da conflagração Este-Oeste.⁸⁹² A carta enviada por Salazar ao Presidente dos EUA e o plano de projecção de forças apresentado na Conferência de Otawa, não eram um reflexo do momento, uma resposta fenoménica face ao exterior, mas eram uma expressão de um projecto prosseguido há muito.

A força referida para o primeiro plano bianual da OTAN aproximava-se por conseguinte da apresentada pelo EME em 1951. Portugal teria então de fornecer pelo menos uma divisão mecanizada completa até 1954,⁸⁹³ à qual se juntariam forças ligeiras de segurança e defesa territorial e as três divisões assignadas ao corpo do exército a enviar para os Pirenéus. As duas divisões a fornecer à OTAN, formariam um corpo de exército que seria adstrito ao exército dos EUA estacionado no Sul de França.⁸⁹⁴ O comando político superior, ou seja, Santos Costa, admitia a existência de dois compromissos relativos à utilização da força

⁸⁹² Costa Gomes refere precisamente que as promessas de Santos Costa de armar 10 divisões para fornecer à OTAN partiam de uma equação simples, que era o do número de classes passíveis de mobilização *versus* a quantidade de material necessário, mas contraria essa afirmação dizendo que nem uma divisão podíamos fornecer, porque uma divisão não deriva só do número de homens que se têm, mas dos especialistas que são necessários para pôr em funcionamento essa força militar. Cf. Maria Manuela Cruzeiro, *Op. Cit.*, pp. 45-46.

⁸⁹³ De facto, objectivamente visava-se a criação de um corpo de exército a 2 divisões, mais elementos não endivisionados. Santos Costa procuraria aumentar sempre a participação militar terrestre portuguesa.

⁸⁹⁴ Cf. Ernesto A. L. Ferreira Macedo, *Op. Cit.*, 1º Vol., pp. 27 e 39. A Integração das forças portuguesas no 7º Exército dos EUA com base no Sul de França teria sido acordada entre Santos Costa e o marechal Montgomery em 1952, por ocasião da sua visita a Portugal. Cf. ANTT/AOS/CO/PC – 78M, Pasta 1, ff. 30-48, Documento intitulado Sumário da Conversa entre o Marechal Montgomery e o Ministro da Defesa Nacional com data de 26 de Abril de 1952. Sobre os dois compromissos militares terrestres de Portugal e o prisma do Ministro da Defesa Nacional, também Cf. ANTT/AOS/CO/PC- 78M, Pasta 1, Nº 1, Memorando sobre a Conferência de 12 de Fevereiro (1952) entre o Ministro da Defesa Português, o Standing Group, o SHAPE e o SACLANT, com data de 15 de Fevereiro de 1952. Neste texto, o Ministro da Defesa Português deixa bem claro aos representantes da OTAN a existência de dois compromissos, o da colaboração na defesa do ocidente europeu e o da defesa de um sector da linha dos Pirenéus em colaboração com a Espanha. O ministro salientava que em caso de resultado desfavorável para a OTAN da batalha do Sul de França, deveriam as duas divisões lusas para aí escalonadas serem retiradas para os Pirenéus para colaborarem na defesa dos mesmos. Cf. ff. 5-6, pp. 1-2 do referido doc. Era não obstante preciso que restasse alguma coisas destas.

militar terrestre, a OTAN e os Pirenéus, sendo que para o primeiro seriam destinadas as melhores unidades (uma ou duas divisões melhor equipadas), e para o segundo as unidades territoriais (três divisões com o material existente).⁸⁹⁵ De facto, já em Março de 1951, se referira a necessidade e o interesse em adoptar para a actual organização e composição das forças militares terrestres portuguesas o modelo dominante na OTAN, isto é, as grandes unidades lusas seriam similares na sua estrutura às divisões de infantaria dos EUA. As unidades territoriais seriam por seu turno, de equipamento e modelo mais ligeiro. Pretendia-se que estas unidades estivessem prontas em finais de 1952.⁸⁹⁶

De acordo com as resoluções tomadas na reunião do Conselho do Atlântico em Lisboa, foi assumida a responsabilidade lusa de pôr em pé de guerra até 1954 as seguintes unidades: 3 divisões de campanha a fornecer à OTAN em 1953 e quatro em 1954, mais dois corpos de exército nesse mesmo ano; 1 divisão territorial em 1952, três em 1953 e quatro em 1954 além de uma hoste de destacamentos de segurança interna e de defesa anti-aérea.⁸⁹⁷ Esta força teria sido posteriormente objecto de ponderação pelo que outro documento apresentado em 1954 considerava a força a fornecer da seguinte maneira. Partir de uma para duas divisões concomitantemente com a criação de um corpo de exército (em 1954 e depois em 1955) e por fim a possibilidade de criar uma terceira divisão(?) (em 1956). Um quadro

⁸⁹⁵ Cf. Ernesto A. L. Ferreira de Macedo, *Op. Cit.*, p. 38 e seguintes. Veja-se também AHM, Índice Provisório, Classificador-Geral, F 1 C, Núcleo 124, Caixa 246, documento sem assinatura, mas pelo texto, datado de 1953. Igualmente, Cf. ANTT/AOS/GR-10, Pasta 16, ff. 565-566, Documento emanado do Ministério do Exército, Gabinete do Ministro, sem data, mas apenas a um conjunto de documentos referidos a 1953.

⁸⁹⁶ Cf. AHM, Índice Provisório, Classificador-Geral, F 1 C, Núcleo 124, Caixa 254, Documento não assinado datado de 15 de Março de 1951.

⁸⁹⁷ Cf. ANTT/AOS/CO/PC – 78M, Pasta 1, Nº 1, Documento intitulado Responsabilidades Portuguesas Dentro e Fora da NATO Depois da Reunião do Conselho do Atlântico em Lisboa, Fevereiro de 1952, f. 12. Quadro anexo ao documento. Observe-se que as forças a criar em Portugal teriam sido consideravelmente acrescidas face à proposta advinda da Conferência de Otawa. Plausível demonstração da vontade de Santos Costa em constituir uma força terrestre o mais vasta possível.

mais elaborado indicava que a primeira divisão estaria 75% operacional em 1953, 100% operacional em 1954, dotada igualmente com elementos de apoio, ao passo que a segunda divisão estaria a 40% ou 50 %. Em 1955, a segunda divisão já estaria a 75% mantendo-se a primeira a 100% de prontidão, e em 1956 estariam as duas a 100%, com os elementos não endivisionados a 50% (não sendo feitas referências à terceira divisão).⁸⁹⁸ É provável que a decisão de tão só fornecer duas divisões mais um corpo de exército para a OTAN tinha sido tomada nas conferências realizadas entre o Ministro da Defesa Nacional e o marechal Montgomery em 1952. No relatório final sobre as conversações aparece a indicação de duas divisões mais um corpo de exército a fornecer à OTAN mantendo-se igualmente as três divisões assignadas à defesa dos Pirenéus.⁸⁹⁹

Vê-se assim, que no que toca a definição de forças, a tendência da direcção política, ou seja, de Santos Costa, era a de ter maior número de grandes unidades possíveis para enviar para a linha de Frente da OTAN. De uma para duas e por fim a criação de um corpo de exército com elementos não endivisionados, chegando a pensar-se numa terceira divisão, conservando-se igualmente a ideia de enviar para os Pirenéus um corpo de exército com três divisões. A lógica de crescimento desmesurado da força era provavelmente facilitada pelo pressuposto que tinha a liderança política e militar portuguesa de que os EUA e a OTAN estariam dispostos a pagar o preço da multiplicação da força armada nacional. Pensar-se-ia, que havendo efectivos, o reequipamento seria quase automaticamente concedido. Por isso, acentuava-se o facto de haver numerosos efectivos

⁸⁹⁸ Idem, documento do Secretariado-Geral da Defesa Nacional, Directiva nº 1, Revisão Anual de 1954, datado de 13 de Fevereiro de 1954.

⁸⁹⁹ Cf. ANTT/AOS/CO/PC-78M, Pasta 1, Nº 1, Documento intitulado Sumário da Conversa, Conferência entre o Ministro da Defesa e o Marechal Montgomery, (em 26-IV-1952), f. 34 e o Documento intitulado Apontamento de Conversa, Conferência entre o Ministro da Defesa e o Marechal Montgomery (30-IV-1952), ff. 43-44, pp. 3-4 do respectivo doc. Saliente-se que entre os parâmetros considerados relativos à força militar terrestre portuguesa, aparecia a existência de material básico para equipar 10 divisões nacionais. Cf. Idem f. 35.

para formar várias divisões, a despeito da falta de material de guerra. Este facto podia ser amplificado pelas notícias que exibiam o descontentamento dos EUA com a lenta e retardada preparação militar dos aliados europeus, que com menos recursos, gastavam ainda assim menos na defesa que os norte-americanos.⁹⁰⁰ As críticas dos EUA serviriam de estímulo a Santos Costa para apostar numa maior visibilidade do seu projecto como instrumento para o reforço da sua posição política interna e externa. Isso talvez explicasse a pressão do Ministro da Defesa para o desmesuramento exponencial do Exército português na OTAN.

Esta lógica, que já advinha de antanho, é visível na carta que Paulo Cunha remete ao embaixador dos EUA em Portugal, Lincoln Mac Veagh em 1951, por ocasião da assinatura do Acordo de Auxílio Mútuo entre Portugal e os EUA, assinado em 5 de Janeiro de 1951. Nessa missiva, Paulo Cunha salienta as explicações dadas pelo embaixador, observando que relativamente à parte I do tratado, a cedência de material consignado no mesmo era feita a título gratuito, podendo ser o material fornecido oriundo de outros países, relevando o caso da Grã-Bretanha. Assim dizia o texto que “com respeito à assistência militar a que se refere a alínea 1ª do Artigo I, declarou vossa excelência que as disposições desta artigo aplicam-se essencialmente ao auxílio prestado a título gratuito (...). Ainda com respeito à alínea 1ª do Artigo I, a assistência militar sem pagamento, a conceder pelos Estado Unidos, deverá abranger, além dos fornecimentos directos pelos Estados Unidos, os casos em que o material tenha de ser

⁹⁰⁰ Segundo uma carta da embaixada de Portugal em Washington, os EUA gastavam 44% do seu orçamento na defesa contra 36% do espanhol, o país europeu que proporcionalmente mais dinheiro fornecia à defesa e 25% em Portugal. Cf. AHDMNE, Maço 705, Armº 3, Proc. Nº 33,12, Esforço de Defesa Comum do Pacto do Atlântico, Carta da embaixada de Portugal em Washington ao Ministério dos Negócios Estrangeiros datada de 19 de Fevereiro de 1951. Sobre as críticas dos EUA aos aliados, vejam-se por exemplo, as cartas de E. Vieira Leitão da Legação em Bruxelas ao Ministro dos Negócios Estrangeiros datada de 7 de Maio de 1951 em Cf. AHDMNE, Idem e da embaixada de Portugal em Washington ao Ministério dos Negócios Estrangeiros de 12 de Janeiro de 1951, em Cf. AHDMNE, Idem, Ibidem.

fornecido de outras origens, incluindo portanto, se fôr considerado desejável, material de origem britânica.⁹⁰¹

O objectivo português como se deduz desta missiva era o de conseguir com o mais baixo custo, o maior rearmamento possível e o maior exército possível, prisma que já fora aplicado por Salazar aquando da negociação do acordo dos Açores em 1943. No entanto, se os objectivos de forças a alcançar eram desmesurados, mesmo quando mais ponderados, a mobilização da primeira divisão encontrava cada vez mais escolhos, motivados fundamentalmente pelos poucos recursos técnico-industriais-militares efectivamente existentes em Portugal. Este atraso obrigava a sucessivos adiamentos na constituição das diversas divisões projectadas e reduzia o efectivo realmente operacional a uma única e incompleta divisão OTAN.

7.2.1.2.) Confrontos de Mundos: O Exército entre o Ideal e o Possível

Em 1953 previa-se ainda a criação de uma força de três divisões para o corpo de exército dos Piréneus e de duas para o corpo de exército a integrar nas forças da OTAN no Sul de França, para além da existência de Unidades de segurança interna.⁹⁰² O mesmo documento referia a necessidade de considerar o equipamento para o corpo de exército dos Pirenéus tendo em conta o material existente, visto não haver condições para conseguir o apetrechamento no exterior, visto que os acordos com a OTAN não o asseguravam, nem havia recursos financeiros para o

⁹⁰¹ Cf. AHDMNE, Caixa 1, Maço 27, Armº 63, 2º Piso, Carta de Paulo Cunha a Lincoln Mac Veagh datada de 5 de Janeiro de 1951 e apensa ao Acordo de Auxílio Mútuo entre Portugal e os Estados Unidos da América, assinado em Lisboa a 5 de Janeiro de 1951. Observe-se que outra preocupação muito saliente, era a possibilidade de transferir material de guerra fornecido no âmbito da OTAN, da metrópole para o ultramar.

⁹⁰² Cf. ANTT/AOS/GR-10, Pasta 16, documento citado emanado do Ministério da Guerra, Gabinete do Ministro, sem data, mas apenso a documentos datados de 1953, f. 565.

adquirir.⁹⁰³ Só havia garantias de reequipamento para as duas divisões adstritas às forças da OTAN, ou seja às forças norte-americanas no Sul de França, justificando-se por isso pensar a sua orgânica próxima da existente nas forças do *USArmy*, uma organização de tipo americano, ainda que incompleta.⁹⁰⁴ O modelo norte-americano era muito valorizado, porque resultava da experiência da guerra, realidade de que os portugueses estavam há muito arredados.⁹⁰⁵ Esse processo de reorganização era suportado pelo programa do Mutual Assistance Advisory Group (MAAG) desde 1950.⁹⁰⁶

Em 1952 falhara o objectivo de criar uma divisão completa até ao final do ano. Os problemas adensavam-se porque derivado da vontade do Ministro da Defesa Nacional em dispor de várias divisões, os quadros dispersavam-se e não se conseguia constituir uma grande unidade organicamente completa.⁹⁰⁷ De facto, desde Maio de 1952 que o Ministro do Exército observava a impossibilidade de dispor de duas divisões em 1954, visto o programa MDAP⁹⁰⁸ de rearmamento fornecer tão só material para uma divisão. Assim, era inviável pensar-se em uma divisão em 1953 e em duas divisões mais um corpo de exército em 1954. Mais dizia, ao salientar a inviabilidade de ter disponível uma divisão em 1953.⁹⁰⁹

⁹⁰³ Idem, f. 566.

⁹⁰⁴ Idem, ibidem, f. 567.

⁹⁰⁵ Idem, ibidem, f. 568.

⁹⁰⁶ Sobre este assunto, Cf. António Telo, 1996, pp. 208-211.

⁹⁰⁷ Cf. Ernesto A. L. Ferreira de Macedo, *Op. Cit.*, 1º Vol., pp. 39-41.

⁹⁰⁸ *Mutual Defense Allied Program* (MDAP). Era o programa de fornecimento de material militar e de guerra norte-americano e aliado, combinando-se com o MAAG. O primeiro fornecia o material, o segundo os técnicos e a *expertise* que o permitia operar e potenciar. O objectivo do MDAP era aumentar o potencial (militar) de guerra da aliança. Ao abrigo desse programa e segundo Lord Ismay, foram fornecidos pelos EUA milhões de armas ligeiras, 20.000 bocas de fogo e milhares de Carros de Combate aos aliados. Cf. Lord Ismay, *OTAN, 1949-1954, Les Cinq Premières Annees*, Utrecht, (s/d), pp. 140-145.

⁹⁰⁹ Cf. ANTT/AOS/CO/PC – 78M, Pasta 1, Nº 1, Documento intitulado O Ministério do Exército e a Contribuição Portuguesa para o SHAPE, ff. 75-76, pp. 1-2. Datado de 13 de Maio de 1952.

No entanto, começavam-se mesmo a encontrar muitos escolhos para desenvolver a 1ª Divisão de Infantaria. Um dos problemas centrais era o elevado número de especialistas exigido pela orgânica de tipo americano. Para conseguir superar em parte esse escolho decidiu-se em 1953 substituir na orgânica divisional portuguesa a hierarquia/função típica dos oficiais e especialistas da divisão norte-americana por outra de graduação mais baixa. Efectuou-se assim a formação de especialistas em postos mais baixos do que era normal no exército dos EUA, por exemplo, 1300 cabos em vez de sargentos, e aumentando os quadros de oficiais e sargentos milicianos.⁹¹⁰ Os delegados do SHAPE salientavam à altura que “*la qualité d’abord*” era o essencial, e que tendo Portugal já uma divisão em 1953, tudo devia fazer para melhorar a sua operacionalidade em 1954 e em 1955.⁹¹¹

Um relatório datado de 1956, já tardio, mas por conseguinte mais relevante, dá uma ideia das enormes dificuldades que se encontravam para garantir a formação da divisão da OTAN, então já instalada em Santa Margarida.⁹¹² Segundo o/os autor/es do texto, faltavam ainda quadros e especialistas, particularmente nas áreas de transmissões e de manutenção de material.⁹¹³ Os quadros de complemento, e mesmo os quadros

⁹¹⁰ Cf. ANTT/AOS/GR-10, Pasta 16, Documento emanado da 3ª Repartição do EME intitulado Relatório dos trabalhos realizados de 26 a 30 de Junho na 3ª Repartição do EME com os delegados do SHAPE para a revisão anual de 1953, datado de 30 de Junho de 1953, f. 576.

⁹¹¹ Idem, f. 581. A citação em francês vem no termo do texto.

⁹¹² O Campo de Santa Margarida foi constituído por via das necessidades geradas pela modernização do Exército para responder a inserção do país no sistema de defesa ocidental. A inauguração do campo data de Novembro de 1952, mas na verdade as estruturas do campo e as facilidades para manter uma unidade divisional e permitir a sua utilização para exercícios militares cresceram comitadamente com a divisão OTAN nos anos 50. Termine-se por salientar que este campo era um velho anseio do Exército, que se lamuriava das péssimas condições que os quartéis tinham para efectuar um treino sério.

⁹¹³ Saliente-se a importância destas duas “armas”, porque são fundamentais na guerra moderna. As transmissões assegurando as comunicações são o pilar da coesão e da unidade de comando e asseguram a combinação de todos os meios/forças no campo de batalha, porque as interligam em permanência, em tempo ou quase em tempo real. Lembre-se que uma das características centrais do campo de batalha moderno é a dispersão cada vez mais acentuada dos combatentes pelo que só com boas comunicações se conseguem assegurar a coordenação e concentração da força militar. A manutenção de material faz perdurar no campo de batalha a força bélica, exemplarmente demonstrada por exemplo na primeira batalha do Egipto em fins de 41. As

permanentes apresentavam uma preparação deficiente, provavelmente, o texto não o afirma taxativamente, da instabilidade na sua permanência na divisão. O complemento também tinha atrasos em ser activado, e os quadros permanentes eram movimentados excessivamente. Além disso, faltavam quadros para a instrução, a que se juntavam meios insuficientes de manutenção do material. Era salientado o desgaste do material já existente, necessitando para cúmulo de cuidados de manutenção maiores. Juntava-se a falta de pessoal especializado para a manutenção do material, nomeadamente dos carros de combate, e a falta crónica de sobresselentes e de instalações para o pessoal. A verba para os combustíveis e para os óleos era também considerada insuficiente.⁹¹⁴ As queixas e os amargos relatórios sobre a organização da divisão OTAN são constantes e revelam as dificuldades na sua estruturação. Estas eram um reflexo do próprio atraso do país.

Um facto ao acaso, mas sintomático, expressa esta situação. Quando o Exército se preparava para receber o primeiro carro de combate médio de 46 ton., em 1952,⁹¹⁵ descobriu-se que em Portugal só havia um camião atrelado com capacidade para o transportar e que ter-se-ia de ir requisitá-lo ou pedi-lo emprestado à Campanhia Nacional de Electricidade. Tratava-se

forças blindadas britânicas e germânicas tinham-se defrontado todo o dia numa série de recontros que as tinham desgastado. Durante a noite, os britânicos aproveitaram para descansar e retirar algum do material para depósitos para efectuar as reparações. Foram no dia seguinte surpreendidos por uma força alemã plenamente revigorada que os expulsou do terreno. Não tinham sido reforços, mas as equipas da manutenção militar germânica que tinham ido ao campo de batalha pôr todo o material que fosse possível em condições para actuar em pleno no dia seguinte, tendo por isso os alemães surpreendido os britânicos com uma força mais forte e revigorada.

⁹¹⁴ Cf. AHM, Fundos Orgânicos, 31ª Divisão, 4ª Secção, Caixa 380, Nº 80, Documento intitulado Relatório Sumário das Manobras de 1956, datado de 16 e Outubro de 1956, pp. 19-24 do referido documento e assinada pelo Director das Manobras, General Buceta Martins.

⁹¹⁵ António Telo observou que o novo blindado oriundo dos EUA representava um acréscimo de potencial bélico imenso por comparação com o material blindado então existente em Portugal. Face ao Centauro com 24 Toneladas e uma boca de fogo de 57mm, o M 47 pesava 44 Toneladas e tinha uma boca de fogo de 90mm. Cf. António Telo, “Inovação Tecnológica e Defesa”, in Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira, Dir., Nuno Severiano Teixeira, Coord., *Nova História Militar de Portugal*, Lisboa, 2004, p. 508, nota 206.

do camião gigante dessa companhia que por acaso nessa altura do ano estaria em Lisboa, mas se a decisão do comando militar superior fosse a de transportar os novos blindados por via férrea, teria então de ser enviado para o Entroncamento.⁹¹⁶ Os recursos nacionais técnico-industriais eram muito limitados, e era esse facto que explicava em boa parte a miopia dos Altos Mandos na compreensão da imensidade de meios que eram necessários para por em pé de guerra uma força militar, mesmo que ela somente fosse uma divisão de infantaria. Nesse ponto, o contacto dos militares portugueses com os seus parceiros na OTAN seria imensamente benéfico e permitiria uma reorganização em profundidade dos hábitos e métodos da força militar terrestre.

Entre 1951 e 1959, o Exército passou por uma profunda reestruturação de métodos e hábitos de organização. Logo em 1952, uma directiva do CEME propunha a reorganização e a modificação da formação militar, menos assente nas habilitações literárias e mais nos aspectos de liderança, segundo o modelo do *USArmy*. Seguindo as propostas do MAAG, era avançada a constituição de comandos operacionais desde tempo de Paz. Para solucionar a questão era proposto, face ao reduzido número de pessoal do EME, constituir QG em cada região militar do país. A constituição do Campo de Santa Margarida, vasto espaço para treino de grandes unidades torna-se um marco, na medida em que possibilita o aquartelamento do grosso dos meios da divisão OTAN num só quartel, permitindo organizar desde tempo de paz a unidade em termos mais operacionais.

De facto, nas primeiras manobras efectuadas em Santa Margarida em 1953, segundo o modelo clássico no Exército português de chamar numerosas unidades e partes de unidades de regiões distintas, os atrasos

⁹¹⁶ Cf. AHM, Assuntos Militares Gerais, 3ª Divisão, 49ª Secção, Caixa 2, N° 15. Memorando datado de 5 de Abril de 1952 assinado pelo Chefe da Secção de Rearmamento Major CEM Santos Paiva.

obrigaram ao adiamento dos exercícios militares para Outubro. Por isso em Maio de 1954, uma directiva considerava de evitar a constituição da divisão OTAN com unidades vindas de todo o país, mas concentrava as forças que fariam parte dessa grande unidade na 2ª Região Militar. O treino dessas unidades pela proximidade em que estariam umas das outras passaria a ser combinado, permanente, contínuo e anual. Um elemento fundamental da adaptação de modelos modernos americanos de treino, foi um reforço do trabalho de equipa nas estruturas de comando. Simultaneamente, a divisão OTAN passava a ter um comando permanente sediado em Santa Margarida, não criado só aquando dos exercícios anuais. Fundamental para a operacionalização de uma força de combate, seriam adicionados os batalhões de transmissões e de engenharia à divisão OTAN para efeitos de instrução e de melhoria da sua integração.⁹¹⁷

O que não significava que se tivesse conseguido por em pé de guerra a divisão completa. Em 1957, quer a missão do SACEUR/SHAPE quer os altos comandos lusos reconheciam as deficiências na organização e na estruturação da divisão OTAN. Eram notadas deficiências no comando com procedimentos não correctos. Eram igualmente referidas ineficiências na manutenção, na coordenação das diversas armas e na logística. A divisão estava ainda incompleta, porque das três classes que deviam ser anualmente instruídas, só duas o eram de facto, diminuindo o potencial humano da divisão. O baixo nível de preparação dos quadros também era salientado, assim como a exigência de melhor aproveitamento do novo material.⁹¹⁸

Um dos elementos essenciais para o reconhecimento das debilidades da força terrestre portuguesa foram os exercícios militares anuais efectuados pelo Exército português no campo de Santa Margarida, com

⁹¹⁷ Todos estes dados foram coligidos da obra de Ernesto L. A. Ferreira, Op. Cit., 1º Vol..

⁹¹⁸ Idem, pp. 221-227.

supervisão de oficiais da OTAN/MAAG. As indicações que esses oficiais oriundos da OTAN apresentavam eram condição fundamental para a melhoria da eficiência da divisão portuguesa, mas conflituavam não poucas vezes com a visão dimanada pelo Ministro da Defesa Nacional, ou seja, de Santos Costa. De facto, segundo Ernesto A. L. Ferreira Macedo, o Ministro da Defesa Nacional era lento a aceitar as críticas dos comandos militares directamente ligados ao CE e à divisão OTAN, só as perfilhando quando apoiadas pelo oficiais da OTAN/MAAG.⁹¹⁹ Um dos elementos essenciais da visão dos oficiais da OTAN/MAAG era a opinião de que o esforço militar do Exército português se devia concentrar na melhoria e no aperfeiçoamento da divisão OTAN.⁹²⁰

Esta situação levava ao abandono da ideia de criação de duas divisões de tipo-americano em 1953/1954, apesar de como se viu, tal ainda ser apresentado à OTAN como objectivo. Em 1954, também se abandonara a designação de divisão tipo-americano e de divisão tipo-português.⁹²¹ Contudo, não se abandonara, pelos menos ao nível do Ministro da Defesa e do Ministério do Exército, a ideia de constituir um corpo a três divisões, como segundo escalão, para a defesa dos Pirenéus. Sequencialmente, ainda se considerava a possibilidade de numa terceira fase se criar uma segunda divisão OTAN e de mais uma divisão para os Pirenéus.⁹²² Esta situação era paradoxal, e só se explica por voluntarismo político de Santos Costa, na

⁹¹⁹ Idem, Ibidem, 2º Vol., p. 89.

⁹²⁰ Idem, Ibidem, pp. 84-85.

⁹²¹ Idem, ibidem, 1º Vol., p. 130.

⁹²² Idem, Ibidem, pp. 231-232. Saliente-se que os espanhóis criaram algumas dificuldades ao transporte por Espanha das forças portuguesas destinadas ao Sul de França, com evidente justificação. Salientavam que não fazendo parte da OTAN, o transporte de forças beligerantes pelo seu território era um *casus belli*. Esta situação fora salientada a Salazar na Conferência realizada em Ciudad Rodrigo em 14 e 15 de Abril de 1952. Cf. ANTT/AOS/CO/PC – 78M, Pasta 1 Nº 1, Documento intitulado Conferência de Ciudad Rodrigo - Resumo das Conversações Militares datado de 14 e 15 de Abril de 1952, f. 28. Como é lógico, tratava-se mais de uma medida de pressão face a OTAN e aos EUA. O objectivo era conseguir um acordo com os EUA ou a OTAN. Esta posição espanhola esvaneceu-se a partir dos acordos com os EUA em 1953, visto ter deixado de ser racional face a existência de bases norte-americanas em território espanhol.

medida, em que como se vem vendo, as dificuldades por que passava a constituição da divisão OTAN não tinham sido todas sobrepujadas em 1957, e debalde os sonhos políticos e estratégicos do Ministro da Defesa e do Exército, a sua força estar efectivamente reduzida e meia divisão operacional. Será a constituição das divisões pirenaicas que justifica que nos anos de 1957-58 Portugal receba numeroso material obsoleto, como as autometralhadoras Fox e os carros de combate médio Sherman M4 e ligeiros Stuart M5.⁹²³

A despeito das debilidades da divisão OTAN, o exército perpassara por uma reforma profunda que lhe dera uma muito maior operacionalidade e que seria testada com sucesso, na década de 60, em plena Guerra Colonial. Essa reforma, pode ser historicamente comparada àquelas por que passara o exército português no tempo de Schomberg, Lippe e Beresford/Wellington.⁹²⁴ Tal como nessas épocas, também a transformação adviera de contactos e influências vindas do exterior, neste caso, das missões MAAG/OTAN e das idas de oficiais portugueses às escolas de formação e aos exercícios efectuados na Alemanha e nos EUA. Esta revolução silenciosa, feita em tempo de Guerra Fria (não quente, como outrora acontecera) merece bem o nome de “revolução serena” dada por António Telo.⁹²⁵

⁹²³ Cf. AHM, Índice Provisório, Classificador-Geral, F 1 C, Material de Guerra Estrangeiro, Núcleo 121, Caixa 251. Qualquer desse veículos estava obsoleto em 1957-58. Os carros de combate Sherman ainda tiveram uma razoável operacionalidade em 1967 na Guerra dos Seis Dias ao serviço de Israel, mas tinham sido completamente modificados pelos israelitas, mais blindados, com peças mais potentes, uma peça de 75 mm de origem francesa, aperfeiçoamento da peça de 75 dos principais inimigos do Sherman na Segunda Guerra Mundial, o Panther alemão. Os carros ligeiros M5 já estavam ultrapassados em meados da Segunda Guerra Mundial e eram completamente inúteis face a qualquer carro de combate alemão. Quer os britânicos, quer os norte-americanos chegaram a retirar-lhes a torre, demasiado visível e inútil na função principal que desempenhavam, o reconhecimento.

⁹²⁴ António Telo propõe igualmente uma similitude entre os anos 1808-1814 e a década 50 de integração na OTAN. Em ambos os casos a influência externa é decisiva na reestruturação e aperfeiçoamento da força armada lusa. Cf. António Telo, 1996, pp. 334-336.

⁹²⁵ Idem, p. 199.

2.7.2.3.) A Reestruturação do Exército e as Tensões nos Altos Mandos

A participação portuguesa na OTAN vai progressivamente aumentar o distanciamento e a desfasamento entre as visões do Ministro da Defesa Nacional (e do Ministério do Exército desde 1954, de novo na posse de Santos Costa) e o Exército, cada vez mais desejoso de atingir os padrões de eficácia militar característicos da maioria dos países desenvolvidos da OTAN. As tensões políticas que se produzem para o final da década entre um aparelho anquilosado de comando superior político e o grosso da força militar terrestre é um reflexo das inabilidades de Santos Costa na preparação da divisão OTAN e que afastava cada vez mais oficiais superiores do Exército do Ministro da Defesa Nacional e do Exército.⁹²⁶ O caso mais típico desse processo é o progressivo distanciamento entre as políticas de defesa de Santos Costa e do seu velho apaniguado, desde 1956, CEMGFA, Júlio Botelho Moniz.⁹²⁷

Este desfasamento entre as perspectivas dos comandos no “terreno” e Santos Costa derivam por um lado, deste se ter mantido apegado ao projecto político-estratégico instituído com as reformas de 1937 de mobilização demográfica, e por outro lado, à consciência cada vez mais forte que os Altos Comandos tinham da inviabilidade desse projecto face à

⁹²⁶ Segundo Fernando Rosas, Craveiro Lopes tornar-se-ia para o final da década um eixo de união de um corpo militar cada vez mais hostil a Santos Costa, que só o “turbilhão” Delgado unificaria em redor da “ordem” em 1958, em intercâmbio da cabeça de Santos Costa no rescaldo eleitoral. Cf. Fernando Rosas, “Craveiro Lopes”, in António Costa Pinto, Coord., Os Presidentes da República Portuguesa, Lisboa, 2001, pp. 174-175 e 177.

⁹²⁷ A Propósito das perspectivas distintas de Santos Costa e Júlio Botelho Moniz, veja-se a opinião de Costa Gomes em Cf. Maria Manuela Cruzeiro, Op. Cit., pp. 64-66 e 70-72. Enquanto Santos Costa esperava o desencadear da III Guerra Mundial na Europa Segundo um padrão similar à Segunda Guerra Mundial, Botelho Moniz, mais providente, considerava que a ameaça mais credível advinha do desencadear de actividades subversivas nas colónias ultramarinas. A tipificação da ameaça principal impunha medidas de defesa distintas e por conseguinte políticas de defesa militar e objectivos de força distintos. Como é evidente, Botelho Moniz mostrou-se bem mais clarividente.

revolução tecnológico-industrial produzida na guerra, que implicava forças mais pequenas em efectivos, mas tecnologicamente mais sofisticadas, onde a massa humana era substituída pela tecnologia. Como observava Costa Gomes, não bastava mobilizar homens, porque a guerra tecnológica moderna era uma questão de quadros de especialistas.⁹²⁸ O desfasamento das perspectivas de Santos Costa e dos Altos Mandos militares era também um reflexo das concepções a níveis distintos do Complexo Agónico, no caso do primeiro, mais políticas e estratégicas, nos segundos, mais (operativas) e tácticas. Para Santos Costa, o objectivo era a afirmação de Portugal no contexto da OTAN e dele nas circunstâncias políticas nacionais.⁹²⁹ Para os Altos Mandos do Exército, o problema era pôr em pé de guerra, com a maior eficácia militar possível, a divisão OTAN.

Ora a obsessão de Santos Costa com a multiplicação de divisões dificultava a concentração de meios humanos e materiais na consecução da constituição da divisão OTAN e gerava uma enorme tensão, na medida em que fazia conflitar o seu projecto com as medidas tomadas pelo Ministro do Exército. Santos Costa parecia acusar deliberadamente o Exército e os seus Altos Mandos, incluindo o Ministro respectivo pelo atraso na consecução do seu projecto, afirmando da renitência do Exército em assumir completamente os compromissos efectuados com a OTAN.⁹³⁰ Pelo contrário, certos meios militares acusavam Santos Costa de com o enorme orçamento que lhe era posta nas mãos ser incapaz de pôr em condições operacionais uma divisão do Exército. Humberto Delgado nas suas memórias afirmava que a despeito de Portugal gastar 32% do seu rendimento nas Forças Armadas, seria completamente incapaz de enviar

⁹²⁸ Cf. *Infra* (notas).

⁹²⁹ Como reconhece o seu opositor dentro do regime, Marcello Caetano, Santos Costa era outro putativo delfim de Salazar, chefe político não oficial da ala conservadora-monárquica.

⁹³⁰ Cf. ANTT/AOS/CO/GR 11, Pasta 21, ff. 400-402. Carta do Presidente do Conselho ao Ministro da Defesa Nacional de 2 de Julho de 1953. Nesta missiva Salazar refere as críticas que Santos Costa fazia ao Ministério do Exército, aconselhando-o a não ser tão drástico, para não ferir susceptibilidades.

para além Piréneus o que quer que fosse. Era o país que menos contribuía para a OTAN à excepção do Luxemburgo.⁹³¹ Acresce a essa situação, a dispersão excessiva de Santos Costa por múltiplos afazeres. Salazar dava conta ao seu Ministro da Defesa Nacional das queixas do Ministro do Exército, relativas ao facto de não conseguir audiências com Santos Costa.⁹³²

A situação tornar-se-ia insustentável em meados de 1953, levando Abranches Pinto a lastimar-se em carta a Salazar e a pôr ao seu lugar à disposição do Presidente do Conselho. As sucessivas interferências de Santos Costa no Exército e a tentativa de subordinar o EME a si próprio, a quem o Ministro da Defesa Nacional julgava poder dar instruções directamente, passando por cima das vias hierárquicas normais e pondo em causa a posição institucional do Ministro do Exército, levou este a pôr o lugar à disposição de Salazar.⁹³³ Salazar comporia da melhor forma possível o caso, evitando uma demissão intempestiva,⁹³⁴ mas Abranches Pinto não sobreviveria à remodelação ministerial do ano seguinte,⁹³⁵ sendo substituído por Santos Costa na pasta do Exército.

Não seria o único caso de conflito produzido por Santos Costa dentro do Exército. O CEME Barros Rodrigues pediria também a demissão em Setembro de 1954, por ter sido desautorizado por Santos Costa nas manobras desse ano. Ao que parece, Santos Costa pretendia que nas manobras fossem seguidas as directivas do Ministro da Defesa Nacional,

⁹³¹ Cf. Humberto Delgado, 1974, pp. 133 e 143.

⁹³² Cf. Manuel Braga da Cruz, Org. e Prefácio, 2003, Doc. 29, Carta de Salazar a Santos Costa datada de 7 de Julho de 1952, p. 49.

⁹³³ Cf. ANTT/AOS/CO/GR 11, Pasta 21, Carta de Abranches Pinto a Salazar datada de 26 de Junho de 1953.

⁹³⁴ Idem, Carta de agradecimento de Abranches Pinto a Salazar de 13 de Julho de 1953.

⁹³⁵ Numa missiva para Marcello Mathias, em Março de 1954, Salazar reconhecia a necessidade de forçosamente substituir o Ministro do Exército (e o das obras públicas). Cf. Correspondência..., Op. Cit., Carta de Salazar para Marcello Mathias com data de 29 de Março de 1954, p. 285. Na verdade, Salazar não queria largar Santos Costa da mão.

não as do Estado Maior do Exército.⁹³⁶ Na réplica, Santos Costa, desvalorizando a crise, observava que devia o Ministro do Exército disciplinar a força terrestre e aprontá-la, primeiro para contribuir para a OTAN, depois para a defesa da Península e a defesa interna.⁹³⁷ Esta situação de progressiva clivagem entre os Altos Mandos do Exército e Santos Costa foi ainda mais reforçada pelo apoio que tinham da Presidência da República e de Craveiro Lopes, que por seu turno estava próximo do principal adversário político de Santos Costa na disputa pelo delfinato, Marcello Caetano. Segundo Manuel José Homem de Mello, o Exército ter-se-ia fendido nos fins de 1954, princípios de 1955, entre costistas e anti-costistas.⁹³⁸ Esta fenda era concomitante com a saída de Abranches Pinto do Exército, a multiplicação de incidentes entre o Ministro da Defesa Nacional e os Altos Mandos militares e a emergência de uma nova geração de oficiais nos postos mais altos da força terrestre, face à saída, por termo de idade, de muitos oficiais generais.⁹³⁹ Santos Costa encontrava-se assim cada vez mais isolado no Exército.⁹⁴⁰ Em 1955, Santos Costa queixava-se a Salazar de ter chegado a um ponto em que não sabia a quem escolher para os altos cargos do Exército.⁹⁴¹

⁹³⁶ Cf. Manuel Braga da Cruz, Org. e Prefácio, 2003, Doc. 287, Carta do Subsecretário de Estado do Exército, Horácio de S. Viana Rebelo a Santos Costa, datada de 24 de Setembro de 1954.

⁹³⁷ Idem, Doc. 288, Carta do Ministro da Defesa Nacional ao Subsecretário de Estado do Exército, Horácio de S. Viana Rebelo, p. 245.

⁹³⁸ Cf. José Manuel Homem de Mello, Cartas de Salazar a Craveiro Lopes, 1951-1958, 2º Ed., Lisboa, 1983, p. 79.

⁹³⁹ A referência a uma nova geração de Altos Mandos encontra-se em Cf. Manuel Braga da Cruz, Org. e Prefácio, 2003, Doc. 247 com nota de confidencial, Carta de Júlio Botelho Moniz a Santos Costa, datada de 30 de Novembro de 1955, p. 215.

⁹⁴⁰ Segundo Cf., Luís Salgado de Matos, 1999, p. 450, derivaria deste isolamento a assumpção por Santos Costa do Ministério do Exército desde 1954 numa longa interinidade.

⁹⁴¹ Era talvez, muito à Estado Novo, uma expressão de retórica com algum fundo de verdade, na medida em que em 1955 Santos Costa devia ter um reduzido núcleo de fiéis na força militar. Cf., Manuel Braga da Cruz, Org. e Prefácio, 2003, Doc. 61, Carta de Santos Costa a Salazar datada de 16 de Novembro de 1955, p. 65. A carta era relativa a uma remodelação de vários cargos no Exército.

Um dos elementos que fazia efervescer a temperatura militar era o impacto das relações dos militares com o exterior, com a OTAN. Salazar sempre receara o impacto das relações externas das forças militares no seu comportamento interno. Fora isso que o fizera querer manter as relações entre as forças militares portuguesas e as forças militares inglesas a um nível o mais ténue possível, limitado apenas ao imprescindível (Cf. *Infra*). Com a entrada de Portugal na OTAN e a definição das regras da organização, o distanciamento das Forças Armadas face ao exterior fora impossível de segurar, conquanto repetidamente Salazar o tentasse limitar ao mínimo possível. A preocupação de intromissões excessivas esteve sempre na mente do ditador.⁹⁴² Salazar queixou-se a Santos Costa do excesso de deslumbramento com os EUA que tinham os nossos militares.⁹⁴³ O grande problema era que o próprio Santos Costa tinha para com os EUA um entusiasmo e uma benevolência que facilitava, a despeito da vontade e do prisma de Salazar, a difusão da “cultura” norte-americana nas forças armadas. De facto, o Ministro da Defesa e do Exército era visto com um amigo dos EUA e um entusiasta da OTAN.⁹⁴⁴

O que significou que em vez de ser um travão a um processo de internacionalização da força militar,⁹⁴⁵ Santos Costa facilitou esse processo. O problema de Santos Costa, não foi por conseguinte o de estar contra a OTAN, mas o de ter mantido uma visão desadequada face à mutação da

⁹⁴² Idem, Doc. 34, Carta de Santos Costa para Oliveira Salazar, datada de 22 de Agosto de 1952. Referia-a à construção de facilidades para o SACLANT em Portugal (Pedras Rubras). Esta preocupação pode igualmente observar-se na missiva de Paulo Cunha a Lincoln Mac Veagh em 1951, já referida. Nesta é referida a certa altura que “ficou igualmente assente que no desempenho da sua missão, os técnicos militares (...) (a equipa de apoio técnico norte-americana) não interferirão no funcionamento dos serviços portugueses”. Cf. AHDMNE, Caixa 1, Maço 27, Armº 63, 2º Piso, Doc. Já citado.

⁹⁴³ Idem, *Ibidem*, Doc. 75, Carta de Salazar a Santos Costa, de 23 de Agosto de 1957, p. 72.

⁹⁴⁴ Citado em Cf. Luís Salgado de Matos, 1999, pp. 449-450.

⁹⁴⁵ Sintomático do impacto da internacionalização do Exército é o aparecimento a partir de 1950 dos Boletins do Estado Maior do Exército (1º Número em 1950, até 1953) e do Estado Maior (1º Número, 1954), que tem a peculiar característica de inserir apenas textos de autores estrangeiros, teóricos da estratégia e publicistas militares, nomeadamente, homens como Fuller e Liddel Hart.

guerra,⁹⁴⁶ e continuar-se a bater por um projecto que a tecnicização da guerra tornava inviável, gerando uma clivagem entre ele os os Altos Mandos, mais propensos a seguir os conselhos técnicos dos oficiais da OTAN/MAAG. O receio que Salazar sempre tivera de os contactos internacionais das Forças Armadas serem um factor de desestabilização da relação destas com o regime teria plena confirmação.

2.7.3.) A OTAN e a Reafirmação da Armada (1951-1958)

Portugal conservara-se neutral na Segunda Guerra Mundial, o que não quer dizer que a determinada altura, se não em toda a guerra, não tivesse contribuído de algum modo para a vitória final dos aliados. Em duas áreas, Portugal tivera algum papel, o de assegurar a conservação da neutralidade da Espanha e na cedência de bases aos aliados nas ilhas açorianas. Estas últimas tinham tido um papel bem mais relevante que uma simples descrição da guerra pode dizer, não tanto na questão da guerra submarina, tendo em conta que quando as primeiras forças britânicas chegam às ilhas, já a campanha naval no Atlântico pendera claramente a favor dos aliados com as vitórias nas batalhas de Maio desse ano,⁹⁴⁷ mas bem mais na posição de suporte à ponte aérea que ligava a América do Norte à Europa do Norte e ao Mediterrâneo torneando os Pirenéus e interligando as frentes italiana e francesa.⁹⁴⁸

A participação portuguesa na guerra, quando a houvera, devera-se a estratégica posição atlântica do país, fosse na garantia da neutralidade espanhola, que assegurava aos aliados o domínio efectivo da ligação atlântico-mediterrânica, fosse na posição de ponte transatlântica. Em boa

⁹⁴⁶ Os relatórios dos adidos militares estrangeiros observavam precisamente essa desadequação do prisma de Santos Costa. Cf. Luís Salgado de Matos, 1999, p. 450.

⁹⁴⁷ Veja-se sobre as batalhas navais de Maio de 1943 e seu impacto na guerra submarina, por exemplo, e para síntese, a obra de Cf. John Keegan (ed.), *Op. Cit.*, pp. 88-89.

⁹⁴⁸ Sobre este assunto, Cf. Medeiros Ferreira, 1992, pp. 209-210.

medida, essa estratégica posição de ponte transatlântica justificaria aquando da criação da OTAN, que as potências democráticas convidassem Portugal, com um regime de pouco credíveis créditos democráticos, a aderir ao Pacto Atlântico. A Espanha, que efectivamente reforçaria a posição da OTAN, mas que não tinha a importância geoestratégica de Portugal, e era governado por um regime por demais conotado com o Fascismo não tivera essa sorte. Ora, se o interesse do convite a Portugal derivava da relevância da sua posição geoestratégica como ponte, era natural que fosse neste âmbito que interessasse aos membros da OTAN a reorganização da defesa portuguesa. Ela contrapunha-se, como se viu, a posição continentalista da defesa militar nacional.

Um documento datado de 1953 apresentava um esboço/esquema provisório sobre as necessidades de bases do SACLANT (*Supreme Allied Command Atlantic*) em Portugal. As bases em questão eram os Portos de Lisboa, Leixões, Açores, Madeira e Espinho para as forças dos EUA e os de Lisboa e Montijo para a Grã-Bretanha. As bases aéreas e os portos teriam como função facilitar a patrulha marítima, a escolta naval e o reabastecimento de combustível. Eram pensadas as bases aéreas ainda como reserva da aviação aliada. Além disso os portos serviriam para a reparações de urgência e de fundeadouro. Para isso, seriam equipadas com meios aéreos para operações navais e meios navais, escoltas e patrulhas. Os portos e as bases aero-navais seriam ainda equipados com meios de rádio-navegação e de comunicações avançadas. O relatório não deixava de ter uma pequena observação que revela imenso da política de defesa (militar) nacional nesses anos.

Afirma a certo ponto que as “facilidades” existentes são inadequadas para o SACLANT, embora fossem suficientes para o país hospedeiro, pelo que se deduz logo que as novas construções se dedicam a servir a OTAN, pelo que as responsabilidades das instalações não podem ser de exclusiva

responsabilidade da nação portuguesa.⁹⁴⁹ As facilidades que os anglo-americanos pretendiam ter em Portugal era exclusivamente navais, não sendo por exemplo consignados aos portos continentais referidos a função de base de operações terrestre para o desembarque de forças. Os portos de Lisboa e Leixões são pensados em termos de suporte à acção aero-naval de disputa pelo domínio das comunicações do oceano, de luta anti-naval e anti-submarina, para o qual deve ser a Armada portuguesa equipada com navios de escolta, patrulhas e aviões de reconhecimento naval e de luta anti-submarina. A ideia de uma utilização dos portos como desembarcadouros de forças é completamente deixada de lado, e nada é referido quanto a um hipotético uso de meios e bases navais para a defesa dos Pirenéus.

Essa função é claramente vincada no reequipamento que ao abrigo do MDAP (*Mutual Defense Allied Program*) é definido para a aviação naval. Esta, recebe em 1950 24 monomotores Curtiss SB2-C Helldiver com funções de ataque anti-submarino. O reequipamento da aviação naval da Armada é assim efectuado na consideração de uma missão anti-submarina de guerra naval, não de suporte naval e aero-naval a operações continentais terrestres. Todo o reequipamento da Armada na década de 50 é assim pensado em termos de uma guerra anti-submarina, de um duelo pelas comunicações, segundo o modelo da Segunda Guerra Mundial, o que reforça e acentua a atlantização das funções da Armada. De facto, contrariamente aos anos de entre-as-guerras, onde, apesar do projecto geopolítico e geoestratégico da Armada, a necessidade de defesa do mar próximo valorizava forças navais de cobertura do continente (combinadas com uma força naval de assumpção de soberania imperial), e para o qual

⁹⁴⁹ Cf. ANTT/AOS/CO/NE-17, Pasta 2, Documento intitulado Memorandum do SACLANT dirigido pelo Estado-Maior Conjunto Americano sobre as Necessidades de Bases Para as Forças Americanas Reservadas ao SACLANT, datado de 27 de Agosto de 1953. Observe-se contudo que o texto é referido ao Supremo Comando Aliado do Atlântico, não ao SACEUR que lidava com a frente central na Alemanha e na França.

havia sido adquiridos os contratorpedeiros, a defesa face a uma guerra anti-submarina, garantindo como estavam os portos continentais portugueses pela Aliança Atlântica e pelo Bloco Ibérico, permitia alargar as funções da totalidade da esquadra lusa a espaços mais alargados, o triângulo estratégico português e o “Império” e reforçar a dinâmica atlantizante da marinha de guerra portuguesa.

A força naval que se constitui entre 1950 e 1958 é assim uma força oceânica com funções de escolta e cobertura global do espaço atlântico alargado português. Essa dinâmica atlantizante não advém tanto do reequipamento que a OTAN permite à Armada portuguesa, mas mais da sua integração numa lógica, numa racionalidade estratégica global que acopla e integra a América e a Europa num bloco interligado e interdependente da ligação inter-atlântica. O reforço dessa atlantização emerge então da funcionalização da estratégia naval da Armada a uma política global de defesa transatlântica definida dentro e no contexto da OTAN, mas que se incrusta na visão que classicamente sempre fora a da marinha de guerra portuguesa. A renovação da Armada nos anos 50 reflecte essa evolução. A Armada passaria de uma força vocacionada para travar uma batalha de esquadras para outra viraada para a guerra anti-submarina e anti-aérea contra uma tentativa por parte do pacto de Leste em cortar as comunicações aliadas.

Assim, logo em 1951, se pensou em transformar os velhos contratorpedeiros em navios anti-submarinos. A ideia era substituir o armamento principal existente até então nos navios, as quatro peças de 120 mm, vocacionadas para a utilização como contra-torpedeiros de esquadra, por ouriços e armas de 40 mm com uma dupla função anti-navio e anti-aérea. Além disso, seria desactivada a central de tiro de superfície, que coordenava o fogo das bocas de 120 mm e que seria dispensável face a redução para duas das peças principais, que ademais eram inúteis face à

nova função dos contra-torpedeiros portugueses. A ideia era transformá-los em navios de escolta anti-aéreos e anti-submarinos. No entanto, a idade avançada dos navios desaconselhava tamanho dispêndio de capital, face ao horizonte de vida activa de 5/6 anos.⁹⁵⁰

Esta transformação da função estratégica da Armada observa-se de forma clara na evolução da composição da esquadra portuguesa entre 1950 e 1956, de uma força ainda muito ancorada no modelo de estratégia naval dos anos 30 para outra visando defender as linhas de comunicação atlânticas. Essa função só dá coerência à força naval portuguesa porque esta é uma pequena parte de um todo muito maior denominado OTAN. Assim, a despeito dos navios adquiridos nos anos 50 serem quase todos unidades bem mais pequenas que as adquiridas cerca de 25 anos antes, a força naval portuguesa foi muito mais atlantizada porque passou a ter uma função estratégica pensada, não em termos da defesa de Portugal, mas da Europa e da interligação do espaço transatlântico.

Entre 1950 e 1956 a Armada portuguesa veria acrescida à sua ordem de batalha 12 novos draga minas. Tratavam-se de duas classes distintas, uma costeira de 384 toneladas de deslocamento composta pelos navios Ponta Delgada, Angra do Heroísmo, Vila do Porto, Santa Cruz, Horta, Lajes, Velas e S. Pedro. Outra de carácter oceânico, composta por quatro navios de 750 toneladas de deslocamento, o São Jorge, Pico, Graciosa e Corvo. Ambos os tipos de draga-minas tinham sido construídos nos EUA, os costeiros entre 1953 e 1954 e oceânicos entre 1954-55, e fornecidos ao abrigo do MDAP. Além destes navios, em 1955, a Armada recebera também 3 escoltadores de origem francesa, construídos em Dijon, de 325

⁹⁵⁰ A questão da renovação dos contra-torpedeiros no início dos anos 50 pode ser vista no AGM, Estado Maior Naval, Núcleo 224 Caixa 1142, O documento citado aparece com o título de Apontamento e não contém data. No entanto, a maioria dos documentos da caixa datam de 1951-52.

toneladas.⁹⁵¹ António Telo refere ainda a aquisição de mais quatro dragaminas costeiras da classe Ton/São Roque, planos oriundos da Grã-Bretanha, mas fabricados efectivamente na CUF entre 1954 e 1957.⁹⁵² É de relevar o diferencial de tonelagem entre as aquisições dos anos 30 e a dos anos 50. Nas primeiras pontuavam navios entre as 1200 e as 2200 toneladas. Na segunda, os navios rondam entre as 300 e as 750 toneladas, jamais ultrapassando as 1000.⁹⁵³

São navios mais pequenos, de maior especialização, só compreensível num contexto onde cabe a Portugal uma função muito específica num âmbito mais alargado da OTAN. Esta função visa a protecção das bases da OTAN em território nacional e as linhas de comunicações marítimas inter-territoriais nacionais num conflito pelo domínio das linhas de comunicação transatlânticas. Essa especialização revela por seu turno uma menor autonomia estratégica, na medida em que os meios mais efectivos da Armada são expressão de uma dependência funcional resultante da estratégia global da OTAN. De facto, com a excepção das duas fragatas adquiridas 1947/48 na Grã-Bretanha, despojos da anterior guerra, os navios mais pesados da Armada eram os envelhecidos navios adquiridos nos anos 30, já com capacidade muito limitadas.⁹⁵⁴ A despeito de perda de autonomia operacional,⁹⁵⁵ a Armada

⁹⁵¹ Estas indicações foram recolhidas em Cf. Listas dos Navios da Armada (1950 e 1956), (s/l), (s/d), pp. 9-12. e da Listas dos Navios da Armada, (s/l), 1954.

⁹⁵² Cf. António Telo, 1999, p. 488.

⁹⁵³ Na realidade foram também fornecidos três fragatas no âmbito dos programas de rearmamento da OTAN, as fragatas Diogo Cão (construídas nos EUA da classe John C. Butler) e a fragata Pero Escobar fabricada em estaleiros italianos. As primeiras deslocavam 1350 toneladas e a segunda 1600, sendo o navio mais pesado de todo o programa naval efectuado no âmbito da OTAN. Observe-se que os avisos de 1ª classe de programa dos anos 30 deslocavam cerca de 2500 toneladas. Sobre as fragatas OTAN, Cf. António Telo, 1999, p. 489 e António Emílio Sachetti, “A Marinha nos 50 Anos da NATO”, *Nação e Defesa*, Nº 89, Primavera de 1999, p. 92.

⁹⁵⁴ Os contra-torpedeiros tinham contudo sido modernizados entre 1947 e 1949 nos estaleiros Yarrow.

⁹⁵⁵ Para além de a esquadra planeada nos anos 30 ser de pura autoria dos comandos militares nacionais, ao contrário do que sucede nos anos 50, que deriva das necessidades globais do planeamento estratégico da OTAN, os navios adquiridos nos anos 30 permitiam, conquanto se

por via da sua integração na estratégia da OTAN, ganhava autonomia política interna.

Esta situação não significa que a Armada se contentasse com uma pequena força naval. Nos anos 50, a Armada, prosseguirá com a visão teórica que o Comodoro Correia Pereira apresentara em 1949 de constituir uma força de batalha autónoma para poder travar uma “guerra de comunicações”. Nos anos cinquenta, a Armada defenderá pela pena dos seus teóricos, um reforço das suas capacidades operacionais, nomeadamente, relevando a importância desta para as ligações com o ultramar e com as importantes bases estratégicas atlânticas de Portugal.⁹⁵⁶ Um dos elementos essenciais para o reforço das capacidades da Armada era o seu reequipamento com porta-aviões ligeiros, que lhe dessem capacidade de ataque a muito longa distância, simultaneamente permitindo-lhe uma maior ubiquidade de intervenção nos plurais e pluricontinentais territórios portugueses.

Esta ideia é por exemplo, expressa por Manuel Pereira Crespo nas páginas dos ACMN. Segundo esse autor, nos países com territórios disseminados por vários continentes, as Forças Armadas devem ser constituídas por forças ligeiras com reservas transportadas em helicópteros e esquadrilhas de aviões de assalto, não podendo dispensar-se as bases aéreas móveis como os porta-aviões e os porta-helicópteros, sendo as unidades anfíbias indispensáveis.⁹⁵⁷ O apelo ao reequipamento da Armada com porta-aviões trazia consigo uma vantagem corporativa, o de permitir o reapossamento de velha aviação naval transferida para a FAP, a de justificar e legitimar uma aviação específica da Armada. Infelizmente para a Armada, jamais houve força política e recursos financeiros para criar-se

pudesse constituir uma flotilha, alguma autonomia operacional, ou seja, a capacidade de operações militares independentes de alguma envergadura, facto que não sucedia com as flotilhas de draga-minas e escoltadores.

⁹⁵⁶ Sobre este assunto, *Infra*, I parte.

⁹⁵⁷ Cf. Manuel Pereira Crespo, 1956, p. 160.

uma efectiva frota aero-naval. A Armada, dependente como o Exército, do apoio da OTAN/MDAP para o seu reequipamento teve de se contentar com uma esquadra delimitada às reais possibilidades nacionais. Mas por seu turno, a OTAN dinamizou uma maior autonomia da Armada no contexto da política de defesa nacional, ao valorizar o seu papel na política de defesa do Pacto do Atlântico.

A autonomia da política de defesa naval resulta do facto de as missões e objectivos da Armada passarem a depender das orientações da OTAN, é certo, após negociações políticas. Neste sentido, a primazia e proeminência do Exército é esbatida pela integração de Portugal no planeamento estratégico da Aliança Atlântica. Como afirma António Sachetti, foram pressões dos EUA e da Grã-Bretanha que tornaram mais favorável à Armada o *Medium Term Plan* apresentado pelo governo português à OTAN em 1954.⁹⁵⁸ Não deixa de ser interessante notar que já nas conferências com Montgomery, onde Santos Costa tanto procurara valorizar a participação do Exército, o mesmo tivesse ressalvado que o fundamental era a preparação das forças navais e aéreas. Dizia o marechal Montgomery que o Exército não entraria na batalha logo no primeiro dia, contrariamente às forças navais e aéreas, activas desde a primeira hora, pelo que estas deviam ser prioritariamente organizadas.⁹⁵⁹ A Armada ganha assim alguma margem de manobra para atingir determinados objectivos que acalentava à já tempo. É o caso, salientado por António Telo, do Comando de Defesa Marítima dos Açores e da base naval de Ponta Delgada, projecto que já advinha dos anos 30 e fora sempre torpedeado pelo governo.⁹⁶⁰

⁹⁵⁸ Cf. António Emílio Sachetti, *Op. Cit.*, p. 92.

⁹⁵⁹ Cf. ANTT/AOS/CO/PC – 78M, Pasta 1, N° 1, Documento intitulado Apontamento da Conversa, Conferência entre o Ministro da Defesa e o Marechal Montgomery (30-IV-1952), f. 41.

⁹⁶⁰ Cf. António Telo, 1996, p. 283.

De facto, o mesmo autor observa que foi política de Santos Costa desvalorizar o papel e as possibilidades da Armada. Em contraponto, a megalomania dominava os seus propósitos de objectivos-força para o Exército e para a Força Aérea na sua mais directa dependência.⁹⁶¹ Ora, a postura positiva dos planeadores da OTAN face ao reforço das capacidades da Armada, potenciaria a sua autonomia política nos anos 50 face a Santos Costa e ao Exército.⁹⁶² Essa autonomia política, suportada no papel que a OTAN lhe consignava, permitiu o desenvolvimento de uma força naval mais moderna e mais especializada, quer em termos de função, quer em termos técnicos, como releva António Telo.

2.7.4.) A Integração da Força Militar (1950-1958)

A participação portuguesa na OTAN teve um efeito paradoxal nas estruturas militares do país, na medida em que acentuando as lógicas divergentes que já advinham de antanho, acabou não obstante por gerar uma muito maior unificação do sentido estratégico da força militar, visto que lhe deu uma finalidade comum e única. Por um lado, a participação portuguesa na OTAN reforçou a tendência epirocratizante do Exército e talassocratizante da Armada. Esta tendência divergente, não foi produto da própria OTAN, mas incrustava-se em tendências advindas de há longo tempo. Desde sempre, o Exército centrara a sua visão na raia fronteiriça luso-espanhola, e o avanço em direcção aos Pirenéus em meados dos anos 40, mais não fizera que acentuar essa dinâmica. A raia deixava de se situar na fronteira luso-espanhola para avançar para a linha pirenaica, para a fronteira hispano-francesa, baluarte e *limes* do ocidente face à URSS e seus

⁹⁶¹ Idem, p. 281.

⁹⁶² Poder-se-á pôr a hipótese de a nomeação de Américo Thomaz para candidato a Presidente da República por parte do regime em 1957 reflectir em parte o peso político mais acrescido da Armada no contexto das Forças Armadas.

aliados. Este acontecimento era produto da transformação da guerra e da “mundialização da estratégia”, ou seja, da continentalização e oceanização dos campos de batalha, reflexo da dilatação do espaço e da condensação do tempo estratégico. Posteriormente, o Exército recebeu como missão, o aprontamento de uma divisão e depois de um corpo de exército para apoiar a defesa do Sul de França ou mesmo da Europa central face a uma possível invasão oriunda da URSS e do bloco comunista.

A OTAN obrigou de facto a política de defesa e a política externa portuguesa a ter de se preocupar e a ter de intervir nas questões da Europa central, contra a tradição geopolítica e geoestratégica nacional de as evitar. A participação de forças militares portuguesas nas questões da Europa central, não sendo aqui e ali novidade, fora contudo sempre vista como efectuada por regimes aventureiristas ao arrepio da tradição da política externa do país.⁹⁶³ Fora o caso da intervenção na Grande Guerra.⁹⁶⁴ Mas a transformação da guerra gerara modificações essenciais na clássica visão que desde o século XVII, e mesmo antes, substanciara a política externa de Portugal. O avanço do *limes* português para os Pirenéus era já um reflexo da impacto da transformação da guerra, dessa mundialização da estratégia e da tactificação da estratégia, conceitos desenvolvidos pelos teóricos portugueses para exprimir a ideia de que com as novas tecnologias automóveis e aéreas, o campo de batalha e a guerra ganhara dimensões continentais e pluricontinentais.⁹⁶⁵

⁹⁶³ Sobre a modificação substancial que a integração na OTAN representou para a tradicional política externa portuguesa, veja-se por exemplo, Cf. Nuno Severiano Teixeira, 1993, p. 72.

⁹⁶⁴ Sobre o intrincado problema da intervenção portuguesa na Grande Guerra e a oposição interna à participação nacional, o trabalho mais recente de Cf. Nuno Severiano Teixeira, O Poder e a Guerra, 1914-1918, Objectivos Nacionais e Estratégias Políticas na Entrada de Portugal na Grande Guerra, Lisboa, 1996.

⁹⁶⁵ Veja-se a I parte deste trabalho. Os dois conceitos foram já desenvolvidos nessa parte. Saliente-se que ambos remetem para a ideia de um duelo intra-continental e inter-continental entre estruturas de poder estratégico coligadas, não para embates entre países autónomos. Um dos elementos centrais desta evolução era a assumpção que a valorização das posições portuguesas dependia igualmente da boa vontade ou da atitude favorável da Espanha para com Portugal. De facto, a defesa das posições portuguesas, tal como a da posição britânica de

Mas paradoxalmente, a OTAN também reforçava e valorizava, de que maneira, o papel do Atlântico e da Armada na defesa nacional e na defesa da OTAN. Com efeito, a participação portuguesa no Pacto do Atlântico, era antes de mais nada, uma expressão do valor das fundamentais posições geoestratégicas lusas no atlântico com relevo para as ilhas açorianas. A OTAN, ou seja, os líderes militares norte-americanos e britânicos acentuavam fundamentalmente o papel central e a mais-valia que a Armada fornecia à política de defesa portuguesa e à defesa do ocidente, por oposição à visão que o Ministro da Defesa Nacional e o regime tinham em valorizar a posição do Exército. Ou seja, de uma forma, ou de outra, a OTAN favorecia as dinâmicas contraditórias e divergentes que tinham caracterizado as posições da Armada e do Exército nas últimas décadas, mas essa dualidade era esvaziada, morigerada porque ambos os Ramos na sua divergência interna, tinham com a participação na OTAN uma finalidade, uma função comum, a defesa do ocidente, cada um dando um pequeno contributo à segurança ocidental e eram extremamente influenciados pela qualidade técnica e operacional que encontravam nos membros mais destacados da Aliança Atlântica com fortíssimas experiências de guerra.

O Pacto do Atlântico representou uma imensa revolução nas relações entre os Estados europeus. Em boa medida, representou uma ruptura absoluta com o modelo clássico de relacionamento inter-estatal, tal como fora conhecido desde o século XVI/XVII com a institucionalização do denominado Modelo de Vestfália. A um sistema multipolar centrado

Gibraltar só podiam ser estrategicamente potenciadas se assegurada a protecção ou a neutralidade espanhola. É assim que a despeito de não integrada na OTAN, a Espanha foi com os acordos com os EUA, em 1953, inserida no sistema de defesa ocidental. Sobre este assunto, vejam-se por exemplo as obras de António Marquina Barrio ou Manuel Espada Burgos. Cf. Bibliografia.

exclusivamente na Europa, ao denominado “concerto” europeu,⁹⁶⁶ onde as alianças se faziam e desfaziam conforme os equilíbrios momentâneos se rompiam, sucedia um sistema bipolar, um sistema de soma nula na Europa, ao mesmo tempo, que no globo surgiam novos actores com peso maior ou menor, mas sempre influente. Para o continente europeu, o sistema bipolar significou a constituição de uma fronteira que dividia seu espaço central, a “Cortina de Ferro” na expressão de Winston Churchill e no acoplamento da parte ocidental ao continente norte-americano para lhe assegurar profundidade geopolítica e geoestratégica.

É esta realidade que explica porque em última análise a divergência e a contradição na evolução da política de defesa (militar) nacional terminaria por fazer coincidir e combinar a mesma. A defesa do acoplamento euro-norte-americano dependia da defesa da Europa Central que ficara do lado de cá da “Cortina de Ferro”, ou seja, da Alemanha Ocidental e do Benelux, mas essa defesa, militar e terrestre como teria de ser, só podia ser suportada e sustentada no imenso manancial de poder industrial e tecnológico norte-americano, ou seja na garantia que as comunicações no oceano Atlântico manter-se-iam possíveis para apoiar material, humana e logisticamente a defesa do ocidente da Europa. Assim, quer a Armada, quer o Exército acabavam por ter uma finalidade política e estratégica comum, para lá das suas divergências, finalidade essa que os obrigara a se adaptar às necessidades da aliança, que eram expressão dos interesses das principais potências desta, com um peso muito especial dos EUA. Como eram os EUA, ou melhor, as forças militares norte-americanas que definiam o padrão global da eficácia das forças da OTAN, as forças armadas portuguesas tiveram de progressivamente encaixarem-se no

⁹⁶⁶ Sobre a origem do denominado “Modelo de Vestfália” e sobre o “concerto” europeu, veja-se por exemplo a obra de Cf. Henry Kissinger, *Op. Cit.*, pp. 56-78.

padrão de qualidade referido, que por seu turno reflectia as possibilidades reais de potencial económico e militar da nação portuguesa.

Dependendo para todos os efeitos dos fornecimentos de material de guerra que os países da OTAN, e nos anos 50, especialmente os EUA, podiam ou achavam que deviam fornecer às Forças Armadas portuguesas, Portugal viu estas serem delimitadas às suas reais possibilidades, aos limites da sua eficiência, isto é, a uma divisão quase completa de infantaria mecanizada, a algumas forças ligeiras de segurança e a uma Armada centrada na guerra anti-submarina⁹⁶⁷ e equipada fundamentalmente com navios de escolta, patrulhas e draga-minas para operar no mar próximo e na extensão do triângulo estratégico português, ambas apoiadas numa pequena força aérea de defesa do espaço aéreo luso e de cooperação terrestre e naval. Na prática, ao morigerar a tendência de ambos os Ramos, mas principalmente do Exército para o aumento exponencial de forças que não eram alcançáveis na realidade, ao criar uma força mais equilibrada, balanceada, e eficiente, se bem que menor que o antevisto pelos planeadores político-militares portugueses, mas dotada de uma finalidade comum, a defesa da Europa ocidental assente no acoplamento euro-norte-americano, a OTAN contribui para a integração da força armada, para instituir-lhe um princípio de acção comum, para lhe fornecer um lógica agregadora. No final dos anos 50, não deixava de haver, como ainda hoje não deixou de haver quezílias e divergências, mas a finalidade da função de cada Ramo e a questão de qual a primazia na política de defesa, se o continente, se a mar, fora sobrepujada pela função geral de defesa global do ocidente, de sustentar a linha do Elba e de defender as cruciais comunicações marítimas do atlântico.

⁹⁶⁷ João Freire refere que nos anos 50, a Armada nunca teve navios com capacidade de acompanhar as grandes esquadras de batalha. Cf. o autor, *Op. Cit.*, p. 107.

Não deixa talvez por isso de ser sintomático que no final deste período se observe a constituição de um comando unificado das Forças Armadas, não ao nível do topo político onde perviviam os Ministérios da Marinha e do Exército e o Ministro da Defesa Nacional, teoricamente dotado de poderes de coordenação, além da menorizada subsecretaria da Aeronáutica, mas ao nível do comando operacional com a reconstituição e a remodelação do cargo de Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas (CEMGFA). Em 1956, no período definido por Fernando Rosas como o das “mudanças invisíveis”,⁹⁶⁸ era promulgada a Lei 2084 de 31 de Agosto,⁹⁶⁹ que criava a tão esperada cúpula da estrutura da Nação para a Guerra. Ela afiançava a absoluta hegemonia do governo no que tocava à direcção e gestão das Forças Armadas. Na realidade, depois de afirmada a obrigatoriedade de toda a nação colaborar na defesa nacional, preparando-a moral, técnica, administrativa e economicamente (bases I e II), relevava-se que cabia ao governo promover, orientar e dirigir a defesa nacional.

Quanto à Presidência da República, esta seria mantida ao corrente, visto que nos casos de declaração de guerra ou paz, o presidente teria de estar em acordo com a Assembleia Nacional, nos termos constitucionais.⁹⁷⁰ Como se pode depreender, a Presidência da República ficava com os poderes totalmente esvaziados no que se refere à definição e à direcção da política de defesa. A sua função era meramente protocolar.⁹⁷¹ A este nível, ao nível da definição da política de defesa nacional, a subordinação de todos os actores ao governo era inapelável. A Lei 2084 confirmava a total subordinação da política de defesa e das estruturas de defesa nacional ao Presidente do Conselho de Ministros e ao Conselho de Ministros. Era a

⁹⁶⁸ Cf. Fernando Rosas, 1994, p. 419.

⁹⁶⁹ Cf. Ordem do Exército, 1ª Série, Nº 4, Lei 2084 de 31 de Agosto de 1956, pp. 157-172.

⁹⁷⁰ Idem, bases VI, VII e VIII, pp. 159-160.

⁹⁷¹ É exemplar a leitura das cartas de Salazar a Craveiro Lopes para se observar a redução da Presidência da República a funções protocolares. A maioria das cartas lida com condecorações e outras funções protocolares como inaugurações. Cf. Manuel José Homem de Mello, Lisboa, 1983.

afirmação da hegemonia de Salazar. Essa hegemonia era igualmente visível na recomposição do CSDN. Se na Lei 2051, a participação militar fora reduzida ao CEMGFA, aos Ministros da Defesa Nacional, da Marinha e do Exército e ao Subsecretário da Aeronáutica (cf. *Infra*), a Lei 2084 reduzia ainda mais essa participação ao Ministro da Defesa Nacional e ao CEMGFA.⁹⁷² Mas era uma hegemonia aparente.

O CEMGFA por seu turno era referido como sendo secretário-geral da Defesa Nacional e o conselheiro técnico militar do Ministro da Defesa Nacional, funções que já advinham da Decreto-Lei 37.909, mas passando igualmente a superintender na execução das decisões do ministro no que respeitava aos três ramos das Forças Armadas e a responsabilizar-se pela condução das operações militares.⁹⁷³ Esta posição hierárquica dava um poder muito mais acrescido do que se pode pensar ao CEMGFA. Na realidade, toda a dimensão estratégico-operacional passava a ser dirigida e superintendida pelas suas mãos. É certo que ao nível da definição da política global de defesa e das directrizes gerais, o CEMGFA estava subordinado ao Ministro da Defesa Nacional e ao Presidente do Conselho, mas ao nível prático da acção diária, da decisão operacional, como a própria lei afirmava, a responsabilidade era sua.⁹⁷⁴ Esta posição dava-lhe

⁹⁷² Cf. Ordem do Exército Nº 4, Lei 2084 de 31 de Agosto de 1956, Base XIII, p. 161. O que levou ao aparecimento de um texto profundamente crítico nos ACMN, não assinado, em que o/os Autor/res salientavam que face à possibilidade do Ministro da Defesa Nacional poder ser civil, a representação militar ficaria reduzida a um elemento, o CEMGFA, dificultando o relacionamento da finalidade política com os objectivos militares, situação tanto mais paradoxal quando o CSDN lidaria com questões de organização das forças militares, do rearmamento e da condução geral das operações militares, além de que sendo de tão elevada complexidade a especialização dos três Ramos, o CEMGFA, vindo de um só deles, não conseguir abarcar a totalidade das problemáticas que poderiam aparecer. Cf. “Organização Geral da Nação para Tempo de Guerra”, ACMN, Nº 4º a 6ª, Abril a Junho de 1956, pp. 109-116. Não deixa de ser relevante a crítica surgir nas páginas dos ACMN, visto ser a Armada, o Ramo que mais poderia perder com a redução da composição do CSDN a um elemento oriundo das FA, derivado da maior proeminência que no regime tinha o Exército.

⁹⁷³ Cf. Ordem do Exército Nº 4, Lei 2084 de 31 de Agosto de 1956, base XVII, pp. 163-164.

⁹⁷⁴ Como refere a Lei 2084, em tempo de guerra, “O chefe do Estado Maior General das Forças Armadas responde perante o Presidente do Conselho e o Ministro da Defesa Nacional pela preparação e conduta militar do conjunto de operações que são da sua responsabilidade.” (base

outra dinâmica e reforçava o seu papel integrador dos diversos ramos das Forças Armadas. Isto significava que ao nível prático, ao nível da dimensão da acção, o operacional, o da estratégia da acção,⁹⁷⁵ na definição teórica francesa, o CEMGFA ganhava margem de manobra, margem de acção. Assim, e por paradoxal que pareça, no momento, em que ao nível político, ou político-estratégico, a legislação retirava todo o protagonismo ao poder militar, ao nível Operativo, ao nível da Estratégia Operacional, da estratégia da acção, o poder militar ganhava força e autonomia, porque se firmava internamente um comando unificado na pessoa do CEMGFA.⁹⁷⁶

É também no contexto dos poderes do CEMGFA que a partir de 1956 se começaria a processar um movimento de reorganização das Forças Armadas, já não com vista a enfrentar o exército e a armada soviética na Europa e no Atlântico, mas as potenciais dissensões que se anteviam no continente africano. Essa reorganização foi facilitada pelas modificações no Conselho Superior Militar (CSM). Enquanto na Lei 2051 de 1952 a composição do CSM era mais política, com a presença do Presidente do Conselho de Ministros e dos Ministros da Defesa Nacional, da Marinha, do

XIX). Idem, *Ibidem*, p. 165. Veja-se também a p. 163. O CEMGFA era dotado de claras competências e responsabilidades no campo operacional, isto é, no campo prático das decisões e das acções militares. A sua autonomia era consideravelmente acrescida, passando de facto a deter um papel de unificador da estratégia geral militar.

⁹⁷⁵ O Conceito francês de estratégia da acção opõe-se ao da estratégia da dissuasão. O segundo visa conter, o primeiro agir. O conceito contudo expressa na óptica desta obra, o que sucedeu com a definição global de defesa expressa pela Lei 2084. Na realidade, cabendo ao poder político, expresso no Presidente do Conselho de Ministros, no Conselho dos Ministros e no Ministro da Defesa Nacional a orientação global da defesa nacional, isto é, a definição da ameaça e a indicação da modalidade de defesa a implementar, a aplicação na prática, a activação dessas orientações dependiam do CEMGFA, ou seja, a acção, a operacionalização da visão política era função do CEMGFA, pelo que o papel activo deste no processo, lhe dava por paradoxal que seja, um poder agir muito maior do que outrora, quando a gestão corrente das coisas militares passava pelos Ministros das pastas militares, não sendo nada útil relembrar que fora por essa razão que Salazar nos anos 30 buscara apossar-se da pasta da guerra.

⁹⁷⁶ J. Medeiros Ferreira releva igualmente o papel do CEMGFA na autonomização política das Forças Armadas a partir de 1956, Cf. O autor, 1992, p. 262. Fernando Rosas segue igualmente esta opinião salientando que a criação do Estado Maior General das Forças Armadas (EMGFA) e do Conselho Superior Militar (CSM) favoreceu a autonomização do corpo superior militar da tutela do regime, sendo elemento essencial da possibilidade da Abrilada de 1961. Cf. Fernando Rosas, Lisboa, 2001, p. 172.

Exército e do Subsecretário da Aeronáutica, além do CEMGFA e do Secretário Adjunto da Defesa Nacional,⁹⁷⁷ a Lei 2084 tornava a composição do organismo muito mais militar, desaparecendo o Presidente do Conselho de Ministros, mas acrescentando os Chefes de Estado Maior do Exército, da Armada e das Forças Aéreas, além dos respectivos titulares das diversas pastas militares.⁹⁷⁸ Em termos práticos, o CSM passava a agregar e a reunir a totalidade dos comandos militares nacionais, facilitando por isso as trocas de opiniões entre os diversos Ramos, e a constituição de um pensamento estratégico global e comum para o conjunto das Forças Armadas.⁹⁷⁹

A reformulação de funções e objectivos das Forças Armadas durante os anos 50 expressava a progressiva maior autonomia da força militar face ao poder político, autonomia esta que advinha da sua mais larga independência na dimensão organizativa e operacional-(operativa)-táctica gerada pela integração na OTAN e que paradoxalmente, a Lei 2084 facilitou. E esta autonomia resultava do papel central da OTAN na reorganização do conjunto das Forças Armadas portuguesas pela possibilidade que estas tiveram de aceder a uma forma distinta de observar e compreender a realidade das relações de poder global e de eficiência das forças militares. No fundo, ele confirmava aquilo que Salazar sempre receara e que o levava a ser extremamente suspicaz das negociações militares com a Grã-Bretanha nos anos 30, ou seja, que um maior inter-relacionamento com um poder militar exterior autonomizasse a força militar do Estado Novo e a tornasse uma muito maior ameaça ao seu poder. Esse facto seria confirmado em 1961, e o fracasso da intentona não deve desconsiderar esta evolução. Tivesse a abrilada de 1961 sido um sucesso, e desde logo o impacto da OTAN na transformação das Forças Armadas teria

⁹⁷⁷ Cf. Ordem do Exército Nº 1, Lei 2051 de 29 de Fevereiro de 1952, Base III, p. 2.

⁹⁷⁸ Cf. Ordem do Exército Nº 4, Lei 2084 de 31 de Agosto de 1956, Base XV, p. 162.

⁹⁷⁹ Não deixando de nos relembrar a técnica de Salazar de dar para tirar. Neste particular caso. Retira militares do CSDN para em seguida lhes dar o órgão quase totalmente na sua posse, o CSM.

posteriormente sido salientado e considerado como fundamental para o derrube do regime à época.⁹⁸⁰

⁹⁸⁰ Podendo-se considerar a tempestade delgadista como uma primeira expressão do impacto da OTAN na política portuguesa. Humberto Delgado fazia parte da geração que assumira à altura altos postos nas Forças Armadas e no Exército em particular, que servira o Estado Novo, e que depois, influenciado pelos ventos otanistas pretendia reformar Portugal. Aquando da sua campanha eleitoral, várias intentonas estavam previstas, mas jamais saíram, porque a turbulência social e política produzida à altura intimidou os chefes militares, fortemente anti-comunistas e receosos de um aproveitamento comunista do “caos”, facilitando a sua reagregação a Salazar. Foi talvez o receio de excessiva turbulência social e política que gerou a extrema prudência dos golpistas e liquidou a abrilada de 61.

Conclusão

1) A Dimensão Política

1.1. A Hegemonia Relativa de Salazar sobre as Forças Armadas

Salazar ascendeu à pasta da guerra em Maio de 1936. Esta ascensão, para a historiografia do Estado Novo, simboliza e significa a afirmação do domínio político de Salazar sobre as Forças Armadas. Sem dúvida que Salazar se afirma a partir de 1936 como o chefe do Exército, mas essa chefatura teria um preço, o da subordinação de Salazar à modalidade de defesa militar, à modalidade de Política Militar e Política de Guerra (estratégia nacional) pensada pela fracção terrestre das Forças Armadas, apoiado num dos teóricos dessa mesma concepção, Santos Costa.

A política de defesa passaria a ser a política de defesa tal como pensada pelo Exército, a do exército de massas, que Salazar procurou mitigar, pelos custos, mas jamais inviabilizar, precisamente, porque a combinação da chefatura política e da chefatura militar (do Exército) o tornava, simultaneamente, o subordinador político, e o representante supremo dos militares (de terra). Esta situação reflectia por seu turno o facto de não haver de facto um único órgão militar, mas dois, o Exército e a Armada, não ramos da mesma árvore, mas virtualmente, forças militares independentes uma da outra.

1.2. A Noção de Forças Armadas: A Existência de Duas Forças Separadas com Ministérios Próprios

Até ao 25 de Abril e à constituição Democrática, a noção de uma entidade militar nacional deve ser algo relativizada. Até 1950, havia

efectivamente duas entidades militares separadas em Portugal, o Exército e a Armada, cada uma com direito a um ministério respectivo, ministério que representava o topo orgânico político-administrativo da entidade militar que geria. Depois de 1950, a despeito da criação do Ministro da Defesa Nacional, com uma função coordenativa, a situação manteve-se praticamente na mesma, derivado dos limitados poderes de facto do novo departamento governamental (dependia administrativa e politicamente da Presidência do Conselho de Ministros).

Em termos práticos e em termos teóricos, apesar das contínuas afirmações de cada Ramo em prol da unidade intrínseca da força militar, na realidade, não havia unidade, nem organizacional, nem teórico-conceitual, nem estratégica, nem táctica da Força Armada. Essa unidade só se consubstanciava a um nível muito alto, e pouco unificador, da organização política do país e ao nível simbólico nacional. A Força Armada dependia do Conselho de Ministros e da Presidência da República e era a Força Armada de Portugal. Estas duas dimensões tinham contudo pouquíssimo impacto real na definição da política de defesa (militar), pelo que as duas entidades, viviam na prática da sua acção militar de costas voltadas. Esta situação expressava-se de forma bem evidente na visão geoestratégica das duas forças, cada uma focalizada na sua dimensão específica, a terra ou o mar, sem ter efectivamente em conta a realidade geográfica concreta de Portugal.

1.3. Da Direcção Política e da Gestão Política: Do Exército ao Serviço do Estado ao Exército ao Serviço do Regime

Desde a sua ascensão ao Ministério das Finanças que uma das preocupações fundamentais de Salazar se centrou na questão militar, ou seja, no retorno das Forças Armadas aos quartéis. A partir de 1930, toda

uma série de medidas seriam tomadas com vista a afirmação progressiva do poder político sobre o poder militar. Por um lado, procurar-se-ia o retorno aos quartéis pelo reforço da focalização das Forças Armadas no seu *métier* específico, através de uma política de rearmamento, que concentrasse a atenção dos militares no novo material militar e aprimorasse a sua postura profissional. Por outro lado, pela reformulação da estrutura e direcção das Forças Armadas que assegurasse e afirmasse o domínio do poder político sobre o militar. A criação do CSDN em 1935 seria fundamento da afirmação da subordinação da direcção militar à direcção política.

Cabia ao CSDN a definição da política de defesa do país, mas esta direcção não permitia de facto gerir por dentro o aparelho militar, na medida que a gestão política deste cabia respectivamente a cada um dos ministérios militares. Dirigir significava que as grandes orientações da política de defesa eram emanadas do governo e tão só. Para um efectivo controlo da Força Armada era crucial geri-la por dentro, ou seja, controlar toda a sua estrutura interna orgânico-administrativa-estratégico-táctica, facto que só com a ascensão de Salazar ao Ministério da Guerra foi possível no caso do Exército.

1.3.1.) A Pasta da Guerra e a Presidência da República

Durante o Estado Novo, a Presidência da República foi foro militar, a despeito de Salazar ter algumas vezes posto na mesa a questão de a civilinizar. O foro militar sobre a Presidência da República exprimia por sua vez o peso muito especial das Forças Armada no regime, fundamento da sua instituição e salvaguarda, tanto quanto ameaça directa à sua pervivência. Apesar disso, a Presidência da República (militar) teve quanto muito um impacto indirecto na estruturação da política de defesa. Não se conhece opinião formulada por Carmona ou Craveiro Lopes sobre a

modalidade da defesa nacional a desenvolver. É provável que do alto da sua magistratura e *por cause*, se inibissem de formular uma visão própria, caso a tivessem. Não obstante, seria errado afirmar que eram alheios à política de defesa (militar). De facto, ambos foram instrumentos essenciais de pressão para a consecussão de uma política de defesa (militar-terrestre) o mais possível de acordo com a vontade geral do Exército. Em suma, ambos funcionariam como meio de pressão da força militar para forçar a consecussão de determinados objectivos da mesma (nomeadamente, Carmona, nos anos 30, aquando dos seus discursos presidenciais na abertura das legislaturas da Assembleia Nacional, jamais deixava de ressaltar a importância da reforma militar). Isto explica também o progressivo desfasamento entre Santos Costa e Craveiro Lopes, com este a tornar-se um pólo aglutinador de correntes dentro do Exército cada vez mais hostis à forma como o Ministro da Defesa Nacional lidava com a reestruturação e reorganização militar da força terrestre.

1.4. A Gestão Militar do Regime e a Hegemonia do Exército na Política de Defesa Militar (1936-1949)

Salazar foi ministro do Exército, não da defesa, nem das Forças Armadas. Esta distinção é importante para perceber a política de defesa efectuada a partir de 1936. É certo que a eclosão da Guerra Civil Espanhola nesse ano, e depois da Segunda Guerra Mundial, contribuiria inicialmente para valorizar o papel do Exército, mas por si só esse facto não teria obrigado a uma política de defesa tão centrada na dimensão terrestre, não fosse o facto de Salazar na Pasta da Guerra lidar fundamentalmente com os Altos Mandos militares de terra. A Pasta da Guerra tornou-se por antonomásia, quase se pode dizer, a pasta da defesa e a defesa passou a significar o Exército. Assim, a gestão política do Exército por Salazar,

significou a gestão da defesa pelo Exército e a definição de uma estratégia militar terrestre, assente num exército de massas, tão só mitigado pelos custos financeiros, na consecução da defesa nacional, facto ainda mais facilitado pelo facto de a mobilização de tropa ser bem mais barato que a constituição de uma apreciável força naval.

Conluíram-se assim na formulação da política de defesa (militar) nacional dois factores, um interno, o peso político do Exército e a gestão da pasta da guerra por Salazar, resultante do primeiro dado, facto reforçado por um factor externo, a pressão continental derivada da Guerra Civil de Espanha e do triunfo germânico na primeira fase da II Guerra Mundial que acentuou a pressão epirocratizante. Como a questão espanhola jamais deixou de ser um problema, pese o bloco ibérico, derivado da suposta vulnerabilidade do regime de Franco, que entrechocava com a questão da sobrevivência do regime português, a pressão continentalizante manteve a sua acuidade e valorizou a política militar terrestre.

1.5. A Armada no Limbo da Política Militar de Defesa

Apesar de um vasto espaço ultramarino sobre domínio de Portugal, a Armada por via da gestão directa de Salazar sobre o Exército e por via dos constrangimentos financeiros, foi progressivamente posta num limbo na consecução da política (militar) de defesa do país. Com um reduzido número de unidades navais para tão vastas necessidades operacionais, jamais teve meios suficientes para ocorrer a todas, dispersando-se ao ponto de tornar irrisíveis as suas capacidades militares. Pelo contrário, apesar das enormes debilidades militares, o simples facto de o Exército puder multiplicar os seus efectivos, tornou-o mais credível como instrumento da defesa de Portugal, ao ponto de mesmo a defesa insular dos Açores lhe ter sido assignada. A partir de 1936, o reequipamento da Armada vai ser

complicado pela falta de interesse e de recursos do Estado, pela sua desvalorização como instrumento da defesa nacional, facto ajudado pela viragem continental da política militar e naval, fruto da pressão epirocrática. A busca do mais vasto exército de massas constrangeu o crescimento da Armada, e fez com que mesmo a defesa dos Açores e em geral das ilhas atlânticas fosse subordinada a uma concepção estratégico-militar terrestre. À Armada ficariam tão só assignadas missões de complementaridade da defesa terrestre, fosse de vigilância e alerta nas defesas insulares, fosse na evacuação da soberania em caso de invasão do continente.

1.6. A Gestão Dual e o Renovo da Tensão na Definição de uma Política de Defesa: Os Anos da OTAN (1949-1958)

A revalorização do papel da Armada vai ser efectuada nos anos OTAN. Com efeito, para os EUA e para a GB, a função estratégica e geoestratégica de Portugal situava-se na valoração das suas posições atlânticas e na contribuição da Armada portuguesa à protecção das linhas de comunicações euro-americanas (como observavam os mandos dos EUA e da Grã-Bretanha, as primeiras forças portuguesas a entrarem em acção em caso de guerra seriam a Armada e a Aeronáutica). O papel do Exército era razoavelmente irrelevante, pelo que a visão do SHAPE foi sempre a de assignar a Portugal a contribuição de uma divisão do Exército para a frente central (como reserva). Esta visão conflituava com a de Santos Costa e a perspectiva dos comandos do Exército que observavam a maior ameaça na irrupção do Exército Vermelho pelo Ocidente da Europa e a sua aproximação aos Piréneus, pelo que se impunha a criação de uma vasta força terrestre de defesa de várias divisões e a mobilização da maior força

militar terrestre possível (expressão de uma renovada pressão continentalizante).

Esta tensão entre visões distintas da política de defesa nacional acabaria por fazer conflituar Santos Costa e os Altos Mandos militares, na medida em que uma grande maioria dos segundos foi progressivamente apercebendo-se dos limites do projecto santoscostista face às necessidades colossais que representava pôr em pé de guerra uma divisão moderna mecanizada, e contribuiriam para um lento desgaste do poder do Ministro da Defesa Nacional e do Exército. Assim, nos anos 50 por intermédio da OTAN criou-se uma espécie de gestão dual, a de Santos Costa e a da OTAN, consubstanciada na relação de defesa inter-atlântica. Esta facilitou a assumpção por parte dos comandos das Forças Armadas de um projecto militar mais equilibrado entre os diversos Ramos, com a preparação de uma única divisão para apoiar a defesa da Europa Central e com a criação de uma Armada organizada para a “guerras das comunicações” no oceano próxima e na defesa dos *aproches* às costas europeias, suportadas numa força aérea de cooperação terrestre-naval.

2) A Dimensão Geoestratégica

2.1. As Estruturas Corporativas Militares e a Fragmentação da Geoestratégia Nacional

A existência de duas entidades independentes militares, o Exército e a Armada, sem um órgão que efectivamente coordenasse e orientasse unificadamente as duas entidades, gerou uma visão geoestratégica fragmentada e um prisma de política de defesa assaz distinto entre as duas forças militares. Portugal é uma nação com uma geografia muito peculiar e complexa. Por um lado, espraia-se pelo Atlântico de tal forma que por

séculos governou vastos territórios além-mar. Por outro lado, a sua rectangularidade faz com que tenha uma fronteira terrestre descomunal para a sua dimensão espacial, cerca de 1000 quilómetros de extensão, para mais, apenas com um vizinho que nos últimos séculos foi sempre muito mais forte, poderoso e ameaçador. Esta situação obrigaria a uma política de defesa complexa que tivesse em conta esta dupla realidade, contudo a independência das duas forças militares, a sua concorrência para se apossarem de recursos efectivamente parcos, fez com que pugnassem por modalidades de defesa (militar-naval) que raramente tinham em conta a complexidade geográfica e geoestratégica nacional.

2.2. A Geoestratégia Epirocrática do Exército

Para o Exército, sem negar a importância do mar para Portugal, a defesa devia concentrar-se na raia, na medida em que a *Royal Navy* garantia a nossa navegação e as nossas costas, mas não a soberania continental metropolitana, pelo que era nesta que a defesa nacional devia concentrar-se. Além disso, a Grã-Bretanha dispunha já de uma vasta esquadra, pelo que a valorização da diferenciação portuguesa dentro da aliança far-se-ia, não por acrescentar sempre mais alguns navios à armada britânica, mas por fornecer numerosos soldados, ou seja, um corpo expedicionário poderoso, visto os efectivos do exército britânico serem pequenos e exigirem reforços em forças de terra.

Esta visão conservar-se-ia nos anos OTAN, agora com vista à defesa dos Piréneus e da frente central na Europa. Na lógica de Santos Costa, Portugal devia fornecer a maior força possível à OTAN, para o qual dispunha de homens mais que suficientes para mobilizar cerca de 10 divisões, que deveriam reforçar com um corpo de exército a defesa do Sul de França e com outro corpo de exército a defesa dos Pirenéus. Para tanto,

bastaria que a OTAN garantisse o seu equipamento em material de guerra e em apoio logístico. Esta massa militar permitira dar visibilidade político-militar a Portugal e ao seu Ministro da Defesa Nacional.

2.3. A Geoestratégia Marítima da Armada

Para a Armada, pelo contrário, Portugal era uma nação talassocrática, que deviam concentrar-se no oceano, tal como acontecia com a Grã-Bretanha e desconsiderar a existência de uma grande exército de massas, de qualquer modo inviável face aos nossos poucos recursos. O poder português era marítimo e devia caber à Armada a fatia de leão dos recursos nacionais dedicados à defesa. Como é lógico, a Armada aplaudia a visão da OTAN de valorizar as posições Atlânticas de Portugal, que significavam em última análise a valoração do seu papel na política militar e naval de defesa nacional.

A visão da Armada teve sempre algo de arcaico, assente num prisma económico-estratégico que fora válido nos séculos XVII e XVIII, onde a posse de colónias e o acesso a matérias primas era a chave do enriquecimento nacional. Era uma visão *Mahaniana*, onde a triologia comércio-colónias-marinha continuava a ter toda a razão de ser, desconsiderando-se a montante, o impacto da revolução tecnológico-científica e seu impacto na produção industrial e na guerra. Claro que dispondo Portugal de vastas colónias além-mar, esse prisma tinha uma audiência bastante assegurada e valorizava, pelos menos teoricamente, o papel da Armada e da marinha na política de defesa.

No entanto, o facto de Portugal ter uma velha aliança com a Grã-Bretanha enfraquecia o papel militar da Armada, visto a ameaça oceânica ser bem menor que a terrestre, assegurado como estava pela *Royal Navy* e pela *US Navy* o controlo do Atlântico. Acresce a isso, a menor relevância

política da Armada face ao Exército na instituição da Ditadura Militar e do Estado Novo para explicar porque a política de defesa (militar) progressivamente epirocratizou-se.

2.4. A Concepção de Tática e de Estratégia e a Definição da Política de Defesa e da Política Militar (uma interpretação do Complexo Agónico)

As concepções de tática e de Estratégia facilitavam estes prismas no período entre-as-guerras. A concepção de Estratégia ainda estava arraigada ao factor militar puro e duro, ou seja, a Estratégia era ainda e fundamentalmente a condução da acção militar, numa dimensão logístico-operativa, de organizar, sustentar e mover as massas militares na guerra ou as esquadras (também uma massa) no mar. Em linguagem simplificada, a Estratégia lidava com a batalha, a tática com os combates, ou seja, com a acção das pequenas unidades militares. Esta perspectiva era reforçada por outros dois factores. Uma concepção geopolítica estruturante que desvalorizava a contingência e a contextura política em prol das grandes linhas geográfico-geoestratégicas características de Portugal, e que imprimiam às estratégias naval ou militar terrestre a sua marca definitiva, a defesa das linhas oceânicas e do império ou a segurança da raia respectivamente. O peso do factor guerra, do vórtice, da espiral da guerra na plasmação do conceito de Estratégia, que valorizava a dimensão militar em detrimento de outras dimensões, concepção que era comum na Europa e nos EUA então, mas que levava a que a noção de Guerra Total, que implicava a mobilização total da nação, fosse engolfada pela predominância do vector militar decorrente do paroxismo bélico, da guerra que se previa.

Esta visão tinha efeitos diferenciados no Exército e na Armada. No Exército facilitava a busca da massificação, da mobilização das massas para criar numerosas divisões, acabando por levar ao desenvolvimento de conceptualizações estratégicas desfasadas da realidade, por efectiva falta de recursos para mobilizar tão ingentes forças. Na Armada, falta de meios suficientes para desenvolver uma estratégia naval, gerava um desfasamento conceptual entre a dimensão política, a definição das grandes linhas orientadoras da política naval e a dimensão táctica, a única possível face às reduzidas unidades navais de que se dispunha (falta de massa naval de manobra), a dimensão Estratégica inexplorada por falta de meios. É certo que se tentou por várias vezes criar uma entidade estratégica com a Esquadra de Operações ou com a Força Naval da Metrópole, mas a real falta de meios fez com que a função destas forças fosse mais de carácter administrativo-orgânico que operacional.

2.5. A Renovação da Concepção de Estratégia e a de Tática e a Remodelação da Política de Defesa e da Política Militar nos Anos da OTAN (uma Interpretação do Complexo Agónico)

Os anos OTAN vão contudo iniciar uma progressiva mudança nas concepções de estratégia e de tática com a progressiva consciencialização de uma dimensão não militar da acção bélica. Esta consciencialização vai ter dois impactos no pensamento e na estruturação da força armada. Por um lado, dinamiza a ideia da necessidade de uma maior integração dos Ramos das Forças Armadas, que a despeito das suas tradicionais rivalidades e suspeições, tenderão a congregar-se, em boa medida, por via das obrigações impostas pela OTAN, que geram alguma unidade nas opções desavindas do Exército e da Armada, derivado da defesa da Europa

continental implicar quer a participação activa da força terrestre, quer da força naval.

Em meados da década, com a reformulação do CEMGFA e com a activação do CSM, criou-se uma estrutura orgânica militar de integração dos diversos Ramos ao nível de topo superior e gestor da coisa armada, que teria papel importante na reorganização da política de defesa e na Abrilada de 1961. Por outro lado, e consequência igualmente desta reestruturação do nível superior da coisa armada, e também por via de uma compreensão mais elaborada e política do que é a Estratégia, nomeadamente com a emergência do conceito de Estratégia Geral ou Estratégia Total, a dimensão política das questões estratégicas ganhou peso no pensamento militar, com impacto, como é lógico, na questionação de alguns dos pressupostos sobre os quais até então assentava a política de defesa e militar do Estado Novo. É o caso da viragem africana, em fins de 50, com o CEMGFA e depois Ministro da Defesa Nacional, Júlio Botelho Moniz, derivada das preocupações com a subversão em África que impunha um quadro de análise estratégico mais abrangente do que a acção militar directa.

3) A Dimensão Militar

3.1. O Mimetismo Militar e as Delimitações da Política de Defesa e da Política Militar: Uma Cultura Estratégico-Militar Epigonal

Uma das características fundamentais do pensamento estratégico português é o seu carácter epigonal, ou seja, o de inserir-se ou buscar mimetizar um modelo exterior, usualmente aquele visto como o mais dominante ou sofisticado. Esta posição carrega consigo um outro corolário, que é de usualmente, por excesso às vezes de epigonização, se estar a buscar travar a guerra que passou. As razões para esta situação são

múltiplas, e vão desde a influência tradicional de uma dada cultura exterior na cultura nacional, seja uma influência cultural global, como acontecia com a francesa, ou uma cultura profissional específica, como era o caso do impacto da tradição da armada britânica na portuguesa, até ao atraso económico e social geral do país, e *por cause*, que inviabilizava uma compreensão, principalmente, em períodos de grandes mutações tecnológicas, das transformações económico-sociais e dos efeitos destas nas formas de fazer a guerra, e por conseguinte de pensar a Estratégia. Pode-se assim considerar que se está perante uma Cultura Estratégica Epigonal onde as formas de pensar e aplicar emergem de influências externas que moldam a organização militar. Este modelo, exterior, específico de uma dada cultura, quando transposto para Portugal acaba às vezes por ter um efeito cisor, ao ser incongruente com as especificidades da geopolítica e da geoestratégia portuguesa.

3.2. As Grandes Influências

3.2.1. O Peso Anglo-Saxónico na Política e na Estratégia Militar-Naval

Durante muitas décadas, até séculos, a Armada emulou a sua congénere britânica. O impacto da tradição britânica é visível na definição da política naval e da estratégia naval. Nos anos 20 e 30 a Armada optou por uma flotilha de batalha de superfície, seguindo a tradição *nelsoniana*, forte ainda na Grã-Bretanha, a despeito das imensas dificuldades em de facto poder dispor de uma força naval que tornasse viável uma estratégia de batalha de superfície. A divisão da frota da Armada entre uma força de batalha de superfície naval metropolitana e uma força colonial de soberania não deve iludir-nos quanto à sua racionalidade militar. Ambas as forças

foram constituídas no prisma de se criar uma grande força naval de batalha de superfície.

Não deixa por isso também de ser sintomático que a passagem de uma força naval de batalha para uma força de salvaguarda de comunicações e de duelo anti-submarino se comece a processar já durante a Segunda Guerra Mundial, ainda com meios completamente inadequados, seguindo a evolução da frota da Grã-Bretanha, facto que se consumou com a entrada na OTAN nos anos 50, agora já por imposição das necessidades do Pacto do Atlântico.

3.2.2. O Exército na Tradição da Grande Guerra: A Escola Francesa Entre-as-Guerras

A França foi vista em 1919 como a grande vencedora da Grande Guerra. As ilusões do triunfo esconderam durante duas décadas o pirrismo da vitória. Em Portugal, a cultura francesa era quase hegemónica, e por via da vitória de 1918 e por via da cultura francófila, o Exército tendeu a seguir o modelo militar que entre-as-guerras dominou o pensamento militar francês, assente na nação armada, na maior mobilização possível de efectivos, na defesa avançada na fronteira, ou para lá dela, na Bélgica e na Holanda, nos sistemas de defesa lineares e de frentes contínuas, cobrindo toda a linha de frente.

Em Portugal, de igual modo, se procurou desenvolver uma força militar terrestre assente na máxima mobilização de homens possível, na defesa avançada, na fronteira, que cobrisse todo o país de uma provável agressão, numa defesa linear e contínua que cobrisse todas as linhas de penetração do território nacional. Esse projecto foi inviabilizado essencialmente pelo atraso económico e organizacional do país, a despeito de Salazar, derivado das limitações financeiras ter minimizado o projecto

de exército de massas, reduzindo o Serviço Militar Obrigatória a um ano e três meses contra os dois desejados pelos teóricos militares, onde se incluíam nomes como os de Santos Costa, Tasso de Miranda Cabral e Barros Rodrigues. Criou-se assim, não o exército de massas maximizado pretendido pelos teóricos militares, mas um exército de massas mitigado, que não obstante, foi ainda assim inalcançável.

Observe-se por fim, que em si, a visão de Estratégia (Militar) Operacional não foi posta em causa, nem pelo militares ingleses, nem por Júlio de Moraes Sarmento, visto ambos partilharem da ideia de uma defesa linear, contínua e ao longo de toda a linha da frente. O que eles puseram em causa, foi o ideal de defesa avançada na fronteira (a Estratégia Militar Geral) derivado da real falta de efectivos para assegurar a continuidade em condições operacionais credíveis da linha defensiva, propondo um defesa recuada, cobrindo essencialmente Lisboa.

3.3.3. No Rescaldo da II Guerra Mundial e o Modelo Inglês

O impacto da Segunda Guerra Mundial arruinou o projecto anterior à guerra. Dele ficaria tão só o ideal de mobilização maciça de efectivos para o Exército. Com a necessidade premente de apoio da Grã-Bretanha, as negociações militares efectuados entre portugueses e britânicas imporiam um novo modelo militar terrestre, o britânico, primeiro com a aplicação da modalidade de defesa o mais à retaguarda possível, nas velhas Linhas de Torres, já defendido pela Missão Militar Inglesa em 1938, e na altura recusado. Às “Linhas de Torres” acrescentar-se-ia desde 1943 o reequipamento do Exército com material de guerra britânico, o que reforçaria ainda mais a influência inglesa, que contudo seria breve.

Não obstante, o impacto da influência britânica seria decisivo na reformulação da Estratégia (Militar) Operacional do Exército, optando-se

por uma defesa mais móvel, assente no maciço reequipamento em material mecânico, resultante do acordo dos Açores, que efectivamente motorizou as forças terrestres portuguesas. Optou-se então por uma defesa expectante na região entre Abrantes-Santarém-Évora, com uma cobertura avançada na fronteira, que canalizasse uma possível invasão inimiga.

3.3.4. Nas Ondas do Modelo Tipo Americano (TA): Os Anos da OTAN.

Com a entrada na OTAN, o modelo britânico esvai-se rapidamente, face ao peso norte-americano. De facto, toda a história do Exército português na OTAN nos anos 50 pode centrar-se na vontade de criar uma divisão moderna que pudesse participar em igualdade de circunstâncias com as outras forças militares terrestres ocidentais na defesa do Ocidente face à agressão soviética, divisão essa, desde logo denominada, não oficialmente, de TA (tipo americano). A adaptação do Exército à sua nova função e às novas realidades é virtualmente a adaptação do modelo e dos métodos de organização do exército dos EUA. É, nesse sentido uma repadronização da estrutura do Exército muito mais intensa e forte que as anteriores, em boa medida também porque é facilitada pelo apoio de oficiais da OTAN e dos EUA, no contexto das obrigações militares inter-atlânticas. De facto, enquanto o modelo francês derivava de uma vontade nacional de mimetizar o exército francês, sem que este tivesse qualquer influência no processo, se a epigonização do modelo britânico advinha das imperiosas necessidades da guerra, mas foi sempre suspicazmente desenvolvida, já a adesão ao modelo dos EUA foi bem mais total, para mais amplamente suportada pelo país modelo, tendo por conseguinte um impacto na organização do Exército português muito maior e mais intenso.

É assim plausível comparar, como também faz António Telo, o impacto da OTAN e dos EUA na reestruturação e modernização do Exército ao período de Wellington-Beresford (ou mesmo ao de Schomberg e de Lippe). Mas o peso desta influência, por seu turno, releva de forma evidente o impacto dos modelos exteriores na transformação da política militar e das Forças Armadas em Portugal, e o carácter epigonizante das formas constituídas. O Exército modificou-se, assumindo como seu, o modelo de organização do *USArmy*.

Em suma, a política de defesa (militar) dos anos vinte aos cinquenta fundamentou-se em diversas escolas de pensamento (estratégico) militar. Essas escolas contribuíram para a assumpção de determinadas visões da defesa militar de Portugal. Contudo, essas conceptualizações foram por sua vez condicionadas, quer pela estrutura organizacional da defesa militar nacional, com a existência de dois ministérios independentes que constituíam o topo hierárquico e político dos dois ramos das Forças Armadas, o Exército e a Armada, formatando visões distintas e até opostas de qual a melhor estratégia militar de defesa do país, quer pela estrutura política (i. e. Salazar e Santos Costa), com prismas e objectivos externos e internos que em determinadas ocasiões, conflituavam com a perspectiva militar-naval, nomeadamente, com a relação entre disponibilidades financeiras e os objectivos de mobilização demográfica nos anos 30. Igualmente, nos anos 50, a vontade de Santos Costa em multiplicar a força mobilizável conflituou com o ideal de aprimoramento do que já fora constituído, pugnado por parte do corpo de oficiais, que queriam seguir as propostas dos técnicos da OTAN e dos EUA. Saliente-se igualmente, que derivado do peso político do Exército, a política de defesa militar acabou por ser a defendida pelo ramo terrestre, não pelas Forças Armadas, epirocratizando a estratégia militar de defesa do país. Era um sintoma e um

reflexo que expressava a complexa relação entre o Estado Novo e as Forças Armadas, Estado, que a despeito da habilidade política de Salazar, jamais deixou de pertencer às “espadas”.

Fontes e Bibliografia

1) Fontes

1.1.) Arquivos e Fontes Arquivísticas

Arquivo Histórico Militar (AHM)

Assuntos Militares Gerais, 3ª Divisão, 1ª Secção
(Caixas 20, 30, 51, 53)

Assuntos Militares Gerais, 3ª Divisão, 2ª Secção
(Caixa 15)

Assuntos Militares Gerais, 3ª Divisão, 49ª Secção
(Caixa 2)

Fundos Orgânicos, 31ª Divisão, 4ª Repartição
(Caixas 378)

Fundo Tasso de Miranda Cabral, 26ª Divisão,
(Caixas 328, 329, 330, 331, 332, 333, 335, 336, 338)

Fundo Pinto Lelo, 15ª Divisão
(Caixas 288, 289, 290)

Classificador Provisório Geral - G – 2ª Secção
(Caixas 329, 330)

Classificador Provisório Geral – F 1 – C, Sessão de Confidenciais
(Caixas 25, 250, 251, 254)

Classificador Provisório Geral – A – Documentação Anterior a 1936
(Caixa 5)

Classificador Provisório Geral – B – 14 - Documentação do Ministro da Guerra Namorado de Aguiar

(Caixa 7A)

Arquivo Nacional da Torre do Tombo/Arquivo Oliveira Salazar (ANTT/AOS)

Arquivo Oliveira Salazar/Correspondência Oficial/(Ministério) Guerra

(Caixas GR 1, GR 1A, GR 1C, GR 4, GR 6, GR 10, GR 11, GR 12)

Arquivo Oliveira Salazar/Correspondência Oficial/(Ministério) Marinha

(Caixas MA 2, MA 3B)

Arquivo Oliveira Salazar/Correspondência Oficial/Negócios Estrangeiros

(Caixas NE 17, NE 17-1, NE 17-2, N2E2)

Arquivo Oliveira Salazar/Correspondência Oficial/Negociações Diplomáticas

(Caixa ND 3)

Arquivo Oliveira Salazar/Correspondência Oficial/ Presidência do Conselho

(Caixas PC 8A, PC 78K, PC 78M)

Arquivo Oliveira Salazar/Correspondência oficial/Presidência da República

(Caixa PR 2)

Arquivo Oliveira Salazar/Comissão do Livro Branco/Missão Militar Britânica

(Caixas MMB 1, MMB 2, MMB 3)

Arquivo Oliveira Salazar/Comissão do Livro Branco/Defesa Nacional e Aliança Inglesa

(Caixa DNAI 2, DNAI 3)

Arquivo Oliveira Salazar/Comissão do Livro Branco/Facilidades nos Açores

(Caixas FA 1, FA 5 e FA 6)

Arquivo Nacional Torre de Tombo/Arquivo Humberto Delgado

(Caixa 01)

Arquivo Geral da Marinha (AGM)

Estado Maior Naval – Núcleo 224

(Caixas 466, 551, 1007, 1035, 1042, 1142)

Documentação Avulsa

(Caixas 1392, 1421, 1422)

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros (AHDMNE)

Defesa Nacional – Reorganização do Exército e da Armada (1935)

(2ª Piso, Maço 71, Armº 47, Procº Nº 39,1)

Missão Militar Inglesa (1938-39)

(2ª Piso, Maço 70, Armº 47, Procº Nº 39,1)

Acordo EUA-Portugal de Defesa Mútua (1951)

(2º Piso, Maço 27, Armº 63, Caixa 1)

Pacto do Atlântico – Defesa Comum (1951)

(2º Piso, Maço 705, Armº 3, Procº Nº 33,12)

Biblioteca Nacional de Lisboa (BNL)

Biblioteca do Exército

1.2.) Publicações Periódicas

Anais do Clube Militar Naval (ACMN)
Boletim da Direcção da Arma de Artilharia
Boletim da Escola Central de Oficiais
Boletim do Estado Maior
Boletim do Estado Maior do Exército
Boletim do Instituto de Altos Estudos Militares, 1ª Série
Defesa Nacional
Lista dos Navios da Armada
Jornal do Exército
Revista da Artilharia
Revista do Ar
Revista da Cavalaria
Revista da Marinha
Revista de Infantaria
Revista Militar

1.3.) Colectâneas e Compilações de Fontes e Legislação

ANTUNES, José Freire
Salazar-Caetano, Cartas Secretas, 1932-1968, Lisboa, Círculo dos Leitores, 1993.

Colecção da Legislação Portuguesa, Imprensa Nacional, Lisboa, 1956 (1930, 1932, 1935, 1938, 1947, 1950, 1952, 1956).

Comissão do Livro Negro Sobre o Regime Fascista, Cartas e Relatórios de Quirino de Jesus a Oliveira Salazar, (s/l), Presidência do Conselho de Ministros, 1987.

Comissão do Livro Negro Sobre o Regime Fascista, Correspondência de Santos Costa para Oliveira Salazar (1934-1950), 1º Vol., (s/l), Presidência do Conselho de Ministros, 1988.

Comissão do Livro Negro Sobre o Regime Fascista, Correspondência de Pedro Theotónio Pereira para Oliveira Salazar, 1931-1944, 4 Vols., (s/l), Presidência do Conselho de Ministros, 1987-1991.

Correspondência Marcello Mathias/Oliveira Salazar, 1947-1968, Lisboa, Difel, 1984.

CRUZ, Manuel Braga da (Org. e Prefácio)
Correspondência de Santos Costa, Lisboa/São Paulo, Editorial Verbo, 2004.

DELGADO, Humberto
Crónicas Políticas e Militares da Segunda Guerra Mundial, Mem Martins, Editorial Inquérito, 2003.

Diário das Sessões da Assembleia Nacional e da Câmara Corporativa, Lisboa, Imprensa Nacional, (1934-1957).

“Fundo 15 – Arquivo Particular Pinto Lelo (1922-1951)”, in Boletim do Arquivo Histórico Militar, 64º Volume, Lisboa, 2000-2001, pp. 137-189.

“Fundo 26 – Arquivo Particular Miranda Cabral (1909-1944), in Boletim do Arquivo Histórico Militar, 64º Volume, Lisboa, 2000-2001, pp. 251-363.

GARCIA, Maria Madalena
Arquivo Salazar, inventário e índices, Lisboa, Editorial Estampa, 1992.

Lista dos Navios da Armada, Lisboa, Ministério da Marinha, (1919-1958).

Lista dos Navios da Armada (1950-1956), Lisboa, Ministério da Marinha, 1956.

MARQUES, A. H. De Oliveira
O General Sousa Dias e as Revoltas Contra a Ditadura, 1926-1931, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1975.

MELLO, Manuel José Homem de
Cartas de Salazar a Craveiro Lopes, 1951-1958, 2ª Ed., Lisboa, Lisboa, Moraes, 1983.

Ministério dos Negócios Estrangeiros, Dez Anos de Política Externa, Lisboa, 16 Vols., 1973-97.

Ordens do Exército, 1ª e 2ª Séries, Ministério da Guerra/Ministério do Exército, Lisboa, 1926, 1936, 1939, 1945, 1947, 1950, 1952, 1956.

ROSAS, Fernando, BARROS, Júlia Leitão de, Oliveira, Pedro de
Armindo Monteiro e Oliveira Salazar, Correspondência Política, 1926-1955, Lisboa, Editorial Estampa, 1996.

Seara Nova, Antologia (Organização, prefácio e notas de Sottomayor Cardia), Lisboa, Publicações Alfa, 1990.

SOARES, Alberto Ribeiro (Dir.)
Catálogo da Biblioteca do Exército, Lisboa, Biblioteca do Exército, 2003.

UCHA, Paula Cristina
Inventário do Espólio Humberto Delgado, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1998.

1.4.) Publicações

ALBUQUERQUE, Couceiro de
“Altos Estudos Militares”, Defesa Nacional, Nº 80, Dezembro de 1940, p. 226-227.

ANDRADE e SILVA, Alberto
Teatro de Operações de Portugal, Lisboa, Ministério do Exército, 1950.

“Teatro de Operações”, Revista Militar, Nº 10, Outubro de 1951, pp. 583-598.

ARAÚJO, Gomes de
“Mecanização e Motorização, suas causas e efeitos no campo de batalha”, Revista Militar, Nº 7, Julho de 1941, pp. 395-398.

B. S.
“Guerra una e total”, Revista Militar, Nº 5, Maio de 1944, p. 225-240.

BARREIRA, José Marcelino
“A infantaria orgânica no norte metropolitano”, Revista Militar, Nº 6, Junho de 1936, pp. 414-422.

BARROS, Monteiro de
“As Grandes Unidades Portuguesas”, Revista de Artilharia, Nº 130, Abril de 1936, pp. 713-721.

BOAVIDA, Gormicho
“Temas Castrenses, A Guerra e o Exército”, Revista Militar, Nº 2/3, Fevereiro de 1957, pp. 95-116.

“Considerações sobre a organização dos Exércitos Modernos”, Revista Militar, Nº 7, Julho de 1959, pp. 403-423.

BOTELHO, A.
“Reflexões político-militares”, Revista Militar, Nº 1, Janeiro de 1958, pp. 7-24.

“A Guerra e a Política do Estado”, Revista Militar, Nº 5, Maio de 1958, pp. 267-278.

BOTELHO, Afonso
“O Comando e a Guerra Relâmpago”, Revista Militar, Nº 9, Setembro de 1942, pp. 522-538.

“O Comando ea Guerra Relâmpago”, Revista Militar, Nº 10, Outubro de 1942, pp. 598-605.

“Defesa Nacional, Orgânica da Preparação para a Guerra Total”, Revista Militar, Nº 6, Junho de 1950, pp. 319-326.

BOTELHO, J. J. Teixeira
História Popular da Guerra da Península, Porto, Livraria Chardron, 1915.

BOTELHO de SOUSA, A.
“A Grande Guerra e a Composição Futura das Armadas”, ACMN, Nº 12, Dezembro de 1919, pp. 579-595.

“Política Naval Nacional: Necessidade e vantagens em defini-la”, ACMN, Nº 7 e 8, Julho – Agosto de 1930, pp. 91-116.

“Conferências – Política Naval Nacional: Necessidades e vantagens em defini-la”, ACMN, Nº 9 e 10, Setembro/Outubro de 1930, pp. 121-154.

“As Novas Formas da Guerra Naval e a futura composição das marinhas”, ACMN, Nº 3 e 4, Março – Abril de 1931, pp. 67-88.

“As Novas Formas da Guerra Naval e a futura composição das marinhas”, ACMN, Nº 5 e 6, Maio – Junho de 1931, pp. 41-76.

“As Novas Formas de Guerra Naval e a futura composição das marinhas”, ACMN, Nº 1 e 2, Janeiro – Fevereiro de 1932, pp. 23-53.

“As Novas Formas da Guerra Naval e a Futura composição das marinhas”, ACMN, Nº 3 e 4, Março/Abril de 1932, pp. 47-78.

“A revisão da organização da defesa costeira”, Revista Militar, Nº 7, Julho de 1945, pp. 377-344.

“O futuro das Forças Armadas perante a recente evolução do material bélico e a organização mundial para a paz”, ACMN, Nº 11 e 12, Novembro – Dezembro de 1945, pp. 557-583.

“O futuro das Forças Armadas perante a recente evolução do material bélico e a organização mundial para a paz”, ACMN, Nº 1 e 2, Janeiro-Fevereiro de 1946, pp. 3-19.

“I – Coordenação das Forças Armadas”, Revista Militar, Nº 6, Junho de 1947, pp. 337-344.

“A evolução, no tempo, da coordenação das forças militares”, Revista Militar, Nº 5, Maio de 1951, pp. 257-265.

CABRAL, Tasso de Miranda
Conferências sobre Estratégia. Estudo Geo-Estratégico dos Teatros de Operações Nacionais, 2 Vols., Lisboa, (Estado Maior do Exército), 1932.

CAETANO, Marcello
Depoimento, Rio de Janeiro/São Paulo, Distribuidora Record, 1974.

As Minhas Memórias de Salazar, (s/l), Verbo, 2000 (1977).

CARDOSO, Pedro
“A Península Ibérica e seu valor estratégico actual”, Revista Militar, Nº 7, Julho de 1957, pp. 633-639.

CERQUEIRA, Afonso de
“Renovamento da Marinha de Guerra”, ACMN, Nº 3-4, Março/Abril de 1947, pp. 99-103.

COELHO, Serzedelo
“A guerra e a arma atómica”, Revista Militar, Nº 5, Maio de 1956, pp. 327-330.

“A Guerra Revolucionária”, Revista Militar, Nº 8/9, Agosto/Setembro de 1957, pp. 453-468.

“A Técnica e a Tática da Guerra Revolucionária”, Revista Militar, Nº 12, Dezembro de 1957, pp. 731-768.

COMANDANTE X,
“Verdades Eternas”, Defesa Nacional, Nº 75, Julho de 1940, p. 82.

“Altos Estudos Militares”, Defesa Nacional, Nº 80, Dezembro de 1940, p. 226-227.

COMANDANTE R.,
“As Despesas Militares de 1951”, Defesa Nacional, Nº 205/206, Maio-Junho de 1951, p. 13.

COMPRIDO, João Baptista
“O Poder Marítimo”, Revista Militar, Nº 6, Junho de 1956, pp. 381-426.

“O Poder Marítimo”, Revista Militar, Nº 7, Julho de 1956, pp. 461-486.

CORDEIRO, L. J.
“Em torno da Reorganização do Exército”, Revista Militar, Nº4, Abril de 1920, pp. 226-237.

COSTA BROCHADO
Memórias de Costa Brochado, Lisboa, Livraria Popular Francisco Franco, 1987.

COSTA, Elias da
A Defesa Militar de Portugal, Lisboa, (s/n), 1933.

Análise Tática da Batalha, Leiria (edição do Autor), 1936.

COSTA, Gomes da
A Grande Batalha do CEP: A Batalha de La Lys, Lisboa, Livraria Popular de Francisco Franco, (s/d).

Portugal na Guerra: A Guerra nas Colónias, Lisboa, Imprensa Portugal-Brasil, 1925.

CRESPO, Manuel Pereira
“Subsídios Para uma Estratégia Naval”, ACMN, Nº 7 a 9, Julho-Setembro de 1954, pp. 195-224.

“Subsídios Para uma Estratégia Naval”, ACMN, Nº 10 a 12, Outubro a Dezembro de 1954, pp. 293-329.

“Subsídios para uma Estratégia Naval”, ACMN, Nº 1 a 3, Janeiro a Março de 1955, pp. 63-95.

“Subsídios para uma Estratégia Naval”, ACMN, Nº 4 a 6, Abril a Junho de 1955, pp. 253-283.

“Portugal na Política e na Estratégias Mundiais”, ACMN, Nº 4 a 6, Abril a Junho de 1956, pp. 135-166.

“Portugal na Política e na Estratégia Mundiais (conclusão)”, ACMN, Nº 7 a 9, Julho a Setembro de 1956, pp. 275-298.

“Objectivos da Guerra Naval e Missões de Forças Navais”, ACMN, Nº 4 a 6, Abril a Junho de 1960, pp. 315-323.

“Missões das Forças Navais na Guerra Revolucionário”, ACMN, Nº 7 a 9, Julho-Setembro de 1960, pp. 537-550.

CRUZ, Frederico

“Guerra e Filosofia”, Revista Militar, Nº 1, Janeiro de 1949, pp. 35-39.

CRUZEIRO, Maria Manuela

Costa Gomes, o último Marechal (entrevista de Maria Manuela Cruzeiro), 1ª Edição, Lisboa, Editorial Notícias, 1998.

CUNHA, F. Barão da

“O Problema Aeronáutico Português e a Defesa Nacional, estudo”, Revista do Ar, Nº 1, Outubro de 1937, pp. 3-6.

“O Problema Aeronáutico Português e a Defesa Nacional”, Revista do Ar, Nº 3, Dezembro de 1937, pp. 15-20.

DELGADO, Humberto

“A Aviação no Combate (informação e caça) (Conferência realizada no Curso de Altos Mandos no Ano Lectivo de 1942/43)”, Boletim do IAEM, Nº 12, 1944, pp. 4-75.

Estratégia e Tática do Ar, Porto, Portucalense Editora, 1944.

A Aviação no Combate: informação e caça, Lisboa, (s/n), 1944.

A Aviação de Bombardeamento, Lisboa, (s/n), 1946.

Memórias, Lisboa, Edições Delfos, 1974.

DESLANDES, Venâncio

“Na Idade da Desintegração”, Defesa Nacional, Nº 147, Julho de 1946, pp. 72 e 77.

ESTEVES, Raul Augusto

A Função do Exército, Lisboa, 1906.

A Fortificação no Plano de Defesa do País, Lisboa, Livraria Férrin, 1910.

O Problema da Defesa Nacional, Lisboa, Papelaria Fernandes, 1935.

O Problema Nacional dos Caminhos de Ferro: Conferência realizada na Sociedade de Geografia de Portugal em 11 de Abril de 1938, Lisboa, (s/e), 1938.

Algumas Observações sobre a Guerra de Espanha, Lisboa, (s/e), 1939.

“Algumas Observações sobre a Guerra de Espanha”, Revista Militar, Nº3, Março de 1939, pp. 153-186.

“O Pacto do Atlântico e a defesa de Portugal”, Revista Militar, Nº 8/9, Agosto/Setembro de 1949, pp. 521-525.

“A Península Ibérica e a defesa dos Piríneus”, Revista Militar, Nº2/3, Fevereiro/Março de 1950, pp. 77-83.

A Defesa da Europa Ocidental, Lisboa, (s/e), 1952.

Cooperação anglo-lusa nas guerras da Europa; Conferência realizada no Instituto Britânico de Lisboa, Lisboa, (s/e), 1954.

FARO, José de Sousa e
Posições estratégicas de Portugal. Sua importância para um bloqueio de Atlântico, Lisboa, Tipografia e Papelaria Carmona, 1930.

FRAGA, Alfredo
“A Infantaria do Faial (1940-43)”, Revista de Infantaria, Nº 129, Abril de 1945, pp. 197-202.

FELGAS, Hélio Esteves
“Imutabilidade e infabilidade dos princípios fundamentais da arte da guerra”, Revista Militar, Nº 4, Abril de 1955, pp. 201-222.

“A África está em Perigo”, Revista Militar, Nº 2/3, Fevereiro/Março de 1956, pp. 129-151.

“O Ultramar Português e a Evolução da Política de África”, Revista Militar, Nº 7, Julho de 1957, pp. 379-404.

FERRAZ, Ivens
A Ascensão de Salazar, 1ª Ed., Lisboa, O Jornal, 1988.

FERREIRA, Amorim
“A máquina ao serviço do Exército”, Boletim da Escola Central de Oficiais, Nº 44-45-46, Abril-Maio-Junho de 1937, pp. 49-61.

FERREIRA, Angêlo de Aguiar
“A Marcha de Aproximação” Boletim do Instituto de Altos Estudos Militares, Lisboa, 1942, pp. 35-51.

FERREIRA MARTINS, (Coord.)
Portugal na Grande Guerra, 2 Vols., Lisboa, Editorial Ática, 1935.

FERREIRA MARTINS,

“Prefácio” in Tasso de Miranda Cabral, Conferências sobre Estratégia – Estudo Geo-estratégico dos Teatros de Operações Nacionais, Lisboa, 8Estado Maior do Exército), 1932, pp. 9-13.

A Cooperação Anglo-Portuguesa na Grande Guerra, Lisboa, Tipografia da L.C.G.G., 1942.

Grandes Chefes Militares Contemporâneos (Joffre, Foch, Pétain, Lyautey), (s/l), Edições Excelsior, 1968.

FERRO, António
Entrevistas de António Ferro a Oliveira Salazar, Lisboa, Parceria A. M. Pereira Livraria Editora, (s/d), (1933, 1938).

FIGUEIREDO, Fidelino
O Pensamento político do Exército, Lisboa, Empresa Literária Fluminense, (s/d), (1926).

FONSECA, Ribeiro da
“O 3º Exército”, Revista Militar, Nº1/2, Janeiro/Fevereiro de 1934, pp. 59-67.

GUEDES, J. Correia
Prontuário de Infantaria, Lisboa, 1934.

Prontuário de Artilharia, Lisboa, 1935.

GOMES, Sousa
“Aspectos da Guerra Futura”, Revista de Infantaria, Nº 56, Agosto de 1938, pp. 422-429.

KAÚLZA de ARRIAGA,
“A Energia Atómica e a Guerra”, Defesa Nacional, Nº 183, Julho de 1949, pp. 42-43.

“A Defesa Nacional Portuguesa nos Últimos 40 Anos e no Futuro”, Revista Militar, Nº 11-12, Novembro-Dezembro de 1966, pp. 547-593.

LEITE, Joaquim de Oliveira
“Estudos de organização militar”, Revista Militar, Nº 3/4, Março/Abril de 1926, pp. 142-155.

LELLO, Luís Pinto

“Alguns aspectos do problemas da Defesa Nacional”, Revista de Artilharia, Nº 130, Abril de 1936, pp. 732-738.

LOBO, Costa

“O Problema Naval Português e o Problema Económico”, Propaganda da Armada, anexo aos números de Maio a Junho dos ACMN, Lisboa Imprensa da Armada, 1930, pp. 73-103.

LOPES, Leonel Aleluia Costa

“Questões militares”, Revista Militar, Nº 7, Julho de 1950, pp. 385-394.

LOUREIRO, Carlos Gomes de Amorim

“Política Naval Portuguesa”, in I Congresso da União Nacional, 3º Vol., Lisboa, Edição da UN, 1935, pp. 203-211.

MACEDO, Luís da Costa de Sousa

“As Novas Características da Fortificação Permanente”, in Conferências de Altos Estudos Militares, Lisboa, EME, 1933-34, pp. 222-242.

MACHADO, Ernesto

Recordando nas Duas Grande Guerras, Lisboa, Edição do Autor, 1959.

MAGALHÃES, Guilhermino Martins de

“A marinha e o seu treino”, Revista Militar, Nº 1, Janeiro de 1956, pp. 13-26.

“O Domínio do Mar pelo Domínio do Ar”, Revista Militar, Nº 6, Junho de 1956, pp. 353-364.

“A Utilização Conjunta das Armas”, Revista Militar, Nº 10, Outubro de 1958, pp. 413-432.

“O Mundo Naval no Ano de 1958”, Revista Militar, Nº 12, Dezembro de 1958, pp. 595-616.

“Os Princípios da Guerra e a Evolução dos Meios”, Revista Militar, Nº 6, Junho de 1959, pp. 275-283.

“As Marinhas e os seus problemas”, Revista Militar, Nº 10, Outubro de 1959, pp. 553-570.

MELO, Fontes Pereira de
“A Defesa Móvel”, Boletim da Escola Central de Oficiais, Nº 10, Março de 1934, pp. 37-57.

MELO, José Brandão Pereira de
“A Guerra Total”, Revista Militar, Nº 3, Março de 1938, pp. 175-181.

MILHEIRIÇO, Neto
“A Estratégia e as Novas Armas”, Defesa Nacional, Nº 195-196, Julho-Agosto de 1950, pp. 70-71.

Ministério da Guerra, Novo Regulamento para Serviço de Campanha, Lisboa, Papelaria Fernandes, 1927.

MONIZ, Jorge Botelho
O 18 de Abril: Elementos para uma História de uma Revolução Vencida, 2º Ed., Lisboa, Casa Ventura Abrantes, 1926.

MONIZ, Júlio Botelho
A Nação em Guerra: Organização Nacional de Defesa, Lisboa, Editorial Império, 1939.

MORAIS, Alberto Faria de
“Uma brigada rápida”, Revista Militar, Nº 3, Março de 1946, pp. 121-132.

MORAIS, A. N. Tancredo de
“A guerra submarina”, Revista Militar, Nº 7, Julho de 1943, pp. 369-385.

“Reabastecimento por via aérea”, Revista Militar, Nº 1, Janeiro de 1944, pp. 12-20.

MOURA, J.J. do Nascimento
“A Conferência de Desarmamento e a Defesa das Colónias”, Revista Militar, Nº 5/6, Maio/Junho de 1932, pp. 303-329.

NOGUEIRA, João Carlos de Sá
“Acerca do Conceito Moderno de Estratégia”, Revista Militar, Nº 4, Abril de 1950, pp. 139-151.

NORTON de MATTOS,
Os Dois Primeiros Meses da Minha Candidatura à Presidência da República, Lisboa, Edição do Autor, 1948.

NUNES, Leopoldo
A Ditadura Militar, Lisboa, 1928.

OLIVEIRA, Agostinho
A Defensiva de Grandes Frentes: A Defesa de Posição, Separata da Revista Militar, (s/l), (s/n), 1937.

OLIVEIRA, Hermes d'Araújo
“A Manobra e os novos meios”, Revista Militar, Nº 6, Junho de 1947, pp. 344-349.

“A guerra de guerrilha”, Revista Militar, Nº 12, Dezembro de 1947, pp. 669-692.

“Guerra de Guerrilhas, sua importância”, Defesa Nacional, Nº 164, Dezembro de 1947, pp. 206-208.

“A Guerra de Guerrilhas: Seu Passado, Presente e Futuro”, Defesa Nacional, Nº 170, Junho de 1948, pp. 46-47.

A Guerrilha na Guerra Moderna, (s/l), (s/n), 1949.

“A Defesa de Moçambique à luz da Guerra Revolucionária”, Revista Militar, Nº 12, Dezembro de 1959, pp. 749-789.

“A Subversão em África”, Revista Militar, Nº 7, Julho de 1960, pp. 415-440.

Guerra Revolucionária, Lisboa, 1960.

OLIVEIRA, Barreto de
“Alguns ensinamentos derivados da guerra actual”, Revista Militar, Nº 8, Agosto de 1942, pp. 458-467.

“Alguns ensinamentos derivados da guerra actual”, Revista Militar, Nº 9, Setembro de 1942, pp. 539-544.

OLIVEIRA, J. A. Matta

“As posições portuguesas no Atlântico Norte”, Revista Militar, Nº 4, Abril de 1937, pp. 193-212.

“O Domínio do Mar na Actualidade”, Revista Militar, Nº 6, Junho de 1942, pp. 321-327.

OLIVEIRA, Maurício de
A Bordo do Navio-Chefe (1925-1935), I, Episódios políticos e militares da vida da Armada Nacional, Lisboa, Parceria A. M. Pereira, 1943.

O Drama de Canto e Castro, Lisboa, Editora Marítimo-Colonial, 1944.

O Almirante Pereira da Silva – exemplo de devoção pela Marinha, Lisboa, Centro de Estudos da Marinha, 1972.

“Organização Geral da Nação em Tempo de Guerra”, ACMN, Abril a Junho de 1956, pp. 109-116.

PARRA, A. Neto de
“A Artilharia na Batalha Relâmpago”, Revista de Artilharia, Nº 219, Setembro de 1943, pp. 104-109.

A. P. (PÁSCHOA, Armando?)
“Problemas Actuais”, Revista de Infantaria, Nº 38, Fevereiro de 1938, pp. 94-97.

PÁSCHOA, Armando
“A Batalha Moderna”, Revista de Infantaria, Nº 126, Janeiro de 1945, pp. 28-31.

PASSOS, Álvaro Telles Ferreira dos
“Sobre a Teoria da «Blitzkrieg» (Ofensiva) – O Ataque Relâmpago”, Boletim do Instituto de Altos Estudos Militares, Nº 6, 1942, pp. 5-31.

“Sobre a Teoria da «Blitzkrieg» (Defensiva) – A defesa em teia e o contra-ataque relâmpago”, Boletim do Instituto de Altos Estudos Militares, Nº 7, Caxias, 1942, pp. 5-16.

“A nova reorganização do Exército”, Revista Militar, Nº 3, Março de 1938, pp. 182-190.

PASSOS, A. Ferreira dos

“Inter-armas tático, sua urgência”, Revista Militar, Nº 10, Outubro de 1959, pp. 547-552.

PEREIRA, J. Correia

“A Guerra Futura e as Novas Armas”, Revista Militar, Nº 5, Maio de 1948, pp. 242-246.

“A interdependência das três forças, Revista Militar, Nº 8/9, Agosto/Setembro de 1949, pp. 467-471.

“Plano Naval”, ACMN, Nº 10-11-12, Outubro-Dezembro de 1949, pp. 341-361.

PEREIRA, J. A. do Amaral Esteves

“A Península Ibérica na Defesa da Europa”, Revista de Artilharia, Nº 322, Abril de 1952, pp. 407-421.

“A Península Ibérica na Defesa da Europa”, Revista de Artilharia, Nº 323, Maio de 1952, pp. 480-499.

“O Império Português na Estratégia Mundial – Passado e Presente”, Revista Militar, Nº 7, Julho de 1952, pp. 477-492.

PEREIRA da CONCEIÇÃO, Alfredo

“O Exército ao Serviço da Civilização”, Defesa Nacional, Nº 128, Dezembro de 1944, p. 206.

“A influência da geografia na estratégia”, Revista Militar, Nº 7, Julho de 1945, pp. 345-351.

“A influência da geografia na estratégia”, Revista Militar, Nº 8/9, Agosto/Setembro de 1945, pp. 429-434.

“A Bomba Atômica e o Futuro”, Defesa Nacional, Nº 146, Junho de 1946, pp. 49-50.

“Evolução da Organização Defensiva dos Estados”, Revista Militar, Nº 11, Novembro de 1948, pp. 719-724.

A Estratégia nunca foi uma ciência puramente militar, Separata da Revista Militar, Lisboa, 1952.

A Evolução da Ciência da Guerra Perante as Armas Termo-Nucleares, Separata da Revista de Artilharia, Lisboa, 1955.

A Técnica Revolucionaria os Exércitos, Separata da Revista Militar, Lisboa, 1956.

PEREIRA da SILVA, Fernando Augusto

“Os ensinamentos navais da grande conflagração mundial e a nossa acção marítima”, ACMN, Nº 1, Janeiro de 1919, pp. 5-34.

“Os ensinamentos navais da grande conflagração mundial e a nossa acção marítima”, ACMN, Nº 2 e 3, Fevereiro-Março de 1919, pp. 87-136.

“Os ensinamentos navais da grande conflagração mundial e a nossa acção marítima”, ACMN, Nº 4 e 5, Abril-Maio de 1919, pp. 149-172.

“Os ensinamentos navais da grande conflagração mundial e a nossa acção marítima”, ACMN, Nº 6 e 7, Junho-Julho de 1919, pp. 269-311.

“Política Naval e Política Naval Portuguesa”, ACMN, Nº 1,2 e 3, Janeiro-Março de 1924, pp. 5-165.

“A Política Militar e Naval Portuguesa e a Influência dos Pactos e dos Acordos do Desarmamento sobre a nossa Directriz Política”, Propaganda da Marinha, Anexo aos números de Maio e Junho de 1930, Lisboa, Imprensa da Armada, 1930, pp. 5- 31.

“A política de segurança nacional”, Propaganda da Marinha, Anexo aos número de Maio - Junho dos ACMN, Lisboa, Imprensa da Armada, 1930, pp. 107-124.

“A limitação dos armamentos navais, sua aplicação a Portugal”, Revista Militar, Nº 1/2, Janeiro/Fevereiro de 1932, pp. 1-14.

“Política Naval. As expressões do Poder Naval e suas modalidades”, ACMN, Nº 1 e 2, Janeiro-Fevereiro de 1933, pp. 197-218.

“A Defesa do nosso Império Ultramarino”, Revista Militar, Nº 7/8, Julho/Agosto de 1934, pp. 429-453.

Política Internacional e Política Naval, Lisboa, Edição LCGG, 1934.

“Política Naval e Política Nacional Naval” Boletim da Escola Central de Oficias, Caxias, Nº 23, 24 e 25 Julho-Agosto-Setembro de 1935, pp. 5-57.

“A influência do Poder Naval na presente situação política”, Revista Militar, Nº 6, Junho de 1936, pp. 383-413.

“A evolução naval da Armada portuguesa nos últimos 70 anos”, ACMN, Nº 10 a 12, Outubro – Dezembro de 1936, pp. 65-94.

“O Poder Marítimo actual e os seus reflexos”, Revista Militar, Nº 9, Setembro de 1937, pp. 631-643.

“O Poder Marítimo actual e os seus reflexos”, Revista Militar, nº 10, Outubro de 1937, pp. 705-726.

“A Geo-Estratégia Naval na Presente Conjuntura Política”, Revista Militar, Nº 5, Maio de 1939, pp. 316-355.

PIMENTA, Belisário

“Os conhecimentos militares como ciência social”, Revista Militar, Nº 2, Fevereiro de 1947, pp. 74-88.

PINTO, Armando Luís

“Bases para a organização no país da mobilização económica e do abastecimento nacional”, Revista Militar, Nº 1, Janeiro de 1941, pp. 17-22.

“Bases para a organização no país da mobilização económica e do abastecimento nacional”, Revista Militar, Nº 10, Setembro de 1941, pp. 593-606.

“Bases para a organização no país da mobilização económica e do abastecimento nacional”, Revista Militar, Nº 11, Novembro de 1941, pp. 680-684.

“Base para a organização no país da mobilização económica e do abastecimento nacional”, Revista Militar, Nº 12 Dezembro de 1941, pp. 747-764.

PIRES, Eduardo

“A engenharia nas comunicações”, Revista Militar, Nº 2, Fevereiro de 1946, pp. 77-89.

“Estratégia Total, Estratégia Geral Superior”, Revista Militar, Nº 11, Novembro de 1950, pp. 705-716.

PIRES MONTEIRO, Henrique
A Mobilização dos Estados, Alguns dos seus aspectos, Porto, Litografia Nacional, 1932.

“Ciência Militar”, Revista Militar, Nº11/12, Novembro/Dezembro de 1934, pp. 717-731.

“Estudos Colectivos de Defesa Nacional”, Revista Militar, Nº 4, Abril de 1937, pp. 193-212.

Os Ramos Militares, Ramos das Ciências Sociais, Lisboa, 1950, Separata do Tomo VI do XIII Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências Sociais.

“Fusão dos Exércitos”, Revista Militar, Nº 11, Novembro de 1951, pp. 657-674.

“A Estratégia, capítulo da Ciência Militar”, Revista Militar, Nº 7, Julho de 1952, pp. 559-566.

“Ciência Militar e Arte de Comandar”, Revista Militar, Nº2/3, Fevereiro/Março de 1953, pp. 85-101.

PONTE, Nunes da
“O Mito da Defensiva”, Revista Militar, Nº 2, Fevereiro de 1942, pp. 88-95.

“A Defensiva Agressiva”, Revista Militar, Nº 12, Dezembro de 1945, pp. 628-635.

PRIOR, Gabriel
“A África na Estratégia Mundial”, Revista Militar, Nº 5, Maio de 1956, pp. 283-296.

“O Oceano Atlântico, Grande Muralha do Ocidente”, Revista Militar, Nº 1, Janeiro de 1957, pp. 7-18.

REBELO, Pequito

“Elementos para uma Doutrina Portuguesa da Guerra do Ar”, Revista do Ar, Nº 21, Junho de 1939, pp. 21-22.

REBOREDO, Armando

“Problemas Navais”, Revista Militar, Nº 10, Outubro de 1949, pp. 575-580.

Reformas Militares de 1937, Lisboa, Imprensa Nacional, 1938.

Ministério da Guerra – Estado Maior do Exército, Regulamento para o Serviço de Campanha, Operações, II Parte, Lisboa, Papelaria Fernandes, 1935.

RODRIGUES, José Filipe Barros, SANTOS COSTA, Fernando

“Organização Geral da Nação para o Tempo de Guerra”, in 1º Congresso da União Nacional, Lisboa, 1935, pp. 165-187.

SALAZAR, António de Oliveira

Discursos e Notas Políticas (1929-1934), 1º Vol., Coimbra, Coimbra Editora, 1935.

Discursos e Notas Políticas (1935-1937), 2º Vol., Coimbra, Coimbra Editora, 1937.

Discursos e Notas Políticas (1938-1943), 3º Vol., Coimbra, Coimbra Editora, 1944.

Discursos e Notas Políticas (1943-1950), 4º Vol., Coimbra, Coimbra Editora, 1951.

SALEMA, Vasco da Costa

“Recordações da Guerra Civil Espanhola”, in Boletim do AHM, 49º Vol., 1991, pp. 11-159.

SANCHES, Luís Sousa

“Mobilização industrial”, Revista Militar, Nº 10, Outubro de 1935, pp. 756-765.

SANTOS, António Augusto dos

“Estratégia Económica – Influência dos Objectivos Económicos na Direcção Política da Guerra e na Condução das Operações Militares”, Boletim

do Instituto de Altos Estudos Militares, Caxias, Nº 11, Novembro de 1944, pp. 35-62.

SANTOS, Eduardo P. V.

“Mobilização Industrial”, Revista Militar, Nº 4, Abril de 1954, pp. 175-197.

SANTOS COSTA, Fernando

“Algumas considerações relativas à organização do Exército”, in 1º Congresso da União Nacional, Lisboa, 1935, pp. 141-164.

“Prefácio”, in Alberto Andrade e Silva, Teatro de Operações de Portugal, Lisboa, EME, 1950, pp. 9-12.

SCHULTZ, Arnaldo

“A propósito da guerra”, Revista de Infantaria, Nº 80, Agosto de 1940, pp. 94-101.

SILVA, Alberto Araújo e

A batalha do Buçaco, Lisboa, EME, 1981.

SILVA, Frederico Lopes

“Os Princípios da Guerra”, Revista Militar, Nº 4, Abril de 1952, pp. 225-229.

SILVA, Henriques da

“Os Órgãos Superiores da Defesa Nacional em Inglaterra e França”, Boletim da Escola Central de Oficiais, Nº 17, 18 e 19, Janeiro, Fevereiro e Março de 1935, pp. 153-221.

SILVA, A. G. Nunes

“Modernas ideias sobre a defensiva”, Revista Militar, Nº 9, Setembro de 1943, pp. 508-513.

“Modernas ideias sobre a defensiva”, Revista Militar, Nº 11, Novembro de 1943, pp. 624-635.

SIMÕES, Joaquim Ribeiro

“Conceitos essenciais de Cavalaria”, Revista Militar, Nº 7, Julho de 1958, pp. 403-415.

SINTRA, Alfredo dos Santos
“As Forças Aéreas” in I Congresso da União Nacional, 3º Vol., Lisboa, 1935, pp. 189-200.

SOTTA, José Rodrigues
As Armas e os Serviços nos Últimos 40 Anos, 1911-1951, Lisboa, 1953.

SOUSA DIAS, A. J.
“Um estudo militar”, Revista Militar, Nº 2/3, Fevereiro/Março de 1923, pp. 65-84.

“Um estudo militar”, Revista Militar, Nº 6/7, Junho/Julho de 1923, pp. 297-314.

“Um estudo militar”, Revista Militar, Nº 8, Agosto de 1923, pp. 361-369.

“Um estudo militar”, Revista Militar, Nº 3, Março de 1924, pp. 88-100.

“Um estudo militar”, Revista Militar, Nº 4/5, Abril/Maio de 1924, pp. 180-198.

“Um estudo militar”, Revista Militar, Nº 11/12, Novembro/Dezembro de 1924, pp. 542-549.

“Um estudo militar”, Revista Militar, Nº 1, Janeiro de 1925, pp. 18-26.

“Um estudo militar”, Revista Militar, Nº 5/6, Maio/junho de 1925, pp. 350-358.

THEOTONIO PEREIRA, Pedro
Memórias, 2 Vols., 2ª Edição, Lisboa, Verbo, 1973.

VALENÇA, Fernando F.
“Da influência das relações e da influência da ciência e da técnica na guerra”, Revista Militar, Nº 7, Julho de 1951, pp. 425-445.

2) Obras de Referência Geral

BARATA, Manuel Themudo, e TEIXEIRA, Nuno Severiano (Dir.).

Nova História Militar de Portugal, 5 Vols., Lisboa, Círculo de Leitores, 2003/2004.

BRANDÃO, Fernando Castro
História Diplomática de Portugal, uma cronologia, Lisboa, Livros Horizonte, 2002.

Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, 6 Vols., Círculo de Leitores, Lisboa, 2002-2003.

Enciclopédia Polis – de Estado e Sociedade, 4 Vols., Lisboa, Verbo, (s/d).

Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, 40 Vols., Actualização, 9 Vols., Lisboa/Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia Limitada, (s/d).

Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura, 23 Vols., Lisboa/S. Paulo, Verbo, (s/d).

LALANDE, André,
Dicionário – Técnico e Literário – de Filosofia, 2 Vols., Porto, Rés, (s/d) (1905).

MATTOSO, José (Dir.)
História de Portugal, 8 Vols., Lisboa, Círculo de Leitores, 1992-1994.

MEDINA, João (Dir.)
História de Portugal, dos tempos pré-históricos aos nossos dias, 15 Vols., Amadora, Ediclube, (s/d).

SERRÃO, Joaquim Veríssimo
História de Portugal, 15 Vols., Lisboa, Verbo, (s/d).

TAMANES, Ramón
La República. La Era de Franco, in Miguel Artola, Dir, História de España, Madrid, Alianza Editorial, 1988.

3) Estudos

3.1.) Historiografia

BLOCH, Marc
Introdução à História, (s/l), Publicações Europa-América, (s/d).

BONIFÁCIO, M. Fátima

“Apologia da História Política”, in, M. Fátima Bonifácio, Apologia da História Política, estudos sobre o século XIX português, Lisboa, Quetzal Editores, 1999, pp. 15-129.

BRAUDEL, Fernand

História e Ciências Sociais, Lisboa, Editorial Presença, (s/d).

CHAUNU, Pierre, DUBY, Georges, LE GOFF; Jacques, NORA, Pierre, e outros

Ensaio de Ego-História, (s/l), Edições 70, (s/d), (1987).

CIPOLLA, Carlo M.

Introdução ao Estudo da História Económica, Lisboa, Edições 70, 1993 (1988).

CURTO, Diogo Ramada

“As múltiplas Faces da História”, Colóquio Educação e Sociedade – Metamorfoses da Cultura, Nº 8/9, Março/Julho de 1995, FCG, Lisboa, pp. 35-59.

DUBY, Georges

A História Continua, Porto, Edições Asa, 1992.

DUBY, Georges, GEREMEK, Bronislaw

Paixões Comuns. Conversas com Philippe Sainteny, Porto, Edições Asa, 1992.

GADAMER, Hans-Georg, KOSELLEK, Reinhart,

Historia y hermenéutica, Barcelona, Paidós, 1997.

GADDIS, John Lewis

Paisagens da História. Como os historiadores mapeiam o passado, (s/l), Editora Campus Ltda., 2003.

GOULD, John

Herodotus, Bristol, Bristol classic Press, 2000 (1989).

HESPANHA, António Manuel

“Senso comum, memória e imaginação na construção da narrativa historiográfica”, in Pedro Cardim, Coord., A História: Entre a Memória e a Imaginação, Mem Martins, Europa-América, 1998, pp. 21-34.

MATTOSO, José
A Função Social da História no Mundo de Hoje, Lisboa, Associação de Professores de História, 1999.

PARET, Peter
“The History of war and the New Military History”, in Peter Paret, Understanding War – Essays on Clausewitz and the History of Military Power, Princeton/New Jersey, Princeton University Press, 1992, pp. 209-226.

POMIAN, Krzystof
Sur L'histoire, (s/l), Gallimard, 1999.

TEIXEIRA, Nuno Severiano
“A História Política na Historiografia Contemporânea”, Ler História, Nº 13, 1988, pp. 77-102.

“A História Militar e a Historiografia Contemporânea”, Nação e Defesa, Nº 59, Julho-Setembro de 1991, pp. 53-71.

VEYNE, Paul
“A História Conceptualizante”, in Jacques Le Goff e Pierre Nora, Dir., Fazer a História, 2ª Ed., Lisboa, Bertrand Editora, (s/l), (1º Ed, 1977) (1974).

3. 2.) Teoria, Análise e História Estratégica e Militar

ABREU, Francisco
Estratégia, O Grande Debate, Sun Tzu e Clausewitz, Lisboa, Edições Colibri, 2000.

Fundamentos de Estratégia Militar e Empresarial, Sílabo, Lisboa, 2002.

A Guerra no Mundo Depois de 1945 – Guerras e Guerrilhas desde 1945, Lisboa, Verbo, 1983 (1983).

ALCOFAR, José Luis Nassaes
“Las armas de ambos bandos”, in AAVV, Espanña, 1936-1939, La Guerra Militar, 3º Vol., Madrid, Alianza Editorial, 1996, pp. 59-72.

ALEXANDER, Martin S.
The Republic in danger. General Maurice Gamelin and the politics of French defence, 1933-1940, Cambridge, Cambridge University Press, 1992.

“Gamelin et les leçons de la campagne de Pologne”, in Mai-Juin 1940 – Défaite française, victoire allemande sous l’oeil des historiens étrangers, Éditions Autrement, Paris, 2000, pp. 59-74.

ALMEIDA, Políbio de
Do Poder do Pequeno Estado – Enquadramento geopolítico da hierarquia das potências, Lisboa, ISCSP, 1990.

ALMEIDA, J. Filipe de
“Operação Barbarossa”, História, Nº 76, Maio de 2005, pp. 30-35.

“A Viragem”, História, Nº 76, Maio de 2005, pp. 36-41.

ARON, Raymond
Penser la Guerre, Clausewitz, 2Vols., Paris, Éditions Gallimard, 1976.

Paz y Guerra entre las naciones, 2 Vols., Madrid, Alianza Editorial, 1985.

AUDOIN-ROUZEAU, Stéphane e, BECKER, Jean-Jacques (Dir.)
Encyclopédie de la Grande Guerre, 1914-1918, Histoire et Culture, Paris, Bayard, 2004.

BARNETT, Correlli (Org.)
Os Generais de Hitler, 2ª Ed., Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1991 (1989).

BARTOV, Omer
L’Armée de Hitler, La Whermacht, Les Nazis et la Guerre, (s/l), Hachette, 1999 (1990).

BAUDE, F. N.
“Commandement” in Thierry de Montbrial e Jean Klein, Dir., Dictionnaire de Stratégie, Paris, PUF, 2000, pp. 93-98.

BAUER, Eddy
História Polémica da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), 7 Vols., Edições Europa-América, (s/d).

BEAUFRE, André
Introdução à Estratégia, Lisboa, Edições Sílabo, 2004 (1963).

BEEVOR, Anthony

A Guerra Civil de Espanha, Lisboa, Livros do Brasil, 1989.

Berlin, The Downfall, 1945, Londres, Viking, 2002.

BLACK, Jeremy

World War Two, A military History, Londres/Nova Iorque, Routledge, 2003.

BLEDSON, Gerie B.

“Spanish Foreign Diplomacy, 1898-1936”, in James Cortada, Ed., Spain in the Twentieth-Century World – Essays on Spanish Diplomacy, 1898-1978, Westport, Greenwood Press, 1980, pp. 3-40.

BLIN, Arnaud e, CHALIAND, Gérard

Dictionnaire de Stratégie Militaire des Origines à nos Jours, (s/l), Perrin, 1998.

BOND, Brian

The Pursuit of Victory, From Napoleon to Saddam Hussein, Oxford, Oxford University Press, 1998 (1996).

BONIFACE, Pascal

Guerras do Amanhã, Mem Martins, Editorial Inquérito, 2003.

BRU, Alain

Evolution des Matériels Militaires (1939-1945), Paris, Economica, 1990.

CARDONA, Gabriel

“La Reforma de los Ejércitos”, in AAVV, España, 1936-1939, La Guerra Militar, 3º Vol., Madrid, Alianza Editorial, 1996, pp. 95-114.

Franco y sus Generales, La manicura del tigre, 2º Ed., Ediciones Temas de Hoy, 2001 (2001).

CARVER, Lord

“Manstein”, in Correlli Barnett, Org., Os Generais de Hitler, 2ª Ed., Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1991 (1989), pp. 241-267.

CHALIAND, Gérard

Anthologie Mondiale de la Stratégie - Des origines au nucléaire, Paris, Éditions Robert Laffont, 1990.

CHALIAND, Gérard e BLIN, Arnaud
Dictionnaire de Stratégie Militaire des origines à nous jours, (s/l), Perrin, 1998.

CHALIAND, Gérard e Blin, Arnaud
“Guerre Éclair (*Blitzkrieg*), in Gérard Chaliand e Arnaud Blin, Dictionnaire de Stratégie Militaire des origines à nous jours, (s/l), Perrin, 1998, pp. 289-294.

CHALIAND, Gérard e Blin, Arnaud
“Guerre Total, in Gérard Chaliand e Arnaud Blin, Dictionnaire de Stratégie Militaire des origines à nous jours, (s/l), Perrin, 1998, pp. 337-339.

CHANDLER, David G.
Atlas of Military Strategy: The Art, Theory and Practice of War, Londres, Arms&Armour, 2000 (1980).

CHAPPEL, Mike, QUARRIE, Bruce
German Airborne Troops, 1939-1945, Londres, Osprey, 1994 (1983).

CHARNAY, Jean Paul
Métastratégie - systèmes, formes et principes de la guerre féodale à la dissuasion nucléaire, Paris, Economica, 1990.

Critique de la Stratégie, Paris, L’Herne, 1990.

CLAUSEWITZ, Karl Von
On War, Princeton, Princeton University Press, 1989 (1984) (1836).

Théorie du Combat, Paris, Economica, 1998 (1810).

COLLET, André
Histoire de la Stratégie Militaire Depuis 1945, Paris, PUF, 1994.

COLSON, Bruno
La Culture Stratégique Americaine. L’influence de Jomini, Paris, Economica, 1993.

“Culture Stratégique Americaine”, in Gérard Chaliand e Arnaud Blin, Dictionnaire de Stratégie Militaire des origins à nous jours, (s/l), Perrin, 1998, pp. 129-145.

“La Stratégie Americaine de Sécurité et la Critique Clausewitzienne”, in www.stratisc.org, 30-12-2003 (extraído da Révue Stratégique, N° 76).

CORREIA, Pedro Pezarat
Manual de Geopolítica e Geoestratégia, I Vol., Conceitos, Teorias e Doutrinas, Coimbra, Quarteto, 2002.

CORUM, James
The Roots of the Blitzkrieg, Hans Von Seeckt and German Military Reform, Lawrence, University Press of Kansas, 1992.

COUTAU-BÉGARIE, Hervé
Traité de Stratégie, Paris, Economica, 1999.

“Doctrine”, in Thierry de Montbrial e Jean Klein, Dir., Dictionnaire de Stratégie, Paris, PUF, 2000, pp. 193-194.

COUTO, Abel Cabral
Elementos de Estratégia, 2 Vols., Lisboa, IAEM, (s/d).

“A integração europeia e a defesa nacional”, in Portugal e a Integração Europeia: Balanços e Perspectivas, Análise Social, N° 118-119, 1992, pp. 871-889.

“Prefácio”, in André Beaufre, Introdução à Estratégia, Lisboa, Sílabo, 2004, pp. 11- 25.

“Posfácio”, in António Horta Fernandes e Francisco Abreu, Pensar a Estratégia, do político-militar ao empresarial, Lisboa, Sílabo, 2004, pp. 215-230.

CREVELD, Martin Van
Supplying War - Logistics from Wallenstein To Patton, Cambridge, Cambridge University Press, 1980.

Fighting Power. German and U.S. Army Performance, 1939-1945, Westport, Greenwood Press, 1982.

The Transformation of War, Nova Iorque, the Free Press, 1991.

Technology and War (from 2000 B.C. to the Present), Nova Iorque, The Free Press, 1992.

CROWL, Philip A.

“Alfred Thayer Mahan: The Naval Historian”, in Peter Paret, Ed., Makers of Modern Strategy, from Machiavelli to the Nuclear Age, Oxford, Clarendon Press, 1994 (1986), pp. 444-477 e 904-905.

DAUGHERTY III, Leo J.

Fighting Techniques of a Japanese Infantryman, 1941-1945, Training, Techniques and Weapons, Londres, Amber Books, 2002.

DEFARGES, Philippe M.

Introduction à la Géopolitique, (s/l), Éditions du Seuil, 1994.

DESCH, John

“Berlim 45: The Potential for World War III”, Command, Nº 14, Março/Abril 1992, pp. 40-45.

DUARTE, António Paulo

“A Economia, Arma da Estratégia”, Nação e Defesa, Nº 82, Abril-Junho de 1997, pp. 139-172.

“Da Massificação (do Quantitativo) à Precisão (ao Qualitativo): A Relação entre a Economia e a Estratégia no Século XX”, Nação e Defesa, Nº 88, 1998, pp. 137-160.

O Equilíbrio Ibérico, Séc. XI-XX, História e Fundamentos, Lisboa, Edições Cosmos/IDN, 2003.

“Os (De)Limites da Estratégia: Assomos Reflexivos a Propósito de um Debate Estratégico Teórico”, in António Horta Fernandes e Francisco Abreu, Pensar a Estratégia, do Político-Militar ao Empresarial, Lisboa, Sílabo, 2004, pp. 123-138.

DUNCAN, Andrew

“Nato and Gibraltar Zone”, in Antonio Marquina Barrio, Ed., El Flanco Sur de la OTAN, Madrid, Editorial Complutense, 1993, pp. 71-78.

DUPUY, T. N.

Genius for War – The German Army and the General Staff (1807-1945), Faifax, Hero Books, 1984.

DUTAILLY, Henry

“Les Illusions de la Victoire (1918-1930)”, In André Corvisier e Guy Pendrocini (Dir.), Histoire Militaire de France, 1871-1940, 3º Vol., Paris, Quadrige/PUF, 1997 (1992), pp. 327-346.

“Une Puissance Militaire Illusoire (1930-1939)”, in André Corvisier e Guy Pendrocini (Dir.), Histoire Militaire de France, 1871-1970, 3º Vol., Paris, Quadrige/PUF, 1997a (1992), pp. 347-362.

ESPADA BURGOS, Manuel

Franquismo e Política Exterior, Madrid, Ediciones Rialp. 1987.

EARLE, Edward Mead (Dir.)

Les Maîtres de la Stratégie, 2 Vols., (s/l), Flammarion, 1980 (1943).

FACON, Patrick

Le Bombardement Stratégique, (s/l), Éditions du Rocher, 1996.

FAILLÉS, Béatrice

“La Terreur Nucléaire”, L’Histoire (Spécial), Nº 267, Julho-Agosto de 2002, pp. 78-83.

FERNANDES, António Horta

Quando a Geopolítica se Faz Gnóstica: Maritimidade versus Continentalidade, Separata de ISCSP – 90 Anos: 1906-1996, ISCSP, Lisboa, 1996.

O Homo Strategicus ou a ilusão de uma razão estratégica?, Lisboa, Edições Cosmos/IDN, 1998.

FERNANDES, António Horta e ABREU, Francisco

Pensar a Estratégia do político ao empresarial, Lisboa, Sílabo, 2004.

FERREIRA, João José Brandão

“Capacidades e Vulnerabilidades Nacionais no Âmbito da Estratégia”, Revista Militar, Nº 4, Abril de 1995, pp. 279-291.

FERRO, Marc

A Primeira Guerra Mundial, Lisboa, Edições 70, (s/d).

Forças Armadas Portuguesas no novo contexto internacional, Janus 98, Lisboa, Público/UAL, 1998.

FORTY, George e DUNCAN, John
The Fall of France, Disaster in the West 1939-1940, Turnbridge Wells, Kent, The Nutshell Publishing, 1990.

FRANKLAND, Noble (Ed.)
The Encyclopedia of 20th Century Warfare, Londres, Mitchell Beazley Publishers, 1989.

FRIESER, Karl-Heinz
“La légende de la «Blitzkrieg»”, in Mai – Juin 1940. Défaite française, victoire allemande sous l’œil des historiens étrangers, Paris, Éditions Autrement, 2000, pp. 75-86.

FEST, Joachim,
Les Derniers Jours d’Hitler, (s/l), Éditions Perrin, 2003 (2002).

GEFFRAY, Christian
A Causa das Armas. Antropologia da Guerra Contemporânea em Moçambique, Porto, Edições Afrontamento, 1991.

GERE, François
“Entre la révolution et la restauration. Le pensée stratégique américaine”, Stratégique, N° 49, 1990, pp. 83-160.

GEYER, Michael
“German Strategy in the Age of Machine Warfare, 1914-1945”, in Peter Paret, Ed., Makers of Modern Strategy, from Machiavelli to the Nuclear Age, Oxford, Clarendon Press, 1994 (1986), pp. 527-597 e 909-915.

GLANTZ, David
Soviet Military Operational Art. In Pursuit of the Deep Battle, Londres, Frank Cass, 1991.

GUIOMAR, Jean-Yves
L’Invention de La Guerre Totale XVIII° - XX° Siècle, Paris, Le Félin, 2004.

HALSTEAD, Charles R.

“Spanish Foreign Diplomacy, 1936-1978”, in James Cortada, Ed., Spain in the Twentieth-Century – Essays on Spanish Diplomacy, 1989-1978, Westport, Greenwood Press, 1980, pp. 41-94.

HARDACH, Gerd

The First World War, Harmondsworth, Penguin Books, 1987.

HART, Liddell

As Grandes Guerras da História, 4º Ed., São Paulo, Instituição Brasileira de difusão Cultural, 1991 (1954).

HASTINGS, Max

D-Day and the Battle for Normandy, 1944, Londres, Pan Books, 1984.

HAYTHORNTHWAITE, Philip J.

The Napoleonic Source Book, Londres, Arms&Armour, 1993.

HENNINGER, Laurent

“A L’heure de la guerre industrielle”, L’Histoire (Spécial), Julho-Agosto de 2002, pp. 70-73.

HILLGRUBER, Andreas

La Segunda Guerra Mundial 1939-1945. Objetivos de guerra y estrategia de las grandes potencias, Madrid, Alianza Editorial, 1995 (1982).

HOGG, Ian, e PERRET, Bryan

Encyclopedia of the Second World War, Harlow, Essex, Longman, 1989.

HOLBORN, Hajo

“The Prusso-German School and the Rise of the General Staff”, in Peter Paret, Ed., Makers of Modern Strategy – from Machiavelli to the Nuclear Age, Oxford, 1986 (1994), pp. 281-295 e 892-3.

HOWARD, Michael

War in European History, Oxford, Oxford University Press, 1976.

Clausewitz, Oxford, Oxford University Press, 1983.

“British Grande Strategy in World War I”, in Paul Kennedy, Grand Strategies in War and Peace, New Haven e Londres, Yale University Press, 1991, pp. 31-41.

“Men Against Fire: The Doctrine of the Offensive in 1914”, in Peter Paret, Ed., Makers of Modern Strategy, from Machiavelli to the Nuclear Age, Oxford, Clarendon Press, 1994 (1986), pp. 510-526 e 908-909.

HUGHES, Daniel J.

“Blitzkrieg”, in Franklin D. Margiotta, Ed., Encyclopedia of Land Forces and Warfare, Washington e Londres, Brassey’s, 1996, pp. 155-162.

JOHNSON, David E.

Fast Tanks and Heavy Bombers, Inovation in the U.S. Army, 1917-1945, Nova Iorque, Cornell University Press, 1998.

JUNGER, Ernest

O Passo da Floresta, Lisboa, Cotovia, 1995 (1980).

O Trabalhador – Domínio e Figura, Lisboa, Hugin, 2000.

KEEGAN, John

O Rosto da Batalha, Lisboa, Fragmentos, (s/d).

The Mask of Command, Londres, Jonathan Cape Ltd., 1987.

Uma História da Guerra, São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

The Battle for History, Re-fighting World War II, Londres, Pimlico, 1995.

KEEGAN, John (Ed.)

The Times Atlas of the Second World War, (s/l), Times Books Limited, 1989.

KENNEDY, Paul

Ascensão e Queda das Grandes Potências, 2 Vols., Mem Martins, Edições Europa-América, (s/d).

Strategy and Diplomacy, 1870-1945, Londres, Fontana Press, 1989 (1983).

The Rise and Fall of British Naval Mastery, 3ª Ed., Londres, Fontana Press, 1991 (1978).

KERSHAW, Ian
Hitler, Um perfil do Poder, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1993
(1991).

KIESLING, Eugenia
Arming Against Hitler, France and the Limits of Military Planning,
(s/l), University Press of Kansas, 1996.

KISSINGER, Henry
Diplomacy, Nova Iorque, Simon&Schuster, 1994.

KORINMAN, Michel
Quand L'Allemagne Pensait le Monde, Grandeur et décadence d'une géopolitique, Paris, Librairie Arthème Fayard, 1990.

LAMB, Richard
War in Italy, 1943-1945, A Brutal Story, Londres, Penguin Books, 1995 (1993).

LA MAISONNEUVE, Eric de
Initiation à la réflexion stratégique, Paris, Economica, 1998.

LASTOURS, Sophie de
“Les grandes traits de la pensée militaire russe”, Stratégique, N° 49, 1990, pp. 73-82.

LATIMER, John
Operation Compass 1940, Wavell's Whirlwind Offensive, Londres, Osprey, 2000.

LAWRENCE, T. E.
Os Sete Pilares da Sabedoria, Mem Martins, Publicações Europa-América, (s/d).

LE CUDENNEC, Jean
“La guerre américaine en Afghanistan: le modèle *lawrencien*”, Raids, N° 189, Fevereiro de 2002, pp. 50-54.

LINDQUIST, Sven
Historia de los Bombardeos, Madrid, Turner, 2002 (1999).

LOROT, Pascal

Histoire de la Géopolitique, Paris, Economica, 1995.

LUDDENDORF, Erich

A Guerra Total, Rio de Janeiro, Editorial Inquérito, 1941.

LUTTWACK, Edward N.

Le Paradoxe de la Stratégie, Paris, Éditions Odile Jacob, 1989.

LYNN, John A. (ed.)

Logistics in Western Warfare from the Middle Ages to the Present, Boulder/San Francisco/Oxford, Westview Press, 1993.

MACKINDER, Halford

“The Round World and the Winning of the Peace”, In Halford. J. Mackinder, Democratic Ideals and Reality, Greenwood Press, 1981, pp. 264-278.

“Le Pivot Géographique de L’Histoire”, Stratégique, Paris, 1992, pp. 12-29.

MACKSEY, K. J.

Division Panzer, “el puño acorazado”, Madrid, Editorial San Martin, 1977 (1968).

Fuerzas acorazadas aliadas, Madrid, Editorial San Martin, 1979 (1970).

“Guderian”, in Correlli Barnett, Os Generais de Hitler, 2ª ed., Rio de Janeiro, 1991 (1989), pp. 458-479.

MARGIOTTA, F. D., (Ed.),

Brassey’s Encyclopedia of Land Forces and Warfare, Washington/Londres, Brassey’s, 1996.

MARQUINA BARRIO, Antonio

España en la Política de Seguridad Occidental, 1939-1986, Madrid, Ediciones Ejercito, 1986.

MARQUINA BARRIO, Antonio (ed.)

El Flanco Sur de la OTAN, Madrid, Editorial Complutense, 1993.

MARSHALL, Donald S.

“Doctrine” in Franklin D. Margiotta, Ed., Brassey’s Encyclopedia of Land Forces and Warfare, Washginton e Londres, Brassey’s, 1996, pp. 293-98.

MASSON, Philippe
Une Guerre Totale (1939-1945) – Stratégies, moyens, controversies, Paris, Tallandier, 1990.

“Guerre Totale”, in Thierry de Montbrial e Jean Klein, Dictionnaire de Stratégie, Paris, PUF, 2000, pp. 309-312.

MATHEY, Jean Marie
Comprendre la Stratégie, Paris, Economica, 1995.

MATLOFF, Maurice
“Allied Strategy in Europe, 1839-1945”, in Peter Paret, Ed., Makers of Modern Strategy, from Machiavelli to the Nuclear Age, Oxford, Clarendon Press, 1994 (1986), pp. 677-702 e 924-926.

MONTBRIAL, Thierry de e KLEIN, Jean
Dictionnaire de Stratégie Militaire, Paris, PUF, 2000.

MULLER, Klaus-Jurgen
“La nouvelle historiographie de la campagne de 1940”, in Mai – Juin 1940, Défaite française, victoire allemande sous l’oeil des historiens étrangers, Paris, Éditions Autrement, 2000, pp. 23-28.

MUNILLA GOMEZ, Eduardo
Introduccion a la Estrategia Militar Española, Madrid, Servicio de Publicaciones del EME, (s/d) (1984).

MURAWIEC, Laurent
La Guerre au XXI^e Siècle, Paris, Édition Odile Jacob, 2000.

NEIBERG, Michael S.
Warfare in World History, Londres, Routledge, 2001.

O’CONNELL, Robert L.
Guerra - Homens e Armas, Lisboa, Teorema, (s/d).

PAPE, Robert A.

Bombing to Win, Air Power and Coercion in War, Cornell, Cornell University Press, 1996.

PARDO SANTAYANA, José R.

“Geoestrategia y espacio español”, Política Exterior, Nº 49, Janeiro/Fevereiro de 1996, pp. 121-133.

PARET, Peter

Clausewitz and the State, The man, His theories and His Times, Princeton, Princeton University Press, 1986.

“Napoleon, a Revolution in Warfare”, in Peter Paret, Ed., Makers of Modern Strategy – from Machiavelli to the Nuclear Age, Oxford, Clarendon Press, 1994, (1986), pp. 123-142.

Understanding War, Essays on Clausewitz and the History of Military Power, Princeton, Princeton University Press, 1992.

PARET, Peter (ed.),

Makers of Modern Strategy - from Machiavelli to the Nuclear Age, Oxford, Clarendon Press, 1994 (1986).

PENDRONCINI, Guy

“Remarques sur les Grandes Decisions Stratégiques Françaises de 1914 a 1940”, in www.stratisc.org, 4-01-2001.

PORCH, Douglas

“Arms and Alliances: French Grand Strategy and Policy in 1914 and 1940”, in Paul Kennedy, Grand Strategies in War and Peace, New Haven e Londres, Yale University Press, 1991, pp. 125-143.

PORTER, Bruce D.

War and the Rise of the State, the military foundations of modern politics, Nova Iorque, The Free Press, 1994.

REESE, Roger R.

The Soviet Military Experience, A History of the Soviet Army, 1917-1991, Londres e Nova Iorque, Routledge, 2000.

RENOUVIN, Pierre

La Première Guerre Mondiale, 6ª Edição, Paris, PUF, 1983 (1965).

RICE, Condoleezza

“The Evolution of Soviet Grand Strategy”, in Paul Kennedy, Grand Strategies in War and Peace, New Haven e Londres, Yale University Press, 1991, pp. 145-164.

“The Making of Soviet Strategy”, in Peter Paret, Ed., Makers of Modern Strategy, from Machiavelli to the Nuclear Age, Oxford, Clarendon Press, 1994 (1986), pp. 648-676 e 922-924.

ROPP, Théodore

“Doctrines Continentales de la Puissance Maritime”, in Edward Mead Earle, Dir., Les Maîtres de Stratégie, (s/l), Flammarion, 1980 (1943), pp. 193-207.

ROTHERBERG, Gunther

The Art Of Warfare in the Age of Napoleon, Bloomington, Indiana University Press, 1980.

The Napoleonic Wars, Cassel, 1999.

SACHETTI, António

“Geopolítica e Geoestratégia do Atlântico”, in Adriano Moreira e Pedro Cardoso, Coord., Estratégia, 1º Vol., Lisboa, ISCSP. 1991, pp. 13-52.

SANTOS, José Loureiro dos

Apontamentos de História para militares – evolução dos sistemas de coacção e apontamentos para a História da subversão em Portugal, IAEM, 1979.

Incursões no Domínio da Estratégia, FCG, 1983.

Como defender Portugal, IAEM, 1991.

A Idade Imperial – Reflexões sobre Estratégia III, Edições Europa-América, 2003.

SARMANT, Thierry e MERCIER, Benjamin

“La guerre qui n’a pas eu lieu, vision stratégique et plans de operations français dans l’hypothèse d’une invasion soviétique, 1945-1969”, Revue Historique des Armées, N° 227, Junho de 2002, pp. 111-128.

SHOWALTER, Dennis E.

“Total War for Limited Objectives: An Interpretation of German Grand Strategy”, in Paul Kennedy, Grande Stratégies in War and Peace, New Haven e Londres, Yale University Press, 1991, pp. 105-123.

“Ce que l’armée française avait compris de la guerre moderne”, in Mai – Juin 1940. Défaite française, victoire allemande sous l’œil des historiens étrangers, Paris, Éditions Autrement, 2000, pp. 29-58.

SIMPKIN, R. E.

“The Meaning of Mobility”, in The Mechanized Battlefield: A Tactical Analysis, (s/l), Pergamos Brassey’s, 1985, pp. 41-53.

SOUTOU, Georges-Henri

L’Or et le Sang – les buts économiques de la Première Guerre Mondiale, Paris, Fayard, 1989.

SPROUT, Margaret Tuttle

“Mahan: L’apôtre de la puissance maritime” in Edward Mead Earle, Dir., Les Maîtres de la Stratégie, (s/l), Flammarion, 1980 (1943), pp. 155-192.

STRACHAN, Hew

“Stratégie”, in Stéphane Audoin-Rouzeau e Jean-Jacques Becker, Dir., Encyclopédie de la Grande Guerre, 1914-1918, Histoire et Culture, Paris, Bayard, 2004, pp. 421-435.

SUDE, Gertmaan

“Strategy” in Franklin D. Margiotta, Ed., Encyclopedia of Land Forces and Warfare, Washington e Londres, Brassey’s, 1996, pp. 1003-1011.

TELO, António

“Reflexões sobre a Revolução Militar em Curso”, Nação e Defesa, N° 103, Outubro/Novembro de 2002, pp. 211-247.

TILLY, Charles

Coercion, Capital and European States (AD 990-1992), 4^a Ed., Cambridge, Massachusetts, Blackwell Publishers, 1994.

TOFFLER, Alvin e Heidi

War and Anti-war – Survival at the Dawn of the 21st Century, Nova Iorque, Little Brown and Company, 1993.

VIDAL, César

La Guerra de Franco, Historia military de la Guerra civil española, Barcelona, Planeta, 1996.

WEIGLEY, Russel F.

“American Strategy from Its Beginning through the First World War”, in Peter Paret, Ed., Makers of Modern Strategy, from Machiavelli to the Nuclear Age, Oxford, Clarendon Press, 1994 (1986), pp. 408-443 e 901-904.

WHITTLESEY, Derwent

“Haushofer: Les Géopoliticiens” in Edward Mead Earle, Dir., Les Maîtres de la Stratégie, (s/l), Flammarion, 1980 (1943), pp. 123-153.

WINTER, Jay

“L’Effort de Guerre”, in Stéphane Audoin-Rouzeau e Jean-Jacques Becker, Dir., Encyclopédie de la Grande Guerre, 1914-1918, Histoire et Culture, Paris, Bayard, 2004, pp. 409-419.

« Victimes de la Guerre : morts, blessés et invalides », in Stéphane Audoin-Rouzeau e Jean Jacques Becker, Dir., Encyclopédie de la Grande Guerre, 1914-1918, Histoire et Culture, Paris, Bayard, 2004, pp. 1075-1085.

ZALOGA, Steven J. e Volstad, Ron

The Red Army of the Great Patriotic War, 1941-1945, Londres, Osprey, 1989 (1996).

5) Portugal: I República e Estado Novo

AFONSO, Aniceto

História de uma Conspiração, Sinel de Cordes e o 28 de Maio, Lisboa, Editorial Notícias, 2000.

ALEXANDRE, Valentim

“Ideologia, economia e política: a questão colonial na implantação do Estado Novo”, Análise Social, Vol. XXVIII, Nº 123-124, 1993, pp. 1117-1136.

“A África no imaginário político português”, Penélope, Nº 15, 1995, pp. 39-52.

ANTUNES, José Freire

Roosevelt, Churchill e Salazar, A Luta pelos Açores, 1941-1945, Madrid, Ediclube, 1995.

“Introdução - Salazar e Caetano nas Encruzilhadas do Estado Novo”, in Marcello Caetano, Minhas Memórias de Salazar, 4ª Ed., (s/l), Verbo, 2000, pp. 11-89.

ARRIFES, Marco Fortunato

“Um poder militar autista – as políticas colonais de defesa de Angola (1926-1960)”, História, Ano XXI (Nova Série), Nº 20, Dezembro de 1999, pp. 38-47.

BARATA, Manuel Themudo

“Estado Novo e política de defesa na II Guerra Mundial”, in Nuno Severiano Teixeira, Coord., Portugal e a Guerra. História das intervenções militares portuguesas nos grandes conflitos mundiais, séculos XIX e XX, Lisboa, Edições Colibri/IHC-FCSH, 1998, pp. 127-143.

BARROS, Júlia Leitão de

“Anglofilia e germanofilia em Portugal durante a Segunda Guerra Mundial”, in Portugal na Segunda Guerra Mundial, contributos para uma reavaliação, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1989, pp. 91-136.

BISPO, António de Jesus

“A NATO e a Força Aérea Portuguesa”, Nação e Defesa, Nº 89, Primavera de 1999, pp. 121-147.

BURGOS MADRONERO, Manuel

“La Mission Militar Portuguesa de observación en España”, Separata de la Revista Hysperiades, (s/l), 1988, pp. 287-402.

CANONGIA, Mário Lopes

Os Aviões da Cruz de Cristo, 2ª Ed., (s/l), Dinalivro, 2001.

CARDOSO, Edgar da Costa

História da Força Aérea Portuguesa, 3º Vol., Edições Cromocolor, 1984.

CARRILHO, Maria

Forças Armadas e Mudança Política em Portugal no Século XX. Para uma explicação sociológica do papel dos militares, (s/l), Imprensa Nacional-Casa da Moeda, (s/d).

“Política de Defesa e Rearmamento”, in Portugal na Segunda Guerra Mundial, contributos para uma reavaliação, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1989, pp. 11-48.

CORREIA, Pedro Pizarat
Centuriões ou Pretorianos, Lisboa, O Jornal, 1988.

COSTA, Eduardo Freitas da
História do 28 de Maio, Lisboa, Edições Templo, 1979.

COSTA, José Joaquim Ribeiro da
Óscar Carmona (1869-1951), Elementos para um estudo biográfico do primeiro Presidente da República do Estado Novo, (tese de mestrado, texto policopiado), Lisboa, 1993.

CRUZ, Manuel Braga da
Monárquicos e Republicanos no Estado Novo, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1986.

O Partido e o Estado no Salazarismo, Lisboa, Editorial Presença, 1988.

“Salazar e a Política”, in AAVV, Salazar e o Salazarismo, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1989, pp. 61-70.

d’ASSAC, J. Ploncard
Salazar. A vida e a obra, 2º Ed., Lisboa, Verbo, 1989.

DELGADO, Iva
Portugal e a Guerra Civil de Espanha, (s/l), Publicações Europa-América, (s/d).

DUARTE, António Paulo
“Esboço para uma Leitura Estratégica sobre a campanha de Moçambique (1914-1918)”, Revista Militar, Nº 8/9, Agosto-Setembro de 1998, pp 667-704.

“Ler a Guerra: a estratégia militar da Segunda Guerra Mundial prescrita pela *Revista Militar* (1942-1945)”, Revista Militar, Nº 12, Dezembro de 1999, pp. 2051-2064.

FARIA, Carlos Fernando Nunes

“Forças Armadas e Poder Político em Portugal: 1926-1928”, Revista Militar, Nº 8/9, Agosto-Setembro de 2001, pp. 673-709.

FARIA, Telmo
Debaixo de Fogo! Salazar e as Forças Armadas (1935-41), Lisboa, Edições Cosmos/IDN, 2000.

“Óscar Carmona”, in António Costa Pinto, Coord., Os Presidentes da República Portuguesa, Lisboa, Temas&Debates, 2001, pp. 158-166.

“Os Militares e a Política do Estado Novo”, in Fernando Martins, Ed., Diplomacia & Guerra, Política externa e política de defesa em Portugal do final da monarquia ao marcelismo. Actas do I Ciclo de Conferências, (s/l), Edições Colibri/CIDEHUS, 2001, pp. 225-232.

FARINHA, Luís
O Revirvalho, Revoltas Republicanas contra a Ditadura e o Estado Novo, 1926-1940, Lisboa, Editorial Estampa, 1998.

“O republicanismo/reviralhismo e a guerra civil de Espanha. Do ocaso do revilharismo à unidade antifascista”, in Fernando Rosas, Coord., Portugal e a Guerra Civil de Espanha, Lisboa, Edições Colibri/IHC-FCSH, 1998, pp. 153-176.

“Política Externa e Política de Defesa: do Sidonismo à Ditadura Militar, in Fernando Martins, Ed., Diplomacia & Guerra, Política externa e política de defesa em Portugal do final da monarquia ao marcelismo. Actas do I Ciclo de Conferências, (s/l), Edições Colibri/CIDEHUS, 2001, pp. 83-100.

“Acção Escolar de Vanguarda”, História, Nº 63, Fevereiro de 2004, pp. 30-33.

FERREIRA, José Medeiros
Estudos de Estratégia e Relações Internacionais, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Lisboa, 1980.

Um Século de Problemas. As relações Luso-Espanholas da União Ibérica à Comunidade Europeia, Lisboa, Livros Horizonte, 1989.

O Comportamento Político dos Militares, forças armadas e regimes políticos em Portugal no séc. XX, Lisboa, Editorial Estampa, 1992.

Portugal na Conferência de Paz, Paris, 1919, Lisboa, Quetzal, 1992a.

“Características históricas da política externa portuguesa entre 1890 e a entrada na ONU”, Política Internacional, Nº 6, Primavera de 1993, pp. 113-156.

“Forças Armadas” in António Barreto e Maria Filomena Mónica, Coord., Dicionário de História de Portugal – Suplemento, 8º Vol., Lisboa, Figuerinhas, 1999, pp. 53-59.

FONTOURA, Álvaro Lemos de
“A Segunda Guerra Mundial” in A. N. Ramires de Oliveira, Coord., História do Exército Português (1910-1945), 3ª Vol., Lisboa, EME, 1994, pp.

FREIRE, João
Homens em Fundo Azul Marinho. Ensaio de Observação Sociológica sobre Uma Corporação de Meados do Século XX: A Armada Portuguesa, Oeiras, Celta, 2003.

GALLAGHER, Tom
“Fernando Santos Costa: Guardião Militar do Estado Novo, 1944-1958”, in AAVV, O Estado Novo, Das Origens ao Fim da Autarcia, 1926-1959, 1º Vol., Lisboa, Fragmentos, (s/d).

GASPAR, José Martinho
Os Discursos e o Discurso de Salazar, (s/l), Prefácio, 2001.

GIL, José
Salazar: A Retórica da Invisibilidade, (s/l), Relógio de Água Editores, 1995.

HENRIQUES, Mendo Castro, LEITÃO, António Rosas
La Lys, 1918, Os Soldados Desconhecidos, Lisboa, Prefácio, 2001.

JANEIRO, Helena Pinto
Salazar e Pétain, Relações Luso-francesas durante a II Guerra Mundial (1940-1944), Lisboa, Edições Cosmos, 1998.

JIMENÉZ REDONDO, Juan Carlos
Franco e Salazar, as relações luso-espanholas durante a Guerra Fria, Lisboa, Assírio&Alvim, 1996.

KUIN, Simon

“A Mocidade Portuguesa nos anos 30: anteprojecto e instauração de uma organização paramilitar da juventude”, Análise Social, Nº 122, Vol. XXVIII, 1993, pp. 555-588.

LÉONARD, Yves

Salazarismo e Fascismo, (s/l), Editorial Inquérito, (s/d).

LOURENÇO, Eduardo

Os Militares e o Poder, Lisboa, Arcádia, 1975.

MACEDO, Ernesto Ferreira de

Subsídios para o estudo do esforço militar português na década de 50. Os compromissos com a OTAN, 2 Vols, Lisboa, EME, 1988.

MADUREIRA, Arnaldo

A Formação Histórica do Salazarismo (1928-1932). O quadro político em que se estruturou o Salazarismo, Lisboa, Livros Horizonte, 2000.

MARQUES, A. H. Oliveira (Coord.), GUINOTE, paulo, MESQUITA, Pedro Teixeira e DIAS, João José Alves

Parlamentares e Ministros da 1ª República (1910-1926), Lisboa, Assembleia da República/Edições Afrontamento, (s/d).

MARQUES, Fernando Pereira

“Do Exército providencial ao Exército Salazarista”, in AAVV, O Fascismo em Portugal – Actas do Colóquio Realizado na FLL, Lisboa, Regra do Jogo, 1982, pp. 195-205.

MARTELO, David

A Espada de Dois Gumes, as Forças Armadas do Estado Novo (1926-1974), Mem Martins, Publicações Europa-América, 1999.

MATOS, Luís Salgado de

“Costa, Fernando dos Santos”, in António Barreto e Maria Filomena Mónica, Coord., Dicionário da História de Portugal – Suplemento, 7º Vol., Porto, Figueirinhas, 1999, pp. 442-455.

“A Orgânica das Forças Armadas Portuguesas”, in Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira, Dir., in Nuno Severiano Teixeira, Coord., Nova História Militar de Portugal, 4º Vol., Lisboa, Círculo de Leitores, 2004, pp. 115-261.

MENESES, M. de Sousa
A defesa dos Açores na II Guerra Mundial (1939-1945), Lisboa, EME,
1988.

MIGUEL, Mário Firmino
Portugal, a Espanha e a NATO, Lisboa, Livraria Portugal, 1979.

MONTEIRO, Saturnino
Batalhas e Combates da Marinha Portuguesa, 1808-1975, VIII Vol., 1º
Ed., Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1997.

MOUTINHO, João Viale
No Pasarán! Cenas e Cenários da Guerra Civil Espanhola, 2º Ed.,
Lisboa, Editorial Notícias, (s/d).

NOGUEIRA, Franco
Salazar, Os Tempos Áureos (1928-1936), estudo biográfico, 2º Vol.,
Coimbra, Atlântida Editora, (s/l).

Salazar, As Grandes Crises (1936-1945), estudo biográfico, 3º Vol.,
Porto, Livraria Civilização Editora, (s/l).

Salazar, O Ataque (1945-1958), estudo biográfico, 4º Vol., Porto,
Livraria Civilização Editora, (s/l).

Salazar, a Resistência (1958-1964), estudo biográfico, 5º Vol.,
Porto, Livraria Civilização Editora, (s/l).

Juízo Final, 2º Ed., Porto, Livraria Civilização, 1993.

As Crises e os Homens, 2ª Ed., Porto, Civilização Editora, 2000 (1971).

NORTON, José
Norton de Matos, Biografia, Lisboa, Bertrand Editora, 2002.

Ó, Jorge Ramos do
O Lugar de Salazar, Estudo e Antologia, Lisboa, Publicações Alfa,
1992.

NUNES, Isabel R. Ferreira

“Delineamento de uma Estratégia Diplomática Portuguesa – Portugal na II Guerra Mundial”, in Adriano Moreira e Pedro Cardoso, Estratégia, 5º Vol., Lisboa, ISCSP, 1993, pp. 51-297.

OLIVEIRA, A. N. Ramires (Coord.)
História do Exército Português (1910-1945), 5 Vols., Lisboa, EME, 1993-1995.

OLIVEIRA, César
Salazar e a Guerra Civil de Espanha, Lisboa, Edições O Jornal, 1987.

Cem Anos nas Relações Luso-Espanholas. Política e Economia, Lisboa, Edições Cosmos, 1995.

OLIVEIRA, Pedro Aires
Armindo Monteiro, uma biografia política (1896-1955), Lisboa, Bertrand Editora, 2000.

PEREIRA, José Pacheco
Álvaro Cunhal, Uma Biografia Política. “Daniel”, o jovem revolucionário (1913-1941), 1º Vol., Lisboa, Círculo de Leitores, 1999.

Álvaro Cunhal, Uma Biografia Política. “Duarte”, o dirigente clandestino (1941-1949), 2º Vol., Lisboa, Círculo de Leitores, 2001.

PINTO, António Costa
Os Camisas Azuis, Ideologias, Elites e Movimentos Fascistas em Portugal, 1914-1945, Lisboa, Editorial Estampa, 1994.

PINTO, António Costa (Coord.)
Os Presidentes da República Portuguesa, Lisboa, Temas&Debates, 2001.

RAMALHO, José Luís Pinto
“A Contribuição do Exército Português para a OTAN”, Nação e Defesa, Nº 89, Primavera 1999, pp. 101-119.

RAMOS, Rui
A Segunda Fundação (1890-1926), in José Mattoso, Coord., História de Portugal, 6º Vol., Lisboa, Círculo de Leitores, 1994.

RAPOSO, Maria Antonieta Gomes
A Invasão da Etiópia em 1935 vista pela Diplomacia Portuguesa, (s/l),
Edições Colibri, 2003.

REIS, Célia
A revolta da Madeira e Açores, 1931, Lisboa, Livros Horizonte, 1990.

RIBEIRO, António Silva
Organização Superior de Defesa Nacional, Uma visão estratégica, 1640-2004, Lisboa, Prefácio, 2004.

RIBEIRO, Maria da Conceição
A Polícia Política no Estado Novo, 1926-1945, Lisboa, Editorial
Estampa, 1995.

RODRIGUES, Luís Nuno
A Legião Portuguesa, A Milícia do Estado Novo, 1936-1944, Lisboa,
Editorial Estampa, 1996.

“Bettencourt, Manuel Ortins de (1892-1969)”, in Fernando Rosas e J.
M. Brandão de Brito, Coord, Dicionário de História do Estado Novo, 1º Vol.,
Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, p. 99.

ROLLO, Maria Fernanda
“Portugal e o Plano Marshall: história de uma adesão a contra-gosto
(1947-1952)”, Análise Social, Nº 128, Vol. XXIX, Lisboa, pp. 841-870.

Portugal e o Plano Marshall – Da Rejeição à Solicitação de Ajuda
Financeira (1947-1952), Lisboa, Editorial Estampa, 1994.

ROSAS, Fernando
O Estado Novo nos Anos Trinta (1928-1938) – Elementos para o
estudo económico e social do Salazarismo, Lisboa, Editorial Estampa,
1986.

O Salazarismo e a Aliança Luso-Britânica, estudos sobre a política
externa do Estado Novo nos anos trinta, (s/l), Fragmentos, (s/d).

“Salazar e o Salazarismo: um caso de longevidade política”, in
AAVV, Salazar e o Salazarismo, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1989,
pp. 13-31.

Portugal entre a Paz e a Guerra (1939-1945), Lisboa, Editorial Estampa, 1990.

Estado Novo (1926-1974), In José Mattoso, Coord., História de Portugal, 7º Vol., Lisboa, Círculo de Leitores, 1994.

“Craveiro Lopes”, In António Costa Pinto, Coord., Os Presidentes da República Portuguesa, Lisboa, Temas&Debates, 2001, pp. 170-178.

Portugal no Século XX (1890-1976) – Pensamento e Acção Política, Lisboa, Editorial Notícias, 2004.

ROSAS, Fernando (Coord.)

Portugal e a Guerra Civil Espanhola, Lisboa, Edições Colibri/IHC – FCSH, 1998.

ROSAS, Fernando, e, BRITO, J. M. Brandão de (coord.)

Dicionário de História do Estado Novo, 2 Vols., Lisboa, Círculo de Leitores, 1993.

SACHETTI, António Emílio Ferraz

“A Marinha nos 50 Anos da NATO”, Nação e Defesa, Nº 89, Primavera de 1999, pp. 85-99.

SAMARA, Alice

Sidónio Pais, Lisboa, Editora Planeta deAgostini, 2004.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo

História de Portugal, Da 1º Legislatura à Visita Presidencial aos Açores (1935.1941), XIV Vol., Lisboa, Editorial Verbo, (s/d),

História de Portugal, Da II Guerra Mundial à Morte do Marechal Carmona (1941-1951), XV Vol., Lisboa, Editorial Verbo, (s/d).

TADEU, Viriato

Quando a Marinha tinha Asas... Anotações para a História da Aviação Naval Portuguesa (1916-1952), Lisboa, Edições Culturais da Marinha, 1984.

TAVARES, João

“A Indústria Militar Portuguesa: o seu papel na Guerra Colonial”, História, Nº 63, Fevereiro de 2004, pp. 38-45.

TEIXEIRA, Nuno Severiano

“Da neutralidade ao alinhamento: Portugal na fundação do Pacto do Atlântico”, Análise Social, Nº 120, Vol. XXVIII, 1993, pp. 55-80.

“defesa, política de”, in António Barreto e Maria Filomena Mónica, Coord., Dicionário de História de Portugal – Suplemento, 7º Vol., Lisboa, Figueirinhas, 1999, pp. 490-497.

“Portugal nos Conflitos Internacionais”, in Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira, Dir., in Nuno Severiano Teixeira, Coord., Nova História Militar de Portugal, 4º Vol., Lisboa, Círculo de Leitores, 2004, pp. 13-113.

TELO, António José

Decadência e Queda da I República Portuguesa, 2 Vols., Lisboa, A Regra do Jogo, 1980 e 1984.

Portugal na Segunda Guerra Mundial, Lisboa, Perspectivas e Realidades, 1987.

Propaganda e Guerra Secreta em Portugal (1939-1945), Lisboa, Perspectivas e Realidades, 1990.

Portugal na Segunda Guerra Mundial (1941-1945), 2 Vols., Lisboa, Vega, 1991.

Os Açores e o Controlo do Atlântico, Porto, Asa, 1993.

“As Forças Armadas ou a República decapitada”, in João Medina, Dir., História de Portugal, dos tempos pré-históricos aos nossos dias, A República, II Vol., Amadora, Ediclube, (s/d) (1993), pp. 249-324.

Portugal e a NATO, o reencontro da tradição atlântica, Lisboa, Edições Cosmos, 1996.

“Política de Defesa” in Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito, Dir., Dicionário de História do Estado Novo, 2ª Vol., Lisboa, Círculo dos Leitores, 1996, pp. 759-765.

“As relações peninsulares num período de guerras globais (1939-1945)”, in Fernando Rosas, Coord., Portugal e a Guerra Civil de Espanha, Lisboa, Colibri/IHC-FCSH, 1998, pp. 133-151.

“A Neutralidade Portuguesa na Segunda Guerra Mundial”, in Nuno Severiano Teixeira, Coord., Portugal e a Guerra. História das intervenções militares portuguesas nos grandes conflitos mundiais, séculos XIX e XX, Lisboa, Edições Colibri/IHC-FCSH, 1998, pp. 109-125.

“Política Militar Portuguesa no Século XX”, in Forças Armadas Portuguesas no novo contexto internacional, Janus 98, Lisboa, Público/UAL, 1998, pp. 40-41.

História da Marinha Portuguesa, Homens, Doutrinas e Organização, 1824-1974, (Tomo I), Lisboa, Academia da Marinha, 1999.

“Inovação Tecnológica e Defesa”, in Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano, Dir., in Nuno Severiano Teixeira, Coord., Nova História Militar de Portugal, 4º Vol., Círculo de Leitores, Lisboa, 2004, pp. 347-509.

TELO, António José, ÁLVARES, Mário
Armamento do Exército Português, Vol. I – Armamento Ligeiro, Lisboa, Prefácio, 2004.

TELO, António José, Torre Gómez, Hipólito,
Portugal e Espanha nos sistemas internacionais contemporâneos, Lisboa, Edições Cosmos, 2000.

TORRE GÓMEZ, Hipólito de la
Conspiração Contra Portugal (1910-1912). As Relações Políticas entre Portugal e a Espanha. Lisboa, Livros Horizonte, 1978.

Na Encruzilhada da Grande Guerra: Portugal e Espanha (1913-1919), Lisboa, Editorial Estampa, 1980.

Do “Perigo Espanhol” à Amizade Peninsular, Portugal-Espanha, 1919-1930, Lisboa, Editorial Estampa, 1985.

A Relação Peninsular na Antecâmara da Guerra Civil de Espanha (1931-36), Lisboa, Edições Cosmos, 1998.

“La Conspiración iberista de Manuel Azaña” in Fernando Rosas, Coord., Portugal e a Guerra Civil de Espanha, Lisboa, Colibri/IHC-FCSH, 1998, pp. 209-220.

TORRES, Adelino

O Império Português entre o Real e o Imaginário, Lisboa, Escher, 1991.

VALENTE, Vasco Pulido

Marcello Caetano, As desventuras da razão, Lisboa, Gótica, 2002.

VICENTE, Ana

Portugal visto pela Espanha, correspondência diplomática, 1939-1960, (s/l), Assírio&Alvim, 1992.

VICENTE, António Pedro

Espanha e Portugal. Um olhar sobre as relações Peninsulares no séc. XX, Lisboa, Tribuna, 2003.

WHEELER, Douglas

A Ditadura Militar Portuguesa, 1926-1933, Mem Martins, Publicações Europa-América, (s/d).